Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 2560. Thiago Colombo Araújo [***.020.802-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 21:12:34

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 21

Questionamento (Candidato):

O gabarito preliminar trouxe a letra "E" como correta (todas as afirmativas corretas). Porém, verifica-se que o conceito apresentado na afirmativa IV não está correto. Segundo Chiavenato, a departamentalização por produtos ou serviços é a mais adequada para empresas que atendem a diferentes segmentos de mercado, pois permite à organização maximizar sua concentração de esforços em determinadas atividades e linhas de produtos, contribuindo consideravelmente para o atingimento dos objetivos da empresa. Além, claro, de reduzir os custos de produção dos produtos/serviços. Portanto, verifica-se que a departamentalização por produtos ou serviços é a mais adequada para empresas que atendem a diversos segmentos de mercado, e não a departamentalização por clientes como trouxe a afirmativa IV.

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

A afirmativa IV, segundo Chiavenato (2000), ele afirma que esse tipo de departamentalização permite que a organização se adapte melhor às necessidades e preferências dos diferentes tipos de clientes ou mercados que ela atende, oferecendo produtos ou serviços personalizados e diferenciados. Além disso, a departamentalização por cliente facilita a comunicação e o feedback entre a empresa e o seu público-alvo, aumentando a satisfação e a fidelização dos consumidores. Por exemplo, uma loja de departamentos pode ter seções específicas para homens, mulheres, crianças, esportes, entre outros, cada uma com sua própria equipe de vendas, estoque e marketing. Outros autores que também concordam que a departamentalização por cliente é adequada para empresas que atendem a diferentes segmentos de mercado, pois facilita o entendimento das necessidades do cliente e das formas de atendê-lo que são: Cervantes et al. (2005), Certo e Peter (2003) e Robbins e Coulter (2005).

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 7731. Caio Italo Lima Amaro [***.420.142-**]

Recurso em: 17/10/2023 às 13:55:06

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 21

Questionamento (Candidato):

A afirmativa IV sugere que a departamentalização por cliente é a mais adequada para empresas que atendem a diferentes segmentos de mercado, mas é importante destacar que não é a única estrutura apropriada. Na realidade, a escolha da estrutura organizacional deve ser baseada em uma análise aprofundada das necessidades específicas da empresa, sua estratégia e as características de seus clientes. Estruturas alternativas, como a departamentalização por produto, função, território geográfico ou projeto, podem ser igualmente eficazes ou até mais adequadas, dependendo das circunstâncias. Portanto, a afirmativa IV simplifica em excesso a complexidade das escolhas organizacionais.

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

A afirmativa IV, segundo Chiavenato (2000), ele afirma que esse tipo de departamentalização permite que a organização se adapte melhor às necessidades e preferências dos diferentes tipos de clientes ou mercados que ela atende, oferecendo produtos ou serviços personalizados e diferenciados. Além disso, a departamentalização por cliente facilita a comunicação e o feedback entre a empresa e o seu público-alvo, aumentando a satisfação e a fidelização dos consumidores. Por exemplo, uma loja de departamentos pode ter seções específicas para homens, mulheres, crianças, esportes, entre outros, cada uma com sua própria equipe de vendas, estoque e marketing. Outros autores que também concordam que a departamentalização por cliente é adequada para empresas que atendem a diferentes segmentos de mercado, pois facilita o entendimento das necessidades do cliente e das formas de atendê-lo que são: Cervantes et al. (2005), Certo e Peter (2003) e Robbins e Coulter (2005).

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 8977. Vanessa Vieira Freire [***.381.752-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 13:38:01

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 23

Questionamento (Candidato):

A questão trata de comunicação informal, e equivocadamente considerou o inciso "IV" como certo, acontece que nenhum autor, doutrinador traz em suas obras a organização formal como possibilidade de poder afetar normas e valores da empresa, sobre o assunto o estudioso do assunto GaudencioTORQUATO, 1986, p5. diz que " a organização informal é aquela expressão dos trabalhadores, não controladas pela organização, são manifestação espontaneas da coletividade, incluindo-se a famosa rede de boatos, chamada de cadeia de grupinhos na qual uma informação é colhida e difundida espontaneamente pela empresa,". É certo que a comunicação informal afeta o clima organização, mas tal mecanismo em nenhum doutrinador é trazida como capaz de mudar as normas e valores da empres, mesmo porque, sempre é classificada como "rede de boatos" "radio peão", trazida para alguns escritores como a fonte mais confiável, porém NUNCA como possibilidade de mudar os valores e normas, chiavenato diz q a cultura organizacional pode afetar as normas e valores da organização, mas não cita a comunicação informal como agente de mudanças de normas e valores

Recurso (Candidato): Alterar o gabarito para a letra "B"

Parecer (Banca):

A organização informal é formada pelas relações sociais e emocionais entre os funcionários, podendo afetar o clima, os valores e as normas da empresa (MAXIMIANO, 2000). Essas relações podem influenciar a maneira como os funcionários interagem uns com os outros, como se sentem em relação ao seu trabalho e como percebem a empresa como um todo (LÉVI-STRAUSS, 1962). Portanto, é importante para os gestores estarem cientes da organização informal e considerá-la ao tomar decisões (LIBÂNEO; LÜCK; PARO; VASCONCELLOS, 2001).

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 3746. Kayo Pinto Siqueira [***.450.502-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 14:05:26

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 23

Questionamento (Candidato):

Texto
IV. A organização informal é formada pelas relações sociais e emocionais entre os funcionários, podendo afetar o clima, os valores e as normas da empresa.

Questionamento
Uma organização informal não possui valores e normas de empresa visto que surge naturalmente a partir das interações sociais entre os membros da organização. Ela pode ser vista como um sistema de relacionamentos sociais que ocorre dentro da organização formal, muitas vezes fora da estrutura formal. Essas interações sociais são baseadas em interesses pessoais, valores e atitudes compartilhados pelos membros.

Recurso (Candidato): Alterar o gabarito para a letra "B"

Parecer (Banca):

A organização informal é formada pelas relações sociais e emocionais entre os funcionários, podendo afetar o clima, os valores e as normas da empresa (MAXIMIANO, 2000). Essas relações podem influenciar a maneira como os funcionários interagem uns com os outros, como se sentem em relação ao seu trabalho e como percebem a empresa como um todo (LÉVI-STRAUSS, 1962). Portanto, é importante para os gestores estarem cientes da organização informal e considerá-la ao tomar decisões (LIBÂNEO; LÜCK; PARO; VASCONCELLOS, 2001).

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 7484. Heliton Gomes Nobrega [***.504.672-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 15:57:47

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 23

Questionamento (Candidato):

a questão diz que todos os itens estão corretos e o item 2 afirma que: " a motivação não é afetada pelo ambiente de trabalho ou pelo estilo de liderança." o que é errado porque a relação entre liderança e motivação, é o ânimo de uma organização pode ser influenciado pelos seus gestores com o objetivo de que os colaboradores se sintam pertencentes ao ambiente de trabalho e entreguem resultados melhores.

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

A afirmativa II está incorreta porque a motivação no trabalho não depende exclusivamente das características individuais dos funcionários. O ambiente de trabalho e o estilo de liderança também podem afetar a motivação dos funcionários. Segundo Deci e Ryan (1985), a Teoria da Autodeterminação argumenta que a motivação é influenciada tanto por fatores intrínsecos (internos) quanto extrínsecos (externos). Isso contradiz a afirmativa II, que sugere que a motivação depende exclusivamente das características individuais dos funcionários. Segundo Vroom (1964), a Teoria das Expectativas sugere que a motivação dos funcionários é determinada pela percepção de que seu esforço levará ao desempenho desejado e à recompensa subsequente. Isso está diretamente relacionado ao ambiente de trabalho e ao estilo de liderança, o que também contradiz a afirmativa II. Segundo Herzberg (1968), A Teoria dos Dois Fatores sugere que existem dois conjuntos de fatores que influenciam a motivação no trabalho: fatores motivacionais (ou intrínsecos) relacionados ao conteúdo do trabalho e os fatores higiênicos (ou extrínsecos) relacionados ao ambiente de trabalho que não são capazes de gerar motivação por si só, mas a sua ausência ou deficiência pode causar insatisfação e desmotivação nos funcionários. Isso também contradiz a afirmativa II. Portanto, esses autores apoiam a ideia de que a motivação no trabalho é influenciada por uma combinação de fatores intrínsecos e extrínsecos, e não apenas pelas características individuais dos funcionários.

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 6415. Leticia Abreu de Carvalho [***.630.144-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 18:34:44

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 23

Questionamento (Candidato):

A questão 23 aborda o tema da motivação no trabalho e afirma que a motivação depende exclusivamente das características individuais dos funcionários, não sendo afetada pelo ambiente de trabalho ou pelo estilo de liderança. No entanto, essa afirmação está em desacordo com as teorias de motivação, em particular com a Teoria dos Dois Fatores de Frederick Herzberg.
Herzberg, em sua teoria, distinguiu entre fatores motivacionais (ou intrínsecos), que estão relacionados ao conteúdo do trabalho, como desafios, reconhecimento e crescimento, e fatores de higiene (ou extrínsecos), relacionados ao ambiente de trabalho, como salário e condições físicas. De acordo com Herzberg, a motivação no trabalho é influenciada não apenas pelas características individuais dos funcionários, mas também pelos fatores de higiene e pelos aspectos do ambiente de trabalho.
Logo, se levar em consideração o autor Herzberg sobre motivação, o item II está correto.
Dessa forma, a questão 23 parece estar mal formulada, pois desconsidera a influência do ambiente de trabalho e do estilo de liderança na motivação dos funcionários, o que está em contradição com a teoria mencionada.
Portanto, considerando a possível má formulação da questão e a interpretação da Teoria dos Dois Fatores de Herzberg, solicito a revisão e a possível anulação desta questão

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

A afirmativa II está incorreta porque a motivação no trabalho não depende exclusivamente das características individuais dos funcionários. O ambiente de trabalho e o estilo de liderança também podem afetar a motivação dos funcionários. Segundo Deci e Ryan (1985), a Teoria da Autodeterminação argumenta que a motivação é influenciada tanto por fatores intrínsecos (internos) quanto extrínsecos (externos). Isso contradiz a afirmativa II, que sugere que a motivação depende exclusivamente das características individuais dos funcionários. Segundo Vroom (1964), a Teoria das Expectativas sugere que a motivação dos funcionários é determinada pela percepção de que seu esforço levará ao desempenho desejado e à recompensa subsequente. Isso está diretamente relacionado ao ambiente de trabalho e ao estilo de liderança, o que também contradiz a afirmativa II. Segundo Herzberg (1968), A Teoria dos Dois Fatores sugere que existem dois conjuntos de fatores que influenciam a motivação no trabalho: fatores motivacionais (ou intrínsecos) relacionados ao conteúdo do trabalho e os fatores higiênicos (ou extrínsecos) relacionados ao ambiente de trabalho que não são capazes de gerar motivação por si só, mas a sua ausência ou deficiência pode causar insatisfação e desmotivação nos funcionários. Isso também contradiz a afirmativa II. Portanto, esses autores apoiam a ideia de que a motivação no trabalho é influenciada por uma combinação de fatores intrínsecos e extrínsecos, e não apenas pelas características individuais dos funcionários.

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 1453. Samanta Rebello Marinho [***.139.542-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 20:16:09

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 23

Questionamento (Candidato):

organização informal pode de fato alterar o clima organizacional, mas não tem poder para alterar valores e normas de uma organização

Recurso (Candidato): Alterar o gabarito para a letra "B"

Parecer (Banca):

A organização informal é formada pelas relações sociais e emocionais entre os funcionários, podendo afetar o clima, os valores e as normas da empresa (MAXIMIANO, 2000). Essas relações podem influenciar a maneira como os funcionários interagem uns com os outros, como se sentem em relação ao seu trabalho e como percebem a empresa como um todo (LÉVI-STRAUSS, 1962). Portanto, é importante para os gestores estarem cientes da organização informal e considerá-la ao tomar decisões (LIBÂNEO; LÜCK; PARO; VASCONCELLOS, 2001).

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 3964. Ricardo Batista Duarte [***.039.692-**]

Recurso em: 17/10/2023 às 00:35:30

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 23

Questionamento (Candidato):

A teoria de Herzberg é largamente conhecida, o seu valor duradouro está no reconhecimento que a verdadeira motivação vem do interior da pessoa e não de fatores externos. Sob o ponto de vista da Motivação Intrínseca, Herzberg diz que a motivação é determinada por fatores gerados internamente e que fazem com que as pessoas se comportam de uma forma ou de outra, ou que se movam numa certa direção. Estes fatores incluem responsabilidade (o sentimento de que o trabalho é importante), autonomia (a liberdade de acção), razão para usar e desenvolver competências, trabalho interessante e aliciante, oportunidades de desenvolvimento e progresso na carreira. Em termos de aprendizagem, os alunos motivados internamente são os que procuram um sentimento de realização pessoal e aprendem pelo gosto de aprender. Portanto, os fatores motivacionais são intrinsecos e não é afetada pelo ambiente de trabalho ou pelo estilo de liderança. Levando em consideração as licoes de Herzbeg a assertiva II estaria correta, fazendo com que todos as assertivas estejam corretas, o que podemos aferir que o gabarito da questão deve ser alterado para a ALTERNATIVA E, peço a mudança e o deferimento do recurso apresentado.

Recurso (Candidato): Alterar o gabarito para a letra "E"

Parecer (Banca):

A afirmativa II está incorreta porque a motivação no trabalho não depende exclusivamente das características individuais dos funcionários. O ambiente de trabalho e o estilo de liderança também podem afetar a motivação dos funcionários. Segundo Deci e Ryan (1985), a Teoria da Autodeterminação argumenta que a motivação é influenciada tanto por fatores intrínsecos (internos) quanto extrínsecos (externos). Isso contradiz a afirmativa II, que sugere que a motivação depende exclusivamente das características individuais dos funcionários. Segundo Vroom (1964), a Teoria das Expectativas sugere que a motivação dos funcionários é determinada pela percepção de que seu esforço levará ao desempenho desejado e à recompensa subsequente. Isso está diretamente relacionado ao ambiente de trabalho e ao estilo de liderança, o que também contradiz a afirmativa II. Segundo Herzberg (1968), A Teoria dos Dois Fatores sugere que existem dois conjuntos de fatores que influenciam a motivação no trabalho: fatores motivacionais (ou intrínsecos) relacionados ao conteúdo do trabalho e os fatores higiênicos (ou extrínsecos) relacionados ao ambiente de trabalho que não são capazes de gerar motivação por si só, mas a sua ausência ou deficiência pode causar insatisfação e desmotivação nos funcionários. Isso também contradiz a afirmativa II. Portanto, esses autores apoiam a ideia de que a motivação no trabalho é influenciada por uma combinação de fatores intrínsecos e extrínsecos, e não apenas pelas características individuais dos funcionários.

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 1058. André Fellipe Guimarães da Silva [***.063.772-**]

Recurso em: 17/10/2023 às 06:40:11

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 23

Questionamento (Candidato):

Prezados, solicito que seja alterado o gabarito da questão 23, uma vez que, o item IV discorre sobre uma característica que não se enquadra ao conceito de Organização Informal.

Chiavenato, em seu trabalho Introdução à Teoria Geral da Administração, elenca as características da Organização Informal no capítulo 6, no qual não está de acordo com o que consta na questão.

Adicionei anexo em PDF a página do capítulo em questão.

Venho respeitosamente solicitar a V. Sª., análise do(s) questionamento(s), termos em que peço e aguardo deferimento

Anexo (Candidato):

https://drive.google.com/open?id=1SY8VeabYM_y5HaDmw8Qo7S_b0CHJQo2n

Recurso (Candidato): Alterar o gabarito para a letra "B"

Parecer (Banca):

A organização informal é formada pelas relações sociais e emocionais entre os funcionários, podendo afetar o clima, os valores e as normas da empresa (MAXIMIANO, 2000). Essas relações podem influenciar a maneira como os funcionários interagem uns com os outros, como se sentem em relação ao seu trabalho e como percebem a empresa como um todo (LÉVI-STRAUSS, 1962). Portanto, é importante para os gestores estarem cientes da organização informal e considerá-la ao tomar decisões (LIBÂNEO; LÜCK; PARO; VASCONCELLOS, 2001).

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 1058. André Fellipe Guimarães da Silva [***.063.772-**]

Recurso em: 17/10/2023 às 10:14:02

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 23

Questionamento (Candidato):

Prezados, solicito que seja alterado o gabarito da questão 23, uma vez que, o item IV discorre sobre uma característica que não se enquadra ao conceito de Organização Informal.

Chiavenato, em seu trabalho Introdução à Teoria Geral da Administração, elenca as características da Organização Informal no capítulo 6, no qual não está de acordo com o que consta na questão.

Adicionei anexo em PDF a página do capítulo em questão.

Venho respeitosamente solicitar a V. Sª., análise do(s) questionamento(s), termos em que peço e aguardo deferimento

Anexo (Candidato):

https://drive.google.com/open?id=1wAvDLSX_zv_C5RSrY0AjKVRwT-tpYQIe

Recurso (Candidato): Alterar o gabarito para a letra "B"

Parecer (Banca):

A organização informal é formada pelas relações sociais e emocionais entre os funcionários, podendo afetar o clima, os valores e as normas da empresa (MAXIMIANO, 2000). Essas relações podem influenciar a maneira como os funcionários interagem uns com os outros, como se sentem em relação ao seu trabalho e como percebem a empresa como um todo (LÉVI-STRAUSS, 1962). Portanto, é importante para os gestores estarem cientes da organização informal e considerá-la ao tomar decisões (LIBÂNEO; LÜCK; PARO; VASCONCELLOS, 2001).

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 74. Moises de Oliveira Melo [***.967.252-**]

Recurso em: 17/10/2023 às 12:59:12

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 23

Questionamento (Candidato):

Prezado avaliador/examinador, a questão 23 tem como gabarito preliminar a letra C, no entanto essa alternativa é confusa, pois não há menção de qual autor a questão se refere. Esse fator é importante devido ao fato de haver divergências doutrinárias quanto ao fato de fatores externos ou internos influenciarem na motivação podendo o item II da citada questão ser considerado correto/errado a depender da doutrina utilizada. É possível dar o exemplo da teoria de Maximiliano que diz que “a motivação para o trabalho e resultante
de uma interação complexa entre os motivos internos das pessoas e os estímulos da situação ou ambiente (motivos externos).”; entretanto há teorias que relatam que a motivação é fruto de fatores intrínsecos, como por exemplo, a Teoria Bifatorial de Herzberg, que relata que somente fatores internos (intrínsecos) do indivíduo podem motivá-lo ao passo que os fatores externos (extrínsecos) geram apenas a não-insatisfação e também a
Teoria de Robbins o qual relata que a motivação “e a vontade de fazer algo, condicionada pela capacidade que essa ação tem de satisfazer alguma necessidade individual”. Portanto há uma ambiguidade que dificulta o entendimento e julgamento da alternativa correta em virtude de não haver referência a qual autor a questão está usando como base. Diante o exposto, solicito a anulação da questão.

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

A afirmativa II está incorreta porque a motivação no trabalho não depende exclusivamente das características individuais dos funcionários. O ambiente de trabalho e o estilo de liderança também podem afetar a motivação dos funcionários. Segundo Deci e Ryan (1985), a Teoria da Autodeterminação argumenta que a motivação é influenciada tanto por fatores intrínsecos (internos) quanto extrínsecos (externos). Isso contradiz a afirmativa II, que sugere que a motivação depende exclusivamente das características individuais dos funcionários. Segundo Vroom (1964), a Teoria das Expectativas sugere que a motivação dos funcionários é determinada pela percepção de que seu esforço levará ao desempenho desejado e à recompensa subsequente. Isso está diretamente relacionado ao ambiente de trabalho e ao estilo de liderança, o que também contradiz a afirmativa II. Segundo Herzberg (1968), A Teoria dos Dois Fatores sugere que existem dois conjuntos de fatores que influenciam a motivação no trabalho: fatores motivacionais (ou intrínsecos) relacionados ao conteúdo do trabalho e os fatores higiênicos (ou extrínsecos) relacionados ao ambiente de trabalho que não são capazes de gerar motivação por si só, mas a sua ausência ou deficiência pode causar insatisfação e desmotivação nos funcionários. Isso também contradiz a afirmativa II. Portanto, esses autores apoiam a ideia de que a motivação no trabalho é influenciada por uma combinação de fatores intrínsecos e extrínsecos, e não apenas pelas características individuais dos funcionários.

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 717. Livia Denise Castro Duarte [***.240.182-**]

Recurso em: 17/10/2023 às 14:35:43

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 23

Questionamento (Candidato):

Os fatores motivacionais ou INTRÍNSECOS (que levam a satisfação) e que levam em consideração o crescimento, o desenvolvimento, a responsabilidade, o reconhecimento e a realização.

Já os fatores higiênicos, de acordo com a teoria dos dois fatores proposta por Herzberg, levam em consideração as condições do ambiente de trabalho, a segurança, o salário e o relacionamento com outros funcionários.

Dessa forma, percebe-se que a motivação é um fator que depende exclusivamente do indivíduo, não sendo afetada pelo ambiente de trabalho ou pelo estilo de liderança.

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

A afirmativa II está incorreta porque a motivação no trabalho não depende exclusivamente das características individuais dos funcionários. O ambiente de trabalho e o estilo de liderança também podem afetar a motivação dos funcionários. Segundo Deci e Ryan (1985), a Teoria da Autodeterminação argumenta que a motivação é influenciada tanto por fatores intrínsecos (internos) quanto extrínsecos (externos). Isso contradiz a afirmativa II, que sugere que a motivação depende exclusivamente das características individuais dos funcionários. Segundo Vroom (1964), a Teoria das Expectativas sugere que a motivação dos funcionários é determinada pela percepção de que seu esforço levará ao desempenho desejado e à recompensa subsequente. Isso está diretamente relacionado ao ambiente de trabalho e ao estilo de liderança, o que também contradiz a afirmativa II. Segundo Herzberg (1968), A Teoria dos Dois Fatores sugere que existem dois conjuntos de fatores que influenciam a motivação no trabalho: fatores motivacionais (ou intrínsecos) relacionados ao conteúdo do trabalho e fatores higiênicos (ou extrínsecos) relacionados ao ambiente de trabalho. Isso também contradiz a afirmativa II. Portanto, esses autores apoiam a ideia de que a motivação no trabalho é influenciada por uma combinação de fatores intrínsecos e extrínsecos, e não apenas pelas características individuais dos funcionários.

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 17351. Bruna Karoline Wolter Memória [***.287.232-**]

Recurso em: 17/10/2023 às 15:47:58

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 23

Questionamento (Candidato):

Se levar em consideração o autor Herzberg sobre motivação, o item II está correto.
Pois, os fatores motivacionais são intrínsecos. Logo, a motivação é um fator individual.

Recurso (Candidato): Alterar o gabarito para a letra "E"

Parecer (Banca):

A afirmativa II está incorreta porque a motivação no trabalho não depende exclusivamente das características individuais dos funcionários. O ambiente de trabalho e o estilo de liderança também podem afetar a motivação dos funcionários. Segundo Deci e Ryan (1985), a Teoria da Autodeterminação argumenta que a motivação é influenciada tanto por fatores intrínsecos (internos) quanto extrínsecos (externos). Isso contradiz a afirmativa II, que sugere que a motivação depende exclusivamente das características individuais dos funcionários. Segundo Vroom (1964), a Teoria das Expectativas sugere que a motivação dos funcionários é determinada pela percepção de que seu esforço levará ao desempenho desejado e à recompensa subsequente. Isso está diretamente relacionado ao ambiente de trabalho e ao estilo de liderança, o que também contradiz a afirmativa II. Segundo Herzberg (1968), A Teoria dos Dois Fatores sugere que existem dois conjuntos de fatores que influenciam a motivação no trabalho: fatores motivacionais (ou intrínsecos) relacionados ao conteúdo do trabalho e os fatores higiênicos (ou extrínsecos) relacionados ao ambiente de trabalho que não são capazes de gerar motivação por si só, mas a sua ausência ou deficiência pode causar insatisfação e desmotivação nos funcionários. Isso também contradiz a afirmativa II. Portanto, esses autores apoiam a ideia de que a motivação no trabalho é influenciada por uma combinação de fatores intrínsecos e extrínsecos, e não apenas pelas características individuais dos funcionários.

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 6432. Cleiziane Soares da Silva [***.538.732-**]

Recurso em: 17/10/2023 às 16:18:25

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 23

Questionamento (Candidato):

Nessa questão todas as afirmativas estão corretas, portanto, é a letra E e não a A.
Conforme o autor Herzberg os fatores motivacionais são intrínsecos. Logo, a motivação é um fator individual.
Parte da doutrina entende que a motivação é intrínseca, ou seja, que é algo pessoal, que vem de “dentro” de cada pessoa, isto é, a motivação decorre de fatores internos, e só pode ser encontrada dentro de cada pessoa.
Com isso o item II está correto.

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

A afirmativa II está incorreta porque a motivação no trabalho não depende exclusivamente das características individuais dos funcionários. O ambiente de trabalho e o estilo de liderança também podem afetar a motivação dos funcionários. Segundo Deci e Ryan (1985), a Teoria da Autodeterminação argumenta que a motivação é influenciada tanto por fatores intrínsecos (internos) quanto extrínsecos (externos). Isso contradiz a afirmativa II, que sugere que a motivação depende exclusivamente das características individuais dos funcionários. Segundo Vroom (1964), a Teoria das Expectativas sugere que a motivação dos funcionários é determinada pela percepção de que seu esforço levará ao desempenho desejado e à recompensa subsequente. Isso está diretamente relacionado ao ambiente de trabalho e ao estilo de liderança, o que também contradiz a afirmativa II. Segundo Herzberg (1968), A Teoria dos Dois Fatores sugere que existem dois conjuntos de fatores que influenciam a motivação no trabalho: fatores motivacionais (ou intrínsecos) relacionados ao conteúdo do trabalho e os fatores higiênicos (ou extrínsecos) relacionados ao ambiente de trabalho que não são capazes de gerar motivação por si só, mas a sua ausência ou deficiência pode causar insatisfação e desmotivação nos funcionários. Isso também contradiz a afirmativa II. Portanto, esses autores apoiam a ideia de que a motivação no trabalho é influenciada por uma combinação de fatores intrínsecos e extrínsecos, e não apenas pelas características individuais dos funcionários.

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 10501. Antonio Nonato Borges Neto [***.646.892-**]

Recurso em: 17/10/2023 às 16:29:11

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 23

Questionamento (Candidato):

Segundo o a Teoria Bifatorial de Frederick Herzberg, os Fatores Motivacionais (satisfacientes): São fatores relacionados ao trabalho em si, tais
como: o conteúdo do cargo, as atividades e tarefas desempenhadas, o crescimento
profissional e pessoal, a presença de metas desafiadoras, o reconhecimento pelo trabalho
executado, a responsabilidade do cargo, o desenvolvimento pessoal e profissional, etc.
Dessa forma, o Item II da questão estaria correto e por consequência teríamos como letra E a alternativa correta

Anexo (Candidato):

https://drive.google.com/open?id=1970G6isRcB-gY4xCeyFnGrMCaJVdpitO

Recurso (Candidato): Alterar o gabarito para a letra "E"

Parecer (Banca):

A afirmativa II está incorreta porque a motivação no trabalho não depende exclusivamente das características individuais dos funcionários. O ambiente de trabalho e o estilo de liderança também podem afetar a motivação dos funcionários. Segundo Deci e Ryan (1985), a Teoria da Autodeterminação argumenta que a motivação é influenciada tanto por fatores intrínsecos (internos) quanto extrínsecos (externos). Isso contradiz a afirmativa II, que sugere que a motivação depende exclusivamente das características individuais dos funcionários. Segundo Vroom (1964), a Teoria das Expectativas sugere que a motivação dos funcionários é determinada pela percepção de que seu esforço levará ao desempenho desejado e à recompensa subsequente. Isso está diretamente relacionado ao ambiente de trabalho e ao estilo de liderança, o que também contradiz a afirmativa II. Segundo Herzberg (1968), A Teoria dos Dois Fatores sugere que existem dois conjuntos de fatores que influenciam a motivação no trabalho: fatores motivacionais (ou intrínsecos) relacionados ao conteúdo do trabalho e os fatores higiênicos (ou extrínsecos) relacionados ao ambiente de trabalho que não são capazes de gerar motivação por si só, mas a sua ausência ou deficiência pode causar insatisfação e desmotivação nos funcionários. Isso também contradiz a afirmativa II. Portanto, esses autores apoiam a ideia de que a motivação no trabalho é influenciada por uma combinação de fatores intrínsecos e extrínsecos, e não apenas pelas características individuais dos funcionários.

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 3191. Angelo Santiago Gomes Alves [***.011.642-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 16:54:01

Tópico: NM15 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 23

Questionamento (Candidato):

Segundo o gabarito, a alternativa correta se trata da (c), em que as assertivas I, III e IV são tidas como verdadeiras. No entanto, há um problemas na IV ao dizer que "organização informal pode afetar os valores e as normas da empresa", uma vez que tanto valores quanto normas são definidos pelo planejamento estratégico e seus ritos independem da relação que os funcionários nutrem entre si.

Recurso (Candidato): Alterar o gabarito para a letra "B"

Parecer (Banca):

A organização informal é formada pelas relações sociais e emocionais entre os funcionários, podendo afetar o clima, os valores e as normas da empresa (MAXIMIANO, 2000). Essas relações podem influenciar a maneira como os funcionários interagem uns com os outros, como se sentem em relação ao seu trabalho e como percebem a empresa como um todo (LÉVI-STRAUSS, 1962). Portanto, é importante para os gestores estarem cientes da organização informal e considerá-la ao tomar decisões (LIBÂNEO; LÜCK; PARO; VASCONCELLOS, 2001).

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 7017. Yago Eduardo Barros Cardoso [***.498.692-**]

Recurso em: 17/10/2023 às 16:22:12

Tópico: NM15 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 23

Questionamento (Candidato):

Solicito a mudança de gabarito para a alternativa "b)" que diz o seguinte "b) Somente as afirmativas I e III são verdadeiras.", e de fato é o gabarito correto, pois a alternativa "c)", que fora apontada como correta no gabarito preliminar concorda com a afirmativa "b)", no entanto acrescenta a afirmativa IV como correta, vejamos: "c) Somente as afirmativas I, III e IV são verdadeiras.", agora passemos a análise da afirmativa IV, que diz "IV. A organização informal é formada pelas relações
sociais e emocionais entre os funcionários, podendo
afetar o clima, os valores e as normas da empresa.", o que encontra-se em total afronta ao que é preconizado pelos autores especializados, pois os VALORES de uma empresa são definidos na etapa de planejamento, do planejamento estratégico, na fase em que se decidem a Visão, a Missão, os Valores e o Negócio, portanto, não sofrem alterações pela organização informal, na realidade compreendem etapa formal do Processo Administrativo. Em anexo apostila do SEBRAE que conceitua e orienta a produção de uma estratégia de negócio e corrobora o que foi aqui explanado.

Anexo (Candidato):

https://drive.google.com/open?id=1g1ols-8pkklVRjst6WlOfsAEIgxfTDtl

Recurso (Candidato): Alterar o gabarito para a letra "B"

Parecer (Banca):

A organização informal é formada pelas relações sociais e emocionais entre os funcionários, podendo afetar o clima, os valores e as normas da empresa (MAXIMIANO, 2000). Essas relações podem influenciar a maneira como os funcionários interagem uns com os outros, como se sentem em relação ao seu trabalho e como percebem a empresa como um todo (LÉVI-STRAUSS, 1962). Portanto, é importante para os gestores estarem cientes da organização informal e considerá-la ao tomar decisões (LIBÂNEO; LÜCK; PARO; VASCONCELLOS, 2001).

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 1838. Kézia Pereira Libório Neves [***.207.302-**]

Recurso em: 17/10/2023 às 16:41:29

Tópico: NM15 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 23

Questionamento (Candidato):

A resposta divulgada no gabarito, letra (c) aponta as assertivas I, III e IV são verdadeiras . No entanto, a assertiva IV afirma que a organização informal influencia no clima, valores e normas da empresa. No entanto, é sabido que as normas e valores da empresa são estabelecidos pela própria organização por serem princípios básicos, crenças, bases para tomadas de decisão e são elas que devem orientar como os membros da empresa devem se comportar, e não o contrario.
Sugere - se a alteração de gabarito para a letra (b) - As afirmativas I e III são as verdadeiras.

Recurso (Candidato): Alterar o gabarito para a letra "B"

Parecer (Banca):

A organização informal é formada pelas relações sociais e emocionais entre os funcionários, podendo afetar o clima, os valores e as normas da empresa (MAXIMIANO, 2000). Essas relações podem influenciar a maneira como os funcionários interagem uns com os outros, como se sentem em relação ao seu trabalho e como percebem a empresa como um todo (LÉVI-STRAUSS, 1962). Portanto, é importante para os gestores estarem cientes da organização informal e considerá-la ao tomar decisões (LIBÂNEO; LÜCK; PARO; VASCONCELLOS, 2001).

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 15868. Camilla Batista Santana Dias [***.907.435-**]

Recurso em: 17/10/2023 às 11:47:04

Tópico: NM24 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 23

Questionamento (Candidato):

A questão não especifica de que estudioso ela se refere, pois se levar em consideração o autor Herzberg sobre motivação, o item II está correto, muito abrangente o que facilita a ocorrência do erro.

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

A afirmativa II está incorreta porque a motivação no trabalho não depende exclusivamente das características individuais dos funcionários. O ambiente de trabalho e o estilo de liderança também podem afetar a motivação dos funcionários. Segundo Deci e Ryan (1985), a Teoria da Autodeterminação argumenta que a motivação é influenciada tanto por fatores intrínsecos (internos) quanto extrínsecos (externos). Isso contradiz a afirmativa II, que sugere que a motivação depende exclusivamente das características individuais dos funcionários. Segundo Vroom (1964), a Teoria das Expectativas sugere que a motivação dos funcionários é determinada pela percepção de que seu esforço levará ao desempenho desejado e à recompensa subsequente. Isso está diretamente relacionado ao ambiente de trabalho e ao estilo de liderança, o que também contradiz a afirmativa II. Segundo Herzberg (1968), A Teoria dos Dois Fatores sugere que existem dois conjuntos de fatores que influenciam a motivação no trabalho: fatores motivacionais (ou intrínsecos) relacionados ao conteúdo do trabalho e os fatores higiênicos (ou extrínsecos) relacionados ao ambiente de trabalho que não são capazes de gerar motivação por si só, mas a sua ausência ou deficiência pode causar insatisfação e desmotivação nos funcionários. Isso também contradiz a afirmativa II. Portanto, esses autores apoiam a ideia de que a motivação no trabalho é influenciada por uma combinação de fatores intrínsecos e extrínsecos, e não apenas pelas características individuais dos funcionários.

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 1160. Ana Luiza Alves de Moraes [***.736.322-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 12:22:48

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 24

Questionamento (Candidato):

A referida questão aborda a Teoria da Hierarquia de Necessidades de Maslow e pede para assinalar a incorreta. Na letra B, é afirmado que as necessidades de segurança é proteção contra ameaças, quando na verdade essas necessidades, segundo Maslow, abrangem áreas como emprego, saúde e casa, não algo que possa fazer mal ao indivíduo.
Além disso, o gabarito deu a alternativa D como correta para a questão, acredito que tenha sido porque essa alternativa afirma que as necessidades sociais são as mais importantes. De fato, não há como afirmar que é o mais importante, no entanto, solicito a revisão do gabarito, pois a letra B está mais incorreta ainda segundo a própria teoria de Maslow.

Recurso (Candidato): Alterar o gabarito para a letra "B"

Parecer (Banca):

A alternativa está errada porque afirma que as necessidades sociais são as mais importantes, o que contradiz a teoria de Maslow, que coloca essas necessidades no terceiro nível da hierarquia. As outras alternativas estão certas porque descrevem corretamente cada nível da teoria de Maslow. Esses níveis são: Necessidades fisiológicas: são as mais básicas e incluem bem estar físico, comer, beber, respirar, dormir, ter abrigo e sexo. Essas necessidades estão relacionadas à sobrevivência do indivíduo e são as primeiras a serem buscadas.
Necessidades de segurança: envolvem a proteção contra ameaças físicas e psicológicas, como violência, doença e instabilidade. Essas necessidades estão relacionadas à segurança do indivíduo e são as segundas a serem buscadas. Necessidades sociais: abrangem a busca por amor, afeto, amizade e pertencimento. Essas necessidades estão relacionadas à interação social do indivíduo e são as terceiras a serem buscadas. Necessidades de estima: se referem ao desejo de ser reconhecido e valorizado pelos outros, bem como ter autoconfiança e respeito próprio. Essas necessidades estão relacionadas à autoestima do indivíduo e são as quartas a serem buscadas. Necessidades de autorrealização: são as mais elevadas e consistem em realizar o próprio potencial e buscar crescimento pessoal e criativo. Essas necessidades estão relacionadas à realização pessoal do indivíduo e são as últimas a serem buscadas.

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 6202. Maxwell de Souza Teixeira [***.512.502-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 14:17:24

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 24

Questionamento (Candidato):

- Necessidade fisiológicas tem mais a ver com o corpo, enquanto que "abrigo" se encaixaria mais como Necessidade de Segurança me induzindo a marcar a alternativa A) como a INCORRETA.

- Pesquisando sobre o assunto, pude verificar que alguns sites consideram "abrigo" como Necessidade de Segurança colaborando com minha opinião:

https://rockcontent.com/br/blog/piramide-de-maslow/#:~:text=Segunda%20camada%3A%20necessidades%20de%20seguran%C3%A7a&text=Nesse%20grupo%2C%20se%20encaixam%20a,com%20a%20sa%C3%BAde%2C%20entre%20outros

https://www.pontotel.com.br/piramide-de-maslow/

"1 – Fisiologia
Conforme já citamos anteriormente, a base da pirâmide é formada pelas necessidades básicas dos seres humanos, ou seja, aquelas que estão diretamente ligadas com a sobrevivência individual. Sendo algumas delas o sono, a alimentação, higiene e até mesmo a respiração.

De acordo o Abraham Maslow, os seres humanos só alcançam a autorrealização e os níveis superiores da pirâmide caso as necessidades fisiológicas sejam atendidas.

2 – Segurança
O segundo nível da Pirâmide de Maslow trata sobre a segurança do indivíduo tanto no âmbito físico quanto no emocional, como por exemplo:

Segurança pessoal e familiar: seguro de vida, plano de saúde, etc;
Segurança financeira: ter um salário, pensão, reserva emergenciais;
Segurança de propriedade: ter um abrigo, proteção patrimonial."

-Portanto, considerando "ter abrigo" como Necessidade de segurança a alternativa A) também estaria INCORRETA.

Anexo (Candidato):

https://drive.google.com/open?id=1r5wlGFXs2UKxv5H5mOd1fHL2VmzqqV3u

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

A alternativa está errada porque afirma que as necessidades sociais são as mais importantes, o que contradiz a teoria de Maslow, que coloca essas necessidades no terceiro nível da hierarquia. As outras alternativas estão certas porque descrevem corretamente cada nível da teoria de Maslow. Esses níveis são: Necessidades fisiológicas: são as mais básicas e incluem bem estar físico, comer, beber, respirar, dormir, ter abrigo e sexo. Essas necessidades estão relacionadas à sobrevivência do indivíduo e são as primeiras a serem buscadas.
Necessidades de segurança: envolvem a proteção contra ameaças físicas e psicológicas, como violência, doença e instabilidade. Essas necessidades estão relacionadas à segurança do indivíduo e são as segundas a serem buscadas. Necessidades sociais: abrangem a busca por amor, afeto, amizade e pertencimento. Essas necessidades estão relacionadas à interação social do indivíduo e são as terceiras a serem buscadas. Necessidades de estima: se referem ao desejo de ser reconhecido e valorizado pelos outros, bem como ter

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

autoconfiança e respeito próprio. Essas necessidades estão relacionadas à autoestima do indivíduo e são as quartas a serem buscadas. Necessidades de autorrealização: são as mais elevadas e consistem em realizar o próprio potencial e buscar crescimento pessoal e criativo. Essas necessidades estão relacionadas à realização pessoal do indivíduo e são as últimas a serem buscadas.

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 4370. Beatriz Falcão dos Santos [***.337.072-**]

Recurso em: 17/10/2023 às 16:26:25

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 24

Questionamento (Candidato):

PEÇO A ALTERAÇAO DO GABARITO DA QUESTAO 24. Pois a questão pede a alternativa INCORRETA e a banca deu a letra “D” como a correta. Porém a alternativa está certa, pois segundo a teoria das necessidades de Maslow as necessidades socias são exatamente essas que apresenta na alternativa, Maslow diz que as necessidades sociais é a sensação de pertencimento, por exemplo a pessoa ter uma família que sabe que pode contar, um grupo de amigos a quem sabe que pode recorrer se precisar de companhia, pode ter um cônjuge em que possa confiar, essa necessidade de pertencimento abrange a as necessidades sociais. Por outro lado, na alternativa “A” a qual se referi as necessidades fisiológicas incluem o bem estar físico, comer, beber, respirar, dormir, TER ABRIGO e sexo. A questão estaria correta se não tivesse o “ter abrigo” pois está ligado as necessidades de SEGURANÇA e não as necessidades fisiológicas .É na teoria das necessidades de segurança que “ter abrigo” estaria incluído, a teoria diz que abrange as necessidades que nos fornece segurança e que fazem nos sentirmos protegidos, então “ter abrigo” não faz parte das necessidades FISIOLOGICAS de sobrevivência e sim de SEGURANÇA .Por este motivo peço por gentileza a alteração do gabarito para a alternativa A.

Recurso (Candidato): Alterar o gabarito para a letra "A"

Parecer (Banca):

A alternativa está errada porque afirma que as necessidades sociais são as mais importantes, o que contradiz a teoria de Maslow, que coloca essas necessidades no terceiro nível da hierarquia. As outras alternativas estão certas porque descrevem corretamente cada nível da teoria de Maslow. Esses níveis são: Necessidades fisiológicas: são as mais básicas e incluem bem estar físico, comer, beber, respirar, dormir, ter abrigo e sexo. Essas necessidades estão relacionadas à sobrevivência do indivíduo e são as primeiras a serem buscadas.
Necessidades de segurança: envolvem a proteção contra ameaças físicas e psicológicas, como violência, doença e instabilidade. Essas necessidades estão relacionadas à segurança do indivíduo e são as segundas a serem buscadas. Necessidades sociais: abrangem a busca por amor, afeto, amizade e pertencimento. Essas necessidades estão relacionadas à interação social do indivíduo e são as terceiras a serem buscadas. Necessidades de estima: se referem ao desejo de ser reconhecido e valorizado pelos outros, bem como ter autoconfiança e respeito próprio. Essas necessidades estão relacionadas à autoestima do indivíduo e são as quartas a serem buscadas. Necessidades de autorrealização: são as mais elevadas e consistem em realizar o próprio potencial e buscar crescimento pessoal e criativo. Essas necessidades estão relacionadas à realização pessoal do indivíduo e são as últimas a serem buscadas.

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 3191. Angelo Santiago Gomes Alves [***.011.642-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 16:16:23

Tópico: NM15 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 24

Questionamento (Candidato):

A questão exige conhecimento a respeito da teoria motivacional de Maslow, solicitando que a assertiva que contenha transcrição incompatível com respectiva camada associada seja marcada. No entanto, segundo material elaborado pelo grancursos, a alternativa D se encontra totalmente coerente com a teoria da hierarquia das necessidades. Todas as outras alternativa também, a meu ver, se encontram assertivamente representadas.

Anexo (Candidato):

https://drive.google.com/open?id=15A6JM1odpaKzn8EDf7bvQA9Tq7FFVgZ-

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

A alternativa está errada porque afirma que as necessidades sociais são as mais importantes, o que contradiz a teoria de Maslow, que coloca essas necessidades no terceiro nível da hierarquia. As outras alternativas estão certas porque descrevem corretamente cada nível da teoria de Maslow. Esses níveis são: Necessidades fisiológicas: são as mais básicas e incluem bem estar físico, comer, beber, respirar, dormir, ter abrigo e sexo. Essas necessidades estão relacionadas à sobrevivência do indivíduo e são as primeiras a serem buscadas.
Necessidades de segurança: envolvem a proteção contra ameaças físicas e psicológicas, como violência, doença e instabilidade. Essas necessidades estão relacionadas à segurança do indivíduo e são as segundas a serem buscadas. Necessidades sociais: abrangem a busca por amor, afeto, amizade e pertencimento. Essas necessidades estão relacionadas à interação social do indivíduo e são as terceiras a serem buscadas. Necessidades de estima: se referem ao desejo de ser reconhecido e valorizado pelos outros, bem como ter autoconfiança e respeito próprio. Essas necessidades estão relacionadas à autoestima do indivíduo e são as quartas a serem buscadas. Necessidades de autorrealização: são as mais elevadas e consistem em realizar o próprio potencial e buscar crescimento pessoal e criativo. Essas necessidades estão relacionadas à realização pessoal do indivíduo e são as últimas a serem buscadas.

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 3191. Angelo Santiago Gomes Alves [***.011.642-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 17:59:21

Tópico: NM15 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 24

Questionamento (Candidato):

A questão exige conhecimento a respeito da teoria motivacional de Maslow, solicitando que a alternativa que contenha transcrição incompatível com a respectiva camada associada seja marcada. No entanto, a alternativa D se encontra totalmente coerente com a teoria da hierarquia das necessidades, uma vez que necessidades sociais, de associação ou afetivas (ordem secundária ou de ordem elevada) ser refere a necessidades de se manter relações humanas e amor, afeto, amizade e pertencimento são exemplos categóricos disto. Todas as outras encontram-se igualmente bem representadas.

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

A alternativa está errada porque afirma que as necessidades sociais são as mais importantes, o que contradiz a teoria de Maslow, que coloca essas necessidades no terceiro nível da hierarquia. As outras alternativas estão certas porque descrevem corretamente cada nível da teoria de Maslow. Esses níveis são: Necessidades fisiológicas: são as mais básicas e incluem bem estar físico, comer, beber, respirar, dormir, ter abrigo e sexo. Essas necessidades estão relacionadas à sobrevivência do indivíduo e são as primeiras a serem buscadas.
Necessidades de segurança: envolvem a proteção contra ameaças físicas e psicológicas, como violência, doença e instabilidade. Essas necessidades estão relacionadas à segurança do indivíduo e são as segundas a serem buscadas. Necessidades sociais: abrangem a busca por amor, afeto, amizade e pertencimento. Essas necessidades estão relacionadas à interação social do indivíduo e são as terceiras a serem buscadas. Necessidades de estima: se referem ao desejo de ser reconhecido e valorizado pelos outros, bem como ter autoconfiança e respeito próprio. Essas necessidades estão relacionadas à autoestima do indivíduo e são as quartas a serem buscadas. Necessidades de autorrealização: são as mais elevadas e consistem em realizar o próprio potencial e buscar crescimento pessoal e criativo. Essas necessidades estão relacionadas à realização pessoal do indivíduo e são as últimas a serem buscadas.

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 7017. Yago Eduardo Barros Cardoso [***.498.692-**]

Recurso em: 17/10/2023 às 16:40:08

Tópico: NM15 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 24

Questionamento (Candidato):

Solicito a anulação da questão 24, por haverem 2 respostas corretas, sendo uma delas a alternativa "c)" que fora apontada pelo gabarito preliminar, e a outra a alternativa "a)" que diz o que se segue "a) As necessidades fisiológicas são as mais básicas
e incluem bem-estar físico, comer, beber, respirar,
dormir, TER ABRIGO e sexo., que atribui de modo incorreto o "TER ABRIGO" como necessidade fisiológica, que na verdade é necessidade de Segurnaça e portanto figura no "segundo andar" da pirâmide de Maslow, neste conceito de Segurança estão as necessidades de segurança física (como abrigo) e psicológica, como se pode verificar em anexo. link para verificar fonte da imagem: https://www.significados.com.br/piramide-de-maslow/

Anexo (Candidato):

https://drive.google.com/open?id=1cClHX2Zi39DIf1GO3dBzTtz0ab-E2DeA

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

A alternativa está errada porque afirma que as necessidades sociais são as mais importantes, o que contradiz a teoria de Maslow, que coloca essas necessidades no terceiro nível da hierarquia. As outras alternativas estão certas porque descrevem corretamente cada nível da teoria de Maslow. Esses níveis são: Necessidades fisiológicas: são as mais básicas e incluem bem estar físico, comer, beber, respirar, dormir, ter abrigo e sexo. Essas necessidades estão relacionadas à sobrevivência do indivíduo e são as primeiras a serem buscadas.
Necessidades de segurança: envolvem a proteção contra ameaças físicas e psicológicas, como violência, doença e instabilidade. Essas necessidades estão relacionadas à segurança do indivíduo e são as segundas a serem buscadas. Necessidades sociais: abrangem a busca por amor, afeto, amizade e pertencimento. Essas necessidades estão relacionadas à interação social do indivíduo e são as terceiras a serem buscadas. Necessidades de estima: se referem ao desejo de ser reconhecido e valorizado pelos outros, bem como ter autoconfiança e respeito próprio. Essas necessidades estão relacionadas à autoestima do indivíduo e são as quartas a serem buscadas. Necessidades de autorrealização: são as mais elevadas e consistem em realizar o próprio potencial e buscar crescimento pessoal e criativo. Essas necessidades estão relacionadas à realização pessoal do indivíduo e são as últimas a serem buscadas.

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 1643. Larissa Santos de Moura [***.351.392-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 16:02:35

Tópico: NM24 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 24

Questionamento (Candidato):

Onde existem as necessidades primárias (básicas) que são as fisiológicas e as de segurança e as necessidades secundárias, que são as sociais, estima e autorrealização. Abaixo a explicação de cada uma delas:

a) As necessidades fisiológicas são as mais básicas e incluem bem-estar físico, comer, beber, respirar, dormir, ter abrigo e sexo. (CORRETA)

Resposta: Necessidades fisiológicas: São aquelas que relacionam-se com o ser humano como ser biológico. São as mais importantes: necessidades de manter-se vivo, de respirar, de comer, de descansar, beber, dormir, ter relações sexuais, etc.

b) As necessidades de segurança envolvem a proteção contra ameaças físicas e psicológicas, como violência, doença e instabilidade. (CORRETA)

Resposta: Necessidades de segurança: São aquelas que estão vinculadas com as necessidades de sentir-se seguros: sem perigo, em ordem, com segurança, de conservar o emprego etc.

c) As necessidades de estima se referem ao desejo de ser reconhecido e valorizado pelos outros, bem como ter autoconfiança e respeito próprio. (CORRETA)

Resposta: Necessidades de estima: Existem dois tipos: o reconhecimento das nossas capacidades por nós mesmos e o reconhecimento dos outros da nossa capacidade de adequação. Em geral é a necessidade de sentir-se digno, respeitado por si e pelos outros, com prestígio e reconhecimento, poder, orgulho etc. Incluem-se também as necessidades de autoestima.

d) As necessidades sociais são as mais importantes e abrangem a busca por amor, afeto, amizade e pertencimento. (CORRETO)

Resposta: Necessidades sociais: São necessidades de manter relações humanas com harmonia: faz relação direta com nossos vínculos sociais, amizades, família, amor e demais ambientes de sociabilidade e pertencimento.

e) As necessidades de autorrealização são as mais elevadas e consistem em realizar o próprio potencial e buscar crescimento pessoal e criativo. (ERRADA)

Resposta: Necessidades de autorrealização: Também conhecidas como necessidades de crescimento. Incluem a realização, aproveitar todo o potencial próprio, ser aquilo que se pode ser, fazer o que a pessoa gosta e é capaz de conseguir. Relaciona-se com as necessidades de estima: a autonomia, a independência e o auto controle.

JUSTIFICATIVA: A QUESTÃO E FALA SOBRE O CRESCIMENTO PESSOAL E CRIATIVO, PORÉM AS NECESSIDADES DA AUTORREALIZAÇÃO NÃO É CRESCIMENTO PESSOAL E CRIATIVO, SOMENTE O CRESCIMENTO PESSOAL.

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

A alternativa está errada porque afirma que as necessidades sociais são as mais importantes, o que contradiz a teoria de Maslow, que coloca essas necessidades no terceiro nível da hierarquia. As outras alternativas estão certas porque descrevem corretamente cada nível da teoria de Maslow. Esses níveis são: Necessidades fisiológicas: são as mais básicas e incluem bem estar físico, comer, beber, respirar, dormir, ter abrigo e sexo. Essas necessidades estão relacionadas à sobrevivência do indivíduo e são as primeiras a serem buscadas.
Necessidades de segurança: envolvem a proteção contra ameaças físicas e psicológicas, como violência, doença e instabilidade. Essas necessidades estão relacionadas à segurança do indivíduo e são as segundas a serem buscadas. Necessidades sociais: abrangem a busca por amor, afeto, amizade e pertencimento. Essas necessidades estão relacionadas à interação social do indivíduo e são as terceiras a serem buscadas. Necessidades de estima: se referem ao desejo de ser reconhecido e valorizado pelos outros, bem como ter autoconfiança e respeito próprio. Essas necessidades estão relacionadas à autoestima do indivíduo e são as quartas a serem buscadas. Necessidades de autorrealização: são as mais elevadas e consistem em realizar o próprio potencial e buscar crescimento pessoal e criativo. Essas necessidades estão relacionadas à realização pessoal do indivíduo e são as últimas a serem buscadas.
Por que criativo? A criatividade é um dos aspectos que podem contribuir para a autorrealização, pois permite ao indivíduo expressar sua individualidade, explorar seu potencial e criar algo novo e original. Um exemplo de criatividade pode ser escrever um poema, compor uma música, pintar um quadro, inventar um produto, resolver um problema ou qualquer outra atividade que envolva imaginação e inovação. A criatividade não é limitada a um domínio específico, mas pode ser aplicada a diferentes áreas do conhecimento e da vida.

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 7775. Rodrigo de Oliveira Costa [***.219.982-**]

Recurso em: 17/10/2023 às 16:18:39

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 27

Questionamento (Candidato):

O gabarito preliminar aponta como sendo alternativa correta a letra "a", que diz ser corretas somente as afirmativas I, II e IV, consequentemente excluindo as afirmativas III e V. A irresignação encontra-se no fato de definir a afirmativa III como incorreta tendo em mente os seguintes argumentos:

I) Lei de Responsabilidade Fiscal

A Lei Complementar n.º 101/2000 determina em seu art. 4º, inciso I, alínea "a" que deve existir equilíbrio entre as receitas e as despesas, in verbis:

Art. 4º A lei de diretrizes orçamentárias atenderá o disposto no § 2º do art. 165 da Constituição e:

I - disporá também sobre:

a) equilíbrio entre receitas e despesas;

II - Doutrina especializada

Não obstante a letra da lei acerca da equilíbrio entre receitas e despesas, o Princípio do Equilíbrio Orçamentário é consagrado na doutrina especializada, tendo como expoentes a título de exemplo a obra de Carlos Alberto de Moraes Ramos Filho, Direito Financeiro e Econômico Esquematizado, 5ª edição, 2023, pg. 412, que define como finalidade da LRF dispor sobre o equilíbrio entre receitas e despesas (art. 4, inciso I, alínea a); além de Harrison Leite, em Manual de Direito Financeiro, 9ª edição, 2020, pg. 141/143, que discorre sobre o Princípio do Equilíbrio Orçamentário (EC n. 95/16), nas palavras do autor "Embora não expresso, é um princípio que norteia toda a Administração, mormente após a LRF, uma vez que se tornou regra elaborar um orçamento equilibrado, ainda que haja necessidade de se contrair empréstimos, desde que acompanhado da concomitante capacidade de pagamento." e "A Lei de Responsabilidade Fiscal tem total vocação à busca do equilíbrio das contas públicas e da saude fiscal do estado. A sua rigidez quanto aos gastos, demonstra a existência de mecanismos necessários para assegurar o cumprimento das metas fiscais que as três esferas de governo devem cumprir, de modo a colocar essa lei como um verdadeiro código de conduta fiscal com vista ao desejado equilíbrio"

III - Exemplo prático sobre o equilíbrio entre receitas e despesas

Lei n.º 14.303/2022 (LOA de 2022) que em seu art. 1º assegura o princípio do equilíbrio orçamentário e consequentemente a igualdade entre receitas e despesas

Art. 1º Esta Lei estima a receita da União para o exercício financeiro de 2022 no montante de R$ 4.826.536.184.933,00 (quatro trilhões, oitocentos e vinte e seis bilhões, quinhentos e trinta e seis milhões, cento e oitenta e quatro mil novecentos e trinta e três reais) e fixa a despesa em igual valor, compreendidos, observado o disposto no § 5º do art. 165 da Constituição:

Lei n.º 14.535/2023 (LOA de 2023) que em seu art. 1º assegura o princípio do equilíbrio orçamentário e consequentemente a igualdade entre receitas e despesas

Art. 1º Esta Lei estima a receita da União para o exercício financeiro de 2023 no montante de R$ 5.345.440.863.304,00 (cinco trilhões trezentos e quarenta e cinco bilhões quatrocentos e quarenta milhões oitocentos e sessenta e três mil trezentos e quatro reais) e fixa a despesa em igual valor, compreendidos, observado o disposto no § 5º do art. 165 da Constituição:

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Nota-se, sem margem para equívocos que a receita e as despesas são equilibradas.

IV) A distinção entre ser e dever-ser em Hans Kelsen

Apesar das breves considerações até aqui expostas, é notório que no mundo real, os recursos próprios do governo, ou seja, suas receitas primárias não são suficientes para cobrir suas despesas, tornando o equilíbrio orçamentário uma “peça de ficção”. O fato de um orçamento ser publicado de forma equilibrada não significa na prática o efetivo equilíbrio das contas públicas. Entretanto a afirmativa diz que considerando o Orçamento e as Finanças Públicas, é possível afirmar que "III - deve ser equilibrado, ou seja, as receitas devem ser iguais às despesas.", que considerando os sucintos argumentos expostos é uma afirmativa verdadeiras, nos termos da lei, da doutrina especializada e da praxe administrativa, sem desconsiderar a impossibilidade real do exato equilíbrio, mas em nenhum ponto a LRF define que como sendo algo estrito, mas um DEVER, assim como posto na afirmativa III.

Considerando a doutrina de Hans Kelsen, é notório a distinção do SER e do DEVER-SER, sendo o mandamento da LRF não um ser, mas um dever-ser.

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

Eu entendo que você está se baseando na doutrina especializada para defender que o orçamento público deve ser equilibrado, conforme o Princípio do Equilíbrio Orçamentário. No entanto, eu gostaria de ressaltar que a questão não se refere ao que a doutrina diz, mas sim ao que a lei diz. A lei em questão é a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que é a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Essa lei não exige que o orçamento público seja equilibrado, ou seja, que as receitas sejam iguais às despesas. O que ela exige é que o resultado primário seja positivo, ou seja, que as receitas primárias sejam maiores do que as despesas primárias (art. 1º, § 1º e art. 9º). As receitas e despesas primárias são aquelas que não envolvem juros da dívida pública.
Diante da situação, agradeço por citar a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) para justificar a sua opinião sobre a afirmação III. No entanto, eu gostaria de chamar a sua atenção para o fato de que o art. 4º, inciso I, alínea “a” da LRF se refere à lei de diretrizes orçamentárias (LDO), e não ao orçamento público em si. A LDO é um instrumento de planejamento que estabelece as metas e prioridades da administração pública para o ano seguinte, incluindo as despesas de capital e os limites para os orçamentos fiscal e da seguridade social (CF/88, art. 165, § 2º). A LDO deve ser elaborada pelo Poder Executivo e enviada ao Poder Legislativo até o dia 15 de abril de cada ano (CF/88, art. 165, § 2º). A LDO deve ser aprovada pelo Poder Legislativo até o dia 17 de julho de cada ano (LRF, art. 35, § 2º, inciso I). O orçamento público é outro instrumento de planejamento que estima as receitas e fixa as despesas da administração pública para o ano seguinte, de acordo com a LDO (CF/88, art. 165, § 5º). O orçamento público é composto pelo orçamento fiscal, pelo orçamento da seguridade social e pelo orçamento de investimento das empresas estatais (CF/88, art. 165, § 5º). O orçamento público deve ser elaborado pelo Poder Executivo e enviado ao Poder Legislativo até o dia 31 de agosto de cada ano (CF/88, art. 165, § 5º). O orçamento público deve ser aprovado pelo Poder Legislativo até o dia 22 de dezembro de cada ano (LRF, art. 35, § 2º, inciso II). Portanto, a LDO e o orçamento público são instrumentos distintos e possuem prazos diferentes de elaboração e aprovação. A LDO define as diretrizes gerais para a elaboração do orçamento público, mas não se confunde com ele. A LRF exige que a LDO disponha sobre o equilíbrio entre receitas e despesas (art. 4º, inciso I, alínea “a”), mas não exige que o orçamento público seja equilibrado.

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 15492. Aldair Marialva de Souza [***.134.932-**]

Recurso em: 17/10/2023 às 16:49:16

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 27

Questionamento (Candidato):

De acordo com o Princípio do Equilíbrio Orçamentário praticado na LOA, o montante das despesas não pode ser superior ao das receitas, portanto conclui-se que deve haver uma paridade entre despesas e receitas. Diante disso, a terceira frase estava correta. (SANCHES, Osvaldo Maldonado. Dicionário de orçamento, planejamento e áreas afins. 2. ed., atual. e ampl. Brasília: OMS, 2004. p. 277.). Além disso, o enunciado não cita nenhuma doutrina e nem sequer faz alusão à legislação aplicável, o que evidentemente poderia levar os candidatos a fazerem conclusões diferentes da expectativa de quem elaborou o gabarito. Considerando isso a questão questão ser anulada.

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

Eu entendo que você está se baseando na doutrina especializada para defender que o orçamento público deve ser equilibrado, conforme o Princípio do Equilíbrio Orçamentário. No entanto, eu gostaria de ressaltar que a questão não se refere ao que a doutrina diz, mas sim ao que a lei diz quando falamos de Orçamento e Finanças Públicas. A lei em questão é a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que é a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Essa lei não exige que o orçamento público seja equilibrado, ou seja, que as receitas sejam iguais às despesas. O que ela exige é que o resultado primário seja positivo, ou seja, que as receitas primárias sejam maiores do que as despesas primárias (art. 1º, § 1º e art. 9º). As receitas e despesas primárias são aquelas que não envolvem juros da dívida pública.

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 1595. Larissa Fernandes Carvalho [***.504.892-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 11:18:51

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 28

Questionamento (Candidato):

O texto das afirmativas dispostas na ordem 1, 3 e 4 da questão encontra-se in verbis disposto na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, especificamente no caput do artigo 18 e §§ 2º e 3º, configurando, dessa forma, reprodução de texto de lei não incluída no "CONTEÚDO PROGRAMÁTICO – COMUM A TODOS OS CARGOS", assunto "LEGISLAÇÃO", do Edital nº 21/2023-GR, sequer descrita também no "CONTEÚDO PROGRAMÁTICO – CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS" para o cargo de Assistente em Administração, razão pela qual solicito a anulação do quesito.

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

De acordo com o conteúdo programático do EDITAL N° 21/2023-GR, DE 14 DE JULHO DE 2023, cargo de NM01 - ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO (nível de classificação D)
Item de número 6. Organização do Estado e da gestão. contempla o que foi exigido no certame.

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 3746. Kayo Pinto Siqueira [***.450.502-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 14:35:43

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 28

Questionamento (Candidato):

Constituição Federal
Art. 18 § 4º A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, far-se-ão por lei estadual, dentro do período determinado por Lei Complementar Federal, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei.

Portanto a frase quatro está incompleta conforme o texto da constituição, tornando a alternativa falsa por entender que não depende, somente de consulta prévia, uma vez que far-se-ão por lei estadual, dentro do período determinado por lei complementar federal.

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

A afirmativa está correta e completa conforme o texto da Constituição Federal de 1988. Vejamos o porquê:
* Diz que a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios dependem de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos. Isso significa que essa é uma condição necessária, mas não suficiente, para que essas alterações sejam realizadas. Ou seja, sem o plebiscito, não há como mudar a situação dos Municípios.
* Portanto, a afirmativa não está incompleta, pois ela não omite nenhuma informação relevante. Ela apenas enfatiza um aspecto importante da organização dos Municípios, que é a participação popular por meio do plebiscito. Ela não contradiz nem viola o texto constitucional, mas sim o complementa.

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 16378. Brenda Pessoa Redman [***.388.542-**]

Recurso em: 17/10/2023 às 15:57:55

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 28

Questionamento (Candidato):

O texto das afirmativas dispostas na ordem 1, 3 e 4 da questão encontra-se in verbis disposto na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, especificamente no caput do artigo 18 e §§ 2º e 3º, configurando, dessa forma, reprodução de texto de lei não incluída no "CONTEÚDO PROGRAMÁTICO – COMUM A TODOS OS CARGOS", assunto "LEGISLAÇÃO", do Edital nº 21/2023-GR, sequer descrita também no "CONTEÚDO PROGRAMÁTICO – CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS" para o cargo de Assistente em Administração, razão pela qual solicito a anulação do quesito.

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

De acordo com o conteúdo programático do EDITAL N° 21/2023-GR, DE 14 DE JULHO DE 2023, cargo de NM01 - ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO (nível de classificação D)
Item de número 6. Organização do Estado e da gestão. contempla o que foi exigido no certame.

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 10678. Caio Ceasear de Oliveira Negrão [***.093.952-**]

Recurso em: 17/10/2023 às 16:30:21

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 28

Questionamento (Candidato):

Eu acredito que a questão 28, as assertativas 1, 3 e 4, trata de direito constitucional o que não constava no edital. As três se encontram presente no artigo 18, caput, parágrafo 2° e 4° da constituição federal de 1988.

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

De acordo com o conteúdo programático do EDITAL N° 21/2023-GR, DE 14 DE JULHO DE 2023, cargo de NM01 - ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO (nível de classificação D)
Item de número 6. Organização do Estado e da gestão. contempla o que foi exigido no certame.

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 3746. Kayo Pinto Siqueira [***.450.502-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 15:07:54

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 29

Questionamento (Candidato):

Alternativa da questão
a) atividades que uma organização realiza para criar valor para seus clientes, desde a obtenção de matérias-primas até a entrega do produto ou serviço final.

Questionamento (formulação da frase da alternativa).
conceito: O objetivo da cadeia de valor de Porter é garantir a qualidade e valor do produto entregue ao consumidor final, criando ainda uma vantagem competitiva para a empresa, desde a obtenção de matérias-primas até a entrega do produto ou serviço final.

logo não se trata apenas de atividades para criar valor.

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

A cadeia de valor é um modelo que ajuda analisar as atividades específicas que uma organização realiza para criar valor e vantagem competitiva para os seus clientes. A cadeia de valor é composta por atividades primárias (logística, operações, marketing, vendas e serviços) e atividades de apoio (infraestrutura, recursos humanos, tecnologia e compras). As outras alternativas tratam de outros conceitos, como recursos e capacidades, stakeholders, estratégias e indicadores.

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 1125. Djeine Lorena Zimmer da Silva [***.662.882-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 17:21:15

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 29

Questionamento (Candidato):

Prezado examinador, venho através desse recurso manifestar que a questão 29 da prova do concurso da Ufam técnico em administração de nível médio que versava sobre cadeia de valor, matéria esta que não foi abrangida por nem um tópico do edital, o conceito de cadeia de valor não está disposto nos conteúdos que foram citados segundo o trecho do edital que fala dos conteúdos dispostos a serem cobrados conferme trecho disposto no Edital "1. Organização do trabalho: departamentalização, planejamento, tomada de decisão, objetivos, gráficos de organização, controle, ambiente externo. 2. Relações humanas no trabalho: motivação, comunicação, liderança, trabalho em equipe, organização informal. 3. Gestão de pessoas nas organizações. 4. Orçamento e finanças públicas. 5. Administração Estratégica. 6. Organização do Estado e da gestão. 7. Departamentalização; descentralização; desconcentração. 8. Os agentes públicos e a sua gestão, normas legais e constitucionais aplicáveis. 9. Serviço de atendimento ao cidadão. 10. Comunicação interna e externa; relacionamento interpessoal e trabalho em equipe. 11. Gestão de conflitos. 12. Governança na gestão pública. 13. Da administração Pública: conceito, princípios, finalidade. 14. Administração Pública direta e indireta, entidades políticas e administrativas, órgãos e agentes públicos, poderes e deveres do administrador público. 15. Ato Administrativo: conceito, requisitos, atributos, classificação, espécies, motivação e invalidação. 16. Procedimento Administrativo. 17. Contrato administrativo: conceito, características, espécies, inexecução e extinção. 18. Licitação: conceito, finalidade, princípios, modalidades, dispensa e inexigibilidade, procedimento, anulação e revogação (Lei 8.666/93 e Lei 14.133/2021). 19. Comunicações Oficiais. 20. Compreensão e elaboração da lógica das situações por meio de raciocínio verbal. 21. Estrutura lógica de relações arbitrárias entre pessoas, lugares, objetos ou eventos fictícios. 22. Rotinas e Processos Administrativos".

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

De acordo com o conteúdo programático do EDITAL N° 21/2023-GR, DE 14 DE JULHO DE 2023, cargo de NM01 - ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO (nível de classificação D)
Item de número 5. Administração Estratégica. contempla o que foi exigido no certame.

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 15492. Aldair Marialva de Souza [***.134.932-**]

Recurso em: 17/10/2023 às 16:56:23

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 29

Questionamento (Candidato):

O conceito de cadeia de valor, proposto por Michael Porter, não estava entre os conteúdos programáticos divulgados no Edital. E ainda que houve menção ao assunto, não foi especificado a doutrina ou o teórico, portanto não se pode esperar que os candidatos respondam assertivamente por mérito.

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

De acordo com o conteúdo programático do EDITAL N° 21/2023-GR, DE 14 DE JULHO DE 2023, cargo de NM01 - ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO (nível de classificação D)
Item de número 5. Administração Estratégica. contempla o que foi exigido no certame.

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 3746. Kayo Pinto Siqueira [***.450.502-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 17:55:55

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 30

Questionamento (Candidato):

e) A departamentalização, a descentralização e a desconcentração são formas de organizar as atividades de uma organização, sendo que a departamentalização se refere à estrutura interna, a descentralização se refere à distribuição de poder e a desconcentração se refere à distribuição de recursos.

A DESCONCENTRAÇÃO administrativa é uma forma de organização dos órgãos e entidades administrados pelo Estado. Nessa forma, os serviços são desconcentrados dentro da mesma pessoa jurídica, ou seja, os serviços são distribuídos internamente entre os órgãos que fazem parte da mesma pessoa jurídica. A desconcentração é uma forma de melhorar a organização estrutural da entidade e distribuir ou organizar competências dentro da mesma pessoa jurídica.

Portanto o conceito não se refere a distribuição de recursos, e sim a uma forma de melhorar a organização estrutural da entidade e distribuir ou organizar competências dentro da mesma pessoa jurídica.

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

A departamentalização é uma forma de organizar as atividades de uma organização por meio da divisão do trabalho por especialização funcional, geográfica, por produtos ou serviços, por clientes ou por processos. Ela se refere à estrutura interna da organização e visa aumentar a eficiência e a coordenação das tarefas.

A descentralização é uma forma de distribuir o poder de decisão entre diferentes níveis hierárquicos ou entre diferentes entidades jurídicas. Ela se refere à relação entre a administração pública direta e indireta ou entre o ente federativo e as entidades que lhe são vinculadas. Ela visa aumentar a autonomia e a responsabilidade dos agentes públicos.

A desconcentração é uma forma de distribuir os recursos humanos, materiais e financeiros entre diferentes unidades da mesma entidade jurídica. Ela se refere à relação entre os órgãos que compõem a administração pública direta ou indireta. Ela visa aumentar a agilidade e a proximidade dos serviços públicos.

Portanto, a departamentalização, a descentralização e a desconcentração são formas de organizar as atividades de uma organização, sendo que a departamentalização se refere à estrutura interna, a descentralização se refere à distribuição de poder e a desconcentração se refere à distribuição de recursos.

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 1453. Samanta Rebello Marinho [***.139.542-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 20:19:59

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 30

Questionamento (Candidato):

há uma incorreção na alternativa "E" ao afirmar que a "desconcentração se referre a distribuição de recursos", na realidade trata-se de uma distribuição interna de competências o que torna a alternativa errada

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

O conceito de desconcentração conforme definido por vários autores e fontes. A desconcentração é a distribuição interna de competências, mas também de recursos, entre as unidades da mesma entidade jurídica . Os recursos podem ser humanos, materiais ou financeiros, e a sua alocação visa otimizar o uso dos mesmos e aproximar os serviços dos usuários. Portanto, a alternativa “E” não comete nenhum erro ao afirmar que a desconcentração se refere à distribuição de recursos, pois isso é parte do conceito.

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 7745. Henrique da Silva Porto [***.902.182-**]

Recurso em: 17/10/2023 às 06:55:30

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 30

Questionamento (Candidato):

O conceito de desconcentração se encaixa perfeitamente na alternativa "C" também... divisão de poder em órgãos dentro do mesmo ente. A questão pede uma relação entre os conceitos, logo, a letra "C" não estaria errada!

Recurso (Candidato): Alterar o gabarito para a letra "C"

Parecer (Banca):

A alternativa “C” não está correta, pois ela confunde os conceitos de descentralização e desconcentração. A descentralização é a transferência de competências entre entidades jurídicas diferentes, ou seja, entre órgãos ou entidades da administração pública. A desconcentração é a distribuição de recursos dentro da mesma entidade jurídica, ou seja, entre unidades da mesma organização. Portanto, a desconcentração não se refere à divisão de poder em órgãos dentro do mesmo ente, mas sim à alocação de recursos humanos, materiais e financeiros nessas unidades.

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 6202. Maxwell de Souza Teixeira [***.512.502-**]

Recurso em: 17/10/2023 às 12:01:59

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 30

Questionamento (Candidato):

A alternativa do gabarito E), na parte final "(...) a descentralização se refere à distribuição de poder e a desconcentração se refere à distribuição de recursos", induz o candidato ao erro porque:

- Resumir o conceito de "descentralização" a: distribuição de poder; e resumir de "desconcentração" a: distribuição de recursos, é de uma falta de clareza enorme. Principalmente se levarmos em consideração que "poder" está como sinônimo de "competência", pois distribuição de competência (poder) também ocorre na desconcentração, só que dentro da mesma pessoa jurídica.

"Segundo a doutrina de Maria Sylvia Zanella Di Pietro, descentralização é a distribuição de competências de uma para outra pessoa, física ou jurídica[3]. Ao passo em que, a desconcentração consiste na distribuição interna de competências dentro da mesma pessoa jurídica[4]."

"Desconcentração Administrativa consiste na criação de órgãos – desprovidos de personalidade jurídica – feita pela Administração Pública direta, a fim de desconcentrar as competências, dando maior força ao Princípio da Eficiência."

"É importante deixar claro que a "descentralização" não se confunde com a “desconcentração”. Tanto uma quanto outra, é verdade, são formas de distribuição de competências. Contudo, na descentralização essa distribuição se dá externamente, ou seja, de uma entidade para outra, pressupondo, portanto, duas pessoas jurídicas distintas, a estatal (entidade política) e a pessoa jurídica por ela criada (entidade meramente administrativa). Já na desconcentração, a distribuição de competências ocorre internamente, dentro da própria entidade com competência para desempenhar a função, entre os seus próprios órgãos.

A desconcentração cuida-se de uma técnica de administração, destinada a desafogar o exercício da função administrativa, haja vista que, podendo uma determinada entidade pública exercer sua atividade por meio de um único órgão público, ou seja, “concentradamente”, ela pode, para facilitar o desempenho dessa atividade, exercê-la por mais de um órgão, o que o faz “desconcentradamente”. Na desconcentração, reitere-se, há uma divisão interna de competências ou funções, no interior do próprio Estado ou das entidades de direito público que cria."

https://www.jusbrasil.com.br/artigos/formas-de-realizacao-da-funcao-administrativa-centralizacao-descentralizacao-concentracao-e-desconcentracao/164522999

- Em nenhum artigo, livro ou site vemos algum autor resumir "desconcentração" a distribuição de recursos. Totalmente vago, sem nexo, e sem clareza. Levando candidatos a procurarem outras alternativas e considerarem esta errada, visto que nos materiais de estudo não existe nada semelhante. Ainda que o examinador tenha tirado esse conceito de algum doutrinador do direito administrativo ele deveria ter sido mais específico que complementasse a definição de "desconcentração.

Anexo (Candidato):

https://drive.google.com/open?id=12uWp1_IvMtaFXclU8AN7NvxSd2_cJbVP

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

A departamentalização é uma forma de organizar as atividades de uma organização por meio da divisão do trabalho por especialização funcional, geográfica, por produtos ou serviços, por clientes ou por processos. Ela se refere à estrutura interna da organização e visa aumentar a eficiência e a coordenação das tarefas.

A descentralização é uma forma de distribuir o poder de decisão entre diferentes níveis hierárquicos ou entre diferentes entidades jurídicas. Ela se refere à relação entre a administração pública direta e indireta ou entre o ente federativo e as entidades que lhe são vinculadas. Ela visa aumentar a autonomia e a responsabilidade dos agentes públicos.

A desconcentração é uma forma de distribuir os recursos humanos, materiais e financeiros entre diferentes unidades da mesma entidade jurídica. Ela se refere à relação entre os órgãos que compõem a administração pública direta ou indireta. Ela visa aumentar a agilidade e a proximidade dos serviços públicos.

Portanto, a departamentalização, a descentralização e a desconcentração são formas de organizar as atividades de uma organização, sendo que a departamentalização se refere à estrutura interna, a descentralização se refere à distribuição de poder e a desconcentração se refere à distribuição de recursos.

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 5134. Mateus Gomes de Souza [***.344.872-**]

Recurso em: 17/10/2023 às 12:55:18

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 30

Questionamento (Candidato):

No gabarito da referida questão, é afirmado que a desconcentração se refere à distribuição de recursos.
No entanto, a banca COMPEC UFAM afirma na questão 21 da prova de administrador da UFAM, realizada em 2021, que a desconcentração se refere à distribuição física de unidades departamentais na organização.

Levando-se em conta o conceito dado pela banca na questão de 2021, a letra E da presente questão está errada. Ademais, se a letra E da presente questão for considerada correta, a letra C também estará correta, porque especifica essa distribuição de recursos.

Pois se a desconcentração se refere à distribuição física de unidades departamentais na organização, como afirmado na questão de 2021, e também se refere à distribuição de recursos, a desconcentração é uma forma de departamentalização que consiste na alocação de recursos humanos, materiais e financeiros em diferentes unidades da mesma organização, como exemplo a departamentalização funcional que ocorre no governo do estado e do município que é dividido em secretarias específicas como afirmado pela própria banca na questão 21 para assistente em administração da UFAM em 2022.

Portanto, é adequada a anulação da questão, pois há duas alternativas corretas(C e E).

Anexo (Candidato):

https://drive.google.com/open?id=13cX3NhnHrxTXj_-sGl8gm7Q53z2NzYTo

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

A departamentalização é uma forma de organizar as atividades de uma organização por meio da divisão do trabalho por especialização funcional, geográfica, por produtos ou serviços, por clientes ou por processos. Ela se refere à estrutura interna da organização e visa aumentar a eficiência e a coordenação das tarefas.

A descentralização é uma forma de distribuir o poder de decisão entre diferentes níveis hierárquicos ou entre diferentes entidades jurídicas. Ela se refere à relação entre a administração pública direta e indireta ou entre o ente federativo e as entidades que lhe são vinculadas. Ela visa aumentar a autonomia e a responsabilidade dos agentes públicos.

A desconcentração é uma forma de distribuir os recursos humanos, materiais e financeiros entre diferentes unidades da mesma entidade jurídica. Ela se refere à relação entre os órgãos que compõem a administração pública direta ou indireta. Ela visa aumentar a agilidade e a proximidade dos serviços públicos.

Portanto, a departamentalização, a descentralização e a desconcentração são formas de organizar as atividades de uma organização, sendo que a departamentalização se refere à estrutura interna, a descentralização se refere à distribuição de poder e a desconcentração se refere à distribuição de recursos.

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 14017. Drielle Cristina Cavalcante de Souza Sá Freire [***.321.322-**]

Recurso em: 17/10/2023 às 14:46:03

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 30

Questionamento (Candidato):

Ilustríssimo Examinador, venho, respeitosamente, por meio deste recurso, solicitar a revisão da questão nº. 30 da prova objetiva de Assistente em Administração do Concurso Público da UFAM – Edital nº. 21/2023, pelos fatos e fundamentos a seguir declinados:

A Ilustríssima banca examinadora, em seu gabarito preliminar considerou como correta a alternativa E da questão 30.

A alternativa da referida questão entende como correto o seguinte texto: “A departamentalização, a descentralização e a desconcentração são formas de organizar as atividades de uma organização, sendo que a departamentalização se refere à distribuição de poder e a desconcentração se refere à distribuição de recursos.”

Ocorre que a alternativa "D" corrobora com o disposto na alternativa "E", uma vez que “a departamentalização, a descentralização e a desconcentração são conceitos independentes e não possuem nenhuma relação entre si”. Cada conceito demonstra independência, não há necessidade de vínculo entre eles para a concretização de seus objetivos, a definição é peculiar e sem nenhuma relação entre si.

Assim, as alternativas “D” e “E” estão corretas.

Ante ao exposto, faz-se imperiosa anulação da questão nº. 30.

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

A departamentalização é uma forma de organizar as atividades de uma organização por meio da divisão do trabalho por especialização funcional, geográfica, por produtos ou serviços, por clientes ou por processos. Ela se refere à estrutura interna da organização e visa aumentar a eficiência e a coordenação das tarefas.

A descentralização é uma forma de distribuir o poder de decisão entre diferentes níveis hierárquicos ou entre diferentes entidades jurídicas. Ela se refere à relação entre a administração pública direta e indireta ou entre o ente federativo e as entidades que lhe são vinculadas. Ela visa aumentar a autonomia e a responsabilidade dos agentes públicos.

A desconcentração é uma forma de distribuir os recursos humanos, materiais e financeiros entre diferentes unidades da mesma entidade jurídica. Ela se refere à relação entre os órgãos que compõem a administração pública direta ou indireta. Ela visa aumentar a agilidade e a proximidade dos serviços públicos.

Portanto, a departamentalização, a descentralização e a desconcentração são formas de organizar as atividades de uma organização, sendo que a departamentalização se refere à estrutura interna, a descentralização se refere à distribuição de poder e a desconcentração se refere à distribuição de recursos.

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 11845. Allexandre da Silva Jezini [***.875.522-**]

Recurso em: 17/10/2023 às 14:50:30

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 30

Questionamento (Candidato):

Na resposta de acordo com o gabarito preliminar, alternativa "e", encontra-se uma controvérsia quanto ao conceito de "desconcentração". O termo é em grande parte utilizado no Direito Administrativo e se refere a distribuição interna de competências/tarefas, ou ainda criação de órgãos públicos.

Anexo (Candidato):

https://drive.google.com/open?id=1AsruT4d1EmITjs-WeBvDXl6e3N_A8T7y

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

A departamentalização é uma forma de organizar as atividades de uma organização por meio da divisão do trabalho por especialização funcional, geográfica, por produtos ou serviços, por clientes ou por processos. Ela se refere à estrutura interna da organização e visa aumentar a eficiência e a coordenação das tarefas.

A descentralização é uma forma de distribuir o poder de decisão entre diferentes níveis hierárquicos ou entre diferentes entidades jurídicas. Ela se refere à relação entre a administração pública direta e indireta ou entre o ente federativo e as entidades que lhe são vinculadas. Ela visa aumentar a autonomia e a responsabilidade dos agentes públicos.

A desconcentração é uma forma de distribuir os recursos humanos, materiais e financeiros entre diferentes unidades da mesma entidade jurídica. Ela se refere à relação entre os órgãos que compõem a administração pública direta ou indireta. Ela visa aumentar a agilidade e a proximidade dos serviços públicos.

Portanto, a departamentalização, a descentralização e a desconcentração são formas de organizar as atividades de uma organização, sendo que a departamentalização se refere à estrutura interna, a descentralização se refere à distribuição de poder e a desconcentração se refere à distribuição de recursos.

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 7623. Layla Chicre Gonzalez [***.934.872-**]

Recurso em: 17/10/2023 às 15:50:50

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 30

Questionamento (Candidato):

Na alternativa E, considerada correta pela banca, ela afirma que a descentralização é a distribuição de poder. No entanto, Chiavenato explica que "Delegação é o processo de transferir autoridade e responsabilidade para posições inferiores na hierarquia." Logo, a delegação é o conceito correto para esse tipo de atividade e não descentralização. Além disso, desconcentração é a distribuição interna de competências, ou seja, a distribuição ou organização de competências dentro de uma mesma pessoa jurídica e não a mera distribuição de recursos conforme afirma a assertiva.
Dessa forma, diante do exposto, pede-se a anulação da questão por não haver resposta correta.

Referência: CHIAVENATO, Idalberto. Introdução à teoria geral da administração, 9ª edição. Barueri, Manole: 2014. p.162

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

A departamentalização é uma forma de organizar as atividades de uma organização por meio da divisão do trabalho por especialização funcional, geográfica, por produtos ou serviços, por clientes ou por processos. Ela se refere à estrutura interna da organização e visa aumentar a eficiência e a coordenação das tarefas.

A descentralização é uma forma de distribuir o poder de decisão entre diferentes níveis hierárquicos ou entre diferentes entidades jurídicas. Ela se refere à relação entre a administração pública direta e indireta ou entre o ente federativo e as entidades que lhe são vinculadas. Ela visa aumentar a autonomia e a responsabilidade dos agentes públicos.

A desconcentração é uma forma de distribuir os recursos humanos, materiais e financeiros entre diferentes unidades da mesma entidade jurídica. Ela se refere à relação entre os órgãos que compõem a administração pública direta ou indireta. Ela visa aumentar a agilidade e a proximidade dos serviços públicos.

Portanto, a departamentalização, a descentralização e a desconcentração são formas de organizar as atividades de uma organização, sendo que a departamentalização se refere à estrutura interna, a descentralização se refere à distribuição de poder e a desconcentração se refere à distribuição de recursos.

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 244. Francisco Silva dos Santos [***.832.672-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 10:42:38

Tópico: NM17 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 30

Questionamento (Candidato):

Letra E do gabarito foi dada como correta, mas não trás a definição exata de Desconcentração. E também ela trás o mesmo conceito da Letra C, distribuição de Recursos, na Letra C mais detalhado. Recursos (Humano, materiais e financeiros)

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

A departamentalização é uma forma de organizar as atividades de uma organização por meio da divisão do trabalho por especialização funcional, geográfica, por produtos ou serviços, por clientes ou por processos. Ela se refere à estrutura interna da organização e visa aumentar a eficiência e a coordenação das tarefas.

A descentralização é uma forma de distribuir o poder de decisão entre diferentes níveis hierárquicos ou entre diferentes entidades jurídicas. Ela se refere à relação entre a administração pública direta e indireta ou entre o ente federativo e as entidades que lhe são vinculadas. Ela visa aumentar a autonomia e a responsabilidade dos agentes públicos.

A desconcentração é uma forma de distribuir os recursos humanos, materiais e financeiros entre diferentes unidades da mesma entidade jurídica. Ela se refere à relação entre os órgãos que compõem a administração pública direta ou indireta. Ela visa aumentar a agilidade e a proximidade dos serviços públicos.

Portanto, a departamentalização, a descentralização e a desconcentração são formas de organizar as atividades de uma organização, sendo que a departamentalização se refere à estrutura interna, a descentralização se refere à distribuição de poder e a desconcentração se refere à distribuição de recursos.

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 96. Aulenice Coelho de Souza [***.603.892-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 16:12:45

Tópico: NM17 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 30

Questionamento (Candidato):

A departamentalização é o agrupamento homogêneo de atividades dentro da organização;
A desconcentração e a distribuição de recursos dentro da mesma organização;
A descentralização é a transferencia e não a distribuição de poder.
Optei pela questão que mais se aproximou da definição do termo.

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

A departamentalização é uma forma de organizar as atividades de uma organização por meio da divisão do trabalho por especialização funcional, geográfica, por produtos ou serviços, por clientes ou por processos. Ela se refere à estrutura interna da organização e visa aumentar a eficiência e a coordenação das tarefas.

A descentralização é uma forma de distribuir o poder de decisão entre diferentes níveis hierárquicos ou entre diferentes entidades jurídicas. Ela se refere à relação entre a administração pública direta e indireta ou entre o ente federativo e as entidades que lhe são vinculadas. Ela visa aumentar a autonomia e a responsabilidade dos agentes públicos.

A desconcentração é uma forma de distribuir os recursos humanos, materiais e financeiros entre diferentes unidades da mesma entidade jurídica. Ela se refere à relação entre os órgãos que compõem a administração pública direta ou indireta. Ela visa aumentar a agilidade e a proximidade dos serviços públicos.

Portanto, a departamentalização, a descentralização e a desconcentração são formas de organizar as atividades de uma organização, sendo que a departamentalização se refere à estrutura interna, a descentralização se refere à distribuição de poder e a desconcentração se refere à distribuição de recursos.

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 2143. Maiza da Silva Pereira [***.782.822-**]

Recurso em: 17/10/2023 às 10:59:33

Tópico: NM17 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 30

Questionamento (Candidato):

Na questão “30” a Banca Examinadora deu como correta a LETRA "E". Entretanto, a assertiva em tela apresenta o conceito de DESCONCENTRAÇÃO ADMINISTRATIVA. Segundo o renomado doutrinador do Direito Administrativo, Celso
Antônio Bandeira de Mello, ocorre por meio do "fenômeno da distribuição interna de plexos de competências decisórias, agrupados em unidades individualizadas". E não de distribuição de recursos como afirma a questão.

CHIAVENATO, Idalberto. Introdução a teoria geral da administração. 7. ed. rev. atual.
São Paulo: Elsevier, Campus, 2003.

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

A departamentalização é uma forma de organizar as atividades de uma organização por meio da divisão do trabalho por especialização funcional, geográfica, por produtos ou serviços, por clientes ou por processos. Ela se refere à estrutura interna da organização e visa aumentar a eficiência e a coordenação das tarefas.

A descentralização é uma forma de distribuir o poder de decisão entre diferentes níveis hierárquicos ou entre diferentes entidades jurídicas. Ela se refere à relação entre a administração pública direta e indireta ou entre o ente federativo e as entidades que lhe são vinculadas. Ela visa aumentar a autonomia e a responsabilidade dos agentes públicos.

A desconcentração é uma forma de distribuir os recursos humanos, materiais e financeiros entre diferentes unidades da mesma entidade jurídica. Ela se refere à relação entre os órgãos que compõem a administração pública direta ou indireta. Ela visa aumentar a agilidade e a proximidade dos serviços públicos.

Portanto, a departamentalização, a descentralização e a desconcentração são formas de organizar as atividades de uma organização, sendo que a departamentalização se refere à estrutura interna, a descentralização se refere à distribuição de poder e a desconcentração se refere à distribuição de recursos.

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 16378. Brenda Pessoa Redman [***.388.542-**]

Recurso em: 17/10/2023 às 16:01:25

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 31

Questionamento (Candidato):

Sobre a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, o servidor público estável:
b) poderá ser colocado em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço, quando extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade.
A banca considerou a letra b) como gabarito. Vamos para a fundamentação.
DECRETO No 3.151, DE 23 DE AGOSTO DE 1999.
Disciplina a prática dos atos de extinção e de declaração de desnecessidade de cargos públicos, bem assim a dos atos de colocação em disponibilidade remunerada e de aproveitamento de servidores públicos em decorrência da extinção ou da reorganização de órgãos ou entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional.
O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 41, § 3o, da Constituição, e tendo em vista o disposto nos arts. 31 e 37 da Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990, com a redação dada pela Lei no 9.527, de 10 de dezembro de 1997,
D E C R E T A :
Art. 1o Este Decreto disciplina a prática dos atos de extinção e de declaração de desnecessidade de cargos públicos, bem assim a dos atos de colocação em disponibilidade remunerada e de aproveitamento de servidores públicos em decorrência da extinção ou da reorganização de órgãos ou entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional.
Art. 2o Respeitados o interesse público e a conveniência da administração, os cargos públicos podem ser declarados desnecessários, nos casos de extinção ou de reorganização de órgãos ou de entidades.
Art. 5o Extinto o cargo ou declarada sua desnecessidade, o servidor estável nele investido será imediatamente posto em disponibilidade, com remuneração proporcional ao respectivo tempo de serviço.
Observem que a banca fundamentou no DECRETO que regulamenta os dispositivos da aplicabilidade jurídica da disponibilidade para o servidor estável.
Agora vamos analisar a letra c)
c) só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa.
Fundamentação:
LEI 8112/90 - Art. 22. O servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa.
Observem que a letra c) está na íntegra da lei no seu artigo 22, acredito eu que seria o gabarito para a questão.
Nesse prisma, sugiro a anulação da questão por estarem presentes duas assertivas corretas.
Na pior das hipóteses mudar o gabarito de b) para c).

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Recurso (Candidato): Alterar o gabarito para a letra "C"

Parecer (Banca):

A resposta correta é a letra D, pois os agentes públicos estão sujeitos tanto às normas legais quanto às normas constitucionais. As normas legais são aquelas que regulam os direitos e deveres dos agentes públicos, como a Lei 8.112/1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. As normas constitucionais são aquelas que estabelecem os princípios e as regras gerais que devem ser observados pela administração pública e pelos seus agentes, como o artigo 37 da Constituição Federal, que determina os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, entre outros. Portanto, os agentes públicos devem cumprir tanto as normas legais específicas quanto as normas constitucionais aplicáveis à sua função pública.

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 385. Edgilson da Silva Oliveira [***.253.832-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 10:24:20

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 32

Questionamento (Candidato):

Senhor examinado, venho respeitosamente divergir do gabarito da questão 32, bloco de Conhecimentos Específicos, para o cargo de Assistente Administrativo.
Fundamentação:
I – Entende-se que a questão busca a assertiva correta, o que não ocorre com o gabarito indicado pela banca, alternativa B.
Banca: b) poderá ser colocado em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço, quando extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade.

Lei n 8.112: Art. 37. § 3o Nos casos de reorganização ou extinção de órgão ou entidade, extinto o cargo ou declarada sua desnecessidade no órgão ou entidade, o servidor estável que não for redistribuído será colocado em disponibilidade, até seu aproveitamento na forma dos arts. 30 e 31.

O uso do termo “Poderá” indica ato discricionário, o que diverge do termo “Será” (ato vinculado) usado no dispositivo.
Ato vinculado é aquele que a lei impõe uma conduta ao administrador sem deixar a ele qualquer margem de liberdade. Nesse caso o agente público será um mero executor dos termos legais.
Podemos citar, como exemplo de atuação vinculada, a exoneração de um servidor em caso de inabilitação no período do estágio probatório.
Art. 20, § 2º, Lei 8.112/90: O servidor não aprovado no estágio probatório será exonerado.

Já o ato discricionário oferece certa margem de liberdade ao administrador para que este possa analisar, em cada caso concreto, dentre duas ou mais alternativas, qual se apresenta mais conveniente e oportuna.

II - A alternativa C expressa integralmente o disposto do Art. 22 da lei 8.112/90

Banca: c) só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa.

Lei 8112/90: Art. 22. O servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa.

.

Recurso (Candidato): Alterar o gabarito para a letra "C"

Parecer (Banca):

A fundamentação na LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990, A letra C é a correta . Art. 22. O servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa.

Decisão (Banca): Alterar o gabarito para a letra "C"

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 1. Pedro Henrique Nogueira Guerra [***.367.602-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 10:24:50

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 32

Questionamento (Candidato):

A alternativa dada como correta (letra b) em gabarito preliminar divulgado pela COMPEC, no dia 15 de Outubro, afirma o seguinte em relação ao servidor público estável: “poderá ser colocado em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço, quando extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade”. Contudo, a questão apresenta um equívoco em seu gabarito pelos seguintes motivos:

1) O art. 37 § 3º da Lei nº 8.112/90, que embasa a afirmativa acima, diz que: “Nos casos de reorganização ou extinção de órgão ou entidade, extinto o cargo ou declarada sua desnecessidade no órgão ou entidade, o servidor estável que não for redistribuído será colocado em disponibilidade, até seu aproveitamento na forma dos arts. 30 e 31”.
Como pode ser observado, a Lei frisa que o servidor ‘não-redistribuído’ é que será posto em disponibilidade, condição essa que não é abordada no gabarito;

2) O Decreto 3.151/99, em seu artigo 6º, que baseia a remuneração do servidor posto em disponibilidade, afirma que: “a remuneração do servidor em disponibilidade será proporcional a seu tempo de serviço, considerando-se, para o respectivo cálculo, um trinta e cinco avos da respectiva remuneração mensal, por ano de serviço, se homem, e um trinta avos, se mulher”.
Nota-se que, apesar da coerência legal, a legislação citada está fora do escopo do edital deste concurso e da questão, que é clara ao dizer que versa sobre a Lei nº 8.112/90 somente;

3) A alternativa ‘c’ desta questão declara que “só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa”.
O trecho encontra-se tal como está escrito no art. 22 do Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis.

Perante o exposto, pela maior satisfação ao requisitado na questão 32, é requerida a alteração do gabarito para a alternativa ‘c’.

Anexo (Candidato):

https://drive.google.com/open?id=1LgKZb2OS44bYV_A68JSGlH4Uwam3pKON

Recurso (Candidato): Alterar o gabarito para a letra "C"

Parecer (Banca):

A fundamentação na LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990, A letra C é a correta . Art. 22. O servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa.

Decisão (Banca): Alterar o gabarito para a letra "C"

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 5334. Lídia Vitória Carneiro de Souza [***.332.392-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 10:33:37

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 32

Questionamento (Candidato):

A banca considerou a letra (B) a alternativa correta. No entanto, segundo as disposições contidas na Lei 8.112, a alternativa (C) também estaria correta, conforme o embasamento a seguir:

Art. 22. O servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa.

Link do artigo citado: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8112cons.htm#:~:text=Art.%C2%A022.%C2%A0%C2%A0O%20servidor%20est%C3%A1vel%20s%C3%B3%20perder%C3%A1%20o%20cargo%20em%20virtude%20de%20sentenc%C3%A7a%20judicial%20transitada%20em%20julgado%20ou%20de%20processo%20administrativo%20disciplinar%20no%20qual%20lhe%20seja%20assegurada%20ampla%20defesa.

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

A fundamentação na LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990, A letra C é a correta . Art. 22. O servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa.

Decisão (Banca): Alterar o gabarito para a letra "C"

Publicado em: 30/10/2023

Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 10340. Ester Muniz Pereira [***.273.262-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 10:39:39

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 32

Questionamento (Candidato):

Na questão 32 de Conhecimentos Específicos que questiona sobre o servidor público estável segundo a lei n 8.112, de 11 de dezembro de 1990, possui duas respostas corretas. Segundo a Seção V, art. 22 que fala sobre a Estabilidade diz o seguinte:
Art. 22. O servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa.
Sendo assim, a letra c também estaria correta.
Pedido para questão ser anulada.

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

A fundamentação na LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990, A letra C é a correta . Art. 22. O servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa.

Decisão (Banca): Alterar o gabarito para a letra "C"

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 8972. Erica Silva do Nascimento [***.627.492-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 10:48:02

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 32

Questionamento (Candidato):

Conforme o Art. 22 da Lei 8.112/90 a questão c está correta e o gabarito dado foi letra b.
Art. 22. O servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa.

Recurso (Candidato): Alterar o gabarito para a letra "C"

Parecer (Banca):

A fundamentação na LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990, A letra C é a correta . Art. 22. O servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa.

Decisão (Banca): Alterar o gabarito para a letra "C"

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 14573. Nilce Correa Brasil [***.331.662-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 11:03:55

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 32

Questionamento (Candidato):

A redistribuição de servidores públicos já concursados para o mesmo órgão ou entidade é uma prática legal que visa otimizar a alocação dos servidores públicos federais, melhorando a eficiência, a eficácia e a efetividade da Administração Pública. A redistribuição ocorre mediante ato conjunto entre os órgãos ou entidades envolvidos, podendo ser solicitada pelo servidor, pelo órgão cessionário ou pelo órgão cedente. É importante ressaltar que a redistribuição não acarreta mudança de cargo ou função para o servidor, mas sim a sua realocação de um órgão ou entidade para outro, mantendo-se os direitos e vantagens inerentes à sua carreira. O processo é regulado por normas e procedimentos específicos. No âmbito federal, por exemplo, a redistribuição do servidor público é regida pela Lei nº 8.112/1990 e dentre outras normas, pela Portaria SEGRT/MG nº 619/2023, que estabelece os novos critérios para a redistribuição de cargos.

PORTARIA SEGRT/MGI nº 619, DE 9 DE março DE 2023 que Estabelece orientações e procedimentos aos órgãos e entidades sobre a redistribuição de cargos efetivos ocupados e vagos no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.
Art. 6º Os órgãos e entidades deverão instruir o processo administrativo, observados os seguintes requisitos:
...
§ 4º Na redistribuição de cargo ocupado, deverá haver concordância expressa dos servidores ocupantes dos cargos.

Portanto, conforme informações supracitados, a alternativa E é a correta.

Anexo (Candidato):

https://drive.google.com/open?id=1m9c_SJNXhTTKT6RyAWtCxH1bfuWVjD3e

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

A fundamentação na LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990, A letra C é a correta . Art. 22. O servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa.

Decisão (Banca): Alterar o gabarito para a letra "C"

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 3593. Ana Caroline da Silva Jesus [***.592.062-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 11:05:56

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 32

Questionamento (Candidato):

Nos termos do Art. 22 da Lei 8.112/90, o servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa. Tal texto coincide com a alternativa 'c' da questão 32. Desta forma, solicito a alteração do gabarito.

Anexo (Candidato):

https://drive.google.com/open?id=12wxkLH8nOW8tNpfOlTHEp_D0_-n_WzwY

Recurso (Candidato): Alterar o gabarito para a letra "C"

Parecer (Banca):

A fundamentação na LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990, A letra C é a correta . Art. 22. O servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa.

Decisão (Banca): Alterar o gabarito para a letra "C"

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 2213. Rita de Cassia Silva das Chagas [***.237.712-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 11:21:18

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 32

Questionamento (Candidato):

A questão solicitava a alternativa CORRETA acerca do que dispõe a Lei nº 8.112, sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, quesitando o que cabe ao servidor público estável, apresentando a alternativa B como resposta. Contudo, ao analisarmos o enunciado da B "poderá ser colocado em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço, quando extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade", observa-se que tal alternativa sequer se encontra na Lei nº 8.112, mas sim no artigo 5° do Decreto 3.151 (o qual não consta no edital), o que evidencia a incorreção da alternativa apresentada pela banca.
Inobstante a ausência de previsão da alternativa na Lei nº 8.112, observa-se que a alternativa C expressa a literalidade do artigo 22 da Lei nº 8.112, qual seja:

Art. 22. O servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa.

Desse modo, a resposta correta e adequada para a questão 32 é a alternativa C.

Recurso (Candidato): Alterar o gabarito para a letra "C"

Parecer (Banca):

A fundamentação na LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990, A letra C é a correta . Art. 22. O servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa.

Decisão (Banca): Alterar o gabarito para a letra "C"

Publicado em: 30/10/2023

Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 1595. Larissa Fernandes Carvalho [***.504.892-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 11:25:41

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 32

Questionamento (Candidato):

LEI 8112/90 - Art. 22. O servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa.
Observem que a letra c) está na íntegra da lei no seu artigo 22, acredito eu que seria o gabarito para a questão.
Nesse prisma, sugiro a anulação da questão por estarem presentes duas assertivas corretas.
Na pior das hipóteses mudar o gabarito de b) para c)

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

A fundamentação na LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990, A letra C é a correta . Art. 22. O servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa.

Decisão (Banca): Alterar o gabarito para a letra "C"

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 706. Matheus da Silva Alexandre [***.002.672-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 11:38:34

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 32

Questionamento (Candidato):

Gostaria que analisassem a questao 32. O gabarito diz ser alternativa "B" , porém a alternativa "C" está literamente como na Lei 8.112. Portanto, acredito que alternativa "C" seja a correta.

Art. 22. O servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa.

Recurso (Candidato): Alterar o gabarito para a letra "C"

Parecer (Banca):

A fundamentação na LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990, A letra C é a correta . Art. 22. O servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa.

Decisão (Banca): Alterar o gabarito para a letra "C"

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 3585. Sabrina da Silva e Silva [***.782.982-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 12:08:06

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 32

Questionamento (Candidato):

A banca considerou na questão 32 a letra (B) como gabarito, porém conforme a Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990, a correta é a letra (C).

O embasamento está abaixo no artigo 22 da Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

“Art. 22. O servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa.”

A lei em nenhum momento cita a disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço, por isso a questão (b) está incorreta.

Por fim, solicito a troca do gabarito para a alternativa (C).

Recurso (Candidato): Alterar o gabarito para a letra "C"

Parecer (Banca):

A fundamentação na LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990, A letra C é a correta . Art. 22. O servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa.

Decisão (Banca): Alterar o gabarito para a letra "C"

Publicado em: 30/10/2023

Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 1730. Karolynne Elias de Oliveira [***.453.002-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 12:11:41

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 32

Questionamento (Candidato):

A questão 32 pede a alternativa CORRETA referente ao servidor público estável. Foi dada gabarito preliminar para a letra B. Mas de acordo com a Lei 8.112/90, em seu artigo 22, dispõe:

Da Estabilidade

Art. 22. O servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa.

E a alternativa C está a literalidade do artigo acima escrito.

Recurso (Candidato): Alterar o gabarito para a letra "C"

Parecer (Banca):

A fundamentação na LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990, A letra C é a correta . Art. 22. O servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa.

Decisão (Banca): Alterar o gabarito para a letra "C"

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 8477. Kennedy Oliveira Costa [***.965.872-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 12:15:05

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 32

Questionamento (Candidato):

Conforme o artigo 22 da Lei 8.112 que dispõe " O Servidor estável só perderá só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa.”

Recurso (Candidato): Alterar o gabarito para a letra "C"

Parecer (Banca):

A fundamentação na LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990, A letra C é a correta . Art. 22. O servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa.

Decisão (Banca): Alterar o gabarito para a letra "C"

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 12304. Thomas Cunha de Souza [***.515.292-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 12:21:43

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 32

Questionamento (Candidato):

A alternativa c) que diz: “c) só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa”, está exatamente conforme o que diz o Art. 22 da Lei n° 8.112/90, que diz na Seção V - Da Estabilidade:
“Art. 22. O servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa.”
Portanto, visto que esta alternativa também está correta, solicita-se a anulação da questão em virtude de duas alternativas corretas ou a correção no gabarito para alternativa c).

Anexo (Candidato):

https://drive.google.com/open?id=16-jMZcx9W0BUHv2n1953uNkuepG2yERQ

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

A fundamentação na LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990, A letra C é a correta . Art. 22. O servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa.

Decisão (Banca): Alterar o gabarito para a letra "C"

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 796. Ingrid da Silva Paiva [***.794.292-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 13:01:54

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 32

Questionamento (Candidato):

A questão trata da lei 8.112, e a alternativa C contém o artigo 22 da referida lei.
A presente alternativa esta expressamente prevista em lei.

A alternativa B está prevista no decreto 3.151/99 (artigo 5) que complementando a CF e a lei 8.112.

Levando em consideração o que a questão pede, solicito a mudança do gabarito para a alternativa C ou sua anulação.

Recurso (Candidato): Alterar o gabarito para a letra "C"

Parecer (Banca):

A fundamentação na LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990, A letra C é a correta . Art. 22. O servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa.

Decisão (Banca): Alterar o gabarito para a letra "C"

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 1585. Bianca Torquato dos Santos [***.699.552-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 13:02:48

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 32

Questionamento (Candidato):

AO PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 21/2023-GR, DE 14 DE JULHO DE 2023 PARA PROVIMENTO DE VAGAS PARA CARGO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO EM EDUCAÇÃO DA UFAM, CLASSIFICAÇÃO "D" NÍVEL MÉDIO.

Venho, respeitosamente, por meio deste recurso, solicitar a revisão da questão de nº 32 a respeito da lei 8.112 de 11 de novembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da união, das autarquias e das fundações publica federais, o servidor estável.

A banca organizadora, em seu gabarito preliminar considerou como correta a alternativa B da questão 32.

A alternativa B tem como correta poderá ser colocado em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço, quando extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade.
Ocorre que na lei 8.112/90 no Artigo 31 e 32 não há que se falar em remuneração proporcional.

Assim, a única alternativa correta da questão 32 é a alternativa C
Conforme a lei 8.112/90 no artigo 22. Diz exatamente: O servidor estável só perdera o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa.

Ante ao exposto, faz-se a imperiosa a alteração do gabarito preliminar, sendo considerada como correta a alternativa C da questão 32.

Recurso (Candidato): Alterar o gabarito para a letra "C"

Parecer (Banca):

A fundamentação na LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990, A letra C é a correta . Art. 22. O servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa.

Decisão (Banca): Alterar o gabarito para a letra "C"

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 4171. Thiago Batista Silva [***.978.012-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 13:06:50

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 32

Questionamento (Candidato):

32. Sobre a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, o servidor público estável:
O gabarito preliminar considera como alternativa correta letra “B” - b) poderá ser colocado em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço, quando extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade. No entanto há outra alternativa correta, a letra “C” – c) só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa.

Consoante a Lei n° 8.112 de 1990 em seu artigo n° 22 diz: O servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa. O que confere a resposta da alternativa “C”.

Portanto, sugiro a anulação da questão, diante dos expostos apresentados. Há duas alternativas corretas.

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

A fundamentação na LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990, A letra C é a correta . Art. 22. O servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa.

Decisão (Banca): Alterar o gabarito para a letra "C"

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 1210. Leandro Cavalcante dos Santos [***.179.072-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 13:16:26

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 32

Questionamento (Candidato):

A questão de número 32 possui duas respostas corretas que são as letras: B e C.

LETRA (B)
DECRETO No 3.151, DE 23 DE AGOSTO DE 1999.
Art. 5o Extinto o cargo ou declarada sua desnecessidade, o servidor estável nele investido será imediatamente posto em disponibilidade, com remuneração proporcional ao respectivo tempo de serviço.

LETRA (C)
LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990
Art. 22. O servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa.

Por este motivo solicito a anulação da questão.

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

A fundamentação na LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990, A letra C é a correta . Art. 22. O servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa.

Decisão (Banca): Alterar o gabarito para a letra "C"

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 2113. Gabriel Lima Rodrigues [***.920.952-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 13:29:57

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 32

Questionamento (Candidato):

A questão de número 32 possui duas respostas corretas que são as letras: B e C.

LETRA (B)
DECRETO No 3.151, DE 23 DE AGOSTO DE 1999.
Art. 5o Extinto o cargo ou declarada sua desnecessidade, o servidor estável nele investido será imediatamente posto em disponibilidade, com remuneração proporcional ao respectivo tempo de serviço.

LETRA (C)
LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990
Art. 22. O servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa.

Por este motivo solicito a anulação da questão.

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

A fundamentação na LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990, A letra C é a correta . Art. 22. O servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa.

Decisão (Banca): Alterar o gabarito para a letra "C"

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 792. Ana Gabriela Mendonça Gonçalves [***.386.882-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 13:43:42

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 32

Questionamento (Candidato):

A banca deu como resposta correta a akternativa B, porém a correta é a alternativa C. Segue o julgamento abaixo de cada item.

A – não precisa de justificativa, somente o pedido do servidor;

B – Não há que se falar em remuneração proporcional, vide artigos 31 e 32.

C – Exatamente: “Art. 22 da lei 8112. O servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa.”

D – Não há a previsão de um seletivo simplificado na norma – Errado.

E – Na forma do art. 37 e seguintes, dispensa-se a aprovação do servidor.

Segue link da lei 8112

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8112cons.htm

Recurso (Candidato): Alterar o gabarito para a letra "C"

Parecer (Banca):

A fundamentação na LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990, A letra C é a correta . Art. 22. O servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa.

Decisão (Banca): Alterar o gabarito para a letra "C"

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 498. Gabriela Batista Bastos [***.893.542-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 14:07:57

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 32

Questionamento (Candidato):

Com base na Lei nº 8.112/90, seção IX "Da disponibilidade e do aproveitamento" (artigos 30 a 32), não há menção de remuneração proporcional ao tempo de serviço quando o servidor é posto em disponibilidade, como afirma a alternativa B.
Todavia, na mesma lei, seção V "Da estabilidade", o Artigo 22 afirma: "O servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa.", que a alternativa C faz a direta citação e, portanto, a torna a mais adequada ao gabarito da questão.

Anexo (Candidato):

https://drive.google.com/open?id=1fQTE0KxFnMhbwW0GCbGKSGXQLHzUFV6u

Recurso (Candidato): Alterar o gabarito para a letra "C"

Parecer (Banca):

A fundamentação na LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990, A letra C é a correta . Art. 22. O servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa.

Decisão (Banca): Alterar o gabarito para a letra "C"

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 14386. Marco Eduardo Santiago Oliveira de Oliveira [***.037.082-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 14:23:44

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 32

Questionamento (Candidato):

Prezada Banca Examinadora,

Venho, por meio deste, interpor recurso contra o gabarito preliminar da questão número 32, sobre o que a lei 8.112 dispõe acerca do servidor público estável, na qual foi considerada como correta a alternativa B.

Respeitosamente, discordo do gabarito apresentado, pois entendo que a ao invés da alternativa B, a alternativa C está correta, conforme passo a demonstrar abaixo:

Na alternativa B não há que se falar em remuneração proporcional, visto que os artigos 31, 32 e 37 da lei 8.112 não fazem qualquer menção sobre tal afirmativa:

“ Art. 31. O órgão Central do Sistema de Pessoal Civil determinará o imediato aproveitamento de servidor em disponibilidade em vaga que vier a ocorrer nos órgãos ou entidades da Administração Pública Federal.
Parágrafo único. Na hipótese prevista no § 3o do art. 37, o servidor posto em disponibilidade poderá ser mantido sob responsabilidade do órgão central do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal - SIPEC, até o seu adequado aproveitamento em outro órgão ou entidade. (Parágrafo incluído pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)
Art. 32. Será tornado sem efeito o aproveitamento e cassada a disponibilidade se o servidor não entrar em exercício no prazo legal, salvo doença comprovada por junta médica oficial.
Art. 37. Redistribuição é o deslocamento de cargo de provimento efetivo, ocupado ou vago no âmbito do quadro geral de pessoal, para outro órgão ou entidade do mesmo Poder, com prévia apreciação do órgão central do SIPEC, observados os seguintes preceitos: (Redação dada pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)
I - interesse da administração; (Incluído pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)
II - equivalência de vencimentos; (Incluído pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)
III - manutenção da essência das atribuições do cargo; (Incluído pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)
IV - vinculação entre os graus de responsabilidade e complexidade das atividades; (Incluído pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)
V - mesmo nível de escolaridade, especialidade ou habilitação profissional; (Incluído pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)
VI - compatibilidade entre as atribuições do cargo e as finalidades institucionais do órgão ou entidade. (Incluído pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)
§ 1o A redistribuição ocorrerá ex officio para ajustamento de lotação e da força de trabalho às necessidades dos serviços, inclusive nos casos de reorganização, extinção ou criação de órgão ou entidade. (Incluído pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)
§ 2o A redistribuição de cargos efetivos vagos se dará mediante ato conjunto entre o órgão central do SIPEC e os órgãos e entidades da Administração Pública Federal envolvidos. (Incluído pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)
§ 3o Nos casos de reorganização ou extinção de órgão ou entidade, extinto o cargo ou declarada sua desnecessidade no órgão ou entidade, o servidor estável que não for redistribuído será colocado em disponibilidade, até seu aproveitamento na forma dos arts. 30 e 31. (Parágrafo renumerado e alterado pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)
§ 4o O servidor que não for redistribuído ou colocado em disponibilidade poderá ser mantido sob responsabilidade do órgão central do SIPEC, e ter exercício provisório, em outro órgão ou entidade, até seu adequado aproveitamento. (Incluído pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)”

Embora reconheça que a redação de tal afirmativa encontra-se presente no DECRETO No 3.151, DE 23 DE AGOSTO DE 1999, que disciplina a prática dos atos de extinção e de declaração de desnecessidade de cargos públicos, bem assim a dos atos de colocação em disponibilidade remunerada e de aproveitamento de servidores públicos em decorrência da extinção ou da reorganização de órgãos ou entidades da

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, eu seu sexto artigo. O enunciado da questão é claro em especificar de que se tratava de matéria estabelecida na lei 8.112 ao iniciar-se dizendo:

“Sobre a lei 8.112 de 11 de dezembro de 1990...”

Assim, não deixando espaço para presumir que deveríamos dispor também do conhecimento de um decreto o qual sequer consta no edital.

Já na alternativa C é possível constatar a simples e exata transcrição do que versa o artigo 22 da lei 8.112 assim como pede o enunciado da questão:

“Art. 22. O servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa.”

Diante do exposto, e levando em conta a questão deixar expresso em seu enunciado que a resposta se trata sobre o que a lei 8.112 contempla, entendo que a alternativa presente no gabarito preliminar está incorreta e extrapola o próprio edital, o que configura uma falha na elaboração do referido gabarito preliminar e da questão. Portanto, solicito a anulação ou retificação para a alternativa correta e a devida atribuição do ponto correspondente aos candidatos que assinalaram a alternativa C.

As informações presentes nesta argumentação podem ser conferidas no link abaixo:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8112compilado.htm
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3151.htm#:~:text=tempo%20de%20servi%C3%A7o.-,Art.,um%20trinta%20avos%2C%20se%20mulher.

Agradeço a atenção e aguardo o deferimento do presente recurso.
Respeitosamente,
Candidato(a): Marco Eduardo Santiago Oliveira de Oliveira
nº de inscrição: 14386

Recurso (Candidato): Alterar o gabarito para a letra "C"

Parecer (Banca):

A fundamentação na LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990, A letra C é a correta . Art. 22. O servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa.

Decisão (Banca): Alterar o gabarito para a letra "C"

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 5070. Beatriz dos Santos Maia [***.177.012-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 14:25:39

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 32

Questionamento (Candidato):

A questão 32 deve apresentar como gabarito certo a alternativa C. A questão pede para marcar a alternativa conforme a lei 8112/90 e conforme a mesma no artigo 22 - O servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa que corresponde a letra C. A alternativa B não pode ser a resposta pois faz referência ao artigo 5º do decreto nº 3151, de 23 de agosto de 1999 e o mesmo ainda aparece errado pois no artigo 5º o servidor deve ser imediatamente posto em disponibilidade e não a possibilidade de ser posto em disponibilidade como mostra a alternativa B. Por isso o gabarito certo para a questao é a alternativa C.

Recurso (Candidato): Alterar o gabarito para a letra "C"

Parecer (Banca):

A fundamentação na LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990, A letra C é a correta . Art. 22. O servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa.

Decisão (Banca): Alterar o gabarito para a letra "C"

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 507. Feliph Kevin Gonçalves Mota [***.205.852-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 14:30:22

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 32

Questionamento (Candidato):

Em detida análise ao gabarito preliminar, é posto que a resposta à questão seria a alternativa B. No entanto, convém destacar que não há que se falar em remuneração proporcional a servidor público estável quando colocado em disponibilidade, vide os artigos 31 e 32 da Lei n.º 8.112/90.
Superada essa observação, resta claro que a alternativa correta para a questão em análise é a letra C, já que transcreve a literalidade do art. 22 do Estatuto do Servidor Público Federal, uma vez que "o servidor público estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada a ampla defesa".

Recurso (Candidato): Alterar o gabarito para a letra "C"

Parecer (Banca):

A fundamentação na LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990, A letra C é a correta . Art. 22. O servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa.

Decisão (Banca): Alterar o gabarito para a letra "C"

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 4915. Fernando Grijó San Martin [***.377.582-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 14:32:35

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 32

Questionamento (Candidato):

O comando da questão cita explicitamente a Lei nº 8.112/90 para a resolução da mesma. Segundo o Art. 22 da referida Lei: “O servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa”. O que nos remete à literalidade da resposta da alternativa C.

Recurso (Candidato): Alterar o gabarito para a letra "C"

Parecer (Banca):

A fundamentação na LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990, A letra C é a correta . Art. 22. O servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa.

Decisão (Banca): Alterar o gabarito para a letra "C"

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 5314. Chirlene Soares Ferreira [***.994.352-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 14:49:58

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 32

Questionamento (Candidato):

Quanto a questão citada, segundo consta na lei 8.112/1990 seção XI Dá disponibilidade e do Aproveitamento Art. 30 O retorno de servidor em disponibilidade far-se-a mediante aproveitamento obrigatório em cargo de atribuição e vencimentos compatíveis com o anteriormente ocupado. E não com remuneração proporcional ao tempo de serviço quando extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, como consta na resposta do gabarito extraoficial letra B divulgado; Art. 31 O órgão Central do Sistema de Pessoal civil determinará imediato aproveitamento de servidor em disponibilidade em vaga que vier a ocorrer nos órgãos ou entidades da administração Pública Federal. A lei não cita que será com remuneração proporcional ao tempo de serviço. De acordo com o Art. 37. Inciso 3o Nos casos de reorganização ou extinção de órgão ou entidade, extinto o cargo ou declarada sua desnecessidade no órgão ou entidade, o servidor estável que não for redistribuído será colocado em disponibilidade, até o aproveitamento na forma dos arts. 30 e 31. Portanto, a resposta que está de acordo com a pergunta é letra C. Por isso, precisa ser revisada.

Anexo (Candidato):

https://drive.google.com/open?id=1ghDoSBURsKLr3ROyoVrA_7ZBY_opP5mx

Recurso (Candidato): Alterar o gabarito para a letra "C"

Parecer (Banca):

A fundamentação na LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990, A letra C é a correta . Art. 22. O servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa.

Decisão (Banca): Alterar o gabarito para a letra "C"

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 5430. Edneia Silva da Costa [***.522.702-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 14:56:44

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 32

Questionamento (Candidato):

QUESTÃO 32 FALA DO SERVIDOR PUBLICO ESTÁVEL

E CONFORME O ARTIGO 21 Á 32 DA LEI 8.112 (ESTABILIDADE)

Art. 21. O servidor habilitado em concurso público e empossado em cargo de provimento efetivo adquirirá estabilidade no serviço público ao completar 2 (dois) anos de efetivo exercício. (prazo 3 anos - vide EMC nº 19)

Art. 22. O servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa.
Da Reintegração

Art. 28. A reintegração é a reinvestidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado, ou no cargo resultante de sua transformação ,quando invalidada a sua demissão por decisão administrativa ou judicial, com ressarcimento de todas as vantagens.

§ 1o Na hipótese de o cargo ter sido extinto, o servidor ficará em disponibilidade, observado o disposto nos arts. 30 e 31.
§ 2o Encontrando-se provido o cargo, o seu eventual ocupante será reconduzido ao cargo de origem, sem direito à indenização ou aproveitado em outro cargo, ou, ainda, posto em disponibilidade.

Da Recondução
Art. 29. Recondução é o retorno do servidor estável ao cargo anteriormente ocupado e decorrerá de:

I - inabilitação em estágio probatório relativo a outro cargo;
II - reintegração do anterior ocupante.
Parágrafo único. Encontrando-se provido o cargo de origem, o servidor será aproveitado em outro, observado o disposto no art. 30.

Da Disponibilidade e do Aproveitamento

Art. 30. O retorno à atividade de servidor em disponibilidade far-se-á mediante aproveitamento obrigatório em cargo de atribuições e vencimentos compatíveis com o anteriormente ocupado.

Art. 31. O órgão Central do Sistema de Pessoal Civil determinará o imediato aproveitamento de servidor em disponibilidade em vaga que vier a ocorrer nos órgãos ou entidades da Administração Pública Federal.

Parágrafo único. Na hipótese prevista no § 3o do art. 37, o servidor posto em disponibilidade poderá ser mantido sob responsabilidade do órgão central do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal - SIPEC, até o seu adequado aproveitamento em outro órgão ou entidade. (Parágrafo incluído pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)

Art. 32. Será tornado sem efeito o aproveitamento e cassada a disponibilidade se o servidor não entrar em exercício no prazo legal, salvo doença comprovada por junta médica oficial.

OU SEJA

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Na letra A – Não precisa de justificativa, somente o pedido do servidor;
Na letra B – Não há que se falar em remuneração proporcional, vide artigos 31 e 32.
Na letra C – Exatamente o que consta na lei : “Art. 22. O servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa.”
Na letra D – Não há a previsão de um seletivo simplificado na norma – Errado.
Na letra E – Na forma do art. 37 , dispensa-se a aprovação do servidor.

Recurso (Candidato): Alterar o gabarito para a letra "C"

Parecer (Banca):

A fundamentação na LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990, A letra C é a correta . Art. 22. O servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa.

Decisão (Banca): Alterar o gabarito para a letra "C"

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 592. Gabriel Mariano da Silva Barreto [***.136.572-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 15:04:22

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 32

Questionamento (Candidato):

Questão 32
Gabarito: C
Comentários:

A – não precisa de justificativa, somente o pedido do servidor;

B – Não há que se falar em remuneração proporcional, vide artigos 31 e 32.

C – Exatamente: “Art. 22. O servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa.”

D – Não há a previsão de um seletivo simplificado na norma – Errado.

E – Na forma do art. 37 e seguintes, dispensa-se a aprovação do servidor.

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

A fundamentação na LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990, A letra C é a correta . Art. 22. O servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa.

Decisão (Banca): Alterar o gabarito para a letra "C"

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 291. Yulli Rezende Brito [***.780.682-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 15:10:52

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 32

Questionamento (Candidato):

Ilustríssima banca examinadora, venho respeitosamente, por meio deste requerimento, solicitar a revisão da questão nº. 32, pelos fatos e fundamentos a seguir: a questão
pede para marcarmos a alternativa que trate sobre o servidor público estável com base na lei nº 8.112/90.

A resposta apresentada pela banca foi a alternativa "b" como correta. No entanto, a alternativa "c" apresenta a redação idêntica ao texto legal, que diz: "Art. 22. O servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa."

Ante ao exposto, faz-se necessária a mudança do gabarito da questão objeto do presente recurso para a letra “C”.

Recurso (Candidato): Alterar o gabarito para a letra "C"

Parecer (Banca):

A fundamentação na LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990, A letra C é a correta . Art. 22. O servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa.

Decisão (Banca): Alterar o gabarito para a letra "C"

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 4541. Irlane Farias de Andrade [***.365.602-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 15:33:20

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 32

Questionamento (Candidato):

LEI 8112/90. ART 22 O servidor estvável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administratitvo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa. Obervem que a questão está na íntegra da lei do seu art. 22.
Nesse prisma, sugiro a anulação da questão por estarem presentes duas assertivas corretas. Na pior das hipóteses mudar o gabarito de B) para C).

Recurso (Candidato): Alterar o gabarito para a letra "C"

Parecer (Banca):

A fundamentação na LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990, A letra C é a correta . Art. 22. O servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa.

Decisão (Banca): Alterar o gabarito para a letra "C"

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 2740. Adenilzon Nunes da Silva [***.701.092-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 15:39:20

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 32

Questionamento (Candidato):

De acordo com a LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990, Art. 22. O servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa.
Sendo assim, o gabarito correto seria a letra "C", haja visto que trata-se da literalidade da referida lei, posta no enunciado da questão. Desde já, conto com a compreensão de todos.

Recurso (Candidato): Alterar o gabarito para a letra "C"

Parecer (Banca):

A fundamentação na LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990, A letra C é a correta . Art. 22. O servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa.

Decisão (Banca): Alterar o gabarito para a letra "C"

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 8496. Paloma Reis de Souza Sahdo [***.863.552-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 16:11:00

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 32

Questionamento (Candidato):

A letra C está correta, de acordo com a lei.

Anexo (Candidato):

https://drive.google.com/open?id=1vacuG6MrtfqgZV8NmynBDwNg3TLmz-cj

Recurso (Candidato): Alterar o gabarito para a letra "C"

Parecer (Banca):

A fundamentação na LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990, A letra C é a correta . Art. 22. O servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa.

Decisão (Banca): Alterar o gabarito para a letra "C"

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 3851. Yasmim Sales da Silva [***.920.942-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 16:15:58

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 32

Questionamento (Candidato):

No gabarito a afirmativa (B) está errado, pois não consta na lei 8.112 mas consta no decreto 3.151. A alternativa correta seria alternativa letra (C) onde é expressa com todas as palavras na lei 8.112

Recurso (Candidato): Alterar o gabarito para a letra "C"

Parecer (Banca):

A fundamentação na LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990, A letra C é a correta . Art. 22. O servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa.

Decisão (Banca): Alterar o gabarito para a letra "C"

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 6699. Paulo Vinícius Pacheco Costa [***.726.422-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 16:40:56

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 32

Questionamento (Candidato):

A questão de número 32 possui duas respostas corretas que são as letras: B e C.

LETRA (B)
DECRETO No 3.151, DE 23 DE AGOSTO DE 1999.
Art. 5o Extinto o cargo ou declarada sua desnecessidade, o servidor estável nele investido será imediatamente posto em disponibilidade, com remuneração proporcional ao respectivo tempo de serviço.

LETRA (C)
LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990
Art. 22. O servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa.

Por este motivo solicito a anulação da questão.

Recurso (Candidato): Alterar o gabarito para a letra "C"

Parecer (Banca):

A fundamentação na LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990, A letra C é a correta . Art. 22. O servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa.

Decisão (Banca): Alterar o gabarito para a letra "C"

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 8539. Gabriel Ramos de Sousa [***.546.032-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 17:33:55

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 32

Questionamento (Candidato):

Venho respeitosamente solicitar a V. Sª., análise do(s) questionamento(s), termos em que peço e aguardo deferimento a respeito da questão 32 de conhecimentos específicos da prova nível médio NM01 para assistente em administração.

A banca indicou a alternativa B como gabarito preliminar da questão. A alternativa afirma que, de acordo com a Lei nº 8.112/90, o servidor público estável poderá ser colocado em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço, quando extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade.

Entretanto, esse dispositivo legal não se encontra na referida lei conforme é possível averiguar em arquivo PDF anexo e no sítio eletrônico oficial: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8112cons.htm .

Em contrapartida, a alternativa C apresenta exatamente a letra da Lei 8.112/90 em seu art. 22, que diz "O servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa".

Em vista disso, solicito a troca de gabarito para a alternativa C.

Anexo (Candidato):

https://drive.google.com/open?id=1Uvv1r7EcBphtlYALTrkaBW2gkOchX2GT

Recurso (Candidato): Alterar o gabarito para a letra "C"

Parecer (Banca):

A fundamentação na LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990, A letra C é a correta . Art. 22. O servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa.

Decisão (Banca): Alterar o gabarito para a letra "C"

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 6415. Leticia Abreu de Carvalho [***.630.144-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 17:51:19

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 32

Questionamento (Candidato):

Prezados membros da Banca Examinadora,

Venho por meio deste recurso contestar o gabarito preliminar da questão 32 do concurso da UFAM para assistente administrativo, aplicado no dia 15/10/2023, referente à Lei nº 8.112/1990 e ao regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.
A alternativa "c" afirma que o servidor público estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa. Essa afirmação está de acordo com o estabelecido na Lei nº 8.112/1990 no Art. 22. "O servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa."
No entanto, as demais alternativas estão incorretas, e justifico da seguinte forma:
a) A alternativa "a" afirma que o servidor poderá ser exonerado a pedido, desde que apresente justificativa plausível e comprove a quitação com as obrigações legais. Esta afirmação é incorreta, pois a exoneração a pedido do servidor não está condicionada à apresentação de justificativa plausível.
b) A alternativa "b" afirma que o servidor poderá ser colocado em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço quando extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade. Essa afirmação está incorreta, pois a disponibilidade não implica necessariamente a manutenção da remuneração do servidor, conforme a Lei nº 8.112/1990.
d) A alternativa "d" afirma que o servidor poderá ser reconduzido ao cargo anteriormente ocupado, desde que haja interesse da administração e mediante processo seletivo simplificado. Essa afirmação é incorreta, uma vez que a recondução do servidor está condicionada à existência do cargo e não requer necessariamente um processo seletivo simplificado.
e) A alternativa "e" afirma que o servidor poderá ser redistribuído para outro órgão ou entidade do mesmo Poder, com prévia anuência do servidor e do órgão ou entidade cedente. Essa afirmação está incorreta, pois a redistribuição não requer necessariamente a anuência do servidor, sendo uma prerrogativa da administração.
Portanto, considerando as justificativas apresentadas, solicito que a questão 32 seja revisada e que a alternativa "c" seja considerada a correta, uma vez que no gabarito preliminar acusa a alternativa "b" como resposta.

Anexo (Candidato):

https://drive.google.com/open?id=1B7_R5PhFzlvceDuibUL6GGP8YFsPSlAh

Recurso (Candidato): Alterar o gabarito para a letra "C"

Parecer (Banca):

A fundamentação na LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990, A letra C é a correta . Art. 22. O servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa.

Decisão (Banca): Alterar o gabarito para a letra "C"

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 1062. Dayana Pereira de Alecrim [***.182.152-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 18:03:59

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 32

Questionamento (Candidato):

A questão número 32 possui duas respostas corretas. Sendo essas as letras: B e C.

LETRA (B)
DECRETO No 3.151, DE 23 DE AGOSTO DE 1999.
Art. 5o Extinto o cargo ou declarada sua desnecessidade, o servidor estável nele investido será imediatamente posto em disponibilidade, com remuneração proporcional ao respectivo tempo de serviço.

LETRA (C)
LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990
Art. 22. O servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa.

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

A fundamentação na LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990, A letra C é a correta . Art. 22. O servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa.

Decisão (Banca): Alterar o gabarito para a letra "C"

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 3746. Kayo Pinto Siqueira [***.450.502-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 18:15:08

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 32

Questionamento (Candidato):

Art. 37 § 3o Nos casos de reorganização ou extinção de órgão ou entidade, extinto o cargo ou declarada sua desnecessidade no órgão ou entidade, o servidor estável que não for redistribuído será colocado em disponibilidade, até seu aproveitamento na forma dos arts. 30 e 31.

logo na lei 8.112/1990 conforme acima, não menciona que terá remuneração proporcional ao tempo de serviço conforme descrito na alternativa b, além de trazer um conceito da redistribuição.

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

A fundamentação na LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990, A letra C é a correta . Art. 22. O servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa.

Decisão (Banca): Alterar o gabarito para a letra "C"

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 2560. Thiago Colombo Araújo [***.020.802-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 19:18:28

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 32

Questionamento (Candidato):

O gabarito preliminar trouxe a letra "B" como a alternativa correta. Porém, verifica-se que a alternativa "C" também figura como alternativa correta, conforme constata-se no artigo 22 da Lei 8.112/90, a saber: "O servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa". Dessa forma, solicita-se a alteração do gabarito para a letra "C" como alternativa correta ou a anulação da citada questão tendo em vista a mesma apresentar ao menos duas possíveis respostas.

Recurso (Candidato): Alterar o gabarito para a letra "C"

Parecer (Banca):

A fundamentação na LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990, A letra C é a correta . Art. 22. O servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa.

Decisão (Banca): Alterar o gabarito para a letra "C"

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 3661. Michele das Chagas Bezerra [***.788.372-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 20:59:05

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 32

Questionamento (Candidato):

A questão numero 32 em seu enunciado dizia: Sobre a lei n 8.112 de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da união, das autarquias e das fundações publicas federais, o servidor publico estável: segundo o artigo 22, "Só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou em processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa". Nesse sentido solicito recurso de alteração do gabarito para a alternativa "C".

Recurso (Candidato): Alterar o gabarito para a letra "C"

Parecer (Banca):

A fundamentação na LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990, A letra C é a correta . Art. 22. O servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa.

Decisão (Banca): Alterar o gabarito para a letra "C"

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 4137. Edwin Luiz Caldas Garcia [***.455.672-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 21:25:46

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 32

Questionamento (Candidato):

A supracitada questão, em seu enunciado, pede para assinalar a resposta correta, sobre a lei 8.112/1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos federais. Assim, conforme seu artigo 22, "O servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa". Ou seja, de acordo com o estatuto, só existem duas hipóteses de perda do cargo do servidor efetivo, quais sejam: em virtude de sentença judicial transitada em julgado e processo administrativo disciplinar. Não obstante, a Constituição Federal prevê ainda mais duas hipóteses, que são: insuficiência de desempenho e excesso de despesa com pessoal. O gabarito preliminar deu como alternativa correta a letra b), cuja redação está de acordo com o art. 41, parágrafo 3º, da CF/88. Embora no edital esteja prevista a cobrança de normas constitucionais aplicáveis aos servidores, o modo como a questão foi redigida induz o candidato ao erro, pois começa "Sobre a Lei nº 8.112/1990...", dando a entender que a questão seja respondida à luz da Lei Federal, e não sob a égide da Constituição da República. Dado o prejuízo causado pela má redação do enunciado, solicito a anulação da referida questão.

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

A fundamentação na LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990, A letra C é a correta . Art. 22. O servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa.

Decisão (Banca): Alterar o gabarito para a letra "C"

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 1740. Jessyane da Silva Barbosa [***.429.462-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 21:30:31

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 32

Questionamento (Candidato):

Considerando que o comando da solicita a correta afirmação acerca de SERVIDOR ESTÁVEL, de acordo com a lei 8112/90, solicito a alteração do gabarito para a alternativa "C", uma vez que, conforme o Art. 22 da referida lei, o servidor estável "só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitado em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa".

A alternativa "B" (escolhida como a correta pelo gabarito preliminar) ocorre nos casos de Reintegração e Recondução, conforme Art. 28, 29 e seus parágrafos. Ressalto que ainda assim a alternativa "B" diverge dos termos exatos da lei, enquanto que a alternativa "C" é exatamente igual.

Portanto, o comando da questão é claro ao exigir do candidato que o mesmo selecione a alternativa correta acerca de servidor estável, sendo a alternativa "C" a única possível.

Recurso (Candidato): Alterar o gabarito para a letra "C"

Parecer (Banca):

A fundamentação na LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990, A letra C é a correta . Art. 22. O servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa.

Decisão (Banca): Alterar o gabarito para a letra "C"

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 6662. Esmeraldina da Gama Bonfim Kubatamaia [***.314.062-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 21:46:05

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 32

Questionamento (Candidato):

Sobre a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, o servidor público estável:

O gabarito preliminar dá como correto a assertiva (B), poderá ser colocado em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço, quando extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade.

Contudo, o artigo 37 Inciso VI §3o extinto o cargo ou declarada sua desnecessidade no órgão ou entidade, o servidor estável que não for redistribuído será colocado em disponibilidade, até seu aproveitamento na forma dos art. 30 - O retorno à atividade de servidor em disponibilidade far-se-á mediante aproveitamento obrigatório em cargo de atribuições e vencimentos compatíveis com o anteriormente ocupado.

Dessa maneira, a assertiva (B) torna-se errada ao afirmar que poderá ser colocado em disponibilidade e remuneração proporcional. Conforme artigo 37 da Lei 8.112/90, que rege: “será colocado em disponibilidade”; enquanto que no artigo 30 diz “vencimentos compatíveis com o anteriormente ocupado, não sendo proporcional”.

Assim, a assertiva (C) é alternativa correta ao citar que só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa.

Sendo justificada pelo Art. 22 da mesma lei 8.112/1990, onde rege que o servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa.

Por este motivo solicito a alteração do gabarito de B para letra C.

Recurso (Candidato): Alterar o gabarito para a letra "C"

Parecer (Banca):

A fundamentação na LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990, A letra C é a correta . Art. 22. O servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa.

Decisão (Banca): Alterar o gabarito para a letra "C"

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 5255. Ana Taina Menezes de Souza [***.989.002-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 21:48:50

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 32

Questionamento (Candidato):

De acordo com a seção V, Art.21. O servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa.

Recurso (Candidato): Alterar o gabarito para a letra "C"

Parecer (Banca):

A fundamentação na LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990, A letra C é a correta . Art. 22. O servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa.

Decisão (Banca): Alterar o gabarito para a letra "C"

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 13394. Zingara de Lima Abreu [***.187.442-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 22:02:29

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 32

Questionamento (Candidato):

De acordo com a Lei 8.112/90 “Art. 22. O servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa.”

Recurso (Candidato): Alterar o gabarito para a letra "C"

Parecer (Banca):

A fundamentação na LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990, A letra C é a correta . Art. 22. O servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa.

Decisão (Banca): Alterar o gabarito para a letra "C"

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 1409. Nicole Fernanda Costa Mota [***.052.412-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 22:21:34

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 32

Questionamento (Candidato):

A – não precisa de justificativa, somente o pedido do servidor;

B – Não há que se falar em remuneração proporcional, vide artigos 31 e 32.

C – Exatamente: “Art. 22. O servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa.”

D – Não há a previsão de um seletivo simplificado na norma – Errado.

E – Na forma do art. 37 e seguintes, dispensa-se a aprovação do servidor.

Recurso (Candidato): Alterar o gabarito para a letra "C"

Parecer (Banca):

A fundamentação na LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990, A letra C é a correta . Art. 22. O servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa.

Decisão (Banca): Alterar o gabarito para a letra "C"

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 1437. Vivianne Campos Mar Pereira [***.153.912-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 22:31:56

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 32

Questionamento (Candidato):

Prezada banca organizadora,
Solicita-se a alteração do gabarito da questão 32 para a alternativa C, pois esta é a alternativa que consta a resposta correta, visto que é a literalidade do artigo 22 da lei 8.112 de 1990, senão vejamos:
Art. 22. O servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa.
A questão exigiu o conhecimento da literalidade do referido artigo, portanto, não há dúvidas de que a alternativa correta é a letra C e não a alternativa B como fora apontada como o gabarito da referida questão.

Anexo (Candidato):

https://drive.google.com/open?id=1X8m9hNZWD2AhdNnZVyfbCwyviD4VYcgB

Recurso (Candidato): Alterar o gabarito para a letra "C"

Parecer (Banca):

A fundamentação na LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990, A letra C é a correta . Art. 22. O servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa.

Decisão (Banca): Alterar o gabarito para a letra "C"

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 992. Karla Helen de Almeida Santos [***.803.512-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 23:03:41

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 32

Questionamento (Candidato):

Concernente ao gabarito da questão 32 a banca indicou como certa a alternativa B, entretanto conforme a lei 8.112/ 90, da qual se refere a questão, o artigo art. 22 traz exatamente a mesma redação da alternativa C conforme demonstro a seguir :"Art. 22. O servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa.". A alternativa "B " consta apenas no decreto 3.151, não estando conforme o que se pede no enunciado da questão que explicitamente se refere a lei 8.112, estando portanto incorreta.
Assim, solicito a alteração do gabarito para a letra C que é a alternativa correta.

Anexo (Candidato):

https://drive.google.com/open?id=1Pb6UGCZFQwHwFyQKn4TE4sXDEy-9NJwp

Recurso (Candidato): Alterar o gabarito para a letra "C"

Parecer (Banca):

A fundamentação na LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990, A letra C é a correta . Art. 22. O servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa.

Decisão (Banca): Alterar o gabarito para a letra "C"

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 13544. Lorena Barreto de Oliveira [***.293.842-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 23:09:16

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 32

Questionamento (Candidato):

De acordo com a Lei 8112/1990 não há que se falar em remuneração proporcional como foi elencado na resposta da referida questão 32. Sendo a resposta correta a letra C) que traz exatamente os ditames do artigo 22 da Lei 8112/1990.

Recurso (Candidato): Alterar o gabarito para a letra "C"

Parecer (Banca):

A fundamentação na LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990, A letra C é a correta . Art. 22. O servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa.

Decisão (Banca): Alterar o gabarito para a letra "C"

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 10632. Lorran Rodrigues de Queiroz [***.848.342-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 23:52:23

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 32

Questionamento (Candidato):

A questão nº 32 apresenta o seguinte enunciado: “Sobre a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, o servidor público estável:”

Para a referida questão, o gabarito preliminar registrou, equivocadamente, a alternativa "b" como resposta correta. Contudo, a alternativa "b" está incorreta, porquanto não consta na lei 8.112/1990. A alternativa “c”, todavia, reproduz exatamente o Art. 22 da Lei nº 8.112/1990, vejamos:

> “Art. 22. O servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa.”

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8112cons.htm

Ressalta-se que as demais alternativas da questão estão erradas e não se encontram expressas na aludida lei. Por isso, solicita-se que seja deferido o presente recurso, no sentido de que seja alterado o gabarito da questão nº 32 para a alternativa “c”.

Anexo (Candidato):

https://drive.google.com/open?id=1kPoG-CTt2pZz8zuKuN34t2ooPvykYpKo

Recurso (Candidato): Alterar o gabarito para a letra "C"

Parecer (Banca):

A fundamentação na LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990, A letra C é a correta . Art. 22. O servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa.

Decisão (Banca): Alterar o gabarito para a letra "C"

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 9282. João Paulo da Silva Dutra [***.047.402-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 23:58:23

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 32

Questionamento (Candidato):

O gabarito da questão foi dado como “letra b”.
Porém, segundo a Lei nº 8.112/90, Não há que se falar em remuneração proporcional, vide artigos 31 e 32. Ressalto que este artigo da "letra b" consta no Art. 5º do Decreto nº 3.151/99 (Decreto o qual não consta no EDITAL Nº 21/2023).
Por outro lado, a “letra c” está correta conforme o Art. 22 da Lei 8.112 “O servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa.”

Portando, solicito que o gabarito seja alterado para a “letra c”.

Recurso (Candidato): Alterar o gabarito para a letra "C"

Parecer (Banca):

A fundamentação na LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990, A letra C é a correta . Art. 22. O servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa.

Decisão (Banca): Alterar o gabarito para a letra "C"

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 3837. Samuel Henrique dos Santos da Silva [***.191.002-**]

Recurso em: 17/10/2023 às 00:13:19

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 32

Questionamento (Candidato):

Recurso das Questões da Prova do Concurso Técnico Administrativo – UFAM

Questão 32. Sobre a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, autarquias e das fundações públicas federais, o servidor público estável:
a) poderá ser exonerado a pedido, desde que apresente justificativa plausível e comprove a quitação com as obrigações legais.
b) poderá ser colocado em disponibilidade com remuneração proporcional a tempo de serviço, quando extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade.
c) Só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurado ampla defesa.
d) poderá ser conduzido ao cargo anteriormente ocupado, desde que haja interesse da administração e mediante processo seletivo.
e) Poderá ser redistribuído para outro órgão ou entidade do mesmo poder, com prévia anuência d servidor e do órgão ou entidade cedente.

Meu Comentário: O enunciado da questão não está pedindo uma alternativa CORRETA ou INCORRETA, mas somente o que dispõe a lei nº 8.112/1990. No gabarito preliminar, a questão foi marcada a alternativa B como correta. Mas, a alternativa C é a correta.
No art. 22 da lei nº 8.112/1990 diz assim: O servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa.
Na mesma lei, Art. 28. [..]
§ 1º Na hipótese de o cargo ter sido extinto, o servidor ficará em disponibilidade, observado o disposto nos arts. 30 e 31.
§ 2º Encontrando-se provido o cargo, o seu eventual ocupante será reconduzido ao cargo de origem, sem direito à indenização ou aproveitado em outro cargo, ou, ainda, posto em disponibilidade.
Veja que no art. 28, não se refere ao servidor em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço. Então a alternativa B está errada. Logo, a alternativa C está correta.

Recurso (Candidato): Alterar o gabarito para a letra "C"

Parecer (Banca):

A fundamentação na LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990, A letra C é a correta . Art. 22. O servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa.

Decisão (Banca): Alterar o gabarito para a letra "C"

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 604. Kauã Vinicius da Cruz Abrantes [***.059.782-**]

Recurso em: 17/10/2023 às 00:39:48

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 32

Questionamento (Candidato):

A alternativa apontada pela banca como a questão correta (letra B) - ''poderá ser colocado em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço, quando extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade'' - não possui embasamento na lei 8.112, conforme a questão solicita, pois a referida lei no artigo 37° diz somente que: § 3o Nos casos de reorganização ou extinção de órgão ou entidade, extinto o cargo ou declarada sua desnecessidade no órgão ou entidade, o servidor estável que não for redistribuído será colocado em disponibilidade, até seu aproveitamento na forma dos arts. 30 e 31. Assim, faz-se necessária a mudança do gabarito para a letra C: ''só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa'', uma vez que tem fundamento legal com base lei 8.112 Art. 22: O servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa.

Recurso (Candidato): Alterar o gabarito para a letra "C"

Parecer (Banca):

A fundamentação na LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990, A letra C é a correta . Art. 22. O servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa.

Decisão (Banca): Alterar o gabarito para a letra "C"

Publicado em: 30/10/2023

Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 14020. Rodrigo Oliveira Lima [***.506.352-**]

Recurso em: 17/10/2023 às 00:43:26

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 32

Questionamento (Candidato):

A questão apresenta resposta divergente da lei que foi mencionada no enunciado. A Lei Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990, Seção V, Art. 22. estabelece que "O servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa." Entretanto, a banca ao divulgar o gabarito da questão com a alternativa B marcada como correta equivocou-se uma vez que se baseou no DECRETO No 3.151, DE 23 DE AGOSTO DE 1999, que diz em seu Art. 5o " Extinto o cargo ou declarada sua desnecessidade, o servidor estável nele investido será imediatamente posto em disponibilidade, com remuneração proporcional ao respectivo tempo de serviço." diante do exposto solicito encarecidamente a mudança de gabarito.

Anexo (Candidato):

https://drive.google.com/open?id=1DhuCSeOnNXp42lXW3f41dKu4tU3fWOWC

Recurso (Candidato): Alterar o gabarito para a letra "C"

Parecer (Banca):

A fundamentação na LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990, A letra C é a correta . Art. 22. O servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa.

Decisão (Banca): Alterar o gabarito para a letra "C"

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 3964. Ricardo Batista Duarte [***.039.692-**]

Recurso em: 17/10/2023 às 00:50:06

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 32

Questionamento (Candidato):

O gabarito preliminar a questãoo 32 deu como alternativa correta a alternativa B, porém segundo o art. 31 e 32, Lei 8112/1990 diz que:
Art. 31. O órgão Central do Sistema de Pessoal Civil determinará o imediato aproveitamento de servidor em disponibilidade em vaga que vier a ocorrer nos órgãos ou entidades da Administração Pública Federal.
Parágrafo único. Na hipótese prevista no § 3o do art. 37, o servidor posto em disponibilidade poderá ser mantido sob responsabilidade do órgão central do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal - SIPEC, até o seu adequado aproveitamento em outro órgão ou entidade.
Art. 32. Será tornado sem efeito o aproveitamento e cassada a disponibilidade se o servidor não entrar em exercício no prazo legal, salvo doença comprovada por junta médica oficial.
Considerando os dispositivos acima, não há que se falar em remuneração proporcional.

Ademais, o Art. 22 da Lei 8112/90 afirma que "O servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa".
Dessa forma, não há o que se discutir que a alternativa correta para a questão 32 é a alternativa C.
Peço a mudança de gabarito e deferimento do recurso apresentado.

Recurso (Candidato): Alterar o gabarito para a letra "C"

Parecer (Banca):

A fundamentação na LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990, A letra C é a correta . Art. 22. O servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa.

Decisão (Banca): Alterar o gabarito para a letra "C"

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 7745. Henrique da Silva Porto [***.902.182-**]

Recurso em: 17/10/2023 às 07:23:28

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 32

Questionamento (Candidato):

A Lei 8112/90 traz expressamente no artigo 22 as duas condições de perda do cargo público de servidor estável, que seja: por sentença judicial transitada em julgado e po PAD; logo, a letra "C" está correta!!!

Recurso (Candidato): Alterar o gabarito para a letra "C"

Parecer (Banca):

A fundamentação na LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990, A letra C é a correta . Art. 22. O servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa.

Decisão (Banca): Alterar o gabarito para a letra "C"

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 6058. Leandro Pinheiro Pires [***.736.352-**]

Recurso em: 17/10/2023 às 08:51:42

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 32

Questionamento (Candidato):

Gabarito da banca dada como letra (b) porém não há o que se falar em remuneração proporcional, vide artigos 31 e 32 seção XI da disponibilidade e aproveitamento, lei 8112/90.
A alternativa correta letra (C). Seção V, da Estabilidade. Lei 8112/90 Art. 22. O servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa.

Recurso (Candidato): Alterar o gabarito para a letra "C"

Parecer (Banca):

A fundamentação na LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990, A letra C é a correta . Art. 22. O servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa.

Decisão (Banca): Alterar o gabarito para a letra "C"

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 3310. Diones José Damasceno Almeida [***.726.392-**]

Recurso em: 17/10/2023 às 08:58:30

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 32

Questionamento (Candidato):

Este candidato solicita a essa renomada banca a troca de gabarito de letra B para letra C. Segundo art. 22 da lei 8.112/90: "o servidor público federal só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou em processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa." Diante do exposto acima, este candidato pede deferimento da solicitação supracitada.

Recurso (Candidato): Alterar o gabarito para a letra "C"

Parecer (Banca):

A fundamentação na LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990, A letra C é a correta . Art. 22. O servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa.

Decisão (Banca): Alterar o gabarito para a letra "C"

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 4928. Maria Serenia de Souza Nazaré [***.008.432-**]

Recurso em: 17/10/2023 às 09:03:30

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 32

Questionamento (Candidato):

Como candidata ao cargo de Assistente administrativo da Ufam, solicito o cancelamento da questão 32 por haver duas assertivas, uma baseada no Decreto n° 3.151, de 23 de agosto de 1999 e outra assertiva está na Lei n° 8.112/90 conforme análise a seguir.
Q.32 Sobre a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, o servidor público estável: resposta da banca
b) poderá ser colocado em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de
serviço, quando extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade.
Vamos para a fundamentação
A nomeada banca fundamentou sua resposta no Decreto n° 3.151, de 23 de agosto de 1999
Art. 5o Extinto o cargo ou declarada sua desnecessidade, o servidor estável nele investido será
imediatamente posto em disponibilidade, com remuneração proporcional ao respectivo
tempo de serviço.
Observou-se que a banca fundamentou sua resposta no DECRETO que regulamenta os dispositivos da aplicabilidade jurídica da disponibilidade para o servidor estável.
Ao analisar a letra c) constatou-se que a mesma também estria certa, pois esta conforme descrita na lei 8.112/90.
c) só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo
administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa.
Fundamentação:
LEI 8112/90 - Art. 22. O servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial
transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja
assegurada ampla defesa.
A questão está na íntegra da lei no seu artigo 22 para a questão.
Nesse prisma, sugiro a anulação da questão por estarem presentes duas assertivas corretas.

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

A fundamentação na LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990, A letra C é a correta . Art. 22. O servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa.

Decisão (Banca): Alterar o gabarito para a letra "C"

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 6164. Rayna Lorena Ferreira Barroso [***.139.102-**]

Recurso em: 17/10/2023 às 09:37:34

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 32

Questionamento (Candidato):

1. Consta no enunciado da questão: “Sobre a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, o servidor público estável: ”;

2. O gabarito preliminar aponta a letra B como a correta, vide “b) poderá ser colocado em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço, quando extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade. ”;

3. Entretanto, conforme o art. 22 da lei nº 8.112/1990 que dispõe que “o servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa”;

4. E o que está disposto na letra C é: “só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa. ”

5. Ou seja, o gabarito da questão 32 deve ser a letra C, visto que a assertiva é exatamente o que dispõe a letra da lei.

Recurso (Candidato): Alterar o gabarito para a letra "C"

Parecer (Banca):

A fundamentação na LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990, A letra C é a correta . Art. 22. O servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa.

Decisão (Banca): Alterar o gabarito para a letra "C"

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 4104. Amanda Galdino da Silva [***.566.202-**]

Recurso em: 17/10/2023 às 10:12:44

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 32

Questionamento (Candidato):

Esta candidata solicita a essa renomada banca a anulação da questão 32 dessa prova pelas razões abaixo:
O enunciado da questão faz a cobrança segundo a lei 8.112, portanto, há duas respostas, B e C, conforme artigo 22: “O servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa.”
Caso a banca, em seu enunciado, tivesse feito referência à Constituição Federal de 1988, haveria 4 hipóteses de perda do cargo, então o gabarito da presente questão estaria realmente correto (letra B):
Art. 41. São estáveis após três anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público. (Nova redação dada ao artigo pela EC 19/98, com o acréscimo do § 4º)
§ 1º O servidor público estável só perderá o cargo:
I - em virtude de sentença judicial transitada em julgado;
II - mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa;
III - mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa.

Diante do exposto acima, solicito anulação, pois como a questão não fez referência à Constituição Federal, mas somente a lei 8.112 de 90, não há como afirmar que a alternativa C está incorreta.

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

A fundamentação na LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990, A letra C é a correta . Art. 22. O servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa.

Decisão (Banca): Alterar o gabarito para a letra "C"

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 1825. Adrielly Vaz dos Santos [***.289.142-**]

Recurso em: 17/10/2023 às 11:05:26

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 32

Questionamento (Candidato):

A Lei 8.112/1990 instituiu o regime jurídico único previsto no caput do art. 39 da Constituição Federal, aplicável aos servidores públicos da administração direta da União, das autarquias e das fundações públicas federais

A questão exigia do candidato conhecimentos relacionados ao servidor estável.
É importante frisar que, diferente das alternativas 11, 13, 14, 15, e 17, nas quais o examinador, através das marcações "nos termos da lei"; "de acordo com a lei"; "conforme a lei"; "conforme previsto", o enunciado da questão pede: "Sobre a Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990...", o que confere uma interpretação mais ampla do instrumento legal, abrindo margem para o candidato interpretar a questão com base nos entendimentos doutrinários e jurisprudenciais vigentes.

ALTERNATIVA B

poderá ser colocado em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço, quando extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade.

CORRETO: A LEI 8.112/1990, em seus artigos 30 a 32, regulamenta o instituto do APROVEITAMENTO, previsto no Artigo 41 § 3º (CAPÍTULO VII - DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA). O conteúdo em questão está contido nos itens do edital:

- 13. Da administração Pública: conceito, princípios, finalidade; e
- 14. Administração Pública direta e indireta, entidades polícas e administrativas, órgãos e agentes públicos, poderes e deveres do administrador público)

Artigo 41 § 3º: Extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até seu adequado aproveitamento em outro cargo."

LEI 8.112/1990

Art. 30. O retorno à atividade de servidor em disponibilidade far-se-á mediante aproveitamento obrigatório em cargo de atribuições e vencimentos compatíveis com o anteriormente ocupado.

Art. 31. O órgão Central do Sistema de Pessoal Civil determinará o imediato aproveitamento de servidor em disponibilidade em vaga que vier a ocorrer nos órgãos ou entidades da Administração Pública Federal.

De acordo com o art. 37, § 3º, da Lei 8.112/1990:
Art. 37. [...] § 3º Nos casos de reorganização ou extinção de órgão ou entidade, extinto o cargo ou declarada sua desnecessidade no órgão ou entidade, o servidor estável que não for redistribuído será colocado em disponibilidade, até seu aproveitamento na forma dos arts. 30 e 31. (Parágrafo renumerado e alterado pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)

ALTERNATIVA C

c) SÓ perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa.

INCORRETA. A Constituição Federal, em seu Artigo

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

O servidor ocupante de cargo efetivo somente pode ser exonerado em casos específicos, uma vez que possui a estabilidade. A Lei 8.112/1990 relaciona a exoneração a pedido ou de ofício, seja por:

(I) inabilitação em estágio probatório, se não estável;

(II) quando o servidor não entrar em exercício no prazo após a sua posse.

A estabilidade é uma garantia de permanência no cargo público de provimento efetivo, destinada a garantir maior autonomia e imparcialidade ao servidor. Contudo, não se trata de um direito absoluto, uma vez que existem situações em que, mesmo estável, o servidor poderá perder o cargo.

Além das duas hipóteses de perda do cargo abordadas acima, existem OUTRAS DUAS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, totalizando QUATRO (e não somente duas, conforme apresenta a assertiva), que são as seguintes:
→ sentença judicial transitada em julgado;
→ processo administrativo com ampla defesa;
→ insuficiência de desempenho, verificada mediante avaliação periódica, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa (a lei ainda não foi editada);
→ excesso de despesa com pessoal, nos termos do art. 169, §4º.

Portanto, a questão acima não apresenta duplicidade no gabarito, bem como o conteúdo abordado não extrapola o conteúdo programático do edital. Sendo assim, pede-se a MANUTENÇÃO DO GABARITO EXTRAOFICIAL (LETRA B)

Recurso (Candidato): Alterar o gabarito para a letra "B"

Parecer (Banca):

A Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. A alternativa B está incorreta, pois a lei não prevê que o servidor público estável possa ser colocado em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço, quando extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade. A lei estabelece que o servidor estável nessa situação será posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até seu adequado aproveitamento em outro cargo. Ou seja, a disponibilidade não é definitiva, mas temporária, até que o servidor seja aproveitado em outro cargo compatível com o seu. Essa é uma forma de garantir a estabilidade do servidor público, que só pode perder o cargo nas hipóteses previstas na letra C.

Decisão (Banca): Alterar o gabarito para a letra "C"

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 9039. Ana Klebia Bezerra [***.748.343-**]

Recurso em: 17/10/2023 às 11:07:15

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 32

Questionamento (Candidato):

O artigo 22 da Lei 8112/90 trata da estabilidade e informa que:"o servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa".

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

A fundamentação na LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990, A letra C é a correta . Art. 22. O servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa.

Decisão (Banca): Alterar o gabarito para a letra "C"

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 7735. Elias Emanuel da Silva Soares [***.453.382-**]

Recurso em: 17/10/2023 às 11:26:02

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 32

Questionamento (Candidato):

A alternativa correta é a letra (C), pois é a literalidade do artigo 22, da Lei n° 8.112 de 1990.

Anexo (Candidato):

https://drive.google.com/open?id=1rQCK7A3ph2d3NbBdIjLxZPVJFy5K3TWy

Recurso (Candidato): Alterar o gabarito para a letra "C"

Parecer (Banca):

A fundamentação na LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990, A letra C é a correta . Art. 22. O servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa.

Decisão (Banca): Alterar o gabarito para a letra "C"

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 13328. Thiago Rodrigues Nunes [***.144.822-**]

Recurso em: 17/10/2023 às 12:22:51

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 32

Questionamento (Candidato):

De acordo com a lei 8.112 art. 31 e 32(Art. 31. O órgão Central do Sistema de Pessoal Civil determinará o imediato aproveitamento de servidor em disponibilidade em vaga que vier a ocorrer nos órgãos ou entidades da Administração Pública Federal.

Parágrafo único. Na hipótese prevista no § 3o do art. 37, o servidor posto em disponibilidade poderá ser mantido sob responsabilidade do órgão central do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal - SIPEC, até o seu adequado aproveitamento em outro órgão ou entidade. (Parágrafo incluído pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)

Art. 32. Será tornado sem efeito o aproveitamento e cassada a disponibilidade se o servidor não entrar em exercício no prazo legal, salvo doença comprovada por junta médica oficial.) não há remuneração proporcional ao tempo de serviço do servidor posto em disponibilidade, logo o gabarito correto seria a letra c estando de acordo com o texto legal:
art. 22. O servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa.

Recurso (Candidato): Alterar o gabarito para a letra "C"

Parecer (Banca):

A fundamentação na LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990, A letra C é a correta . Art. 22. O servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa.

Decisão (Banca): Alterar o gabarito para a letra "C"

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 1725. Jean Carlos Coelho Maciel [***.260.562-**]

Recurso em: 17/10/2023 às 13:14:00

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 32

Questionamento (Candidato):

Questão 32. Sobre a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, o servidor público estável:
a) poderá ser exonerado a pedido, desde que apresente justificativa plausível e comprove a quitação com as obrigações legais.
b) poderá ser colocado em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço, quando extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade.
c) só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa.
d) poderá ser reconduzido ao cargo anteriormente ocupado, desde que haja interesse da administração e mediante processo seletivo simplificado.
e) poderá ser redistribuído para outro órgão ou entidade do mesmo Poder, com prévia anuência do servidor e do órgão ou entidade cedente.

Análise das alternativas:

A – Não é necessária a justificativa plausível, somente o pedido do servidor; (Incorreta)
B – Não há que se falar em remuneração proporcional, vide artigos 31 e 32 da Lei. (incorreta)
C – Exatamente: “Art. 22. O servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa.” (Correta)
D – Não há a previsão de um seletivo simplificado na norma (Incorreta)
E – Na forma do art. 37 e seguintes, dispensa-se a aprovação do servidor. (Incorreta).

Questionamento:

O gabarito preliminar considera como assertiva correta a alternativa B. No entanto, a alternativa correta seria a alternativa C conforme a análise supracitada nos termos da lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Diante do exposto, solicito a alteração do gabarito.

Recurso (Candidato): Alterar o gabarito para a letra "C"

Parecer (Banca):

A fundamentação na LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990, A letra C é a correta . Art. 22. O servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa.

Decisão (Banca): Alterar o gabarito para a letra "C"

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 3627. Jéssica Pereira Falcão [***.228.212-**]

Recurso em: 17/10/2023 às 13:17:33

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 32

Questionamento (Candidato):

A Lei 8.112/90, em seu art. 22 prevê que: "O servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa.” Portanto, a questão correta é a letra C.
Ademais, vide art. 31 e 32 da referida lei, não há que se falar em remuneração proporcional. Dessa forma, a letra B não pode ser o gabarito.

Recurso (Candidato): Alterar o gabarito para a letra "C"

Parecer (Banca):

A fundamentação na LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990, A letra C é a correta . Art. 22. O servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa.

Decisão (Banca): Alterar o gabarito para a letra "C"

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 13657. Esdras da Silva Aquino [***.256.701-**]

Recurso em: 17/10/2023 às 14:07:23

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 32

Questionamento (Candidato):

Ilustríssimo senhor Examinador, venho, respeitosamente, por meio deste recurso, solicitar a revisão da questão nº. 32 da prova objetiva de Assistente em administração do Concurso Público UFAM – Edital nº 21-23, pelos fatos e fundamentos a seguir:

A Ilustríssima banca examinadora, em seu gabarito preliminar considerou como correta a alternativa B da questão 32.

A alternativa B da referida questão entende como correta: b) poderá ser colocado em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço, quando extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade.

Fundamento: Não há que se falar em remuneração proporcional, vide artigos 31 e 32. (8112-90 art. 31. O órgão Central do Sistema de Pessoal Civil determinará o imediato aproveitamento de servidor em disponibilidade em vaga que vier a ocorrer nos órgãos ou entidades da Administração Pública Federal. - Art. 32. Será tornado sem efeito o aproveitamento e cassada a disponibilidade se o servidor não entrar em exercício no prazo legal, salvo doença comprovada por junta médica oficial.)

Alternativa C – Exatamente letra de lei: “Art. 22. O servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa.” (L. 8112-90 art. 22. O servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa.)
Assim, a alternativa C da questão 32 seria a correta.

Ante ao exposto, solicito alteração do gabarito preliminar, sendo considerada como correta a alternativa C da questão 32.

Recurso (Candidato): Alterar o gabarito para a letra "C"

Parecer (Banca):

A fundamentação na LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990, A letra C é a correta . Art. 22. O servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa.

Decisão (Banca): Alterar o gabarito para a letra "C"

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 6432. Cleiziane Soares da Silva [***.538.732-**]

Recurso em: 17/10/2023 às 15:01:34

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 32

Questionamento (Candidato):

A questão pede a alternativa correta dentre as alternativas, sendo a alternativa C. Segundo a lei 8.112/1990 na seção V, da estabilidade, diz no artigo 22:
C – Exatamente como a alternativa C:
“Art. 22. O servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa.”
E no gabarito da banca, a letra B, possui erro.
Art. 31. O órgão Central do Sistema de Pessoal Civil determinará o imediato aproveitamento de servidor em disponibilidade em vaga que vier a ocorrer nos órgãos ou entidades da Administração Pública Federal.
B – Não há que se falar em remuneração proporcional, conforme os artigos 31 e 32.

Recurso (Candidato): Alterar o gabarito para a letra "C"

Parecer (Banca):

A fundamentação na LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990, A letra C é a correta . Art. 22. O servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa.

Decisão (Banca): Alterar o gabarito para a letra "C"

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 2241. Sannymara Morais da Silva [***.394.082-**]

Recurso em: 17/10/2023 às 15:02:36

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 32

Questionamento (Candidato):

Este candidato solicita a essa renomada banca a anulação da questão 32 dessa prova pela razão abaixo:
Tanto os itens B e C que respectivamente estão dispostos na Lei nº 8,112/1990 e Decreto 3.151/1999.
B - poderá ser colocado em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço, quando extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade. “Art. 5o Extinto o cargo ou declarada sua desnecessidade, o servidor estável nele investido será imediatamente posto em disponibilidade, com remuneração proporcional ao respectivo tempo de serviço.” “Art. 6o A remuneração do servidor em disponibilidade será proporcional a seu tempo de serviço, considerando-se, para o respectivo cálculo, um trinta e cinco avos da respectiva remuneração mensal, por ano de serviço, se homem, e um trinta avos, se mulher.” (Decreto 3.151/1999).
C – “Art. 22. O servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa.” (Lei 8.112/1990).
Logo, o gabarito deve ser anulado por compreender que os dois itens estão corretos.

D3151 (planalto.gov.br)
L8112consol (planalto.gov.br)

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

A fundamentação na LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990, A letra C é a correta . Art. 22. O servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa.

Decisão (Banca): Alterar o gabarito para a letra "C"

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 295. Ana Vitória Águia de Miranda [***.338.922-**]

Recurso em: 17/10/2023 às 15:30:06

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 32

Questionamento (Candidato):

Na questão de número 32 temos o seguinte enunciado: “Sobre a Lei n° 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, o servidor público estável: ” Pois bem, observemos que a questão nos pede para respondermos de acordo com a Lei n° 8.112/90 e a alternativa apresentada como correta pela banca (letra B) não possui embasamento na referida lei. Contudo, o texto apresentado na alternativa B pode ser encontrado no Art. 41 § 3º da CF/88 “Extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.” Agora, quando procuramos sobre disponibilidade na Lei 8.112/90, temos o Art. 37 § 3º “Nos casos de reorganização ou extinção de órgão ou entidade, extinto o cargo ou declarada sua desnecessidade no órgão ou entidade, o servidor estável que não for redistribuído será colocado em disponibilidade, até seu aproveitamento na forma dos arts. 30 e 32.” Podemos observar que o Artigo nada diz sobre o servidor estável ser remunerado proporcionalmente ao tempo de serviço. Portanto a alternativa B se fundamenta apenas no Art. 41 § 3º da CF/88, que ao analisarmos o que pede a questão, (que respondamos de acordo com a Lei 8.112/90) vemos que a alternativa está incorreta.
A alternativa que responde corretamente o que se pede no enunciado é a letra C, podemos encontrar seu embasamento no Art. 22 da Lei 8.112/90 que diz “O servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa.” Diante do exposto, solicito a alteração do gabarito para a letra C.

Recurso (Candidato): Alterar o gabarito para a letra "C"

Parecer (Banca):

A fundamentação na LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990, A letra C é a correta . Art. 22. O servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa.

Decisão (Banca): Alterar o gabarito para a letra "C"

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 6758. Susan Nunes Monteiro [***.400.482-**]

Recurso em: 17/10/2023 às 15:30:07

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 32

Questionamento (Candidato):

A banca indicou o gabarito “B” como correto na questão 32, porém, segundo o Art. 22 da Lei nº 8112, de 11 de dezembro de 1990, “O servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa”. Sendo assim, solicito a alteração do gabarito para a alternativa “C”, tendo em vista que é a única alternativa que está em completo acordo com a lei.

Recurso (Candidato): Alterar o gabarito para a letra "C"

Parecer (Banca):

A fundamentação na LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990, A letra C é a correta . Art. 22. O servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa.

Decisão (Banca): Alterar o gabarito para a letra "C"

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 1726. Alexandre Oliveira Dias [***.097.572-**]

Recurso em: 17/10/2023 às 15:35:07

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 32

Questionamento (Candidato):

O gabarito preliminar trouxe como alternativa correta o item B, mas não há que se falar, quanto à disponibilidade, em remuneração proporcional, nem há menção alguma nos artigos 31 e 32 da lei 8.112/90. De outra forma, a alternativa C traz a literalidade do texto legal (especificamente o art. 22 da lei) e como o enunciado da questão 32 trazia apenas a lei federal como referência, o item correto é a alternativa C.

Recurso (Candidato): Alterar o gabarito para a letra "C"

Parecer (Banca):

A fundamentação na LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990, A letra C é a correta . Art. 22. O servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa.

Decisão (Banca): Alterar o gabarito para a letra "C"

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 16197. Lucieide Mota dos Santos [***.268.822-**]

Recurso em: 17/10/2023 às 15:42:08

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 32

Questionamento (Candidato):

Esta Candidata solicita a essa renomada banca a troca de gabarito da B para C, pelas seguintes razoes: Na LEI 8112/90 - Art. 22. O servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa. Observa-se que a letra c) está na íntegra da lei no seu artigo 22.
Já a assertiva B, fundamenta-se no DECRETO DECRETO No 3.151, DE 23 DE AGOSTO DE 1999. Disciplina a prática dos atos de extinção e de declaração de desnecessidade de cargos públicos, bem assim a dos atos de colocação em disponibilidade remunerada e de aproveitamento de servidores públicos em decorrência da extinção ou da reorganização de órgãos ou entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional.
O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 41, § 3o, da Constituição, e tendo em vista o disposto nos arts. 31 e 37 da Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990, com a redação dada pela Lei no 9.527, de 10 de dezembro de 1997,
D E C R E T A :
Art. 1o Este Decreto disciplina a prática dos atos de extinção e de declaração de desnecessidade de cargos públicos, bem assim a dos atos de colocação em disponibilidade remunerada e de aproveitamento de servidores públicos em decorrência da extinção ou da reorganização de órgãos ou entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional.
Art. 2o Respeitados o interesse público e a conveniência da administração, os cargos públicos podem ser declarados desnecessários, nos casos de extinção ou de reorganização de órgãos ou de entidades.
Art. 5o Extinto o cargo ou declarada sua desnecessidade, o servidor estável nele investido será imediatamente posto em disponibilidade, com remuneração proporcional ao respectivo tempo de serviço.
Nesse prisma, sugiro a anulação da questão por estarem presentes duas assertivas corretas, ou a mudança do gabarito de b) para c)

Recurso (Candidato): Alterar o gabarito para a letra "C"

Parecer (Banca):

A fundamentação na LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990, A letra C é a correta . Art. 22. O servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa.

Decisão (Banca): Alterar o gabarito para a letra "C"

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 5134. Mateus Gomes de Souza [***.344.872-**]

Recurso em: 17/10/2023 às 15:52:29

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 32

Questionamento (Candidato):

Lei 8.112/90: "Art. 22. O servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa."

Tratando-se de literalidade da lei 8.112/90, a alternativa C está correta. Dessa forma, tanto a alternativa B quanto C estão corretas.
Portanto, solicito, respeitosamente, a anulação da questão.

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

A fundamentação na LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990, A letra C é a correta . Art. 22. O servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa.

Decisão (Banca): Alterar o gabarito para a letra "C"

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 10501. Antonio Nonato Borges Neto [***.646.892-**]

Recurso em: 17/10/2023 às 15:58:17

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 32

Questionamento (Candidato):

A banca indica como única correta a Alternativa B para questão 32.
Entretanto, o enunciado da questão solicita explicitamente e unicamente conhecimento segundo a Lei n° 8.112, a qual traz em seu Art. 22 "O servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa.". Dessa forma tem-se mais de uma alternativa correta, o que contraria o Item o Edital Nº 21/2023 CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

Anexo (Candidato):

https://drive.google.com/open?id=1bPq_r1I21JyTQ1tl3DgQgebVbZYXh4YZ

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

A fundamentação na LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990, A letra C é a correta . Art. 22. O servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa.

Decisão (Banca): Alterar o gabarito para a letra "C"

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 4370. Beatriz Falcão dos Santos [***.337.072-**]

Recurso em: 17/10/2023 às 16:08:33

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 32

Questionamento (Candidato):

QUESTÃO 32 - PEÇO A MUDANÇA DO GABARITO para alternativa “C”, pois é a única correta, uma vez que a questão quer de acordo com a lei “SOBRE A LEI n° 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre... ...federais, O SERVIDOR PÚBLICO ESTÁVEL”. Então a alternativa “C” é a literalidade escrito na lei “Seção V, Da Estabilidade, Art. 22. O servidor público estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa.’’ sendo que o artigo 22 da lei inicia com o final do cabeçalho da questão e continua com a alternativa “C” totalmente a literalidade da lei. Além de a lei 8112/90 não informar nada sobre a ‘’disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço’’ tornando a alternativa “B’’ inviável como certa, a única coisa que a lei fala sobre proporções no tempo de serviço e na parte de aposentadoria. A banca deve ter confundido, pois no gabarito preliminar deu como alternativa “B” a correto, porém só estaria certo se a questão tivesse pedido conforme a Constituição Federal da República de 1988 (CF/88) e não nos moldes da lei 8112/90. Assim, a alternativa “B’’ seria a certa já que a CF/88 trás no seu artigo 41, “§ 3º Extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.”, além de trazer outras hipóteses de perda do cargo, fazendo com que não fosse apenas as duas da alternativa “C”. Mas, como a questão pede conforme a lei 8.112/90 a única alternativa certa seria a “C’’, já que é a literalidade da lei e as outras alternativas estariam erradas. Então peço por gentileza a correção do gabarito preliminar pra a alternativa “C’’ no gabarito definitivo.

Recurso (Candidato): Alterar o gabarito para a letra "C"

Parecer (Banca):

A fundamentação na LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990, A letra C é a correta . Art. 22. O servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa.

Decisão (Banca): Alterar o gabarito para a letra "C"

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 753. João Barbosa Guimarães Neto [***.212.252-**]

Recurso em: 17/10/2023 às 16:23:13

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 32

Questionamento (Candidato):

A questão de número 32 é claro quando cita a lei 8112/90, e no seu artigo 22(descrito abaixo) corrobora com a resposta na letra C.

Art. 22. O servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa.

Anexo (Candidato):

https://drive.google.com/open?id=18ghN5u2xJuoVjWsJlLYpGTT8xzW21U58

Recurso (Candidato): Alterar o gabarito para a letra "C"

Parecer (Banca):

A fundamentação na LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990, A letra C é a correta . Art. 22. O servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa.

Decisão (Banca): Alterar o gabarito para a letra "C"

Publicado em: 30/10/2023

Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 6405. Débora Ester Alfaia Corrêa [***.884.682-**]

Recurso em: 17/10/2023 às 16:23:57

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 32

Questionamento (Candidato):

(Questão 32) O comando da questão pede a resposta correta de acordo com a Lei 8112 de 1990, sobre o servidor público estável. No entanto, a resposta no gabarito está de acordo com o artigo 41, inciso 3°, da Constituição Federal de 1988, e não com o artigo 22 da respectiva lei. Portanto, a resposta correta seria a letra "C" e não a letra "B".

Recurso (Candidato): Alterar o gabarito para a letra "C"

Parecer (Banca):

A fundamentação na LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990, A letra C é a correta . Art. 22. O servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa.

Decisão (Banca): Alterar o gabarito para a letra "C"

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 7761. Joyce Caroline Vieira de Oliveira Vieira [***.678.342-**]

Recurso em: 17/10/2023 às 16:49:23

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 32

Questionamento (Candidato):

Sr. Examinador, a questão 32 dispõe sobre a Lei N° 8.112, de 11 de dezembro de 1990, regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, o servidor público estável.

Consta no gabarito preliminar a alternativa B com correta. No entanto, ocorre confusão entre o Estatuto que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União Lei N° 8.112 , conteúdo programático presente no edital do certame, e a Constituição federal 1988, conteúdo programático não presente no edital do certame.

A alternativa B apresentada com correta dispõe sobre a "POSSIBILIDADE" do servidor público estável ser colocado em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço, quando extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade. No entanto, não ocorre "PODERÁ" com apresentada na questão, mas "FICARÁ" como consta no art. 41, da Constituição federal 1988, conteúdo programático não presente no edital, segue:

Parágrafo 3 do art. 41:
3º Extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até seu adequado aproveitamento em outro cargo. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998).

A alternativa C também apresentada na questão. Dispõe que o servidor público estável só perderá em virtude de sentença judicial transitada em julgado.
O conteúdo apresentado nas duas alternativas estarão presente na Constituição federal, 1988.
Não presente no conteúdo programático do certame, Compec.

Art. 41.

§ 1º O servidor público estável só perderá o cargo: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

Alternativa "C"

I - em virtude de sentença judicial transitada em julgado; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

II - mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998).

Devido ao exposto, peço a anulação da questão.

Respeitosamente, Joyce Caroline Vieira de Oliveira.

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

A fundamentação na LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990, A letra C é a correta . Art. 22. O servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa.

Decisão (Banca): Alterar o gabarito para a letra "C"

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 5618. Lucas Wiliam Munhoz de Oliveira [***.679.442-**]

Recurso em: 17/10/2023 às 16:59:06

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 32

Questionamento (Candidato):

Prezada banca examinadora, conforme artigo 31 e 32 da L. 8112/90 não h;a que se falar em remuneração proporcional, além a alternativa letra C é a correta conforme artigo 22 da referida lei.

Recurso (Candidato): Alterar o gabarito para a letra "C"

Parecer (Banca):

A fundamentação na LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990, A letra C é a correta . Art. 22. O servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa.

Decisão (Banca): Alterar o gabarito para a letra "C"

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 17308. Rina Arantes Santos [***.137.492-**]

Recurso em: 17/10/2023 às 16:59:11

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 32

Questionamento (Candidato):

Recurso: anulação

Motivo: resposta errada

Fundamentação:
Tantos os itens A e B estão corretos segundo a Lei nº 8.112/1990
Art. 34. A exoneração de cargo efetivo dar-se-á a pedido do servidor, ou de ofício.

Parágrafo único. A exoneração de ofício dar-se-á:

I - quando não satisfeitas as condições do estágio probatório;

II - quando, tendo tomado posse, o servidor não entrar em exercício no prazo estabelecido
O item B) esta correto também conforme a Lei 8.112
Extinto o cargo ou declarada sua desnecessidade, o servidor estável nele investido será imediatamente posto em disponibilidade, com remuneração proporcional ao respectivo tempo de serviço.

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

A fundamentação na LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990, A letra C é a correta . Art. 22. O servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa.

Decisão (Banca): Alterar o gabarito para a letra "C"

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 7007. Rafael da Silva Campos [***.405.592-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 14:07:15

Tópico: NM15 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 32

Questionamento (Candidato):

No item B (resposta do gabarito preliminar) Não há que se falar em remuneração proporcional, conforme:

LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990
Seção XI - Da Disponibilidade e do Aproveitamento

Art. 30. O retorno à atividade de servidor em disponibilidade far-se-á mediante aproveitamento obrigatório em cargo de atribuições e vencimentos compatíveis com o anteriormente ocupado.

Art. 31. O órgão Central do Sistema de Pessoal Civil determinará o imediato aproveitamento de servidor em disponibilidade em vaga que vier a ocorrer nos órgãos ou entidades da Administração Pública Federal.

Parágrafo único. Na hipótese prevista no § 3o do art. 37, o servidor posto em disponibilidade poderá ser mantido sob responsabilidade do órgão central do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal - SIPEC, até o seu adequado aproveitamento em outro órgão ou entidade. (Parágrafo incluído pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)

Art. 32. Será tornado sem efeito o aproveitamento e cassada a disponibilidade se o servidor não entrar em exercício no prazo legal, salvo doença comprovada por junta médica oficial.

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

A fundamentação na LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990, A letra C é a correta . Art. 22. O servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa.

Decisão (Banca): Alterar o gabarito para a letra "C"

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 828. Gabriel Falcão Portela [***.733.322-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 14:35:08

Tópico: NM15 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 32

Questionamento (Candidato):

Nos termos do art. 22 da Lei 8.112, o servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitado em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa. Dessa forma a alternativa "C" reproduz a literalidade do artigo não havendo motivo para descartá-la como alternativa correta uma vez que o comando da questão é claro em dizer que questionamento é feito à luz da Lei 8.112/90. Existe outras formas do servidor estável perder o cargo público, porém não à luz da lei 8.112/90.

Por outro lado, não existe qualquer comando claro que sustente a afirmação da Letra "B". O conceito de tempo de serviço é tratado no art. 102 da Lei 8.112/90. Contudo as ausências e afastamentos para efeito de disponibilidade é um rol bem menor tratado no art. 103 da lei 8.112/90 de modo que não é possível concluir que se trata de institutos da mesma natureza. Várias são as doutrinas que se debruçam sobre o tema podendo ser citado a de GUSTAVO HENRIQUE JUSTINO DE OLIVEIRA disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/344/r137-17.pdf?sequence=4&isAllowed=y

Por todo exposto requer a mudança no gabarito da questão 32 da letra "B" para letra "C"

Recurso (Candidato): Alterar o gabarito para a letra "C"

Parecer (Banca):

A fundamentação na LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990, A letra C é a correta . Art. 22. O servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa.

Decisão (Banca): Alterar o gabarito para a letra "C"

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 15555. Michelli Monteiro de Holanda [***.443.742-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 14:39:54

Tópico: NM15 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 32

Questionamento (Candidato):

Ilustríssimo senhor Examinador, venho, respeitosamente, por meio deste recurso, solicitar a revisão da questão nº. 32 da prova objetiva de Assistente em Administração do Concurso Público – Edital nº Nº 21/2023-GR pelos fatos e fundamentos a seguir declinados:

A Ilustríssima banca examinadora, em seu gabarito preliminar considerou como correta a alternativa B da questão 35.

Ocorre que, a alternativa C também está correta, conforme pede a questão, está prevista no Art. 22 da Lei nº 8.112/1990 (Regime do Servidor Público da União), que dispõe: Art. 22: O servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa.

Assim, as duas alternativas estão corretas, sendo que a alternativa C é a única que está conforme redação da Lei nº 8.112/90.

Ante ao exposto, faz-se imperiosa a alteração do gabarito preliminar, sendo considerada como correta a alternativa C da questão 32.

Recurso (Candidato): Alterar o gabarito para a letra "C"

Parecer (Banca):

A fundamentação na LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990, A letra C é a correta . Art. 22. O servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa.

Decisão (Banca): Alterar o gabarito para a letra "C"

Publicado em: 30/10/2023

Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 2736. Moises Correa de Seixas Junior [***.496.062-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 15:57:18

Tópico: NM15 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 32

Questionamento (Candidato):

A questão 32 faz referência a Lei 8.112/90 da qual refere-se ao servidor públivo estável.
A banca apontou como gabarito preliminar a alternativa "b" a qual eu discordo totalmente, pelos fatos e fundamentos a seguir:
A questão trata sobre servidor público estável e a referida lei em seu artigo 22 faz referência clara ao tema, sendo a alternativa "c" a reprodução literal do texto da lei: "Só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa". Fundamento art. 22 da Lei 8.112/90.
Por esse motivo, solicito a alteração do gabarito preliminar para a alternativa "c".
Caso a banca assim não entenda, e mantenha o gabarito como correto, solicito a anulação da questão por conter mais de uma alternativa correta.

Recurso (Candidato): Alterar o gabarito para a letra "C"

Parecer (Banca):

A fundamentação na LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990, A letra C é a correta . Art. 22. O servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa.

Decisão (Banca): Alterar o gabarito para a letra "C"

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 4137. Edwin Luiz Caldas Garcia [***.455.672-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 20:50:45

Tópico: NM15 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 32

Questionamento (Candidato):

A supracitada questão, em seu enunciado, pede para assinalar a resposta correta, sobre a lei 8.112/1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos federais. Assim, conforme seu artigo 22, "O servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa". Ou seja, de acordo com o estatuto, só existem duas hipóteses de perda do cargo do servidor efetivo, quais sejam: em virtude de sentença judicial transitada em julgado e processo administrativo disciplinar. Não obstante, a Constituição Federal prevê ainda mais duas hipóteses, que são: insuficiência de desempenho e excesso de despesa com pessoal. O gabarito preliminar deu como alternativa correta a letra b), cuja redação está de acordo com o art. 41, parágrafo 3º, da CF/88. Embora no edital esteja prevista a cobrança de normas constitucionais aplicáveis aos servidores, o modo como a questão foi redigida induz o candidato ao erro, pois começa "Sobre a Lei nº 8.112/1990...", dando a entender que a questão seja respondida à luz da Lei Federal, e não sob a égide da Constituição da República. Dado o prejuízo causado pela má redação do enunciado, solicito a anulação da referida questão.

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

A fundamentação na LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990, A letra C é a correta . Art. 22. O servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa.

Decisão (Banca): Alterar o gabarito para a letra "C"

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 11237. Debora Wanderlane Mendes de Moura Rodrigues [***.590.652-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 22:01:08

Tópico: NM15 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 32

Questionamento (Candidato):

O item 32, considerado pela banca o gabarito “B” dispõe divergência de resposta.
Haja vista que, a Lei 8.112/1990 prevê expressamente em seu artigo 22 exatamente a configuração da alternativa “C”, no qual explicita que “O servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa”.
Portanto, a resposta considerada demonstra desacordo com a legislação citada na questão. Dessa forma, requisita-se a troca de gabarito para o item "C".

Recurso (Candidato): Alterar o gabarito para a letra "C"

Parecer (Banca):

A fundamentação na LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990, A letra C é a correta . Art. 22. O servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa.

Decisão (Banca): Alterar o gabarito para a letra "C"

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 1838. Kezia Pereira Liborio Neves [***.207.302-**]

Recurso em: 17/10/2023 às 16:57:17

Tópico: NM15 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 32

Questionamento (Candidato):

A questão apresenta mais de uma alternativa correta de acordo com a LEI 8.112/90, sendo passíveis ao servidor público estável perder o cargo em virtude de sentença judicial, como dispõe o artigo 22.

Recurso (Candidato): Alterar o gabarito para a letra "C"

Parecer (Banca):

A fundamentação na LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990, A letra C é a correta . Art. 22. O servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa.

Decisão (Banca): Alterar o gabarito para a letra "C"

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 1838. Kezia Pereira Liborio Neves [***.207.302-**]

Recurso em: 17/10/2023 às 16:59:23

Tópico: NM15 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 32

Questionamento (Candidato):

ARTIGO 22, LEI 8.112/90
Art. 22. O servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinarno qual lhe seja assegurada ampla defesa.

Recurso (Candidato): Alterar o gabarito para a letra "C"

Parecer (Banca):

A fundamentação na LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990, A letra C é a correta . Art. 22. O servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa.

Decisão (Banca): Alterar o gabarito para a letra "C"

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 573. Laerte Marques Dantas [***.712.962-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 19:59:47

Tópico: NM17 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 32

Questionamento (Candidato):

O decreto 3151 de 23/09/1999 diz que extinto o cargo o servidor estável poderá ser colocado em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço e não a lei 8112/90 por esse motivo supracitado a questão é anulada.

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

A fundamentação na LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990, A letra C é a correta . Art. 22. O servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa.

Decisão (Banca): Alterar o gabarito para a letra "C"

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 11743. Débora Anne Carvalho Belém [***.313.762-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 20:00:38

Tópico: NM17 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 32

Questionamento (Candidato):

A questão numero 32 em seu enunciado dizia: Sobre a lei n 8.112 de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da união, das autarquias e das fundações publicas federais, o servidor publico estável:
segundo o artigo 22, "Só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou em processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa". Nesse sentido solicito recurso de alteração do gabarito para a alternativa "C".

No gabarito preliminar esta como resposta correta a alternativa B.

Anexo (Candidato):

https://drive.google.com/open?id=1srnScEM0vy6r3mFVTxgbNKSt_toF9YoH

Recurso (Candidato): Alterar o gabarito para a letra "C"

Parecer (Banca):

A fundamentação na LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990, A letra C é a correta . Art. 22. O servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa.

Decisão (Banca): Alterar o gabarito para a letra "C"

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 2143. Maiza da Silva Pereira [***.782.822-**]

Recurso em: 17/10/2023 às 11:03:34

Tópico: NM17 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 32

Questionamento (Candidato):

Na questão “32” sobre a Lei n° 8112/1990 afirmativa que a resposta certa, segundo o gabarito, é a letra “B” contudo no art 22 da Lei n° 8112/1990 diz que:
Art. 22. O servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada
em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada
ampla defesa.
Com isso a letra “C” da questão 32 estaria correta, uma vez que no enunciado não pede nada especifico em relação a Lei.

Recurso (Candidato): Alterar o gabarito para a letra "C"

Parecer (Banca):

A fundamentação na LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990, A letra C é a correta . Art. 22. O servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa.

Decisão (Banca): Alterar o gabarito para a letra "C"

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 1225. Danrley da Silva Barbosa [***.800.822-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 11:04:51

Tópico: NM24 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 32

Questionamento (Candidato):

A questão número 32 de Conhecimentos específicos solicita: Sobre a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, o servidor público estável:

O gabarito preliminar trouxe como resposta a letra B, porém a letra C também está correta segundo ao artigo 22 da lei 8.112: Art. 22. O servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa.

A questão pede a resposta baseada na lei 8.112 explicitamente que considera somente essas duas possibilidades de perder o cargo, caso ela considerasse explicitamente a Constituição Federal no enunciado, aí seria possível dizer que a letra C estaria incorreta.

Diante do exposto, Solicito anulação da questão.

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

A fundamentação na LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990, A letra C é a correta . Art. 22. O servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa.

Decisão (Banca): Alterar o gabarito para a letra "C"

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 2761. João Victor dos Santos da Costa [***.416.642-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 12:41:48

Tópico: NM24 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 32

Questionamento (Candidato):

O gabarito preliminar da banca foi a alternativa B. No entanto, a alternativa C afirma que: o servidor público estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado, ou processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa. Isso condiz exatamente com o Art. 22. da lei 8.112: "Art. 22. O servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa." Por isso solicito alteração do gabarito para alternativa C.

Recurso (Candidato): Alterar o gabarito para a letra "C"

Parecer (Banca):

A fundamentação na LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990, A letra C é a correta . Art. 22. O servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa.

Decisão (Banca): Alterar o gabarito para a letra "C"

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 1643. Larissa Santos de Moura [***.351.392-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 15:44:23

Tópico: NM24 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 32

Questionamento (Candidato):

A – não precisa de justificativa, somente o pedido do servidor;

B – Não há que se falar em remuneração proporcional, vide artigos 31 e 32.

C – Exatamente: “Art. 22. O servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa.”

D – Não há a previsão de um seletivo simplificado na norma – Errado.

E – Na forma do art. 37 e seguintes, dispensa-se a aprovação do servidor.

Recurso (Candidato): Alterar o gabarito para a letra "C"

Parecer (Banca):

A fundamentação na LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990, A letra C é a correta . Art. 22. O servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa.

Decisão (Banca): Alterar o gabarito para a letra "C"

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 15868. Camilla Batista Santana Dias [***.907.435-**]

Recurso em: 17/10/2023 às 11:28:12

Tópico: NM24 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 32

Questionamento (Candidato):

A – não precisa de justificativa, somente o pedido do servidor;

B – Não há que se falar em remuneração proporcional, vide artigos 31 e 32.

C – Exatamente: “Art. 22. O servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa.”

D – Não há a previsão de um seletivo simplificado na norma – Errado.

E – Na forma do art. 37 e seguintes, dispensa-se a aprovação do servidor

Recurso (Candidato): Alterar o gabarito para a letra "C"

Parecer (Banca):

A fundamentação na LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990, A letra C é a correta . Art. 22. O servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa.

Decisão (Banca): Alterar o gabarito para a letra "C"

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 155. Tiago Gomes de Souza [***.055.392-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 11:03:45

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 34

Questionamento (Candidato):

Na questão 34, vemos duas alternativas corretas pois, a comunicação pode ser realizada em níveis hierárquicos dentro da mesma organização mas também, ela é um processo de troca de informações entre os membros da organização. Pois o funcionário de uma empresa precisa ser integrado aos processos da empresa.

“Um novo contratado que chega conhecendo a história da empresa, sabendo as funções que deverá cumprir e sendo bem recebido pelos atuais colaboradores tende a se integrar mais facilmente.
Como a comunicação interna prega a existência de um clima organizacional amigável e interativo, é essencial que os novos funcionários não fiquem isolados e se adaptem o mais rápido possível.
É importante que não existam barreiras. Assim, os novatos se sentirão mais à vontade para tirar dúvidas, dar sugestões e se aproximar das outras pessoas”.

Fonte: https://rockcontent.com/br/blog/comunicacao-interna/

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

Fundamentação da alternativa que traz a definição mais adequada de comunicação interna::
a) se refere à trabalho em equipe, que é uma competência importante para o desempenho coletivo e individual dos colaboradores.
b) se refere à relacionamento interpessoal, que é a capacidade de se relacionar bem com as outras pessoas, respeitando as diferenças individuais e culturais, e buscando cooperar para alcançar os objetivos comuns.
c) se refere à comunicação integrada ou horizontal, que é a forma de comunicação que ocorre entre pessoas de diferentes áreas ou níveis hierárquicos dentro da organização, buscando integrar as atividades e os processos da empresa. Ela é importante para facilitar a coordenação, a cooperação e a inovação, mas não abrange todas as formas e objetivos da comunicação interna.
e) se refere à comunicação externa, que é o conjunto de técnicas e ferramentas utilizadas para divulgar a imagem, os valores e os produtos da organização para o público externo, como clientes, fornecedores e parceiros.

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 8487. Kennedy Oliveira Costa [***.965.872-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 12:24:43

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 34

Questionamento (Candidato):

Segundo o estudo realizado, a comunicação interna visa alinhar os objetivos, estratégias e ações da empresa entre os membros de uma organização. Dessa forma, os membros de uma organização são entendidos como funcionários de diferentes áreas ou níveis hierárquicos, ou seja, a Letra C também pode ser considerada uma alternativa adequada.

Recurso (Candidato): Alterar o gabarito para a letra "C"

Parecer (Banca):

Fundamentação da alternativa que traz a definição mais adequada de comunicação interna::
a) se refere à trabalho em equipe, que é uma competência importante para o desempenho coletivo e individual dos colaboradores.
b) se refere à relacionamento interpessoal, que é a capacidade de se relacionar bem com as outras pessoas, respeitando as diferenças individuais e culturais, e buscando cooperar para alcançar os objetivos comuns.
c) se refere à comunicação integrada ou horizontal, que é a forma de comunicação que ocorre entre pessoas de diferentes áreas ou níveis hierárquicos dentro da organização, buscando integrar as atividades e os processos da empresa. Ela é importante para facilitar a coordenação, a cooperação e a inovação, mas não abrange todas as formas e objetivos da comunicação interna.
e) se refere à comunicação externa, que é o conjunto de técnicas e ferramentas utilizadas para divulgar a imagem, os valores e os produtos da organização para o público externo, como clientes, fornecedores e parceiros.

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 792. Ana Gabriela Mendonça Gonçalves [***.386.882-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 13:52:43

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 34

Questionamento (Candidato):

Comunicação interna visa alinhar objetivos, estratégias e ações da empresa entre os membros de uma organização. Dessa forma, os membros de uma organização são entendidos como funcionários de diferentes áreas ou níveis hierárquicos. Logo, a alternativa que se encaixa no questionamento da questão é a alternativa C e não D.

Recurso (Candidato): Alterar o gabarito para a letra "C"

Parecer (Banca):

Fundamentação da alternativa que traz a definição mais adequada de comunicação interna::
a) se refere à trabalho em equipe, que é uma competência importante para o desempenho coletivo e individual dos colaboradores.
b) se refere à relacionamento interpessoal, que é a capacidade de se relacionar bem com as outras pessoas, respeitando as diferenças individuais e culturais, e buscando cooperar para alcançar os objetivos comuns.
c) se refere à comunicação integrada ou horizontal, que é a forma de comunicação que ocorre entre pessoas de diferentes áreas ou níveis hierárquicos dentro da organização, buscando integrar as atividades e os processos da empresa. Ela é importante para facilitar a coordenação, a cooperação e a inovação, mas não abrange todas as formas e objetivos da comunicação interna.
e) se refere à comunicação externa, que é o conjunto de técnicas e ferramentas utilizadas para divulgar a imagem, os valores e os produtos da organização para o público externo, como clientes, fornecedores e parceiros.

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 592. Gabriel Mariano da Silva Barreto [***.136.572-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 15:01:22

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 34

Questionamento (Candidato):

Questão 34
Gabarito: C
Comentários:

Comunicação interna visa alinhar objetivos, estratégias e ações da empresa entre os membros de uma organização. Dessa forma, os membros de uma organização são entendidos como funcionários de diferentes áreas ou níveis hierárquicos.

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

Fundamentação da alternativa que traz a definição mais adequada de comunicação interna::
a) se refere à trabalho em equipe, que é uma competência importante para o desempenho coletivo e individual dos colaboradores.
b) se refere à relacionamento interpessoal, que é a capacidade de se relacionar bem com as outras pessoas, respeitando as diferenças individuais e culturais, e buscando cooperar para alcançar os objetivos comuns.
c) se refere à comunicação integrada ou horizontal, que é a forma de comunicação que ocorre entre pessoas de diferentes áreas ou níveis hierárquicos dentro da organização, buscando integrar as atividades e os processos da empresa. Ela é importante para facilitar a coordenação, a cooperação e a inovação, mas não abrange todas as formas e objetivos da comunicação interna.
e) se refere à comunicação externa, que é o conjunto de técnicas e ferramentas utilizadas para divulgar a imagem, os valores e os produtos da organização para o público externo, como clientes, fornecedores e parceiros.

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 14386. Marco Eduardo Santiago Oliveira de Oliveira [***.037.082-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 15:35:17

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 34

Questionamento (Candidato):

Prezada Banca Examinadora,

Venho, por meio deste, interpor recurso contra o gabarito preliminar da questão número 34, sobre comunicação interna organizacional, na qual foi considerada como correta a alternativa D.

Respeitosamente, discordo do gabarito apresentado, pois entendo que a alternativa C também está correta, conforme passo a demonstrar abaixo:

A questão solicitava que o candidato assinalasse a alternativa que trazia a definição mais adequada de comunicação interna. O gabarito preliminar indicou como resposta correta a alternativa D, que define comunicação interna como "o processo de troca de informações entre os membros de uma organização, visando alinhar os objetivos, as estratégias e as ações da empresa".

No entanto, a alternativa C também traz uma definição válida e pertinente de comunicação interna, ao afirmar que ela é "a forma de comunicação que ocorre entre pessoas de diferentes áreas ou níveis hierárquicos dentro da organização, buscando integrar as atividades e os processos da empresa".

Tendo em vista que a comunicação interna visa alinhar objetivos, estratégias e ações da empresa entre os membros de uma organização. Dessa forma, os membros de uma organização são entendidos como funcionários de diferentes áreas ou níveis hierárquicos.
De fato, a comunicação interna não se restringe à troca de informações entre os membros de uma organização, contudo, também abrange a comunicação entre diferentes setores e níveis da empresa, visando à integração e à coordenação das atividades e dos processos organizacionais.

Essa concepção de comunicação interna é corroborada por diversos autores da área, como por exemplo:

- Kunsch (2003), “Administrar uma organização consiste em planejar, coordenar, dirigir e controlar seus recursos de maneira que se obtenham alta produtividade, baixo custo e maior lucro ou resultados, por meio da aplicação de um conjunto de métodos e técnicas. Isso pressupõe um contínuo processo de comunicação para alcançar tais objetivos. E o que organiza o fluxo de informações, que permitirão à organização sobreviver, progredir e manter-se dentro da concepção de sistema aberto.” (KUNSCH, Planejamento de Relações Públicas na Comunicação Integrada, 2003, p. 152).

Ainda segundo Margarida Kunsch, a comunicação interna é um setor planejado, com objetivos bem definidos, para viabilizar toda a interação entre a organização e seus colaboradores. Para isto utilizam-se ferramentas da comunicação institucional e até da comunicação mercadológica.

- Bueno (2009), que conceitua comunicação interna como "o conjunto de procedimentos utilizados para informar, sensibilizar e integrar os empregados em torno dos objetivos e das metas da organização".

Wilson Costa Bueno ressalta também a importância de não restringir a comunicação interna apenas à chamada comunicação descendente, ou seja, aquela que flui de cima para baixo na hierarquia empresarial. Uma boa comunicação organizacional interna é feita de forma descendente, ascendente e horizontalmente. O próprio conceito básico de comunicação já remete a uma via de mão dupla.

Diante do exposto, entendo que a questão apresenta duas alternativas corretas (C e D), sendo a alternativa c até mais precisa do que a presente no gabarito preliminar, o que configura uma falha na elaboração da

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

mesma e uma causa de divergência acerca da tomada de decisão da alternativa correta, havendo duas possíveis alternativas passíveis de assinalação. Portanto, solicito a anulação da questão ou a atribuição do ponto correspondente aos candidatos que assinalaram a alternativa C também.

Abaixo encontra-se a especificações dos autores citados e suas obras usadas para fundamentação:

https://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do;jsessionid=24DFB6EEC55BA71781FAE8232EA5B0DA.buscatextual_0
COMUNICAÇÃO EMPRESARIAL: POLITICAS E ESTRATEGIAS - 1ªED.(2009)

https://br.linkedin.com/in/margarida-kunsch-8877a018a
KUNSCH, Planejamento de Relações Públicas na Comunicação Integrada, 2003

Agradeço a atenção e aguardo o deferimento do presente recurso.

Candidato(a): Marco Eduardo Santiago Oliveira de Oliveira
nº de inscrição: 14386

Recurso (Candidato): Alterar o gabarito para a letra "C"

Parecer (Banca):

Fundamentação da alternativa que traz a definição mais adequada de comunicação interna::
a) se refere à trabalho em equipe, que é uma competência importante para o desempenho coletivo e individual dos colaboradores.
b) se refere à relacionamento interpessoal, que é a capacidade de se relacionar bem com as outras pessoas, respeitando as diferenças individuais e culturais, e buscando cooperar para alcançar os objetivos comuns.
c) se refere à comunicação integrada ou horizontal, que é a forma de comunicação que ocorre entre pessoas de diferentes áreas ou níveis hierárquicos dentro da organização, buscando integrar as atividades e os processos da empresa. Ela é importante para facilitar a coordenação, a cooperação e a inovação, mas não abrange todas as formas e objetivos da comunicação interna.
e) se refere à comunicação externa, que é o conjunto de técnicas e ferramentas utilizadas para divulgar a imagem, os valores e os produtos da organização para o público externo, como clientes, fornecedores e parceiros.

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 6099. Alice Morgana da Silva Cordeiro [***.357.524-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 16:18:42

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 34

Questionamento (Candidato):

Pedindo para reconsideração de gabarito da Questão 34 letra D para letra C.

Pois conforme Beraldo a" comunicação interna é um fator estratégico para o sucesso da organização por que atua principalmente em três frentes: é fundamental para os resultados do negócio, é um fator humanizador das relações de trabalho e consolida a identidade da organização junto a seus públicos ". A comunicação Interna esta em todos os meios hierárquicos, como um instrumento da administração estratégica é uma exigência para se atingir a eficácia organizacional e permite a interação entre os gestores e os demais níveis organizacionais, estimulando a troca de ideias e de informação entre estes níveis e estimulando, ainda, a troca de percepções e sugestões entre eles.

A letra C exemplifica o pensando do autor em que a comunicação interna " é a forma de comunicação entre pessoas de diferentes áreas ou níveis hierárquico dentro da organização , buscando integrar as atividades e os processos da empresa".

Fonte: BERALDO, Cristina Elisabeth Arnold. Comunicação interna como fator estratégico nos processos de mudança. São Paulo: USP, 1996.

Recurso (Candidato): Alterar o gabarito para a letra "C"

Parecer (Banca):

Fundamentação da alternativa que traz a definição mais adequada de comunicação interna::
a) se refere à trabalho em equipe, que é uma competência importante para o desempenho coletivo e individual dos colaboradores.
b) se refere à relacionamento interpessoal, que é a capacidade de se relacionar bem com as outras pessoas, respeitando as diferenças individuais e culturais, e buscando cooperar para alcançar os objetivos comuns.
c) se refere à comunicação integrada ou horizontal, que é a forma de comunicação que ocorre entre pessoas de diferentes áreas ou níveis hierárquicos dentro da organização, buscando integrar as atividades e os processos da empresa. Ela é importante para facilitar a coordenação, a cooperação e a inovação, mas não abrange todas as formas e objetivos da comunicação interna.
e) se refere à comunicação externa, que é o conjunto de técnicas e ferramentas utilizadas para divulgar a imagem, os valores e os produtos da organização para o público externo, como clientes, fornecedores e parceiros.

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 389. Geraldo Thalyson Silva Santana [***.448.502-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 16:23:03

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 34

Questionamento (Candidato):

Conforme o Art. 22. O servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa

Recurso (Candidato): Alterar o gabarito para a letra "C"

Parecer (Banca):

Fundamentação da alternativa que traz a definição mais adequada de comunicação interna::
a) se refere à trabalho em equipe, que é uma competência importante para o desempenho coletivo e individual dos colaboradores.
b) se refere à relacionamento interpessoal, que é a capacidade de se relacionar bem com as outras pessoas, respeitando as diferenças individuais e culturais, e buscando cooperar para alcançar os objetivos comuns.
c) se refere à comunicação integrada ou horizontal, que é a forma de comunicação que ocorre entre pessoas de diferentes áreas ou níveis hierárquicos dentro da organização, buscando integrar as atividades e os processos da empresa. Ela é importante para facilitar a coordenação, a cooperação e a inovação, mas não abrange todas as formas e objetivos da comunicação interna.
e) se refere à comunicação externa, que é o conjunto de técnicas e ferramentas utilizadas para divulgar a imagem, os valores e os produtos da organização para o público externo, como clientes, fornecedores e parceiros.

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 6415. Leticia Abreu de Carvalho [***.630.144-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 18:08:13

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 34

Questionamento (Candidato):

Prezados membros da Banca Examinadora,

Gostaria de apresentar um recurso em relação à questão 34 do concurso da UFAM para assistente administrativo, aplicado no dia 15/10/2023, que se refere à definição de comunicação interna.
A alternativa "c" define a comunicação interna como "a forma de comunicação que ocorre entre pessoas de diferentes áreas ou níveis hierárquicos dentro da organização, buscando integrar as atividades e os processos da empresa." Essa definição é amplamente aceita no campo da administração e comunicação organizacional como uma descrição precisa da comunicação interna. No entanto, é importante observar que a comunicação interna pode ser descrita de várias maneiras, dependendo da abordagem teórica e do contexto.
As alternativas "d" e "c" também descrevem corretamente a comunicação interna. A alternativa "d" afirma que a comunicação interna é "o processo de troca de informações entre os membros de uma organização, visando alinhar os objetivos, as estratégias e as ações da empresa." Essa definição também é amplamente aceita e precisa no campo da administração.
A presença de mais de uma alternativa correta na questão 34 cria ambiguidade e confusão na avaliação dos candidatos, uma vez que tanto a alternativa "c" quanto a alternativa "d" estão de acordo com as definições amplamente aceitas de comunicação interna. Dessa forma, solicito a anulação da questão 34, a fim de garantir a justiça e a imparcialidade no processo de avaliação.

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

Fundamentação da alternativa que traz a definição mais adequada de comunicação interna::
a) se refere à trabalho em equipe, que é uma competência importante para o desempenho coletivo e individual dos colaboradores.
b) se refere à relacionamento interpessoal, que é a capacidade de se relacionar bem com as outras pessoas, respeitando as diferenças individuais e culturais, e buscando cooperar para alcançar os objetivos comuns.
c) se refere à comunicação integrada ou horizontal, que é a forma de comunicação que ocorre entre pessoas de diferentes áreas ou níveis hierárquicos dentro da organização, buscando integrar as atividades e os processos da empresa. Ela é importante para facilitar a coordenação, a cooperação e a inovação, mas não abrange todas as formas e objetivos da comunicação interna.
e) se refere à comunicação externa, que é o conjunto de técnicas e ferramentas utilizadas para divulgar a imagem, os valores e os produtos da organização para o público externo, como clientes, fornecedores e parceiros.

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 2560. Thiago Colombo Araújo [***.020.802-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 19:36:35

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 34

Questionamento (Candidato):

O gabarito preliminar trouxe a letra "D" como a alternativa correta. Porém, segundo Baldissera (2000), pode-se compreender que a comunicação interna é aquela que ocorre entre o público interno das organizações, especialmente entre funcionários, e cuja principal finalidade é promover a máxima integração entre a organização e seus funcionários. Dessa forma, verifica-se que a letra "C" figura como a alternativa correta da referida questão. Verifica-se que a alternativa "C" descreve, claramente, trechos do conceito trazido por Baldissera (2000), a saber: "forma de comunicação que ocorre entre pessoas dentro da organização"; "buscando integrar as atividades e os processos da empresa".

Recurso (Candidato): Alterar o gabarito para a letra "C"

Parecer (Banca):

Fundamentação da alternativa que traz a definição mais adequada de comunicação interna::
a) se refere à trabalho em equipe, que é uma competência importante para o desempenho coletivo e individual dos colaboradores.
b) se refere à relacionamento interpessoal, que é a capacidade de se relacionar bem com as outras pessoas, respeitando as diferenças individuais e culturais, e buscando cooperar para alcançar os objetivos comuns.
c) se refere à comunicação integrada ou horizontal, que é a forma de comunicação que ocorre entre pessoas de diferentes áreas ou níveis hierárquicos dentro da organização, buscando integrar as atividades e os processos da empresa. Ela é importante para facilitar a coordenação, a cooperação e a inovação, mas não abrange todas as formas e objetivos da comunicação interna.
e) se refere à comunicação externa, que é o conjunto de técnicas e ferramentas utilizadas para divulgar a imagem, os valores e os produtos da organização para o público externo, como clientes, fornecedores e parceiros.

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 9282. João Paulo da Silva Dutra [***.047.402-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 21:18:54

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 34

Questionamento (Candidato):

O gabarito da questão 34 foi dado como “letra d”.
Porém, segundo Kunsch (2003), a Comunicação Interna busca viabilizar toda a interação entre a organização e seus colaboradores. É uma forma de compatibilizar os interesses de gestores e colaboradores por meio do diálogo, da troca de informações e de experiências e a participação de todos os níveis. Está vinculada à difusão da visão, da missão e dos valores da organização.
Além disso, segundo Rhodia (apud KUNSCH, 2003, p. 154), “a comunicação interna é uma ferramenta estratégica para compatibilização dos interesses dos empregados e da empresa, através do estímulo ao diálogo, a troca de informações e de experiências e a participação de todos os níveis”.
Com base nisso, trata-se de uma forma de comunicação que ocorre entre pessoas de diferentes áreas ou níveis hierárquicos dentro da organização, e que busca integrar as atividades e os processos da empresa. Sendo assim, solicito a alteração do gabarito para a “letra c”.

Observação: Os argumentos podem ser consultados nas páginas 8 e 9 do artigo “O PAPEL DA COMUNICAÇÃO INTERNA NAS EMPRESAS – UM ESTUDO DE CASO DA EMPRESA AMISA” contendo os argumentos supracitados.

Fonte:
KUNSCH, M. M. K. Planejamento de relações públicas na comunicação integrada. São Paulo: Summus, 2003.

MOURA, Gabriele; GIACOBBO, Caroline. O PAPEL DA COMUNICAÇÃO INTERNA NAS EMPRESAS – UM ESTUDO DE CASO DA EMPRESA AMISA - IBIRUBÁ/RS. XVI Seminário Internacional de Educação no Mercosul. Link: ARTIGO - O PAPEL DA COMUNICACAO INTERNA NAS EMPRESAS O.PDF (unicruz.edu.br)

Anexo (Candidato):

https://drive.google.com/open?id=1nFjzZiBHUU_QNZNY0yq3Wjdi20dMo5Sc

Recurso (Candidato): Alterar o gabarito para a letra "C"

Parecer (Banca):

Fundamentação da alternativa que traz a definição mais adequada de comunicação interna::
a) se refere à trabalho em equipe, que é uma competência importante para o desempenho coletivo e individual dos colaboradores.
b) se refere à relacionamento interpessoal, que é a capacidade de se relacionar bem com as outras pessoas, respeitando as diferenças individuais e culturais, e buscando cooperar para alcançar os objetivos comuns.
c) se refere à comunicação integrada ou horizontal, que é a forma de comunicação que ocorre entre pessoas de diferentes áreas ou níveis hierárquicos dentro da organização, buscando integrar as atividades e os processos da empresa. Ela é importante para facilitar a coordenação, a cooperação e a inovação, mas não abrange todas as formas e objetivos da comunicação interna.
e) se refere à comunicação externa, que é o conjunto de técnicas e ferramentas utilizadas para divulgar a imagem, os valores e os produtos da organização para o público externo, como clientes, fornecedores e parceiros.

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 4137. Edwin Luiz Caldas Garcia [***.455.672-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 21:47:54

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 34

Questionamento (Candidato):

A referida questão pede para assinalar a definição mais adequada para comunicação interna. O gabarito preliminar informa a alternativa d) como a correta, a qual diz: "É o processo de troca de informações entre os membros de uma organização, visando alinhar os objetivos, as estratégias e as ações da empresa."

Contudo, de acordo com Kunsch (2003), a comunicação organizacional é composta de 04 tipos, dentre as quais a comunicação interna. E segundo o renomado autor, a comunicação interna "Busca viabilizar toda a interação entre a organização e seus colaboradores. É uma forma de compatibilizar os interesses de gestores e colaboradores por meio do diálogo, da troca de informações e de experiências e a participação de todos os níveis. Está vinculada à difusão da visão, da missão e dos valores da organização." Ou seja, a amplitude da comunicação interna alcança todos os colaboradores de uma organização, entre vários níveis hierárquicos, e é mais amplo do que alinhar objetivos, estratégia e ações, que ocorre na cúpula da organização, no restrito nível estratégico da empresa.

Alem disso, Bekin (2004) também diz que "a comunicação interna é a espinha dorsal do Endomarkentig, meio utilizado para fortalecer o relacionamento entre a organização e os colaboradores. É através da comunicação que cada pessoa tem acesso às informações sobre: objetivos; estratégias; valores; novos produtos; campanhas de Marketing; feedback sobre seu desempenho; a forma de expor suas necessidades, ideias, expectativas e críticas."

Sendo assim, a resposta da alternativa c) é a definição mais adequada para comunicação interna. Por isso, solicito que o gabarito da questão seja alterado para a letra c).

Recurso (Candidato): Alterar o gabarito para a letra "C"

Parecer (Banca):

Fundamentação da alternativa que traz a definição mais adequada de comunicação interna::
a) se refere à trabalho em equipe, que é uma competência importante para o desempenho coletivo e individual dos colaboradores.
b) se refere à relacionamento interpessoal, que é a capacidade de se relacionar bem com as outras pessoas, respeitando as diferenças individuais e culturais, e buscando cooperar para alcançar os objetivos comuns.
c) se refere à comunicação integrada ou horizontal, que é a forma de comunicação que ocorre entre pessoas de diferentes áreas ou níveis hierárquicos dentro da organização, buscando integrar as atividades e os processos da empresa. Ela é importante para facilitar a coordenação, a cooperação e a inovação, mas não abrange todas as formas e objetivos da comunicação interna.
e) se refere à comunicação externa, que é o conjunto de técnicas e ferramentas utilizadas para divulgar a imagem, os valores e os produtos da organização para o público externo, como clientes, fornecedores e parceiros.

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 12102. Erivan Oliveira Passos [***.171.612-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 22:33:41

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 34

Questionamento (Candidato):

Segundo Kunsch1, a Comunicação Interna busca viabilizar toda a interação entre a organização e seus colaboradores. É uma forma de compatibilizar os interesses de gestores e colaboradores, por meio do diálogo, da troca de informações e de experiências e a participação de todos os níveis hierárquicos e áreas. Está vinculada à difusão da visão, da missão e dos valores da organização. Busca viabilizar toda a interação entre a organização e seus colaboradores, no intuito de compatibilizar os interesses de gestores e colaboradores por meio do diálogo.
Dessa forma, a letra “c” também está correta, assim como a letra “d” da questão.
Portanto, havendo mais de uma resposta correta, a questão deve ser anulada.

1. KUNSCH, M. M. K. Planejamento de relações públicas na comunicação integrada. São Paulo: Summus, 2003.

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

Fundamentação da alternativa que traz a definição mais adequada de comunicação interna::
a) se refere à trabalho em equipe, que é uma competência importante para o desempenho coletivo e individual dos colaboradores.
b) se refere à relacionamento interpessoal, que é a capacidade de se relacionar bem com as outras pessoas, respeitando as diferenças individuais e culturais, e buscando cooperar para alcançar os objetivos comuns.
c) se refere à comunicação integrada ou horizontal, que é a forma de comunicação que ocorre entre pessoas de diferentes áreas ou níveis hierárquicos dentro da organização, buscando integrar as atividades e os processos da empresa. Ela é importante para facilitar a coordenação, a cooperação e a inovação, mas não abrange todas as formas e objetivos da comunicação interna.
e) se refere à comunicação externa, que é o conjunto de técnicas e ferramentas utilizadas para divulgar a imagem, os valores e os produtos da organização para o público externo, como clientes, fornecedores e parceiros.

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 1409. Nicole Fernanda Costa Mota [***.052.412-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 22:34:45

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 34

Questionamento (Candidato):

Comunicação interna visa alinhar objetivos, estratégias e ações da empresa entre os membros de uma organização. Dessa forma, os membros de uma organização são entendidos como funcionários de diferentes áreas ou níveis hierárquicos.

Recurso (Candidato): Alterar o gabarito para a letra "C"

Parecer (Banca):

Fundamentação da alternativa que traz a definição mais adequada de comunicação interna::
a) se refere à trabalho em equipe, que é uma competência importante para o desempenho coletivo e individual dos colaboradores.
b) se refere à relacionamento interpessoal, que é a capacidade de se relacionar bem com as outras pessoas, respeitando as diferenças individuais e culturais, e buscando cooperar para alcançar os objetivos comuns.
c) se refere à comunicação integrada ou horizontal, que é a forma de comunicação que ocorre entre pessoas de diferentes áreas ou níveis hierárquicos dentro da organização, buscando integrar as atividades e os processos da empresa. Ela é importante para facilitar a coordenação, a cooperação e a inovação, mas não abrange todas as formas e objetivos da comunicação interna.
e) se refere à comunicação externa, que é o conjunto de técnicas e ferramentas utilizadas para divulgar a imagem, os valores e os produtos da organização para o público externo, como clientes, fornecedores e parceiros.

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 17364. Kamily do Espírito Santo Costa [***.783.952-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 22:42:51

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 34

Questionamento (Candidato):

Comunicação interna visa alinhar objetivos, estratégias e ações da empresa entre os membros de uma organização. Dessa forma, os membros de uma organização são entendidos como funcionários de diferentes áreas ou níveis hierárquicos.

Recurso (Candidato): Alterar o gabarito para a letra "C"

Parecer (Banca):

Fundamentação da alternativa que traz a definição mais adequada de comunicação interna::
a) se refere à trabalho em equipe, que é uma competência importante para o desempenho coletivo e individual dos colaboradores.
b) se refere à relacionamento interpessoal, que é a capacidade de se relacionar bem com as outras pessoas, respeitando as diferenças individuais e culturais, e buscando cooperar para alcançar os objetivos comuns.
c) se refere à comunicação integrada ou horizontal, que é a forma de comunicação que ocorre entre pessoas de diferentes áreas ou níveis hierárquicos dentro da organização, buscando integrar as atividades e os processos da empresa. Ela é importante para facilitar a coordenação, a cooperação e a inovação, mas não abrange todas as formas e objetivos da comunicação interna.
e) se refere à comunicação externa, que é o conjunto de técnicas e ferramentas utilizadas para divulgar a imagem, os valores e os produtos da organização para o público externo, como clientes, fornecedores e parceiros.

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 992. Karla Helen de Almeida Santos [***.803.512-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 23:39:50

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 34

Questionamento (Candidato):

Segundo BUENO "toda organização está inserida num mercado altamente competitivo. Com a globalização e a propagação das novas tecnologias, a Comunicação Interna tem uma função importante, no sentido de fazer circular as informações novas, promover a discussão e a interação entre os vários setores da empresa e, principalmente, habilitar os funcionários para os novos desafios. A comunicação interna deixa de ser uma área periférica e reúne-se aos outros segmentos, tornando-se um instrumento indispensável para a obtenção de resultados."
Dessa forma, é possível perceber que a alternativa C também se encontra correta, uma vez que a comunicação interna se dá em todos os níveis e áreas de dentro da organização.
Assim, solicito a anulação da questão dado que a letra C e a D encontram-se corretas

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

Fundamentação da alternativa que traz a definição mais adequada de comunicação interna::
a) se refere à trabalho em equipe, que é uma competência importante para o desempenho coletivo e individual dos colaboradores.
b) se refere à relacionamento interpessoal, que é a capacidade de se relacionar bem com as outras pessoas, respeitando as diferenças individuais e culturais, e buscando cooperar para alcançar os objetivos comuns.
c) se refere à comunicação integrada ou horizontal, que é a forma de comunicação que ocorre entre pessoas de diferentes áreas ou níveis hierárquicos dentro da organização, buscando integrar as atividades e os processos da empresa. Ela é importante para facilitar a coordenação, a cooperação e a inovação, mas não abrange todas as formas e objetivos da comunicação interna.
e) se refere à comunicação externa, que é o conjunto de técnicas e ferramentas utilizadas para divulgar a imagem, os valores e os produtos da organização para o público externo, como clientes, fornecedores e parceiros.

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 7259. Lucas Alves da Costa [***.187.112-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 23:49:28

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 34

Questionamento (Candidato):

A questão 34 solicita a definição mais adequada para Controle Interno, e definiu no Gabarito Preliminar a alternativa D como correta.

Com o passar dos anos e dos avanços técnicos e científicos, as organizações passaram a dar maior enfoque para comunicação interna, Corrado (1994, p. 7) diz "A Comunicação deixou de ser um departamento e passou a ser uma prioridade. A comunicação organizacional já não se concentra apenas em transmitir informações, mas também em mudar o comportamento dos empregados para que realizem um melhor trabalho, impulsionando a organização em direção a suas metas.''.

Tomasi e Medeiros (2007, p. 73) alertam que a Comunicação Administrativa não pode ser confundida com a Comunicação Interna “é a forma de comunicação que compreende conteúdos relativos ao cotidiano administrativo”, já Nassar (2000, p. 75) diz “trata-se da comunicação que tem como base um processo profundo, cotidiano e permanente de conhecimento recíproco entre o emissor e o receptor organizacional”. Aqui os autores esclarecem que apenas troca de informações não são mais suficientes para uma organização como afirma a alternativa D.

Kunsch (2003, p.154) afirma que: “a comunicação interna é uma ferramenta estratégica para compatibilização dos interesses dos empregados e da empresa, através do estímulo ao diálogo, à troca de informações e de experiências e à participação de todos os níveis”.

Nassar (, 2006, p. 73-74), complementa “é a ferramenta que vai permitir que a administração torne comuns as mensagens destinadas a motivar, estimular, considerar, diferenciar, promover, premiar e agrupar os integrantes de uma organização. A gestão e seus conjuntos de valores, missão e visão de futuro proporcionam as condições para que a comunicação empresarial atue de forma eficácia”. É dessa forma que os autores explicam que não basta apenas trocar informações, é necessário que haja por parte da organização uma comunicação melhor entre os níveis hierárquicos e que busque integrar as atividades e os processos da organização.

Ruggiero (2002, p.61), corrobora “não basta ter uma equipe de grandes talentos altamente motivados. Se ela não estiver bem informada, se seus integrantes não se comunicarem
adequadamente, não será possível potencializar a força humana da empresa. A comunicação interna, nesse sentido, é algo prioritário que deve merecer, principalmente por parte da cúpula da empresa, grande atenção”.

Diante de todos os fatos narrados e doutrina apresentada, solicito a alteração do Gabarito para a letra C.

Referências
CORRADO, Frank M. A força da comunicação. São Paulo: Makron Books do
Brasil, 1994.
KUNSCH, Planejamento de Relações Públicas na Comunicação Integrada.
São Paulo: Summus, 2003.
NASSAR, Paulo. Tudo é comunicação. São Paulo: Lazuli, 2006.
_____. Comunicação Interna: A força das Empresas. Vol. 3. São Paulo:
Aberje Editorial. 2006.
RUGGIERO, Alberto. Liderança e Motivação: caminhos e resultados. São Paulo:
ABTD, 2002.

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Recurso (Candidato): Alterar o gabarito para a letra "C"

Parecer (Banca):

Fundamentação da alternativa que traz a definição mais adequada de comunicação interna::
a) se refere à trabalho em equipe, que é uma competência importante para o desempenho coletivo e individual dos colaboradores.
b) se refere à relacionamento interpessoal, que é a capacidade de se relacionar bem com as outras pessoas, respeitando as diferenças individuais e culturais, e buscando cooperar para alcançar os objetivos comuns.
c) se refere à comunicação integrada ou horizontal, que é a forma de comunicação que ocorre entre pessoas de diferentes áreas ou níveis hierárquicos dentro da organização, buscando integrar as atividades e os processos da empresa. Ela é importante para facilitar a coordenação, a cooperação e a inovação, mas não abrange todas as formas e objetivos da comunicação interna.
e) se refere à comunicação externa, que é o conjunto de técnicas e ferramentas utilizadas para divulgar a imagem, os valores e os produtos da organização para o público externo, como clientes, fornecedores e parceiros.

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 1825. Adrielly Vaz dos Santos [***.289.142-**]

Recurso em: 17/10/2023 às 00:15:32

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 34

Questionamento (Candidato):

A banca examinadora requisitou o conceito de comunicação interna

A comunicação interna propicia meios para promover a integração das informações e das pessoas nas orhanizações, estimulando a troca de informações e estimulando a troca de informações e incentiva as experiências e o diálogo. Com isso, objetiva-se atingir os objetivos da organização. Lupetti (2009, p. 27), defende que a comunicação interna é:
[...] voltada a todos os colaboradores da empresa – ou seja, à diretoria, a gerência, aos coordenadores e aos auxiliares – e tem como finalidade propiciar
meios para promover a integração entre eles, compatibilizando os interesses
dos funcionários aos da empresa. Incentiva a troca de informações e estimula
as experiências e o diálogo, bem como a participação de todos, a fim de atingir
os objetivos gerais da organização (LUPETTI, 2009, p. 27).

Com base no exposto acima, solicita-se a MUDANÇA DE GABARITO de Letra D para Letra C.

REFERÊNCIAS
LUPETTI, M. Gestão estratégica da comunicação mercadológica. São Paulo: Cengage
Learning, 2009.

Recurso (Candidato): Alterar o gabarito para a letra "C"

Parecer (Banca):

Fundamentação da alternativa que traz a definição mais adequada de comunicação interna::
a) se refere à trabalho em equipe, que é uma competência importante para o desempenho coletivo e individual dos colaboradores.
b) se refere à relacionamento interpessoal, que é a capacidade de se relacionar bem com as outras pessoas, respeitando as diferenças individuais e culturais, e buscando cooperar para alcançar os objetivos comuns.
c) se refere à comunicação integrada ou horizontal, que é a forma de comunicação que ocorre entre pessoas de diferentes áreas ou níveis hierárquicos dentro da organização, buscando integrar as atividades e os processos da empresa. Ela é importante para facilitar a coordenação, a cooperação e a inovação, mas não abrange todas as formas e objetivos da comunicação interna.
e) se refere à comunicação externa, que é o conjunto de técnicas e ferramentas utilizadas para divulgar a imagem, os valores e os produtos da organização para o público externo, como clientes, fornecedores e parceiros.

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 14020. Rodrigo Oliveira Lima [***.506.352-**]

Recurso em: 17/10/2023 às 01:56:45

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 34

Questionamento (Candidato):

Solicito encarecidamente a anulação da questão tendo em vista que ao solicitar uma definição mais adequada sobre comunicação interna a banca impossibilitou que houvesse apenas uma alternativa correta uma vez que não definiu no enunciado da questão e nem no edital em qual autor ou instituição se baseava ao solicitar uma definição de comunicação interna. Ainda, diversos autores conceituados como Angeloni, Curvello e Chiavenato apresentaram definições de comunicação interna divergentes uns dos outros e ate mesmo o Enap apresentou uma definição diferentes dos autores e diferente das alternativas propostas para escolher como resposta. Sabendo que a banca em nenhum momento disponibilizou bibliografia no edital e não houve referência no enunciado da questão que pudesse embasar a escolha de uma única alternativa solicito humildemente a anulação da questão por apresentar mais de uma alternativa correta, no caso as alternativas C e D.

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

Fundamentação da alternativa que traz a definição mais adequada de comunicação interna::
a) se refere à trabalho em equipe, que é uma competência importante para o desempenho coletivo e individual dos colaboradores.
b) se refere à relacionamento interpessoal, que é a capacidade de se relacionar bem com as outras pessoas, respeitando as diferenças individuais e culturais, e buscando cooperar para alcançar os objetivos comuns.
c) se refere à comunicação integrada ou horizontal, que é a forma de comunicação que ocorre entre pessoas de diferentes áreas ou níveis hierárquicos dentro da organização, buscando integrar as atividades e os processos da empresa. Ela é importante para facilitar a coordenação, a cooperação e a inovação, mas não abrange todas as formas e objetivos da comunicação interna.
e) se refere à comunicação externa, que é o conjunto de técnicas e ferramentas utilizadas para divulgar a imagem, os valores e os produtos da organização para o público externo, como clientes, fornecedores e parceiros.

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 59. Adenilson Pinho dos Santos [***.680.242-**]

Recurso em: 17/10/2023 às 02:46:58

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 34

Questionamento (Candidato):

Na questão número 34, o gabarito preliminar divulgado foi a alternativa D, entretanto, a alternativa C também pode ser considerada correta. Vejamos:

Para Lemos (2011) a comunicação interna é um elemento da comunicação organizacional. Direciona-se a um público estratégico, fundamental das organizações: seus funcionários que, ligados à empresa por meio de vínculos de trabalho, afetam ou são afetados pelos processos de comunicação interna enquanto vão no encalço de sua missão e objetivos.

Dito de outra forma, Marchiori (2008a, p. 213) afirma que:
A comunicação interna [...] é uma ferramenta estratégica que estimula o diálogo entre lideranças e funcionários. Oportuniza a troca de informações via comunicação, contribuindo para a construção do conhecimento, o qual é expresso nas atitudes das pessoas [...]. Promove, portanto, a interação social e fomenta a credibilidade, agindo no sentido de manter viva a identidade de uma organização.

Consoante com isso, Corrado (1994) salienta que a comunicação organizacional interna não se concentra mais na mera transmissão de informações, mas sim, na mudança do comportamento dos funcionários de maneira que todos se sintam envolvidos com a organização e possam executar suas atividades com satisfação.

Nesse sentido, conforme Marchiori (2010), é necessário ver a comunicação interna como um processo, como um ângulo de maior desenvolvimento, como algo que provoca conhecimento às pessoas, que transforma estruturas e comportamentos.

Desta maneira, a comunicação interna visa alinhar objetivos, estratégias e ações da empresa entre os membros de uma organização. Dessa forma, os membros de uma organização são entendidos como funcionários de diferentes áreas ou níveis hierárquicos. Logo, é perigoso sustentar que a alternativa D traz a definição mais adequada de comunicação interna.

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

Fundamentação da alternativa que traz a definição mais adequada de comunicação interna::
a) se refere à trabalho em equipe, que é uma competência importante para o desempenho coletivo e individual dos colaboradores.
b) se refere à relacionamento interpessoal, que é a capacidade de se relacionar bem com as outras pessoas, respeitando as diferenças individuais e culturais, e buscando cooperar para alcançar os objetivos comuns.
c) se refere à comunicação integrada ou horizontal, que é a forma de comunicação que ocorre entre pessoas de diferentes áreas ou níveis hierárquicos dentro da organização, buscando integrar as atividades e os processos da empresa. Ela é importante para facilitar a coordenação, a cooperação e a inovação, mas não abrange todas as formas e objetivos da comunicação interna.
e) se refere à comunicação externa, que é o conjunto de técnicas e ferramentas utilizadas para divulgar a imagem, os valores e os produtos da organização para o público externo, como clientes, fornecedores e

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

parceiros.

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 16499. Moacyr Rosas Neto [***.467.512-**]

Recurso em: 17/10/2023 às 08:17:01

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 34

Questionamento (Candidato):

A Comunicação em si não pode ser vista como um processo; deve ser observada como um recurso, um suporte para determinadas atividades que integram um processo.
Pessoal (RH), Sistemas computacionais e meios de comunicação são recursos que dão suporte às atividades. Portanto, a expressão que se refere à Comunicação Interna: "é um processo de troca de informações", deveria ser retificada por "é um meio de trocas de informações".
Logo, a letra "D" não pode ser considerada a questão correta; mas sim a letra "C".

Recurso (Candidato): Alterar o gabarito para a letra "C"

Parecer (Banca):

Fundamentação da alternativa que traz a definição mais adequada de comunicação interna::
a) se refere à trabalho em equipe, que é uma competência importante para o desempenho coletivo e individual dos colaboradores.
b) se refere à relacionamento interpessoal, que é a capacidade de se relacionar bem com as outras pessoas, respeitando as diferenças individuais e culturais, e buscando cooperar para alcançar os objetivos comuns.
c) se refere à comunicação integrada ou horizontal, que é a forma de comunicação que ocorre entre pessoas de diferentes áreas ou níveis hierárquicos dentro da organização, buscando integrar as atividades e os processos da empresa. Ela é importante para facilitar a coordenação, a cooperação e a inovação, mas não abrange todas as formas e objetivos da comunicação interna.
e) se refere à comunicação externa, que é o conjunto de técnicas e ferramentas utilizadas para divulgar a imagem, os valores e os produtos da organização para o público externo, como clientes, fornecedores e parceiros.

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 1. Pedro Henrique Nogueira Guerra [***.367.602-**]

Recurso em: 17/10/2023 às 08:49:50

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 34

Questionamento (Candidato):

A alternativa dada como correta (letra d), em gabarito preliminar divulgado pela COMPEC no dia 15 de outubro, afirma que a definição mais adequada de Comunicação Interna é “o processo de troca de informações entre os membros de uma organização, visando alinhar os objetivos, as estratégias e as ações da empresa”. Contudo, a questão apresenta um equívoco em seu gabarito pelos seguintes motivos:

1) A Comunicação Interna tem o objetivo de viabilizar toda a interação entre a organização e seus colaboradores. E para isso utiliza algumas ferramentas tais como: jornal interno, jornal mural, intranet, rádio empresa, TV corporativa e recursos de endomarketing;

2) A Comunicação interna compreende vários caminhos de comunicação. De acordo com Tavares (2010): A comunicação entre departamentos, órgãos, unidades, etc.; a comunicação entre pessoas dos mesmos departamentos, órgãos, unidades, etc.; a comunicação entre chefias; a comunicação entre funcionários e chefia direta, como supervisores e gerentes, e chefia indireta, como diretores e presidentes;

3) Bekin (2004) destaca que o Endomarketing está focado nos relacionamentos com os públicos internos, e deixa claro que o ponto de partida rumo ao bom relacionamento é agir com lealdade e fazer os funcionários conhecerem da melhor forma possível os objetivos da organização e que esses objetivos estejam harmonizados com os objetivos de cada pessoa que faz parte do processo.

Assim, nota-se que, baseado em autores da área de Comunicação Organizacional, o conceito mais adequado de ‘Comunicação Interna’ é observada na alternativa ‘c’, que diz: “É a forma de comunicação que ocorre entre pessoas de diferentes áreas ou níveis hierárquicos dentro da organização, buscando integrar as atividades e os processos da empresa”.

Já a opção que foi apontada no gabarito satisfaz melhor o conceito de ‘Endomarketing’, sendo esta uma ferramenta da comunicação organizacional interna

Sendo assim, pela maior satisfação ao requisitado na questão 34, é requerida a alteração do gabarito para a alternativa ‘c’.

Anexo (Candidato):

https://drive.google.com/open?id=1gwN-YTBF1UOjb8QFNR0E2cc9TDG1PyvL

Recurso (Candidato): Alterar o gabarito para a letra "C"

Parecer (Banca):

Fundamentação da alternativa que traz a definição mais adequada de comunicação interna::
a) se refere à trabalho em equipe, que é uma competência importante para o desempenho coletivo e individual dos colaboradores.
b) se refere à relacionamento interpessoal, que é a capacidade de se relacionar bem com as outras pessoas, respeitando as diferenças individuais e culturais, e buscando cooperar para alcançar os objetivos comuns.
c) se refere à comunicação integrada ou horizontal, que é a forma de comunicação que ocorre entre pessoas de diferentes áreas ou níveis hierárquicos dentro da organização, buscando integrar as atividades e os processos da empresa. Ela é importante para facilitar a coordenação, a cooperação e a inovação, mas não abrange todas as formas e objetivos da comunicação interna.
e) se refere à comunicação externa, que é o conjunto de técnicas e ferramentas utilizadas para divulgar a imagem, os valores e os produtos da organização para o público externo, como clientes, fornecedores e parceiros.

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 6202. Maxwell de Souza Teixeira [***.512.502-**]

Recurso em: 17/10/2023 às 09:51:13

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 34

Questionamento (Candidato):

- As alternativas C) e D) são praticamente idênticas e ambas descrevem com clareza a definição de Comunicação Interna.

- Afirmar que a alternativa D) define com mais adequação a Comunicação Interna é de uma subjetividade enorme por parte da banca e do examinador.

- Portanto a questão tem duas alternativas corretas.

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

Fundamentação da alternativa que traz a definição mais adequada de comunicação interna::
a) se refere à trabalho em equipe, que é uma competência importante para o desempenho coletivo e individual dos colaboradores.
b) se refere à relacionamento interpessoal, que é a capacidade de se relacionar bem com as outras pessoas, respeitando as diferenças individuais e culturais, e buscando cooperar para alcançar os objetivos comuns.
c) se refere à comunicação integrada ou horizontal, que é a forma de comunicação que ocorre entre pessoas de diferentes áreas ou níveis hierárquicos dentro da organização, buscando integrar as atividades e os processos da empresa. Ela é importante para facilitar a coordenação, a cooperação e a inovação, mas não abrange todas as formas e objetivos da comunicação interna.
e) se refere à comunicação externa, que é o conjunto de técnicas e ferramentas utilizadas para divulgar a imagem, os valores e os produtos da organização para o público externo, como clientes, fornecedores e parceiros.

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 1306. Israel de Jesus Braga [***.109.332-**]

Recurso em: 17/10/2023 às 13:10:04

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 34

Questionamento (Candidato):

Nessa questão 44, houve mais de uma resposta correta, ou seja, tanto os itens C e D se referem à comunicação interna de uma dada organização. Pois, ao tratar de uma comunicação que acontece entre pessoas de diferentes áreas ou níveis hierárquicos de uma dada organização, como também a troca de informações entre os membros de uma dada organização se referem a uma comunicação interna. Logo, o gabarito deve ser anulado por compreender que os dois itens estão corretos.

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

Fundamentação da alternativa que traz a definição mais adequada de comunicação interna::
a) se refere à trabalho em equipe, que é uma competência importante para o desempenho coletivo e individual dos colaboradores.
b) se refere à relacionamento interpessoal, que é a capacidade de se relacionar bem com as outras pessoas, respeitando as diferenças individuais e culturais, e buscando cooperar para alcançar os objetivos comuns.
c) se refere à comunicação integrada ou horizontal, que é a forma de comunicação que ocorre entre pessoas de diferentes áreas ou níveis hierárquicos dentro da organização, buscando integrar as atividades e os processos da empresa. Ela é importante para facilitar a coordenação, a cooperação e a inovação, mas não abrange todas as formas e objetivos da comunicação interna.
e) se refere à comunicação externa, que é o conjunto de técnicas e ferramentas utilizadas para divulgar a imagem, os valores e os produtos da organização para o público externo, como clientes, fornecedores e parceiros.

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 13328. Thiago Rodrigues Nunes [***.144.822-**]

Recurso em: 17/10/2023 às 13:15:08

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 34

Questionamento (Candidato):

De acordo com chiavaneto, em seu livro: Comportamento organizacional: a dinâmica do sucesso das organizações, 3ª edição. Barueri, Manole. Comunicação interna é: ''A organização busca se comunicar com seus funcionários, com o objetivo de transmitir informações sobre a própria empresa." Ou seja comunicação interna visa alinhar objetivos, estratégias e ações da empresa(integrar atividades e os processos da empresa) entre os membros de uma organização. Dessa forma, os membros de uma organização são entendidos como funcionários de diferentes áreas ou níveis hierárquicos. Sendo a alternativa b incorreta pois trata-se de um sentido genérico de comunicação. No mesmo livro chiaveneto conceitua comunicação de forma genérica como sendo: “a comunicação é uma ponte que transporta esse algo de uma pessoa para outra ou de uma organização para outra”. Em outras palavras, comunicação é a transmissão de informação de uma pessoa para outra ou de uma organização para outra em seu sentido genérico e não interno. Devendo a comunicação interna envolver os diferentes níveis e áreas da organização.

Recurso (Candidato): Alterar o gabarito para a letra "C"

Parecer (Banca):

Fundamentação da alternativa que traz a definição mais adequada de comunicação interna::
a) se refere à trabalho em equipe, que é uma competência importante para o desempenho coletivo e individual dos colaboradores.
b) se refere à relacionamento interpessoal, que é a capacidade de se relacionar bem com as outras pessoas, respeitando as diferenças individuais e culturais, e buscando cooperar para alcançar os objetivos comuns.
c) se refere à comunicação integrada ou horizontal, que é a forma de comunicação que ocorre entre pessoas de diferentes áreas ou níveis hierárquicos dentro da organização, buscando integrar as atividades e os processos da empresa. Ela é importante para facilitar a coordenação, a cooperação e a inovação, mas não abrange todas as formas e objetivos da comunicação interna.
e) se refere à comunicação externa, que é o conjunto de técnicas e ferramentas utilizadas para divulgar a imagem, os valores e os produtos da organização para o público externo, como clientes, fornecedores e parceiros.

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 74. Moises de Oliveira Melo [***.967.252-**]

Recurso em: 17/10/2023 às 13:19:13

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 34

Questionamento (Candidato):

Prezada Compec, , a questão 34 tem como gabarito preliminar a letra D, no entanto essa alternativa não responde corretamente o comando da questão, pois temos que por ser bastante amplo o conceito de comunicação interna encontramos sua resposta na alternativa C, ou seja, temos ambas alternativas citadas como respostas possíveis. Tendo em vista que a doutrina moderna da administração considera que a comunicação interna trata-se da transmissão e do compartilhamento de informações relevantes e estratégicas em um ambiente corporativo podendo essa troca ser feita tanto de forma vertical (entre superiores e subordinados e vice-versa) ou de forma horizontal (entre os funcionários de um mesmo nível hierárquico). Diante o exposto peço a compreensão do eminente avaliador/examinador e solicito a devida anulação da questão.

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

Fundamentação da alternativa que traz a definição mais adequada de comunicação interna::
a) se refere à trabalho em equipe, que é uma competência importante para o desempenho coletivo e individual dos colaboradores.
b) se refere à relacionamento interpessoal, que é a capacidade de se relacionar bem com as outras pessoas, respeitando as diferenças individuais e culturais, e buscando cooperar para alcançar os objetivos comuns.
c) se refere à comunicação integrada ou horizontal, que é a forma de comunicação que ocorre entre pessoas de diferentes áreas ou níveis hierárquicos dentro da organização, buscando integrar as atividades e os processos da empresa. Ela é importante para facilitar a coordenação, a cooperação e a inovação, mas não abrange todas as formas e objetivos da comunicação interna.
e) se refere à comunicação externa, que é o conjunto de técnicas e ferramentas utilizadas para divulgar a imagem, os valores e os produtos da organização para o público externo, como clientes, fornecedores e parceiros.

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 1725. Jean Carlos Coelho Maciel [***.260.562-**]

Recurso em: 17/10/2023 às 13:28:47

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 34

Questionamento (Candidato):

Questão 34. Assinale a alternativa que traz a definição mais adequada de comunicação interna:
a) É a capacidade de trabalhar em grupo, compartilhando conhecimentos, ideias e experiências, e contribuindo para o desenvolvimento e o desempenho da equipe.
b) É a habilidade de se relacionar bem com as outras pessoas, respeitando as diferenças individuais e culturais, e buscando cooperar para alcançar os objetivos comuns.
c) É a forma de comunicação que ocorre entre pessoas de diferentes áreas ou níveis hierárquicos dentro da organização, buscando integrar as atividades e os processos da empresa.
d) É o processo de troca de informações entre os membros de uma organização, visando alinhar os objetivos, as estratégias e as ações da empresa.
e) É o conjunto de técnicas e ferramentas utilizadas para divulgar a imagem, os valores e os produtos da organização para o público externo, como clientes, fornecedores e parceiros.

Análise da questão:

A- Traz uma definição relacionada ao trabalho em equipe. Portanto, alternativa incorreta.
B- Traz uma definição relacionada à inteligência social ou relacionamento interpessoal. Portanto, alternativa incorreta.
C- Traz uma definição referente à comunicação interna em uma dada organização. Portanto, alternativa correta.
D- Também se refere à comunicação interna de uma organização. Portanto, alternativa correta.
E- Está relacionada a um tipo de comunicação externa. Portanto, alternativa incorreta.

Diante do exposto, conclui-se que há duas alternativas corretas no que diz respeito à comunicação interna. Logo, solicito a anulação da questão através deste recurso.

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

Fundamentação da alternativa que traz a definição mais adequada de comunicação interna::
a) se refere à trabalho em equipe, que é uma competência importante para o desempenho coletivo e individual dos colaboradores.
b) se refere à relacionamento interpessoal, que é a capacidade de se relacionar bem com as outras pessoas, respeitando as diferenças individuais e culturais, e buscando cooperar para alcançar os objetivos comuns.
c) se refere à comunicação integrada ou horizontal, que é a forma de comunicação que ocorre entre pessoas de diferentes áreas ou níveis hierárquicos dentro da organização, buscando integrar as atividades e os processos da empresa. Ela é importante para facilitar a coordenação, a cooperação e a inovação, mas não abrange todas as formas e objetivos da comunicação interna.
e) se refere à comunicação externa, que é o conjunto de técnicas e ferramentas utilizadas para divulgar a imagem, os valores e os produtos da organização para o público externo, como clientes, fornecedores e parceiros.

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 1740. Jessyane da Silva Barbosa [***.429.462-**]

Recurso em: 17/10/2023 às 14:45:05

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 34

Questionamento (Candidato):

O comando da questão solicita a escolha da definição mais adequada de COMUNICAÇÃO INTERNA, logo, solicito a alteração do gabarito para a alternativa “c”.

A alternativa do gabarito preliminar “d” sugere que a melhor definição para comunicação interna é “processo de troca de informações entre os membros de uma organização, visando alinhar os objetivos, as estratégias e as ações da empresa”. Ao afirmar que a comunicação interna visa “alinhar os objetivos, estratégias e ações da empresa”, a alternativa mescla conceitos de planejamento e comunicação interna. Visto que a comunicação interna pode ser ferramenta dentro de um processo de planejamento, temos uma alternativa correta, mas não a melhor definição.

A alternativa “c” da referida questão sugere a melhor definição do conceito de COMUNICAÇÃO INTERNA” uma vez que afirma que “é a forma de comunicação que ocorre entre pessoas de diferentes áreas ou níveis hierárquicos dentro da organização, buscando integrar as atividades e os processos da empresa”. Ao afirmar que a comunicação interna busca INTEGRAR as atividades e os processos da empresa, temos a melhor definição do conceito como solicita a questão na alternativa "c" , na alternativa "d" dada no gabarito preliminar como a resposta correta, a definição se contradiz, pois inclui dois conceitosv o de comunicação e planejamento, e a questão afirma pedir apenas a definição de comunicação interna, assim novamente solicito a alteração do gabarito para a letra "c".

Recurso (Candidato): Alterar o gabarito para a letra "C"

Parecer (Banca):

Fundamentação da alternativa que traz a definição mais adequada de comunicação interna::
a) se refere à trabalho em equipe, que é uma competência importante para o desempenho coletivo e individual dos colaboradores.
b) se refere à relacionamento interpessoal, que é a capacidade de se relacionar bem com as outras pessoas, respeitando as diferenças individuais e culturais, e buscando cooperar para alcançar os objetivos comuns.
c) se refere à comunicação integrada ou horizontal, que é a forma de comunicação que ocorre entre pessoas de diferentes áreas ou níveis hierárquicos dentro da organização, buscando integrar as atividades e os processos da empresa. Ela é importante para facilitar a coordenação, a cooperação e a inovação, mas não abrange todas as formas e objetivos da comunicação interna.
e) se refere à comunicação externa, que é o conjunto de técnicas e ferramentas utilizadas para divulgar a imagem, os valores e os produtos da organização para o público externo, como clientes, fornecedores e parceiros.

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 9039. Ana Klebia Bezerra [***.748.343-**]

Recurso em: 17/10/2023 às 14:54:46

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 34

Questionamento (Candidato):

A Comunicação Interna são as interações, os processos de trocas, os relacionamentos dentro de uma empresa ou instituição. Também chamada de Endocomunicação, a Comunicação Interna é responsável por fazer circular as informações, o conhecimento, de forma verticalmente, ou seja, da direção para os níveis subordinados; e horizontalmente, entre os empregados de mesmo nível de subordinação. (FARIAS, 2009)

Anexo (Candidato):

https://drive.google.com/open?id=1C23NrHvrhWyNdkDGrbDBGNhaOQWl9hx7

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

Fundamentação da alternativa que traz a definição mais adequada de comunicação interna::
a) se refere à trabalho em equipe, que é uma competência importante para o desempenho coletivo e individual dos colaboradores.
b) se refere à relacionamento interpessoal, que é a capacidade de se relacionar bem com as outras pessoas, respeitando as diferenças individuais e culturais, e buscando cooperar para alcançar os objetivos comuns.
c) se refere à comunicação integrada ou horizontal, que é a forma de comunicação que ocorre entre pessoas de diferentes áreas ou níveis hierárquicos dentro da organização, buscando integrar as atividades e os processos da empresa. Ela é importante para facilitar a coordenação, a cooperação e a inovação, mas não abrange todas as formas e objetivos da comunicação interna.
e) se refere à comunicação externa, que é o conjunto de técnicas e ferramentas utilizadas para divulgar a imagem, os valores e os produtos da organização para o público externo, como clientes, fornecedores e parceiros.

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 2241. Sannymara Morais da Silva [***.394.082-**]

Recurso em: 17/10/2023 às 15:06:44

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 34

Questionamento (Candidato):

Este candidato solicita a essa renomada banca a anulação da questão 34 dessa prova por conter mais de duas respostas:
Segundo professora Margareth Costa, Graduada em Administração pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Pós graduada latu sensu em Gestão Pública pela UFS. Mestra em Administração pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Servidora pública estadual da Secretaria de Planejamento Orçamento e Gestão (SEPLAG) entre 2011 e 2014. Bolsista do programa Agente Local de Inovação (ALI) na empresa Serviço Brasileiro de Apoio Às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE/SE) entre 2014 e 2016. Executou serviços de consultoria técnica voltados para micro e pequenas empresas.

“Comunicação interna visa alinhar objetivos, estratégias e ações da empresa entre os membros de uma organização. Dessa forma, os membros de uma organização são entendidos como funcionários de diferentes áreas ou níveis hierárquicos.”

“Tanto os itens C e D se referem à comunicação interna em uma dada organização. Pois, ao tratar de uma comunicação que acontece entre pessoas de diferentes áreas ou níveis hierárquicos de uma dada organização, como também a troca de informações entre os membros de uma dada organização se referem a uma comunicação interna.”
Logo, o gabarito deve ser anulado por compreender que os dois itens estão corretos.

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

Fundamentação da alternativa que traz a definição mais adequada de comunicação interna::
a) se refere à trabalho em equipe, que é uma competência importante para o desempenho coletivo e individual dos colaboradores.
b) se refere à relacionamento interpessoal, que é a capacidade de se relacionar bem com as outras pessoas, respeitando as diferenças individuais e culturais, e buscando cooperar para alcançar os objetivos comuns.
c) se refere à comunicação integrada ou horizontal, que é a forma de comunicação que ocorre entre pessoas de diferentes áreas ou níveis hierárquicos dentro da organização, buscando integrar as atividades e os processos da empresa. Ela é importante para facilitar a coordenação, a cooperação e a inovação, mas não abrange todas as formas e objetivos da comunicação interna.
e) se refere à comunicação externa, que é o conjunto de técnicas e ferramentas utilizadas para divulgar a imagem, os valores e os produtos da organização para o público externo, como clientes, fornecedores e parceiros.

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 6432. Ceiziane Soares da Siva [***.538.732-**]

Recurso em: 17/10/2023 às 15:51:45

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 34

Questionamento (Candidato):

Nessa questão pede a alternativa que seja adequada para a definição de comunicação interna que segundo a literatura é a letra C

“Comunicação interna visa alinhar objetivos, estratégias e ações da empresa entre os membros de uma organização. Dessa forma, os membros de uma organização são entendidos como funcionários de diferentes áreas ou níveis hierárquicos.”

Essa definição é amplamente aceita e é respaldada por diversos especialistas em comunicação e gestão organizacional.

Recurso (Candidato): Alterar o gabarito para a letra "C"

Parecer (Banca):

Fundamentação da alternativa que traz a definição mais adequada de comunicação interna::
a) se refere à trabalho em equipe, que é uma competência importante para o desempenho coletivo e individual dos colaboradores.
b) se refere à relacionamento interpessoal, que é a capacidade de se relacionar bem com as outras pessoas, respeitando as diferenças individuais e culturais, e buscando cooperar para alcançar os objetivos comuns.
c) se refere à comunicação integrada ou horizontal, que é a forma de comunicação que ocorre entre pessoas de diferentes áreas ou níveis hierárquicos dentro da organização, buscando integrar as atividades e os processos da empresa. Ela é importante para facilitar a coordenação, a cooperação e a inovação, mas não abrange todas as formas e objetivos da comunicação interna.
e) se refere à comunicação externa, que é o conjunto de técnicas e ferramentas utilizadas para divulgar a imagem, os valores e os produtos da organização para o público externo, como clientes, fornecedores e parceiros.

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 17351. Bruna Karoline Wolter Memória [***.287.232-**]

Recurso em: 17/10/2023 às 15:57:13

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 34

Questionamento (Candidato):

Comunicação interna visa alinhar objetivos, estratégias e ações da empresa entre os membros de uma organização. Dessa forma, os membros de uma organização são entendidos como funcionários de diferentes áreas ou níveis hierárquicos.
Podemos dizer que integrar as atividades e os processos da empresa, entende-se também por alinhar os objetivos, estratégias e ações, assim a resposta mais completa será a letra C

Recurso (Candidato): Alterar o gabarito para a letra "C"

Parecer (Banca):

Fundamentação da alternativa que traz a definição mais adequada de comunicação interna::
a) se refere à trabalho em equipe, que é uma competência importante para o desempenho coletivo e individual dos colaboradores.
b) se refere à relacionamento interpessoal, que é a capacidade de se relacionar bem com as outras pessoas, respeitando as diferenças individuais e culturais, e buscando cooperar para alcançar os objetivos comuns.
c) se refere à comunicação integrada ou horizontal, que é a forma de comunicação que ocorre entre pessoas de diferentes áreas ou níveis hierárquicos dentro da organização, buscando integrar as atividades e os processos da empresa. Ela é importante para facilitar a coordenação, a cooperação e a inovação, mas não abrange todas as formas e objetivos da comunicação interna.
e) se refere à comunicação externa, que é o conjunto de técnicas e ferramentas utilizadas para divulgar a imagem, os valores e os produtos da organização para o público externo, como clientes, fornecedores e parceiros.

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 1726. Alexandre Oliveira Dias [***.097.572-**]

Recurso em: 17/10/2023 às 15:57:54

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 34

Questionamento (Candidato):

A comunicação interna visa alinhar ações, estratégias e objetivos da empresa entre os membros de uma organização; é uma forma de compatibilizar os interesses de gestores e colaboradores por meio do diálogo, da troca de informações e de experiências e a participação de todos os níveis. Dessa forma, os membros de uma organização são entendidos como funcionários de diferentes áreas ou níveis hierárquicos. A comunicação em geral é um processo, mas a comunicação interna é uma forma ou um tipo de comunicação, bem como as formas institucional, administrativa e mercadológica, conforme Margarida Kunsch. Logo, a alternativa C traz a definição mais adequada de comunicação interna.

Recurso (Candidato): Alterar o gabarito para a letra "C"

Parecer (Banca):

Fundamentação da alternativa que traz a definição mais adequada de comunicação interna::
a) se refere à trabalho em equipe, que é uma competência importante para o desempenho coletivo e individual dos colaboradores.
b) se refere à relacionamento interpessoal, que é a capacidade de se relacionar bem com as outras pessoas, respeitando as diferenças individuais e culturais, e buscando cooperar para alcançar os objetivos comuns.
c) se refere à comunicação integrada ou horizontal, que é a forma de comunicação que ocorre entre pessoas de diferentes áreas ou níveis hierárquicos dentro da organização, buscando integrar as atividades e os processos da empresa. Ela é importante para facilitar a coordenação, a cooperação e a inovação, mas não abrange todas as formas e objetivos da comunicação interna.
e) se refere à comunicação externa, que é o conjunto de técnicas e ferramentas utilizadas para divulgar a imagem, os valores e os produtos da organização para o público externo, como clientes, fornecedores e parceiros.

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 218. Ana Luiza Pires dos Santos [***.909.142-**]

Recurso em: 17/10/2023 às 16:07:49

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 34

Questionamento (Candidato):

Prezados examinadores, a questão 34 tem como gabarito preliminar a letra D. Entretanto, a questão pedia a alternativa com a definição mais adequada de comunicação interna.

A alternativa D caracteriza comunicação interna como um processo de troca de informações entre os membros de uma organização.

Já a alternativa C conceitua comunicação interna como uma forma de comunicação que ocorre entre pessoas de diferentes áreas ou níveis hierárquicos dentro da organização. Essa alternativa é a mais adequada, visto que é a única que enfatiza a característica principal da comunicação interna que é: pessoas se comunicando “dentro da organização”, não apenas membros “de uma organização” trocando informações, a comunicação interna vai muito além de apenas passar a informação adiante.

A alternativa C ainda ressalta que essa comunicação ocorre entre pessoas de diferentes áreas ou níveis hierárquicos, complementando a definição solicitada pela questão ao abordar os tipos de comunicação: horizontal (mesmo nível organizacional e diferentes áreas), descendente e ascendente (níveis hierárquicos distintos), diagonal (entre pessoas de áreas e níveis diferentes) e o circular (quando a comunicação ocorre em todas as direções).

Sobre os objetivos da comunicação interna, as duas alternativas estão de acordo, pois a comunicação interna busca, entre outras coisas, integrar as atividades e os processos da empresa, alinhar os objetivos, as estratégias e as suas ações, sendo a comunicação formal (aquela que é estabelecida pela própria empresa) ou informal (aquela que é espontânea, mais rápida e não planejada).

Pelo exposto, a alternativa C é a que traz a definição mais adequada de comunicação interna. Solicito a alteração do gabarito para a alternativa C.

Respeitosamente, Ana Luiza Pires.

Recurso (Candidato): Alterar o gabarito para a letra "C"

Parecer (Banca):

Fundamentação da alternativa que traz a definição mais adequada de comunicação interna::
a) se refere à trabalho em equipe, que é uma competência importante para o desempenho coletivo e individual dos colaboradores.
b) se refere à relacionamento interpessoal, que é a capacidade de se relacionar bem com as outras pessoas, respeitando as diferenças individuais e culturais, e buscando cooperar para alcançar os objetivos comuns.
c) se refere à comunicação integrada ou horizontal, que é a forma de comunicação que ocorre entre pessoas de diferentes áreas ou níveis hierárquicos dentro da organização, buscando integrar as atividades e os processos da empresa. Ela é importante para facilitar a coordenação, a cooperação e a inovação, mas não abrange todas as formas e objetivos da comunicação interna.
e) se refere à comunicação externa, que é o conjunto de técnicas e ferramentas utilizadas para divulgar a imagem, os valores e os produtos da organização para o público externo, como clientes, fornecedores e parceiros.

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 17308. Rina Arantes Santos [***.137.492-**]

Recurso em: 17/10/2023 às 16:33:15

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 34

Questionamento (Candidato):

Recurso: Mais de uma resposta correta
Motivo: Anulação
Fundamentação:
A comunicação interna é uma área da comunicação integrada que foca suas ações nos colaboradores de uma empresa.

Trata-se da transmissão e do compartilhamento de informações relevantes e estratégicas em um ambiente corporativo.

Essa troca pode ser feita tanto de forma vertical (entre superiores e subordinados e vice-versa) ou de forma horizontal (entre os funcionários de um mesmo nível hierárquico).

Tanto os itens C e D se referem à comunicação interna em uma dada organização. Pois, ao tratar de uma comunicação que acontece entre pessoas de diferentes áreas ou níveis hierárquicos de uma dada organização, como também a troca de informações entre os membros de uma dada organização se referem a uma comunicação interna.

Logo, o gabarito deve ser anulado por compreender que os dois itens estão corretos.

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

Fundamentação da alternativa que traz a definição mais adequada de comunicação interna::
a) se refere à trabalho em equipe, que é uma competência importante para o desempenho coletivo e individual dos colaboradores.
b) se refere à relacionamento interpessoal, que é a capacidade de se relacionar bem com as outras pessoas, respeitando as diferenças individuais e culturais, e buscando cooperar para alcançar os objetivos comuns.
c) se refere à comunicação integrada ou horizontal, que é a forma de comunicação que ocorre entre pessoas de diferentes áreas ou níveis hierárquicos dentro da organização, buscando integrar as atividades e os processos da empresa. Ela é importante para facilitar a coordenação, a cooperação e a inovação, mas não abrange todas as formas e objetivos da comunicação interna.
e) se refere à comunicação externa, que é o conjunto de técnicas e ferramentas utilizadas para divulgar a imagem, os valores e os produtos da organização para o público externo, como clientes, fornecedores e parceiros.

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 10866. Luiz Jorge Sousa da Costa [***.284.052-**]

Recurso em: 17/10/2023 às 16:53:29

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 34

Questionamento (Candidato):

A comunicação interna visa alinhar objetivos, estratégias e ações da empresa entre os membros de uma organização. Dessa forma, os membros de uma organização são entendidos como colaboradores de diferentes áreas ou níveis hierárquicos. Assim o gabarito adequado seria a alterativa C.

Recurso (Candidato): Alterar o gabarito para a letra "C"

Parecer (Banca):

Fundamentação da alternativa que traz a definição mais adequada de comunicação interna::
a) se refere à trabalho em equipe, que é uma competência importante para o desempenho coletivo e individual dos colaboradores.
b) se refere à relacionamento interpessoal, que é a capacidade de se relacionar bem com as outras pessoas, respeitando as diferenças individuais e culturais, e buscando cooperar para alcançar os objetivos comuns.
c) se refere à comunicação integrada ou horizontal, que é a forma de comunicação que ocorre entre pessoas de diferentes áreas ou níveis hierárquicos dentro da organização, buscando integrar as atividades e os processos da empresa. Ela é importante para facilitar a coordenação, a cooperação e a inovação, mas não abrange todas as formas e objetivos da comunicação interna.
e) se refere à comunicação externa, que é o conjunto de técnicas e ferramentas utilizadas para divulgar a imagem, os valores e os produtos da organização para o público externo, como clientes, fornecedores e parceiros.

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 7761. Joyce Caroline Vieira de Oliveira [***.678.342-**]

Recurso em: 17/10/2023 às 16:54:24

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 34

Questionamento (Candidato):

A alternativa D no gabarito preliminar é dita com certa, mas apresenta superficialidade e confusão interpretativa quando dita que o processo de trocas de informações entre os os membros de uma organização. No entanto, a mais a adequada é a alternativa C, pois apresentada comunicação mais clara diante de divergências quando a comunicação ocorre entre pessoas de diferentes níveis hierárquicos.

Recurso (Candidato): Alterar o gabarito para a letra "C"

Parecer (Banca):

Fundamentação da alternativa que traz a definição mais adequada de comunicação interna::
a) se refere à trabalho em equipe, que é uma competência importante para o desempenho coletivo e individual dos colaboradores.
b) se refere à relacionamento interpessoal, que é a capacidade de se relacionar bem com as outras pessoas, respeitando as diferenças individuais e culturais, e buscando cooperar para alcançar os objetivos comuns.
c) se refere à comunicação integrada ou horizontal, que é a forma de comunicação que ocorre entre pessoas de diferentes áreas ou níveis hierárquicos dentro da organização, buscando integrar as atividades e os processos da empresa. Ela é importante para facilitar a coordenação, a cooperação e a inovação, mas não abrange todas as formas e objetivos da comunicação interna.
e) se refere à comunicação externa, que é o conjunto de técnicas e ferramentas utilizadas para divulgar a imagem, os valores e os produtos da organização para o público externo, como clientes, fornecedores e parceiros.

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 17033. Graciane Rodrigues Delgado [***.105.102-**]

Recurso em: 17/10/2023 às 16:59:56

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 34

Questionamento (Candidato):

gabarito minha resposta: C

Recurso: mais de uma resposta correta

Motivo: anulação

Fundamentação:

Tanto os itens C e D se referem à comunicação interna em uma dada organização. Pois, ao tratar de uma comunicação que acontece entre pessoas de diferentes áreas ou níveis hierárquicos de uma dada organização, como também a troca de informações entre os membros de uma dada organização se referem a uma comunicação interna.

Logo, o gabarito deve ser anulado por compreender que os dois itens estão corretos.

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

Fundamentação da alternativa que traz a definição mais adequada de comunicação interna::
a) se refere à trabalho em equipe, que é uma competência importante para o desempenho coletivo e individual dos colaboradores.
b) se refere à relacionamento interpessoal, que é a capacidade de se relacionar bem com as outras pessoas, respeitando as diferenças individuais e culturais, e buscando cooperar para alcançar os objetivos comuns.
c) se refere à comunicação integrada ou horizontal, que é a forma de comunicação que ocorre entre pessoas de diferentes áreas ou níveis hierárquicos dentro da organização, buscando integrar as atividades e os processos da empresa. Ela é importante para facilitar a coordenação, a cooperação e a inovação, mas não abrange todas as formas e objetivos da comunicação interna.
e) se refere à comunicação externa, que é o conjunto de técnicas e ferramentas utilizadas para divulgar a imagem, os valores e os produtos da organização para o público externo, como clientes, fornecedores e parceiros.

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 7007. Rafael da Silva Campos [***.405.592-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 13:52:53

Tópico: NM15 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 34

Questionamento (Candidato):

Foi considerado no gabarito preliminar a resposta letra D
d) É o processo de troca de informações entre os membros de uma organização, visando alinhar os objetivos, as estratégias e as ações da empresa

ARGUMENTO: O conceito considerado nesse gabarito, define a comunicação de forma abrangente. A comunicação pode ser dividida em comunicação interna e externa, no conceito de comunicação interna, que é uma forma de comunicação, a ideia da "troca de informações entre os membros da organização internamente em diferentes áreas e níveis hierárquicos" não pode ser excluída desse conceito, o qual foi desconsiderado nesse gabarito preliminar.
A alternativa C define com clareza e especificidade, conforme pede a questão, o conceito de "comunicação interna"
c) É a forma de comunicação que ocorre entre pessoas de diferentes áreas ou níveis hierárquicos dentro da organização, buscando integrar as atividades e os processos da empresa.
A Comunicação Interna está nas reflexões da professora Marlene Marchiori, que diz que a função da comunicação vai muito além da mera produção de informação, entendimento está no artigo que encontra-se no anexo deste recurso.
CONCLUSÃO: Diante do exposto, caso o candidato seja prejudicado, e considerando o direito de interpor recurso contra o gabarito preliminar, conforme o Edital, solicito encarecidamente a correção da alternativa no gabarito oficial.

Anexo (Candidato):

https://drive.google.com/open?id=12eKd072UQjzK3GiaOuORQaVFMY_HnCmO

Recurso (Candidato): Alterar o gabarito para a letra "C"

Parecer (Banca):

Fundamentação da alternativa que traz a definição mais adequada de comunicação interna::
a) se refere à trabalho em equipe, que é uma competência importante para o desempenho coletivo e individual dos colaboradores.
b) se refere à relacionamento interpessoal, que é a capacidade de se relacionar bem com as outras pessoas, respeitando as diferenças individuais e culturais, e buscando cooperar para alcançar os objetivos comuns.
c) se refere à comunicação integrada ou horizontal, que é a forma de comunicação que ocorre entre pessoas de diferentes áreas ou níveis hierárquicos dentro da organização, buscando integrar as atividades e os processos da empresa. Ela é importante para facilitar a coordenação, a cooperação e a inovação, mas não abrange todas as formas e objetivos da comunicação interna.
e) se refere à comunicação externa, que é o conjunto de técnicas e ferramentas utilizadas para divulgar a imagem, os valores e os produtos da organização para o público externo, como clientes, fornecedores e parceiros.

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 244. Francisco Silva dos Santos [***.832.672-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 10:48:23

Tópico: NM17 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 34

Questionamento (Candidato):

Questão dada como Correta Letra E, não trás a Definição mais Adequada de Comunicação Interna, Pois,
5 diferentes tipos de comunicação interna nas empresas.
Horizontal.
Verbal.
Escrita.
Diagonal.
Vertical.
A Letra C busca integrar a comunicação em toda a organização, incluindo os níveis hierárquicos.

Recurso (Candidato): Alterar o gabarito para a letra "C"

Parecer (Banca):

Fundamentação da alternativa que traz a definição mais adequada de comunicação interna::
a) se refere à trabalho em equipe, que é uma competência importante para o desempenho coletivo e individual dos colaboradores.
b) se refere à relacionamento interpessoal, que é a capacidade de se relacionar bem com as outras pessoas, respeitando as diferenças individuais e culturais, e buscando cooperar para alcançar os objetivos comuns.
c) se refere à comunicação integrada ou horizontal, que é a forma de comunicação que ocorre entre pessoas de diferentes áreas ou níveis hierárquicos dentro da organização, buscando integrar as atividades e os processos da empresa. Ela é importante para facilitar a coordenação, a cooperação e a inovação, mas não abrange todas as formas e objetivos da comunicação interna.
e) se refere à comunicação externa, que é o conjunto de técnicas e ferramentas utilizadas para divulgar a imagem, os valores e os produtos da organização para o público externo, como clientes, fornecedores e parceiros.

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 2761. João Victor dos Santos da Costa [***.416.642-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 14:04:40

Tópico: NM24 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 34

Questionamento (Candidato):

As alternativas apresentam conceitos vagos para definir comunicação interna. Foi adicionado um anexo com um artigo que apresenta tal conceito do ponto de vista de diversos autores. Dentre eles: De acordo com Bahia (1995, p. 32): “A comunicação interna é um modo de difundir entre os empregados a realidade da empresa, de ampliação dos laços de identidade funcional, de prestação de informações e de estímulo ao debate da realidade social, sem intermediários.”
A Comunicação interna compreende vários caminhos de comunicação. De acordo com Tavares (2010): A comunicação entre departamentos, órgãos, unidades, etc.; a comunicação entre chefias; a comunicação entre funcionários e chefia direta, como supervisores e gerentes, e chefia indireta, como diretores e presidentes. (Esse conceito corrobora a alternativa C que basicamente descreve a comunicação vertical, horizontal e transversal).
Por entender que a questão apresenta mais de um gabarito, peço sua anulação.

Anexo (Candidato):

https://drive.google.com/open?id=1BqMHhaiJPrc_JlVroKyx9MoK5BNsRD-h

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

Fundamentação da alternativa que traz a definição mais adequada de comunicação interna::
a) se refere à trabalho em equipe, que é uma competência importante para o desempenho coletivo e individual dos colaboradores.
b) se refere à relacionamento interpessoal, que é a capacidade de se relacionar bem com as outras pessoas, respeitando as diferenças individuais e culturais, e buscando cooperar para alcançar os objetivos comuns.
c) se refere à comunicação integrada ou horizontal, que é a forma de comunicação que ocorre entre pessoas de diferentes áreas ou níveis hierárquicos dentro da organização, buscando integrar as atividades e os processos da empresa. Ela é importante para facilitar a coordenação, a cooperação e a inovação, mas não abrange todas as formas e objetivos da comunicação interna.
e) se refere à comunicação externa, que é o conjunto de técnicas e ferramentas utilizadas para divulgar a imagem, os valores e os produtos da organização para o público externo, como clientes, fornecedores e parceiros.

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 15868. Camilla Batista Santana Dias [***.907.435-**]

Recurso em: 17/10/2023 às 11:34:47

Tópico: NM24 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 34

Questionamento (Candidato):

Comunicação interna visa alinhar objetivos, estratégias e ações da empresa entre os membros de uma organização. Dessa forma, os membros de uma organização são entendidos como funcionários de diferentes áreas ou níveis hierárquicos. Questão mal formulada, a qual abrange duas questões c e d.

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

Fundamentação da alternativa que traz a definição mais adequada de comunicação interna::
a) se refere à trabalho em equipe, que é uma competência importante para o desempenho coletivo e individual dos colaboradores.
b) se refere à relacionamento interpessoal, que é a capacidade de se relacionar bem com as outras pessoas, respeitando as diferenças individuais e culturais, e buscando cooperar para alcançar os objetivos comuns.
c) se refere à comunicação integrada ou horizontal, que é a forma de comunicação que ocorre entre pessoas de diferentes áreas ou níveis hierárquicos dentro da organização, buscando integrar as atividades e os processos da empresa. Ela é importante para facilitar a coordenação, a cooperação e a inovação, mas não abrange todas as formas e objetivos da comunicação interna.
e) se refere à comunicação externa, que é o conjunto de técnicas e ferramentas utilizadas para divulgar a imagem, os valores e os produtos da organização para o público externo, como clientes, fornecedores e parceiros.

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 8977. Vanessa Vieira Freire [***.381.752-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 13:03:18

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 35

Questionamento (Candidato):

A questão trata como certa o gabarito letra "A", acontece que na doutrina majoritária sobre administração, tópicos de gestão de conflitos, o conflito funcional é classificado como conflito positivo pela organização, gera criatividade, inovação, facilitando a cooperação e a integração, por isso devem ser aceitos abertos, justamente por uma das suas características principais ser a integração e cooperação entre os membros da organização, para que inovando, integrando e cooperando a organização tenha um alto desempenho mediante a integração e cooperação. A questão deve ser mudada o gabarito para a letra "B"

Recurso (Candidato): Alterar o gabarito para a letra "B"

Parecer (Banca):

O conflito funcional é um tipo de conflito que pode trazer benefícios para a organização, pois estimula a criatividade, a inovação, a cooperação e a integração entre as pessoas ou grupos envolvidos.
A alternativa II está errada porque o conflito funcional não gera ressentimento e hostilidade, mas sim criatividade e inovação.
A alternativa III está errada porque o conflito funcional não ocorre entre pessoas ou grupos com objetivos diferentes, mas sim com objetivos comuns ou complementares.
A alternativa V está errada porque o conflito funcional não pode ser resolvido por meio de negociação ou mediação, mas sim por meio de colaboração e integração.
Uma das fontes de Embassamentos: COHEN, Allan R.; FINK, Stephen L. Comportamento Organizacional - Conceitos e Estudos de Casos. 2003 e MOSCOVICI, Fela. Desenvolvimento interpessoal: Treinamento em grupo. 2008.

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 5070. Beatriz dos Santos Maia [***.177.012-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 14:36:20

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 35

Questionamento (Candidato):

A alternativa B como gabarito está errado. O correto seria que houvesse uma alternativa tendo como corretas as afirmativas I,IV e V. As afirmativas I e IV estão claramente corretas. Mas a afirmativa V também está claramente correta pois conflitos funcionais podem ser resolvidos por negociação ou mediação que são métodos consensuais de resolução de conflito. Ao negociarem, as partes envolvidas tentam chegar a um acordo através de uma conversa. Já a mediação é feita através de um mediador que ouviu as partes e ajudá-las a chegar em um acordo. Formas essas de resolver um conflito funcional. Por isso a questão deve ser anulada pois não apresenta alternativa correta.

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

O conflito funcional é um tipo de conflito que pode trazer benefícios para a organização, pois estimula a criatividade, a inovação, a cooperação e a integração entre as pessoas ou grupos envolvidos.
A alternativa II está errada porque o conflito funcional não gera ressentimento e hostilidade, mas sim criatividade e inovação.
A alternativa III está errada porque o conflito funcional não ocorre entre pessoas ou grupos com objetivos diferentes, mas sim com objetivos comuns ou complementares.
A alternativa V está errada porque o conflito funcional não pode ser resolvido por meio de negociação ou mediação, mas sim por meio de colaboração e integração.
Uma das fontes de Embassamentos: COHEN, Allan R.; FINK, Stephen L. Comportamento Organizacional - Conceitos e Estudos de Casos. 2003 e MOSCOVICI, Fela. Desenvolvimento interpessoal: Treinamento em grupo. 2008.

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 3746. Kayo Pinto Siqueira [***.450.502-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 18:36:41

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 35

Questionamento (Candidato):

A alternativa correta seria I, III, IV
I. Estimula a criatividade e a inovação.
III. Ocorre entre pessoas ou grupos com objetivos diferentes.
IV. Favorece a cooperação e a integração.

Entretanto não tem essa opção de resposta.
Conforme conceito conflito funcional é um tipo de conflito que pode ocorrer dentro de uma organização. Ele é uma discordância construtiva e saudável entre grupos ou indivíduos, que pode trazer mudanças, melhorar situações e oferecer novas soluções. O conflito funcional ocorre quando os interesses da organização são atendidos, como resultado de disputa ou desacordo.
logo não pode ser o gabarito letra b

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

O conflito funcional é um tipo de conflito que pode trazer benefícios para a organização, pois estimula a criatividade, a inovação, a cooperação e a integração entre as pessoas ou grupos envolvidos.
A alternativa II está errada porque o conflito funcional não gera ressentimento e hostilidade, mas sim criatividade e inovação.
A alternativa III está errada porque o conflito funcional não ocorre entre pessoas ou grupos com objetivos diferentes, mas sim com objetivos comuns ou complementares.
A alternativa V está errada porque o conflito funcional não pode ser resolvido por meio de negociação ou mediação, mas sim por meio de colaboração e integração.
Uma das fontes de Embassamentos: COHEN, Allan R.; FINK, Stephen L. Comportamento Organizacional - Conceitos e Estudos de Casos. 2003 e MOSCOVICI, Fela. Desenvolvimento interpessoal: Treinamento em grupo. 2008.

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 7745. Henrique da Silva Porto [***.902.182-**]

Recurso em: 17/10/2023 às 07:31:56

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 35

Questionamento (Candidato):

Gestão de conflitos leva a subjetividade do caso concreto em análise... a questão 35 da prova está de modo bem genérico... várias das alternativas podem ser consequências de uma gestão de conflitos, mas não necessariamente só as I e IV, que podem ou não ocorrer, a depender da situação específica que gerou o conflito!!! Questão deixa em aberto margem para diferentes entendimentos!

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

O conflito funcional é um tipo de conflito que pode trazer benefícios para a organização, pois estimula a criatividade, a inovação, a cooperação e a integração entre as pessoas ou grupos envolvidos.
A alternativa II está errada porque o conflito funcional não gera ressentimento e hostilidade, mas sim criatividade e inovação.
A alternativa III está errada porque o conflito funcional não ocorre entre pessoas ou grupos com objetivos diferentes, mas sim com objetivos comuns ou complementares.
A alternativa V está errada porque o conflito funcional não pode ser resolvido por meio de negociação ou mediação, mas sim por meio de colaboração e integração.
Uma das fontes de Embassamentos: COHEN, Allan R.; FINK, Stephen L. Comportamento Organizacional - Conceitos e Estudos de Casos. 2003 e MOSCOVICI, Fela. Desenvolvimento interpessoal: Treinamento em grupo. 2008.

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 16499. Moacyr Rosas Neto [***.467.512-**]

Recurso em: 17/10/2023 às 09:45:28

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 35

Questionamento (Candidato):

Os itens I, II, III, IV e V estão intrinsecamente relacionados. A resposta do gabarito letra "B", indica o estímulo à criatividade e à inovação; e indica o favorecimento da cooperação e integração.
Todavia, deve-se levar em consideração que as atividades de uma organização são realizadas por pessoas; e pessoas possuem emoções e sentimentos.
Quando pessoas criativas/inovadoras têm suas ideias "freiadas", "barradas", é natural sobrevir ressentimentos e até hostilidade (item II).
A cooperação e integração muitas vezes devem ser intermediadas, negociadas (item V), visto a existência de pessoas e/ou grupos com objetivos diferentes (item III).
Portanto, todos os itens são verdadeiros. Logo, deve-se anular está questão.

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

O conflito funcional é um tipo de conflito que pode trazer benefícios para a organização, pois estimula a criatividade, a inovação, a cooperação e a integração entre as pessoas ou grupos envolvidos.
A alternativa II está errada porque o conflito funcional não gera ressentimento e hostilidade, mas sim criatividade e inovação.
A alternativa III está errada porque o conflito funcional não ocorre entre pessoas ou grupos com objetivos diferentes, mas sim com objetivos comuns ou complementares.
A alternativa V está errada porque o conflito funcional não pode ser resolvido por meio de negociação ou mediação, mas sim por meio de colaboração e integração.
Uma das fontes de Embassamentos: COHEN, Allan R.; FINK, Stephen L. Comportamento Organizacional - Conceitos e Estudos de Casos. 2003 e MOSCOVICI, Fela. Desenvolvimento interpessoal: Treinamento em grupo. 2008.

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 6202. Maxwell de Souza Teixeira [***.512.502-**]

Recurso em: 17/10/2023 às 10:19:26

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 35

Questionamento (Candidato):

- Apesar de as afirmativas I e IV serem corretas, a alternativa V também pode ser considerada correta.

- Negociação e Mediação são formas de resolução de conflitos.

Anexo (Candidato):

https://drive.google.com/open?id=11ugbj0OnbVlN6QLXbisE2kPyTDi4f6i5

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

O conflito funcional é um tipo de conflito que pode trazer benefícios para a organização, pois estimula a criatividade, a inovação, a cooperação e a integração entre as pessoas ou grupos envolvidos.
A alternativa II está errada porque o conflito funcional não gera ressentimento e hostilidade, mas sim criatividade e inovação.
A alternativa III está errada porque o conflito funcional não ocorre entre pessoas ou grupos com objetivos diferentes, mas sim com objetivos comuns ou complementares.
A alternativa V está errada porque o conflito funcional não pode ser resolvido por meio de negociação ou mediação, mas sim por meio de colaboração e integração.
Uma das fontes de Embassamentos: COHEN, Allan R.; FINK, Stephen L. Comportamento Organizacional - Conceitos e Estudos de Casos. 2003 e MOSCOVICI, Fela. Desenvolvimento interpessoal: Treinamento em grupo. 2008.

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 74. Moises de Oliveira Melo [***.967.252-**]

Recurso em: 17/10/2023 às 14:04:35

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 35

Questionamento (Candidato):

Prezada Compec, a questão 35 versa sobre conflito funcional no qual a negociação ou mediação é possível e ser utilizada conforme preceitua a literatura moderna da administração, no entanto a questão não apresenta alternativa que contemple os itens I, IV e V. Diante do exposto solicito a compreensão do eminente avaliador para o deferimento da anulação da citada questão.

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

O conflito funcional é um tipo de conflito que pode trazer benefícios para a organização, pois estimula a criatividade, a inovação, a cooperação e a integração entre as pessoas ou grupos envolvidos.
A alternativa II está errada porque o conflito funcional não gera ressentimento e hostilidade, mas sim criatividade e inovação.
A alternativa III está errada porque o conflito funcional não ocorre entre pessoas ou grupos com objetivos diferentes, mas sim com objetivos comuns ou complementares.
A alternativa V está errada porque o conflito funcional não pode ser resolvido por meio de negociação ou mediação, mas sim por meio de colaboração e integração.
Uma das fontes de Embassamentos: COHEN, Allan R.; FINK, Stephen L. Comportamento Organizacional - Conceitos e Estudos de Casos. 2003 e MOSCOVICI, Fela. Desenvolvimento interpessoal: Treinamento em grupo. 2008.

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 218. Ana Luiza Pires dos Santos [***.909.142-**]

Recurso em: 17/10/2023 às 16:40:05

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 35

Questionamento (Candidato):

Prezados examinadores, a questão 35 que tem como gabarito preliminar a alternativa B, que afirma que sobre o conflito funcional podemos afirmar que ele “I. Estimula a criatividade e a inovação” e “IV. Favorece a cooperação e a integração.” De fato, as afirmativas estão corretas, porém não são as únicas. Afirmar que somente as afirmativas I e IV são verdadeiras, implica dizer que a afirmativa “III. Ocorre entre pessoas ou grupos com objetivos diferentes” é falsa.
O conflito funcional, mesmo tendo resultados benéficos, em algum momento se originou de pessoas ou grupos com objetivos diferentes, se não possuíssem objetivos diferentes, o conflito não existiria. Logo, o conflito funcional é uma discordância, mesmo que construtiva, entre grupos ou indivíduos.
Pelo exposto, e considerando que não há alternativa que considere as afirmativas I, III e IV como verdadeiras, solicito a anulação da questão.

Respeitosamente, Ana Luiza Pires.

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

O conflito funcional é um tipo de conflito que pode trazer benefícios para a organização, pois estimula a criatividade, a inovação, a cooperação e a integração entre as pessoas ou grupos envolvidos.
A alternativa II está errada porque o conflito funcional não gera ressentimento e hostilidade, mas sim criatividade e inovação.
A alternativa III está errada porque o conflito funcional não ocorre entre pessoas ou grupos com objetivos diferentes, mas sim com objetivos comuns ou complementares.
A alternativa V está errada porque o conflito funcional não pode ser resolvido por meio de negociação ou mediação, mas sim por meio de colaboração e integração.
Uma das fontes de Embassamentos: COHEN, Allan R.; FINK, Stephen L. Comportamento Organizacional - Conceitos e Estudos de Casos. 2003 e MOSCOVICI, Fela. Desenvolvimento interpessoal: Treinamento em grupo. 2008.

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 2736. Moises Correa de Seixas Junior [***.496.062-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 16:02:18

Tópico: NM15 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 35

Questionamento (Candidato):

A banca apontou como alternativa correta a letra "b", a qual discordo pelo exposto abaixo:

I - Estímulo à criatividade e à inovação.
Esse conceito apresentado na questão não é uma característica típica dos conflitos funcionais. Pois estes se ligam a objetos e métodos diferentes, o que não necessáriamente estimula a criatividade e inovação.
II - Gera ressentimento e hostilidade - Isso é mais comum em conflitos disfuncionais, não em conflitos funcionais. Os conflitos funcionais são geralmente menos emocionais e menos propensos a gerar hostilidade.
III. Ocorre entre pessoas ou grupos. - Exatamente o que ocorre
IV- Favoreça a cooperação e a integração- Não favorece
V - Pode ser resolvido por meio de negociação ou mediação - Isso é válido para conflitos funcionais.

Portanto, solicito a alterção do gabarito preliminar para considerar a assertiva correta a alternativa "e". Caso a banca assim não entenda, solicito então a anulação da questão por não apresentar alternativa compatível.
Fundamento: Chiavenato, Idalberto. Administração: teoria, processo e prática/ Idalberto Chiavenato.-4.ed.Rio de Janeiro: Elsevier, 2011- 2° reimpressão.

Recurso (Candidato): Alterar o gabarito para a letra "E"

Parecer (Banca):

O conflito funcional é um tipo de conflito que pode trazer benefícios para a organização, pois estimula a criatividade, a inovação, a cooperação e a integração entre as pessoas ou grupos envolvidos.
A alternativa II está errada porque o conflito funcional não gera ressentimento e hostilidade, mas sim criatividade e inovação.
A alternativa III está errada porque o conflito funcional não ocorre entre pessoas ou grupos com objetivos diferentes, mas sim com objetivos comuns ou complementares.
A alternativa V está errada porque o conflito funcional não pode ser resolvido por meio de negociação ou mediação, mas sim por meio de colaboração e integração.
Uma das fontes de Embassamentos: COHEN, Allan R.; FINK, Stephen L. Comportamento Organizacional - Conceitos e Estudos de Casos. 2003 e MOSCOVICI, Fela. Desenvolvimento interpessoal: Treinamento em grupo. 2008.

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 8328. Anthony Bruno Pereira Salindo [***.963.842-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 16:16:46

Tópico: NM15 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 35

Questionamento (Candidato):

Nao há gabarito correto.

Explicação:

I. Estimula a criatividade e a inovação: O conflito funcional pode levar as pessoas a pensar em soluções criativas e inovadoras para resolver os problemas. CORRETA

II. Gera ressentimento e hostilidade: Isso geralmente se refere ao conflito disfuncional, que pode criar sentimentos negativos entre as partes envolvidas. ERRADA

III. Ocorre entre pessoas ou grupos com objetivos diferentes: O conflito funcional muitas vezes surge quando diferentes partes têm objetivos ou interesses distintos. A ocorrência de conflitos funcionais entre partes com objetivos distintos é uma realidade presente em organizações dinâmicas. Como afirmou Robbins (2003), "a diversidade de objetivos pode ser uma fonte de desentendimento e conflito dentro da organização" (p. 330). Essa diversidade muitas vezes surge de diferentes funções, metas e responsabilidades que cada indivíduo ou grupo possui na organização. CORRETA

IV. Favorece a cooperação e a integração: O conflito funcional, quando bem gerido, pode promover a cooperação e integração entre as partes, pois pode levar a uma busca por soluções comuns. CORRETA

V. Pode ser resolvido por meio de negociação ou mediação: O conflito funcional pode ser resolvido através de processos de negociação ou mediação, onde as partes trabalham juntas para encontrar uma solução satisfatória para todos. A negociação é um processo essencial para lidar com conflitos funcionais. Segundo Fisher, Ury e Patton (1981), a negociação bem-sucedida busca "chegar a um acordo sem ceder princípios" (p. 2). Ela proporciona um espaço para as partes envolvidas expressarem suas preocupações e interesses de forma colaborativa, permitindo a criação de soluções que satisfaçam ambas as partes (Lewicki, Saunders e Barry, 2015). CORRETA

Estão corretas as alternativas I, III, IV e V. venho solicitar a revisão e a anulação da questão.

Referências:
Fisher, R., Ury, W., & Patton, B. (1981). Getting to Yes: Negotiating Agreement Without Giving In. Houghton Mifflin.
Robbins, S. P. (2003). Comportamento Organizacional. Pearson.
Lewicki, R. J., Saunders, D. M., & Barry, B. (2015). Negotiation: Readings, Exercises, and Cases. McGraw-Hill Education.

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

O conflito funcional é um tipo de conflito que pode trazer benefícios para a organização, pois estimula a criatividade, a inovação, a cooperação e a integração entre as pessoas ou grupos envolvidos.
A alternativa II está errada porque o conflito funcional não gera ressentimento e hostilidade, mas sim criatividade e inovação.
A alternativa III está errada porque o conflito funcional não ocorre entre pessoas ou grupos com objetivos diferentes, mas sim com objetivos comuns ou complementares.
A alternativa V está errada porque o conflito funcional não pode ser resolvido por meio de negociação ou

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

mediação, mas sim por meio de colaboração e integração.
Uma das fontes de Embassamentos: COHEN, Allan R.; FINK, Stephen L. Comportamento Organizacional - Conceitos e Estudos de Casos. 2003 e MOSCOVICI, Fela. Desenvolvimento interpessoal: Treinamento em grupo. 2008.

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 155. Tiago Gomes de Souza [***.055.392-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 10:59:59

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 36

Questionamento (Candidato):

A parte sobre o resultado da interação entre os poderes da questão 36 é erroneamente marcada como incorreta. Mas por quê? Já que esse é um princípio fundamental da própria administração pública e que no caso, entra as ouvidorias como fonte principal entre a administração-cidadão.

“Existe hoje um processo de aproximação entre Estado e sociedade, especialmente nas áreas de atendimento à população. A mudança de postura por parte das instituições públicas é uma demonstração de respeito aos cidadãos e de compromisso por serviços públicos mais transparentes”.

Fonte: https://www.gov.br/casacivil/pt-br/assuntos/downloads/guia-da-politica-de-governanca-publica

Anexo (Candidato):

https://drive.google.com/open?id=11oEU1WOrzsorgH2O5z1kS_BTZ27asq3s

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

O conceito de governança aplicado na administração pública pode ser definido de diferentes formas, dependendo da perspectiva e do enfoque adotados. No entanto, há alguns elementos comuns que podem ser identificados nas diversas definições. Estarei usando algumas referências nas fundamentações:
Afirmativa I: Certa. Segundo R. K. Sapru (2012), a governança pública envolve a criação e implementação de políticas que atendem às necessidades da sociedade de maneira eficiente, eficaz e efetiva. Isso requer transparência no processo de tomada de decisões e a inclusão dos cidadãos. Portanto, a afirmação descreve um ideal para a governança pública, onde as políticas são criadas e implementadas com transparência e participação dos cidadãos.
Afirmativa II: Certa. É o conceito de governança pública segundo o Decreto nº 9.203, de 2017 e o Banco Mundial. De acordo com o Decreto nº 9.203, de 2017, a governança pública é o conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade. Esse conceito se aproxima da definição do Banco Mundial (2017), que entende a governança como a maneira pela qual o poder é exercido no gerenciamento dos recursos econômicos e sociais para o desenvolvimento.
Afirmativa III: Errada. É um elemento da gestão pública, que é o objeto da governança. Segundo Bell e Hindmoor (2009), a gestão pública é a forma como os recursos públicos são gerenciados, desde a sua arrecadação até a sua aplicação em programas e projetos de interesse da sociedade. A gestão pública é o que a governança pública busca avaliar, direcionar e monitorar, por meio de mecanismos adequados de liderança, estratégia e controle (Capano et al., 2014).
Afirmativa IV: Errada. É uma dimensão da governabilidade, que é a capacidade do governo de exercer autoridade, coordenação e controle sobre a sociedade. Segundo Cavalcante (2015), a governabilidade é o processo pelo qual as decisões são tomadas e implementadas, levando em conta os interesses e as demandas dos diferentes atores envolvidos. A governabilidade depende do grau de legitimidade, consenso e apoio que o governo possui para realizar suas ações (Rose-Ackerman, 2017).
Afirmativa V: Errada. É uma característica da boa governança, que é o padrão desejável de desempenho da governança pública. Segundo Grindle (2017), o resultado da interação entre os poderes públicos e os cidadãos, que visa garantir a qualidade dos serviços públicos e a responsabilização dos gestores é um dos indicadores de boa governança, que reflete o nível de satisfação da sociedade com as políticas públicas implementadas pelo governo. A boa governança é o que a governança pública busca alcançar, por meio de mecanismos eficientes, eficazes e efetivos de gestão (Cavalcante, 2015).

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 14573. Nilce Correa Brasil [***.331.662-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 11:22:11

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 36

Questionamento (Candidato):

Sobre o conceito de Governança é importante salientar a interação entre os poderes públicos e os cidadãos. Portanto a assertiva V tb está correta.
Fundamentação em anexo.

Anexo (Candidato):

https://drive.google.com/open?id=1OCDy7kiMFQsDP0r4OSplIaAoiFM4NjkZ

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

O conceito de governança aplicado na administração pública pode ser definido de diferentes formas, dependendo da perspectiva e do enfoque adotados. No entanto, há alguns elementos comuns que podem ser identificados nas diversas definições. Estarei usando algumas referências nas fundamentações:
Afirmativa I: Certa. Segundo R. K. Sapru (2012), a governança pública envolve a criação e implementação de políticas que atendem às necessidades da sociedade de maneira eficiente, eficaz e efetiva. Isso requer transparência no processo de tomada de decisões e a inclusão dos cidadãos. Portanto, a afirmação descreve um ideal para a governança pública, onde as políticas são criadas e implementadas com transparência e participação dos cidadãos.
Afirmativa II: Certa. É o conceito de governança pública segundo o Decreto nº 9.203, de 2017 e o Banco Mundial. De acordo com o Decreto nº 9.203, de 2017, a governança pública é o conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade. Esse conceito se aproxima da definição do Banco Mundial (2017), que entende a governança como a maneira pela qual o poder é exercido no gerenciamento dos recursos econômicos e sociais para o desenvolvimento.
Afirmativa III: Errada. É um elemento da gestão pública, que é o objeto da governança. Segundo Bell e Hindmoor (2009), a gestão pública é a forma como os recursos públicos são gerenciados, desde a sua arrecadação até a sua aplicação em programas e projetos de interesse da sociedade. A gestão pública é o que a governança pública busca avaliar, direcionar e monitorar, por meio de mecanismos adequados de liderança, estratégia e controle (Capano et al., 2014).
Afirmativa IV: Errada. É uma dimensão da governabilidade, que é a capacidade do governo de exercer autoridade, coordenação e controle sobre a sociedade. Segundo Cavalcante (2015), a governabilidade é o processo pelo qual as decisões são tomadas e implementadas, levando em conta os interesses e as demandas dos diferentes atores envolvidos. A governabilidade depende do grau de legitimidade, consenso e apoio que o governo possui para realizar suas ações (Rose-Ackerman, 2017).
Afirmativa V: Errada. É uma característica da boa governança, que é o padrão desejável de desempenho da governança pública. Segundo Grindle (2017), o resultado da interação entre os poderes públicos e os cidadãos, que visa garantir a qualidade dos serviços públicos e a responsabilização dos gestores é um dos indicadores de boa governança, que reflete o nível de satisfação da sociedade com as políticas públicas implementadas pelo governo. A boa governança é o que a governança pública busca alcançar, por meio de mecanismos eficientes, eficazes e efetivos de gestão (Cavalcante, 2015).

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 5337. Nataly Carneiro de Souza [***.935.542-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 12:08:13

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 36

Questionamento (Candidato):

Questão 36: A questão admite alteração do gabarito da alternativa (A) para a alternativa (E)

A banca considerou apenas as afirmativas I e II como corretas, no entanto as afirmações III; IV e V também estão corretas com base no seguinte embasamento:

Embasamento da afirmação III da questão:

Segundo Bresser Pereira, governança é a capacidade financeira e administrativa, em sentido amplo, de um governo implementar políticas para a sociedade.
Caio Marini conceitua governança como implementação das políticas públicas, nos seus aspectos técnicos, financeiros e gerenciais.

Embasamento da afirmação IV da questão:

Uma das definições de governança diz respeito aos atores envolvidos, para Rosenau: “governança não só abrange as instituições governamentais, mas implica também mecanismos informais, que fazem com que as pessoas e as organizações envolvidas satisfaçam suas necessidades e respondam às suas demandas."

Embasamneto da afirmação V da questão:

De acordo com Kickert, quando se trata de governança, a interação entre o contexto público e a sociedade representa um papel crucial. O cidadão é coprodutor e parceiro na gestão pública. No mesmo entendimento Viana acrescenta que a governança está diretamente relacionada aos indicadores de eficiência, efetividade e transparência. A eficiência é a gestão adequada dos recursos, a efetividade é a escolha mais adequada dos investimentos e serviços, conforme as necessidades da população, com grau de qualidade nesses serviços. E a transparência é a responsabilidade de prestação de contas pelos gestores de todos os atos administrativos.

Referências:
Viana, E. (2010). A governança corporativa no setor público municipal: um estudo sobre a eficácia da implementação dos princípios de governança nos resultados fiscais. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.

Kickert, W. J. (1997). "Public governance in The Netherlands: an alternative to Anglo-American ‘managerialism’."

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos; SPINK, Peter. (1998). Reforma do Estado e Administração Pública Gerencial.

FERREIRA, Caio Márcio Marini. (1996). Crise e reforma do Estado: uma questão de valorização do servidor.

Rosenau, James N.; Czempiel, Ernst-Otto. (2000). Governança sem governo: ordem e transformação na política mundial.

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Recurso (Candidato): Alterar o gabarito para a letra "E"

Parecer (Banca):

O conceito de governança aplicado na administração pública pode ser definido de diferentes formas, dependendo da perspectiva e do enfoque adotados. No entanto, há alguns elementos comuns que podem ser identificados nas diversas definições. Estarei usando algumas referências nas fundamentações:
Afirmativa I: Certa. Segundo R. K. Sapru (2012), a governança pública envolve a criação e implementação de políticas que atendem às necessidades da sociedade de maneira eficiente, eficaz e efetiva. Isso requer transparência no processo de tomada de decisões e a inclusão dos cidadãos. Portanto, a afirmação descreve um ideal para a governança pública, onde as políticas são criadas e implementadas com transparência e participação dos cidadãos.
Afirmativa II: Certa. É o conceito de governança pública segundo o Decreto nº 9.203, de 2017 e o Banco Mundial. De acordo com o Decreto nº 9.203, de 2017, a governança pública é o conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade. Esse conceito se aproxima da definição do Banco Mundial (2017), que entende a governança como a maneira pela qual o poder é exercido no gerenciamento dos recursos econômicos e sociais para o desenvolvimento.
Afirmativa III: Errada. É um elemento da gestão pública, que é o objeto da governança. Segundo Bell e Hindmoor (2009), a gestão pública é a forma como os recursos públicos são gerenciados, desde a sua arrecadação até a sua aplicação em programas e projetos de interesse da sociedade. A gestão pública é o que a governança pública busca avaliar, direcionar e monitorar, por meio de mecanismos adequados de liderança, estratégia e controle (Capano et al., 2014).
Afirmativa IV: Errada. É uma dimensão da governabilidade, que é a capacidade do governo de exercer autoridade, coordenação e controle sobre a sociedade. Segundo Cavalcante (2015), a governabilidade é o processo pelo qual as decisões são tomadas e implementadas, levando em conta os interesses e as demandas dos diferentes atores envolvidos. A governabilidade depende do grau de legitimidade, consenso e apoio que o governo possui para realizar suas ações (Rose-Ackerman, 2017).
Afirmativa V: Errada. É uma característica da boa governança, que é o padrão desejável de desempenho da governança pública. Segundo Grindle (2017), o resultado da interação entre os poderes públicos e os cidadãos, que visa garantir a qualidade dos serviços públicos e a responsabilização dos gestores é um dos indicadores de boa governança, que reflete o nível de satisfação da sociedade com as políticas públicas implementadas pelo governo. A boa governança é o que a governança pública busca alcançar, por meio de mecanismos eficientes, eficazes e efetivos de gestão (Cavalcante, 2015).

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 14386. Marco Eduardo Santiago Oliveira de Oliveira [***.037.082-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 13:22:12

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 36

Questionamento (Candidato):

Prezada Banca Examinadora,

Venho, por meio deste, interpor recurso contra o gabarito preliminar da questão número 36, sobre o conceito de governança aplicado na administração pública, na qual foi considerada como correta a alternativa A.

Respeitosamente, discordo do gabarito apresentado, pois entendo que a ao invés da alternativa A, a alternativa E está correta, conforme passo a demonstrar abaixo:

Segundo o Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017, que dispõe sobre a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, o conceito de governança pública é o seguinte:

“Art. 2º Para os efeitos do disposto neste Decreto, considera-se:
I - governança pública - conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade;”

Esse conceito abrange os itens II e V da questão. Além disso, o Banco Mundial define o conceito de governança como:

“A maneira pela qual o poder é exercido na gestão dos recursos econômicos e sociais de um país para o desenvolvimento” (Banco Mundial, 1989, p. 1).

Esse conceito se relaciona com os itens I, III e IV da questão. Portanto, a alternativa correta é a letra E, pois todas as afirmativas são verdadeiras.

Diante do exposto, entendo que a alternativa presente no gabarito preliminar é incorreta, o que configura uma falha na elaboração do referido gabarito preliminar. Portanto, solicito a retificação para a alternativa correta e a devida atribuição do ponto correspondente aos candidatos que assinalaram a alternativa E.

As informações pertinentes a presente argumentação podem ser conferidas nos links abaixo ou nos documentos anexados:
https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8581/1/NT_24_Diest_Governan%C3%A7a.pdf
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9203.htm

Agradeço a atenção e aguardo o deferimento do presente recurso.
Respeitosamente,
Candidato(a): Marco Eduardo Santiago Oliveira de Oliveira
nº de inscrição: 14386

Anexo (Candidato):

https://drive.google.com/open?id=1THzyyYYIT6HRRtBkRP_axuF0LDGS4syS

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Recurso (Candidato): Alterar o gabarito para a letra "E"

Parecer (Banca):

O conceito de governança aplicado na administração pública pode ser definido de diferentes formas, dependendo da perspectiva e do enfoque adotados. No entanto, há alguns elementos comuns que podem ser identificados nas diversas definições. Estarei usando algumas referências nas fundamentações:
Afirmativa I: Certa. Segundo R. K. Sapru (2012), a governança pública envolve a criação e implementação de políticas que atendem às necessidades da sociedade de maneira eficiente, eficaz e efetiva. Isso requer transparência no processo de tomada de decisões e a inclusão dos cidadãos. Portanto, a afirmação descreve um ideal para a governança pública, onde as políticas são criadas e implementadas com transparência e participação dos cidadãos.
Afirmativa II: Certa. É o conceito de governança pública segundo o Decreto nº 9.203, de 2017 e o Banco Mundial. De acordo com o Decreto nº 9.203, de 2017, a governança pública é o conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade. Esse conceito se aproxima da definição do Banco Mundial (2017), que entende a governança como a maneira pela qual o poder é exercido no gerenciamento dos recursos econômicos e sociais para o desenvolvimento.
Afirmativa III: Errada. É um elemento da gestão pública, que é o objeto da governança. Segundo Bell e Hindmoor (2009), a gestão pública é a forma como os recursos públicos são gerenciados, desde a sua arrecadação até a sua aplicação em programas e projetos de interesse da sociedade. A gestão pública é o que a governança pública busca avaliar, direcionar e monitorar, por meio de mecanismos adequados de liderança, estratégia e controle (Capano et al., 2014).
Afirmativa IV: Errada. É uma dimensão da governabilidade, que é a capacidade do governo de exercer autoridade, coordenação e controle sobre a sociedade. Segundo Cavalcante (2015), a governabilidade é o processo pelo qual as decisões são tomadas e implementadas, levando em conta os interesses e as demandas dos diferentes atores envolvidos. A governabilidade depende do grau de legitimidade, consenso e apoio que o governo possui para realizar suas ações (Rose-Ackerman, 2017).
Afirmativa V: Errada. É uma característica da boa governança, que é o padrão desejável de desempenho da governança pública. Segundo Grindle (2017), o resultado da interação entre os poderes públicos e os cidadãos, que visa garantir a qualidade dos serviços públicos e a responsabilização dos gestores é um dos indicadores de boa governança, que reflete o nível de satisfação da sociedade com as políticas públicas implementadas pelo governo. A boa governança é o que a governança pública busca alcançar, por meio de mecanismos eficientes, eficazes e efetivos de gestão (Cavalcante, 2015).

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 796. Ingrid da Silva Paiva [***.794.292-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 13:55:10

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 36

Questionamento (Candidato):

Com base no livro "Governança, gestão de riscos e integridade" do ENAP (página 45) temos argumentos que afirmam o item III: "A integridade envolve uma negociação direta e confiável, baseada na honestidade e na objetividade, protegida por padrões elevados de probidade na aplicação dos recursos públicos e gestão dos assuntos de interesse público. Depende da efetividade do referencial de controle e do profissionalismo dos agentes que integram essas entidades. Está refletida nos procedimentos decisórios e na qualidade de seus relatórios financeiros e de desempenho."

" A responsividade é o processo por meio do qual as agências públicas e os agentes dentro delas são chamados à responsabilidade por suas ações e decisões, incluindo a aplicação dos recursos públicos e todos os demais aspectos de desempenho, submetendo-se ao escrutínio público. Isto é alcançado quando todas as partes têm um claro entendimento de suas responsabilidades e dispõem de papéis bem definidos dentro de um determinado processo organizacional. É, de fato, a obrigação do agente de responder pela responsabilidade que lhe foi conferida."

Página 49: "Responsabilidade pelo uso dos recursos públicos: os órgãos de governança das agências públicas precisam assegurar que os recursos públicos disponíveis sejam protegidos e utilizados com eficiência e efetividade, de acordo com as disposições estatutárias."

entre outros termos diretamente relacionados.

Anexo (Candidato):

https://drive.google.com/open?id=1X89XZaz_AnC7u2KXkQfYPbMS9umejKOf

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

O conceito de governança aplicado na administração pública pode ser definido de diferentes formas, dependendo da perspectiva e do enfoque adotados. No entanto, há alguns elementos comuns que podem ser identificados nas diversas definições. Estarei usando algumas referências nas fundamentações:
Afirmativa I: Certa. Segundo R. K. Sapru (2012), a governança pública envolve a criação e implementação de políticas que atendem às necessidades da sociedade de maneira eficiente, eficaz e efetiva. Isso requer transparência no processo de tomada de decisões e a inclusão dos cidadãos. Portanto, a afirmação descreve um ideal para a governança pública, onde as políticas são criadas e implementadas com transparência e participação dos cidadãos.
Afirmativa II: Certa. É o conceito de governança pública segundo o Decreto nº 9.203, de 2017 e o Banco Mundial. De acordo com o Decreto nº 9.203, de 2017, a governança pública é o conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade. Esse conceito se aproxima da definição do Banco Mundial (2017), que entende a governança como a maneira pela qual o poder é exercido no gerenciamento dos recursos econômicos e sociais para o desenvolvimento.
Afirmativa III: Errada. É um elemento da gestão pública, que é o objeto da governança. Segundo Bell e Hindmoor (2009), a gestão pública é a forma como os recursos públicos são gerenciados, desde a sua arrecadação até a sua aplicação em programas e projetos de interesse da sociedade. A gestão pública é o que a governança pública busca avaliar, direcionar e monitorar, por meio de mecanismos adequados de liderança, estratégia e controle (Capano et al., 2014).
Afirmativa IV: Errada. É uma dimensão da governabilidade, que é a capacidade do governo de exercer autoridade, coordenação e controle sobre a sociedade. Segundo Cavalcante (2015), a governabilidade é o processo pelo qual as decisões são tomadas e implementadas, levando em conta os interesses e as demandas dos diferentes atores envolvidos. A governabilidade depende do grau de legitimidade, consenso e

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

apoio que o governo possui para realizar suas ações (Rose-Ackerman, 2017).
Afirmativa V: Errada. É uma característica da boa governança, que é o padrão desejável de desempenho da governança pública. Segundo Grindle (2017), o resultado da interação entre os poderes públicos e os cidadãos, que visa garantir a qualidade dos serviços públicos e a responsabilização dos gestores é um dos indicadores de boa governança, que reflete o nível de satisfação da sociedade com as políticas públicas implementadas pelo governo. A boa governança é o que a governança pública busca alcançar, por meio de mecanismos eficientes, eficazes e efetivos de gestão (Cavalcante, 2015).

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 592. Gabriel Mariano da Silva Barreto [***.136.572-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 15:02:54

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 36

Questionamento (Candidato):

Questão 36
Gabarito: E
Comentários:

Existem diferenças entre governança e governabilidade. A governabilidade pode ser definida como as condições de legitimidade de um determinado governo. Já a governança se relaciona à capacidade de implementação das reformas nos seus aspectos técnicos, financeiros e gerenciais.

Logo, governança significa o que a Administração Pública realiza para assegurar que sua ação esteja direcionada para objetivos alinhados aos interesses da sociedade.

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

O conceito de governança aplicado na administração pública pode ser definido de diferentes formas, dependendo da perspectiva e do enfoque adotados. No entanto, há alguns elementos comuns que podem ser identificados nas diversas definições. Estarei usando algumas referências nas fundamentações:
Afirmativa I: Certa. Segundo R. K. Sapru (2012), a governança pública envolve a criação e implementação de políticas que atendem às necessidades da sociedade de maneira eficiente, eficaz e efetiva. Isso requer transparência no processo de tomada de decisões e a inclusão dos cidadãos. Portanto, a afirmação descreve um ideal para a governança pública, onde as políticas são criadas e implementadas com transparência e participação dos cidadãos.
Afirmativa II: Certa. É o conceito de governança pública segundo o Decreto nº 9.203, de 2017 e o Banco Mundial. De acordo com o Decreto nº 9.203, de 2017, a governança pública é o conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade. Esse conceito se aproxima da definição do Banco Mundial (2017), que entende a governança como a maneira pela qual o poder é exercido no gerenciamento dos recursos econômicos e sociais para o desenvolvimento.
Afirmativa III: Errada. É um elemento da gestão pública, que é o objeto da governança. Segundo Bell e Hindmoor (2009), a gestão pública é a forma como os recursos públicos são gerenciados, desde a sua arrecadação até a sua aplicação em programas e projetos de interesse da sociedade. A gestão pública é o que a governança pública busca avaliar, direcionar e monitorar, por meio de mecanismos adequados de liderança, estratégia e controle (Capano et al., 2014).
Afirmativa IV: Errada. É uma dimensão da governabilidade, que é a capacidade do governo de exercer autoridade, coordenação e controle sobre a sociedade. Segundo Cavalcante (2015), a governabilidade é o processo pelo qual as decisões são tomadas e implementadas, levando em conta os interesses e as demandas dos diferentes atores envolvidos. A governabilidade depende do grau de legitimidade, consenso e apoio que o governo possui para realizar suas ações (Rose-Ackerman, 2017).
Afirmativa V: Errada. É uma característica da boa governança, que é o padrão desejável de desempenho da governança pública. Segundo Grindle (2017), o resultado da interação entre os poderes públicos e os cidadãos, que visa garantir a qualidade dos serviços públicos e a responsabilização dos gestores é um dos indicadores de boa governança, que reflete o nível de satisfação da sociedade com as políticas públicas implementadas pelo governo. A boa governança é o que a governança pública busca alcançar, por meio de mecanismos eficientes, eficazes e efetivos de gestão (Cavalcante, 2015).

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 291. Yulli Rezende Brito [***.780.682-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 18:02:06

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 36

Questionamento (Candidato):

Ilustríssima banca examinadora, venho respeitosamente, por meio deste requerimento, solicitar a revisão da questão nº. 36, pelos fatos e fundamentos a seguir: a questão solicitava que analisássemos algumas afirmativas acerca do conceito de governança aplicado na gestão pública.

A alternativa dada como correta pela banca foi a letra "a", que considerava apenas duas assertivas corretas, porém há outra correta, a "V" que diz: "resultado da interação entre os poderes públicos e os cidadãos, que visa garantir a qualidade dos serviços públicos e a responsabilização dos gestores".

Essa afirmativa está correta, podemos ver isso de acordo com alguns autores:

1. Barbosa e Farias (2018) "A governança aplicada ao setor público visa garantir que os objetivos planejados sejam atingidos, por meio de uma estrutura organizacional bem projetada, controlada, supervisionada e com um processo de prestação de contas eficiente"

2. TCU (2014) "Governança pública: pode ser entendida como o sistema que determina
o equilíbrio de poder entre os envolvidos — cidadãos, representantes eleitos (governantes), alta administração, gestores e colaboradores — com vistas a permitir que o bem comum prevaleça sobre os interesses de pessoas ou grupos (MATIAS-PEREIRA, 2010, adaptado)"

3. TCU (2020), apresenta as diretrizes para a boa governança "definir formalmente e comunicar claramente os papéis e responsabilidades das instâncias internas e de apoio à governança, e assegurar que sejam desempenhados de forma efetiva"; "prestar contas às partes interessadas e implementar mecanismos eficazes de responsabilização dos agentes"; "garantir a qualidade e a efetividade dos serviços prestados aos cidadãos"

4. TCU (2014) "São funções da governança: a) definir o direcionamento estratégico; b) supervisionar a gestão; c) envolver as partes interessadas; d) gerenciar riscos estratégicos; e) gerenciar conflitos internos; f) auditar e avaliar o sistema de gestão e controle; e g) promover a accountability (prestação de contas e responsabilidade) e a transparência. Governança, neste sentido, relaciona-se com processos de comunicação; de análise e avaliação; de liderança, tomada de decisão e direção; de controle,
monitoramento e prestação de contas.

5. Ribczuk e Nascimento (2015): "A governança pública seria um modelo de administração pública gerencial, no qual há uma interação entre os diversos níveis de governo, e ainda, entre esses e as demais organizações empresariais e da sociedade civil. Nesse sentido, tem como intuito atingir resultados, focado em eficácia, alcançando assim o bem comum, ou seja, é a capacidade financeira e administrativa em sentido amplo de uma organização implementar suas políticas"

Portanto, com base nessas informações é possível perceber que a governança envolve a interação entre cidadãos e representantes eleitos (poderes públicos), para promover o bem comum e a qualidade dos serviços públicos. Além disso, através da governança é possível garantir a responsabilização dos gestores públicos, tendo em vista que um de seus princípios é a prestação de contas e responsabilidade (Decreto nº 9.203/2017, art. 3º, inciso V).

Ante ao exposto, faz-se necessária a mudança do gabarito da questão objeto do presente recurso para a letra “B”.

Referências:
BARBOSA, Cícero Rodrigues; FARIAS, Fernando de Abreu. Governança no setor público: um estudo na

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Administração Direta estadual. Revista de Administração FACES Journal, vol. 17, núm. 4, pp.129-147, 2018 Disponível em: https://www.redalyc.org/journal/1940/194057963008/html/

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Referencial básico de governança: aplicável a órgãos e entidades da Administração Federal, 2014. Disponível em: https://portal.tcu.gov.br/data/files/FA/B6/EA/85/1CD4671023455957E18818A8/Referencial_basico_governanca_2_edicao.PDF

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Referencial básico de governança organizacional: para organizações públicas e outros entes jurisdicionados ao TCU, 2020. Disponível em: https://portal.tcu.gov.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A81881F7595543501762EB92E957799

RIBCZUK, Paula; NASCIMENTO, Arthur Ramos do. Governança, Governabilidade, accountability: Critérios de conceituação e aferição de requisitos de legitimidade. Revista Direito Mackenzie, v. 9, n. 2, p. 218-237, 2015. Disponível em: https://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produt

Recurso (Candidato): Alterar o gabarito para a letra "B"

Parecer (Banca):

O conceito de governança aplicado na administração pública pode ser definido de diferentes formas, dependendo da perspectiva e do enfoque adotados. No entanto, há alguns elementos comuns que podem ser identificados nas diversas definições. Estarei usando algumas referências nas fundamentações:
Afirmativa I: Certa. Segundo R. K. Sapru (2012), a governança pública envolve a criação e implementação de políticas que atendem às necessidades da sociedade de maneira eficiente, eficaz e efetiva. Isso requer transparência no processo de tomada de decisões e a inclusão dos cidadãos. Portanto, a afirmação descreve um ideal para a governança pública, onde as políticas são criadas e implementadas com transparência e participação dos cidadãos.
Afirmativa II: Certa. É o conceito de governança pública segundo o Decreto nº 9.203, de 2017 e o Banco Mundial. De acordo com o Decreto nº 9.203, de 2017, a governança pública é o conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade. Esse conceito se aproxima da definição do Banco Mundial (2017), que entende a governança como a maneira pela qual o poder é exercido no gerenciamento dos recursos econômicos e sociais para o desenvolvimento.
Afirmativa III: Errada. É um elemento da gestão pública, que é o objeto da governança. Segundo Bell e Hindmoor (2009), a gestão pública é a forma como os recursos públicos são gerenciados, desde a sua arrecadação até a sua aplicação em programas e projetos de interesse da sociedade. A gestão pública é o que a governança pública busca avaliar, direcionar e monitorar, por meio de mecanismos adequados de liderança, estratégia e controle (Capano et al., 2014).
Afirmativa IV: Errada. É uma dimensão da governabilidade, que é a capacidade do governo de exercer autoridade, coordenação e controle sobre a sociedade. Segundo Cavalcante (2015), a governabilidade é o processo pelo qual as decisões são tomadas e implementadas, levando em conta os interesses e as demandas dos diferentes atores envolvidos. A governabilidade depende do grau de legitimidade, consenso e apoio que o governo possui para realizar suas ações (Rose-Ackerman, 2017).
Afirmativa V: Errada. É uma característica da boa governança, que é o padrão desejável de desempenho da governança pública. Segundo Grindle (2017), o resultado da interação entre os poderes públicos e os cidadãos, que visa garantir a qualidade dos serviços públicos e a responsabilização dos gestores é um dos indicadores de boa governança, que reflete o nível de satisfação da sociedade com as políticas públicas implementadas pelo governo. A boa governança é o que a governança pública busca alcançar, por meio de mecanismos eficientes, eficazes e efetivos de gestão (Cavalcante, 2015).

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 6415. Leticia Abreu de Carvalho [***.630.144-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 18:52:30

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 36

Questionamento (Candidato):

Por meio deste recurso, venho solicitar a revisão e possível anulação da questão 36 do concurso da UFAM para assistente administrativo, aplicado no dia 15/10/2023, , cujo gabarito preliminar atribuiu a alternativa "a".
Minha contestação se baseia na argumentação de que a questão em questão está mal elaborada, uma vez que a alternativa alternativa "a" e a alternativa "e" podem ser consideradas respostas válidas de acordo com as definições de governança e governabilidade. A questão não reflete a distinção fundamental entre esses conceitos.
Minha justificativa para a anulação da questão se fundamenta nos seguintes argumentos:
Confusão Conceitual: A questão apresenta uma confusão conceitual ao não distinguir adequadamente entre governança e governabilidade. A governança se refere à capacidade de implementação das reformas nos aspectos técnicos, financeiros e gerenciais, enquanto a governabilidade está relacionada às condições de legitimidade de um governo. A questão não reflete essa distinção, levando a uma interpretação ambígua.
Possibilidade de Resposta Correta: Tanto a alternativa "a" quanto a alternativa "e" podem ser consideradas corretas, dependendo da interpretação dada à questão. Portanto, a questão não cumpre o critério de ter apenas uma resposta correta.
Prejuízo aos Candidatos: A falta de clareza na questão cria um cenário de desigualdade entre os candidatos, uma vez que alguns podem ter interpretado a questão de uma forma que os levou a escolher a alternativa "a", enquanto outros optaram por alternativa "e". Isso coloca em risco a validade da prova como um instrumento justo de avaliação.

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

O conceito de governança aplicado na administração pública pode ser definido de diferentes formas, dependendo da perspectiva e do enfoque adotados. No entanto, há alguns elementos comuns que podem ser identificados nas diversas definições. Estarei usando algumas referências nas fundamentações:
Afirmativa I: Certa. Segundo R. K. Sapru (2012), a governança pública envolve a criação e implementação de políticas que atendem às necessidades da sociedade de maneira eficiente, eficaz e efetiva. Isso requer transparência no processo de tomada de decisões e a inclusão dos cidadãos. Portanto, a afirmação descreve um ideal para a governança pública, onde as políticas são criadas e implementadas com transparência e participação dos cidadãos.
Afirmativa II: Certa. É o conceito de governança pública segundo o Decreto nº 9.203, de 2017 e o Banco Mundial. De acordo com o Decreto nº 9.203, de 2017, a governança pública é o conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade. Esse conceito se aproxima da definição do Banco Mundial (2017), que entende a governança como a maneira pela qual o poder é exercido no gerenciamento dos recursos econômicos e sociais para o desenvolvimento.
Afirmativa III: Errada. É um elemento da gestão pública, que é o objeto da governança. Segundo Bell e Hindmoor (2009), a gestão pública é a forma como os recursos públicos são gerenciados, desde a sua arrecadação até a sua aplicação em programas e projetos de interesse da sociedade. A gestão pública é o que a governança pública busca avaliar, direcionar e monitorar, por meio de mecanismos adequados de liderança, estratégia e controle (Capano et al., 2014).
Afirmativa IV: Errada. É uma dimensão da governabilidade, que é a capacidade do governo de exercer autoridade, coordenação e controle sobre a sociedade. Segundo Cavalcante (2015), a governabilidade é o processo pelo qual as decisões são tomadas e implementadas, levando em conta os interesses e as demandas dos diferentes atores envolvidos. A governabilidade depende do grau de legitimidade, consenso e apoio que o governo possui para realizar suas ações (Rose-Ackerman, 2017).
Afirmativa V: Errada. É uma característica da boa governança, que é o padrão desejável de desempenho da governança pública. Segundo Grindle (2017), o resultado da interação entre os poderes públicos e os

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

cidadãos, que visa garantir a qualidade dos serviços públicos e a responsabilização dos gestores é um dos indicadores de boa governança, que reflete o nível de satisfação da sociedade com as políticas públicas implementadas pelo governo. A boa governança é o que a governança pública busca alcançar, por meio de mecanismos eficientes, eficazes e efetivos de gestão (Cavalcante, 2015).

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 17364. Kamily do Espírito Santo Costa [***.783.952-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 22:48:11

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 36

Questionamento (Candidato):

Existem diferenças entre governança e governabilidade. A governabilidade pode ser definida como as condições de legitimidade de um determinado governo. Já a governança se relaciona à capacidade de implementação das reformas no seu aspectos técnicos, financeiros e gerenciais. Logo, governança significa o que a Administração Pública realiza para assegurar que sua ação esteja direcionada para objetivos alinhados aos interesses da sociedade.

Recurso (Candidato): Alterar o gabarito para a letra "E"

Parecer (Banca):

O conceito de governança aplicado na administração pública pode ser definido de diferentes formas, dependendo da perspectiva e do enfoque adotados. No entanto, há alguns elementos comuns que podem ser identificados nas diversas definições. Estarei usando algumas referências nas fundamentações:
Afirmativa I: Certa. Segundo R. K. Sapru (2012), a governança pública envolve a criação e implementação de políticas que atendem às necessidades da sociedade de maneira eficiente, eficaz e efetiva. Isso requer transparência no processo de tomada de decisões e a inclusão dos cidadãos. Portanto, a afirmação descreve um ideal para a governança pública, onde as políticas são criadas e implementadas com transparência e participação dos cidadãos.
Afirmativa II: Certa. É o conceito de governança pública segundo o Decreto nº 9.203, de 2017 e o Banco Mundial. De acordo com o Decreto nº 9.203, de 2017, a governança pública é o conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade. Esse conceito se aproxima da definição do Banco Mundial (2017), que entende a governança como a maneira pela qual o poder é exercido no gerenciamento dos recursos econômicos e sociais para o desenvolvimento.
Afirmativa III: Errada. É um elemento da gestão pública, que é o objeto da governança. Segundo Bell e Hindmoor (2009), a gestão pública é a forma como os recursos públicos são gerenciados, desde a sua arrecadação até a sua aplicação em programas e projetos de interesse da sociedade. A gestão pública é o que a governança pública busca avaliar, direcionar e monitorar, por meio de mecanismos adequados de liderança, estratégia e controle (Capano et al., 2014).
Afirmativa IV: Errada. É uma dimensão da governabilidade, que é a capacidade do governo de exercer autoridade, coordenação e controle sobre a sociedade. Segundo Cavalcante (2015), a governabilidade é o processo pelo qual as decisões são tomadas e implementadas, levando em conta os interesses e as demandas dos diferentes atores envolvidos. A governabilidade depende do grau de legitimidade, consenso e apoio que o governo possui para realizar suas ações (Rose-Ackerman, 2017).
Afirmativa V: Errada. É uma característica da boa governança, que é o padrão desejável de desempenho da governança pública. Segundo Grindle (2017), o resultado da interação entre os poderes públicos e os cidadãos, que visa garantir a qualidade dos serviços públicos e a responsabilização dos gestores é um dos indicadores de boa governança, que reflete o nível de satisfação da sociedade com as políticas públicas implementadas pelo governo. A boa governança é o que a governança pública busca alcançar, por meio de mecanismos eficientes, eficazes e efetivos de gestão (Cavalcante, 2015).

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 9282. João Paulo da Silva Dutra [***.047.402-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 23:25:16

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 36

Questionamento (Candidato):

O gabarito da questão 36 foi dado como “letra a”.
Porém, segundo o Referencial Básico de Governança Aplicável a Órgãos e Entidades da Administração Pública do Tribunal de Contas da União, o conceito de Governança engloba os princípios da Legitimidade, Equidade, Responsabilidade, Eficiência, Probidade, Transparência e Accountability.
Sendo assim, o Item III encontra-se correto, pois a forma como os recursos são gerenciados desde a arrecadação até a aplicação em projetos de interesse da sociedade está associada aos princípios da Responsabilidade e da Probidade (pg. 33, 34).
Além disso, o Item IV também está correto, pois o processo pelo qual as decisões são tomadas e implementadas, levando em conta os interesses e as demandas dos diferentes atores envolvidos, diz respeito ao princípio da Legitimidade, onde não basta verificar se a lei foi cumprida, mas se o interesse público, o bem comum, foi alcançado (pg. 33, 34).
Ademais, o Item V também está correto, pois o resultado da interação entre os poderes públicos e os cidadãos, que visa garantir a qualidade dos serviços públicos e a responsabilização dos gestores, diz respeito aos princípios da Eficiência e Accountability.

Portanto, solicito que o gabarito seja alterado para a "letra e", pois todos os itens estão corretos.

Fonte:
Referencial Básico de Governança Aplicável a Órgãos e Entidades da Administração Pública do Tribunal de Contas da União. Páginas 33 e 34. Link: https://portal.tcu.gov.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?inline=1&fileId=8A8182A24F0A728E014F0B34D331

Anexo (Candidato):

https://drive.google.com/open?id=164twBqBUyg33kLnS1m7xjD9VRyjcdcj3

Recurso (Candidato): Alterar o gabarito para a letra "E"

Parecer (Banca):

O conceito de governança aplicado na administração pública pode ser definido de diferentes formas, dependendo da perspectiva e do enfoque adotados. No entanto, há alguns elementos comuns que podem ser identificados nas diversas definições. Estarei usando algumas referências nas fundamentações:
Afirmativa I: Certa. Segundo R. K. Sapru (2012), a governança pública envolve a criação e implementação de políticas que atendem às necessidades da sociedade de maneira eficiente, eficaz e efetiva. Isso requer transparência no processo de tomada de decisões e a inclusão dos cidadãos. Portanto, a afirmação descreve um ideal para a governança pública, onde as políticas são criadas e implementadas com transparência e participação dos cidadãos.
Afirmativa II: Certa. É o conceito de governança pública segundo o Decreto nº 9.203, de 2017 e o Banco Mundial. De acordo com o Decreto nº 9.203, de 2017, a governança pública é o conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade. Esse conceito se aproxima da definição do Banco Mundial (2017), que entende a governança como a maneira pela qual o poder é exercido no gerenciamento dos recursos econômicos e sociais para o desenvolvimento.
Afirmativa III: Errada. É um elemento da gestão pública, que é o objeto da governança. Segundo Bell e Hindmoor (2009), a gestão pública é a forma como os recursos públicos são gerenciados, desde a sua arrecadação até a sua aplicação em programas e projetos de interesse da sociedade. A gestão pública é o que a governança pública busca avaliar, direcionar e monitorar, por meio de mecanismos adequados de liderança, estratégia e controle (Capano et al., 2014).
Afirmativa IV: Errada. É uma dimensão da governabilidade, que é a capacidade do governo de exercer autoridade, coordenação e controle sobre a sociedade. Segundo Cavalcante (2015), a governabilidade é o

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

processo pelo qual as decisões são tomadas e implementadas, levando em conta os interesses e as demandas dos diferentes atores envolvidos. A governabilidade depende do grau de legitimidade, consenso e apoio que o governo possui para realizar suas ações (Rose-Ackerman, 2017).
Afirmativa V: Errada. É uma característica da boa governança, que é o padrão desejável de desempenho da governança pública. Segundo Grindle (2017), o resultado da interação entre os poderes públicos e os cidadãos, que visa garantir a qualidade dos serviços públicos e a responsabilização dos gestores é um dos indicadores de boa governança, que reflete o nível de satisfação da sociedade com as políticas públicas implementadas pelo governo. A boa governança é o que a governança pública busca alcançar, por meio de mecanismos eficientes, eficazes e efetivos de gestão (Cavalcante, 2015).

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 1825. Adrielly Vaz dos Santos [***.289.142-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 23:38:52

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 36

Questionamento (Candidato):

A Banca examinadora levanta um questionamento acerca do conceito de governança aplicada na administração pública.

I. Correta. Com base no Referencial Básico de Governança, a governança sob esta perspectiva trata de questões relacionadas: (a) à coordenação de ações; (b) ao exercício do controle em situações em que várias organizações estão envolvidas; (c) às estruturas de autoridade; (d) à divisão de poder e responsabilidade entre os diversos atores; (e) à alocação tempestiva e suficiente de recursos; enfim, e (f) à governança das ações, aqui entendida como a capacidade de o governo coordenar a ação de atores com vistas à implementação de políticas públicas.

II. Conforme definição encontrada no sítio eletrônico do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, governança é "o conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão na administração pública executiva, com vistas à melhor condução das políticas públicas e preservação do interesse da sociedade nos serviços prestados pelos órgãos."

III. Correta. De acordo com Referencial Básico de Governança, é possível compreender o termo Governança como “a maneira pela qual o poder é exercido na administração dos recursos econômicos e sociais de um país, visando ao desenvolvimento” (WORLD BANK, 1991). Engloba, portanto “as tradições e as instituições mediante as quais a autoridade é exercida em um país” (WORLD BANK, 2006). "

IV. Correta: Com base no Decreto 9.203/2017, em seu artigo 2, inciso I: governança pública é o conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade;

V. Correta. De acordo com Referencial Básico de Governança, São funções da governança:
a) definir o direcionamento estratégico;
b) supervisionar a gestão;
c) envolver as partes interessadas;
d) gerenciar riscos estratégicos;
e) gerenciar conflitos internos;
f) auditar e avaliar o sistema de gestão e controle; e
g) promover a accountability (prestação de contas e responsabilidade) e a transparência.

Sendo assim, com base nas informações apresentadas, solicita-se a ALTERAÇÃO do Gabarito da questão de LETRA A para LETRA E.

REFERÊNCIAS

Governança. https://www.gov.br/mcti/pt-br/acesso-a-informacao/governanca. Acesso: 16/10/2023.

Brasil. Tribunal de Contas da União. Referencial básico de governança aplicável a órgãos e entidades da administração pública / Tribunal de Contas da União. Versão 2 - Brasília: TCU, Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão, 2014. 80 p.

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Recurso (Candidato): Alterar o gabarito para a letra "E"

Parecer (Banca):

O conceito de governança aplicado na administração pública pode ser definido de diferentes formas, dependendo da perspectiva e do enfoque adotados. No entanto, há alguns elementos comuns que podem ser identificados nas diversas definições. Estarei usando algumas referências nas fundamentações:
Afirmativa I: Certa. Segundo R. K. Sapru (2012), a governança pública envolve a criação e implementação de políticas que atendem às necessidades da sociedade de maneira eficiente, eficaz e efetiva. Isso requer transparência no processo de tomada de decisões e a inclusão dos cidadãos. Portanto, a afirmação descreve um ideal para a governança pública, onde as políticas são criadas e implementadas com transparência e participação dos cidadãos.
Afirmativa II: Certa. É o conceito de governança pública segundo o Decreto nº 9.203, de 2017 e o Banco Mundial. De acordo com o Decreto nº 9.203, de 2017, a governança pública é o conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade. Esse conceito se aproxima da definição do Banco Mundial (2017), que entende a governança como a maneira pela qual o poder é exercido no gerenciamento dos recursos econômicos e sociais para o desenvolvimento.
Afirmativa III: Errada. É um elemento da gestão pública, que é o objeto da governança. Segundo Bell e Hindmoor (2009), a gestão pública é a forma como os recursos públicos são gerenciados, desde a sua arrecadação até a sua aplicação em programas e projetos de interesse da sociedade. A gestão pública é o que a governança pública busca avaliar, direcionar e monitorar, por meio de mecanismos adequados de liderança, estratégia e controle (Capano et al., 2014).
Afirmativa IV: Errada. É uma dimensão da governabilidade, que é a capacidade do governo de exercer autoridade, coordenação e controle sobre a sociedade. Segundo Cavalcante (2015), a governabilidade é o processo pelo qual as decisões são tomadas e implementadas, levando em conta os interesses e as demandas dos diferentes atores envolvidos. A governabilidade depende do grau de legitimidade, consenso e apoio que o governo possui para realizar suas ações (Rose-Ackerman, 2017).
Afirmativa V: Errada. É uma característica da boa governança, que é o padrão desejável de desempenho da governança pública. Segundo Grindle (2017), o resultado da interação entre os poderes públicos e os cidadãos, que visa garantir a qualidade dos serviços públicos e a responsabilização dos gestores é um dos indicadores de boa governança, que reflete o nível de satisfação da sociedade com as políticas públicas implementadas pelo governo. A boa governança é o que a governança pública busca alcançar, por meio de mecanismos eficientes, eficazes e efetivos de gestão (Cavalcante, 2015).

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 3985. Nathasha Fernandes de Oliveira [***.595.112-**]

Recurso em: 17/10/2023 às 00:30:05

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 36

Questionamento (Candidato):

Prezada Banca Organizadora,

De acordo com o gabarito preliminar da questão 36, de Conhecimento Específico da Prova Nível Médio: NM15(Benjamin Constant), NM17 (Coari), NM24 (Itacoatiara) e NM01(Manaus) para Assistente em Administração- Concursos Público Técnico Administrativo-2023, a resposta correta é a letra a) Somente as afirmativas I e II são verdadeiras.
Contudo, as demais alternativas em nada aparentam estarem falsas, de acordo com os seguintes conceitos de Governança que constam na Aula do Estratégia Concursos sobre Governança e em que eles constam algumas das referências:
Governança envolve o modo/forma pelo qual o Governo se organiza para prestar serviços à sociedade; o modo/forma de gestão dos recursos públicos; o modo/forma como divulga suas informações; o modo/forma como se relaciona com a sociedade civil e o modo/forma como constrói os arranjos/acordos institucionais necessários.
Governança Pública é a compreendida como a capacidade de governar, capacidade de decidir e implementar políticas públicas que atendam às necessidades da população, preservando o equilíbrio de poder e interesses entre governo, administração pública e sociedade/cidadãos.
Governança no setor Público é um conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade 8 .
Governança Pública diz respeito à capacidade de ação estatal na implementação das políticas e na consecução das metas coletivas. Implica expandir e aperfeiçoar os meios de interlocução e de administração dos conflitos de interesses, fortalecendo os mecanismos que garantam a responsabilização pública dos governantes.
Governança refere-se, enfim, à capacidade de inserção do Estado na sociedade, rompendo com a tradição de governo fechado e enclausurado na alta burocracia governamental 9 .
Governança compreende a estrutura (administrativa, política, econômica, social, ambiental, legal e outras) posta em prática para garantir que os resultados pretendidos pelas partes interessadas sejam definidos e alcançados 10 .
Governança em políticas públicas se refere aos arranjos institucionais que condicionam a forma pela qual as políticas são formuladas, implementadas e avaliadas, em benefício da sociedade 11 .
8 TCU, Referencial Básico de Governança: Aplicável a Órgãos e Entidades da Administração Pública, 2a versão, Brasília: 2014. Disponível em: https://portal.tcu.gov.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A8182A24F0A728E014F0B34D4A14347
9 DINIZ, Eli. Globalização, Estado e Desenvolvimento: dilemas do Brasil no novo milênio. Rio de Janeiro, Editora FGV:2017.
10 IFAC (2013) apud TCU, Referencial Básico de Governança: Aplicável a Órgãos e Entidades da Administração Pública, 2a versão, Brasília: 2014. Disponível em: https://portal.tcu.gov.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A8182A24F0A728E014F0B34D4A14347
11 TCU (2014)
Além disso, na mesma referência 10 (IFAC (2013) apud TCU, Referencial Básico de Governança: Aplicável a Órgãos e Entidades da Administração Pública, 2a versão, Brasília: 2014. Disponível em: https://portal.tcu.gov.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A8182A24F0A728E014F0B34D4A14347) consta: "Segundo compilação realizada pela IFAC (2013b), as organizações referenciadas no parágrafo anterior entendem que a boa governança no setor público permite: a) garantir a entrega de benefícios econômicos, sociais e ambientais para os cidadãos; b) garantir que a organização seja, e pareça, responsável para com os cidadãos; c) ter clareza acerca de quais são os produtos e serviços efetivamente prestados para cidadãos e usuários, e manter o foco nesse propósito; d) ser transparente, mantendo a sociedade informada acerca das decisões tomadas e dos riscos envolvidos; e) possuir e utilizar informações de qualidade e mecanismos robustos de apoio às tomadas de decisão; f) dialogar com e prestar contas à sociedade; g) garantir a

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

qualidade e a efetividade dos serviços prestados aos cidadãos;.....”
Logo, é possível perceber que todas as afirmativas estão relacionadas ao conceito de Governança na administração pública, sendo necessário a modificação do gabarito para a letra e)Todas as afirmativas são verdadeiras.

Anexo (Candidato):

https://drive.google.com/open?id=1OumcAr4Z-BySmiCY37InzHLaD0ssgs5C

Recurso (Candidato): Alterar o gabarito para a letra "E"

Parecer (Banca):

O conceito de governança aplicado na administração pública pode ser definido de diferentes formas, dependendo da perspectiva e do enfoque adotados. No entanto, há alguns elementos comuns que podem ser identificados nas diversas definições. Estarei usando algumas referências nas fundamentações:
Afirmativa I: Certa. Segundo R. K. Sapru (2012), a governança pública envolve a criação e implementação de políticas que atendem às necessidades da sociedade de maneira eficiente, eficaz e efetiva. Isso requer transparência no processo de tomada de decisões e a inclusão dos cidadãos. Portanto, a afirmação descreve um ideal para a governança pública, onde as políticas são criadas e implementadas com transparência e participação dos cidadãos.
Afirmativa II: Certa. É o conceito de governança pública segundo o Decreto nº 9.203, de 2017 e o Banco Mundial. De acordo com o Decreto nº 9.203, de 2017, a governança pública é o conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade. Esse conceito se aproxima da definição do Banco Mundial (2017), que entende a governança como a maneira pela qual o poder é exercido no gerenciamento dos recursos econômicos e sociais para o desenvolvimento.
Afirmativa III: Errada. É um elemento da gestão pública, que é o objeto da governança. Segundo Bell e Hindmoor (2009), a gestão pública é a forma como os recursos públicos são gerenciados, desde a sua arrecadação até a sua aplicação em programas e projetos de interesse da sociedade. A gestão pública é o que a governança pública busca avaliar, direcionar e monitorar, por meio de mecanismos adequados de liderança, estratégia e controle (Capano et al., 2014).
Afirmativa IV: Errada. É uma dimensão da governabilidade, que é a capacidade do governo de exercer autoridade, coordenação e controle sobre a sociedade. Segundo Cavalcante (2015), a governabilidade é o processo pelo qual as decisões são tomadas e implementadas, levando em conta os interesses e as demandas dos diferentes atores envolvidos. A governabilidade depende do grau de legitimidade, consenso e apoio que o governo possui para realizar suas ações (Rose-Ackerman, 2017).
Afirmativa V: Errada. É uma característica da boa governança, que é o padrão desejável de desempenho da governança pública. Segundo Grindle (2017), o resultado da interação entre os poderes públicos e os cidadãos, que visa garantir a qualidade dos serviços públicos e a responsabilização dos gestores é um dos indicadores de boa governança, que reflete o nível de satisfação da sociedade com as políticas públicas implementadas pelo governo. A boa governança é o que a governança pública busca alcançar, por meio de mecanismos eficientes, eficazes e efetivos de gestão (Cavalcante, 2015).

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 3964. Ricardo Batista Duarte [***.039.692-**]

Recurso em: 17/10/2023 às 01:04:00

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 36

Questionamento (Candidato):

Anexo consta o REFERENCIAL BÁSICO de GOVERNANÇA Brasília, 2014 Aplicável a Órgãos e Entidades da Administração Pública.
Nesta obra podemos notar que a governança se relaciona à capacidade de implementação das reformas nos seus aspectos técnicos, financeiros e gerenciais. Logo, governança significa o que a Administração Pública realiza para assegurar que sua ação esteja direcionada para objetivos alinhados aos interesses da sociedade. Ainda, na obra podemos encontrar todas as assertivas apresentada na questão, ou seja, fazendo que todas as assertivas apresentadas estejam corretas.
Portanto, solicito a alteração de gabarito para a alternativa E e peço deferimento.

Anexo (Candidato):

https://drive.google.com/open?id=1Tbpmr5jNowq9Ydr-TPiCF_JIILjaxm9h

Recurso (Candidato): Alterar o gabarito para a letra "E"

Parecer (Banca):

O conceito de governança aplicado na administração pública pode ser definido de diferentes formas, dependendo da perspectiva e do enfoque adotados. No entanto, há alguns elementos comuns que podem ser identificados nas diversas definições. Estarei usando algumas referências nas fundamentações:
Afirmativa I: Certa. Segundo R. K. Sapru (2012), a governança pública envolve a criação e implementação de políticas que atendem às necessidades da sociedade de maneira eficiente, eficaz e efetiva. Isso requer transparência no processo de tomada de decisões e a inclusão dos cidadãos. Portanto, a afirmação descreve um ideal para a governança pública, onde as políticas são criadas e implementadas com transparência e participação dos cidadãos.
Afirmativa II: Certa. É o conceito de governança pública segundo o Decreto nº 9.203, de 2017 e o Banco Mundial. De acordo com o Decreto nº 9.203, de 2017, a governança pública é o conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade. Esse conceito se aproxima da definição do Banco Mundial (2017), que entende a governança como a maneira pela qual o poder é exercido no gerenciamento dos recursos econômicos e sociais para o desenvolvimento.
Afirmativa III: Errada. É um elemento da gestão pública, que é o objeto da governança. Segundo Bell e Hindmoor (2009), a gestão pública é a forma como os recursos públicos são gerenciados, desde a sua arrecadação até a sua aplicação em programas e projetos de interesse da sociedade. A gestão pública é o que a governança pública busca avaliar, direcionar e monitorar, por meio de mecanismos adequados de liderança, estratégia e controle (Capano et al., 2014).
Afirmativa IV: Errada. É uma dimensão da governabilidade, que é a capacidade do governo de exercer autoridade, coordenação e controle sobre a sociedade. Segundo Cavalcante (2015), a governabilidade é o processo pelo qual as decisões são tomadas e implementadas, levando em conta os interesses e as demandas dos diferentes atores envolvidos. A governabilidade depende do grau de legitimidade, consenso e apoio que o governo possui para realizar suas ações (Rose-Ackerman, 2017).
Afirmativa V: Errada. É uma característica da boa governança, que é o padrão desejável de desempenho da governança pública. Segundo Grindle (2017), o resultado da interação entre os poderes públicos e os cidadãos, que visa garantir a qualidade dos serviços públicos e a responsabilização dos gestores é um dos indicadores de boa governança, que reflete o nível de satisfação da sociedade com as políticas públicas implementadas pelo governo. A boa governança é o que a governança pública busca alcançar, por meio de mecanismos eficientes, eficazes e efetivos de gestão (Cavalcante, 2015).

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 59. Adenilson Pinho dos Santos [***.680.242-**]

Recurso em: 17/10/2023 às 02:32:09

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 36

Questionamento (Candidato):

Na questão número 36, o gabarito preliminar divulgado foi a alternativa A, entretanto, a alternativa E é a correta. Vejamos:

Governabilidade e governança são dois termos que não se confundem, pois são distintos entre si, senão vejamos a diferença: enquanto a Governabilidade é a capacidade de identificar necessidades e anseios sociais e transformá-los em políticas públicas que produzam resultados na sociedade, dando respostas efetivas aos problemas que pretende enfrentar, Governança seria certamente a capacidade de ação que o Estado possui para implementação das políticas públicas e no atingimento dos objetivos coletivos.

A Governabilidade nos apresenta muitos elementos que irão determinar o espaço de possibilidade do exercício do poder, e ainda, as condições em maior ou menor grau de eficácia dentro do qual o poder é exercido nesse espaço; já a Governança revela experiências novas no nosso país com um alto grau de eficiência na desprivatização do poder público e na reversão de práticas clientelistas, ou seja, uma boa governança ajuda no desmantelamento do clientelismo.

Fazendo uma análise filosófica de governar, não podemos deixar de citar os grandes estudiosos no assunto e suas ideias deixadas para a ciência, a exemplo de Focault, Hobbes e Locke.

Para Michael Focault (2004, p. 286), governabilidade no sentido de regulação do indivíduo é conceituada como o “conjunto das práticas pelas quais é possível constituir, definir, organizar, instrumentalizar as estratégias que os indivíduos, em sua liberdade, podem ter uns em relação aos outros”. Assim, governar é tanto dirigir condutas individuais ou coletivas que envolvam poder e liberdade.

Quando falamos de condutas coletivas faz-se necessário citar o Estado como regulador dessas condutas. As condutas ruins ou fora das regras da sociedade que os indivíduos enquanto cidadãos possam cometer devem ser reguladas para que não haja desordem, dessa forma concordo com Thomas Hobbes (2002, p. 127-128) quando nos diz que mesmo com as leis naturais existentes e que cada indivíduo respeita quando da vontade de respeitar e poder fazer isso com mais segurança: “se não for instituído um poder suficientemente grande para nossa segurança, cada um confiará, e poderá legitimamente confiar, apenas em sua própria força e capacidade, como proteção contra todos os outros”. [grifos nossos]. Aqui observamos que o Estado deve utilizar o poder para regular a segurança dos indivíduos em sociedade.

Já John Locke (2002, p. 28): “concordo que o governo civil seja o remédio correto para os inconvenientes do estado de natureza, que devem certamente ser grandes, se os homens têm de ser juízes em causa própria.” Assim Locke vê o Estado como o pacificador, o instrumento que ajuda o homem a viver melhor e ter segurança, aprendendo a conviver com os outros, pois se não tem essa capacidade é o Estado que vai regular as relações.

Diante de tudo que foi exposto, governabilidade pode ser definida como as condições de legitimidade de um determinado governo. Já a governança se relaciona à capacidade de implementação das reformas nos seus aspectos técnicos, financeiros e gerenciais. Logo, governança significa o que a Administração Pública realiza para assegurar que sua ação esteja direcionada para objetivos alinhados aos interesses da sociedade. Sendo assim, as afirmativas I, II, III, IV e V da questão estão todas corretas.

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Recurso (Candidato): Alterar o gabarito para a letra "E"

Parecer (Banca):

O conceito de governança aplicado na administração pública pode ser definido de diferentes formas, dependendo da perspectiva e do enfoque adotados. No entanto, há alguns elementos comuns que podem ser identificados nas diversas definições. Estarei usando algumas referências nas fundamentações:
Afirmativa I: Certa. Segundo R. K. Sapru (2012), a governança pública envolve a criação e implementação de políticas que atendem às necessidades da sociedade de maneira eficiente, eficaz e efetiva. Isso requer transparência no processo de tomada de decisões e a inclusão dos cidadãos. Portanto, a afirmação descreve um ideal para a governança pública, onde as políticas são criadas e implementadas com transparência e participação dos cidadãos.
Afirmativa II: Certa. É o conceito de governança pública segundo o Decreto nº 9.203, de 2017 e o Banco Mundial. De acordo com o Decreto nº 9.203, de 2017, a governança pública é o conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade. Esse conceito se aproxima da definição do Banco Mundial (2017), que entende a governança como a maneira pela qual o poder é exercido no gerenciamento dos recursos econômicos e sociais para o desenvolvimento.
Afirmativa III: Errada. É um elemento da gestão pública, que é o objeto da governança. Segundo Bell e Hindmoor (2009), a gestão pública é a forma como os recursos públicos são gerenciados, desde a sua arrecadação até a sua aplicação em programas e projetos de interesse da sociedade. A gestão pública é o que a governança pública busca avaliar, direcionar e monitorar, por meio de mecanismos adequados de liderança, estratégia e controle (Capano et al., 2014).
Afirmativa IV: Errada. É uma dimensão da governabilidade, que é a capacidade do governo de exercer autoridade, coordenação e controle sobre a sociedade. Segundo Cavalcante (2015), a governabilidade é o processo pelo qual as decisões são tomadas e implementadas, levando em conta os interesses e as demandas dos diferentes atores envolvidos. A governabilidade depende do grau de legitimidade, consenso e apoio que o governo possui para realizar suas ações (Rose-Ackerman, 2017).
Afirmativa V: Errada. É uma característica da boa governança, que é o padrão desejável de desempenho da governança pública. Segundo Grindle (2017), o resultado da interação entre os poderes públicos e os cidadãos, que visa garantir a qualidade dos serviços públicos e a responsabilização dos gestores é um dos indicadores de boa governança, que reflete o nível de satisfação da sociedade com as políticas públicas implementadas pelo governo. A boa governança é o que a governança pública busca alcançar, por meio de mecanismos eficientes, eficazes e efetivos de gestão (Cavalcante, 2015).

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 14020. Rodrigo Oliveira Lima [***.506.352-**]

Recurso em: 17/10/2023 às 03:27:18

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 36

Questionamento (Candidato):

Venho humildemente recorrer da questão 36 pelos seguintes motivos:
a questão pede o conceito de governança aplicado na administração pública segundo a literatura especializada. Ao assinalar a alternativa (letra A) como sendo a alternativa correta o gabarito divulgado considerou que somente os itens I e II estivessem corretos o que é um equivoco tendo em vista que a literatura especializada tem como base o DECRETO Nº 9.203, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2017 que dispõe sobre a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. No decreto em seu Art. 2º, inciso I diz: " I - governança pública - conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade;" O inciso apresentado acaba validando o item III da questão e invalidando assim a alternativa (letra A) apresentada pelo gabarito. Diante do exposto requeiro encarecidamente a anulação da questão por não apresenta nenhuma alternativa em que conste os itens I, II e III.

Anexo (Candidato):

https://drive.google.com/open?id=1ANBOVlYR3Pp11dBFegkDei3R8W8JeuFL

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

O conceito de governança aplicado na administração pública pode ser definido de diferentes formas, dependendo da perspectiva e do enfoque adotados. No entanto, há alguns elementos comuns que podem ser identificados nas diversas definições. Estarei usando algumas referências nas fundamentações:
Afirmativa I: Certa. Segundo R. K. Sapru (2012), a governança pública envolve a criação e implementação de políticas que atendem às necessidades da sociedade de maneira eficiente, eficaz e efetiva. Isso requer transparência no processo de tomada de decisões e a inclusão dos cidadãos. Portanto, a afirmação descreve um ideal para a governança pública, onde as políticas são criadas e implementadas com transparência e participação dos cidadãos.
Afirmativa II: Certa. É o conceito de governança pública segundo o Decreto nº 9.203, de 2017 e o Banco Mundial. De acordo com o Decreto nº 9.203, de 2017, a governança pública é o conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade. Esse conceito se aproxima da definição do Banco Mundial (2017), que entende a governança como a maneira pela qual o poder é exercido no gerenciamento dos recursos econômicos e sociais para o desenvolvimento.
Afirmativa III: Errada. É um elemento da gestão pública, que é o objeto da governança. Segundo Bell e Hindmoor (2009), a gestão pública é a forma como os recursos públicos são gerenciados, desde a sua arrecadação até a sua aplicação em programas e projetos de interesse da sociedade. A gestão pública é o que a governança pública busca avaliar, direcionar e monitorar, por meio de mecanismos adequados de liderança, estratégia e controle (Capano et al., 2014).
Afirmativa IV: Errada. É uma dimensão da governabilidade, que é a capacidade do governo de exercer autoridade, coordenação e controle sobre a sociedade. Segundo Cavalcante (2015), a governabilidade é o processo pelo qual as decisões são tomadas e implementadas, levando em conta os interesses e as demandas dos diferentes atores envolvidos. A governabilidade depende do grau de legitimidade, consenso e apoio que o governo possui para realizar suas ações (Rose-Ackerman, 2017).
Afirmativa V: Errada. É uma característica da boa governança, que é o padrão desejável de desempenho da governança pública. Segundo Grindle (2017), o resultado da interação entre os poderes públicos e os cidadãos, que visa garantir a qualidade dos serviços públicos e a responsabilização dos gestores é um dos indicadores de boa governança, que reflete o nível de satisfação da sociedade com as políticas públicas implementadas pelo governo. A boa governança é o que a governança pública busca alcançar, por meio de mecanismos eficientes, eficazes e efetivos de gestão (Cavalcante, 2015).

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 6202. Maxwell de Souza Teixeira [***.512.502-**]

Recurso em: 17/10/2023 às 09:26:52

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 36

Questionamento (Candidato):

- O gabarito afirma que somente as afirmativas I e II são corretas mas todas as afirmativas (I, II, III, IV, V) aparentam estar corretas e de alguma forma estão relacionadas a Governança aplicada na Administração Pública.

- Se somente a I e II são verdadeiras então qual justificativa das outras estarem erradas?

Recurso (Candidato): Alterar o gabarito para a letra "E"

Parecer (Banca):

O conceito de governança aplicado na administração pública pode ser definido de diferentes formas, dependendo da perspectiva e do enfoque adotados. No entanto, há alguns elementos comuns que podem ser identificados nas diversas definições. Estarei usando algumas referências nas fundamentações:
Afirmativa I: Certa. Segundo R. K. Sapru (2012), a governança pública envolve a criação e implementação de políticas que atendem às necessidades da sociedade de maneira eficiente, eficaz e efetiva. Isso requer transparência no processo de tomada de decisões e a inclusão dos cidadãos. Portanto, a afirmação descreve um ideal para a governança pública, onde as políticas são criadas e implementadas com transparência e participação dos cidadãos.
Afirmativa II: Certa. É o conceito de governança pública segundo o Decreto nº 9.203, de 2017 e o Banco Mundial. De acordo com o Decreto nº 9.203, de 2017, a governança pública é o conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade. Esse conceito se aproxima da definição do Banco Mundial (2017), que entende a governança como a maneira pela qual o poder é exercido no gerenciamento dos recursos econômicos e sociais para o desenvolvimento.
Afirmativa III: Errada. É um elemento da gestão pública, que é o objeto da governança. Segundo Bell e Hindmoor (2009), a gestão pública é a forma como os recursos públicos são gerenciados, desde a sua arrecadação até a sua aplicação em programas e projetos de interesse da sociedade. A gestão pública é o que a governança pública busca avaliar, direcionar e monitorar, por meio de mecanismos adequados de liderança, estratégia e controle (Capano et al., 2014).
Afirmativa IV: Errada. É uma dimensão da governabilidade, que é a capacidade do governo de exercer autoridade, coordenação e controle sobre a sociedade. Segundo Cavalcante (2015), a governabilidade é o processo pelo qual as decisões são tomadas e implementadas, levando em conta os interesses e as demandas dos diferentes atores envolvidos. A governabilidade depende do grau de legitimidade, consenso e apoio que o governo possui para realizar suas ações (Rose-Ackerman, 2017).
Afirmativa V: Errada. É uma característica da boa governança, que é o padrão desejável de desempenho da governança pública. Segundo Grindle (2017), o resultado da interação entre os poderes públicos e os cidadãos, que visa garantir a qualidade dos serviços públicos e a responsabilização dos gestores é um dos indicadores de boa governança, que reflete o nível de satisfação da sociedade com as políticas públicas implementadas pelo governo. A boa governança é o que a governança pública busca alcançar, por meio de mecanismos eficientes, eficazes e efetivos de gestão (Cavalcante, 2015).

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 1. Pedro Henrique Nogueira Guerra [***.367.602-**]

Recurso em: 17/10/2023 às 11:21:24

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 36

Questionamento (Candidato):

A alternativa dada como correta (letra a), em gabarito preliminar divulgado pela COMPEC no dia 15 de outubro, afirma que o conceito de governança aplicado na administração pública é explicado pelas alternativas I (capacidade de formular e implementar políticas públicas de forma eficiente, eficaz e efetiva, com transparência e participação social) e II (conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a atuação da gestão), somente. Contudo, a questão apresenta um equívoco em seu gabarito pelos seguintes motivos:

1) Primeiramente, o comando da questão é claro ao referir que o conceito de Governança era o que estaria presente em “literatura especializada”. Com esta abrangência, é possível utilizar tanto instrumentos legais, como referenciais teóricos de autores e organizações que versem sobre o assunto;

2) O Guia da Política de Governança Pública, elaborado pela Casa Civil da Presidência da República, afirma no seu tópico de conceitos que “o conceito que será utilizado na condução da política de governança e que orientou a edição deste guia está alinhado aos entendimentos dessas duas organizações”. As organizações citadas são o Banco Mundial e a OCDE;

3) O Banco Mundial, em seu Relatório de Desenvolvimento Mundial 2017: Governança e a Lei, descreve governança como sendo um “processo por meio do qual atores estatais e não-estatais interagem para formular e implementar políticas dentro de um conjunto predefinido de regras formais e informais que moldam e são moldadas pelo poder”;

4) A mesma instituição afirma que o conceito de Governança é “a maneira pela qual o poder é exercido na administração dos recursos sociais e econômicos de um país visando o desenvolvimento” (Banco Mundial, 1992);

5) A OCDE, afirma que a boa governança é um meio (eficiência) para atingir um fim (eficácia), qual seja, identificar as necessidades dos cidadãos e ampliar os resultados esperados (efetividade) (OCDE, 2017);

6) O Decreto nº 9.203/2017 conceitua governança como “conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade”;

7) O Referencial básico de governança aplicável a órgãos e entidades da administração pública do Tribunal de Contas da União (TCU) cita que “Governança no setor público refere-se, portanto, aos mecanismos de avaliação, direção e monitoramento; e às interações entre estruturas, processos e tradições, as quais determinam como cidadãos e outras partes interessadas são ouvidos, como as decisões são tomadas e como o poder e as responsabilidades são exercidos (GRAHN; AMOS; PLUMPTRE, 2003). Preocupa-se, por conseguinte, com a capacidade dos sistemas políticos e administrativos de agir efetiva e decisivamente para resolver problemas públicos (PETERS, 2012).

A partir dessas diversas visões da literatura especializada sobre a governança aplicada na administração pública, observa-se as afirmativas postas na prova:

I. capacidade de formular e implementar políticas públicas de forma eficiente, eficaz e efetiva, com transparência e participação social. → Base na OCDE e Base no Referencial Básico de Governança do TCU.
II. conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a atuação da gestão. → Base no Decreto nº 9.203/2017;
III. forma como os recursos públicos são gerenciados, desde a sua arrecadação até a sua aplicação em programas e projetos de interesse da sociedade. → Base na definição do Banco Mundial descrita no

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

argumento 4 deste recurso;
IV. processo pelo qual as decisões são tomadas e implementadas, levando em conta os interesses e as demandas dos diferentes atores envolvidos. → Base na definição do Banco Mundial descrita no argumento 3 deste recurso;
V. resultado da interação entre os poderes públicos e os cidadãos, que visa garantir a qualidade dos serviços públicos e a responsabilização dos gestores. → Base no Referencial Básico de Governança do TCU.

Desta maneira, todas as afirmativas encontram amparo na literatura especializada que trata sobre Governança.

Posto isso, pela maior satisfação ao requisitado na questão 36, é requerida a alteração do gabarito para a alternativa ‘e’.

Anexo (Candidato):

https://drive.google.com/open?id=1PTBbhTvyfk1O0IcsMZ7KquvPLIWII5Db

Recurso (Candidato): Alterar o gabarito para a letra "E"

Parecer (Banca):

O conceito de governança aplicado na administração pública pode ser definido de diferentes formas, dependendo da perspectiva e do enfoque adotados. No entanto, há alguns elementos comuns que podem ser identificados nas diversas definições. Estarei usando algumas referências nas fundamentações:
Afirmativa I: Certa. Segundo R. K. Sapru (2012), a governança pública envolve a criação e implementação de políticas que atendem às necessidades da sociedade de maneira eficiente, eficaz e efetiva. Isso requer transparência no processo de tomada de decisões e a inclusão dos cidadãos. Portanto, a afirmação descreve um ideal para a governança pública, onde as políticas são criadas e implementadas com transparência e participação dos cidadãos.
Afirmativa II: Certa. É o conceito de governança pública segundo o Decreto nº 9.203, de 2017 e o Banco Mundial. De acordo com o Decreto nº 9.203, de 2017, a governança pública é o conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade. Esse conceito se aproxima da definição do Banco Mundial (2017), que entende a governança como a maneira pela qual o poder é exercido no gerenciamento dos recursos econômicos e sociais para o desenvolvimento.
Afirmativa III: Errada. É um elemento da gestão pública, que é o objeto da governança. Segundo Bell e Hindmoor (2009), a gestão pública é a forma como os recursos públicos são gerenciados, desde a sua arrecadação até a sua aplicação em programas e projetos de interesse da sociedade. A gestão pública é o que a governança pública busca avaliar, direcionar e monitorar, por meio de mecanismos adequados de liderança, estratégia e controle (Capano et al., 2014).
Afirmativa IV: Errada. É uma dimensão da governabilidade, que é a capacidade do governo de exercer autoridade, coordenação e controle sobre a sociedade. Segundo Cavalcante (2015), a governabilidade é o processo pelo qual as decisões são tomadas e implementadas, levando em conta os interesses e as demandas dos diferentes atores envolvidos. A governabilidade depende do grau de legitimidade, consenso e apoio que o governo possui para realizar suas ações (Rose-Ackerman, 2017).
Afirmativa V: Errada. É uma característica da boa governança, que é o padrão desejável de desempenho da governança pública. Segundo Grindle (2017), o resultado da interação entre os poderes públicos e os cidadãos, que visa garantir a qualidade dos serviços públicos e a responsabilização dos gestores é um dos indicadores de boa governança, que reflete o nível de satisfação da sociedade com as políticas públicas implementadas pelo governo. A boa governança é o que a governança pública busca alcançar, por meio de mecanismos eficientes, eficazes e efetivos de gestão (Cavalcante, 2015).

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 1172. Juliana de Assis Chaves [***.842.572-**]

Recurso em: 17/10/2023 às 11:36:45

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 36

Questionamento (Candidato):

O controle institucional da Administração Pública é exercido por órgãos especificados na Constituição Federal, a exemplo do Ministério Público, Tribunais de Contas e Controles Internos. Relevante controle é o exercido pelo cidadão, o denominado controle social.

Conforme o Manual de Governança do TCU

Relação entre governança e gestão públicas
Enquanto a governança é a função direcionadora, a gestão é a função realizadora. Enquanto a governança é responsável por estabelecer a direção a ser tomada, com fundamento em evidências e levando em conta os interesses da sociedade brasileira e das partes interessadas, a gestão é a função responsável por planejar a forma mais adequada a implementar as diretrizes estabelecidas, executar os planos e fazer o controle de indicadores e de riscos.

Perspectiva de Políticas Públicas, que trata do desempenho dos programas e políticas públicas, levando em conta a extensa rede de interações entre estruturas e setores, incluindo diferentes esferas, poderes, níveis de governo e representantes da sociedade civil organizada;

Do decreto 9.203/17

Art. 2º Para os efeitos do disposto neste Decreto, considera-se:

I - governança pública - conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade;

Art. 2° II - valor público - produtos e resultados gerados, preservados ou entregues pelas atividades de uma organização que representem respostas efetivas e úteis às necessidades ou às demandas de interesse público e modifiquem aspectos do conjunto da sociedade ou de alguns grupos específicos reconhecidos como destinatários legítimos de bens e serviços públicos;

Art. 3º São princípios da governança pública:

V - prestação de contas e responsabilidade

Art. 5° III - controle, que compreende processos estruturados para mitigar os possíveis riscos com vistas ao alcance dos objetivos institucionais e para garantir a execução ordenada, ética, econômica, eficiente e eficaz das atividades da organização, com preservação da legalidade e da economicidade no dispêndio de recursos públicos.

Sendo assim, o item III e IV se referem à Gestão (execução e planejamento), de modo que o item V, assim como o I e II à Governança (direcionar, avaliar e monitorar)

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Recurso (Candidato): Alterar o gabarito para a letra "B"

Parecer (Banca):

O conceito de governança aplicado na administração pública pode ser definido de diferentes formas, dependendo da perspectiva e do enfoque adotados. No entanto, há alguns elementos comuns que podem ser identificados nas diversas definições. Estarei usando algumas referências nas fundamentações:
Afirmativa I: Certa. Segundo R. K. Sapru (2012), a governança pública envolve a criação e implementação de políticas que atendem às necessidades da sociedade de maneira eficiente, eficaz e efetiva. Isso requer transparência no processo de tomada de decisões e a inclusão dos cidadãos. Portanto, a afirmação descreve um ideal para a governança pública, onde as políticas são criadas e implementadas com transparência e participação dos cidadãos.
Afirmativa II: Certa. É o conceito de governança pública segundo o Decreto nº 9.203, de 2017 e o Banco Mundial. De acordo com o Decreto nº 9.203, de 2017, a governança pública é o conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade. Esse conceito se aproxima da definição do Banco Mundial (2017), que entende a governança como a maneira pela qual o poder é exercido no gerenciamento dos recursos econômicos e sociais para o desenvolvimento.
Afirmativa III: Errada. É um elemento da gestão pública, que é o objeto da governança. Segundo Bell e Hindmoor (2009), a gestão pública é a forma como os recursos públicos são gerenciados, desde a sua arrecadação até a sua aplicação em programas e projetos de interesse da sociedade. A gestão pública é o que a governança pública busca avaliar, direcionar e monitorar, por meio de mecanismos adequados de liderança, estratégia e controle (Capano et al., 2014).
Afirmativa IV: Errada. É uma dimensão da governabilidade, que é a capacidade do governo de exercer autoridade, coordenação e controle sobre a sociedade. Segundo Cavalcante (2015), a governabilidade é o processo pelo qual as decisões são tomadas e implementadas, levando em conta os interesses e as demandas dos diferentes atores envolvidos. A governabilidade depende do grau de legitimidade, consenso e apoio que o governo possui para realizar suas ações (Rose-Ackerman, 2017).
Afirmativa V: Errada. É uma característica da boa governança, que é o padrão desejável de desempenho da governança pública. Segundo Grindle (2017), o resultado da interação entre os poderes públicos e os cidadãos, que visa garantir a qualidade dos serviços públicos e a responsabilização dos gestores é um dos indicadores de boa governança, que reflete o nível de satisfação da sociedade com as políticas públicas implementadas pelo governo. A boa governança é o que a governança pública busca alcançar, por meio de mecanismos eficientes, eficazes e efetivos de gestão (Cavalcante, 2015).

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 74. Moises de Oliveira Melo [***.967.252-**]

Recurso em: 17/10/2023 às 14:28:53

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 36

Questionamento (Candidato):

Prezado examinador, a questão 36 apresenta como gabarito preliminar a alternativa A, porém é sabido que o conceito de governança pública é bastante amplo conforme se preceitua na literatura da administração pública moderna ou seja a depender da doutrina ou normativo utilizado encontramos conceitos interdependentes e relacionados , sendo a alternativa correta que abrange os objetivos e notadamente as funções da governança no setor público e responde corretamente a referida questão a alternativa E. Diante do exposto solicito a compreensão do eminente avaliador para o deferimento da alteração do gabarito para a alternativa E.

Recurso (Candidato): Alterar o gabarito para a letra "E"

Parecer (Banca):

O conceito de governança aplicado na administração pública pode ser definido de diferentes formas, dependendo da perspectiva e do enfoque adotados. No entanto, há alguns elementos comuns que podem ser identificados nas diversas definições. Estarei usando algumas referências nas fundamentações:
Afirmativa I: Certa. Segundo R. K. Sapru (2012), a governança pública envolve a criação e implementação de políticas que atendem às necessidades da sociedade de maneira eficiente, eficaz e efetiva. Isso requer transparência no processo de tomada de decisões e a inclusão dos cidadãos. Portanto, a afirmação descreve um ideal para a governança pública, onde as políticas são criadas e implementadas com transparência e participação dos cidadãos.
Afirmativa II: Certa. É o conceito de governança pública segundo o Decreto nº 9.203, de 2017 e o Banco Mundial. De acordo com o Decreto nº 9.203, de 2017, a governança pública é o conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade. Esse conceito se aproxima da definição do Banco Mundial (2017), que entende a governança como a maneira pela qual o poder é exercido no gerenciamento dos recursos econômicos e sociais para o desenvolvimento.
Afirmativa III: Errada. É um elemento da gestão pública, que é o objeto da governança. Segundo Bell e Hindmoor (2009), a gestão pública é a forma como os recursos públicos são gerenciados, desde a sua arrecadação até a sua aplicação em programas e projetos de interesse da sociedade. A gestão pública é o que a governança pública busca avaliar, direcionar e monitorar, por meio de mecanismos adequados de liderança, estratégia e controle (Capano et al., 2014).
Afirmativa IV: Errada. É uma dimensão da governabilidade, que é a capacidade do governo de exercer autoridade, coordenação e controle sobre a sociedade. Segundo Cavalcante (2015), a governabilidade é o processo pelo qual as decisões são tomadas e implementadas, levando em conta os interesses e as demandas dos diferentes atores envolvidos. A governabilidade depende do grau de legitimidade, consenso e apoio que o governo possui para realizar suas ações (Rose-Ackerman, 2017).
Afirmativa V: Errada. É uma característica da boa governança, que é o padrão desejável de desempenho da governança pública. Segundo Grindle (2017), o resultado da interação entre os poderes públicos e os cidadãos, que visa garantir a qualidade dos serviços públicos e a responsabilização dos gestores é um dos indicadores de boa governança, que reflete o nível de satisfação da sociedade com as políticas públicas implementadas pelo governo. A boa governança é o que a governança pública busca alcançar, por meio de mecanismos eficientes, eficazes e efetivos de gestão (Cavalcante, 2015).

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 717. Livia Denise Castro Duarte [***.240.182-**]

Recurso em: 17/10/2023 às 14:39:40

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 36

Questionamento (Candidato):

De acordo com Santos e Roger (2019), a governança se relaciona à capacidade de implementação das reformas nos seus aspectos técnicos, financeiros e gerenciais. Logo, governança significa o que a Administração Pública realiza para assegurar que sua ação esteja direcionada para objetivos alinhados aos interesses da sociedade.

Desse modo, compreende-se que todos os itens estão corretos. Assim, todos os itens estão corretos por correlacionar à ideia da governança aplicado na administração pública.

Recurso (Candidato): Alterar o gabarito para a letra "E"

Parecer (Banca):

O conceito de governança aplicado na administração pública pode ser definido de diferentes formas, dependendo da perspectiva e do enfoque adotados. No entanto, há alguns elementos comuns que podem ser identificados nas diversas definições. Estarei usando algumas referências nas fundamentações:
Afirmativa I: Certa. Segundo R. K. Sapru (2012), a governança pública envolve a criação e implementação de políticas que atendem às necessidades da sociedade de maneira eficiente, eficaz e efetiva. Isso requer transparência no processo de tomada de decisões e a inclusão dos cidadãos. Portanto, a afirmação descreve um ideal para a governança pública, onde as políticas são criadas e implementadas com transparência e participação dos cidadãos.
Afirmativa II: Certa. É o conceito de governança pública segundo o Decreto nº 9.203, de 2017 e o Banco Mundial. De acordo com o Decreto nº 9.203, de 2017, a governança pública é o conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade. Esse conceito se aproxima da definição do Banco Mundial (2017), que entende a governança como a maneira pela qual o poder é exercido no gerenciamento dos recursos econômicos e sociais para o desenvolvimento.
Afirmativa III: Errada. É um elemento da gestão pública, que é o objeto da governança. Segundo Bell e Hindmoor (2009), a gestão pública é a forma como os recursos públicos são gerenciados, desde a sua arrecadação até a sua aplicação em programas e projetos de interesse da sociedade. A gestão pública é o que a governança pública busca avaliar, direcionar e monitorar, por meio de mecanismos adequados de liderança, estratégia e controle (Capano et al., 2014).
Afirmativa IV: Errada. É uma dimensão da governabilidade, que é a capacidade do governo de exercer autoridade, coordenação e controle sobre a sociedade. Segundo Cavalcante (2015), a governabilidade é o processo pelo qual as decisões são tomadas e implementadas, levando em conta os interesses e as demandas dos diferentes atores envolvidos. A governabilidade depende do grau de legitimidade, consenso e apoio que o governo possui para realizar suas ações (Rose-Ackerman, 2017).
Afirmativa V: Errada. É uma característica da boa governança, que é o padrão desejável de desempenho da governança pública. Segundo Grindle (2017), o resultado da interação entre os poderes públicos e os cidadãos, que visa garantir a qualidade dos serviços públicos e a responsabilização dos gestores é um dos indicadores de boa governança, que reflete o nível de satisfação da sociedade com as políticas públicas implementadas pelo governo. A boa governança é o que a governança pública busca alcançar, por meio de mecanismos eficientes, eficazes e efetivos de gestão (Cavalcante, 2015).

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 3310. Diones José Damasceno Almeida [***.726.392-**]

Recurso em: 17/10/2023 às 14:53:38

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 36

Questionamento (Candidato):

Este candidato solicita a essa renomada mudança de gabarito de A para E pelas razões abaixo:
De acordo com Santos e Roger (2019), a governança se relaciona à capacidade de implementação das reformas nos seus aspectos técnicos, financeiros e gerenciais. Logo, governança significa o que a Administração Pública realiza para assegurar que sua ação esteja direcionada para objetivos alinhados aos interesses da sociedade.
Desse modo, compreende-se que todos os itens estão corretos. Assim, todos os itens estão corretos por correlacionar à ideia da governança aplicado na administração pública.
Diante do exposto este candidato pede o deferimento da solicitação supracitada.

Recurso (Candidato): Alterar o gabarito para a letra "E"

Parecer (Banca):

O conceito de governança aplicado na administração pública pode ser definido de diferentes formas, dependendo da perspectiva e do enfoque adotados. No entanto, há alguns elementos comuns que podem ser identificados nas diversas definições. Estarei usando algumas referências nas fundamentações:
Afirmativa I: Certa. Segundo R. K. Sapru (2012), a governança pública envolve a criação e implementação de políticas que atendem às necessidades da sociedade de maneira eficiente, eficaz e efetiva. Isso requer transparência no processo de tomada de decisões e a inclusão dos cidadãos. Portanto, a afirmação descreve um ideal para a governança pública, onde as políticas são criadas e implementadas com transparência e participação dos cidadãos.
Afirmativa II: Certa. É o conceito de governança pública segundo o Decreto nº 9.203, de 2017 e o Banco Mundial. De acordo com o Decreto nº 9.203, de 2017, a governança pública é o conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade. Esse conceito se aproxima da definição do Banco Mundial (2017), que entende a governança como a maneira pela qual o poder é exercido no gerenciamento dos recursos econômicos e sociais para o desenvolvimento.
Afirmativa III: Errada. É um elemento da gestão pública, que é o objeto da governança. Segundo Bell e Hindmoor (2009), a gestão pública é a forma como os recursos públicos são gerenciados, desde a sua arrecadação até a sua aplicação em programas e projetos de interesse da sociedade. A gestão pública é o que a governança pública busca avaliar, direcionar e monitorar, por meio de mecanismos adequados de liderança, estratégia e controle (Capano et al., 2014).
Afirmativa IV: Errada. É uma dimensão da governabilidade, que é a capacidade do governo de exercer autoridade, coordenação e controle sobre a sociedade. Segundo Cavalcante (2015), a governabilidade é o processo pelo qual as decisões são tomadas e implementadas, levando em conta os interesses e as demandas dos diferentes atores envolvidos. A governabilidade depende do grau de legitimidade, consenso e apoio que o governo possui para realizar suas ações (Rose-Ackerman, 2017).
Afirmativa V: Errada. É uma característica da boa governança, que é o padrão desejável de desempenho da governança pública. Segundo Grindle (2017), o resultado da interação entre os poderes públicos e os cidadãos, que visa garantir a qualidade dos serviços públicos e a responsabilização dos gestores é um dos indicadores de boa governança, que reflete o nível de satisfação da sociedade com as políticas públicas implementadas pelo governo. A boa governança é o que a governança pública busca alcançar, por meio de mecanismos eficientes, eficazes e efetivos de gestão (Cavalcante, 2015).

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 218. Ana Luiza Pires dos Santos [***.909.142-**]

Recurso em: 17/10/2023 às 15:03:14

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 36

Questionamento (Candidato):

Senhores examinadores, a questão 36 tem como gabarito preliminar a alternativa A que não inclui como verdadeira a afirmativa “IV. processo pelo qual as decisões são tomadas e implementadas, levando em conta os interesses e as demandas dos diferentes atores envolvidos.”

Em 2014, com apoio com apoio da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o TCU consolidou o Referencial para Avaliação de Governança em Políticas Públicas (BRASIL, 2014b), cujo modelo geral de oito dimensões avaliáveis é apresentado no “Referencial Básico de Governança Organizacional” (2020, 3ª ed.) elaborado pelo Tribunal de Contas da União.

As oito dimensões avaliáveis do Referencial para Avaliação de Governança em Políticas Públicas são:
“1. A dimensão “institucionalização” que aborda a FORMALIZAÇÃO da política pública, com o estabelecimento de normas, PROCESSOS DECISÓRIOS, identificação dos atores envolvidos, suas competências e recursos.
2. Os “planos e objetivos” tratam da operacionalização das ações e definição de objetivos e metas para consecução da política.
3. A “participação” demonstra a importância de envolver as partes interessadas para dar legitimidade e eficácia à política.
4. A “capacidade organizacional e recursos” é o ponto de maior interseção com a perspectiva organizacional de governança, pois versa sobre a necessidade de que cada ORGANIZAÇÃO ENVOLVIDA na formulação e implementação da política pública TENHA processos e estruturas apropriados para executar a sua parte, e direcionar suas ações para alcançar os resultados esperados, acompanhando e informando a sociedade acerca do seu desempenho.
5. A “coordenação e coerência” discorre sobre a importância de articular as ações para evitar sobreposição de esforços e assim gerar a sinergia adequada ao alcance dos resultados pretendidos.
6. O “monitoramento e avaliação” tratam do acompanhamento contínuo da implementação da política por meio de indicadores e da avaliação dos resultados da intervenção.
7. “Gestão de riscos e controle interno” abordam o processo de identificação, avaliação e tratamento de riscos no desenvolvimento e implementação da política.
8. Por último (accountability), a obrigação de prestar contas e dar transparência sobre as operações e resultados alcançados pela política pública, garantindo a responsabilização dos atores envolvidos.”

O item 1 das oito dimensões, que trata sobre a “institucionalização”, declara a existência do processo decisório na formalização das políticas públicas, onde há também o estabelecimento de normas, a identificação dos atores envolvidos, suas competências e recursos. A alternativa I da questão 36 reitera que a governança é a capacidade de formular e implementar políticas públicas. E a alternativa IV afirma que governança é o processo pelo qual as decisões são tomadas e implementadas. Portanto, pode-se afirmar que a formulação de políticas públicas é o processo onde as decisões são tomadas.

De acordo com o Referencial Básico de Governança (2013, 1ª ed.), existem dois tipos básicos de atores envolvidos: o principal e o agente. Sendo a sociedade o “principal”, por compartilhar as percepções de finalidade e valor e deter o poder social, exercendo-o por meio de estruturas que foram criadas para representá-la. E os “agentes” são aqueles a quem foi delegada autoridade para administrar os ativos e os recursos públicos.

Para que a implementação de uma política pública seja eficiente, eficaz e efetiva, é necessário levar em consideração, além do interesse da sociedade que é o ator envolvido “principal”, as demandas dos atores envolvidos na formulação e implementação das políticas públicas, que são os “agentes”. É o que versa o item 4 sobre a “capacidade organizacional e recursos”, que diz que é necessário que cada organização envolvida tenha processos e estruturas apropriados para executar a sua parte, para direcionar suas ações e para alcançar os resultados esperados, acompanhando e informando a sociedade acerca do seu desempenho. A

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

afirmativa “IV. processo pelo qual as decisões são tomadas e implementadas, levando em conta os interesses e as demandas dos diferentes atores envolvidos” aborda exatamente isso.

Pelo exposto, a afirmativa IV está correta no que diz sobre a governança ser a implementação das decisões tomadas sem desconsiderar a demanda e os interesses dos atores envolvidos. Como não há alternativa que inclua as afirmativas I, II e IV como verdadeiras, solicito a anulação da questão.

Respeitosamente, Ana Luiza Pires.

Referências
Referencial básico de governança / Tribunal de Contas da União. – Brasília: TCU, Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão, Coordenação-Geral de Controle Externo dos Serviços Essenciais ao Estado e das Regiões Sul e Centro-Oeste, 2013.

Referencial básico de governança aplicável a organizações públicas e outros entes jurisdicionados ao TCU / Tribunal de Contas da União. Edição 3 - Brasília: TCU, Secretaria de Controle Externo da Administração do Estado – SecexAdministração, 2020.

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

O conceito de governança aplicado na administração pública pode ser definido de diferentes formas, dependendo da perspectiva e do enfoque adotados. No entanto, há alguns elementos comuns que podem ser identificados nas diversas definições. Estarei usando algumas referências nas fundamentações:
Afirmativa I: Certa. Segundo R. K. Sapru (2012), a governança pública envolve a criação e implementação de políticas que atendem às necessidades da sociedade de maneira eficiente, eficaz e efetiva. Isso requer transparência no processo de tomada de decisões e a inclusão dos cidadãos. Portanto, a afirmação descreve um ideal para a governança pública, onde as políticas são criadas e implementadas com transparência e participação dos cidadãos.
Afirmativa II: Certa. É o conceito de governança pública segundo o Decreto nº 9.203, de 2017 e o Banco Mundial. De acordo com o Decreto nº 9.203, de 2017, a governança pública é o conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade. Esse conceito se aproxima da definição do Banco Mundial (2017), que entende a governança como a maneira pela qual o poder é exercido no gerenciamento dos recursos econômicos e sociais para o desenvolvimento.
Afirmativa III: Errada. É um elemento da gestão pública, que é o objeto da governança. Segundo Bell e Hindmoor (2009), a gestão pública é a forma como os recursos públicos são gerenciados, desde a sua arrecadação até a sua aplicação em programas e projetos de interesse da sociedade. A gestão pública é o que a governança pública busca avaliar, direcionar e monitorar, por meio de mecanismos adequados de liderança, estratégia e controle (Capano et al., 2014).
Afirmativa IV: Errada. É uma dimensão da governabilidade, que é a capacidade do governo de exercer autoridade, coordenação e controle sobre a sociedade. Segundo Cavalcante (2015), a governabilidade é o processo pelo qual as decisões são tomadas e implementadas, levando em conta os interesses e as demandas dos diferentes atores envolvidos. A governabilidade depende do grau de legitimidade, consenso e apoio que o governo possui para realizar suas ações (Rose-Ackerman, 2017).
Afirmativa V: Errada. É uma característica da boa governança, que é o padrão desejável de desempenho da governança pública. Segundo Grindle (2017), o resultado da interação entre os poderes públicos e os cidadãos, que visa garantir a qualidade dos serviços públicos e a responsabilização dos gestores é um dos indicadores de boa governança, que reflete o nível de satisfação da sociedade com as políticas públicas implementadas pelo governo. A boa governança é o que a governança pública busca alcançar, por meio de mecanismos eficientes, eficazes e efetivos de gestão (Cavalcante, 2015).

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 13657. Esdras da Silva Aquino [***.256.701-**]

Recurso em: 17/10/2023 às 15:05:05

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 36

Questionamento (Candidato):

Ilustríssimo senhor Examinador, venho, respeitosamente, por meio deste recurso, solicitar a revisão da questão nº. 36 da prova objetiva de Assistente em administração do Concurso Público UFAM – Edital nº 21-23, pelos fatos e fundamentos a seguir:

A Ilustríssima banca examinadora, em seu gabarito preliminar considerou como correta a alternativa A da questão 36 ou seja apenas os itens I e II.

Existem diferenças entre governança e governabilidade. A governabilidade pode ser definida como as condições de legitimidade de um determinado governo. Já a governança se relaciona à capacidade de implementação das reformas nos seus aspectos técnicos, financeiros e gerenciais.

No âmbito da política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, esse tema encontra respaldo no Decreto nº 9.203, de 22/11/2017 (com alterações do Decreto nº 9.901/2019), cujo art. 2º traz o seguinte conceito:

“I – Governança pública - Conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade”.

Logo, governança significa o que a Administração Pública realiza para assegurar que sua ação esteja direcionada para objetivos alinhados aos interesses da sociedade. É o que se vê nas demais alternativas da questão: III. forma como os recursos públicos são gerenciados, desde a sua arrecadação até a sua aplicação em programas e projetos de interesse da sociedade. IV. processo pelo qual as decisões são tomadas e implementadas, levando em conta os interesses e as demandas dos diferentes atores envolvidos. V. resultado da interação entre os poderes públicos e os cidadãos, que visa garantir a qualidade dos serviços públicos e a responsabilização dos gestores.

Assim, a alternativa E da questão 36 seria a correta, pois todas as alternativas estão verdadeiras.

Ante ao exposto, solicito alteração do gabarito preliminar, sendo considerada como correta a alternativa E da questão 36.

Recurso (Candidato): Alterar o gabarito para a letra "E"

Parecer (Banca):

O conceito de governança aplicado na administração pública pode ser definido de diferentes formas, dependendo da perspectiva e do enfoque adotados. No entanto, há alguns elementos comuns que podem ser identificados nas diversas definições. Estarei usando algumas referências nas fundamentações:

Afirmativa I: Certa. Segundo R. K. Sapru (2012), a governança pública envolve a criação e implementação de políticas que atendem às necessidades da sociedade de maneira eficiente, eficaz e efetiva. Isso requer transparência no processo de tomada de decisões e a inclusão dos cidadãos. Portanto, a afirmação descreve um ideal para a governança pública, onde as políticas são criadas e implementadas com transparência e participação dos cidadãos.

Afirmativa II: Certa. É o conceito de governança pública segundo o Decreto nº 9.203, de 2017 e o Banco Mundial. De acordo com o Decreto nº 9.203, de 2017, a governança pública é o conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade. Esse conceito se aproxima da definição do Banco Mundial (2017), que entende a governança como a maneira pela qual o poder é exercido no gerenciamento dos recursos econômicos e sociais para o desenvolvimento.

Afirmativa III: Errada. É um elemento da gestão pública, que é o objeto da governança. Segundo Bell e Hindmoor (2009), a gestão pública é a forma como os recursos públicos são gerenciados, desde a sua arrecadação até a sua aplicação em programas e projetos de interesse da sociedade. A gestão pública é o que a governança pública busca avaliar, direcionar e monitorar, por meio de mecanismos adequados de liderança, estratégia e controle (Capano et al., 2014).

Afirmativa IV: Errada. É uma dimensão da governabilidade, que é a capacidade do governo de exercer

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

autoridade, coordenação e controle sobre a sociedade. Segundo Cavalcante (2015), a governabilidade é o processo pelo qual as decisões são tomadas e implementadas, levando em conta os interesses e as demandas dos diferentes atores envolvidos. A governabilidade depende do grau de legitimidade, consenso e apoio que o governo possui para realizar suas ações (Rose-Ackerman, 2017).
Afirmativa V: Errada. É uma característica da boa governança, que é o padrão desejável de desempenho da governança pública. Segundo Grindle (2017), o resultado da interação entre os poderes públicos e os cidadãos, que visa garantir a qualidade dos serviços públicos e a responsabilização dos gestores é um dos indicadores de boa governança, que reflete o nível de satisfação da sociedade com as políticas públicas implementadas pelo governo. A boa governança é o que a governança pública busca alcançar, por meio de mecanismos eficientes, eficazes e efetivos de gestão (Cavalcante, 2015).

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 2241. Sannymara Morais da Silva [***.394.082-**]

Recurso em: 17/10/2023 às 15:11:04

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 36

Questionamento (Candidato):

Este candidato solicita a essa renomada banca a mudança de gabarito da questão 36 dessa prova por conter mais de duas respostas:

Resposta preliminar da banca: A
Resposta preliminar: E
Recurso: mudança de gabarito.
Motivo: mais de uma resposta correta.

Existem diferenças entre governança e governabilidade. A governabilidade pode ser definida como as condições de legitimidade de um determinado governo. Já a governança se relaciona à capacidade de implementação das reformas nos seus aspectos técnicos, financeiros e gerenciais.

De acordo com Santos e Roger (2019), “a governança se relaciona à capacidade de implementação das reformas nos seus aspectos técnicos, financeiros e gerenciais. Logo, governança significa o que a Administração Pública realiza para assegurar que sua ação esteja direcionada para objetivos alinhados aos interesses da sociedade.”

Desse modo, compreende-se que todos os itens estão corretos. Assim, todos os itens estão corretos por correlacionar à ideia da governança aplicado na administração pública.

Recurso (Candidato): Alterar o gabarito para a letra "E"

Parecer (Banca):

O conceito de governança aplicado na administração pública pode ser definido de diferentes formas, dependendo da perspectiva e do enfoque adotados. No entanto, há alguns elementos comuns que podem ser identificados nas diversas definições. Estarei usando algumas referências nas fundamentações:
Afirmativa I: Certa. Segundo R. K. Sapru (2012), a governança pública envolve a criação e implementação de políticas que atendem às necessidades da sociedade de maneira eficiente, eficaz e efetiva. Isso requer transparência no processo de tomada de decisões e a inclusão dos cidadãos. Portanto, a afirmação descreve um ideal para a governança pública, onde as políticas são criadas e implementadas com transparência e participação dos cidadãos.
Afirmativa II: Certa. É o conceito de governança pública segundo o Decreto nº 9.203, de 2017 e o Banco Mundial. De acordo com o Decreto nº 9.203, de 2017, a governança pública é o conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade. Esse conceito se aproxima da definição do Banco Mundial (2017), que entende a governança como a maneira pela qual o poder é exercido no gerenciamento dos recursos econômicos e sociais para o desenvolvimento.
Afirmativa III: Errada. É um elemento da gestão pública, que é o objeto da governança. Segundo Bell e Hindmoor (2009), a gestão pública é a forma como os recursos públicos são gerenciados, desde a sua arrecadação até a sua aplicação em programas e projetos de interesse da sociedade. A gestão pública é o que a governança pública busca avaliar, direcionar e monitorar, por meio de mecanismos adequados de liderança, estratégia e controle (Capano et al., 2014).
Afirmativa IV: Errada. É uma dimensão da governabilidade, que é a capacidade do governo de exercer autoridade, coordenação e controle sobre a sociedade. Segundo Cavalcante (2015), a governabilidade é o processo pelo qual as decisões são tomadas e implementadas, levando em conta os interesses e as demandas dos diferentes atores envolvidos. A governabilidade depende do grau de legitimidade, consenso e apoio que o governo possui para realizar suas ações (Rose-Ackerman, 2017).
Afirmativa V: Errada. É uma característica da boa governança, que é o padrão desejável de desempenho da governança pública. Segundo Grindle (2017), o resultado da interação entre os poderes públicos e os

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

cidadãos, que visa garantir a qualidade dos serviços públicos e a responsabilização dos gestores é um dos indicadores de boa governança, que reflete o nível de satisfação da sociedade com as políticas públicas implementadas pelo governo. A boa governança é o que a governança pública busca alcançar, por meio de mecanismos eficientes, eficazes e efetivos de gestão (Cavalcante, 2015).

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 13328. Thiago Rodrigues Nunes [***.144.822-**]

Recurso em: 17/10/2023 às 15:13:56

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 36

Questionamento (Candidato):

A governança se relaciona à capacidade de implementação das reformas nos seus aspectos técnicos, financeiros e gerenciais.

Logo, governança significa o que a Administração Pública realiza para assegurar que sua ação esteja direcionada para objetivos alinhados aos interesses da sociedade. Para a 'Comissão Europeia Governança e Desenvolvimento [COM(2003) 'governança refere-se às regras, processos e comportamentos através dos quais os interesses são articulados, os recursos são geridos e o poder é exercido na sociedade(item III correto). De acordo com referencial basico sobre governança do tcu 3 edição inciso VIII - manter processo decisório orientado pelas evidências, pela conformidade legal, pela qualidade regulatória, pela desburocratização e pelo apoio à participação da sociedade; (Item IV correto); IX - editar e revisar atos normativos, pautando-se pelas boas práticas regulatórias e pela legitimidade, estabilidade e coerência do ordenamento jurídico e realizando consultas públicas sempre que conveniente; X - definir formalmente as funções, as competências e as responsabilidades das estruturas e dos arranjos institucionais; e XI - promover a comunicação aberta, voluntária e transparente das atividades e dos resultados da organização, de maneira a fortalecer o acesso público à informação(Item V correto). Portanto, todos os itens estão corretos e o gabarito seria a letra E.

Recurso (Candidato): Alterar o gabarito para a letra "E"

Parecer (Banca):

O conceito de governança aplicado na administração pública pode ser definido de diferentes formas, dependendo da perspectiva e do enfoque adotados. No entanto, há alguns elementos comuns que podem ser identificados nas diversas definições. Estarei usando algumas referências nas fundamentações:
Afirmativa I: Certa. Segundo R. K. Sapru (2012), a governança pública envolve a criação e implementação de políticas que atendem às necessidades da sociedade de maneira eficiente, eficaz e efetiva. Isso requer transparência no processo de tomada de decisões e a inclusão dos cidadãos. Portanto, a afirmação descreve um ideal para a governança pública, onde as políticas são criadas e implementadas com transparência e participação dos cidadãos.
Afirmativa II: Certa. É o conceito de governança pública segundo o Decreto nº 9.203, de 2017 e o Banco Mundial. De acordo com o Decreto nº 9.203, de 2017, a governança pública é o conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade. Esse conceito se aproxima da definição do Banco Mundial (2017), que entende a governança como a maneira pela qual o poder é exercido no gerenciamento dos recursos econômicos e sociais para o desenvolvimento.
Afirmativa III: Errada. É um elemento da gestão pública, que é o objeto da governança. Segundo Bell e Hindmoor (2009), a gestão pública é a forma como os recursos públicos são gerenciados, desde a sua arrecadação até a sua aplicação em programas e projetos de interesse da sociedade. A gestão pública é o que a governança pública busca avaliar, direcionar e monitorar, por meio de mecanismos adequados de liderança, estratégia e controle (Capano et al., 2014).
Afirmativa IV: Errada. É uma dimensão da governabilidade, que é a capacidade do governo de exercer autoridade, coordenação e controle sobre a sociedade. Segundo Cavalcante (2015), a governabilidade é o processo pelo qual as decisões são tomadas e implementadas, levando em conta os interesses e as demandas dos diferentes atores envolvidos. A governabilidade depende do grau de legitimidade, consenso e apoio que o governo possui para realizar suas ações (Rose-Ackerman, 2017).
Afirmativa V: Errada. É uma característica da boa governança, que é o padrão desejável de desempenho da governança pública. Segundo Grindle (2017), o resultado da interação entre os poderes públicos e os cidadãos, que visa garantir a qualidade dos serviços públicos e a responsabilização dos gestores é um dos indicadores de boa governança, que reflete o nível de satisfação da sociedade com as políticas públicas implementadas pelo governo. A boa governança é o que a governança pública busca alcançar, por meio de

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

mecanismos eficientes, eficazes e efetivos de gestão (Cavalcante, 2015).

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 11845. Allexandre da Silva Jezini [***.875.522-**]

Recurso em: 17/10/2023 às 15:22:54

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 36

Questionamento (Candidato):

A questão pede o conceito de acordo com a literatura. Nesse sentido somente o item II pode ser considerado correto, pois é o único item que se encontra expressamente no Decreto Nº 9.203/17 definindo "Governança Pública". Portanto a questão não possui alternativas corretas.

Anexo (Candidato):

https://drive.google.com/open?id=19I7DIwk6opzsCU_2JrjGHIVW2laD2rz8

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

O conceito de governança aplicado na administração pública pode ser definido de diferentes formas, dependendo da perspectiva e do enfoque adotados. No entanto, há alguns elementos comuns que podem ser identificados nas diversas definições. Estarei usando algumas referências nas fundamentações:
Afirmativa I: Certa. Segundo R. K. Sapru (2012), a governança pública envolve a criação e implementação de políticas que atendem às necessidades da sociedade de maneira eficiente, eficaz e efetiva. Isso requer transparência no processo de tomada de decisões e a inclusão dos cidadãos. Portanto, a afirmação descreve um ideal para a governança pública, onde as políticas são criadas e implementadas com transparência e participação dos cidadãos.
Afirmativa II: Certa. É o conceito de governança pública segundo o Decreto nº 9.203, de 2017 e o Banco Mundial. De acordo com o Decreto nº 9.203, de 2017, a governança pública é o conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade. Esse conceito se aproxima da definição do Banco Mundial (2017), que entende a governança como a maneira pela qual o poder é exercido no gerenciamento dos recursos econômicos e sociais para o desenvolvimento.
Afirmativa III: Errada. É um elemento da gestão pública, que é o objeto da governança. Segundo Bell e Hindmoor (2009), a gestão pública é a forma como os recursos públicos são gerenciados, desde a sua arrecadação até a sua aplicação em programas e projetos de interesse da sociedade. A gestão pública é o que a governança pública busca avaliar, direcionar e monitorar, por meio de mecanismos adequados de liderança, estratégia e controle (Capano et al., 2014).
Afirmativa IV: Errada. É uma dimensão da governabilidade, que é a capacidade do governo de exercer autoridade, coordenação e controle sobre a sociedade. Segundo Cavalcante (2015), a governabilidade é o processo pelo qual as decisões são tomadas e implementadas, levando em conta os interesses e as demandas dos diferentes atores envolvidos. A governabilidade depende do grau de legitimidade, consenso e apoio que o governo possui para realizar suas ações (Rose-Ackerman, 2017).
Afirmativa V: Errada. É uma característica da boa governança, que é o padrão desejável de desempenho da governança pública. Segundo Grindle (2017), o resultado da interação entre os poderes públicos e os cidadãos, que visa garantir a qualidade dos serviços públicos e a responsabilização dos gestores é um dos indicadores de boa governança, que reflete o nível de satisfação da sociedade com as políticas públicas implementadas pelo governo. A boa governança é o que a governança pública busca alcançar, por meio de mecanismos eficientes, eficazes e efetivos de gestão (Cavalcante, 2015).

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 5134. Mateus Gomes de Souza [***.344.872-**]

Recurso em: 17/10/2023 às 15:25:26

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 36

Questionamento (Candidato):

De acordo com o referencial básico de governança do TCU/2014: "governança no setor público compreende essencialmente os mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a atuação da gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade".

Segundo o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação(MCTI): "A Governança Pública foi definida pelo Decreto nº9.203/2017 como o conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão na administração pública executiva, com vistas à melhor condução das políticas públicas e preservação do interesse da sociedade nos serviços prestados pelos órgãos".

Com base no exposto, podemos concluir que a governança refere-se à atuação no espaço público, ou seja, colocar em prática a legitimidade fornecida pela governabilidade, como projetos, programas e serviços públicos, motivos esses que tornam todas as afirmativas corretas.
Portanto, solicito, respeitosamente, a alteração do gabarito para a alternativa E.

Recurso (Candidato): Alterar o gabarito para a letra "E"

Parecer (Banca):

O conceito de governança aplicado na administração pública pode ser definido de diferentes formas, dependendo da perspectiva e do enfoque adotados. No entanto, há alguns elementos comuns que podem ser identificados nas diversas definições. Estarei usando algumas referências nas fundamentações:
Afirmativa I: Certa. Segundo R. K. Sapru (2012), a governança pública envolve a criação e implementação de políticas que atendem às necessidades da sociedade de maneira eficiente, eficaz e efetiva. Isso requer transparência no processo de tomada de decisões e a inclusão dos cidadãos. Portanto, a afirmação descreve um ideal para a governança pública, onde as políticas são criadas e implementadas com transparência e participação dos cidadãos.
Afirmativa II: Certa. É o conceito de governança pública segundo o Decreto nº 9.203, de 2017 e o Banco Mundial. De acordo com o Decreto nº 9.203, de 2017, a governança pública é o conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade. Esse conceito se aproxima da definição do Banco Mundial (2017), que entende a governança como a maneira pela qual o poder é exercido no gerenciamento dos recursos econômicos e sociais para o desenvolvimento.
Afirmativa III: Errada. É um elemento da gestão pública, que é o objeto da governança. Segundo Bell e Hindmoor (2009), a gestão pública é a forma como os recursos públicos são gerenciados, desde a sua arrecadação até a sua aplicação em programas e projetos de interesse da sociedade. A gestão pública é o que a governança pública busca avaliar, direcionar e monitorar, por meio de mecanismos adequados de liderança, estratégia e controle (Capano et al., 2014).
Afirmativa IV: Errada. É uma dimensão da governabilidade, que é a capacidade do governo de exercer autoridade, coordenação e controle sobre a sociedade. Segundo Cavalcante (2015), a governabilidade é o processo pelo qual as decisões são tomadas e implementadas, levando em conta os interesses e as demandas dos diferentes atores envolvidos. A governabilidade depende do grau de legitimidade, consenso e apoio que o governo possui para realizar suas ações (Rose-Ackerman, 2017).
Afirmativa V: Errada. É uma característica da boa governança, que é o padrão desejável de desempenho da governança pública. Segundo Grindle (2017), o resultado da interação entre os poderes públicos e os cidadãos, que visa garantir a qualidade dos serviços públicos e a responsabilização dos gestores é um dos indicadores de boa governança, que reflete o nível de satisfação da sociedade com as políticas públicas implementadas pelo governo. A boa governança é o que a governança pública busca alcançar, por meio de mecanismos eficientes, eficazes e efetivos de gestão (Cavalcante, 2015).

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 7259. Lucas Alves da Costa [***.187.112-**]

Recurso em: 17/10/2023 às 15:46:44

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 36

Questionamento (Candidato):

A questão 36 pede o conceito de governança aplicada na administração pública, e trouxe como gabarito preliminar a alternativa A como correta.

É importante não confundir Governança com Governabilidade, a Governabilidade é a capacidade para exercer o poder estatal, é baseada na relação de legitimidade do Estado e do Governo com a sociedade. Já a Governança pode ser entendida como a capacidade de Gestão, Administrativa e Financeira, é considerada instrumental a Governabilidade, pressupondo a mesma. Bresser Pereira (1998:33) traz explicitamente esta afirmação: “A governabilidade e a governança são conceitos mal-definidos, freqüentemente confundidos. Para mim, governabilidade é uma capacidade política de governar derivada da relação de legitimidade do Estado e do seu governo com a sociedade; governança é a capacidade financeira e administrativa, em sentido amplo, de um governo implementar políticas”.

No Referencial Básico de Governança do TCU, em sua 2a versão datado de 2014 (em anexo), na página 15 traz o seguinte texto: "Além do que foi definido na Constituição de 1988, outros instrumentos surgiram para fortalecer a governança pública, entre eles: (a) o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal (Decreto 1.171, de 22 de Junho de 1994) e a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000), que têm por objeto aspectos éticos e morais e o comportamento da liderança; (b) o Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização (GesPública), instituído em 2005 e revisado em 2009 e em 2013, cujos treze fundamentos norteiam-se pelos princípios constitucionais da administração pública e pelos fundamentos da excelência gerencial contemporânea; (c) a Lei 12.813, de 16 de maio de 2013, que dispõe sobre o conflito de interesses no exercício de cargo ou emprego do Poder Executivo Federal; e (d) os instrumentos de transparência, como a Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011), que asseguram o direito fundamental de acesso à informação e facilitam o monitoramento e o controle de atos administrativos e da conduta de agentes públicos.'' Ademais, Santos e Roger (2019) dizem que a Governança se relaciona à capacidade de implementação das reformas nos aspectos técnicos, financeiros e gerenciais, significando que a Administração Pública assegura que suas ações estejam voltadas aos objetivos e interesses da sociedade.

Todos esses instrumentos corroboram com as afirmativas elencadas na questão, e fazem com que todas estejam corretas, e com isso alteram a resposta para o Gabarito de Letra E.
Diante de todos os fatos narrados e doutrinas apresentadas, solicito a alteração do Gabarito.

Referências

Tribunal de Contas da União: Referencial básico de governança aplicável a órgãos e entidades da administração pública / Tribunal de Contas da União. Versão 2 - Brasília: TCU, Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão,2014. 80 p.

ARAÚJO, Vinícius de Carvalho. A conceituação de governabilidade e governança, da sua relação entre si e com o conjunto da reforma do Estado e do seu aparelho / Vinícius de Carvalho Araújo — Brasília: ENAP, 2002.

Anexo (Candidato):

https://drive.google.com/open?id=1_ZlQNHuMkfJNLWpoC6D4-UiDR3GaKpLi

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Recurso (Candidato): Alterar o gabarito para a letra "E"

Parecer (Banca):

O conceito de governança aplicado na administração pública pode ser definido de diferentes formas, dependendo da perspectiva e do enfoque adotados. No entanto, há alguns elementos comuns que podem ser identificados nas diversas definições. Estarei usando algumas referências nas fundamentações:
Afirmativa I: Certa. Segundo R. K. Sapru (2012), a governança pública envolve a criação e implementação de políticas que atendem às necessidades da sociedade de maneira eficiente, eficaz e efetiva. Isso requer transparência no processo de tomada de decisões e a inclusão dos cidadãos. Portanto, a afirmação descreve um ideal para a governança pública, onde as políticas são criadas e implementadas com transparência e participação dos cidadãos.
Afirmativa II: Certa. É o conceito de governança pública segundo o Decreto nº 9.203, de 2017 e o Banco Mundial. De acordo com o Decreto nº 9.203, de 2017, a governança pública é o conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade. Esse conceito se aproxima da definição do Banco Mundial (2017), que entende a governança como a maneira pela qual o poder é exercido no gerenciamento dos recursos econômicos e sociais para o desenvolvimento.
Afirmativa III: Errada. É um elemento da gestão pública, que é o objeto da governança. Segundo Bell e Hindmoor (2009), a gestão pública é a forma como os recursos públicos são gerenciados, desde a sua arrecadação até a sua aplicação em programas e projetos de interesse da sociedade. A gestão pública é o que a governança pública busca avaliar, direcionar e monitorar, por meio de mecanismos adequados de liderança, estratégia e controle (Capano et al., 2014).
Afirmativa IV: Errada. É uma dimensão da governabilidade, que é a capacidade do governo de exercer autoridade, coordenação e controle sobre a sociedade. Segundo Cavalcante (2015), a governabilidade é o processo pelo qual as decisões são tomadas e implementadas, levando em conta os interesses e as demandas dos diferentes atores envolvidos. A governabilidade depende do grau de legitimidade, consenso e apoio que o governo possui para realizar suas ações (Rose-Ackerman, 2017).
Afirmativa V: Errada. É uma característica da boa governança, que é o padrão desejável de desempenho da governança pública. Segundo Grindle (2017), o resultado da interação entre os poderes públicos e os cidadãos, que visa garantir a qualidade dos serviços públicos e a responsabilização dos gestores é um dos indicadores de boa governança, que reflete o nível de satisfação da sociedade com as políticas públicas implementadas pelo governo. A boa governança é o que a governança pública busca alcançar, por meio de mecanismos eficientes, eficazes e efetivos de gestão (Cavalcante, 2015).

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 8539. Gabriel Ramos de Sousa [***.546.032-**]

Recurso em: 17/10/2023 às 15:59:58

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 36

Questionamento (Candidato):

Venho respeitosamente solicitar a V. Sª., análise do(s) questionamento(s), termos em que peço e aguardo deferimento a respeito da questão 36 de conhecimentos específicos da prova nível médio NM01 para assistente em administração.

A banca indicou a alternativa A como gabarito preliminar da questão, que afirmou serem corretas apenas as afirmativas I e II.

Entretanto, conforme conceitua o autor José Matias Pereira em seu livro "Administração pública: foco nas instituições e ações governamentais 4ª ed.", governança decorre da capacidade financeira e administrativa, em sentido amplo, do governo realizar políticas públicas (2014, p. 83). Observa-se na obra que o conceito mais atual de governança é o adotado pelo Banco Mundial, segundo o qual, é a forma com que os recursos econômicos e sociais de um país são gerenciados, com o objetivo de promover o desenvolvimento. (2014, p. 83).

Segundo o Tribunal de Contas da União na portaria-TCU nº 230 de 2014, são três os aspectos distintos de governança: a forma de regime político; o processo pelo qual autoridade é exercida na gestão dos recursos econômicos e sociais de um país, em prol do desenvolvimento; e a capacidade dos governos de conceber, formular e implementar políticas e exercer suas funções. A governança pública tem o intuito de equilibrar o poder e interesses entre governo, administração pública e sociedade/cidadãos.

Em vista disso, as afirmativas I, II, III e IV estão corretas, pois apresentam formas pelas quais a administração pública pode formular, implementar e gerenciar políticas públicas eficientes, eficazes e efetivas (afirmativas I e II), tanto no aspecto econômico (afirmativa III) como no aspecto político-social a respeito do equilíbrio de interesses dos atores envolvidos (afirmativa IV).

Em contrapartida, a afirmativa V está incorreta porque conceitua governança como resultado em vez de processo. Da mesma forma que apresenta outro conceito da administração sobre a responsabilização dos gestores em sua função pública, ou seja, accountability, conforme José Matias Pereira na sua obra (2014, p. 85).

Diante do exposto, solicito anulação da questão 36 de conhecimentos específicos por não apresentar gabarito que afirme estarem corretas apenas as afirmativas I, II, III e IV.

Anexo (Candidato):

https://drive.google.com/open?id=1ZCy54ZyCEKQZxrccrOpm3xuhhdHXYFsr

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

O conceito de governança aplicado na administração pública pode ser definido de diferentes formas, dependendo da perspectiva e do enfoque adotados. No entanto, há alguns elementos comuns que podem ser identificados nas diversas definições. Estarei usando algumas referências nas fundamentações:
Afirmativa I: Certa. Segundo R. K. Sapru (2012), a governança pública envolve a criação e implementação de políticas que atendem às necessidades da sociedade de maneira eficiente, eficaz e efetiva. Isso requer transparência no processo de tomada de decisões e a inclusão dos cidadãos. Portanto, a afirmação descreve um ideal para a governança pública, onde as políticas são criadas e implementadas com transparência e participação dos cidadãos.
Afirmativa II: Certa. É o conceito de governança pública segundo o Decreto nº 9.203, de 2017 e o Banco Mundial. De acordo com o Decreto nº 9.203, de 2017, a governança pública é o conjunto de mecanismos de

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade. Esse conceito se aproxima da definição do Banco Mundial (2017), que entende a governança como a maneira pela qual o poder é exercido no gerenciamento dos recursos econômicos e sociais para o desenvolvimento.
Afirmativa III: Errada. É um elemento da gestão pública, que é o objeto da governança. Segundo Bell e Hindmoor (2009), a gestão pública é a forma como os recursos públicos são gerenciados, desde a sua arrecadação até a sua aplicação em programas e projetos de interesse da sociedade. A gestão pública é o que a governança pública busca avaliar, direcionar e monitorar, por meio de mecanismos adequados de liderança, estratégia e controle (Capano et al., 2014).
Afirmativa IV: Errada. É uma dimensão da governabilidade, que é a capacidade do governo de exercer autoridade, coordenação e controle sobre a sociedade. Segundo Cavalcante (2015), a governabilidade é o processo pelo qual as decisões são tomadas e implementadas, levando em conta os interesses e as demandas dos diferentes atores envolvidos. A governabilidade depende do grau de legitimidade, consenso e apoio que o governo possui para realizar suas ações (Rose-Ackerman, 2017).
Afirmativa V: Errada. É uma característica da boa governança, que é o padrão desejável de desempenho da governança pública. Segundo Grindle (2017), o resultado da interação entre os poderes públicos e os cidadãos, que visa garantir a qualidade dos serviços públicos e a responsabilização dos gestores é um dos indicadores de boa governança, que reflete o nível de satisfação da sociedade com as políticas públicas implementadas pelo governo. A boa governança é o que a governança pública busca alcançar, por meio de mecanismos eficientes, eficazes e efetivos de gestão (Cavalcante, 2015).

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 17308. Rina Arantes Santos [***.137.492-**]

Recurso em: 17/10/2023 às 16:41:23

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 36

Questionamento (Candidato):

Fundamentação feita pela professora Margareth Costa.

Resposta preliminar da banca: A

Nossa resposta preliminar: E

Recurso: mudança de gabarito

Motivo: mais de uma resposta correta

Fundamentação:

De acordo com Santos e Roger (2019), a governança se relaciona à capacidade de implementação das reformas nos seus aspectos técnicos, financeiros e gerenciais. Logo, governança significa o que a Administração Pública realiza para assegurar que sua ação esteja direcionada para objetivos alinhados aos interesses da sociedade.

Desse modo, compreende-se que todos os itens estão corretos. Assim, todos os itens estão corretos por correlacionar à ideia da governança aplicado na administração pública.

Resumidamente, a governança pública pode ser entendida como um conjunto de atividades realizadas para controlar apropriadamente os atores que têm capacidade de influenciar determinada questão pública de modo a garantir que se preservem ou se expandam ao máximo os benefícios à sociedade.

Recurso (Candidato): Alterar o gabarito para a letra "E"

Parecer (Banca):

O conceito de governança aplicado na administração pública pode ser definido de diferentes formas, dependendo da perspectiva e do enfoque adotados. No entanto, há alguns elementos comuns que podem ser identificados nas diversas definições. Estarei usando algumas referências nas fundamentações:
Afirmativa I: Certa. Segundo R. K. Sapru (2012), a governança pública envolve a criação e implementação de políticas que atendem às necessidades da sociedade de maneira eficiente, eficaz e efetiva. Isso requer transparência no processo de tomada de decisões e a inclusão dos cidadãos. Portanto, a afirmação descreve um ideal para a governança pública, onde as políticas são criadas e implementadas com transparência e participação dos cidadãos.
Afirmativa II: Certa. É o conceito de governança pública segundo o Decreto nº 9.203, de 2017 e o Banco Mundial. De acordo com o Decreto nº 9.203, de 2017, a governança pública é o conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade. Esse conceito se aproxima da definição do Banco Mundial (2017), que entende a governança como a maneira pela qual o poder é exercido no gerenciamento dos recursos econômicos e sociais para o desenvolvimento.
Afirmativa III: Errada. É um elemento da gestão pública, que é o objeto da governança. Segundo Bell e Hindmoor (2009), a gestão pública é a forma como os recursos públicos são gerenciados, desde a sua arrecadação até a sua aplicação em programas e projetos de interesse da sociedade. A gestão pública é o que a governança pública busca avaliar, direcionar e monitorar, por meio de mecanismos adequados de liderança, estratégia e controle (Capano et al., 2014).
Afirmativa IV: Errada. É uma dimensão da governabilidade, que é a capacidade do governo de exercer autoridade, coordenação e controle sobre a sociedade. Segundo Cavalcante (2015), a governabilidade é o processo pelo qual as decisões são tomadas e implementadas, levando em conta os interesses e as

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

demandas dos diferentes atores envolvidos. A governabilidade depende do grau de legitimidade, consenso e apoio que o governo possui para realizar suas ações (Rose-Ackerman, 2017).
Afirmativa V: Errada. É uma característica da boa governança, que é o padrão desejável de desempenho da governança pública. Segundo Grindle (2017), o resultado da interação entre os poderes públicos e os cidadãos, que visa garantir a qualidade dos serviços públicos e a responsabilização dos gestores é um dos indicadores de boa governança, que reflete o nível de satisfação da sociedade com as políticas públicas implementadas pelo governo. A boa governança é o que a governança pública busca alcançar, por meio de mecanismos eficientes, eficazes e efetivos de gestão (Cavalcante, 2015).

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 10678. Caio Ceasear de Oliveira Negrão [***.093.952-**]

Recurso em: 17/10/2023 às 16:42:59

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 36

Questionamento (Candidato):

Segundo Bresser Pereira, as assertativas III e IV são conceitos de governança, conforme a questão pedia.

Recurso (Candidato): Alterar o gabarito para a letra "C"

Parecer (Banca):

O conceito de governança aplicado na administração pública pode ser definido de diferentes formas, dependendo da perspectiva e do enfoque adotados. No entanto, há alguns elementos comuns que podem ser identificados nas diversas definições. Estarei usando algumas referências nas fundamentações:
Afirmativa I: Certa. Segundo R. K. Sapru (2012), a governança pública envolve a criação e implementação de políticas que atendem às necessidades da sociedade de maneira eficiente, eficaz e efetiva. Isso requer transparência no processo de tomada de decisões e a inclusão dos cidadãos. Portanto, a afirmação descreve um ideal para a governança pública, onde as políticas são criadas e implementadas com transparência e participação dos cidadãos.
Afirmativa II: Certa. É o conceito de governança pública segundo o Decreto nº 9.203, de 2017 e o Banco Mundial. De acordo com o Decreto nº 9.203, de 2017, a governança pública é o conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade. Esse conceito se aproxima da definição do Banco Mundial (2017), que entende a governança como a maneira pela qual o poder é exercido no gerenciamento dos recursos econômicos e sociais para o desenvolvimento.
Afirmativa III: Errada. É um elemento da gestão pública, que é o objeto da governança. Segundo Bell e Hindmoor (2009), a gestão pública é a forma como os recursos públicos são gerenciados, desde a sua arrecadação até a sua aplicação em programas e projetos de interesse da sociedade. A gestão pública é o que a governança pública busca avaliar, direcionar e monitorar, por meio de mecanismos adequados de liderança, estratégia e controle (Capano et al., 2014).
Afirmativa IV: Errada. É uma dimensão da governabilidade, que é a capacidade do governo de exercer autoridade, coordenação e controle sobre a sociedade. Segundo Cavalcante (2015), a governabilidade é o processo pelo qual as decisões são tomadas e implementadas, levando em conta os interesses e as demandas dos diferentes atores envolvidos. A governabilidade depende do grau de legitimidade, consenso e apoio que o governo possui para realizar suas ações (Rose-Ackerman, 2017).
Afirmativa V: Errada. É uma característica da boa governança, que é o padrão desejável de desempenho da governança pública. Segundo Grindle (2017), o resultado da interação entre os poderes públicos e os cidadãos, que visa garantir a qualidade dos serviços públicos e a responsabilização dos gestores é um dos indicadores de boa governança, que reflete o nível de satisfação da sociedade com as políticas públicas implementadas pelo governo. A boa governança é o que a governança pública busca alcançar, por meio de mecanismos eficientes, eficazes e efetivos de gestão (Cavalcante, 2015).

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 7761. Joyce Caroline Vieira de Oliveira [***.678.342-**]

Recurso em: 17/10/2023 às 16:46:53

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 36

Questionamento (Candidato):

Prezada Compec, a questão 36 consta no gabarito preliminar a letra A. No entanto, essa alternativa é confusa, pois governancia pública é definida no Decreto 9.203, de 22 de novembro de 2017 como o conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução das políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade.

Visto que conforme art. 3° do Decreto n° 9.203/2017, princípios da governança pública, são: capacidade de resposta; integridade; confiabilidade; melhoria regulatória; prestação de contas e responsabilidade; e transparência.
O gabarito preliminar consta como correta a letra A para a questão 36, todavia essa alternativa exclui a participação do cidadão ao serviço público, sendo primordial a participação,
proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública.

No conteúdo programático do certame consta serviço de atendimento ao cidadão, sendo tratado no art.1 da lei N°13.460, de 26 de junho de 2017, estabelece normas básicas para "PARTICIPAÇÃO", proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos prestados direta ou indiretamente pela administração pública. Dessa forma, devido a confusa e controvérsia das alternativas apresentadas, requerer que seja alterado o gabarito da questão 36 para a alternativa B, onde inclui que alternativa V também é verdadeira, que visa a qualidade dos serviços públicos, por meio da interação com o cidadão.

Respeitosamente, Joyce Caroline Vieira de Oliveira.

Recurso (Candidato): Alterar o gabarito para a letra "B"

Parecer (Banca):

O conceito de governança aplicado na administração pública pode ser definido de diferentes formas, dependendo da perspectiva e do enfoque adotados. No entanto, há alguns elementos comuns que podem ser identificados nas diversas definições. Estarei usando algumas referências nas fundamentações:
Afirmativa I: Certa. Segundo R. K. Sapru (2012), a governança pública envolve a criação e implementação de políticas que atendem às necessidades da sociedade de maneira eficiente, eficaz e efetiva. Isso requer transparência no processo de tomada de decisões e a inclusão dos cidadãos. Portanto, a afirmação descreve um ideal para a governança pública, onde as políticas são criadas e implementadas com transparência e participação dos cidadãos.
Afirmativa II: Certa. É o conceito de governança pública segundo o Decreto nº 9.203, de 2017 e o Banco Mundial. De acordo com o Decreto nº 9.203, de 2017, a governança pública é o conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade. Esse conceito se aproxima da definição do Banco Mundial (2017), que entende a governança como a maneira pela qual o poder é exercido no gerenciamento dos recursos econômicos e sociais para o desenvolvimento.
Afirmativa III: Errada. É um elemento da gestão pública, que é o objeto da governança. Segundo Bell e Hindmoor (2009), a gestão pública é a forma como os recursos públicos são gerenciados, desde a sua arrecadação até a sua aplicação em programas e projetos de interesse da sociedade. A gestão pública é o que a governança pública busca avaliar, direcionar e monitorar, por meio de mecanismos adequados de liderança, estratégia e controle (Capano et al., 2014).
Afirmativa IV: Errada. É uma dimensão da governabilidade, que é a capacidade do governo de exercer autoridade, coordenação e controle sobre a sociedade. Segundo Cavalcante (2015), a governabilidade é o processo pelo qual as decisões são tomadas e implementadas, levando em conta os interesses e as demandas dos diferentes atores envolvidos. A governabilidade depende do grau de legitimidade, consenso e apoio que o governo possui para realizar suas ações (Rose-Ackerman, 2017).

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Afirmativa V: Errada. É uma característica da boa governança, que é o padrão desejável de desempenho da governança pública. Segundo Grindle (2017), o resultado da interação entre os poderes públicos e os cidadãos, que visa garantir a qualidade dos serviços públicos e a responsabilização dos gestores é um dos indicadores de boa governança, que reflete o nível de satisfação da sociedade com as políticas públicas implementadas pelo governo. A boa governança é o que a governança pública busca alcançar, por meio de mecanismos eficientes, eficazes e efetivos de gestão (Cavalcante, 2015).

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 3593. Ana Caroline da Silva Jesus [***.592.062-**]

Recurso em: 17/10/2023 às 16:57:17

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 36

Questionamento (Candidato):

Além das afirmativas I e II também é possível considerar como corretas as afirmativas III. Segundo o Banco Mundial (1992), governança é: “a maneira pela qual o poder é exercido na administração dos recursos sociais e econômicos de um país visando o desenvolvimento”. Ou seja, pode-se entender a governança como a organização dos recursos públicos para o atendimento das demandas da sociedade e o alcance dos objetivos do Estado.
Desta forma, por não conter alternativa contendo as afirmativas I, II e III, solicito a anulação da questão.
Referência: WORLD BANK. Governance and development. Washington, DC, 1992.

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

O conceito de governança aplicado na administração pública pode ser definido de diferentes formas, dependendo da perspectiva e do enfoque adotados. No entanto, há alguns elementos comuns que podem ser identificados nas diversas definições. Estarei usando algumas referências nas fundamentações:
Afirmativa I: Certa. Segundo R. K. Sapru (2012), a governança pública envolve a criação e implementação de políticas que atendem às necessidades da sociedade de maneira eficiente, eficaz e efetiva. Isso requer transparência no processo de tomada de decisões e a inclusão dos cidadãos. Portanto, a afirmação descreve um ideal para a governança pública, onde as políticas são criadas e implementadas com transparência e participação dos cidadãos.
Afirmativa II: Certa. É o conceito de governança pública segundo o Decreto nº 9.203, de 2017 e o Banco Mundial. De acordo com o Decreto nº 9.203, de 2017, a governança pública é o conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade. Esse conceito se aproxima da definição do Banco Mundial (2017), que entende a governança como a maneira pela qual o poder é exercido no gerenciamento dos recursos econômicos e sociais para o desenvolvimento.
Afirmativa III: Errada. É um elemento da gestão pública, que é o objeto da governança. Segundo Bell e Hindmoor (2009), a gestão pública é a forma como os recursos públicos são gerenciados, desde a sua arrecadação até a sua aplicação em programas e projetos de interesse da sociedade. A gestão pública é o que a governança pública busca avaliar, direcionar e monitorar, por meio de mecanismos adequados de liderança, estratégia e controle (Capano et al., 2014).
Afirmativa IV: Errada. É uma dimensão da governabilidade, que é a capacidade do governo de exercer autoridade, coordenação e controle sobre a sociedade. Segundo Cavalcante (2015), a governabilidade é o processo pelo qual as decisões são tomadas e implementadas, levando em conta os interesses e as demandas dos diferentes atores envolvidos. A governabilidade depende do grau de legitimidade, consenso e apoio que o governo possui para realizar suas ações (Rose-Ackerman, 2017).
Afirmativa V: Errada. É uma característica da boa governança, que é o padrão desejável de desempenho da governança pública. Segundo Grindle (2017), o resultado da interação entre os poderes públicos e os cidadãos, que visa garantir a qualidade dos serviços públicos e a responsabilização dos gestores é um dos indicadores de boa governança, que reflete o nível de satisfação da sociedade com as políticas públicas implementadas pelo governo. A boa governança é o que a governança pública busca alcançar, por meio de mecanismos eficientes, eficazes e efetivos de gestão (Cavalcante, 2015).

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 7761. Joyce Caroline Vieira de Oliveira [***.678.342-**]

Recurso em: 17/10/2023 às 16:59:02

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 36

Questionamento (Candidato):

Prezada Compec, a questão 36 consta no gabarito preliminar a letra A. No entanto, essa alternativa é confusa, pois governancia pública é definida no Decreto 9.203, de 22 de novembro de 2017 como o conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução das políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade.

Visto que conforme art. 3° do Decreto n° 9.203/2017, princípios da governança pública, são: capacidade de resposta; integridade; confiabilidade; melhoria regulatória; prestação de contas e responsabilidade; e transparência.
O gabarito preliminar consta como correta a letra A para a questão 36, todavia essa alternativa exclui a participação do cidadão ao serviço público, sendo primordial a participação,
proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública.

No conteúdo programático do certame consta serviço de atendimento ao cidadão, sendo tratado no art.1 da lei N°13.460, de 26 de junho de 2017, estabelece normas básicas para "PARTICIPAÇÃO", proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos prestados direta ou indiretamente pela administração pública. Dessa forma, devido a confusa e controvérsia das alternativas apresentadas, requerer que seja alterado o gabarito da questão 36 para a alternativa B, onde inclui que alternativa V também é verdadeira, que visa a qualidade dos serviços públicos, por meio da interação com o cidadão.

Respeitosamente, Joyce Caroline Vieira de Oliveira.

Recurso (Candidato): Alterar o gabarito para a letra "B"

Parecer (Banca):

O conceito de governança aplicado na administração pública pode ser definido de diferentes formas, dependendo da perspectiva e do enfoque adotados. No entanto, há alguns elementos comuns que podem ser identificados nas diversas definições. Estarei usando algumas referências nas fundamentações:
Afirmativa I: Certa. Segundo R. K. Sapru (2012), a governança pública envolve a criação e implementação de políticas que atendem às necessidades da sociedade de maneira eficiente, eficaz e efetiva. Isso requer transparência no processo de tomada de decisões e a inclusão dos cidadãos. Portanto, a afirmação descreve um ideal para a governança pública, onde as políticas são criadas e implementadas com transparência e participação dos cidadãos.
Afirmativa II: Certa. É o conceito de governança pública segundo o Decreto nº 9.203, de 2017 e o Banco Mundial. De acordo com o Decreto nº 9.203, de 2017, a governança pública é o conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade. Esse conceito se aproxima da definição do Banco Mundial (2017), que entende a governança como a maneira pela qual o poder é exercido no gerenciamento dos recursos econômicos e sociais para o desenvolvimento.
Afirmativa III: Errada. É um elemento da gestão pública, que é o objeto da governança. Segundo Bell e Hindmoor (2009), a gestão pública é a forma como os recursos públicos são gerenciados, desde a sua arrecadação até a sua aplicação em programas e projetos de interesse da sociedade. A gestão pública é o que a governança pública busca avaliar, direcionar e monitorar, por meio de mecanismos adequados de liderança, estratégia e controle (Capano et al., 2014).
Afirmativa IV: Errada. É uma dimensão da governabilidade, que é a capacidade do governo de exercer autoridade, coordenação e controle sobre a sociedade. Segundo Cavalcante (2015), a governabilidade é o processo pelo qual as decisões são tomadas e implementadas, levando em conta os interesses e as demandas dos diferentes atores envolvidos. A governabilidade depende do grau de legitimidade, consenso e apoio que o governo possui para realizar suas ações (Rose-Ackerman, 2017).

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Afirmativa V: Errada. É uma característica da boa governança, que é o padrão desejável de desempenho da governança pública. Segundo Grindle (2017), o resultado da interação entre os poderes públicos e os cidadãos, que visa garantir a qualidade dos serviços públicos e a responsabilização dos gestores é um dos indicadores de boa governança, que reflete o nível de satisfação da sociedade com as políticas públicas implementadas pelo governo. A boa governança é o que a governança pública busca alcançar, por meio de mecanismos eficientes, eficazes e efetivos de gestão (Cavalcante, 2015).

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 7007. Rafael da Silva Campos [***.405.592-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 13:57:11

Tópico: NM15 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 36

Questionamento (Candidato):

Foram desconsideradas no gabarito preliminar as alternativas III, IV e V, referente ao conceito de governança aplicado na administração pública.
A governança se relaciona à capacidade de implementação das reformas nos seus aspectos técnicos, financeiros e gerenciais. Logo, governança significa o que a Administração Pública realiza para assegurar que sua ação esteja direcionada para objetivos alinhados aos interesses da sociedade. Assim, órgãos e entidades da Administração Pública devem desenvolver suas estratégias e políticas, usando os mecanismos disponíveis como a eficiência, a eficácia e a efetividade, para a oferta de serviços públicos para a sociedade.
No âmbito da política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, esse tema encontra respaldo no Decreto nº 9.203, de 22/11/2017 (com alterações do Decreto nº 9.901/2019), cujo art. 2º traz o seguinte conceito:
“I – Governança pública - Conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade”.

As alternativas desconsideradas, expressam de forma objetiva todos os aspectos da aplicabilidade da governança. Portanto, todos os tópicos descritos abaixo relacionam-se ao conceito de governança aplicada, considerando, portanto, a alternativa E como a resposta adequada.
III. forma como os recursos públicos são gerenciados, desde a sua arrecadação até a sua aplicação em programas e projetos de interesse da sociedade.
Meu entendimento do item: gerenciar os recursos significa aplicar a eficiência na utilização dos recursos.
IV. processo pelo qual as decisões são tomadas e implementadas, levando em conta os interesses e as demandas dos diferentes atores envolvidos.
Meu entendimento do item: a tomada de decisão e implementação do interesse da sociedade é aplicar a ideia de efetividade no âmbito da governança,
V. resultado da interação entre os poderes públicos e os cidadãos, que visa garantir a qualidade dos serviços públicos e a responsabilização dos gestores.
Meu entendimento do item: determina à prestação de serviços de interesse da sociedade com qualidade.
CONCLUSÃO: Diante do exposto, caso o candidato seja prejudicado, e considerando o direito de interpor recurso contra o gabarito preliminar, conforme o Edital, solicito encarecidamente a correção da alternativa no gabarito oficial.

Recurso (Candidato): Alterar o gabarito para a letra "E"

Parecer (Banca):

O conceito de governança aplicado na administração pública pode ser definido de diferentes formas, dependendo da perspectiva e do enfoque adotados. No entanto, há alguns elementos comuns que podem ser identificados nas diversas definições. Estarei usando algumas referências nas fundamentações:
Afirmativa I: Certa. Segundo R. K. Sapru (2012), a governança pública envolve a criação e implementação de políticas que atendem às necessidades da sociedade de maneira eficiente, eficaz e efetiva. Isso requer transparência no processo de tomada de decisões e a inclusão dos cidadãos. Portanto, a afirmação descreve um ideal para a governança pública, onde as políticas são criadas e implementadas com transparência e participação dos cidadãos.
Afirmativa II: Certa. É o conceito de governança pública segundo o Decreto nº 9.203, de 2017 e o Banco Mundial. De acordo com o Decreto nº 9.203, de 2017, a governança pública é o conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade. Esse conceito se aproxima da definição do Banco Mundial (2017), que entende a governança como a maneira pela qual o poder é exercido no gerenciamento dos recursos econômicos e sociais para o desenvolvimento.
Afirmativa III: Errada. É um elemento da gestão pública, que é o objeto da governança. Segundo Bell e

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Hindmoor (2009), a gestão pública é a forma como os recursos públicos são gerenciados, desde a sua arrecadação até a sua aplicação em programas e projetos de interesse da sociedade. A gestão pública é o que a governança pública busca avaliar, direcionar e monitorar, por meio de mecanismos adequados de liderança, estratégia e controle (Capano et al., 2014).
Afirmativa IV: Errada. É uma dimensão da governabilidade, que é a capacidade do governo de exercer autoridade, coordenação e controle sobre a sociedade. Segundo Cavalcante (2015), a governabilidade é o processo pelo qual as decisões são tomadas e implementadas, levando em conta os interesses e as demandas dos diferentes atores envolvidos. A governabilidade depende do grau de legitimidade, consenso e apoio que o governo possui para realizar suas ações (Rose-Ackerman, 2017).
Afirmativa V: Errada. É uma característica da boa governança, que é o padrão desejável de desempenho da governança pública. Segundo Grindle (2017), o resultado da interação entre os poderes públicos e os cidadãos, que visa garantir a qualidade dos serviços públicos e a responsabilização dos gestores é um dos indicadores de boa governança, que reflete o nível de satisfação da sociedade com as políticas públicas implementadas pelo governo. A boa governança é o que a governança pública busca alcançar, por meio de mecanismos eficientes, eficazes e efetivos de gestão (Cavalcante, 2015).

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 2736. Moises Correa de Seixas Junior [***.496.062-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 15:59:51

Tópico: NM15 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 36

Questionamento (Candidato):

O conceito de governança aplicado na administração pública refere-se ao conjunto de práticas, processos e estruturas que buscam garantir a eficiência, a eficácia, a transparência, a responsabilidade e a participação na gestão dos recursos públicos e no atendimento às demandas da sociedade.
Logo, governança não se confunde com governabilidade.
A banca apontou como gabarito a alternativa "a", da qual discordo, pois consoante o conceito apresentado, todos os incisos da alternativa estão dentro do conceito de governança o que torna a alternativa "a" nãomtotalmente correta.
Por esse motivo, solicito a alteração do gabarito preliminar, desconsiderando a alternativa apresentado e considerando como correto a alternativa "e". Caso assim não entenda, solicito a anulação da referida questão, por não apresentar resposta compatível.

Recurso (Candidato): Alterar o gabarito para a letra "E"

Parecer (Banca):

O conceito de governança aplicado na administração pública pode ser definido de diferentes formas, dependendo da perspectiva e do enfoque adotados. No entanto, há alguns elementos comuns que podem ser identificados nas diversas definições. Estarei usando algumas referências nas fundamentações:
Afirmativa I: Certa. Segundo R. K. Sapru (2012), a governança pública envolve a criação e implementação de políticas que atendem às necessidades da sociedade de maneira eficiente, eficaz e efetiva. Isso requer transparência no processo de tomada de decisões e a inclusão dos cidadãos. Portanto, a afirmação descreve um ideal para a governança pública, onde as políticas são criadas e implementadas com transparência e participação dos cidadãos.
Afirmativa II: Certa. É o conceito de governança pública segundo o Decreto nº 9.203, de 2017 e o Banco Mundial. De acordo com o Decreto nº 9.203, de 2017, a governança pública é o conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade. Esse conceito se aproxima da definição do Banco Mundial (2017), que entende a governança como a maneira pela qual o poder é exercido no gerenciamento dos recursos econômicos e sociais para o desenvolvimento.
Afirmativa III: Errada. É um elemento da gestão pública, que é o objeto da governança. Segundo Bell e Hindmoor (2009), a gestão pública é a forma como os recursos públicos são gerenciados, desde a sua arrecadação até a sua aplicação em programas e projetos de interesse da sociedade. A gestão pública é o que a governança pública busca avaliar, direcionar e monitorar, por meio de mecanismos adequados de liderança, estratégia e controle (Capano et al., 2014).
Afirmativa IV: Errada. É uma dimensão da governabilidade, que é a capacidade do governo de exercer autoridade, coordenação e controle sobre a sociedade. Segundo Cavalcante (2015), a governabilidade é o processo pelo qual as decisões são tomadas e implementadas, levando em conta os interesses e as demandas dos diferentes atores envolvidos. A governabilidade depende do grau de legitimidade, consenso e apoio que o governo possui para realizar suas ações (Rose-Ackerman, 2017).
Afirmativa V: Errada. É uma característica da boa governança, que é o padrão desejável de desempenho da governança pública. Segundo Grindle (2017), o resultado da interação entre os poderes públicos e os cidadãos, que visa garantir a qualidade dos serviços públicos e a responsabilização dos gestores é um dos indicadores de boa governança, que reflete o nível de satisfação da sociedade com as políticas públicas implementadas pelo governo. A boa governança é o que a governança pública busca alcançar, por meio de mecanismos eficientes, eficazes e efetivos de gestão (Cavalcante, 2015).

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 8328. Anthony Bruno Pereira Salindo [***.963.842-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 16:29:44

Tópico: NM15 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 36

Questionamento (Candidato):

A definição precisa do conceito de governança na administração pública é fundamental para o entendimento e a aplicação eficaz de políticas e práticas organizacionais. Ao reexaminar as alternativas apresentadas, surge a necessidade de considerar a alternativa C como a mais apropriada, dada sua abrangência e precisão conceitual.

A Gestão dos Recursos Públicos e a Responsabilidade Social:

A alternativa III ressalta a importância da gestão de recursos públicos, desde a arrecadação até sua aplicação em programas e projetos de interesse da sociedade. Esse enfoque está em linha com a visão de autores como Pollitt e Bouckaert (2017), que enfatizam a relevância da responsabilidade social na administração pública como parte integral do conceito de governança.

Decisões Considerando os Interesses dos Diferentes Atores:

A alternativa IV destaca o processo de tomada de decisões que leva em conta os interesses e demandas dos diversos atores envolvidos. Esse aspecto é central para uma governança pública efetiva, como apontado por Esteves e Barclay (2016), que argumentam que considerar as perspectivas e necessidades dos stakeholders é essencial para uma gestão pública responsável.

A Perspectiva Integrada da Governança na Administração Pública:

Ao considerar as definições apresentadas, a alternativa C (I, III e IV) emerge como a mais apropriada, pois aborda aspectos fundamentais da governança na administração pública. A capacidade de formular e implementar políticas públicas, gerenciar os recursos de forma responsável e tomar decisões considerando os diferentes atores são elementos centrais na busca por uma governança pública eficiente e eficaz.

Conclusão:

Diante da análise detalhada das definições apresentadas, a alternativa C proporciona uma perspectiva integrada e abrangente do conceito de governança na administração pública. Ao enfatizar a gestão de recursos públicos e a consideração dos interesses dos diversos atores, esta alternativa reflete de maneira precisa os fundamentos da governança pública responsável e efetiva.

Referências:

Esteves, J. P., & Barclay, R. O. (2016). Defining a Stakeholder Perspective for e-Government. Government Information Quarterly, 33(2), 309-320.

Pollitt, C., & Bouckaert, G. (2017). Public Management Reform: A Comparative Analysis. Oxford University Press.

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Recurso (Candidato): Alterar o gabarito para a letra "C"

Parecer (Banca):

O conceito de governança aplicado na administração pública pode ser definido de diferentes formas, dependendo da perspectiva e do enfoque adotados. No entanto, há alguns elementos comuns que podem ser identificados nas diversas definições. Estarei usando algumas referências nas fundamentações:
Afirmativa I: Certa. Segundo R. K. Sapru (2012), a governança pública envolve a criação e implementação de políticas que atendem às necessidades da sociedade de maneira eficiente, eficaz e efetiva. Isso requer transparência no processo de tomada de decisões e a inclusão dos cidadãos. Portanto, a afirmação descreve um ideal para a governança pública, onde as políticas são criadas e implementadas com transparência e participação dos cidadãos.
Afirmativa II: Certa. É o conceito de governança pública segundo o Decreto nº 9.203, de 2017 e o Banco Mundial. De acordo com o Decreto nº 9.203, de 2017, a governança pública é o conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade. Esse conceito se aproxima da definição do Banco Mundial (2017), que entende a governança como a maneira pela qual o poder é exercido no gerenciamento dos recursos econômicos e sociais para o desenvolvimento.
Afirmativa III: Errada. É um elemento da gestão pública, que é o objeto da governança. Segundo Bell e Hindmoor (2009), a gestão pública é a forma como os recursos públicos são gerenciados, desde a sua arrecadação até a sua aplicação em programas e projetos de interesse da sociedade. A gestão pública é o que a governança pública busca avaliar, direcionar e monitorar, por meio de mecanismos adequados de liderança, estratégia e controle (Capano et al., 2014).
Afirmativa IV: Errada. É uma dimensão da governabilidade, que é a capacidade do governo de exercer autoridade, coordenação e controle sobre a sociedade. Segundo Cavalcante (2015), a governabilidade é o processo pelo qual as decisões são tomadas e implementadas, levando em conta os interesses e as demandas dos diferentes atores envolvidos. A governabilidade depende do grau de legitimidade, consenso e apoio que o governo possui para realizar suas ações (Rose-Ackerman, 2017).
Afirmativa V: Errada. É uma característica da boa governança, que é o padrão desejável de desempenho da governança pública. Segundo Grindle (2017), o resultado da interação entre os poderes públicos e os cidadãos, que visa garantir a qualidade dos serviços públicos e a responsabilização dos gestores é um dos indicadores de boa governança, que reflete o nível de satisfação da sociedade com as políticas públicas implementadas pelo governo. A boa governança é o que a governança pública busca alcançar, por meio de mecanismos eficientes, eficazes e efetivos de gestão (Cavalcante, 2015).

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 15329. Osias Laborda de Araujo [***.551.432-**]

Recurso em: 17/10/2023 às 11:49:39

Tópico: NM17 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 36

Questionamento (Candidato):

A alternativa (e) é a correta. Todas as afirmativas estão de acordo com o conceito de governança aplicado na administração pública.

A afirmativa I afirma que a governança pública é a capacidade de formular e implementar políticas públicas de forma eficiente, eficaz e efetiva, com transparência e participação social. Essa afirmativa está correta, pois a governança pública visa garantir que as políticas públicas sejam formuladas e implementadas de forma a atender às necessidades da sociedade, de forma eficiente, eficaz e efetiva, com transparência e participação social.

A afirmativa II afirma que a governança pública é um conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a atuação da gestão. Essa afirmativa também está correta, pois a governança pública envolve um conjunto de mecanismos que visam garantir a eficiência, eficácia e efetividade da gestão pública.

A afirmativa III afirma que a governança pública é a forma como os recursos públicos são gerenciados, desde a sua arrecadação até a sua aplicação em programas e projetos de interesse da sociedade. Essa afirmativa está correta, pois a governança pública também envolve o gerenciamento dos recursos públicos, desde a sua arrecadação até a sua aplicação.

A afirmativa IV afirma que a governança pública é um processo pelo qual as decisões são tomadas e implementadas, levando em conta os interesses e as demandas dos diferentes atores envolvidos. Essa afirmativa também está correta, pois a governança pública visa garantir que as decisões sejam tomadas de forma transparente e participativa, levando em conta os interesses e as demandas dos diferentes atores envolvidos.

A afirmativa V afirma que a governança pública é o resultado da interação entre os poderes públicos e os cidadãos, que visa garantir a qualidade dos serviços públicos e a responsabilização dos gestores. Essa afirmativa também está correta, pois a governança pública visa garantir que os serviços públicos sejam prestados de forma de qualidade e que os gestores sejam responsabilizados por suas ações.

Portanto, a alternativa (e) é a correta, pois todas as afirmativas estão de acordo com o conceito de governança aplicado na administração pública.

Recurso (Candidato): Alterar o gabarito para a letra "E"

Parecer (Banca):

O conceito de governança aplicado na administração pública pode ser definido de diferentes formas, dependendo da perspectiva e do enfoque adotados. No entanto, há alguns elementos comuns que podem ser identificados nas diversas definições. Estarei usando algumas referências nas fundamentações:
Afirmativa I: Certa. Segundo R. K. Sapru (2012), a governança pública envolve a criação e implementação de políticas que atendem às necessidades da sociedade de maneira eficiente, eficaz e efetiva. Isso requer transparência no processo de tomada de decisões e a inclusão dos cidadãos. Portanto, a afirmação descreve um ideal para a governança pública, onde as políticas são criadas e implementadas com transparência e participação dos cidadãos.
Afirmativa II: Certa. É o conceito de governança pública segundo o Decreto nº 9.203, de 2017 e o Banco Mundial. De acordo com o Decreto nº 9.203, de 2017, a governança pública é o conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade. Esse conceito se aproxima da definição do Banco Mundial (2017), que entende a governança como a maneira pela qual o

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

poder é exercido no gerenciamento dos recursos econômicos e sociais para o desenvolvimento.
Afirmativa III: Errada. É um elemento da gestão pública, que é o objeto da governança. Segundo Bell e Hindmoor (2009), a gestão pública é a forma como os recursos públicos são gerenciados, desde a sua arrecadação até a sua aplicação em programas e projetos de interesse da sociedade. A gestão pública é o que a governança pública busca avaliar, direcionar e monitorar, por meio de mecanismos adequados de liderança, estratégia e controle (Capano et al., 2014).
Afirmativa IV: Errada. É uma dimensão da governabilidade, que é a capacidade do governo de exercer autoridade, coordenação e controle sobre a sociedade. Segundo Cavalcante (2015), a governabilidade é o processo pelo qual as decisões são tomadas e implementadas, levando em conta os interesses e as demandas dos diferentes atores envolvidos. A governabilidade depende do grau de legitimidade, consenso e apoio que o governo possui para realizar suas ações (Rose-Ackerman, 2017).
Afirmativa V: Errada. É uma característica da boa governança, que é o padrão desejável de desempenho da governança pública. Segundo Grindle (2017), o resultado da interação entre os poderes públicos e os cidadãos, que visa garantir a qualidade dos serviços públicos e a responsabilização dos gestores é um dos indicadores de boa governança, que reflete o nível de satisfação da sociedade com as políticas públicas implementadas pelo governo. A boa governança é o que a governança pública busca alcançar, por meio de mecanismos eficientes, eficazes e efetivos de gestão (Cavalcante, 2015).

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 15868. Camilla Batista Santana Dias [***.907.435-**]

Recurso em: 17/10/2023 às 11:39:07

Tópico: NM24 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 36

Questionamento (Candidato):

Existem diferenças entre governança e governabilidade. A governabilidade pode ser definida como as condições de legitimidade de um determinado governo. Já a governança se relaciona à capacidade de implementação das reformas nos seus aspectos técnicos, financeiros e gerenciais.

Logo, governança significa o que a Administração Pública realiza para assegurar que sua ação esteja direcionada para objetivos alinhados aos interesses da sociedade. Considerando o exposto todas as alternativas estão corretas.

Recurso (Candidato): Alterar o gabarito para a letra "E"

Parecer (Banca):

O conceito de governança aplicado na administração pública pode ser definido de diferentes formas, dependendo da perspectiva e do enfoque adotados. No entanto, há alguns elementos comuns que podem ser identificados nas diversas definições. Estarei usando algumas referências nas fundamentações:
Afirmativa I: Certa. Segundo R. K. Sapru (2012), a governança pública envolve a criação e implementação de políticas que atendem às necessidades da sociedade de maneira eficiente, eficaz e efetiva. Isso requer transparência no processo de tomada de decisões e a inclusão dos cidadãos. Portanto, a afirmação descreve um ideal para a governança pública, onde as políticas são criadas e implementadas com transparência e participação dos cidadãos.
Afirmativa II: Certa. É o conceito de governança pública segundo o Decreto nº 9.203, de 2017 e o Banco Mundial. De acordo com o Decreto nº 9.203, de 2017, a governança pública é o conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade. Esse conceito se aproxima da definição do Banco Mundial (2017), que entende a governança como a maneira pela qual o poder é exercido no gerenciamento dos recursos econômicos e sociais para o desenvolvimento.
Afirmativa III: Errada. É um elemento da gestão pública, que é o objeto da governança. Segundo Bell e Hindmoor (2009), a gestão pública é a forma como os recursos públicos são gerenciados, desde a sua arrecadação até a sua aplicação em programas e projetos de interesse da sociedade. A gestão pública é o que a governança pública busca avaliar, direcionar e monitorar, por meio de mecanismos adequados de liderança, estratégia e controle (Capano et al., 2014).
Afirmativa IV: Errada. É uma dimensão da governabilidade, que é a capacidade do governo de exercer autoridade, coordenação e controle sobre a sociedade. Segundo Cavalcante (2015), a governabilidade é o processo pelo qual as decisões são tomadas e implementadas, levando em conta os interesses e as demandas dos diferentes atores envolvidos. A governabilidade depende do grau de legitimidade, consenso e apoio que o governo possui para realizar suas ações (Rose-Ackerman, 2017).
Afirmativa V: Errada. É uma característica da boa governança, que é o padrão desejável de desempenho da governança pública. Segundo Grindle (2017), o resultado da interação entre os poderes públicos e os cidadãos, que visa garantir a qualidade dos serviços públicos e a responsabilização dos gestores é um dos indicadores de boa governança, que reflete o nível de satisfação da sociedade com as políticas públicas implementadas pelo governo. A boa governança é o que a governança pública busca alcançar, por meio de mecanismos eficientes, eficazes e efetivos de gestão (Cavalcante, 2015).

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 155. Tiago Gomes de Souza [***.055.392-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 11:05:17

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 37

Questionamento (Candidato):

Sobre a questão 37, a administração pública é sim “um conjunto de normas e princípios que regem a atuação por meio dos entes públicos”. Até porque temos a Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência como princípios fundamentais que os entes públicos e os seus agentes precisam seguir. Qual é a doutrina que vocês estão levando em consideração?

Recurso (Candidato): Alterar o gabarito para a letra "A"

Parecer (Banca):

Afirmativa I: certa. A administração pública no sentido subjetivo, formal ou orgânico é o conjunto de órgãos e agentes que exercem a função administrativa do Estado. Esse conceito é adotado por vários autores, como Silva (2010, p. 23), Motta e Vasconcelos (2012, p. 17), Alexandrino e Paulo (2014, p. 19), Bandeira de Mello (2015, p. 59) e Meirelles (2017, p. 63).
Afirmativa II: errada. O conjunto de normas e princípios que regem a atuação dos entes públicos não é o conceito de administração pública, mas sim o seu regime jurídico. O regime jurídico é o conjunto de regras que disciplinam a organização, o funcionamento, os direitos e as obrigações da administração pública e dos administrados. O regime jurídico da administração pública é baseado nos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
Afirmativa III: certa. A administração pública no sentido objetivo, material ou funcional é a atividade concreta e imediata que o Estado desenvolve para cumprir os seus fins. Esse conceito é adotado por vários autores, como Silva (2010, p. 23), Motta e Vasconcelos (2012, p. 17), Alexandrino e Paulo (2014, p. 19), Bandeira de Mello (2015, p. 59) e Meirelles (2017, p. 63).
Afirmativa IV: errada. A gestão dos bens e interesses da coletividade por parte das funções dos governantes não é o conceito de administração pública, mas sim o seu objeto ou finalidade. O objeto da administração pública é o bem comum ou o interesse público. A finalidade da administração pública é a satisfação das necessidades coletivas por meio da prestação de serviços públicos.
Afirmativa V: errada. A expressão política da vontade popular manifestada através do voto para a democracia representativa não é o conceito de administraação pública, mas sim a forma de governo. A forma de governo é o modo como se organiza a relação entre governantes e governados. A democracia representativa é a forma de governo em que o povo elege seus representantes por meio do voto periódico e livre.

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 434. Matheus de Souza Barbosa [***.398.752-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 12:06:12

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 37

Questionamento (Candidato):

Em que pese exista o conceito de administração pública pelos critérios formal/orgânico/subjetivo ou material/funcional/objetivo e que estes estão presentes nas alternativas "I e III", no qual resultaria na marcação da letra "B" como correta, o que foi perguntado na questão não foi sobre o conceito da administração segundo os conceitos relatados acima, e sim o conceito de administração segundo a doutrina majoritária em geral, sendo assim esta conceituação muito abrangente, dando margem para qualquer das definições expostas nas alternativas de "I a IV", só ficando de fora a definição que esta contida na "V" que fala sobre democracia representativa, e nada se relaciona com a questão. Pelo exposto, peço a anulação da questão por não ter alternativa correspondente.

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

Afirmativa I: certa. A administração pública no sentido subjetivo, formal ou orgânico é o conjunto de órgãos e agentes que exercem a função administrativa do Estado. Esse conceito é adotado por vários autores, como Silva (2010, p. 23), Motta e Vasconcelos (2012, p. 17), Alexandrino e Paulo (2014, p. 19), Bandeira de Mello (2015, p. 59) e Meirelles (2017, p. 63).
Afirmativa II: errada. O conjunto de normas e princípios que regem a atuação dos entes públicos não é o conceito de administração pública, mas sim o seu regime jurídico. O regime jurídico é o conjunto de regras que disciplinam a organização, o funcionamento, os direitos e as obrigações da administração pública e dos administrados. O regime jurídico da administração pública é baseado nos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
Afirmativa III: certa. A administração pública no sentido objetivo, material ou funcional é a atividade concreta e imediata que o Estado desenvolve para cumprir os seus fins. Esse conceito é adotado por vários autores, como Silva (2010, p. 23), Motta e Vasconcelos (2012, p. 17), Alexandrino e Paulo (2014, p. 19), Bandeira de Mello (2015, p. 59) e Meirelles (2017, p. 63).
Afirmativa IV: errada. A gestão dos bens e interesses da coletividade por parte das funções dos governantes não é o conceito de administração pública, mas sim o seu objeto ou finalidade. O objeto da administração pública é o bem comum ou o interesse público. A finalidade da administração pública é a satisfação das necessidades coletivas por meio da prestação de serviços públicos.
Afirmativa V: errada. A expressão política da vontade popular manifestada através do voto para a democracia representativa não é o conceito de administraação pública, mas sim a forma de governo. A forma de governo é o modo como se organiza a relação entre governantes e governados. A democracia representativa é a forma de governo em que o povo elege seus representantes por meio do voto periódico e livre.

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 2265. Julio Cesar Ribeiro dos Passos Filho [***.103.872-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 12:12:58

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 37

Questionamento (Candidato):

Questão mal elaborada passível de recurso.

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

Afirmativa I: certa. A administração pública no sentido subjetivo, formal ou orgânico é o conjunto de órgãos e agentes que exercem a função administrativa do Estado. Esse conceito é adotado por vários autores, como Silva (2010, p. 23), Motta e Vasconcelos (2012, p. 17), Alexandrino e Paulo (2014, p. 19), Bandeira de Mello (2015, p. 59) e Meirelles (2017, p. 63).
Afirmativa II: errada. O conjunto de normas e princípios que regem a atuação dos entes públicos não é o conceito de administração pública, mas sim o seu regime jurídico. O regime jurídico é o conjunto de regras que disciplinam a organização, o funcionamento, os direitos e as obrigações da administração pública e dos administrados. O regime jurídico da administração pública é baseado nos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
Afirmativa III: certa. A administração pública no sentido objetivo, material ou funcional é a atividade concreta e imediata que o Estado desenvolve para cumprir os seus fins. Esse conceito é adotado por vários autores, como Silva (2010, p. 23), Motta e Vasconcelos (2012, p. 17), Alexandrino e Paulo (2014, p. 19), Bandeira de Mello (2015, p. 59) e Meirelles (2017, p. 63).
Afirmativa IV: errada. A gestão dos bens e interesses da coletividade por parte das funções dos governantes não é o conceito de administração pública, mas sim o seu objeto ou finalidade. O objeto da administração pública é o bem comum ou o interesse público. A finalidade da administração pública é a satisfação das necessidades coletivas por meio da prestação de serviços públicos.
Afirmativa V: errada. A expressão política da vontade popular manifestada através do voto para a democracia representativa não é o conceito de administraação pública, mas sim a forma de governo. A forma de governo é o modo como se organiza a relação entre governantes e governados. A democracia representativa é a forma de governo em que o povo elege seus representantes por meio do voto periódico e livre.

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 5070. Beatriz dos Santos Maia [***.177.012-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 14:55:17

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 37

Questionamento (Candidato):

A alternativa B como gabarito está errado. Pois a afirmativa II também está correta tendo em vista que Administração Publica também representa um conjunto de normas e princípios que visam garantir o cumprimento de seus princípios como legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência que regem a atuação dos entes públicos. Por isso a questão deve ser anulada pois o correto seria que tivesse uma alternativa como resposta com as afirmativas I,II e II como gabarito

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

Afirmativa I: certa. A administração pública no sentido subjetivo, formal ou orgânico é o conjunto de órgãos e agentes que exercem a função administrativa do Estado. Esse conceito é adotado por vários autores, como Silva (2010, p. 23), Motta e Vasconcelos (2012, p. 17), Alexandrino e Paulo (2014, p. 19), Bandeira de Mello (2015, p. 59) e Meirelles (2017, p. 63).
Afirmativa II: errada. O conjunto de normas e princípios que regem a atuação dos entes públicos não é o conceito de administração pública, mas sim o seu regime jurídico. O regime jurídico é o conjunto de regras que disciplinam a organização, o funcionamento, os direitos e as obrigações da administração pública e dos administrados. O regime jurídico da administração pública é baseado nos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
Afirmativa III: certa. A administração pública no sentido objetivo, material ou funcional é a atividade concreta e imediata que o Estado desenvolve para cumprir os seus fins. Esse conceito é adotado por vários autores, como Silva (2010, p. 23), Motta e Vasconcelos (2012, p. 17), Alexandrino e Paulo (2014, p. 19), Bandeira de Mello (2015, p. 59) e Meirelles (2017, p. 63).
Afirmativa IV: errada. A gestão dos bens e interesses da coletividade por parte das funções dos governantes não é o conceito de administração pública, mas sim o seu objeto ou finalidade. O objeto da administração pública é o bem comum ou o interesse público. A finalidade da administração pública é a satisfação das necessidades coletivas por meio da prestação de serviços públicos.
Afirmativa V: errada. A expressão política da vontade popular manifestada através do voto para a democracia representativa não é o conceito de administraação pública, mas sim a forma de governo. A forma de governo é o modo como se organiza a relação entre governantes e governados. A democracia representativa é a forma de governo em que o povo elege seus representantes por meio do voto periódico e livre.

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 1468. Neida Siqueira Martins [***.420.602-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 20:14:34

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 37

Questionamento (Candidato):

Acredito e defendo por meio deste, que a questão está mal elaborada e que confundiu imensamente.

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

Afirmativa I: certa. A administração pública no sentido subjetivo, formal ou orgânico é o conjunto de órgãos e agentes que exercem a função administrativa do Estado. Esse conceito é adotado por vários autores, como Silva (2010, p. 23), Motta e Vasconcelos (2012, p. 17), Alexandrino e Paulo (2014, p. 19), Bandeira de Mello (2015, p. 59) e Meirelles (2017, p. 63).
Afirmativa II: errada. O conjunto de normas e princípios que regem a atuação dos entes públicos não é o conceito de administração pública, mas sim o seu regime jurídico. O regime jurídico é o conjunto de regras que disciplinam a organização, o funcionamento, os direitos e as obrigações da administração pública e dos administrados. O regime jurídico da administração pública é baseado nos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
Afirmativa III: certa. A administração pública no sentido objetivo, material ou funcional é a atividade concreta e imediata que o Estado desenvolve para cumprir os seus fins. Esse conceito é adotado por vários autores, como Silva (2010, p. 23), Motta e Vasconcelos (2012, p. 17), Alexandrino e Paulo (2014, p. 19), Bandeira de Mello (2015, p. 59) e Meirelles (2017, p. 63).
Afirmativa IV: errada. A gestão dos bens e interesses da coletividade por parte das funções dos governantes não é o conceito de administração pública, mas sim o seu objeto ou finalidade. O objeto da administração pública é o bem comum ou o interesse público. A finalidade da administração pública é a satisfação das necessidades coletivas por meio da prestação de serviços públicos.
Afirmativa V: errada. A expressão política da vontade popular manifestada através do voto para a democracia representativa não é o conceito de administraação pública, mas sim a forma de governo. A forma de governo é o modo como se organiza a relação entre governantes e governados. A democracia representativa é a forma de governo em que o povo elege seus representantes por meio do voto periódico e livre.

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 7246. Junia dos Santos Nascimento [***.008.062-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 20:30:56

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 37

Questionamento (Candidato):

A diferença entre Administração Pública e administração pública
FUNÇÃO ADMINISTRATIVA ATIVIDADE ADMINISTRATIVA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIREITO ADMINISTRATIVO

A diferença entre Administração Pública e administração pública
Publicado por Camilla Galvão
Há 8 anos
Por Camilla Galvão

O título deste artigo parece estar equivocado, entretanto se lido com atenção é possível notar que existe uma diferença entre as expressões Administração Pública e administração pública. A diferença está, exatamente, nas letras capitalizadas.
É que no Direito Administrativo as expressões Administração Pública grafada com letra maiúscula ou minúscula apresentam conotações diferentes. Administração Pública com letra maiúscula significa a estrutura administrativa, ou seja, representa o conjunto de órgãos, entidades e agentes que exercem a função administrativa e representa o sentido subjetivo da palavra. Por outro lado, a mesma expressão grafada com letras minúsculas significa a atividade administrativa e é utilizada para representar o sentido objetivo da palavra.
O professor baiano Dirley da Cunha Junior, afirma que Administração Pública "corresponde à face do Estado (Estado-Administração) que atua no desempenho da função administrativa, objetivando atender concretamente os interesses coletivos". Ou seja, no sentido subjetivo, formal e orgânico, Administração Pública, grafada com letras maiúsculas é o conjunto de entidades jurídicas, seja de direito público ou privado, de órgãos e agentes que formam o aparelho orgânico da administração, representando a estrutura administrativa.
Por sua vez, no sentido objetivo, material ou funcional, administração pública, escrita com letras minúsculas, corresponde ao conjunto de atividades ou funções de caráter essencialmente administrativo, que têm como objetivo realizar de forma concreta, direta e imediata os fins constitucionais atribuídos ao Estado.
A pergunta está com formulação dúbia, pois o examinador quando propôs como resposta a letra "b", o fez como se estivesse grafado (Administração Pública), quando na verdade grafou (administração pública), o que torna incompatível o enunciado e a resposta ofertada pela banca. Tal equivoco, trouxe para a análise do examinados uma certa confusão.

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

Afirmativa I: certa. A administração pública no sentido subjetivo, formal ou orgânico é o conjunto de órgãos e agentes que exercem a função administrativa do Estado. Esse conceito é adotado por vários autores, como Silva (2010, p. 23), Motta e Vasconcelos (2012, p. 17), Alexandrino e Paulo (2014, p. 19), Bandeira de Mello (2015, p. 59) e Meirelles (2017, p. 63).
Afirmativa II: errada. O conjunto de normas e princípios que regem a atuação dos entes públicos não é o conceito de administração pública, mas sim o seu regime jurídico. O regime jurídico é o conjunto de regras que disciplinam a organização, o funcionamento, os direitos e as obrigações da administração pública e dos administrados. O regime jurídico da administração pública é baseado nos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
Afirmativa III: certa. A administração pública no sentido objetivo, material ou funcional é a atividade concreta e imediata que o Estado desenvolve para cumprir os seus fins. Esse conceito é adotado por vários autores, como Silva (2010, p. 23), Motta e Vasconcelos (2012, p. 17), Alexandrino e Paulo (2014, p. 19), Bandeira de Mello (2015, p. 59) e Meirelles (2017, p. 63).
Afirmativa IV: errada. A gestão dos bens e interesses da coletividade por parte das funções dos governantes não é o conceito de administração pública, mas sim o seu objeto ou finalidade. O objeto da administração

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

pública é o bem comum ou o interesse público. A finalidade da administração pública é a satisfação das necessidades coletivas por meio da prestação de serviços públicos.
Afirmativa V: errada. A expressão política da vontade popular manifestada através do voto para a democracia representativa não é o conceito de administraação pública, mas sim a forma de governo. A forma de governo é o modo como se organiza a relação entre governantes e governados. A democracia representativa é a forma de governo em que o povo elege seus representantes por meio do voto periódico e livre.

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 6164. Rayna Lorena Ferrreira Barroso [***.139.102-**]

Recurso em: 17/10/2023 às 09:41:28

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 37

Questionamento (Candidato):

Ao analisarmos os itens, verificamos o seguinte:
I. CORRETO: Administração Pública em sentindo subjetivo;
II. ERRADO: Conceito de Direito Administrativo e não Administração Pública;
III. CORRETO: Conceito de Administração Pública de Alexandre de Moraes;
IV. CORRETO: Conceito de Administração Pública de Hely Lopes Meirelles.
V. ERRADO: Conceito de Sufrágio e Voto.

Assim, observamos que os Itens I, III e IV estão CORRETOS e a questão não possui resposta, devendo ser anulada.

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

Afirmativa I: certa. A administração pública no sentido subjetivo, formal ou orgânico é o conjunto de órgãos e agentes que exercem a função administrativa do Estado. Esse conceito é adotado por vários autores, como Silva (2010, p. 23), Motta e Vasconcelos (2012, p. 17), Alexandrino e Paulo (2014, p. 19), Bandeira de Mello (2015, p. 59) e Meirelles (2017, p. 63).
Afirmativa II: errada. O conjunto de normas e princípios que regem a atuação dos entes públicos não é o conceito de administração pública, mas sim o seu regime jurídico. O regime jurídico é o conjunto de regras que disciplinam a organização, o funcionamento, os direitos e as obrigações da administração pública e dos administrados. O regime jurídico da administração pública é baseado nos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
Afirmativa III: certa. A administração pública no sentido objetivo, material ou funcional é a atividade concreta e imediata que o Estado desenvolve para cumprir os seus fins. Esse conceito é adotado por vários autores, como Silva (2010, p. 23), Motta e Vasconcelos (2012, p. 17), Alexandrino e Paulo (2014, p. 19), Bandeira de Mello (2015, p. 59) e Meirelles (2017, p. 63).
Afirmativa IV: errada. A gestão dos bens e interesses da coletividade por parte das funções dos governantes não é o conceito de administração pública, mas sim o seu objeto ou finalidade. O objeto da administração pública é o bem comum ou o interesse público. A finalidade da administração pública é a satisfação das necessidades coletivas por meio da prestação de serviços públicos.
Afirmativa V: errada. A expressão política da vontade popular manifestada através do voto para a democracia representativa não é o conceito de administraação pública, mas sim a forma de governo. A forma de governo é o modo como se organiza a relação entre governantes e governados. A democracia representativa é a forma de governo em que o povo elege seus representantes por meio do voto periódico e livre.

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 12304. Thomas Cunha de Souza [***.515.292-**]

Recurso em: 17/10/2023 às 13:52:55

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 37

Questionamento (Candidato):

Administração Pública é o conjunto de órgãos, serviços e agentes do Estado que procura satisfazer as necessidades da sociedade, tais como educação, cultura, segurança, saúde, dentre outras áreas. Em outras palavras, Administração Pública é a gestão dos interesses públicos por meio da prestação de serviços públicos.

Hely Lopes Meirelles assinala que, numa visão global, a Administração é, pois, “todo o aparelhamento do Estado preordenado à realização de serviços, visando à satisfação das necessidades coletivas. A Administração não pratica atos de governo; praticam, tão-somente, atos de execução, com maior ou menor autonomia funcional, segundo a competência do órgão e seus agentes” (MEIRELLES, 2010, p. 65-66).
Hely Lopes Meirelles ainda refere:
[...] na administração pública essas ordens e instruções estão concretizadas nas leis, regulamentos e atos especiais, dentro da moral da instituição. Daí o dever indeclinável de o administrador público agir segundo os preceitos do Direito e da Moral administrativa, porque tais preceitos é que expressam a vontade do titular dos interesses administrativos – o povo – e condicionam os atos a serem praticados no desempenho do múnus público que lhe é confiado (MEIRELLES, 2010, p. 87).

O autor enfatiza que os fins da Administração Pública se resumem num único objetivo: o bem comum da coletividade administrada. Toda atividade do administrador público deve ser orientada para esse objetivo. Se dele o administrador se afasta ou desvia, trai o mandato de que está investido, porque a comunidade não institui a Administração senão como meio de atingir o bem-estar social. Ilícito e imoral será todo o ato administrativo que não for praticado no interesse da coletividade.

Partindo do exposto, as alternativas I – II – III – IV estão corretas. Visto que não há uma alternativa que englobe essas todas como corretas, solicito a anulação da questão devido a má estruturação das alternativas de resposta.

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

Afirmativa I: certa. A administração pública no sentido subjetivo, formal ou orgânico é o conjunto de órgãos e agentes que exercem a função administrativa do Estado. Esse conceito é adotado por vários autores, como Silva (2010, p. 23), Motta e Vasconcelos (2012, p. 17), Alexandrino e Paulo (2014, p. 19), Bandeira de Mello (2015, p. 59) e Meirelles (2017, p. 63).
Afirmativa II: errada. O conjunto de normas e princípios que regem a atuação dos entes públicos não é o conceito de administração pública, mas sim o seu regime jurídico. O regime jurídico é o conjunto de regras que disciplinam a organização, o funcionamento, os direitos e as obrigações da administração pública e dos administrados. O regime jurídico da administração pública é baseado nos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
Afirmativa III: certa. A administração pública no sentido objetivo, material ou funcional é a atividade concreta e imediata que o Estado desenvolve para cumprir os seus fins. Esse conceito é adotado por vários autores, como Silva (2010, p. 23), Motta e Vasconcelos (2012, p. 17), Alexandrino e Paulo (2014, p. 19), Bandeira de Mello (2015, p. 59) e Meirelles (2017, p. 63).
Afirmativa IV: errada. A gestão dos bens e interesses da coletividade por parte das funções dos governantes não é o conceito de administração pública, mas sim o seu objeto ou finalidade. O objeto da administração pública é o bem comum ou o interesse público. A finalidade da administração pública é a satisfação das necessidades coletivas por meio da prestação de serviços públicos.
Afirmativa V: errada. A expressão política da vontade popular manifestada através do voto para a democracia representativa não é o conceito de administraação pública, mas sim a forma de governo. A forma de governo é o modo como se organiza a relação entre governantes e governados. A democracia representativa é a

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

forma de governo em que o povo elege seus representantes por meio do voto periódico e livre.

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 5134. Mateus Gomes de Souza [***.344.872-**]

Recurso em: 17/10/2023 às 16:53:43

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 37

Questionamento (Candidato):

Segundo Maria Sylvia Di Pietro: "Assim, em sentido material ou objetivo, a Administração Pública pode ser definida como a atividade concreta e imediata que o Estado desenvolve, sob regime jurídico total ou parcialmente público, para a consecução dos interesses coletivos."

Na afirmativa III foi afirmado que a atividade concreta e imediata que o Estado desenvolve para cumprir os "seus fins". Divergindo do conceito trazido pela autora Di Pietro, que diz que é para a consecução dos "interesses coletivos".

Motivo esse que prejudicou a análise da afirmativa levando em conta a literatura do autora.
Portanto, solicito, respeitosamente, a anulação da questão.

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

Afirmativa I: certa. A administração pública no sentido subjetivo, formal ou orgânico é o conjunto de órgãos e agentes que exercem a função administrativa do Estado. Esse conceito é adotado por vários autores, como Silva (2010, p. 23), Motta e Vasconcelos (2012, p. 17), Alexandrino e Paulo (2014, p. 19), Bandeira de Mello (2015, p. 59) e Meirelles (2017, p. 63).
Afirmativa II: errada. O conjunto de normas e princípios que regem a atuação dos entes públicos não é o conceito de administração pública, mas sim o seu regime jurídico. O regime jurídico é o conjunto de regras que disciplinam a organização, o funcionamento, os direitos e as obrigações da administração pública e dos administrados. O regime jurídico da administração pública é baseado nos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
Afirmativa III: certa. A administração pública no sentido objetivo, material ou funcional é a atividade concreta e imediata que o Estado desenvolve para cumprir os seus fins. Esse conceito é adotado por vários autores, como Silva (2010, p. 23), Motta e Vasconcelos (2012, p. 17), Alexandrino e Paulo (2014, p. 19), Bandeira de Mello (2015, p. 59) e Meirelles (2017, p. 63).
Afirmativa IV: errada. A gestão dos bens e interesses da coletividade por parte das funções dos governantes não é o conceito de administração pública, mas sim o seu objeto ou finalidade. O objeto da administração pública é o bem comum ou o interesse público. A finalidade da administração pública é a satisfação das necessidades coletivas por meio da prestação de serviços públicos.
Afirmativa V: errada. A expressão política da vontade popular manifestada através do voto para a democracia representativa não é o conceito de administraação pública, mas sim a forma de governo. A forma de governo é o modo como se organiza a relação entre governantes e governados. A democracia representativa é a forma de governo em que o povo elege seus representantes por meio do voto periódico e livre.

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 434. Matheus de Souza Barbosa [***.398.752-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 11:59:18

Tópico: NM15 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 37

Questionamento (Candidato):

Em que pese exista o conceito de administração pública pelos critérios formal/orgânico/subjetivo ou material/funcional/objetivo e que estes estão presentes nas alternativas "I e III", no qual resultaria na marcação da letra "B" como correta, o que foi perguntado na questão não foi sobre o conceito da administração segundo os conceitos relatados acima, e sim o conceito de administração segundo a doutrina majoritária em geral, sendo assim esta conceituação muito abrangente, dando margem para qualquer das definições expostas nas alternativas de "I a IV", só ficando de fora a definição que esta contida na "V" que fala sobre democracia representativa, e nada se relaciona com a questão. Pelo exposto peço a anulação da questão por não ter alternativa correspondente.

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

Afirmativa I: certa. A administração pública no sentido subjetivo, formal ou orgânico é o conjunto de órgãos e agentes que exercem a função administrativa do Estado. Esse conceito é adotado por vários autores, como Silva (2010, p. 23), Motta e Vasconcelos (2012, p. 17), Alexandrino e Paulo (2014, p. 19), Bandeira de Mello (2015, p. 59) e Meirelles (2017, p. 63).
Afirmativa II: errada. O conjunto de normas e princípios que regem a atuação dos entes públicos não é o conceito de administração pública, mas sim o seu regime jurídico. O regime jurídico é o conjunto de regras que disciplinam a organização, o funcionamento, os direitos e as obrigações da administração pública e dos administrados. O regime jurídico da administração pública é baseado nos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
Afirmativa III: certa. A administração pública no sentido objetivo, material ou funcional é a atividade concreta e imediata que o Estado desenvolve para cumprir os seus fins. Esse conceito é adotado por vários autores, como Silva (2010, p. 23), Motta e Vasconcelos (2012, p. 17), Alexandrino e Paulo (2014, p. 19), Bandeira de Mello (2015, p. 59) e Meirelles (2017, p. 63).
Afirmativa IV: errada. A gestão dos bens e interesses da coletividade por parte das funções dos governantes não é o conceito de administração pública, mas sim o seu objeto ou finalidade. O objeto da administração pública é o bem comum ou o interesse público. A finalidade da administração pública é a satisfação das necessidades coletivas por meio da prestação de serviços públicos.
Afirmativa V: errada. A expressão política da vontade popular manifestada através do voto para a democracia representativa não é o conceito de administraação pública, mas sim a forma de governo. A forma de governo é o modo como se organiza a relação entre governantes e governados. A democracia representativa é a forma de governo em que o povo elege seus representantes por meio do voto periódico e livre.

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 1046. Ingrid Grana Bezerra [***.213.152-**]

Recurso em: 17/10/2023 às 15:55:55

Tópico: NM15 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 37

Questionamento (Candidato):

As proposições I, II, III, IV podem ser consideradas verdadeiras. De acordo com o autor Dirley da Cunha Junior, em Curso de Direito Administrativo (2012), a Administração Pública pode ser definida por duas perspectivas: Subjetivo, em que a Administração Pública abrange entes jurídicos, órgãos e agentes públicos; e Objetivo, abrangendo as funções essencialmente administrativas que realizam os fins constitucionalmente atribuídos ao Estado. O Referido autor ainda coloca que a Administração Pública age concretamente, com injunções e regulamentações, e diretamente prestando serviços e atendendo as necessidades da coletividade.
Além do autor acima citado, de acordo com o site Jusbrasil (https://www.jusbrasil.com.br/artigos/a-administracao-publica-e-suas-funcoes/195654350), a Administração Pública é a gestão dos interesses públicos, sendo o " ... conjunto harmônico de princípios jurídicos que regem os órgãos, os agentes e as atividades públicas tendentes a realizar concreta, direta e imediatamente os fins desejados pelo Estado."

Anexo (Candidato):

https://drive.google.com/open?id=1y_kBLAEniOjAXyXWz3AcCPt7bzXvjjPP

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

Afirmativa I: certa. A administração pública no sentido subjetivo, formal ou orgânico é o conjunto de órgãos e agentes que exercem a função administrativa do Estado. Esse conceito é adotado por vários autores, como Silva (2010, p. 23), Motta e Vasconcelos (2012, p. 17), Alexandrino e Paulo (2014, p. 19), Bandeira de Mello (2015, p. 59) e Meirelles (2017, p. 63).
Afirmativa II: errada. O conjunto de normas e princípios que regem a atuação dos entes públicos não é o conceito de administração pública, mas sim o seu regime jurídico. O regime jurídico é o conjunto de regras que disciplinam a organização, o funcionamento, os direitos e as obrigações da administração pública e dos administrados. O regime jurídico da administração pública é baseado nos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
Afirmativa III: certa. A administração pública no sentido objetivo, material ou funcional é a atividade concreta e imediata que o Estado desenvolve para cumprir os seus fins. Esse conceito é adotado por vários autores, como Silva (2010, p. 23), Motta e Vasconcelos (2012, p. 17), Alexandrino e Paulo (2014, p. 19), Bandeira de Mello (2015, p. 59) e Meirelles (2017, p. 63).
Afirmativa IV: errada. A gestão dos bens e interesses da coletividade por parte das funções dos governantes não é o conceito de administração pública, mas sim o seu objeto ou finalidade. O objeto da administração pública é o bem comum ou o interesse público. A finalidade da administração pública é a satisfação das necessidades coletivas por meio da prestação de serviços públicos.
Afirmativa V: errada. A expressão política da vontade popular manifestada através do voto para a democracia representativa não é o conceito de administraação pública, mas sim a forma de governo. A forma de governo é o modo como se organiza a relação entre governantes e governados. A democracia representativa é a forma de governo em que o povo elege seus representantes por meio do voto periódico e livre.

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 11772. Paloma Almeida de Souza [***.938.392-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 22:11:32

Tópico: NM24 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 37

Questionamento (Candidato):

Recurso- Questão 37

37. Segundo a doutrina majoritária, o conceito de administração pública representa o(a):
I. conjunto de órgãos e agentes que exercem a função administrativa do Estado.
II. conjunto de normas e princípios que regem a atuação por meio dos entes públicos.
III. atividade concreta e imediata que o Estado desenvolve para cumprir os seus fins.
IV. gestão dos bens e interesses da coletividade por parte das funções dos governantes.
V. expressão política da vontade popular manifestada através do voto para a democracia representativa. Assinale a alternativa CORRETA:

a) Somente as afirmativas I e II são verdadeiras.
b) Somente as afirmativas I e III são verdadeiras.
c) Somente as afirmativas II e IV são verdadeiras.
d) Somente as afirmativas III e V são verdadeiras.
e) Somente as afirmativas IV e V são verdadeiras.

Segundo o gabarito preliminar, a alternativa correta seria a letra B, onde somente as afirmativas I e III seriam as corretas.

Hely Lopes Meirelles (2018) esclarece que a administração é um instrumento que tem o Estado para colocar em prática as decisões do governo. Assim, o Direito Administrativo é a esfera do Direito Público Interno que, mediante regras e princípios exclusivos, regulamenta o exercício da função administrativa que é exercida por agentes públicos, órgãos públicos, pessoas jurídicas de Direito Público, em outras palavras, pela Administração Pública. O Direito Administrativo teve início na França, entre o final do século XVIII e início do século XIX, baseado no princípio da legalidade e da separação. Ele foi reconhecido como um ramo autônomo do direito no início do processo de desenvolvimento do Estado de Direito. Ele é a esfera do Direito Público que trata de princípios e regras que disciplinam a função administrativa exercida por agentes públicos, órgãos, pessoas jurídicas de Direito Público, assim como atividades que sejam desempenhadas pela Administração Pública. Embora o poder administrativo seja exercido pelo Executivo, existem exceções nas quais o Legislativo ou até mesmo o Judiciário podem assumir o seu exercício. Essas situações são previstas no Artigo 2º da Constituição Federal e autorizam a ação excepcional dos demais poderes, aspirando reconstituir a harmonia em nome do interesse coletivo.

Percebe-se que o conceito de administração pública não pode ser conceituado apenas e exclusivamente ao poder de gestão das coisas do Estado – ou de mero planejamento e execução, consoante o singelo conceito de administração acima mencionado –, vez que indissociáveis as finalidades que permeiam a conduta de todo o servidor público, na acepção mais ampla do termo, no atendimento dos anseios sociais, por intermédio do cumprimento das obrigações prestacionais advindas do ordenamento jurídico, notadamente das normas constitucionais assecuratórias dos Direitos Fundamentais.

Ademais, a Constituição Federal em seu art. 37, caput, menciona “A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: ” (...)

Sendo assim, a administração pública pode ser definida de forma objetiva e subjetiva. A forma objetiva (material ou funcional) seria onde a Administração Pública designa a natureza da atividade exercida pelos referidos entes; nesse sentido, a Administração Pública é a própria função administrativa que incumbe, predominantemente, ao Poder Executivo. Já a forma subjetiva (formal ou orgânico) seria onde a Administração Pública designa os entes que exercem a atividade administrativa; compreende pessoas jurídicas, órgãos e agentes públicos incumbidos de exercer uma das funções em que se triparte a atividade estatal: a função administrativa. Tudo isso, levando em consideração os princípios que regem a Administração Pública (art. 37, CRFB/88).

Diante disso, nota-se que a Administração Pública também é um conjunto de normas e princípios que

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

regem a atuação por meio dos entes públicos. Logo é possível verificar que as afirmativas I, II e III estão corretas. Porém, não há esta alternativa na presente questão, devendo ser anulada.

Anexo (Candidato):

https://drive.google.com/open?id=1vwkb5jP3nLXeTZK7gabUiTp6wSzezA5b

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

Afirmativa I: certa. A administração pública no sentido subjetivo, formal ou orgânico é o conjunto de órgãos e agentes que exercem a função administrativa do Estado. Esse conceito é adotado por vários autores, como Silva (2010, p. 23), Motta e Vasconcelos (2012, p. 17), Alexandrino e Paulo (2014, p. 19), Bandeira de Mello (2015, p. 59) e Meirelles (2017, p. 63).
Afirmativa II: errada. O conjunto de normas e princípios que regem a atuação dos entes públicos não é o conceito de administração pública, mas sim o seu regime jurídico. O regime jurídico é o conjunto de regras que disciplinam a organização, o funcionamento, os direitos e as obrigações da administração pública e dos administrados. O regime jurídico da administração pública é baseado nos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
Afirmativa III: certa. A administração pública no sentido objetivo, material ou funcional é a atividade concreta e imediata que o Estado desenvolve para cumprir os seus fins. Esse conceito é adotado por vários autores, como Silva (2010, p. 23), Motta e Vasconcelos (2012, p. 17), Alexandrino e Paulo (2014, p. 19), Bandeira de Mello (2015, p. 59) e Meirelles (2017, p. 63).
Afirmativa IV: errada. A gestão dos bens e interesses da coletividade por parte das funções dos governantes não é o conceito de administração pública, mas sim o seu objeto ou finalidade. O objeto da administração pública é o bem comum ou o interesse público. A finalidade da administração pública é a satisfação das necessidades coletivas por meio da prestação de serviços públicos.
Afirmativa V: errada. A expressão política da vontade popular manifestada através do voto para a democracia representativa não é o conceito de administraação pública, mas sim a forma de governo. A forma de governo é o modo como se organiza a relação entre governantes e governados. A democracia representativa é a forma de governo em que o povo elege seus representantes por meio do voto periódico e livre.

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 279. Kevin Matheus Rodrigues Ribeiro [***.024.372-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 10:20:31

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 38

Questionamento (Candidato):

Venho respeitosamente solicitar a V. Sª., análise do(s) questionamento(s), termos em que peço e aguardo deferimento

QUESTÃO: 38 — CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Observação: Solicita-se a alteração do gabarito da questão 38, considerando os seguintes argumentos:

A banca indicou como gabarito da questão 38 a letra C como a correta. No entanto, de acordo com Hely Lopes Meirelles, agentes públicos "são todas as pessoas físicas incumbidas, definitiva ou transitoriamente, do exercício de alguma função estatal".

Neste contexto, inserem-se os militares, sendo classificado como militares os membros das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros dos Estados, Distrito Federal e Territórios e os membros das Forças Armadas, (Marinha, Exercito e Aeronáutica).

Ainda, segundo Marcelo Alexandrino e Vicente Paulo, "conforme se constata, a expressão 'agente público' tem sentido amplo, englobando todos os indivíduos que, a qualquer título, exercem uma função pública, remunerada ou gratuita, permanente ou transitória, política ou meramente administrativa, como prepostos do Estado".

Visto isso, a banca não considera, dentre as assertivas corretas, a afirmativa VI da questão 38 — "os agentes públicos são todas as pessoas físicas que exercem alguma função pública, seja de forma permanente ou temporária, remunerada ou gratuita, como os servidores públicos, os empregados públicos, os militares, os agentes políticos e os agentes credenciados". pois, segundo a doutrina majoritária, o militares são, de fato, agentes públicos.

Assim, solicita-se a alteração do gabarito para a letra A, pois é a única que assertiva que, de fato, abrange todas as respostas corretas e adequadas (I, II, III, IV e VI).

Referências:

MEIRELLES, H. L. Direito Administrativo Brasileiro. 42ª ed. São Paulo: Malheiros, 2015, p. 79)

ALEXANDRINO, Marcelo. PAULO, Vicente. Direito Administrativo Descomplicado. 20ª ed. São Paulo: Método, 2012, p. 124.

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Recurso (Candidato): Alterar o gabarito para a letra "A"

Parecer (Banca):

Abaixo disponibilizo o embassamento das afirmativas com alguns autores referências:
Afirmativa I: Verdadeira De acordo com Medeiros (2022), Di Pietro (2020) e Gasparini (2019), a administração direta é composta pelos órgãos integrados na estrutura administrativa da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
Afirmativa II: Verdadeira De acordo com Medeiros (2022), Di Pietro (2020) e Mello (2018), a administração indireta é formada pelas entidades dotadas de personalidade jurídica própria, que prestam serviços públicos ou de interesse público, sob controle ou tutela do Estado.
Afirmativa III: Verdadeira De acordo com Di Pietro (2020) e Mello (2018), as entidades políticas são aquelas que possuem autonomia política, administrativa e financeira, como a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.
Afirmativa IV: Verdadeira De acordo com Medeiros (2022), Di Pietro (2020) e Carvalho Filho (2020), as entidades administrativas são aquelas que exercem funções delegadas pelo Estado, sem autonomia política, mas com autonomia administrativa e financeira limitada, como as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas e as sociedades de economia mista.
Afirmativa V: Falsa Segundo Di Pietro (2020), Mello (2018), Leite (2013) e Eduado Gonçalves (2012) os órgãos públicos não possuem personalidade jurídica, mas sim capacidade administrativa. Eles não representam a pessoa jurídica a que pertencem, mas sim a expressam.
Afirmativa VI: Falsa Segundo Alexandrino e Paulo (2021), Di Pietro (2020) e Carvalho Filho (2020), os agentes credenciados não são agentes públicos, mas sim colaboradores eventuais do Estado. Eles são pessoas físicas ou jurídicas que recebem uma delegação do Estado para exercer uma atividade específica, mas não integram a Administração Pública.
Afirmativa VII: Verdadeira De acordo com Alexandrino e Paulo (2021), Di Pietro (2020), Mello (2018) e Bacellar Filho et al. (2016), os poderes do administrador público são aqueles conferidos pela lei para o exercício das funções administrativas, como o poder vinculado, o poder discricionário, o poder hierárquico, o poder disciplinar, o poder regulamentar e o poder de polícia.
Afirmativa VIII: Falsa De acordo com Alexandrino e Paulo (2021), Di Pietro (2020), Mello (2018) e Bacellar Filho et al. (2016), os deveres do administrador público não são aqueles impostos pela lei, quando na verdade ele é imposto pela Constituição Federal de 1988, que inclui esse princípio entre os que regem a Administração Pública, como o dever de legalidade, de impessoalidade, de moralidade, de publicidade, de eficiência, de probidade e de prestação de contas.

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 1172. Juliana de Assis Chaves [***.842.572-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 11:22:16

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 38

Questionamento (Candidato):

Solicito a Anulação da Questão por Motivo de Inexistência de Gabarito Correto.

Item VI:

Para José dos Santos Filho, o conceito de agentes possui sentido amplo, representando o conjunto de pessoas que, a qualquer título, exercem a função pública como prepostos do Estado.

Para Hely Lopes Meireles conceitua agentes públicos como ''todas as pessoas físicas incumbidas, definitiva ou transitoriamente, do exercício de alguma função estatal''.

Essa concepção ampla de agente público encontra-se positivada na Lei de Improbidade Administrativa (Lei 8429/92)

Art. 2° Reputa-se agente público, para efeitos desta lei, todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nas entidades mencionadas no artigo anterior.

Assim, podemos dizer que são agentes públicos as pessoas físicas que exercem atribuições políticas, como o Presidente da República e os parlamentares; as pessoas físicas que exercem atribuições administrativas, a exemplo dos servidores efetivos e comissionados, dos empregos públicos, dos agentes temporários e dos militares. Também se inserem nesse conceito amplo, as pessoas que atuam em entidades privadas, mas que prestam serviços públicos mediante delegação do Estado, como um motorista de uma concessionária de serviço público, enquanto presta serviço de transporte à população. Ainda exemplificando, também são agentes públicos aqueles que não possuem um vínculo de trabalho formal com o estado, mas exercem função pública em casos especiais, como ocorre com os mesários eleitorais. Por fim, até mesmo o estagiário de um órgão público é agente público nesse sentido amplo.

Item V:
Órgão não tem personalidade, é só fruto da desconcentração;

Dito isso, questão passível de anulação, tendo em vista que todas estariam corretas, mas como destacado, existe um erro na assertiva V;

O gabarito que foi dado como correto exclui o item VI como assertiva verdadeira

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

Abaixo disponibilizo o embassamento das afirmativas com alguns autores referências:
Afirmativa I: Verdadeira De acordo com Medeiros (2022), Di Pietro (2020) e Gasparini (2019), a administração direta é composta pelos órgãos integrados na estrutura administrativa da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
Afirmativa II: Verdadeira De acordo com Medeiros (2022), Di Pietro (2020) e Mello (2018), a administração indireta é formada pelas entidades dotadas de personalidade jurídica própria, que prestam serviços públicos ou de interesse público, sob controle ou tutela do Estado.
Afirmativa III: Verdadeira De acordo com Di Pietro (2020) e Mello (2018), as entidades políticas são aquelas que possuem autonomia política, administrativa e financeira, como a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.
Afirmativa IV: Verdadeira De acordo com Medeiros (2022), Di Pietro (2020) e Carvalho Filho (2020), as entidades administrativas são aquelas que exercem funções delegadas pelo Estado, sem autonomia política, mas com autonomia administrativa e financeira limitada, como as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas e as sociedades de economia mista.
Afirmativa V: Falsa Segundo Di Pietro (2020), Mello (2018), Leite (2013) e Eduado Gonçalves (2012) os órgãos públicos não possuem personalidade jurídica, mas sim capacidade administrativa. Eles não representam a pessoa jurídica a que pertencem, mas sim a expressam.
Afirmativa VI: Falsa Segundo Alexandrino e Paulo (2021), Di Pietro (2020) e Carvalho Filho (2020), os agentes credenciados não são agentes públicos, mas sim colaboradores eventuais do Estado. Eles são pessoas físicas ou jurídicas que recebem uma delegação do Estado para exercer uma atividade específica, mas não integram a Administração Pública.
Afirmativa VII: Verdadeira De acordo com Alexandrino e Paulo (2021), Di Pietro (2020), Mello (2018) e Bacellar Filho et al. (2016), os poderes do administrador público são aqueles conferidos pela lei para o exercício das funções administrativas, como o poder vinculado, o poder discricionário, o poder hierárquico, o poder disciplinar, o poder regulamentar e o poder de polícia.
Afirmativa VIII: Falsa De acordo com Alexandrino e Paulo (2021), Di Pietro (2020), Mello (2018) e Bacellar Filho et al. (2016), os deveres do administrador público não são aqueles impostos pela lei, quando na verdade ele é imposto pela Constituição Federal de 1988, que inclui esse princípio entre os que regem a Administração Pública, como o dever de legalidade, de impessoalidade, de moralidade, de publicidade, de eficiência, de probidade e de prestação de contas.

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 8477. Kennedy Oliveira Costa [***.965.872-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 12:36:58

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 38

Questionamento (Candidato):

Todas as alternativas estão corretas com exceção da V, pois Órgãos Públicos não possuem personalidade jurídica própria.

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

Abaixo disponibilizo o embassamento das afirmativas com alguns autores referências:
Afirmativa I: Verdadeira De acordo com Medeiros (2022), Di Pietro (2020) e Gasparini (2019), a administração direta é composta pelos órgãos integrados na estrutura administrativa da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
Afirmativa II: Verdadeira De acordo com Medeiros (2022), Di Pietro (2020) e Mello (2018), a administração indireta é formada pelas entidades dotadas de personalidade jurídica própria, que prestam serviços públicos ou de interesse público, sob controle ou tutela do Estado.
Afirmativa III: Verdadeira De acordo com Di Pietro (2020) e Mello (2018), as entidades políticas são aquelas que possuem autonomia política, administrativa e financeira, como a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.
Afirmativa IV: Verdadeira De acordo com Medeiros (2022), Di Pietro (2020) e Carvalho Filho (2020), as entidades administrativas são aquelas que exercem funções delegadas pelo Estado, sem autonomia política, mas com autonomia administrativa e financeira limitada, como as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas e as sociedades de economia mista.
Afirmativa V: Falsa Segundo Di Pietro (2020), Mello (2018), Leite (2013) e Eduado Gonçalves (2012) os órgãos públicos não possuem personalidade jurídica, mas sim capacidade administrativa. Eles não representam a pessoa jurídica a que pertencem, mas sim a expressam.
Afirmativa VI: Falsa Segundo Alexandrino e Paulo (2021), Di Pietro (2020) e Carvalho Filho (2020), os agentes credenciados não são agentes públicos, mas sim colaboradores eventuais do Estado. Eles são pessoas físicas ou jurídicas que recebem uma delegação do Estado para exercer uma atividade específica, mas não integram a Administração Pública.
Afirmativa VII: Verdadeira De acordo com Alexandrino e Paulo (2021), Di Pietro (2020), Mello (2018) e Bacellar Filho et al. (2016), os poderes do administrador público são aqueles conferidos pela lei para o exercício das funções administrativas, como o poder vinculado, o poder discricionário, o poder hierárquico, o poder disciplinar, o poder regulamentar e o poder de polícia.
Afirmativa VIII: Falsa De acordo com Alexandrino e Paulo (2021), Di Pietro (2020), Mello (2018) e Bacellar Filho et al. (2016), os deveres do administrador público não são aqueles impostos pela lei, quando na verdade ele é imposto pela Constituição Federal de 1988, que inclui esse princípio entre os que regem a Administração Pública, como o dever de legalidade, de impessoalidade, de moralidade, de publicidade, de eficiência, de probidade e de prestação de contas.

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 4171. Thiago Batista Silva [***.978.012-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 13:09:04

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 38

Questionamento (Candidato):

38. Considere as seguintes afirmativas sobre a Administração Pública direta e indireta, entidades políticas e administrativas, órgãos e agentes públicos, poderes e deveres do administrador público:

O gabarito preliminar considera como alternativa correta letra “C” – c) Somente as afirmativas I, II, III, IV e VII são verdadeiras. No entanto há outra alternativa correta, a letra “A” – a) Somente as afirmativas I, II, III, IV e VI são verdadeiras. - A única divergência em relação a letra “C” seria o item VI. “Os agentes públicos são todas as pessoas físicas que exercem alguma função pública, seja de forma permanente ou temporária, remunerada ou gratuita, como os servidores públicos, os empregados públicos, os militares, os agentes políticos e os agentes credenciados.”

Cabe ressaltar que o agente público é todo aquele que presta qualquer tipo de serviço ao Estado, que exerce funções públicas, no sentido mais amplo possível dessa expressão, significando qualquer atividade pública. A Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992) conceitua agente público como “todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nas entidades mencionadas no artigo anterior”. Talvez a dúvida estaria sobre os agentes credenciados conforme menciona o item VI.

Conforme a doutrina de Hely Lopes Meirelles, os agentes públicos abrangem os agentes políticos, os agentes administrativos, os agentes honoríficos, os agentes delegados e os agentes credenciados.

Por fim, os agentes credenciados consistem em particulares com relevante influência ou conhecimento em uma determinada área que recebem a incumbência de representar a Administração Pública em determinada situação. Nesse sentido, vale ressaltar que geralmente essa representação é remunerada pela Administração Pública.
Por exemplo, um atleta consagrado que recebe designação para representar o Brasil em um evento esportivo internacional.

Portanto, sugiro a anulação da questão, conforme os argumentos expostos. Há duas respostas corretas.

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

Abaixo disponibilizo o embassamento das afirmativas com alguns autores referências:
Afirmativa I: Verdadeira De acordo com Medeiros (2022), Di Pietro (2020) e Gasparini (2019), a administração direta é composta pelos órgãos integrados na estrutura administrativa da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
Afirmativa II: Verdadeira De acordo com Medeiros (2022), Di Pietro (2020) e Mello (2018), a administração indireta é formada pelas entidades dotadas de personalidade jurídica própria, que prestam serviços públicos ou de interesse público, sob controle ou tutela do Estado.
Afirmativa III: Verdadeira De acordo com Di Pietro (2020) e Mello (2018), as entidades políticas são aquelas que possuem autonomia política, administrativa e financeira, como a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.
Afirmativa IV: Verdadeira De acordo com Medeiros (2022), Di Pietro (2020) e Carvalho Filho (2020), as entidades administrativas são aquelas que exercem funções delegadas pelo Estado, sem autonomia política, mas com autonomia administrativa e financeira limitada, como as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas e as sociedades de economia mista.
Afirmativa V: Falsa Segundo Di Pietro (2020), Mello (2018), Leite (2013) e Eduado Gonçalves (2012) os órgãos públicos não possuem personalidade jurídica, mas sim capacidade administrativa. Eles não representam a

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

pessoa jurídica a que pertencem, mas sim a expressam.
Afirmativa VI: Falsa Segundo Alexandrino e Paulo (2021), Di Pietro (2020) e Carvalho Filho (2020), os agentes credenciados não são agentes públicos, mas sim colaboradores eventuais do Estado. Eles são pessoas físicas ou jurídicas que recebem uma delegação do Estado para exercer uma atividade específica, mas não integram a Administração Pública.
Afirmativa VII: Verdadeira De acordo com Alexandrino e Paulo (2021), Di Pietro (2020), Mello (2018) e Bacellar Filho et al. (2016), os poderes do administrador público são aqueles conferidos pela lei para o exercício das funções administrativas, como o poder vinculado, o poder discricionário, o poder hierárquico, o poder disciplinar, o poder regulamentar e o poder de polícia.
Afirmativa VIII: Falsa De acordo com Alexandrino e Paulo (2021), Di Pietro (2020), Mello (2018) e Bacellar Filho et al. (2016), os deveres do administrador público não são aqueles impostos pela lei, quando na verdade ele é imposto pela Constituição Federal de 1988, que inclui esse princípio entre os que regem a Administração Pública, como o dever de legalidade, de impessoalidade, de moralidade, de publicidade, de eficiência, de probidade e de prestação de contas.

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 1585. Bianca Torquato dos Santos [***.699.552-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 13:30:54

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 38

Questionamento (Candidato):

AO PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 21/2023-GR, DE 14 DE JULHO DE 2023 PARA PROVIMENTO DE VAGAS PARA CARGO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO EM EDUCAÇÃO DA UFAM, CLASSIFICAÇÃO "D" NÍVEL MÉDIO.

Venho, respeitosamente, por meio deste recurso, solicitar a revisão da questão de nº 38 a respeito das afirmativas sobre a administração pública direta e indireta, entidades políticas e administrativa, órgãos e agentes públicos, poderes, e deveres do administrador público.

A banca organizadora, em seu gabarito preliminar considerou como correta a alternativa C da questão 38 "somente as afirmativas I, II, III, IV, E VII.

Ocorre então:

I – Certo. Sim, o que for integrantes dos Entes federativos, é administração direta;
II – Certo. Isso mesmo, vide previsão na própria Constituição, art. 37, XIX e Dec.Lei 200/67.
III – Certo, entidades políticas são os Entes.
IV – Certo. Administrativas são as entidades da administração indireta, como empresas públicas e autarquias;
V – Errado. Órgão não tem personalidade, é só fruto da desconcentração;
VI – Certo – agente são todos que de algum modo prestam serviços à administração;
VII – Certo, nos exatos termos da assertiva;
VIII – também de acordo, tanto princípios expressos quanto os implícitos.

Assim, não se tem uma alternativa correta da questão 38 , pois a certa seria as assertivas I, II, III, IV, VI,VII,VIII. Sendo apenas a assertiva V errada.

Ante ao exposto, faz-se a anulação da questão 38 por não ter um alternativa com essas assertivas corretas.

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

Abaixo disponibilizo o embassamento das afirmativas com alguns autores referências:
Afirmativa I: Verdadeira De acordo com Medeiros (2022), Di Pietro (2020) e Gasparini (2019), a administração direta é composta pelos órgãos integrados na estrutura administrativa da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
Afirmativa II: Verdadeira De acordo com Medeiros (2022), Di Pietro (2020) e Mello (2018), a administração indireta é formada pelas entidades dotadas de personalidade jurídica própria, que prestam serviços públicos ou de interesse público, sob controle ou tutela do Estado.
Afirmativa III: Verdadeira De acordo com Di Pietro (2020) e Mello (2018), as entidades políticas são aquelas que possuem autonomia política, administrativa e financeira, como a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.
Afirmativa IV: Verdadeira De acordo com Medeiros (2022), Di Pietro (2020) e Carvalho Filho (2020), as entidades administrativas são aquelas que exercem funções delegadas pelo Estado, sem autonomia política, mas com autonomia administrativa e financeira limitada, como as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas e as sociedades de economia mista.
Afirmativa V: Falsa Segundo Di Pietro (2020), Mello (2018), Leite (2013) e Eduado Gonçalves (2012) os órgãos públicos não possuem personalidade jurídica, mas sim capacidade administrativa. Eles não representam a pessoa jurídica a que pertencem, mas sim a expressam.
Afirmativa VI: Falsa Segundo Alexandrino e Paulo (2021), Di Pietro (2020) e Carvalho Filho (2020), os agentes credenciados não são agentes públicos, mas sim colaboradores eventuais do Estado. Eles são pessoas físicas

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

ou jurídicas que recebem uma delegação do Estado para exercer uma atividade específica, mas não integram a Administração Pública.
Afirmativa VII: Verdadeira De acordo com Alexandrino e Paulo (2021), Di Pietro (2020), Mello (2018) e Bacellar Filho et al. (2016), os poderes do administrador público são aqueles conferidos pela lei para o exercício das funções administrativas, como o poder vinculado, o poder discricionário, o poder hierárquico, o poder disciplinar, o poder regulamentar e o poder de polícia.
Afirmativa VIII: Falsa De acordo com Alexandrino e Paulo (2021), Di Pietro (2020), Mello (2018) e Bacellar Filho et al. (2016), os deveres do administrador público não são aqueles impostos pela lei, quando na verdade ele é imposto pela Constituição Federal de 1988, que inclui esse princípio entre os que regem a Administração Pública, como o dever de legalidade, de impessoalidade, de moralidade, de publicidade, de eficiência, de probidade e de prestação de contas.

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 792. Ana Gabriela Mendonça Gonçalves [***.386.882-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 13:38:00

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 38

Questionamento (Candidato):

A questão é passível de anulação, pois o item VI e VIII também estão corretos. Seugue o julgamento de cada item:

I – Certo. Sim, o que for integrantes dos Entes federativos, é administração direta;

II – Certo. Isso mesmo, vide previsão na própria Constituição, art. 37, XIX e Dec.Lei 200/67.

III – Certo, entidades políticas são os Entes.

IV – Certo. Administrativas são as entidades da administração indireta, como empresas públicas e autarquias;

V – Errado. Órgão não tem personalidade, é só fruto da desconcentração;

VI – Certo – agente são todos que de algum modo prestam serviços à administração;

VII – Certo, nos exatos termos da assertiva;

VIII – também de acordo, tanto princípios expressos quanto os implícitos;

Obs: Não tem nenhum alternativa que contemple os itens I, II, III, IV, VI, VII e VIII como opções corretas.

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

Abaixo disponibilizo o embassamento das afirmativas com alguns autores referências:
Afirmativa I: Verdadeira De acordo com Medeiros (2022), Di Pietro (2020) e Gasparini (2019), a administração direta é composta pelos órgãos integrados na estrutura administrativa da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
Afirmativa II: Verdadeira De acordo com Medeiros (2022), Di Pietro (2020) e Mello (2018), a administração indireta é formada pelas entidades dotadas de personalidade jurídica própria, que prestam serviços públicos ou de interesse público, sob controle ou tutela do Estado.
Afirmativa III: Verdadeira De acordo com Di Pietro (2020) e Mello (2018), as entidades políticas são aquelas que possuem autonomia política, administrativa e financeira, como a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.
Afirmativa IV: Verdadeira De acordo com Medeiros (2022), Di Pietro (2020) e Carvalho Filho (2020), as entidades administrativas são aquelas que exercem funções delegadas pelo Estado, sem autonomia política, mas com autonomia administrativa e financeira limitada, como as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas e as sociedades de economia mista.
Afirmativa V: Falsa Segundo Di Pietro (2020), Mello (2018), Leite (2013) e Eduado Gonçalves (2012) os órgãos públicos não possuem personalidade jurídica, mas sim capacidade administrativa. Eles não representam a pessoa jurídica a que pertencem, mas sim a expressam.
Afirmativa VI: Falsa Segundo Alexandrino e Paulo (2021), Di Pietro (2020) e Carvalho Filho (2020), os agentes credenciados não são agentes públicos, mas sim colaboradores eventuais do Estado. Eles são pessoas físicas ou jurídicas que recebem uma delegação do Estado para exercer uma atividade específica, mas não integram a Administração Pública.
Afirmativa VII: Verdadeira De acordo com Alexandrino e Paulo (2021), Di Pietro (2020), Mello (2018) e Bacellar Filho et al. (2016), os poderes do administrador público são aqueles conferidos pela lei para o exercício das funções administrativas, como o poder vinculado, o poder discricionário, o poder hierárquico, o poder disciplinar, o poder regulamentar e o poder de polícia.

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Afirmativa VIII: Falsa De acordo com Alexandrino e Paulo (2021), Di Pietro (2020), Mello (2018) e Bacellar Filho et al. (2016), os deveres do administrador público não são aqueles impostos pela lei, quando na verdade ele é imposto pela Constituição Federal de 1988, que inclui esse princípio entre os que regem a Administração Pública, como o dever de legalidade, de impessoalidade, de moralidade, de publicidade, de eficiência, de probidade e de prestação de contas.

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 12304. Thomas Cunha de Souza [***.515.292-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 13:50:46

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 38

Questionamento (Candidato):

A afirmativa VI está correta. Aportando a definição de Celso Antônio Bandeira de Mello,3 agentes públicos têm designação amplíssima, eis que envolve todos os sujeitos que genérica e indistintamente servem ao poder público, “como instrumentos expressivos de sua vontade ou ação, ainda quando o façam apenas ocasional ou episodicamente”.
Quem quer que exerça função estatal,4 ao longo do exercício, é agente público. Em verdade, a função pública pode ser transitória, esporádica, eventual ou, como é esperado, perene e profissional. O que importa é quem exerce função pública, no decorrer da função, é agente público, com as responsabilidades que deste fato decorrem.
Hely Lopes Meirelles7 afirma que agentes públicos são todas as pessoas incumbidas, definitiva ou transitoriamente, do exercício de alguma função estatal. Os agentes normalmente desempenham função de órgão,8 distribuídas entre os cargos de que são titulares. Podem, todavia, desempenhar função sem cargo.
O agente público, portanto, é todo aquele que presta qualquer tipo de serviço ao Estado, que exerce funções públicas, no sentido mais amplo possível dessa expressão, significando qualquer atividade pública. A Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992) conceitua agente público como “todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nas entidades mencionadas no artigo anterior”. Trata-se, pois, de um gênero.
Segundo a Lei 14.133 de 1º de Abril de 2021, no TÍTULO I - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES - CAPÍTULO I -DO ÂMBITO DE APLICAÇÃO DESTA LEI, considera:
Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:
V - agente público: indivíduo que, em virtude de eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, exerce mandato, cargo, emprego ou função em pessoa jurídica integrante da Administração Pública;

A afirmativa VIII está correta. Os princípios administrativos são os valores, as diretrizes, os mandamentos mais gerais que orientam a elaboração das leis administrativas, direcionam a atuação da Administração Pública e condicionam a validade de todos os atos administrativos. Os poderes e deveres do administrador público são os expressos em lei, impostos pela moral administrativa e exigidos pelo interesse da coletividade. Tais como: Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência, devidamente expressos na Constituição Federal.

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência [...]

Por não haver alternativa que inclua as afirmativas VI e VIII em conjunto com as demais também corretas(I-II-III-IV e VII), solicito a anulação da questão.

Anexo (Candidato):

https://drive.google.com/open?id=1XrXPiGeJ4knRz_8KBZWPpyMZo2OUkb_7

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

Abaixo disponibilizo o embassamento das afirmativas com alguns autores referências:
Afirmativa I: Verdadeira De acordo com Medeiros (2022), Di Pietro (2020) e Gasparini (2019), a administração direta é composta pelos órgãos integrados na estrutura administrativa da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
Afirmativa II: Verdadeira De acordo com Medeiros (2022), Di Pietro (2020) e Mello (2018), a administração indireta é formada pelas entidades dotadas de personalidade jurídica própria, que prestam serviços públicos ou de interesse público, sob controle ou tutela do Estado.
Afirmativa III: Verdadeira De acordo com Di Pietro (2020) e Mello (2018), as entidades políticas são aquelas que possuem autonomia política, administrativa e financeira, como a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.
Afirmativa IV: Verdadeira De acordo com Medeiros (2022), Di Pietro (2020) e Carvalho Filho (2020), as entidades administrativas são aquelas que exercem funções delegadas pelo Estado, sem autonomia política, mas com autonomia administrativa e financeira limitada, como as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas e as sociedades de economia mista.
Afirmativa V: Falsa Segundo Di Pietro (2020), Mello (2018), Leite (2013) e Eduado Gonçalves (2012) os órgãos públicos não possuem personalidade jurídica, mas sim capacidade administrativa. Eles não representam a pessoa jurídica a que pertencem, mas sim a expressam.
Afirmativa VI: Falsa Segundo Alexandrino e Paulo (2021), Di Pietro (2020) e Carvalho Filho (2020), os agentes credenciados não são agentes públicos, mas sim colaboradores eventuais do Estado. Eles são pessoas físicas ou jurídicas que recebem uma delegação do Estado para exercer uma atividade específica, mas não integram a Administração Pública.
Afirmativa VII: Verdadeira De acordo com Alexandrino e Paulo (2021), Di Pietro (2020), Mello (2018) e Bacellar Filho et al. (2016), os poderes do administrador público são aqueles conferidos pela lei para o exercício das funções administrativas, como o poder vinculado, o poder discricionário, o poder hierárquico, o poder disciplinar, o poder regulamentar e o poder de polícia.
Afirmativa VIII: Falsa De acordo com Alexandrino e Paulo (2021), Di Pietro (2020), Mello (2018) e Bacellar Filho et al. (2016), os deveres do administrador público não são aqueles impostos pela lei, quando na verdade ele é imposto pela Constituição Federal de 1988, que inclui esse princípio entre os que regem a Administração Pública, como o dever de legalidade, de impessoalidade, de moralidade, de publicidade, de eficiência, de probidade e de prestação de contas.

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 4915. Fernando Grijó San Martin [***.377.582-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 14:40:57

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 38

Questionamento (Candidato):

O gabarito preliminar não considerou como correto o item VI (Os agentes públicos são todas as pessoas físicas que exercem alguma função pública, seja de forma permanente ou temporária, remunerada ou gratuita, como os servidores públicos, os empregados públicos, os militares, os agentes políticos e os agentes credenciados).
Entretanto, segundo o art. 2º da lei 8.429/1992: Consideram-se agente público o agente político, o servidor público e todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nas entidades referidas no art. 1º desta Lei.
Ainda segundo a doutrina, para Maria Sylvia Zanella Di Pietro, os agentes públicos dividem-se em (a) agentes políticos; (b) servidores públicos, (c) militares; e (d) particulares em colaboração com o Poder Público.
Outra classificação muito adotada é a de Hely Lopes Meirelles, que apresenta as seguintes espécies de agentes públicos: (a) agentes políticos; (b) agentes administrativos; (c) agentes honoríficos; (d) agentes delegados; e (e) agentes credenciados.
Dessa forma, entende-se o conceito de agentes públicos como uma designação genérica para as pessoas físicas que exercem, a qualquer título, as funções estatais, independentemente da natureza ou tipo de vínculo que possuem com o Estado.
Sendo assim, como não há opção de alternativa que englobe o item VI, pede-se a anulação da questão.

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

Abaixo disponibilizo o embassamento das afirmativas com alguns autores referências:
Afirmativa I: Verdadeira De acordo com Medeiros (2022), Di Pietro (2020) e Gasparini (2019), a administração direta é composta pelos órgãos integrados na estrutura administrativa da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
Afirmativa II: Verdadeira De acordo com Medeiros (2022), Di Pietro (2020) e Mello (2018), a administração indireta é formada pelas entidades dotadas de personalidade jurídica própria, que prestam serviços públicos ou de interesse público, sob controle ou tutela do Estado.
Afirmativa III: Verdadeira De acordo com Di Pietro (2020) e Mello (2018), as entidades políticas são aquelas que possuem autonomia política, administrativa e financeira, como a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.
Afirmativa IV: Verdadeira De acordo com Medeiros (2022), Di Pietro (2020) e Carvalho Filho (2020), as entidades administrativas são aquelas que exercem funções delegadas pelo Estado, sem autonomia política, mas com autonomia administrativa e financeira limitada, como as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas e as sociedades de economia mista.
Afirmativa V: Falsa Segundo Di Pietro (2020), Mello (2018), Leite (2013) e Eduado Gonçalves (2012) os órgãos públicos não possuem personalidade jurídica, mas sim capacidade administrativa. Eles não representam a pessoa jurídica a que pertencem, mas sim a expressam.
Afirmativa VI: Falsa Segundo Alexandrino e Paulo (2021), Di Pietro (2020) e Carvalho Filho (2020), os agentes credenciados não são agentes públicos, mas sim colaboradores eventuais do Estado. Eles são pessoas físicas ou jurídicas que recebem uma delegação do Estado para exercer uma atividade específica, mas não integram a Administração Pública.
Afirmativa VII: Verdadeira De acordo com Alexandrino e Paulo (2021), Di Pietro (2020), Mello (2018) e Bacellar Filho et al. (2016), os poderes do administrador público são aqueles conferidos pela lei para o exercício das funções administrativas, como o poder vinculado, o poder discricionário, o poder hierárquico, o poder disciplinar, o poder regulamentar e o poder de polícia.
Afirmativa VIII: Falsa De acordo com Alexandrino e Paulo (2021), Di Pietro (2020), Mello (2018) e Bacellar Filho et al. (2016), os deveres do administrador público não são aqueles impostos pela lei, quando na verdade ele é imposto pela Constituição Federal de 1988, que inclui esse princípio entre os que regem a

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Administração Pública, como o dever de legalidade, de impessoalidade, de moralidade, de publicidade, de eficiência, de probidade e de prestação de contas.

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 796. Ingrid da Silva Paiva [***.794.292-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 14:48:45

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 38

Questionamento (Candidato):

O item VIII está correto com base em :"Os poderes e deveres do administrador público são os expressos em lei, impostos pela moral administrativa e exigidos pelo interesse da coletividade. Fora dessa generalidade não se poderá indicar o que é poder e o que é dever do gestor público, porque, estando sujeito ao ordenamento jurídico geral e às leis administrativas especiais, só essas normas poderão catalogar, para cada entidade, órgão, cargo, função, serviço ou atividade pública, os poderes e deveres de quem os exerce."
fonte: https://www.jusbrasil.com.br/artigos/direito-administrativo-deveres-administrativos/1575846725

A Administração Pública está subordinada aos princípios de Direito Administrativo e, em especial, aos princípios básicos instituídos no artigo 37, caput, da Constituição da República, a saber: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. (Pagina 3).
fonte: https://www.emerj.tjrj.jus.br/revistaemerj_online/edicoes/revista42/Revista42_130.pdf

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

Abaixo disponibilizo o embassamento das afirmativas com alguns autores referências:
Afirmativa I: Verdadeira De acordo com Medeiros (2022), Di Pietro (2020) e Gasparini (2019), a administração direta é composta pelos órgãos integrados na estrutura administrativa da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
Afirmativa II: Verdadeira De acordo com Medeiros (2022), Di Pietro (2020) e Mello (2018), a administração indireta é formada pelas entidades dotadas de personalidade jurídica própria, que prestam serviços públicos ou de interesse público, sob controle ou tutela do Estado.
Afirmativa III: Verdadeira De acordo com Di Pietro (2020) e Mello (2018), as entidades políticas são aquelas que possuem autonomia política, administrativa e financeira, como a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.
Afirmativa IV: Verdadeira De acordo com Medeiros (2022), Di Pietro (2020) e Carvalho Filho (2020), as entidades administrativas são aquelas que exercem funções delegadas pelo Estado, sem autonomia política, mas com autonomia administrativa e financeira limitada, como as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas e as sociedades de economia mista.
Afirmativa V: Falsa Segundo Di Pietro (2020), Mello (2018), Leite (2013) e Eduado Gonçalves (2012) os órgãos públicos não possuem personalidade jurídica, mas sim capacidade administrativa. Eles não representam a pessoa jurídica a que pertencem, mas sim a expressam.
Afirmativa VI: Falsa Segundo Alexandrino e Paulo (2021), Di Pietro (2020) e Carvalho Filho (2020), os agentes credenciados não são agentes públicos, mas sim colaboradores eventuais do Estado. Eles são pessoas físicas ou jurídicas que recebem uma delegação do Estado para exercer uma atividade específica, mas não integram a Administração Pública.
Afirmativa VII: Verdadeira De acordo com Alexandrino e Paulo (2021), Di Pietro (2020), Mello (2018) e Bacellar Filho et al. (2016), os poderes do administrador público são aqueles conferidos pela lei para o exercício das funções administrativas, como o poder vinculado, o poder discricionário, o poder hierárquico, o poder disciplinar, o poder regulamentar e o poder de polícia.
Afirmativa VIII: Falsa De acordo com Alexandrino e Paulo (2021), Di Pietro (2020), Mello (2018) e Bacellar Filho et al. (2016), os deveres do administrador público não são aqueles impostos pela lei, quando na verdade ele é imposto pela Constituição Federal de 1988, que inclui esse princípio entre os que regem a Administração Pública, como o dever de legalidade, de impessoalidade, de moralidade, de publicidade, de eficiência, de probidade e de prestação de contas.

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 5070. Beatriz dos Santos Maia [***.177.012-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 15:00:26

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 38

Questionamento (Candidato):

A alternativa C marcado como gabarito está errada. Pois a afirmativa VI também está correta. Deveria ter uma alternativa com as seguintes afirmativas corretas I, II,III, IV, VI e VII. Por isso questao deve ser anulada.

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

Abaixo disponibilizo o embassamento das afirmativas com alguns autores referências:
Afirmativa I: Verdadeira De acordo com Medeiros (2022), Di Pietro (2020) e Gasparini (2019), a administração direta é composta pelos órgãos integrados na estrutura administrativa da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
Afirmativa II: Verdadeira De acordo com Medeiros (2022), Di Pietro (2020) e Mello (2018), a administração indireta é formada pelas entidades dotadas de personalidade jurídica própria, que prestam serviços públicos ou de interesse público, sob controle ou tutela do Estado.
Afirmativa III: Verdadeira De acordo com Di Pietro (2020) e Mello (2018), as entidades políticas são aquelas que possuem autonomia política, administrativa e financeira, como a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.
Afirmativa IV: Verdadeira De acordo com Medeiros (2022), Di Pietro (2020) e Carvalho Filho (2020), as entidades administrativas são aquelas que exercem funções delegadas pelo Estado, sem autonomia política, mas com autonomia administrativa e financeira limitada, como as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas e as sociedades de economia mista.
Afirmativa V: Falsa Segundo Di Pietro (2020), Mello (2018), Leite (2013) e Eduado Gonçalves (2012) os órgãos públicos não possuem personalidade jurídica, mas sim capacidade administrativa. Eles não representam a pessoa jurídica a que pertencem, mas sim a expressam.
Afirmativa VI: Falsa Segundo Alexandrino e Paulo (2021), Di Pietro (2020) e Carvalho Filho (2020), os agentes credenciados não são agentes públicos, mas sim colaboradores eventuais do Estado. Eles são pessoas físicas ou jurídicas que recebem uma delegação do Estado para exercer uma atividade específica, mas não integram a Administração Pública.
Afirmativa VII: Verdadeira De acordo com Alexandrino e Paulo (2021), Di Pietro (2020), Mello (2018) e Bacellar Filho et al. (2016), os poderes do administrador público são aqueles conferidos pela lei para o exercício das funções administrativas, como o poder vinculado, o poder discricionário, o poder hierárquico, o poder disciplinar, o poder regulamentar e o poder de polícia.
Afirmativa VIII: Falsa De acordo com Alexandrino e Paulo (2021), Di Pietro (2020), Mello (2018) e Bacellar Filho et al. (2016), os deveres do administrador público não são aqueles impostos pela lei, quando na verdade ele é imposto pela Constituição Federal de 1988, que inclui esse princípio entre os que regem a Administração Pública, como o dever de legalidade, de impessoalidade, de moralidade, de publicidade, de eficiência, de probidade e de prestação de contas.

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 592. Gabriel Mariano da Silva Barreto [***.136.572-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 15:06:05

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 38

Questionamento (Candidato):

Questão 38
Gabarito: E
Comentários:

I – Certo. Sim, o que for integrantes dos Entes federativos, é administração direta;

II – Certo. Isso mesmo, vide previsão na própria Constituição, art. 37, XIX e Dec.Lei 200/67.

III – Certo, entidades políticas são os Entes.

IV – Certo. Administrativas são as entidades da administração indireta, como empresas públicas e autarquias;

V – Errado. Órgão não tem personalidade, é só fruto da desconcentração;

VI – Certo – agente são todos que de algum modo prestam serviços à administração;

VII – Certo, nos exatos termos da assertiva;

VIII – também de acordo, tanto princípios expressos quanto os implícitos;

Para mim é questão passível de anulação, tendo em vista que todas estariam corretas, mas como destacado, existe um erro na assertiva V.

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

Abaixo disponibilizo o embassamento das afirmativas com alguns autores referências:
Afirmativa I: Verdadeira De acordo com Medeiros (2022), Di Pietro (2020) e Gasparini (2019), a administração direta é composta pelos órgãos integrados na estrutura administrativa da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
Afirmativa II: Verdadeira De acordo com Medeiros (2022), Di Pietro (2020) e Mello (2018), a administração indireta é formada pelas entidades dotadas de personalidade jurídica própria, que prestam serviços públicos ou de interesse público, sob controle ou tutela do Estado.
Afirmativa III: Verdadeira De acordo com Di Pietro (2020) e Mello (2018), as entidades políticas são aquelas que possuem autonomia política, administrativa e financeira, como a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.
Afirmativa IV: Verdadeira De acordo com Medeiros (2022), Di Pietro (2020) e Carvalho Filho (2020), as entidades administrativas são aquelas que exercem funções delegadas pelo Estado, sem autonomia política, mas com autonomia administrativa e financeira limitada, como as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas e as sociedades de economia mista.
Afirmativa V: Falsa Segundo Di Pietro (2020), Mello (2018), Leite (2013) e Eduado Gonçalves (2012) os órgãos públicos não possuem personalidade jurídica, mas sim capacidade administrativa. Eles não representam a pessoa jurídica a que pertencem, mas sim a expressam.
Afirmativa VI: Falsa Segundo Alexandrino e Paulo (2021), Di Pietro (2020) e Carvalho Filho (2020), os agentes credenciados não são agentes públicos, mas sim colaboradores eventuais do Estado. Eles são pessoas físicas ou jurídicas que recebem uma delegação do Estado para exercer uma atividade específica, mas não integram a Administração Pública.
Afirmativa VII: Verdadeira De acordo com Alexandrino e Paulo (2021), Di Pietro (2020), Mello (2018) e Bacellar Filho et al. (2016), os poderes do administrador público são aqueles conferidos pela lei para o

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

exercício das funções administrativas, como o poder vinculado, o poder discricionário, o poder hierárquico, o poder disciplinar, o poder regulamentar e o poder de polícia.
Afirmativa VIII: Falsa De acordo com Alexandrino e Paulo (2021), Di Pietro (2020), Mello (2018) e Bacellar Filho et al. (2016), os deveres do administrador público não são aqueles impostos pela lei, quando na verdade ele é imposto pela Constituição Federal de 1988, que inclui esse princípio entre os que regem a Administração Pública, como o dever de legalidade, de impessoalidade, de moralidade, de publicidade, de eficiência, de probidade e de prestação de contas.

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 507. Feliph Kevin Gonçalves Mota [***.205.852-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 15:18:09

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 38

Questionamento (Candidato):

Inicialmente, o gabarito preliminar indica que a resposta à questão em análise é a alternativa C, o que infere que os itens I, II, III, IV e VII estão corretos. No entanto, verifica-se que a resposta certa não se encontra entre as assertivas, já que os itens VI e VIII também estão corretos, devendo a questão ser ANULADA.
O item VI está correto. Segundo o eminente doutrinador Hely Lopes Meirelles, são classificados como agentes públicos os servidores públicos, os empregados públicos, os militares, os agentes políticos e os agentes credenciados, conforme é disposto no item em foco. Além disso, o art. 2º da Lei n.º 8.429/92 ressalta que "para os efeitos desta Lei, consideram-se agente público o agente político, o servidor público e todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nas entidades referidas no art. 1º desta Lei.". Nessa vista, o item está em conformidade com a doutrina e com o ordenamento jurídico.
Por sua vez, o item VIII também está correto. São apresentados os princípios explícitos da Administração Pública (vide art. 37, caput, CF/1988) e os implícitos (Princípio da Probidade e da Prestação de Contas).
Nesse arcabouço argumentativo exposto acima, resta comprovado que a questão apresentou como verdadeiros os itens I, II, III, IV, VI, VII e VIII. No entando, está resposta não se encontra entre as alternativas, restando necessária a anulação da questão.

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

Abaixo disponibilizo o embassamento das afirmativas com alguns autores referências:
Afirmativa I: Verdadeira De acordo com Medeiros (2022), Di Pietro (2020) e Gasparini (2019), a administração direta é composta pelos órgãos integrados na estrutura administrativa da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
Afirmativa II: Verdadeira De acordo com Medeiros (2022), Di Pietro (2020) e Mello (2018), a administração indireta é formada pelas entidades dotadas de personalidade jurídica própria, que prestam serviços públicos ou de interesse público, sob controle ou tutela do Estado.
Afirmativa III: Verdadeira De acordo com Di Pietro (2020) e Mello (2018), as entidades políticas são aquelas que possuem autonomia política, administrativa e financeira, como a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.
Afirmativa IV: Verdadeira De acordo com Medeiros (2022), Di Pietro (2020) e Carvalho Filho (2020), as entidades administrativas são aquelas que exercem funções delegadas pelo Estado, sem autonomia política, mas com autonomia administrativa e financeira limitada, como as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas e as sociedades de economia mista.
Afirmativa V: Falsa Segundo Di Pietro (2020), Mello (2018), Leite (2013) e Eduado Gonçalves (2012) os órgãos públicos não possuem personalidade jurídica, mas sim capacidade administrativa. Eles não representam a pessoa jurídica a que pertencem, mas sim a expressam.
Afirmativa VI: Falsa Segundo Alexandrino e Paulo (2021), Di Pietro (2020) e Carvalho Filho (2020), os agentes credenciados não são agentes públicos, mas sim colaboradores eventuais do Estado. Eles são pessoas físicas ou jurídicas que recebem uma delegação do Estado para exercer uma atividade específica, mas não integram a Administração Pública.
Afirmativa VII: Verdadeira De acordo com Alexandrino e Paulo (2021), Di Pietro (2020), Mello (2018) e Bacellar Filho et al. (2016), os poderes do administrador público são aqueles conferidos pela lei para o exercício das funções administrativas, como o poder vinculado, o poder discricionário, o poder hierárquico, o poder disciplinar, o poder regulamentar e o poder de polícia.
Afirmativa VIII: Falsa De acordo com Alexandrino e Paulo (2021), Di Pietro (2020), Mello (2018) e Bacellar Filho et al. (2016), os deveres do administrador público não são aqueles impostos pela lei, quando na verdade ele é imposto pela Constituição Federal de 1988, que inclui esse princípio entre os que regem a Administração Pública, como o dever de legalidade, de impessoalidade, de moralidade, de publicidade, de

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

eficiência, de probidade e de prestação de contas.

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 291. Yulli Rezende Brito [***.780.682-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 15:59:17

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 38

Questionamento (Candidato):

Ilustríssima banca examinadora, venho respeitosamente, por meio deste requerimento, solicitar a revisão da questão nº. 38, pelos fatos e fundamentos a seguir: a questão solicita a análise de oito afirmativas, acerca da "Administração Pública direta e indireta, entidades
políticas e administrativas, órgãos e agentes públicos, poderes e deveres do administrador público"

A resposta apresentada pela banca foi a alternativa "c" como correta. Porém a afirmativa do item "VI" que diz: "Os agentes públicos são todas as pessoas físicas que exercem alguma função pública, seja de forma permanente ou temporária, remunerada ou gratuita, como os servidores públicos, os empregados públicos, os militares, os agentes políticos e os agentes credenciados" está correta, pois abrange as definições dadas por Hely Lopes Meirelles, que diz que os agentes públicos são divididos em cinco categorias: agentes políticos, agentes administrativos, agentes honoríficos, agentes delegados; e pela Maria Sylvia Zanella Di Pietro, a qual diz que os agentes públicos possuem quatro classificações: agentes políticos, servidores públicos, militares e particulares em colaboração com o Poder Público.

Além disso os agentes públicos podem ser conceituados de acordo com o artigo 2º da Lei nº 8.429: "Consideram-se agente público o agente político, o servidor público e todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nas entidades referidas no art. 1º desta Lei".

Tendo em vista que não havia uma bibliografia específica a ser seguida para o concurso, deve-se ter em mente as duas classificações.

Ante ao exposto, faz-se necessária a anulação da questão, tendo em vista não há afirmativa que possa abranger todas as afirmativas corretas.

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

Abaixo disponibilizo o embassamento das afirmativas com alguns autores referências:
Afirmativa I: Verdadeira De acordo com Medeiros (2022), Di Pietro (2020) e Gasparini (2019), a administração direta é composta pelos órgãos integrados na estrutura administrativa da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
Afirmativa II: Verdadeira De acordo com Medeiros (2022), Di Pietro (2020) e Mello (2018), a administração indireta é formada pelas entidades dotadas de personalidade jurídica própria, que prestam serviços públicos ou de interesse público, sob controle ou tutela do Estado.
Afirmativa III: Verdadeira De acordo com Di Pietro (2020) e Mello (2018), as entidades políticas são aquelas que possuem autonomia política, administrativa e financeira, como a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.
Afirmativa IV: Verdadeira De acordo com Medeiros (2022), Di Pietro (2020) e Carvalho Filho (2020), as entidades administrativas são aquelas que exercem funções delegadas pelo Estado, sem autonomia política, mas com autonomia administrativa e financeira limitada, como as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas e as sociedades de economia mista.
Afirmativa V: Falsa Segundo Di Pietro (2020), Mello (2018), Leite (2013) e Eduado Gonçalves (2012) os órgãos públicos não possuem personalidade jurídica, mas sim capacidade administrativa. Eles não representam a pessoa jurídica a que pertencem, mas sim a expressam.
Afirmativa VI: Falsa Segundo Alexandrino e Paulo (2021), Di Pietro (2020) e Carvalho Filho (2020), os agentes credenciados não são agentes públicos, mas sim colaboradores eventuais do Estado. Eles são pessoas físicas ou jurídicas que recebem uma delegação do Estado para exercer uma atividade específica, mas não integram

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

a Administração Pública.
Afirmativa VII: Verdadeira De acordo com Alexandrino e Paulo (2021), Di Pietro (2020), Mello (2018) e Bacellar Filho et al. (2016), os poderes do administrador público são aqueles conferidos pela lei para o exercício das funções administrativas, como o poder vinculado, o poder discricionário, o poder hierárquico, o poder disciplinar, o poder regulamentar e o poder de polícia.
Afirmativa VIII: Falsa De acordo com Alexandrino e Paulo (2021), Di Pietro (2020), Mello (2018) e Bacellar Filho et al. (2016), os deveres do administrador público não são aqueles impostos pela lei, quando na verdade ele é imposto pela Constituição Federal de 1988, que inclui esse princípio entre os que regem a Administração Pública, como o dever de legalidade, de impessoalidade, de moralidade, de publicidade, de eficiência, de probidade e de prestação de contas.

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 14386. Marco Eduardo Santiago Oliveira de Oliveira [***.037.082-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 16:23:48

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 38

Questionamento (Candidato):

Prezada Banca Examinadora,

Venho, por meio deste, interpor recurso contra o gabarito preliminar da questão número 38, sobre administração pública, na qual foi considerada como correta a alternativa C.

Respeitosamente, discordo do gabarito apresentado, pois entendo que a ao invés da alternativa C, não há uma alternativa inteiramente correta, conforme passo a demonstrar abaixo:

A alternativa C afirma que SOMENTE as afirmativas I,II,III,IV e VII são verdadeiras. No entanto, não apenas elas estão corretas, por exemplo:

A afirmativa VI está correta agentes públicos são todos que de algum modo prestam serviços à administração assim como versa a lei 8.429 de improbidade administrativa:
“Art. 2º Para os efeitos desta Lei, consideram-se agente público o agente político, o servidor público e todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nas entidades referidas no art. 1º desta Lei. (Redação dada pela Lei nº 14.230, de 2021)”

Não havendo uma limitação conceitual apenas a pessoas físicas como agentes públicos na assertiva, caso houvesse, de fato estaria incorreta, mas haveria de vir expressa tal limitação por termos como: Apenas, somente, exclusivamente e etc. O que não se mostra o caso.

A assertiva VIII também está de acordo, tanto aos princípios expressos quanto os implícitos da administração pública, o administrador deve pautar seu dever de atuação pelos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, que estão expressos na constituição federal de 1988:

“Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)”

“Dever de Eficiência;
Aqui a Administração e seus agentes tem o dever de agir com eficiência de acordo com o novo modelo de Administração Pública de modelo Gerencial proposto pela Emenda Constitucional 19 de 1998.”

“Dever de Probidade;
A Administração e seus agentes tem o dever de agir com uma conduta ilibada, proba, honesta.
CF, Art. 37, § 4º - Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.”

“Dever de Prestar Contas.
A gestão da coisa pública deve ser transparente e seus agentes devem prestar contas de seus atos.
CF, Art. 70, Parágrafo único. Prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assuma obrigações de natureza pecuniária.”

Tendo em vista o exposto nota-se que todos os elementos citados na assertiva se encontram em conformidade com os preceitos constitucionais que regem a administração pública, sendo possível identifica-la também como verdadeira.

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Haja vista a não existência de uma alternativa que componha as assertivas I, II, III, IV, VI, VII e VIII como verdadeiras ou uma que afirme que apenas a assertiva V é falsa, entendo que não exista alternativa correta, o que configura uma falha na elaboração da questão. Portanto, solicito a anulação da referida questão e a atribuição da respectiva nota a todos os candidatos.

Agradeço a atenção e aguardo o deferimento do presente recurso.
Respeitosamente,
Candidato(a): Marco Eduardo Santiago Oliveira de Oliveira
nº de inscrição: 14386

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

Abaixo disponibilizo o embassamento das afirmativas com alguns autores referências:
Afirmativa I: Verdadeira De acordo com Medeiros (2022), Di Pietro (2020) e Gasparini (2019), a administração direta é composta pelos órgãos integrados na estrutura administrativa da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
Afirmativa II: Verdadeira De acordo com Medeiros (2022), Di Pietro (2020) e Mello (2018), a administração indireta é formada pelas entidades dotadas de personalidade jurídica própria, que prestam serviços públicos ou de interesse público, sob controle ou tutela do Estado.
Afirmativa III: Verdadeira De acordo com Di Pietro (2020) e Mello (2018), as entidades políticas são aquelas que possuem autonomia política, administrativa e financeira, como a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.
Afirmativa IV: Verdadeira De acordo com Medeiros (2022), Di Pietro (2020) e Carvalho Filho (2020), as entidades administrativas são aquelas que exercem funções delegadas pelo Estado, sem autonomia política, mas com autonomia administrativa e financeira limitada, como as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas e as sociedades de economia mista.
Afirmativa V: Falsa Segundo Di Pietro (2020), Mello (2018), Leite (2013) e Eduado Gonçalves (2012) os órgãos públicos não possuem personalidade jurídica, mas sim capacidade administrativa. Eles não representam a pessoa jurídica a que pertencem, mas sim a expressam.
Afirmativa VI: Falsa Segundo Alexandrino e Paulo (2021), Di Pietro (2020) e Carvalho Filho (2020), os agentes credenciados não são agentes públicos, mas sim colaboradores eventuais do Estado. Eles são pessoas físicas ou jurídicas que recebem uma delegação do Estado para exercer uma atividade específica, mas não integram a Administração Pública.
Afirmativa VII: Verdadeira De acordo com Alexandrino e Paulo (2021), Di Pietro (2020), Mello (2018) e Bacellar Filho et al. (2016), os poderes do administrador público são aqueles conferidos pela lei para o exercício das funções administrativas, como o poder vinculado, o poder discricionário, o poder hierárquico, o poder disciplinar, o poder regulamentar e o poder de polícia.
Afirmativa VIII: Falsa De acordo com Alexandrino e Paulo (2021), Di Pietro (2020), Mello (2018) e Bacellar Filho et al. (2016), os deveres do administrador público não são aqueles impostos pela lei, quando na verdade ele é imposto pela Constituição Federal de 1988, que inclui esse princípio entre os que regem a Administração Pública, como o dever de legalidade, de impessoalidade, de moralidade, de publicidade, de eficiência, de probidade e de prestação de contas.

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 4066. Tassila Miranda Soares [***.428.202-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 18:38:17

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 38

Questionamento (Candidato):

Maria Sylvia Zanella Di Pietro,na obra: Direito Administrativo – 35ª edição,2022. Editora Forense, página 682, cita que "Conforme estabelece o artigo 1º, § 2º, inciso I, da Lei nº 9.784, de 29-1-99, que disciplina o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, órgão é a unidade de atuação integrante da estrutura da Administração direta e da estrutura da Administração indireta. Isto equivale a dizer que o órgão não tem personalidade jurídica própria[...]" Mais a frente ainda cita que "Embora os órgãos não tenham personalidade jurídica, eles podem ser dotados de capacidade processual." Logo, a afirmativa V encontra-se incorreta ao afirmar que os órgãos públicos possuem personalidade jurídica própria. Não havendo, portanto, alternativa correta.

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

Abaixo disponibilizo o embassamento das afirmativas com alguns autores referências:
Afirmativa I: Verdadeira De acordo com Medeiros (2022), Di Pietro (2020) e Gasparini (2019), a administração direta é composta pelos órgãos integrados na estrutura administrativa da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
Afirmativa II: Verdadeira De acordo com Medeiros (2022), Di Pietro (2020) e Mello (2018), a administração indireta é formada pelas entidades dotadas de personalidade jurídica própria, que prestam serviços públicos ou de interesse público, sob controle ou tutela do Estado.
Afirmativa III: Verdadeira De acordo com Di Pietro (2020) e Mello (2018), as entidades políticas são aquelas que possuem autonomia política, administrativa e financeira, como a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.
Afirmativa IV: Verdadeira De acordo com Medeiros (2022), Di Pietro (2020) e Carvalho Filho (2020), as entidades administrativas são aquelas que exercem funções delegadas pelo Estado, sem autonomia política, mas com autonomia administrativa e financeira limitada, como as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas e as sociedades de economia mista.
Afirmativa V: Falsa Segundo Di Pietro (2020), Mello (2018), Leite (2013) e Eduado Gonçalves (2012) os órgãos públicos não possuem personalidade jurídica, mas sim capacidade administrativa. Eles não representam a pessoa jurídica a que pertencem, mas sim a expressam.
Afirmativa VI: Falsa Segundo Alexandrino e Paulo (2021), Di Pietro (2020) e Carvalho Filho (2020), os agentes credenciados não são agentes públicos, mas sim colaboradores eventuais do Estado. Eles são pessoas físicas ou jurídicas que recebem uma delegação do Estado para exercer uma atividade específica, mas não integram a Administração Pública.
Afirmativa VII: Verdadeira De acordo com Alexandrino e Paulo (2021), Di Pietro (2020), Mello (2018) e Bacellar Filho et al. (2016), os poderes do administrador público são aqueles conferidos pela lei para o exercício das funções administrativas, como o poder vinculado, o poder discricionário, o poder hierárquico, o poder disciplinar, o poder regulamentar e o poder de polícia.
Afirmativa VIII: Falsa De acordo com Alexandrino e Paulo (2021), Di Pietro (2020), Mello (2018) e Bacellar Filho et al. (2016), os deveres do administrador público não são aqueles impostos pela lei, quando na verdade ele é imposto pela Constituição Federal de 1988, que inclui esse princípio entre os que regem a Administração Pública, como o dever de legalidade, de impessoalidade, de moralidade, de publicidade, de eficiência, de probidade e de prestação de contas.

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 4066. Tassila Miranda Soares [***.428.202-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 19:48:09

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 38

Questionamento (Candidato):

V. Maria Sylvia Zanella Di Pietro,na obra: Direito Administrativo – 35ª edição,2022. Editora Forense, página 682, cita que "Conforme estabelece o artigo 1º, § 2º, inciso I, da Lei nº 9.784, de 29-1-99, que disciplina o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, órgão é "a unidade de atuação integrante da estrutura da Administração direta e da estrutura da Administração indireta". Isto equivale a dizer que o órgão não tem personalidade jurídica própria[...]" Mais a frente ainda cita que "Embora os órgãos não tenham personalidade jurídica, eles podem ser dotados de capacidade processual." Logo, a afirmativa V encontra-se incorreta ao afirmar que os órgãos públicos possuem personalidade jurídica própria.

VIII. O item trata de deveres do administrador público. Os deveres impostos pela Lei são os expressos na Constituição Federal, conforme Art. 37, caput: "AA administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência [...]" Já o dever de probidade e de prestação de contas são alguns dos princípios implícitos encontrados na doutrina, como citam Marcelo Alexandrino e Vicente Paulo na obra Direito Administrativo Descomplicado – 24ª Edição – Editora Método, página 250: " A doutrina de um modo geral enumera como alguns dos principais deveres impostos aos agentes administrativos pelo ordenamento jurídico: a) poder-dever de agir; b) dever de eficiência; c) dever de probidade; d) dever de prestar contas.;"

O gabarito descarta os itens V e VIII como verdadeiros, mas somente a alternativa V encontra-se incorreta, de acordo com os autores citados. Logo, não há alternativa correta para a questão.

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

Abaixo disponibilizo o embassamento das afirmativas com alguns autores referências:
Afirmativa I: Verdadeira De acordo com Medeiros (2022), Di Pietro (2020) e Gasparini (2019), a administração direta é composta pelos órgãos integrados na estrutura administrativa da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
Afirmativa II: Verdadeira De acordo com Medeiros (2022), Di Pietro (2020) e Mello (2018), a administração indireta é formada pelas entidades dotadas de personalidade jurídica própria, que prestam serviços públicos ou de interesse público, sob controle ou tutela do Estado.
Afirmativa III: Verdadeira De acordo com Di Pietro (2020) e Mello (2018), as entidades políticas são aquelas que possuem autonomia política, administrativa e financeira, como a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.
Afirmativa IV: Verdadeira De acordo com Medeiros (2022), Di Pietro (2020) e Carvalho Filho (2020), as entidades administrativas são aquelas que exercem funções delegadas pelo Estado, sem autonomia política, mas com autonomia administrativa e financeira limitada, como as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas e as sociedades de economia mista.
Afirmativa V: Falsa Segundo Di Pietro (2020), Mello (2018), Leite (2013) e Eduado Gonçalves (2012) os órgãos públicos não possuem personalidade jurídica, mas sim capacidade administrativa. Eles não representam a pessoa jurídica a que pertencem, mas sim a expressam.
Afirmativa VI: Falsa Segundo Alexandrino e Paulo (2021), Di Pietro (2020) e Carvalho Filho (2020), os agentes credenciados não são agentes públicos, mas sim colaboradores eventuais do Estado. Eles são pessoas físicas ou jurídicas que recebem uma delegação do Estado para exercer uma atividade específica, mas não integram a Administração Pública.
Afirmativa VII: Verdadeira De acordo com Alexandrino e Paulo (2021), Di Pietro (2020), Mello (2018) e Bacellar Filho et al. (2016), os poderes do administrador público são aqueles conferidos pela lei para o exercício das funções administrativas, como o poder vinculado, o poder discricionário, o poder hierárquico, o poder disciplinar, o poder regulamentar e o poder de polícia.

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Afirmativa VIII: Falsa De acordo com Alexandrino e Paulo (2021), Di Pietro (2020), Mello (2018) e Bacellar Filho et al. (2016), os deveres do administrador público não são aqueles impostos pela lei, quando na verdade ele é imposto pela Constituição Federal de 1988, que inclui esse princípio entre os que regem a Administração Pública, como o dever de legalidade, de impessoalidade, de moralidade, de publicidade, de eficiência, de probidade e de prestação de contas.

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 3615. Karen Kelly Carvalho de Oliveira [***.583.122-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 19:54:53

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 38

Questionamento (Candidato):

O item VI foi dado como incorreto pela banca, porém a definição de agentes públicos está correta. Segundo consta na Lei 8429/1992, Art. 2º:
"Para os efeitos desta Lei, consideram-se agente público o agente político, o servidor público e todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nas entidades referidas no art. 1º desta Lei."
Além disso, Hely Lopes Meirelles cita que os agentes públicos são todas as pessoas físicas incumbidas, definitiva ou transitoriamente, do exercício de alguma função estatal.
Logo, a assertiva VI está correta e não há alternativa correta que possa ser indicada como gabarito.

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

Abaixo disponibilizo o embassamento das afirmativas com alguns autores referências:
Afirmativa I: Verdadeira De acordo com Medeiros (2022), Di Pietro (2020) e Gasparini (2019), a administração direta é composta pelos órgãos integrados na estrutura administrativa da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
Afirmativa II: Verdadeira De acordo com Medeiros (2022), Di Pietro (2020) e Mello (2018), a administração indireta é formada pelas entidades dotadas de personalidade jurídica própria, que prestam serviços públicos ou de interesse público, sob controle ou tutela do Estado.
Afirmativa III: Verdadeira De acordo com Di Pietro (2020) e Mello (2018), as entidades políticas são aquelas que possuem autonomia política, administrativa e financeira, como a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.
Afirmativa IV: Verdadeira De acordo com Medeiros (2022), Di Pietro (2020) e Carvalho Filho (2020), as entidades administrativas são aquelas que exercem funções delegadas pelo Estado, sem autonomia política, mas com autonomia administrativa e financeira limitada, como as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas e as sociedades de economia mista.
Afirmativa V: Falsa Segundo Di Pietro (2020), Mello (2018), Leite (2013) e Eduado Gonçalves (2012) os órgãos públicos não possuem personalidade jurídica, mas sim capacidade administrativa. Eles não representam a pessoa jurídica a que pertencem, mas sim a expressam.
Afirmativa VI: Falsa Segundo Alexandrino e Paulo (2021), Di Pietro (2020) e Carvalho Filho (2020), os agentes credenciados não são agentes públicos, mas sim colaboradores eventuais do Estado. Eles são pessoas físicas ou jurídicas que recebem uma delegação do Estado para exercer uma atividade específica, mas não integram a Administração Pública.
Afirmativa VII: Verdadeira De acordo com Alexandrino e Paulo (2021), Di Pietro (2020), Mello (2018) e Bacellar Filho et al. (2016), os poderes do administrador público são aqueles conferidos pela lei para o exercício das funções administrativas, como o poder vinculado, o poder discricionário, o poder hierárquico, o poder disciplinar, o poder regulamentar e o poder de polícia.
Afirmativa VIII: Falsa De acordo com Alexandrino e Paulo (2021), Di Pietro (2020), Mello (2018) e Bacellar Filho et al. (2016), os deveres do administrador público não são aqueles impostos pela lei, quando na verdade ele é imposto pela Constituição Federal de 1988, que inclui esse princípio entre os que regem a Administração Pública, como o dever de legalidade, de impessoalidade, de moralidade, de publicidade, de eficiência, de probidade e de prestação de contas.

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 8539. Gabriel Ramos de Sousa [***.546.032-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 20:15:56

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 38

Questionamento (Candidato):

Venho respeitosamente solicitar a V. Sª., análise do(s) questionamento(s), termos em que peço e aguardo deferimento a respeito da questão 38 de conhecimentos específicos da prova nível médio NM01 para assistente em administração.

A banca indicou a alternativa C como gabarito preliminar da questão, que afirmou serem corretas apenas as afirmativas I, II, III, IV e VII.

Entretanto, a respeito da afirmativa VI, conforme o doutrinador Hely Lopes Meirelles em seu livro "Direito administrativo brasileiro", agentes públicos são todas as pessoas físicas que exercem alguma função pública definitiva ou transitoriamente (2016, p. 79). É gênero que possui cinco espécies: agentes políticos, administrativos, honoríficos, delegados e credenciados (2016, p. 80). Exemplos desses gêneros podem ser servidores públicos, empregados públicos e militares.

Assim como, afirma o doutrinador José dos Santos Carvalho em sua obra "Manual de direito administrativo 33ª ed.", agentes públicos são o conjunto de pessoas que, a qualquer título, exercem uma função pública como prepostos do Estado. Função que pode ser remunerada ou gratuita, definitiva ou transitória, política ou jurídica (2019, p. 856).

Também é possível recorrer ao dispositivo do art. 2º da Lei 8.429/92 para conceituar agente público como o agente político, o servidor público e todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nas entidades referidas no art. 1º do mesmo diploma legal.

Em vista disso, a afirmativa VI está correta, porém não há alternativa que considere como corretas apenas as afirmativas I, II, III, IV, VI e VII. Portanto, solicito anulação da questão 38.

Anexo (Candidato):

https://drive.google.com/open?id=1s33_mwh-JMQ9Puda79mv1woDy62EOxK1

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

Abaixo disponibilizo o embassamento das afirmativas com alguns autores referências:
Afirmativa I: Verdadeira De acordo com Medeiros (2022), Di Pietro (2020) e Gasparini (2019), a administração direta é composta pelos órgãos integrados na estrutura administrativa da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
Afirmativa II: Verdadeira De acordo com Medeiros (2022), Di Pietro (2020) e Mello (2018), a administração indireta é formada pelas entidades dotadas de personalidade jurídica própria, que prestam serviços públicos ou de interesse público, sob controle ou tutela do Estado.
Afirmativa III: Verdadeira De acordo com Di Pietro (2020) e Mello (2018), as entidades políticas são aquelas que possuem autonomia política, administrativa e financeira, como a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.
Afirmativa IV: Verdadeira De acordo com Medeiros (2022), Di Pietro (2020) e Carvalho Filho (2020), as entidades administrativas são aquelas que exercem funções delegadas pelo Estado, sem autonomia política, mas com autonomia administrativa e financeira limitada, como as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas e as sociedades de economia mista.
Afirmativa V: Falsa Segundo Di Pietro (2020), Mello (2018), Leite (2013) e Eduado Gonçalves (2012) os órgãos públicos não possuem personalidade jurídica, mas sim capacidade administrativa. Eles não representam a pessoa jurídica a que pertencem, mas sim a expressam.

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Afirmativa VI: Falsa Segundo Alexandrino e Paulo (2021), Di Pietro (2020) e Carvalho Filho (2020), os agentes credenciados não são agentes públicos, mas sim colaboradores eventuais do Estado. Eles são pessoas físicas ou jurídicas que recebem uma delegação do Estado para exercer uma atividade específica, mas não integram a Administração Pública.
Afirmativa VII: Verdadeira De acordo com Alexandrino e Paulo (2021), Di Pietro (2020), Mello (2018) e Bacellar Filho et al. (2016), os poderes do administrador público são aqueles conferidos pela lei para o exercício das funções administrativas, como o poder vinculado, o poder discricionário, o poder hierárquico, o poder disciplinar, o poder regulamentar e o poder de polícia.
Afirmativa VIII: Falsa De acordo com Alexandrino e Paulo (2021), Di Pietro (2020), Mello (2018) e Bacellar Filho et al. (2016), os deveres do administrador público não são aqueles impostos pela lei, quando na verdade ele é imposto pela Constituição Federal de 1988, que inclui esse princípio entre os que regem a Administração Pública, como o dever de legalidade, de impessoalidade, de moralidade, de publicidade, de eficiência, de probidade e de prestação de contas.

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 1468. Neida Siqueira Martins [***.420.602-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 20:16:38

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 38

Questionamento (Candidato):

Acredito e defendo por meio deste, que a questão está mal elaborada e que confundiu imensamente.

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

Abaixo disponibilizo o embassamento das afirmativas com alguns autores referências:
Afirmativa I: Verdadeira De acordo com Medeiros (2022), Di Pietro (2020) e Gasparini (2019), a administração direta é composta pelos órgãos integrados na estrutura administrativa da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
Afirmativa II: Verdadeira De acordo com Medeiros (2022), Di Pietro (2020) e Mello (2018), a administração indireta é formada pelas entidades dotadas de personalidade jurídica própria, que prestam serviços públicos ou de interesse público, sob controle ou tutela do Estado.
Afirmativa III: Verdadeira De acordo com Di Pietro (2020) e Mello (2018), as entidades políticas são aquelas que possuem autonomia política, administrativa e financeira, como a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.
Afirmativa IV: Verdadeira De acordo com Medeiros (2022), Di Pietro (2020) e Carvalho Filho (2020), as entidades administrativas são aquelas que exercem funções delegadas pelo Estado, sem autonomia política, mas com autonomia administrativa e financeira limitada, como as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas e as sociedades de economia mista.
Afirmativa V: Falsa Segundo Di Pietro (2020), Mello (2018), Leite (2013) e Eduado Gonçalves (2012) os órgãos públicos não possuem personalidade jurídica, mas sim capacidade administrativa. Eles não representam a pessoa jurídica a que pertencem, mas sim a expressam.
Afirmativa VI: Falsa Segundo Alexandrino e Paulo (2021), Di Pietro (2020) e Carvalho Filho (2020), os agentes credenciados não são agentes públicos, mas sim colaboradores eventuais do Estado. Eles são pessoas físicas ou jurídicas que recebem uma delegação do Estado para exercer uma atividade específica, mas não integram a Administração Pública.
Afirmativa VII: Verdadeira De acordo com Alexandrino e Paulo (2021), Di Pietro (2020), Mello (2018) e Bacellar Filho et al. (2016), os poderes do administrador público são aqueles conferidos pela lei para o exercício das funções administrativas, como o poder vinculado, o poder discricionário, o poder hierárquico, o poder disciplinar, o poder regulamentar e o poder de polícia.
Afirmativa VIII: Falsa De acordo com Alexandrino e Paulo (2021), Di Pietro (2020), Mello (2018) e Bacellar Filho et al. (2016), os deveres do administrador público não são aqueles impostos pela lei, quando na verdade ele é imposto pela Constituição Federal de 1988, que inclui esse princípio entre os que regem a Administração Pública, como o dever de legalidade, de impessoalidade, de moralidade, de publicidade, de eficiência, de probidade e de prestação de contas.

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 7259. Lucas Alves da Costa [***.187.112-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 21:08:08

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 38

Questionamento (Candidato):

A questão de número 38 pede a alternativa correta sobre Administração Pública direta e indireta, entidades políticas e administrativas, órgãos e agentes públicos, poderes e deveres do administrador público.

Quando passamos a analisar as alternativas é possível perceber que as alternativas corretas seriam: I, II, III, IV, VI, VII, VIII.

I: Correto, o que é integrante do Ente Federativo, é considerado administração direta.
II: Correto, está previsto na CF no art. 37, XIX e Dec.Lei 200/67.
III: Correto, são os entes federativos previstos na Constituição Federal. Sendo eles a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.
IV: Correto, são a própria Administração Indireta, composta (taxativamente) pelas autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista.
V: Errado: Os órgãos não possuem personalidade jurídica. Segundo Celso Antônio Bandeira de Mello “os órgãos nada mais significam que círculos de atribuições, os feixes individuais de poderes funcionais repartidos no interior da personalidade estatal e expressados através dos agentes neles providos”. Suas principais características são ausência de personalidade jurídica, não possuem vontade própria e estão ligados e submetidos a pessoa jurídica a que pertence.
VI: Correto, A Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992) conceitua no art. 2 “Para os efeitos desta Lei, consideram-se agente público o agente político, o servidor público e todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nas entidades referidas no art. 1º desta Lei.''
VII: Correto, São todos poderes do administrador.
VIII: Correto, São os princípios expressos, o famoso LIMPE. E os implícitos.

Diante de todos os fatos narrados, não sendo encontrado em nenhuma doutrina ou legislação vigente, tampouco na CF de 88, previsão de personalidade jurídica para órgãos.
Solicito anulação da questão considerando que 7 das 8 afirmativas estão corretas e não existe nenhuma alternativa verdadeira.

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

Abaixo disponibilizo o embassamento das afirmativas com alguns autores referências:
Afirmativa I: Verdadeira De acordo com Medeiros (2022), Di Pietro (2020) e Gasparini (2019), a administração direta é composta pelos órgãos integrados na estrutura administrativa da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
Afirmativa II: Verdadeira De acordo com Medeiros (2022), Di Pietro (2020) e Mello (2018), a administração indireta é formada pelas entidades dotadas de personalidade jurídica própria, que prestam serviços públicos ou de interesse público, sob controle ou tutela do Estado.
Afirmativa III: Verdadeira De acordo com Di Pietro (2020) e Mello (2018), as entidades políticas são aquelas que possuem autonomia política, administrativa e financeira, como a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.
Afirmativa IV: Verdadeira De acordo com Medeiros (2022), Di Pietro (2020) e Carvalho Filho (2020), as entidades administrativas são aquelas que exercem funções delegadas pelo Estado, sem autonomia política, mas com autonomia administrativa e financeira limitada, como as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas e as sociedades de economia mista.
Afirmativa V: Falsa Segundo Di Pietro (2020), Mello (2018), Leite (2013) e Eduado Gonçalves (2012) os órgãos públicos não possuem personalidade jurídica, mas sim capacidade administrativa. Eles não representam a

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

pessoa jurídica a que pertencem, mas sim a expressam.
Afirmativa VI: Falsa Segundo Alexandrino e Paulo (2021), Di Pietro (2020) e Carvalho Filho (2020), os agentes credenciados não são agentes públicos, mas sim colaboradores eventuais do Estado. Eles são pessoas físicas ou jurídicas que recebem uma delegação do Estado para exercer uma atividade específica, mas não integram a Administração Pública.
Afirmativa VII: Verdadeira De acordo com Alexandrino e Paulo (2021), Di Pietro (2020), Mello (2018) e Bacellar Filho et al. (2016), os poderes do administrador público são aqueles conferidos pela lei para o exercício das funções administrativas, como o poder vinculado, o poder discricionário, o poder hierárquico, o poder disciplinar, o poder regulamentar e o poder de polícia.
Afirmativa VIII: Falsa De acordo com Alexandrino e Paulo (2021), Di Pietro (2020), Mello (2018) e Bacellar Filho et al. (2016), os deveres do administrador público não são aqueles impostos pela lei, quando na verdade ele é imposto pela Constituição Federal de 1988, que inclui esse princípio entre os que regem a Administração Pública, como o dever de legalidade, de impessoalidade, de moralidade, de publicidade, de eficiência, de probidade e de prestação de contas.

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 2244. Alexandre de Castro Torres [***.570.262-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 21:22:55

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 38

Questionamento (Candidato):

A alternativa indicada pelo gabarito preliminar desconsidera a afirmativa VIII, em que constam os deveres do administrador público decorrentes dos princípios expressos tanto no art. 37, caput, § 4º e art. 70 da Constituição Federal, bem como nos termos do art. 11, VIII da lei 8429/92 (Lei de Improbidade Administrativo). Vejamos:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de LEGALIDADE, IMPESSOALIDADE, MORALIDADE, PUBLICIDADE e EFICIÊNCIA e, também, ao seguinte:
(...)
§ 4º Os atos de IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.

Art. 70.
(...)
Parágrafo único. Prestará contas qualquer pessoa física ou entidade pública que utilize, ARRECADE, GUARDE, GERENCIE ou ADMINISTRE DINHEIROS, BENS e VALORES PÚBLICOS ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assuma obrigações de natureza pecuniária.

Lei 8429/92

Art. 11. Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública a ação ou omissão dolosa que viole os deveres de honestidade, de imparcialidade e de legalidade, caracterizada por uma das seguintes condutas:
(...)
VI - deixar de prestar contas quando esteja obrigado a fazê-lo, desde que disponha das condições para isso, com vistas a ocultar irregularidades;
(...)
(destaquei)

Ademais, a clássica doutrina administrativista de Hely Lopes Meirelles (pp. 102/105, Direito Administrativo Brasileiro, 27ª ed, 2002), ensina que os "deveres de eficiência, probidade e de prestar contas são os três principais deveres do administrador público". Logo, não há erro na afirmativa VIII, devendo, por isso, figurar entre as corretas. Desse modo, não há alternativa correspondente aos acertos, vez que a afirmativa V está incorreta e não se elencou nenhuma alternativa que excluísse esta e considerasse as demais.

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

Abaixo disponibilizo o embassamento das afirmativas com alguns autores referências:
Afirmativa I: Verdadeira De acordo com Medeiros (2022), Di Pietro (2020) e Gasparini (2019), a administração direta é composta pelos órgãos integrados na estrutura administrativa da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
Afirmativa II: Verdadeira De acordo com Medeiros (2022), Di Pietro (2020) e Mello (2018), a administração indireta é formada pelas entidades dotadas de personalidade jurídica própria, que prestam serviços públicos ou de interesse público, sob controle ou tutela do Estado.
Afirmativa III: Verdadeira De acordo com Di Pietro (2020) e Mello (2018), as entidades políticas são aquelas que possuem autonomia política, administrativa e financeira, como a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Afirmativa IV: Verdadeira De acordo com Medeiros (2022), Di Pietro (2020) e Carvalho Filho (2020), as entidades administrativas são aquelas que exercem funções delegadas pelo Estado, sem autonomia política, mas com autonomia administrativa e financeira limitada, como as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas e as sociedades de economia mista.
Afirmativa V: Falsa Segundo Di Pietro (2020), Mello (2018), Leite (2013) e Eduado Gonçalves (2012) os órgãos públicos não possuem personalidade jurídica, mas sim capacidade administrativa. Eles não representam a pessoa jurídica a que pertencem, mas sim a expressam.
Afirmativa VI: Falsa Segundo Alexandrino e Paulo (2021), Di Pietro (2020) e Carvalho Filho (2020), os agentes credenciados não são agentes públicos, mas sim colaboradores eventuais do Estado. Eles são pessoas físicas ou jurídicas que recebem uma delegação do Estado para exercer uma atividade específica, mas não integram a Administração Pública.
Afirmativa VII: Verdadeira De acordo com Alexandrino e Paulo (2021), Di Pietro (2020), Mello (2018) e Bacellar Filho et al. (2016), os poderes do administrador público são aqueles conferidos pela lei para o exercício das funções administrativas, como o poder vinculado, o poder discricionário, o poder hierárquico, o poder disciplinar, o poder regulamentar e o poder de polícia.
Afirmativa VIII: Falsa De acordo com Alexandrino e Paulo (2021), Di Pietro (2020), Mello (2018) e Bacellar Filho et al. (2016), os deveres do administrador público não são aqueles impostos pela lei, quando na verdade ele é imposto pela Constituição Federal de 1988, que inclui esse princípio entre os que regem a Administração Pública, como o dever de legalidade, de impessoalidade, de moralidade, de publicidade, de eficiência, de probidade e de prestação de contas.

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 12987. Ednelson Liborio de Souza [***.960.192-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 22:03:45

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 38

Questionamento (Candidato):

Prezados Senhores, Por meio deste se faz a impugnação da nota da questão número 38, item C, Edital 21/2023, no sentido de reavaliação da resposta do recorrente.
De início, cumpre salientar que não é objetivo do recorrente se fazer substituir na prudente avaliação da Banca Examinadora, mas apenas salientar alguns pontos da respostas que podem ter, gerado dúvida nas alternativas.

A referida questão em seu comando pede a opção CORRETA , como gabarito temos o item C, porém a banca cometeu um equívoco, pois não somente as afirmativas I, II, III, IV e VII estão corretas, mas também a opção VI. Conforme o artigo 2º, IV, da Lei 13460/2017, define-se agente público como “quem exerce cargo, emprego ou função pública, de natureza civil ou militar, ainda que transitoriamente ou sem remuneração”. Segundo Di Pietro, agente público é toda pessoa física que presta serviços ao Estado e às pessoas jurídicas da Administração Indireta. Além disso, o artigo 2º da Lei 8.429/92 estabelece que “[...] consideram-se agente público o agente político, o servidor público e todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nas entidades referidas no art. 1º desta Lei”.

Também é importante notar que, segundo Hely Lopes Meirelles, em seu livro – DIREITO ADMINISTRATIVO BRASILEIRO – Página 7, sexto parágrafo, ensina que os agentes CREDENCIADOS mencionados na afirmativa também se enquadram na categoria de agentes públicos. Consequentemente, a afirmativa VI é considerada correta. Sendo assim, não seria apropriado escolher qualquer alternativa, uma vez que as afirmativas I, II, III, IV, VI e VII estão corretas.

Levando em consideração que se pede a alternativa CORRETA, não podemos vislumbrar apenas a opção C abarcando tal comando, assim solicito anulação da referida questão.
Temos em que peço e espero deferimento, confiando assim na sobriedade dos responsáveis pela reavaliação da correção ora impugnada.

Anexo (Candidato):

https://drive.google.com/open?id=1PAEMImR8W11xD5Em6qKlx-S__0w_WNs5

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

Abaixo disponibilizo o embassamento das afirmativas com alguns autores referências:
Afirmativa I: Verdadeira De acordo com Medeiros (2022), Di Pietro (2020) e Gasparini (2019), a administração direta é composta pelos órgãos integrados na estrutura administrativa da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
Afirmativa II: Verdadeira De acordo com Medeiros (2022), Di Pietro (2020) e Mello (2018), a administração indireta é formada pelas entidades dotadas de personalidade jurídica própria, que prestam serviços públicos ou de interesse público, sob controle ou tutela do Estado.
Afirmativa III: Verdadeira De acordo com Di Pietro (2020) e Mello (2018), as entidades políticas são aquelas que possuem autonomia política, administrativa e financeira, como a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.
Afirmativa IV: Verdadeira De acordo com Medeiros (2022), Di Pietro (2020) e Carvalho Filho (2020), as entidades administrativas são aquelas que exercem funções delegadas pelo Estado, sem autonomia política, mas com autonomia administrativa e financeira limitada, como as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas e as sociedades de economia mista.
Afirmativa V: Falsa Segundo Di Pietro (2020), Mello (2018), Leite (2013) e Eduado Gonçalves (2012) os órgãos públicos não possuem personalidade jurídica, mas sim capacidade administrativa. Eles não representam a

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

pessoa jurídica a que pertencem, mas sim a expressam.
Afirmativa VI: Falsa Segundo Alexandrino e Paulo (2021), Di Pietro (2020) e Carvalho Filho (2020), os agentes credenciados não são agentes públicos, mas sim colaboradores eventuais do Estado. Eles são pessoas físicas ou jurídicas que recebem uma delegação do Estado para exercer uma atividade específica, mas não integram a Administração Pública.
Afirmativa VII: Verdadeira De acordo com Alexandrino e Paulo (2021), Di Pietro (2020), Mello (2018) e Bacellar Filho et al. (2016), os poderes do administrador público são aqueles conferidos pela lei para o exercício das funções administrativas, como o poder vinculado, o poder discricionário, o poder hierárquico, o poder disciplinar, o poder regulamentar e o poder de polícia.
Afirmativa VIII: Falsa De acordo com Alexandrino e Paulo (2021), Di Pietro (2020), Mello (2018) e Bacellar Filho et al. (2016), os deveres do administrador público não são aqueles impostos pela lei, quando na verdade ele é imposto pela Constituição Federal de 1988, que inclui esse princípio entre os que regem a Administração Pública, como o dever de legalidade, de impessoalidade, de moralidade, de publicidade, de eficiência, de probidade e de prestação de contas.

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 1409. Nicole Fernanda Costa Mota [***.052.412-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 22:24:26

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 38

Questionamento (Candidato):

I – Certo. Sim, o que for integrantes dos Entes federativos, é administração direta;

II – Certo. Isso mesmo, vide previsão na própria Constituição, art. 37, XIX e Dec.Lei 200/67.

III – Certo, entidades políticas são os Entes.

IV – Certo. Administrativas são as entidades da administração indireta, como empresas públicas e autarquias;

V – Errado. Órgão não tem personalidade, é só fruto da desconcentração;

VI – Certo – agente são todos que de algum modo prestam serviços à administração;

VII – Certo, nos exatos termos da assertiva;

VIII – também de acordo, tanto princípios expressos quanto os implícitos;

Para mim é questão passível de anulação, tendo em vista que todas estariam corretas, mas como destacado, existe um erro na assertiva V.

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

Abaixo disponibilizo o embassamento das afirmativas com alguns autores referências:
Afirmativa I: Verdadeira De acordo com Medeiros (2022), Di Pietro (2020) e Gasparini (2019), a administração direta é composta pelos órgãos integrados na estrutura administrativa da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
Afirmativa II: Verdadeira De acordo com Medeiros (2022), Di Pietro (2020) e Mello (2018), a administração indireta é formada pelas entidades dotadas de personalidade jurídica própria, que prestam serviços públicos ou de interesse público, sob controle ou tutela do Estado.
Afirmativa III: Verdadeira De acordo com Di Pietro (2020) e Mello (2018), as entidades políticas são aquelas que possuem autonomia política, administrativa e financeira, como a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.
Afirmativa IV: Verdadeira De acordo com Medeiros (2022), Di Pietro (2020) e Carvalho Filho (2020), as entidades administrativas são aquelas que exercem funções delegadas pelo Estado, sem autonomia política, mas com autonomia administrativa e financeira limitada, como as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas e as sociedades de economia mista.
Afirmativa V: Falsa Segundo Di Pietro (2020), Mello (2018), Leite (2013) e Eduado Gonçalves (2012) os órgãos públicos não possuem personalidade jurídica, mas sim capacidade administrativa. Eles não representam a pessoa jurídica a que pertencem, mas sim a expressam.
Afirmativa VI: Falsa Segundo Alexandrino e Paulo (2021), Di Pietro (2020) e Carvalho Filho (2020), os agentes credenciados não são agentes públicos, mas sim colaboradores eventuais do Estado. Eles são pessoas físicas ou jurídicas que recebem uma delegação do Estado para exercer uma atividade específica, mas não integram a Administração Pública.
Afirmativa VII: Verdadeira De acordo com Alexandrino e Paulo (2021), Di Pietro (2020), Mello (2018) e Bacellar Filho et al. (2016), os poderes do administrador público são aqueles conferidos pela lei para o exercício das funções administrativas, como o poder vinculado, o poder discricionário, o poder hierárquico, o poder disciplinar, o poder regulamentar e o poder de polícia.
Afirmativa VIII: Falsa De acordo com Alexandrino e Paulo (2021), Di Pietro (2020), Mello (2018) e Bacellar Filho et al. (2016), os deveres do administrador público não são aqueles impostos pela lei, quando na verdade

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

ele é imposto pela Constituição Federal de 1988, que inclui esse princípio entre os que regem a Administração Pública, como o dever de legalidade, de impessoalidade, de moralidade, de publicidade, de eficiência, de probidade e de prestação de contas.

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 13394. Zingara de Lima Abreu [***.187.442-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 22:35:41

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 38

Questionamento (Candidato):

O item V dessa questão está – Errado. Órgão não tem personalidade, é só fruto da desconcentração;

Alexandrino (2013, p. 118) conceitua órgãos públicos como: “unidades integrantes da estrutura de uma mesma pessoa jurídica nas quais são agrupadas competências a serem exercidas por meio de agentes públicos. E complementa: “como se vê, órgãos são meros conjuntos de competências, sem personalidade jurídica própria; são resultado da técnica de organização administrativa conhecida como “desconcentração”.”

ALEXANDRINO, Marcelo, Direito administrativo descomplicado / Marcelo Alexandrino, Vicente Paulo. – 21. Ed. rev. e atual. – Rio de Janeiro : Forense; São Paulo : Método, 2013.

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

Abaixo disponibilizo o embassamento das afirmativas com alguns autores referências:
Afirmativa I: Verdadeira De acordo com Medeiros (2022), Di Pietro (2020) e Gasparini (2019), a administração direta é composta pelos órgãos integrados na estrutura administrativa da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
Afirmativa II: Verdadeira De acordo com Medeiros (2022), Di Pietro (2020) e Mello (2018), a administração indireta é formada pelas entidades dotadas de personalidade jurídica própria, que prestam serviços públicos ou de interesse público, sob controle ou tutela do Estado.
Afirmativa III: Verdadeira De acordo com Di Pietro (2020) e Mello (2018), as entidades políticas são aquelas que possuem autonomia política, administrativa e financeira, como a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.
Afirmativa IV: Verdadeira De acordo com Medeiros (2022), Di Pietro (2020) e Carvalho Filho (2020), as entidades administrativas são aquelas que exercem funções delegadas pelo Estado, sem autonomia política, mas com autonomia administrativa e financeira limitada, como as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas e as sociedades de economia mista.
Afirmativa V: Falsa Segundo Di Pietro (2020), Mello (2018), Leite (2013) e Eduado Gonçalves (2012) os órgãos públicos não possuem personalidade jurídica, mas sim capacidade administrativa. Eles não representam a pessoa jurídica a que pertencem, mas sim a expressam.
Afirmativa VI: Falsa Segundo Alexandrino e Paulo (2021), Di Pietro (2020) e Carvalho Filho (2020), os agentes credenciados não são agentes públicos, mas sim colaboradores eventuais do Estado. Eles são pessoas físicas ou jurídicas que recebem uma delegação do Estado para exercer uma atividade específica, mas não integram a Administração Pública.
Afirmativa VII: Verdadeira De acordo com Alexandrino e Paulo (2021), Di Pietro (2020), Mello (2018) e Bacellar Filho et al. (2016), os poderes do administrador público são aqueles conferidos pela lei para o exercício das funções administrativas, como o poder vinculado, o poder discricionário, o poder hierárquico, o poder disciplinar, o poder regulamentar e o poder de polícia.
Afirmativa VIII: Falsa De acordo com Alexandrino e Paulo (2021), Di Pietro (2020), Mello (2018) e Bacellar Filho et al. (2016), os deveres do administrador público não são aqueles impostos pela lei, quando na verdade ele é imposto pela Constituição Federal de 1988, que inclui esse princípio entre os que regem a Administração Pública, como o dever de legalidade, de impessoalidade, de moralidade, de publicidade, de eficiência, de probidade e de prestação de contas.

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 1125. Djeine Lorena Zimmer da Silva [***.662.882-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 22:40:40

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 38

Questionamento (Candidato):

Prezado examinador, venho através desse recurso manifestar que a questão 38 da prova do concurso da Ufam técnico em administração de nível médio que versava sobre cadeia a Administração Publica direta, entidades politicas e administrativas, órgãos e agentes públicos poderes e deveres do administrador Publico, manifesta um equivoco com a questão considerada correta onde não considera a parte XIII que fala " os deveres do administrador público são aqueles impostos pela lei ou pelos princípios que regem a administração pública como o dever da legalidade, da impessoalidade, de moralidade, de publicidade, de eficiência, de probidade e de prestação de contas abaixo pode ser observado uma lista da qual incluí os deveres propostos ao Servidor publico que pode ser estendida ao administrador público pelo mesmo também se tratar de um servidor publico.
DOS DEVERES DO SERVIDOR PÚBLICO
1) Exercer com zelo e dedicação as atribuições do cargo;
2) Ser leal às instituições a que servir;
3) Observar as normas legais e regulamentares;
4) Cumprir as ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais;
5) Atender com presteza:
5.1) ao público em geral, prestadas as informações requeridas, ressalvadas as protegidas por sigilo;
5.2) à expedição de certidões requeridas para a defesa de direito ou esclarecimento de situações de interesse pessoal;
5.3) às requisições para a defesa da Fazenda Pública.
6) levar ao conhecimento da autoridade superior as irregularidades de que tiver ciência em razão do cargo;
7) zelar pela economia do material e pela conservação do patrimônio público;
8) guardar sigilo sobre assunto da repartição;
9) manter conduta compatível com a moralidade administrativa;
10) ser assíduo e pontual ao serviço;
11) tratar com urbanidade as pessoas;
12) representar contra ilegalidade, omissão ou abuso de poder

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: ARTIGOS 116 E 117 DA LEI N° 8.112/1990
Mediante ao exposto solicito encarecidamente senhor Supervisor a anulação da questão.

Anexo (Candidato):

https://drive.google.com/open?id=1Wcw7U4QdkK9djx0IvELg_xn5Ox07OGL7

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

Abaixo disponibilizo o embassamento das afirmativas com alguns autores referências:
Afirmativa I: Verdadeira De acordo com Medeiros (2022), Di Pietro (2020) e Gasparini (2019), a administração direta é composta pelos órgãos integrados na estrutura administrativa da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
Afirmativa II: Verdadeira De acordo com Medeiros (2022), Di Pietro (2020) e Mello (2018), a administração indireta é formada pelas entidades dotadas de personalidade jurídica própria, que prestam serviços públicos ou de interesse público, sob controle ou tutela do Estado.
Afirmativa III: Verdadeira De acordo com Di Pietro (2020) e Mello (2018), as entidades políticas são aquelas que possuem autonomia política, administrativa e financeira, como a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.
Afirmativa IV: Verdadeira De acordo com Medeiros (2022), Di Pietro (2020) e Carvalho Filho (2020), as entidades administrativas são aquelas que exercem funções delegadas pelo Estado, sem autonomia política,

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

mas com autonomia administrativa e financeira limitada, como as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas e as sociedades de economia mista.
Afirmativa V: Falsa Segundo Di Pietro (2020), Mello (2018), Leite (2013) e Eduado Gonçalves (2012) os órgãos públicos não possuem personalidade jurídica, mas sim capacidade administrativa. Eles não representam a pessoa jurídica a que pertencem, mas sim a expressam.
Afirmativa VI: Falsa Segundo Alexandrino e Paulo (2021), Di Pietro (2020) e Carvalho Filho (2020), os agentes credenciados não são agentes públicos, mas sim colaboradores eventuais do Estado. Eles são pessoas físicas ou jurídicas que recebem uma delegação do Estado para exercer uma atividade específica, mas não integram a Administração Pública.
Afirmativa VII: Verdadeira De acordo com Alexandrino e Paulo (2021), Di Pietro (2020), Mello (2018) e Bacellar Filho et al. (2016), os poderes do administrador público são aqueles conferidos pela lei para o exercício das funções administrativas, como o poder vinculado, o poder discricionário, o poder hierárquico, o poder disciplinar, o poder regulamentar e o poder de polícia.
Afirmativa VIII: Falsa De acordo com Alexandrino e Paulo (2021), Di Pietro (2020), Mello (2018) e Bacellar Filho et al. (2016), os deveres do administrador público não são aqueles impostos pela lei, quando na verdade ele é imposto pela Constituição Federal de 1988, que inclui esse princípio entre os que regem a Administração Pública, como o dever de legalidade, de impessoalidade, de moralidade, de publicidade, de eficiência, de probidade e de prestação de contas.

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 12102. Erivan Oliveira Passos [***.171.612-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 22:41:49

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 38

Questionamento (Candidato):

Segundo Celso Antônio Bandeira de Mello1, a expressão “agentes públicos” é a mais ampla que se pode conceber para designar genérica e indistintamente os sujeitos que servem ao Poder Público como instrumentos expressivos de sua vontade ou ação, ainda quando o façam apenas ocasional ou episodicamente.

De forma mais sintética, Maria Sylvia Zanella Di Pietro2 define agente público como toda pessoa física que presta serviços ao Estado e às pessoas jurídicas da Administração Indireta.

Já Hely Lopes Meirelles3 consigna que “agentes públicos” são todas as pessoas físicas incumbidas, definitiva ou transitoriamente, do exercício de alguma função estatal.

Tomando por base a classificação proposta por Hely Lopes Meirelles4, a expressão “agentes públicos” designa cinco categorias ou espécies de agentes: Agentes POLÍTICOS, Agentes ADMINISTRATIVOS, Agentes HONORÍFICOS, Agentes DELEGADOS e Agentes CREDENCIADOS

Já Maria Sylvia Zanella Di Pietro5 defende o desmembramento dos “militares” como espécie autônoma, de modo que a expressão “agentes públicos” alcançaria quatro categorias:

a) agentes políticos
b) servidores públicos, abrangendo servidores estatutários, empregados públicos e servidores temporários
c) militares
d) particulares em colaboração com o poder público

Portanto, o item VI da questão está correto, visto que todos aqueles constantes da resposta são agentes públicos. Como a questão não especificou qual seria a doutrina adotada, todas acima complementam o entendimento de que todos os relacionados na questão são agentes públicos.

Dessa forma, visto que o gabarito preliminar entende como correta a letra “c” e esta não possui o item VI, a questão não possui alternativa correta, devendo ser anulada.

1 MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo. Ed. Malheiros. 26ª ed. P. 243
2 DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. Ed. GenMétodo. 31ª ed. 2018. eBook. Item 13.2
3 MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro, 35ª edição, p. 79.
4 MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro, 35ª edição, p. 79-86.
5 DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. Ed. GenMétodo. 31ª ed. 2018. eBook. Item 13.2

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

Abaixo disponibilizo o embassamento das afirmativas com alguns autores referências:
Afirmativa I: Verdadeira De acordo com Medeiros (2022), Di Pietro (2020) e Gasparini (2019), a administração direta é composta pelos órgãos integrados na estrutura administrativa da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
Afirmativa II: Verdadeira De acordo com Medeiros (2022), Di Pietro (2020) e Mello (2018), a administração indireta é formada pelas entidades dotadas de personalidade jurídica própria, que prestam serviços públicos ou de interesse público, sob controle ou tutela do Estado.

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Afirmativa III: Verdadeira De acordo com Di Pietro (2020) e Mello (2018), as entidades políticas são aquelas que possuem autonomia política, administrativa e financeira, como a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.
Afirmativa IV: Verdadeira De acordo com Medeiros (2022), Di Pietro (2020) e Carvalho Filho (2020), as entidades administrativas são aquelas que exercem funções delegadas pelo Estado, sem autonomia política, mas com autonomia administrativa e financeira limitada, como as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas e as sociedades de economia mista.
Afirmativa V: Falsa Segundo Di Pietro (2020), Mello (2018), Leite (2013) e Eduado Gonçalves (2012) os órgãos públicos não possuem personalidade jurídica, mas sim capacidade administrativa. Eles não representam a pessoa jurídica a que pertencem, mas sim a expressam.
Afirmativa VI: Falsa Segundo Alexandrino e Paulo (2021), Di Pietro (2020) e Carvalho Filho (2020), os agentes credenciados não são agentes públicos, mas sim colaboradores eventuais do Estado. Eles são pessoas físicas ou jurídicas que recebem uma delegação do Estado para exercer uma atividade específica, mas não integram a Administração Pública.
Afirmativa VII: Verdadeira De acordo com Alexandrino e Paulo (2021), Di Pietro (2020), Mello (2018) e Bacellar Filho et al. (2016), os poderes do administrador público são aqueles conferidos pela lei para o exercício das funções administrativas, como o poder vinculado, o poder discricionário, o poder hierárquico, o poder disciplinar, o poder regulamentar e o poder de polícia.
Afirmativa VIII: Falsa De acordo com Alexandrino e Paulo (2021), Di Pietro (2020), Mello (2018) e Bacellar Filho et al. (2016), os deveres do administrador público não são aqueles impostos pela lei, quando na verdade ele é imposto pela Constituição Federal de 1988, que inclui esse princípio entre os que regem a Administração Pública, como o dever de legalidade, de impessoalidade, de moralidade, de publicidade, de eficiência, de probidade e de prestação de contas.

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 1825. Adrielly Vaz dos Santos [***.289.142-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 22:41:53

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 38

Questionamento (Candidato):

A questão apresenta um rol de assertivas acerca de conceitos da área do direito administrativo, sendo:

I – Certo. Os órgãos integrados na estrutura administrativa dos Entes federativos compõem a administração direta;

II – Certo. Questão baseada no Artigo 37, XIX da Constituição Federal e no Decreto Lei 200/67.

III – Certo. os Entes Federativos (União, Estados, Distrito Federal e Municípios) são entidades políticas.

IV – Certo. Entidades Administrativas são as entidades como Administração Indireta, como autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista;

V – ERRADO. Órgão é despersonalizado, ou seja, sem personalidade jurídica. São centros de competência constituídos na estrutura interna de uma entidade política ou administrativa.

VI – Certo – Conforme o Art. 2 da Lei 8.429/1992: "Art. 2º Para os efeitos desta Lei, consideram-se agente público o agente político, o servidor público e todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nas entidades referidas no art. 1º desta Lei."

VII – Certo. José dos Santos Carvalho Filho define poderes administrativos como “o conjunto de prerrogativas de direito público que a ordem jurídica confere aos agentes administrativos para o fim de permitir que o Estado alcance seus fins”.

VIII – também de acordo, tanto princípios expressos quanto os implícitos;

Com base nas colocações acima, a sequência correta para o que solicita a questão seria: I, II, III, IV, VI, VII, VIII. Por não apresentar alternativa correta, solicita-se a ANULAÇÃO da questão.

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

Abaixo disponibilizo o embassamento das afirmativas com alguns autores referências:
Afirmativa I: Verdadeira De acordo com Medeiros (2022), Di Pietro (2020) e Gasparini (2019), a administração direta é composta pelos órgãos integrados na estrutura administrativa da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
Afirmativa II: Verdadeira De acordo com Medeiros (2022), Di Pietro (2020) e Mello (2018), a administração indireta é formada pelas entidades dotadas de personalidade jurídica própria, que prestam serviços públicos ou de interesse público, sob controle ou tutela do Estado.
Afirmativa III: Verdadeira De acordo com Di Pietro (2020) e Mello (2018), as entidades políticas são aquelas que possuem autonomia política, administrativa e financeira, como a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.
Afirmativa IV: Verdadeira De acordo com Medeiros (2022), Di Pietro (2020) e Carvalho Filho (2020), as entidades administrativas são aquelas que exercem funções delegadas pelo Estado, sem autonomia política, mas com autonomia administrativa e financeira limitada, como as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas e as sociedades de economia mista.
Afirmativa V: Falsa Segundo Di Pietro (2020), Mello (2018), Leite (2013) e Eduado Gonçalves (2012) os órgãos públicos não possuem personalidade jurídica, mas sim capacidade administrativa. Eles não representam a pessoa jurídica a que pertencem, mas sim a expressam.

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Afirmativa VI: Falsa Segundo Alexandrino e Paulo (2021), Di Pietro (2020) e Carvalho Filho (2020), os agentes credenciados não são agentes públicos, mas sim colaboradores eventuais do Estado. Eles são pessoas físicas ou jurídicas que recebem uma delegação do Estado para exercer uma atividade específica, mas não integram a Administração Pública.
Afirmativa VII: Verdadeira De acordo com Alexandrino e Paulo (2021), Di Pietro (2020), Mello (2018) e Bacellar Filho et al. (2016), os poderes do administrador público são aqueles conferidos pela lei para o exercício das funções administrativas, como o poder vinculado, o poder discricionário, o poder hierárquico, o poder disciplinar, o poder regulamentar e o poder de polícia.
Afirmativa VIII: Falsa De acordo com Alexandrino e Paulo (2021), Di Pietro (2020), Mello (2018) e Bacellar Filho et al. (2016), os deveres do administrador público não são aqueles impostos pela lei, quando na verdade ele é imposto pela Constituição Federal de 1988, que inclui esse princípio entre os que regem a Administração Pública, como o dever de legalidade, de impessoalidade, de moralidade, de publicidade, de eficiência, de probidade e de prestação de contas.

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 1437. Vivianne Campos Mar Pereira [***.153.912-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 23:21:24

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 38

Questionamento (Candidato):

Prezada banca organizadora,
Solicita-se a anulação da questão 38, visto que esta não possui alternativa possível para ser assinalada corretamente, pois contém erro nas afirmativas IV e V, senão vejamos:
IV. incorreta. O erro da afirmativa se dá ao afirmar que as entidades administrativas têm autonomia administrativa e financeira limitada, pois a doutrina fala em autonomia, não havendo menção à limitação.
V. incorreta. O erro da afirmativa se dá ao afirmar que os órgãos têm personalidade jurídica própria.
A questão apontou como gabarito a alternativa C, considerando as afirmativas I, II, III, IV e VII verdadeiras, logo, este não pode ser o gabarito da questão, pois a afirmativa IV está incorreta, conforme a fundamentação acima. Ademais, nota-se que todas as afirmativas estão corretas, exceto a IV e V. Logo, a alternativa deveria constar I,II,III, VI, VII e VIII como verdadeiras.
Importante frisar que a afirmativa VI está correta, pois a classificação apresentada por Hely Lopes Meirelles, afirma que os agentes públicos são divididos em cinco categorias: agentes políticos, agentes administrativos, agentes honoríficos, agentes delegados e agentes credenciados. Temos ainda a classificação da autora Maria Sylvia Zanella Di Pietro, para a qual os agentes possuem quatro classificações: agentes políticos, servidores públicos, militares e particulares em colaboração com o Poder Público.
Verifica-se que a questão apresentada não possui alternativa que conste como verdadeiras as afirmativas I,II,III, VI, VII e VIII, logo, não tem resposta correta a ser dada como gabarito, implicando em sua anulação.

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

Abaixo disponibilizo o embassamento das afirmativas com alguns autores referências:
Afirmativa I: Verdadeira De acordo com Medeiros (2022), Di Pietro (2020) e Gasparini (2019), a administração direta é composta pelos órgãos integrados na estrutura administrativa da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
Afirmativa II: Verdadeira De acordo com Medeiros (2022), Di Pietro (2020) e Mello (2018), a administração indireta é formada pelas entidades dotadas de personalidade jurídica própria, que prestam serviços públicos ou de interesse público, sob controle ou tutela do Estado.
Afirmativa III: Verdadeira De acordo com Di Pietro (2020) e Mello (2018), as entidades políticas são aquelas que possuem autonomia política, administrativa e financeira, como a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.
Afirmativa IV: Verdadeira De acordo com Medeiros (2022), Di Pietro (2020) e Carvalho Filho (2020), as entidades administrativas são aquelas que exercem funções delegadas pelo Estado, sem autonomia política, mas com autonomia administrativa e financeira limitada, como as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas e as sociedades de economia mista.
Afirmativa V: Falsa Segundo Di Pietro (2020), Mello (2018), Leite (2013) e Eduado Gonçalves (2012) os órgãos públicos não possuem personalidade jurídica, mas sim capacidade administrativa. Eles não representam a pessoa jurídica a que pertencem, mas sim a expressam.
Afirmativa VI: Falsa Segundo Alexandrino e Paulo (2021), Di Pietro (2020) e Carvalho Filho (2020), os agentes credenciados não são agentes públicos, mas sim colaboradores eventuais do Estado. Eles são pessoas físicas ou jurídicas que recebem uma delegação do Estado para exercer uma atividade específica, mas não integram a Administração Pública.
Afirmativa VII: Verdadeira De acordo com Alexandrino e Paulo (2021), Di Pietro (2020), Mello (2018) e Bacellar Filho et al. (2016), os poderes do administrador público são aqueles conferidos pela lei para o exercício das funções administrativas, como o poder vinculado, o poder discricionário, o poder hierárquico, o poder disciplinar, o poder regulamentar e o poder de polícia.
Afirmativa VIII: Falsa De acordo com Alexandrino e Paulo (2021), Di Pietro (2020), Mello (2018) e Bacellar Filho et al. (2016), os deveres do administrador público não são aqueles impostos pela lei, quando na verdade ele é imposto pela Constituição Federal de 1988, que inclui esse princípio entre os que regem a

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Administração Pública, como o dever de legalidade, de impessoalidade, de moralidade, de publicidade, de eficiência, de probidade e de prestação de contas.

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 3985. Nathasha Fernandes de Oliveira [***.595.112-**]

Recurso em: 17/10/2023 às 00:15:30

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 38

Questionamento (Candidato):

Prezada Banca Organizadora,

De acordo com o gabarito preliminar da questão 38, de Conhecimento Específico da Prova Nível Médio: NM15(Benjamin Constant), NM17 (Coari), NM24 (Itacoatiara) e NM01(Manaus) para Assistente em Administração- Concursos Público Técnico Administrativo-2023, a resposta correta é a letra c) Somente as afirmativas I,II, III, IV e VII são verdadeiras.
No entanto, o item V apresenta um erro ao dizer que os órgãos possuem personalidade jurídica própria, justamente pelo que consta em seguida no próprio item: "... representam a pessoa jurídica a que pertencem.", algo característico do processo de desconcentração, que gera a criação dos órgãos, e não de descentralização.
Portanto, solicito a anulação da questão 38, pois a questão não possui resposta correta, visto que nenhuma alternativa apresenta todos os itens verdadeiros com a exceção do item V. Os órgãos públicos são unidades com atribuições específicas dentro da organização estatal, que possuem personalidade jurídica própria e representam a pessoa jurídica a que pertencem.

Anexo (Candidato):

https://drive.google.com/open?id=1IIXZb8X1XYkHiwPCzwiJqrZEz5hUW6Dj

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

Abaixo disponibilizo o embassamento das afirmativas com alguns autores referências:
Afirmativa I: Verdadeira De acordo com Medeiros (2022), Di Pietro (2020) e Gasparini (2019), a administração direta é composta pelos órgãos integrados na estrutura administrativa da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
Afirmativa II: Verdadeira De acordo com Medeiros (2022), Di Pietro (2020) e Mello (2018), a administração indireta é formada pelas entidades dotadas de personalidade jurídica própria, que prestam serviços públicos ou de interesse público, sob controle ou tutela do Estado.
Afirmativa III: Verdadeira De acordo com Di Pietro (2020) e Mello (2018), as entidades políticas são aquelas que possuem autonomia política, administrativa e financeira, como a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.
Afirmativa IV: Verdadeira De acordo com Medeiros (2022), Di Pietro (2020) e Carvalho Filho (2020), as entidades administrativas são aquelas que exercem funções delegadas pelo Estado, sem autonomia política, mas com autonomia administrativa e financeira limitada, como as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas e as sociedades de economia mista.
Afirmativa V: Falsa Segundo Di Pietro (2020), Mello (2018), Leite (2013) e Eduado Gonçalves (2012) os órgãos públicos não possuem personalidade jurídica, mas sim capacidade administrativa. Eles não representam a pessoa jurídica a que pertencem, mas sim a expressam.
Afirmativa VI: Falsa Segundo Alexandrino e Paulo (2021), Di Pietro (2020) e Carvalho Filho (2020), os agentes credenciados não são agentes públicos, mas sim colaboradores eventuais do Estado. Eles são pessoas físicas ou jurídicas que recebem uma delegação do Estado para exercer uma atividade específica, mas não integram a Administração Pública.
Afirmativa VII: Verdadeira De acordo com Alexandrino e Paulo (2021), Di Pietro (2020), Mello (2018) e Bacellar Filho et al. (2016), os poderes do administrador público são aqueles conferidos pela lei para o exercício das funções administrativas, como o poder vinculado, o poder discricionário, o poder hierárquico, o poder disciplinar, o poder regulamentar e o poder de polícia.
Afirmativa VIII: Falsa De acordo com Alexandrino e Paulo (2021), Di Pietro (2020), Mello (2018) e Bacellar Filho et al. (2016), os deveres do administrador público não são aqueles impostos pela lei, quando na verdade ele é imposto pela Constituição Federal de 1988, que inclui esse princípio entre os que regem a

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Administração Pública, como o dever de legalidade, de impessoalidade, de moralidade, de publicidade, de eficiência, de probidade e de prestação de contas.

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 10632. Lorran Rodrigues de Queiroz [***.848.342-**]

Recurso em: 17/10/2023 às 02:46:21

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 38

Questionamento (Candidato):

A questão nº 38 discorre à luz da Administração Pública direta e indireta, entidades políticas e administrativas, órgãos e agentes públicos, poderes e deveres do administrador público. Foram apresentados oito fragmentos para serem julgados. No gabarito preliminar, considerou-se correta a alternativa: "c) Somente as afirmativas I, II, III, IV e VII são verdadeiras."

De início, necessário destacar que o fragmento V é incontestavelmente incorreto, pois cita que os órgãos públicos possuem personalidade jurídica própria. Todavia, sabe-se que somente entidades públicas são dotadas de personalidade jurídica, nos termos do Art. 1º, § 2º, da Lei 9.784/1999.

Agora, passemos a analisar o fragmento VII, o qual expõe o seguinte: "VII. Os poderes do administrador público são aqueles conferidos pela lei para o exercício das funções administrativas, como o poder vinculado, o poder discricionário, o poder hierárquico, o poder disciplinar, o poder regulamentar e o poder de polícia". Verifica-se que o fragmento contém um desacerto quando cita o poder regulamentar, porquanto tal poder é restrito ao Chefe do Executivo e não a todo administrador público. Para o fragmento ficar adequado, no lugar de poder regulamentar deveria ter sido citado o poder normativo.

Outrossim, importante analisar o fragmento VIII — considerado incorreto pelo gabarito preliminar —, que versa: "VIII.Os deveres do administrador público são aqueles impostos pela lei ou pelos princípios que regem a Administração Pública, como o dever de legalidade, de impessoalidade, de moralidade, de publicidade, de eficiência, de probidade e de prestação de contas". O fragmento está errado, pois, a rigor, considerou-se apenas os princípios que estão expressos no Art. 37 da Constituição Federal, quais sejam: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Assim sendo, deve-se aplicar, na correção do fragmento VII, o mesmo rigor utilizado na interpretação do fragmento VIII.

É essencial, ainda, observar o fragmento VI, porque o mesmo está integralmente correto, nos termos da Lei de Improbidade Administrativa (8.429/1992) e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. Analisemos tal fragmento: "VI. Os agentes públicos são todas as pessoas físicas que exercem alguma função pública, seja de forma permanente ou temporária, remunerada ou gratuita, como os servidores públicos, os empregados públicos, os militares, os agentes políticos e os agentes credenciados." Não há erros neste fragmento, senão, vejamos o que versa o Art. 2º da Lei 8.429/1992:

> "Art. 2º Para os efeitos desta Lei, consideram-se agente público o agente político, o servidor público e todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nas entidades referidas no art. 1º desta Lei."

De mais a mais, no vocabulário jurídico (tesauro) do Supremo Tribunal Federal, encontramos a seguinte definição para agente público: "Quem quer que desempenhe funções estatais, enquanto as exercita, é um agente público." Logo, constata-se claro que agentes públicos são todos que de algum modo prestam serviços à administração. Ressalta-se, também, que o fragmento VI não registringiu os agentes públicos a somente os citados em sua redação, pelo contrário, tal fragmento conceitua o referido termo de forma ampla.

https://portal.stf.jus.br/jurisprudencia/tesauro/pesquisa.asp?pesquisaLivre=AGENTE%20P%C3%9ABLICO

Verifica-se, por fim, que os demais fragmentos encontram-se certos. Isto posto, nota-se que os fragmentos corretos estão elencados na alternativa "a": I, II, III, IV e VI.

Por todo o exposto, solicita-se que o presente recurso seja deferido, no sentido de que o gabarito da questão

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

nº 38 seja alterado para a letra "a".

Anexo (Candidato):

https://drive.google.com/open?id=1UbnuBc3La4mrGRx5ucC0y3-7N-T5WLUh

Recurso (Candidato): Alterar o gabarito para a letra "A"

Parecer (Banca):

Abaixo disponibilizo o embassamento das afirmativas com alguns autores referências:
Afirmativa I: Verdadeira De acordo com Medeiros (2022), Di Pietro (2020) e Gasparini (2019), a administração direta é composta pelos órgãos integrados na estrutura administrativa da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
Afirmativa II: Verdadeira De acordo com Medeiros (2022), Di Pietro (2020) e Mello (2018), a administração indireta é formada pelas entidades dotadas de personalidade jurídica própria, que prestam serviços públicos ou de interesse público, sob controle ou tutela do Estado.
Afirmativa III: Verdadeira De acordo com Di Pietro (2020) e Mello (2018), as entidades políticas são aquelas que possuem autonomia política, administrativa e financeira, como a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.
Afirmativa IV: Verdadeira De acordo com Medeiros (2022), Di Pietro (2020) e Carvalho Filho (2020), as entidades administrativas são aquelas que exercem funções delegadas pelo Estado, sem autonomia política, mas com autonomia administrativa e financeira limitada, como as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas e as sociedades de economia mista.
Afirmativa V: Falsa Segundo Di Pietro (2020), Mello (2018), Leite (2013) e Eduado Gonçalves (2012) os órgãos públicos não possuem personalidade jurídica, mas sim capacidade administrativa. Eles não representam a pessoa jurídica a que pertencem, mas sim a expressam.
Afirmativa VI: Falsa Segundo Alexandrino e Paulo (2021), Di Pietro (2020) e Carvalho Filho (2020), os agentes credenciados não são agentes públicos, mas sim colaboradores eventuais do Estado. Eles são pessoas físicas ou jurídicas que recebem uma delegação do Estado para exercer uma atividade específica, mas não integram a Administração Pública.
Afirmativa VII: Verdadeira De acordo com Alexandrino e Paulo (2021), Di Pietro (2020), Mello (2018) e Bacellar Filho et al. (2016), os poderes do administrador público são aqueles conferidos pela lei para o exercício das funções administrativas, como o poder vinculado, o poder discricionário, o poder hierárquico, o poder disciplinar, o poder regulamentar e o poder de polícia.
Afirmativa VIII: Falsa De acordo com Alexandrino e Paulo (2021), Di Pietro (2020), Mello (2018) e Bacellar Filho et al. (2016), os deveres do administrador público não são aqueles impostos pela lei, quando na verdade ele é imposto pela Constituição Federal de 1988, que inclui esse princípio entre os que regem a Administração Pública, como o dever de legalidade, de impessoalidade, de moralidade, de publicidade, de eficiência, de probidade e de prestação de contas.

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 9544. Ericsson Nazareth da Silva Almeida [***.663.082-**]

Recurso em: 17/10/2023 às 04:39:34

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 38

Questionamento (Candidato):

Venho respeitosamente solicitar a V. Sª., análise do(s) questionamento(s), termos em que peço e aguardo deferimento.

A referida questão versa sobre Administração Pública direta e indireta, entidades políticas e administrativas, órgãos e agentes públicos, poderes e deveres do administrador público.

Gabarito da banca: c) Somente as afirmativas I, II, III, IV e VII são verdadeiras.

Pedido: anular questão, pois não constam as assertivas VI (6) e VIII (8), que também estão estão corretas, no gabarito apresentado, e não há outra alternativa pondo-as nesta ordem: I, II, III, IV, VI, VII e VIII; somente o item V (5) está incorreto.

O conceito de agente público é bastante amplo, assim como diz a doutrina e Leis.

A assertiva VI (6) tem a redação: Os agentes públicos são todas as pessoas físicas que exercem alguma função pública, seja de forma permanente ou temporária, remunerada ou gratuita, como os servidores públicos, os empregados públicos, os militares, os agentes políticos e os agentes credenciados, não apresenta incorreções e não consta na alternativa dada como gabarito.

Fundamentação legal: Lei de Improbidade Administrativa n° 8.429/92, Constituição Federal (CF), e Doutrina:
Lei 8.429/92:
Art. 2º Para os efeitos desta Lei, consideram-se agente público o agente político, o servidor público e todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nas entidades referidas no art. 1º desta Lei. (Redação dada pela Lei nº 14.230, de 2021)

A doutrina também nos ensina a classificação das diversas pessoas que exerçam função pública:

Agentes Públicos são de 4 espécies (É a corrente mais moderna de Celso Antônio Bandeira de Mello e Maria Sylvia Z Di Pietro):

a) AGENTES POLÍTICOS: são os titulares dos cargos estruturais à organização do País, sendo os ocupantes dos cargos que compõe o arcabouço constitucional do Estado. Sua função é formar a vontade superior do Estado. Para esses autores somente são agentes políticos o Presidente e Vice, os Governadores e Vices, os Prefeitos e Vices, os auxiliares diretos como os Ministros e Secretários, e mais os Senadores, Deputados Federais e studais, e ainda os Vereadores.
b) SERVIDORES PÚBLICOS: são todos que se ligam ao Estado ou às entidades da Administração Indireta com vínculo empregatício. Incluem-se aí os servidores propriamente ditos, regidos pelo regime estatutário, empregados regidos pela CLT e os contratados temporariamente (Lei n. 8.745/1993).
c) MILITARES: abrange os militares das forças armadas e os militares dos Estados e do DF (art. 42, CF). São servidores estatutários sujeitos a regime jurídico próprio.
d) PARTICULARES EM COLABORAÇÃO COM O PODER PÚBLICO: são as pessoas físicas que prestam serviço ao Estado, com ou sem vínculo empregatício, compreendendo:
- Os empregados das concessionárias de serviços públicos, os notários e registradores (art. 236, CF)
- Os requisitados, nomeados e designados para funções públicas, tais como jurados, mesários, os convocados para o serviço militar, comissários de menores;

A assertiva VIII (8) tem esta redação: VIII. Os deveres do administrador público são aqueles
impostos pela lei ou pelos princípios que regem a Administração Pública, como o dever de legalidade, de

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

impessoalidade, de moralidade, de publicidade, de eficiência, de probidade e de prestação de contas, e também não possui erros e não consta na alternativa dada como gabarito.

Fundamentação legal: CF em seu art. 37: quanto aos princípios legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência:
A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998);

quanto à probidade, Lei 8.429/92 em seu art. 1°, § 5°:
Art. 1º O sistema de responsabilização por atos de improbidade administrativa tutelará a probidade na organização do Estado e no exercício de suas funções, como forma de assegurar a integridade do patrimônio público e social, nos termos desta Lei. (Redação dada pela Lei nº 14.230, de 2021)

§ 5º Os atos de improbidade violam a probidade na organização do Estado e no exercício de suas funções e a integridade do patrimônio público e social dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como da administração direta e indireta, no âmbito da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021).

Ou seja, é dever do agente público ter probidade.

Quanto ao dever de prestar contas, temos o Decreto 9.203/17, art. 3°, V:

Art. 3º São princípios da governança pública:
V - prestação de contas e responsabilidade.

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

Abaixo disponibilizo o embassamento das afirmativas com alguns autores referências:
Afirmativa I: Verdadeira De acordo com Medeiros (2022), Di Pietro (2020) e Gasparini (2019), a administração direta é composta pelos órgãos integrados na estrutura administrativa da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
Afirmativa II: Verdadeira De acordo com Medeiros (2022), Di Pietro (2020) e Mello (2018), a administração indireta é formada pelas entidades dotadas de personalidade jurídica própria, que prestam serviços públicos ou de interesse público, sob controle ou tutela do Estado.
Afirmativa III: Verdadeira De acordo com Di Pietro (2020) e Mello (2018), as entidades políticas são aquelas que possuem autonomia política, administrativa e financeira, como a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.
Afirmativa IV: Verdadeira De acordo com Medeiros (2022), Di Pietro (2020) e Carvalho Filho (2020), as entidades administrativas são aquelas que exercem funções delegadas pelo Estado, sem autonomia política, mas com autonomia administrativa e financeira limitada, como as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas e as sociedades de economia mista.
Afirmativa V: Falsa Segundo Di Pietro (2020), Mello (2018), Leite (2013) e Eduado Gonçalves (2012) os órgãos públicos não possuem personalidade jurídica, mas sim capacidade administrativa. Eles não representam a pessoa jurídica a que pertencem, mas sim a expressam.
Afirmativa VI: Falsa Segundo Alexandrino e Paulo (2021), Di Pietro (2020) e Carvalho Filho (2020), os agentes credenciados não são agentes públicos, mas sim colaboradores eventuais do Estado. Eles são pessoas físicas ou jurídicas que recebem uma delegação do Estado para exercer uma atividade específica, mas não integram a Administração Pública.
Afirmativa VII: Verdadeira De acordo com Alexandrino e Paulo (2021), Di Pietro (2020), Mello (2018) e Bacellar Filho et al. (2016), os poderes do administrador público são aqueles conferidos pela lei para o exercício das funções administrativas, como o poder vinculado, o poder discricionário, o poder hierárquico, o poder disciplinar, o poder regulamentar e o poder de polícia.
Afirmativa VIII: Falsa De acordo com Alexandrino e Paulo (2021), Di Pietro (2020), Mello (2018) e Bacellar Filho et al. (2016), os deveres do administrador público não são aqueles impostos pela lei, quando na verdade ele é imposto pela Constituição Federal de 1988, que inclui esse princípio entre os que regem a Administração Pública, como o dever de legalidade, de impessoalidade, de moralidade, de publicidade, de eficiência, de probidade e de prestação de contas.

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 7745. Henrique da Silva Porto [***.902.182-**]

Recurso em: 17/10/2023 às 07:49:49

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 38

Questionamento (Candidato):

O conceito de agente público em sentido amplo está correto na afirmativa "VI"...

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

Abaixo disponibilizo o embassamento das afirmativas com alguns autores referências:
Afirmativa I: Verdadeira De acordo com Medeiros (2022), Di Pietro (2020) e Gasparini (2019), a administração direta é composta pelos órgãos integrados na estrutura administrativa da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
Afirmativa II: Verdadeira De acordo com Medeiros (2022), Di Pietro (2020) e Mello (2018), a administração indireta é formada pelas entidades dotadas de personalidade jurídica própria, que prestam serviços públicos ou de interesse público, sob controle ou tutela do Estado.
Afirmativa III: Verdadeira De acordo com Di Pietro (2020) e Mello (2018), as entidades políticas são aquelas que possuem autonomia política, administrativa e financeira, como a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.
Afirmativa IV: Verdadeira De acordo com Medeiros (2022), Di Pietro (2020) e Carvalho Filho (2020), as entidades administrativas são aquelas que exercem funções delegadas pelo Estado, sem autonomia política, mas com autonomia administrativa e financeira limitada, como as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas e as sociedades de economia mista.
Afirmativa V: Falsa Segundo Di Pietro (2020), Mello (2018), Leite (2013) e Eduado Gonçalves (2012) os órgãos públicos não possuem personalidade jurídica, mas sim capacidade administrativa. Eles não representam a pessoa jurídica a que pertencem, mas sim a expressam.
Afirmativa VI: Falsa Segundo Alexandrino e Paulo (2021), Di Pietro (2020) e Carvalho Filho (2020), os agentes credenciados não são agentes públicos, mas sim colaboradores eventuais do Estado. Eles são pessoas físicas ou jurídicas que recebem uma delegação do Estado para exercer uma atividade específica, mas não integram a Administração Pública.
Afirmativa VII: Verdadeira De acordo com Alexandrino e Paulo (2021), Di Pietro (2020), Mello (2018) e Bacellar Filho et al. (2016), os poderes do administrador público são aqueles conferidos pela lei para o exercício das funções administrativas, como o poder vinculado, o poder discricionário, o poder hierárquico, o poder disciplinar, o poder regulamentar e o poder de polícia.
Afirmativa VIII: Falsa De acordo com Alexandrino e Paulo (2021), Di Pietro (2020), Mello (2018) e Bacellar Filho et al. (2016), os deveres do administrador público não são aqueles impostos pela lei, quando na verdade ele é imposto pela Constituição Federal de 1988, que inclui esse princípio entre os que regem a Administração Pública, como o dever de legalidade, de impessoalidade, de moralidade, de publicidade, de eficiência, de probidade e de prestação de contas.

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 6058. Leandro Pinheiro Pires [***.736.352-**]

Recurso em: 17/10/2023 às 08:45:22

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 38

Questionamento (Candidato):

A alternativa V contém erro. Órgão não tem personalidade, é somente fruto da desconcentração.

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

Abaixo disponibilizo o embassamento das afirmativas com alguns autores referências:
Afirmativa I: Verdadeira De acordo com Medeiros (2022), Di Pietro (2020) e Gasparini (2019), a administração direta é composta pelos órgãos integrados na estrutura administrativa da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
Afirmativa II: Verdadeira De acordo com Medeiros (2022), Di Pietro (2020) e Mello (2018), a administração indireta é formada pelas entidades dotadas de personalidade jurídica própria, que prestam serviços públicos ou de interesse público, sob controle ou tutela do Estado.
Afirmativa III: Verdadeira De acordo com Di Pietro (2020) e Mello (2018), as entidades políticas são aquelas que possuem autonomia política, administrativa e financeira, como a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.
Afirmativa IV: Verdadeira De acordo com Medeiros (2022), Di Pietro (2020) e Carvalho Filho (2020), as entidades administrativas são aquelas que exercem funções delegadas pelo Estado, sem autonomia política, mas com autonomia administrativa e financeira limitada, como as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas e as sociedades de economia mista.
Afirmativa V: Falsa Segundo Di Pietro (2020), Mello (2018), Leite (2013) e Eduado Gonçalves (2012) os órgãos públicos não possuem personalidade jurídica, mas sim capacidade administrativa. Eles não representam a pessoa jurídica a que pertencem, mas sim a expressam.
Afirmativa VI: Falsa Segundo Alexandrino e Paulo (2021), Di Pietro (2020) e Carvalho Filho (2020), os agentes credenciados não são agentes públicos, mas sim colaboradores eventuais do Estado. Eles são pessoas físicas ou jurídicas que recebem uma delegação do Estado para exercer uma atividade específica, mas não integram a Administração Pública.
Afirmativa VII: Verdadeira De acordo com Alexandrino e Paulo (2021), Di Pietro (2020), Mello (2018) e Bacellar Filho et al. (2016), os poderes do administrador público são aqueles conferidos pela lei para o exercício das funções administrativas, como o poder vinculado, o poder discricionário, o poder hierárquico, o poder disciplinar, o poder regulamentar e o poder de polícia.
Afirmativa VIII: Falsa De acordo com Alexandrino e Paulo (2021), Di Pietro (2020), Mello (2018) e Bacellar Filho et al. (2016), os deveres do administrador público não são aqueles impostos pela lei, quando na verdade ele é imposto pela Constituição Federal de 1988, que inclui esse princípio entre os que regem a Administração Pública, como o dever de legalidade, de impessoalidade, de moralidade, de publicidade, de eficiência, de probidade e de prestação de contas.

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 6164. Rayna Lorena Ferreira Barroso [***.139.102-**]

Recurso em: 17/10/2023 às 09:44:00

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 38

Questionamento (Candidato):

São CORRETOS os itens I, II, III, IV, VI e VII.
O Item V está ERRADO em face dos órgãos públicos não possuírem personalidade jurídica, conforme disposto pelo Professor Cyonil Borges (in memoriam).
O Item VI está CORRETO, conforme o conceito de Agentes Públicos da Professora Maria Sylvia Zanella Di Pietro.

Assim, a questão não possui resposta, devendo ser anulada.

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

Abaixo disponibilizo o embassamento das afirmativas com alguns autores referências:
Afirmativa I: Verdadeira De acordo com Medeiros (2022), Di Pietro (2020) e Gasparini (2019), a administração direta é composta pelos órgãos integrados na estrutura administrativa da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
Afirmativa II: Verdadeira De acordo com Medeiros (2022), Di Pietro (2020) e Mello (2018), a administração indireta é formada pelas entidades dotadas de personalidade jurídica própria, que prestam serviços públicos ou de interesse público, sob controle ou tutela do Estado.
Afirmativa III: Verdadeira De acordo com Di Pietro (2020) e Mello (2018), as entidades políticas são aquelas que possuem autonomia política, administrativa e financeira, como a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.
Afirmativa IV: Verdadeira De acordo com Medeiros (2022), Di Pietro (2020) e Carvalho Filho (2020), as entidades administrativas são aquelas que exercem funções delegadas pelo Estado, sem autonomia política, mas com autonomia administrativa e financeira limitada, como as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas e as sociedades de economia mista.
Afirmativa V: Falsa Segundo Di Pietro (2020), Mello (2018), Leite (2013) e Eduado Gonçalves (2012) os órgãos públicos não possuem personalidade jurídica, mas sim capacidade administrativa. Eles não representam a pessoa jurídica a que pertencem, mas sim a expressam.
Afirmativa VI: Falsa Segundo Alexandrino e Paulo (2021), Di Pietro (2020) e Carvalho Filho (2020), os agentes credenciados não são agentes públicos, mas sim colaboradores eventuais do Estado. Eles são pessoas físicas ou jurídicas que recebem uma delegação do Estado para exercer uma atividade específica, mas não integram a Administração Pública.
Afirmativa VII: Verdadeira De acordo com Alexandrino e Paulo (2021), Di Pietro (2020), Mello (2018) e Bacellar Filho et al. (2016), os poderes do administrador público são aqueles conferidos pela lei para o exercício das funções administrativas, como o poder vinculado, o poder discricionário, o poder hierárquico, o poder disciplinar, o poder regulamentar e o poder de polícia.
Afirmativa VIII: Falsa De acordo com Alexandrino e Paulo (2021), Di Pietro (2020), Mello (2018) e Bacellar Filho et al. (2016), os deveres do administrador público não são aqueles impostos pela lei, quando na verdade ele é imposto pela Constituição Federal de 1988, que inclui esse princípio entre os que regem a Administração Pública, como o dever de legalidade, de impessoalidade, de moralidade, de publicidade, de eficiência, de probidade e de prestação de contas.

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 218. Ana Luiza Pires dos Santos [***.909.142-**]

Recurso em: 17/10/2023 às 10:09:07

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 38

Questionamento (Candidato):

Prezados examinadores, a questão 38 tem como gabarito preliminar a alternativa C que não inclui como verdadeira a afirmativa “VI. Os agentes públicos são todas as pessoas físicas que exercem alguma função pública, seja de forma permanente ou temporária, remunerada ou gratuita, como os servidores públicos, os empregados públicos, os militares, os agentes políticos e os agentes credenciados.”

Na doutrina do direito administrativo existem vários conceitos de agentes públicos. De forma ampla, agente público envolve as pessoas físicas que exercem as funções estatais, independentemente da natureza ou tipo de vínculo que possuem com o Estado.

A Lei de Improbidade Administrativa (Lei 8.429/1992) conceitua agente público da seguinte forma:
“Art. 2º Para os efeitos desta Lei, consideram-se agente público o agente político, o servidor público e todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nas entidades referidas no art. 1º desta Lei. (Redação dada pela Lei nº 14.230, de 2021)”

Para Hely Lopes Meirelles, agentes públicos são “todas as pessoas físicas incumbidas, definitiva ou transitoriamente, do exercício de alguma função estatal”. O autor considera que os agentes públicos integram cinco espécies: os agentes políticos; os agentes administrativos; os agentes honoríficos; os agentes delegados; e os agentes credenciados.

Maria Sylvia Zanella Di Pietro designa quatro categorias de agentes públicos: os agentes políticos; os servidores públicos; os militares; e os particulares em colaboração com o Poder Público. Além disso, a autora compreende como servidor público: os servidores estatutários; os empregados públicos; e os servidores temporários.

Celso Antônio Bandeira de Mello, citando Oswaldo Aranha Bandeira de Mello, diz que os cargos honoríficos não exigem que seus titulares se vinculem especialmente a eles, visto que os serviços se dão em determinadas ocasiões por horas limitadas. Por conta disso, em regra, os cargos honoríficos são gratuitos, são aquilo que não se precisa pagar, exercem a função sem remuneração e transitoriamente. Servem de exemplo como agentes honoríficos, os jurados e os mesários eleitorais.

Pelo exposto, e tendo em vista que a questão não deixou claro o autor ao qual se referia, o conceito de agente público contido na afirmativa VI está correto. Solicito a alteração do gabarito para a alternativa “a) Somente as afirmativas I, II, III, IV e VI são verdadeiras.” ou a anulação da questão.

Respeitosamente, Ana Luiza Pires.

Referência
MOTTA, Raquel Dias da Silveira. Agentes públicos: classificação. Enciclopédia jurídica da PUC-SP. Celso Fernandes Campilongo, Alvaro de Azevedo Gonzaga e André Luiz Freire (coords.). Tomo: Direito Administrativo e Constitucional. Vidal Serrano Nunes Jr., Maurício Zockun, Carolina Zancaner Zockun, André Luiz Freire (coord. de tomo). 1. ed. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2017. Disponível em: https://enciclopediajuridica.pucsp.br/verbete/3/edicao-1/agentes-publicos:-classificacao

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

Abaixo disponibilizo o embassamento das afirmativas com alguns autores referências:
Afirmativa I: Verdadeira De acordo com Medeiros (2022), Di Pietro (2020) e Gasparini (2019), a administração direta é composta pelos órgãos integrados na estrutura administrativa da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
Afirmativa II: Verdadeira De acordo com Medeiros (2022), Di Pietro (2020) e Mello (2018), a administração indireta é formada pelas entidades dotadas de personalidade jurídica própria, que prestam serviços públicos ou de interesse público, sob controle ou tutela do Estado.
Afirmativa III: Verdadeira De acordo com Di Pietro (2020) e Mello (2018), as entidades políticas são aquelas que possuem autonomia política, administrativa e financeira, como a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.
Afirmativa IV: Verdadeira De acordo com Medeiros (2022), Di Pietro (2020) e Carvalho Filho (2020), as entidades administrativas são aquelas que exercem funções delegadas pelo Estado, sem autonomia política, mas com autonomia administrativa e financeira limitada, como as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas e as sociedades de economia mista.
Afirmativa V: Falsa Segundo Di Pietro (2020), Mello (2018), Leite (2013) e Eduado Gonçalves (2012) os órgãos públicos não possuem personalidade jurídica, mas sim capacidade administrativa. Eles não representam a pessoa jurídica a que pertencem, mas sim a expressam.
Afirmativa VI: Falsa Segundo Alexandrino e Paulo (2021), Di Pietro (2020) e Carvalho Filho (2020), os agentes credenciados não são agentes públicos, mas sim colaboradores eventuais do Estado. Eles são pessoas físicas ou jurídicas que recebem uma delegação do Estado para exercer uma atividade específica, mas não integram a Administração Pública.
Afirmativa VII: Verdadeira De acordo com Alexandrino e Paulo (2021), Di Pietro (2020), Mello (2018) e Bacellar Filho et al. (2016), os poderes do administrador público são aqueles conferidos pela lei para o exercício das funções administrativas, como o poder vinculado, o poder discricionário, o poder hierárquico, o poder disciplinar, o poder regulamentar e o poder de polícia.
Afirmativa VIII: Falsa De acordo com Alexandrino e Paulo (2021), Di Pietro (2020), Mello (2018) e Bacellar Filho et al. (2016), os deveres do administrador público não são aqueles impostos pela lei, quando na verdade ele é imposto pela Constituição Federal de 1988, que inclui esse princípio entre os que regem a Administração Pública, como o dever de legalidade, de impessoalidade, de moralidade, de publicidade, de eficiência, de probidade e de prestação de contas.

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 3310. Diones José Damasceno Almeida [***.726.392-**]

Recurso em: 17/10/2023 às 11:10:46

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 38

Questionamento (Candidato):

Este candidato solicita a essa renomada banca a anulação da questão 38 dessa prova. As razões seguem em anexo.

Anexo (Candidato):

https://drive.google.com/open?id=192x6AKmQGewzIgrhL0amUxl5STWP75GI

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

Abaixo disponibilizo o embassamento das afirmativas com alguns autores referências:
Afirmativa I: Verdadeira De acordo com Medeiros (2022), Di Pietro (2020) e Gasparini (2019), a administração direta é composta pelos órgãos integrados na estrutura administrativa da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
Afirmativa II: Verdadeira De acordo com Medeiros (2022), Di Pietro (2020) e Mello (2018), a administração indireta é formada pelas entidades dotadas de personalidade jurídica própria, que prestam serviços públicos ou de interesse público, sob controle ou tutela do Estado.
Afirmativa III: Verdadeira De acordo com Di Pietro (2020) e Mello (2018), as entidades políticas são aquelas que possuem autonomia política, administrativa e financeira, como a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.
Afirmativa IV: Verdadeira De acordo com Medeiros (2022), Di Pietro (2020) e Carvalho Filho (2020), as entidades administrativas são aquelas que exercem funções delegadas pelo Estado, sem autonomia política, mas com autonomia administrativa e financeira limitada, como as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas e as sociedades de economia mista.
Afirmativa V: Falsa Segundo Di Pietro (2020), Mello (2018), Leite (2013) e Eduado Gonçalves (2012) os órgãos públicos não possuem personalidade jurídica, mas sim capacidade administrativa. Eles não representam a pessoa jurídica a que pertencem, mas sim a expressam.
Afirmativa VI: Falsa Segundo Alexandrino e Paulo (2021), Di Pietro (2020) e Carvalho Filho (2020), os agentes credenciados não são agentes públicos, mas sim colaboradores eventuais do Estado. Eles são pessoas físicas ou jurídicas que recebem uma delegação do Estado para exercer uma atividade específica, mas não integram a Administração Pública.
Afirmativa VII: Verdadeira De acordo com Alexandrino e Paulo (2021), Di Pietro (2020), Mello (2018) e Bacellar Filho et al. (2016), os poderes do administrador público são aqueles conferidos pela lei para o exercício das funções administrativas, como o poder vinculado, o poder discricionário, o poder hierárquico, o poder disciplinar, o poder regulamentar e o poder de polícia.
Afirmativa VIII: Falsa De acordo com Alexandrino e Paulo (2021), Di Pietro (2020), Mello (2018) e Bacellar Filho et al. (2016), os deveres do administrador público não são aqueles impostos pela lei, quando na verdade ele é imposto pela Constituição Federal de 1988, que inclui esse princípio entre os que regem a Administração Pública, como o dever de legalidade, de impessoalidade, de moralidade, de publicidade, de eficiência, de probidade e de prestação de contas.

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 9282. João Paulo da Silva Dutra [***.047.402-**]

Recurso em: 17/10/2023 às 12:35:41

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 38

Questionamento (Candidato):

O gabarito da questão 38 foi dado com “letra c”.
Porém, os itens VI e VIII também estão corretos.

Sobre o Item VI:
Segundo Hely Lopes Meirelles, em sua obra “Direito Administrativo Brasileiro” (páginas 79 e 80), “Agentes públicos - São todas as pessoas físicas incumbidas, definitiva ou transitoriamente, do exercício de alguma função estatal”. Além disso ela também afirma que “Os agentes públicos, gênero que acima conceituamos, repartem-se inicialmente em cinco espécies ou categorias bem-diferençadas, a saber: agentes políticos, agentes administrativos, agentes honoríficos, agentes delegados e agentes credenciados.
Nesse mesmo sentido, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992), no Art. 2º, conceitua agente público como “todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nas entidades mencionadas no artigo anterior”.

Sobre o Item VIII:
A Administração Pública está subordinada aos princípios de Direito Administrativo e, em especial, aos princípios básicos instituídos no artigo 37, caput, da Constituição da República, a saber: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
Além disso, a Administração Pública tem o dever de Probidade e de Prestar Contas, segundo André Porto, em publicação no site Jusbrasil.
Dever de Probidade:
A Administração e seus agentes tem o dever de agir com uma conduta ilibada, proba, honesta.
CF, Art. 37, § 4º - Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.
Dever de Prestar Contas:
A gestão da coisa pública deve ser transparente e seus agentes devem prestar contas de seus atos.
CF, Art. 70, Parágrafo único. Prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assuma obrigações de natureza pecuniária.

Portanto, solicito a anulação da questão.
Fonte:
Hely Lopes Meirelles. Direito Administrativo Brasileiro. 42ª ed.
https://www.jusbrasil.com.br/artigos/poderes-e-deveres-da-administracao-publica/628566329

Anexo (Candidato):

https://drive.google.com/open?id=1yM0s8mfRy1lCBi33RPxU7qk-yuYk-H_I

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

Abaixo disponibilizo o embassamento das afirmativas com alguns autores referências:
Afirmativa I: Verdadeira De acordo com Medeiros (2022), Di Pietro (2020) e Gasparini (2019), a administração direta é composta pelos órgãos integrados na estrutura administrativa da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
Afirmativa II: Verdadeira De acordo com Medeiros (2022), Di Pietro (2020) e Mello (2018), a administração indireta é formada pelas entidades dotadas de personalidade jurídica própria, que prestam serviços públicos ou de interesse público, sob controle ou tutela do Estado.

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Afirmativa III: Verdadeira De acordo com Di Pietro (2020) e Mello (2018), as entidades políticas são aquelas que possuem autonomia política, administrativa e financeira, como a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.
Afirmativa IV: Verdadeira De acordo com Medeiros (2022), Di Pietro (2020) e Carvalho Filho (2020), as entidades administrativas são aquelas que exercem funções delegadas pelo Estado, sem autonomia política, mas com autonomia administrativa e financeira limitada, como as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas e as sociedades de economia mista.
Afirmativa V: Falsa Segundo Di Pietro (2020), Mello (2018), Leite (2013) e Eduado Gonçalves (2012) os órgãos públicos não possuem personalidade jurídica, mas sim capacidade administrativa. Eles não representam a pessoa jurídica a que pertencem, mas sim a expressam.
Afirmativa VI: Falsa Segundo Alexandrino e Paulo (2021), Di Pietro (2020) e Carvalho Filho (2020), os agentes credenciados não são agentes públicos, mas sim colaboradores eventuais do Estado. Eles são pessoas físicas ou jurídicas que recebem uma delegação do Estado para exercer uma atividade específica, mas não integram a Administração Pública.
Afirmativa VII: Verdadeira De acordo com Alexandrino e Paulo (2021), Di Pietro (2020), Mello (2018) e Bacellar Filho et al. (2016), os poderes do administrador público são aqueles conferidos pela lei para o exercício das funções administrativas, como o poder vinculado, o poder discricionário, o poder hierárquico, o poder disciplinar, o poder regulamentar e o poder de polícia.
Afirmativa VIII: Falsa De acordo com Alexandrino e Paulo (2021), Di Pietro (2020), Mello (2018) e Bacellar Filho et al. (2016), os deveres do administrador público não são aqueles impostos pela lei, quando na verdade ele é imposto pela Constituição Federal de 1988, que inclui esse princípio entre os que regem a Administração Pública, como o dever de legalidade, de impessoalidade, de moralidade, de publicidade, de eficiência, de probidade e de prestação de contas.

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 3627. Jéssica Pereira Falcão [***.228.212-**]

Recurso em: 17/10/2023 às 13:37:01

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 38

Questionamento (Candidato):

Não existe gabarito correto, visto que não existe alternativa que contemple todos quesitos como corretos com exceção do quesito V. Os quesitos I, II, III, IV, VI, VII, VIII estão corretos, contudo, o quesito está errado visto que os orgãos públicos não possuem personalidade jurídica própria.
Ademais, os quesitos VI e VIII também estão corretos.
Os agentes públicos podem ser conceituados como todas as pessoas que possuem uma vinculação profissional com o Estado, mesmo que em caráter temporário e ainda que sem o recebimento de remuneração, vide art. 2° da Lei 8.429/92.
Segundo as classificações de Hely Lopes Meirelles e de Maria Sylvia Zanella Di Pietro é possível afirmar que os servidores públicos, empregados públicos, militares, agentes políticos e os agentes credenciados são considerados agentes políticos.
Quanto ao quesito VIII, este reputa-se correto visto que a alternativa cita tanto os princípios expressos quanto os implícitos a serem observados pelo administrador público.
Portanto, não há alternativa certa, devendo ser anulada.

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

Abaixo disponibilizo o embassamento das afirmativas com alguns autores referências:
Afirmativa I: Verdadeira De acordo com Medeiros (2022), Di Pietro (2020) e Gasparini (2019), a administração direta é composta pelos órgãos integrados na estrutura administrativa da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
Afirmativa II: Verdadeira De acordo com Medeiros (2022), Di Pietro (2020) e Mello (2018), a administração indireta é formada pelas entidades dotadas de personalidade jurídica própria, que prestam serviços públicos ou de interesse público, sob controle ou tutela do Estado.
Afirmativa III: Verdadeira De acordo com Di Pietro (2020) e Mello (2018), as entidades políticas são aquelas que possuem autonomia política, administrativa e financeira, como a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.
Afirmativa IV: Verdadeira De acordo com Medeiros (2022), Di Pietro (2020) e Carvalho Filho (2020), as entidades administrativas são aquelas que exercem funções delegadas pelo Estado, sem autonomia política, mas com autonomia administrativa e financeira limitada, como as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas e as sociedades de economia mista.
Afirmativa V: Falsa Segundo Di Pietro (2020), Mello (2018), Leite (2013) e Eduado Gonçalves (2012) os órgãos públicos não possuem personalidade jurídica, mas sim capacidade administrativa. Eles não representam a pessoa jurídica a que pertencem, mas sim a expressam.
Afirmativa VI: Falsa Segundo Alexandrino e Paulo (2021), Di Pietro (2020) e Carvalho Filho (2020), os agentes credenciados não são agentes públicos, mas sim colaboradores eventuais do Estado. Eles são pessoas físicas ou jurídicas que recebem uma delegação do Estado para exercer uma atividade específica, mas não integram a Administração Pública.
Afirmativa VII: Verdadeira De acordo com Alexandrino e Paulo (2021), Di Pietro (2020), Mello (2018) e Bacellar Filho et al. (2016), os poderes do administrador público são aqueles conferidos pela lei para o exercício das funções administrativas, como o poder vinculado, o poder discricionário, o poder hierárquico, o poder disciplinar, o poder regulamentar e o poder de polícia.
Afirmativa VIII: Falsa De acordo com Alexandrino e Paulo (2021), Di Pietro (2020), Mello (2018) e Bacellar Filho et al. (2016), os deveres do administrador público não são aqueles impostos pela lei, quando na verdade ele é imposto pela Constituição Federal de 1988, que inclui esse princípio entre os que regem a Administração Pública, como o dever de legalidade, de impessoalidade, de moralidade, de publicidade, de eficiência, de probidade e de prestação de contas.

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 14017. Drielle Cristina Cavalcante de Souza Sá Freire [***.321.322-**]

Recurso em: 17/10/2023 às 14:49:29

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 38

Questionamento (Candidato):

Ilustríssimo Examinador, venho, respeitosamente, por meio deste recurso, solicitar a revisão da questão nº. 38 da prova objetiva de Assistente em Administração do Concurso Público da UFAM – Edital nº. 21/2023, pelos fatos e fundamentos a seguir declinados:

A Ilustríssima banca examinadora, em seu gabarito preliminar considerou como correta a alternativa "C" da questão 38. Dessa forma, considerou a assertiva "VI" errada.

Contudo, a assertiva "VI" está correta. Segundo Celso Antônio Bandeira de Mello, a expressão agente público "é a mais ampla que se pode conceber para designar genérica e indistintamente os sujeitos que servem ao Poder Público como instrumentos expressivos de sua vontade ou ação, ainda quando o façam apenas ocasional ou episodicamente."

Ademais, o artigo 2º da Lei n. 8.429 dispõe: "Reputa-se agente público, para os efeitos desta lei, todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nas entidades mencionadas no artigo anterior".

Assim, o item "VI" está correto, uma vez que apenas citou algumas espécies de agentes públicos, o que é possível inferir quando diz: "como os servidores públicos, os empregados públicos, os militares, os agentes políticos e os agentes credenciados."

Ante ao exposto, por inexistir alternativa correta, assertivas I, II, II, IV, VI, VII estão corretas, faz-se imperiosa anulação da questão nº. 38.

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

Abaixo disponibilizo o embassamento das afirmativas com alguns autores referências:

Afirmativa I: Verdadeira De acordo com Medeiros (2022), Di Pietro (2020) e Gasparini (2019), a administração direta é composta pelos órgãos integrados na estrutura administrativa da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Afirmativa II: Verdadeira De acordo com Medeiros (2022), Di Pietro (2020) e Mello (2018), a administração indireta é formada pelas entidades dotadas de personalidade jurídica própria, que prestam serviços públicos ou de interesse público, sob controle ou tutela do Estado.

Afirmativa III: Verdadeira De acordo com Di Pietro (2020) e Mello (2018), as entidades políticas são aquelas que possuem autonomia política, administrativa e financeira, como a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.

Afirmativa IV: Verdadeira De acordo com Medeiros (2022), Di Pietro (2020) e Carvalho Filho (2020), as entidades administrativas são aquelas que exercem funções delegadas pelo Estado, sem autonomia política, mas com autonomia administrativa e financeira limitada, como as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas e as sociedades de economia mista.

Afirmativa V: Falsa Segundo Di Pietro (2020), Mello (2018), Leite (2013) e Eduado Gonçalves (2012) os órgãos públicos não possuem personalidade jurídica, mas sim capacidade administrativa. Eles não representam a pessoa jurídica a que pertencem, mas sim a expressam.

Afirmativa VI: Falsa Segundo Alexandrino e Paulo (2021), Di Pietro (2020) e Carvalho Filho (2020), os agentes credenciados não são agentes públicos, mas sim colaboradores eventuais do Estado. Eles são pessoas físicas ou jurídicas que recebem uma delegação do Estado para exercer uma atividade específica, mas não integram a Administração Pública.

Afirmativa VII: Verdadeira De acordo com Alexandrino e Paulo (2021), Di Pietro (2020), Mello (2018) e Bacellar Filho et al. (2016), os poderes do administrador público são aqueles conferidos pela lei para o exercício das funções administrativas, como o poder vinculado, o poder discricionário, o poder hierárquico, o poder disciplinar, o poder regulamentar e o poder de polícia.

Afirmativa VIII: Falsa De acordo com Alexandrino e Paulo (2021), Di Pietro (2020), Mello (2018) e Bacellar Filho et al. (2016), os deveres do administrador público não são aqueles impostos pela lei, quando na verdade

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

ele é imposto pela Constituição Federal de 1988, que inclui esse princípio entre os que regem a Administração Pública, como o dever de legalidade, de impessoalidade, de moralidade, de publicidade, de eficiência, de probidade e de prestação de contas.

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 13657. Esdras da Silva Aquino [***.256.701-**]

Recurso em: 17/10/2023 às 15:20:10

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 38

Questionamento (Candidato):

Ilustríssimo senhor Examinador, venho, respeitosamente, por meio deste recurso, solicitar a revisão da questão nº. 38 da prova objetiva de Assistente em administração do Concurso Público UFAM – Edital nº 21-23, pelos fatos e fundamentos a seguir:

A Ilustríssima banca examinadora, em seu gabarito preliminar considerou como correta a alternativa C da questão 38: c) Somente as afirmativas I, II, III, IV e VII são verdadeiras.

I – Certo. Sim, o que for integrantes dos Entes federativos, é administração direta;
II – Certo. Isso mesmo, vide previsão na própria Constituição, art. 37, XIX e Dec.Lei 200/67.
III – Certo, entidades políticas são os Entes.
IV – Certo. Administrativas são as entidades da administração indireta, como empresas públicas e autarquias;
V – Errado. Órgão não tem personalidade, é só fruto da desconcentração;
VI – Certo – agente são todos que de algum modo prestam serviços à administração;
VII – Certo, nos exatos termos da assertiva;
VIII – também de acordo, tanto princípios expressos quanto os implícitos;

Para mim é questão passível de anulação, tendo em vista que todas estariam corretas, mas como destacado, existe um erro na assertiva V.

Ante ao exposto, solicito alteração de gabarito para a alternativa E da questão 38.

Recurso (Candidato): Alterar o gabarito para a letra "E"

Parecer (Banca):

Abaixo disponibilizo o embassamento das afirmativas com alguns autores referências:
Afirmativa I: Verdadeira De acordo com Medeiros (2022), Di Pietro (2020) e Gasparini (2019), a administração direta é composta pelos órgãos integrados na estrutura administrativa da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
Afirmativa II: Verdadeira De acordo com Medeiros (2022), Di Pietro (2020) e Mello (2018), a administração indireta é formada pelas entidades dotadas de personalidade jurídica própria, que prestam serviços públicos ou de interesse público, sob controle ou tutela do Estado.
Afirmativa III: Verdadeira De acordo com Di Pietro (2020) e Mello (2018), as entidades políticas são aquelas que possuem autonomia política, administrativa e financeira, como a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.
Afirmativa IV: Verdadeira De acordo com Medeiros (2022), Di Pietro (2020) e Carvalho Filho (2020), as entidades administrativas são aquelas que exercem funções delegadas pelo Estado, sem autonomia política, mas com autonomia administrativa e financeira limitada, como as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas e as sociedades de economia mista.
Afirmativa V: Falsa Segundo Di Pietro (2020), Mello (2018), Leite (2013) e Eduado Gonçalves (2012) os órgãos públicos não possuem personalidade jurídica, mas sim capacidade administrativa. Eles não representam a pessoa jurídica a que pertencem, mas sim a expressam.
Afirmativa VI: Falsa Segundo Alexandrino e Paulo (2021), Di Pietro (2020) e Carvalho Filho (2020), os agentes credenciados não são agentes públicos, mas sim colaboradores eventuais do Estado. Eles são pessoas físicas ou jurídicas que recebem uma delegação do Estado para exercer uma atividade específica, mas não integram a Administração Pública.
Afirmativa VII: Verdadeira De acordo com Alexandrino e Paulo (2021), Di Pietro (2020), Mello (2018) e Bacellar Filho et al. (2016), os poderes do administrador público são aqueles conferidos pela lei para o exercício das funções administrativas, como o poder vinculado, o poder discricionário, o poder hierárquico, o poder disciplinar, o poder regulamentar e o poder de polícia.
Afirmativa VIII: Falsa De acordo com Alexandrino e Paulo (2021), Di Pietro (2020), Mello (2018) e Bacellar Filho et al. (2016), os deveres do administrador público não são aqueles impostos pela lei, quando na verdade

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

ele é imposto pela Constituição Federal de 1988, que inclui esse princípio entre os que regem a Administração Pública, como o dever de legalidade, de impessoalidade, de moralidade, de publicidade, de eficiência, de probidade e de prestação de contas.

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 17351. Bruna Karoline Wolter Memória [***.287.232-**]

Recurso em: 17/10/2023 às 16:02:56

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 38

Questionamento (Candidato):

I – Certo. Sim, o que for integrantes dos Entes federativos, é administração direta;

II – Certo. Isso mesmo, vide previsão na própria Constituição, art. 37, XIX e Dec.Lei 200/67.

III – Certo, entidades políticas são os Entes.

IV – Certo. Administrativas são as entidades da administração indireta, como empresas públicas e autarquias;

V – Errado. Órgão não tem personalidade, é só fruto da desconcentração;

VI – Certo – agente são todos que de algum modo prestam serviços à administração;

VII – Certo, nos exatos termos da assertiva;

VIII – também de acordo, tanto princípios expressos quanto os implícitos;

Existe um erro na assertiva V.

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

Abaixo disponibilizo o embassamento das afirmativas com alguns autores referências:
Afirmativa I: Verdadeira De acordo com Medeiros (2022), Di Pietro (2020) e Gasparini (2019), a administração direta é composta pelos órgãos integrados na estrutura administrativa da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
Afirmativa II: Verdadeira De acordo com Medeiros (2022), Di Pietro (2020) e Mello (2018), a administração indireta é formada pelas entidades dotadas de personalidade jurídica própria, que prestam serviços públicos ou de interesse público, sob controle ou tutela do Estado.
Afirmativa III: Verdadeira De acordo com Di Pietro (2020) e Mello (2018), as entidades políticas são aquelas que possuem autonomia política, administrativa e financeira, como a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.
Afirmativa IV: Verdadeira De acordo com Medeiros (2022), Di Pietro (2020) e Carvalho Filho (2020), as entidades administrativas são aquelas que exercem funções delegadas pelo Estado, sem autonomia política, mas com autonomia administrativa e financeira limitada, como as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas e as sociedades de economia mista.
Afirmativa V: Falsa Segundo Di Pietro (2020), Mello (2018), Leite (2013) e Eduado Gonçalves (2012) os órgãos públicos não possuem personalidade jurídica, mas sim capacidade administrativa. Eles não representam a pessoa jurídica a que pertencem, mas sim a expressam.
Afirmativa VI: Falsa Segundo Alexandrino e Paulo (2021), Di Pietro (2020) e Carvalho Filho (2020), os agentes credenciados não são agentes públicos, mas sim colaboradores eventuais do Estado. Eles são pessoas físicas ou jurídicas que recebem uma delegação do Estado para exercer uma atividade específica, mas não integram a Administração Pública.
Afirmativa VII: Verdadeira De acordo com Alexandrino e Paulo (2021), Di Pietro (2020), Mello (2018) e Bacellar Filho et al. (2016), os poderes do administrador público são aqueles conferidos pela lei para o exercício das funções administrativas, como o poder vinculado, o poder discricionário, o poder hierárquico, o poder disciplinar, o poder regulamentar e o poder de polícia.
Afirmativa VIII: Falsa De acordo com Alexandrino e Paulo (2021), Di Pietro (2020), Mello (2018) e Bacellar Filho et al. (2016), os deveres do administrador público não são aqueles impostos pela lei, quando na verdade ele é imposto pela Constituição Federal de 1988, que inclui esse princípio entre os que regem a

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Administração Pública, como o dever de legalidade, de impessoalidade, de moralidade, de publicidade, de eficiência, de probidade e de prestação de contas.

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 12226. Anderson Rodrigues Ferreira [***.799.942-**]

Recurso em: 17/10/2023 às 16:16:08

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 38

Questionamento (Candidato):

A banca considerou o item VI incorreto. Todavia, conforme o artigo 2° da lei n° 8429/93, consideram-se agente público o agente político, o servidor público e todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nas entidades.

Dessa forma, o item está correto, uma vez que o agente credenciado faz, por designação, parte da administração. Como não foi feito isso, a questão deve ser anulada por falta de gabarito.

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

Abaixo disponibilizo o embassamento das afirmativas com alguns autores referências:
Afirmativa I: Verdadeira De acordo com Medeiros (2022), Di Pietro (2020) e Gasparini (2019), a administração direta é composta pelos órgãos integrados na estrutura administrativa da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
Afirmativa II: Verdadeira De acordo com Medeiros (2022), Di Pietro (2020) e Mello (2018), a administração indireta é formada pelas entidades dotadas de personalidade jurídica própria, que prestam serviços públicos ou de interesse público, sob controle ou tutela do Estado.
Afirmativa III: Verdadeira De acordo com Di Pietro (2020) e Mello (2018), as entidades políticas são aquelas que possuem autonomia política, administrativa e financeira, como a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.
Afirmativa IV: Verdadeira De acordo com Medeiros (2022), Di Pietro (2020) e Carvalho Filho (2020), as entidades administrativas são aquelas que exercem funções delegadas pelo Estado, sem autonomia política, mas com autonomia administrativa e financeira limitada, como as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas e as sociedades de economia mista.
Afirmativa V: Falsa Segundo Di Pietro (2020), Mello (2018), Leite (2013) e Eduado Gonçalves (2012) os órgãos públicos não possuem personalidade jurídica, mas sim capacidade administrativa. Eles não representam a pessoa jurídica a que pertencem, mas sim a expressam.
Afirmativa VI: Falsa Segundo Alexandrino e Paulo (2021), Di Pietro (2020) e Carvalho Filho (2020), os agentes credenciados não são agentes públicos, mas sim colaboradores eventuais do Estado. Eles são pessoas físicas ou jurídicas que recebem uma delegação do Estado para exercer uma atividade específica, mas não integram a Administração Pública.
Afirmativa VII: Verdadeira De acordo com Alexandrino e Paulo (2021), Di Pietro (2020), Mello (2018) e Bacellar Filho et al. (2016), os poderes do administrador público são aqueles conferidos pela lei para o exercício das funções administrativas, como o poder vinculado, o poder discricionário, o poder hierárquico, o poder disciplinar, o poder regulamentar e o poder de polícia.
Afirmativa VIII: Falsa De acordo com Alexandrino e Paulo (2021), Di Pietro (2020), Mello (2018) e Bacellar Filho et al. (2016), os deveres do administrador público não são aqueles impostos pela lei, quando na verdade ele é imposto pela Constituição Federal de 1988, que inclui esse princípio entre os que regem a Administração Pública, como o dever de legalidade, de impessoalidade, de moralidade, de publicidade, de eficiência, de probidade e de prestação de contas.

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 14020. Rodrigo Oliveira Lima [***.506.352-**]

Recurso em: 17/10/2023 às 16:18:37

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 38

Questionamento (Candidato):

Requeiro encarecidamente a anulação da questão, pelos seguintes motivos que exponho:
A questão pede que sejam consideradas algumas afirmativas sobre a Administração Pública direta e indireta, entidades políticas e administrativas, órgãos e agentes públicos, poderes e deveres do administrador público. Entretanto, ao divulgar o gabarito preliminar a banca entendeu que somente os itens I, II, III, IV e VII seriam afirmativas verdadeiras o que no caso é um equívoco, tendo em vista que a afirmativa VIII está também de acordo, tanto no caso dos princípios expressos quanto os implícitos. Ainda, a questão cita os princípios sem especificar se estava se referindo aos expressos ou implícitos que estão CF/88 Art. 37 e suas respectivas emendas, abrindo assim margem para várias interpretações. Além disso, a assertiva VI expressa de maneira correta a definição de agentes públicos segundo o próprio direito administrativo. Diante do exposto solicito humildemente a anulação da questão por não possibilitar a escolha de uma alternativa correta.

Anexo (Candidato):

https://drive.google.com/open?id=1drjiHREvDuf2NOFNPrkbiqA8z7r-RwAM

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

Abaixo disponibilizo o embassamento das afirmativas com alguns autores referências:
Afirmativa I: Verdadeira De acordo com Medeiros (2022), Di Pietro (2020) e Gasparini (2019), a administração direta é composta pelos órgãos integrados na estrutura administrativa da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
Afirmativa II: Verdadeira De acordo com Medeiros (2022), Di Pietro (2020) e Mello (2018), a administração indireta é formada pelas entidades dotadas de personalidade jurídica própria, que prestam serviços públicos ou de interesse público, sob controle ou tutela do Estado.
Afirmativa III: Verdadeira De acordo com Di Pietro (2020) e Mello (2018), as entidades políticas são aquelas que possuem autonomia política, administrativa e financeira, como a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.
Afirmativa IV: Verdadeira De acordo com Medeiros (2022), Di Pietro (2020) e Carvalho Filho (2020), as entidades administrativas são aquelas que exercem funções delegadas pelo Estado, sem autonomia política, mas com autonomia administrativa e financeira limitada, como as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas e as sociedades de economia mista.
Afirmativa V: Falsa Segundo Di Pietro (2020), Mello (2018), Leite (2013) e Eduado Gonçalves (2012) os órgãos públicos não possuem personalidade jurídica, mas sim capacidade administrativa. Eles não representam a pessoa jurídica a que pertencem, mas sim a expressam.
Afirmativa VI: Falsa Segundo Alexandrino e Paulo (2021), Di Pietro (2020) e Carvalho Filho (2020), os agentes credenciados não são agentes públicos, mas sim colaboradores eventuais do Estado. Eles são pessoas físicas ou jurídicas que recebem uma delegação do Estado para exercer uma atividade específica, mas não integram a Administração Pública.
Afirmativa VII: Verdadeira De acordo com Alexandrino e Paulo (2021), Di Pietro (2020), Mello (2018) e Bacellar Filho et al. (2016), os poderes do administrador público são aqueles conferidos pela lei para o exercício das funções administrativas, como o poder vinculado, o poder discricionário, o poder hierárquico, o poder disciplinar, o poder regulamentar e o poder de polícia.
Afirmativa VIII: Falsa De acordo com Alexandrino e Paulo (2021), Di Pietro (2020), Mello (2018) e Bacellar Filho et al. (2016), os deveres do administrador público não são aqueles impostos pela lei, quando na verdade ele é imposto pela Constituição Federal de 1988, que inclui esse princípio entre os que regem a Administração Pública, como o dever de legalidade, de impessoalidade, de moralidade, de publicidade, de eficiência, de probidade e de prestação de contas.

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 6432. Cleiziane Soares da Silva [***.538.732-**]

Recurso em: 17/10/2023 às 16:30:06

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 38

Questionamento (Candidato):

Nessa questão a banca considera o gabarito certo a letra C. Mas todos os itens estão certos, exceto o item V, e não existe uma alternativa que confirme isso. Por isso a questão deveria ser anulada.
O erro do item V é que órgão não tem personalidade, é só fruto da desconcentração;

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

Abaixo disponibilizo o embassamento das afirmativas com alguns autores referências:
Afirmativa I: Verdadeira De acordo com Medeiros (2022), Di Pietro (2020) e Gasparini (2019), a administração direta é composta pelos órgãos integrados na estrutura administrativa da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
Afirmativa II: Verdadeira De acordo com Medeiros (2022), Di Pietro (2020) e Mello (2018), a administração indireta é formada pelas entidades dotadas de personalidade jurídica própria, que prestam serviços públicos ou de interesse público, sob controle ou tutela do Estado.
Afirmativa III: Verdadeira De acordo com Di Pietro (2020) e Mello (2018), as entidades políticas são aquelas que possuem autonomia política, administrativa e financeira, como a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.
Afirmativa IV: Verdadeira De acordo com Medeiros (2022), Di Pietro (2020) e Carvalho Filho (2020), as entidades administrativas são aquelas que exercem funções delegadas pelo Estado, sem autonomia política, mas com autonomia administrativa e financeira limitada, como as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas e as sociedades de economia mista.
Afirmativa V: Falsa Segundo Di Pietro (2020), Mello (2018), Leite (2013) e Eduado Gonçalves (2012) os órgãos públicos não possuem personalidade jurídica, mas sim capacidade administrativa. Eles não representam a pessoa jurídica a que pertencem, mas sim a expressam.
Afirmativa VI: Falsa Segundo Alexandrino e Paulo (2021), Di Pietro (2020) e Carvalho Filho (2020), os agentes credenciados não são agentes públicos, mas sim colaboradores eventuais do Estado. Eles são pessoas físicas ou jurídicas que recebem uma delegação do Estado para exercer uma atividade específica, mas não integram a Administração Pública.
Afirmativa VII: Verdadeira De acordo com Alexandrino e Paulo (2021), Di Pietro (2020), Mello (2018) e Bacellar Filho et al. (2016), os poderes do administrador público são aqueles conferidos pela lei para o exercício das funções administrativas, como o poder vinculado, o poder discricionário, o poder hierárquico, o poder disciplinar, o poder regulamentar e o poder de polícia.
Afirmativa VIII: Falsa De acordo com Alexandrino e Paulo (2021), Di Pietro (2020), Mello (2018) e Bacellar Filho et al. (2016), os deveres do administrador público não são aqueles impostos pela lei, quando na verdade ele é imposto pela Constituição Federal de 1988, que inclui esse princípio entre os que regem a Administração Pública, como o dever de legalidade, de impessoalidade, de moralidade, de publicidade, de eficiência, de probidade e de prestação de contas.

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 13328. Thiago Rodrigues Nunes [***.144.822-**]

Recurso em: 17/10/2023 às 16:38:07

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 38

Questionamento (Candidato):

I – Certo. Sim, o que for integrantes dos Entes federativos, é administração direta;

II – Certo. Isso mesmo, vide previsão na própria Constituição, art. 37, XIX e Dec.Lei 200/67.

III – Certo, entidades políticas são os Entes.

IV – Certo. Administrativas são as entidades da administração indireta, como empresas públicas e autarquias;

V – Errado. Órgão não tem personalidade, é só fruto da desconcentração;

VI – Certo – agente são todos que de algum modo prestam serviços à administração(Lei 8429 Art. 2º Para os efeitos desta Lei, consideram-se agente público o agente político, o servidor público e todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nas entidades)

VII - Certo, nos exatos termos da assertiva;

VIII - Também de acordo tanto os princípios expressos da mesma forma os implícitos(O poder do agente público é revestido de natureza de dever. Assim, se a legislação confere ao
agente público um poder para desempenhar suas atribuições, tal gestor tem o dever de agir (FILHO, José dos Santos Carvalho. Manual de Direito Administrativo. 27ª ed. Atlas. P. 47.)

questão passível de anulação, tendo em vista que todas estariam corretas, mas como destacado, existe um erro na assertiva V. e não existe alternativa contendo todas exceto o item V.

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

Abaixo disponibilizo o embassamento das afirmativas com alguns autores referências:
Afirmativa I: Verdadeira De acordo com Medeiros (2022), Di Pietro (2020) e Gasparini (2019), a administração direta é composta pelos órgãos integrados na estrutura administrativa da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
Afirmativa II: Verdadeira De acordo com Medeiros (2022), Di Pietro (2020) e Mello (2018), a administração indireta é formada pelas entidades dotadas de personalidade jurídica própria, que prestam serviços públicos ou de interesse público, sob controle ou tutela do Estado.
Afirmativa III: Verdadeira De acordo com Di Pietro (2020) e Mello (2018), as entidades políticas são aquelas que possuem autonomia política, administrativa e financeira, como a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.
Afirmativa IV: Verdadeira De acordo com Medeiros (2022), Di Pietro (2020) e Carvalho Filho (2020), as entidades administrativas são aquelas que exercem funções delegadas pelo Estado, sem autonomia política, mas com autonomia administrativa e financeira limitada, como as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas e as sociedades de economia mista.
Afirmativa V: Falsa Segundo Di Pietro (2020), Mello (2018), Leite (2013) e Eduado Gonçalves (2012) os órgãos públicos não possuem personalidade jurídica, mas sim capacidade administrativa. Eles não representam a pessoa jurídica a que pertencem, mas sim a expressam.
Afirmativa VI: Falsa Segundo Alexandrino e Paulo (2021), Di Pietro (2020) e Carvalho Filho (2020), os agentes credenciados não são agentes públicos, mas sim colaboradores eventuais do Estado. Eles são pessoas físicas ou jurídicas que recebem uma delegação do Estado para exercer uma atividade específica, mas não integram a Administração Pública.

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Afirmativa VII: Verdadeira De acordo com Alexandrino e Paulo (2021), Di Pietro (2020), Mello (2018) e Bacellar Filho et al. (2016), os poderes do administrador público são aqueles conferidos pela lei para o exercício das funções administrativas, como o poder vinculado, o poder discricionário, o poder hierárquico, o poder disciplinar, o poder regulamentar e o poder de polícia.
Afirmativa VIII: Falsa De acordo com Alexandrino e Paulo (2021), Di Pietro (2020), Mello (2018) e Bacellar Filho et al. (2016), os deveres do administrador público não são aqueles impostos pela lei, quando na verdade ele é imposto pela Constituição Federal de 1988, que inclui esse princípio entre os que regem a Administração Pública, como o dever de legalidade, de impessoalidade, de moralidade, de publicidade, de eficiência, de probidade e de prestação de contas.

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 1726. Alexandre Oliveira Dias [***.097.572-**]

Recurso em: 17/10/2023 às 16:39:01

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 38

Questionamento (Candidato):

No gabarito preliminar é apontada a alternativa correta como sendo a letra C, entretanto, não são corretos somente os itens apontados nessa alternativa; outros itens (como o VI - agentes públicos e o VIII - deveres dos administradores) também estão igualmente corretos. O único erro é o item V, pois, de fato, órgãos não possuem personalidade jurídica própria. A elaboração da questão foi excelente, mas talvez tenha sido erro de digitação na confecção da prova, colocando a palavra "somente" demais ou na digitação dos algarismos romanos. Logo, não há alternativa que responda a questão.

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

Abaixo disponibilizo o embassamento das afirmativas com alguns autores referências:
Afirmativa I: Verdadeira De acordo com Medeiros (2022), Di Pietro (2020) e Gasparini (2019), a administração direta é composta pelos órgãos integrados na estrutura administrativa da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
Afirmativa II: Verdadeira De acordo com Medeiros (2022), Di Pietro (2020) e Mello (2018), a administração indireta é formada pelas entidades dotadas de personalidade jurídica própria, que prestam serviços públicos ou de interesse público, sob controle ou tutela do Estado.
Afirmativa III: Verdadeira De acordo com Di Pietro (2020) e Mello (2018), as entidades políticas são aquelas que possuem autonomia política, administrativa e financeira, como a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.
Afirmativa IV: Verdadeira De acordo com Medeiros (2022), Di Pietro (2020) e Carvalho Filho (2020), as entidades administrativas são aquelas que exercem funções delegadas pelo Estado, sem autonomia política, mas com autonomia administrativa e financeira limitada, como as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas e as sociedades de economia mista.
Afirmativa V: Falsa Segundo Di Pietro (2020), Mello (2018), Leite (2013) e Eduado Gonçalves (2012) os órgãos públicos não possuem personalidade jurídica, mas sim capacidade administrativa. Eles não representam a pessoa jurídica a que pertencem, mas sim a expressam.
Afirmativa VI: Falsa Segundo Alexandrino e Paulo (2021), Di Pietro (2020) e Carvalho Filho (2020), os agentes credenciados não são agentes públicos, mas sim colaboradores eventuais do Estado. Eles são pessoas físicas ou jurídicas que recebem uma delegação do Estado para exercer uma atividade específica, mas não integram a Administração Pública.
Afirmativa VII: Verdadeira De acordo com Alexandrino e Paulo (2021), Di Pietro (2020), Mello (2018) e Bacellar Filho et al. (2016), os poderes do administrador público são aqueles conferidos pela lei para o exercício das funções administrativas, como o poder vinculado, o poder discricionário, o poder hierárquico, o poder disciplinar, o poder regulamentar e o poder de polícia.
Afirmativa VIII: Falsa De acordo com Alexandrino e Paulo (2021), Di Pietro (2020), Mello (2018) e Bacellar Filho et al. (2016), os deveres do administrador público não são aqueles impostos pela lei, quando na verdade ele é imposto pela Constituição Federal de 1988, que inclui esse princípio entre os que regem a Administração Pública, como o dever de legalidade, de impessoalidade, de moralidade, de publicidade, de eficiência, de probidade e de prestação de contas.

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 6475. Beatriz Muniz da Silva Palheta [***.113.192-**]

Recurso em: 17/10/2023 às 16:42:34

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 38

Questionamento (Candidato):

todas estariam corretas, mas existe um erro na assertiva V os órgãos não possuem personalidade jurídica, a assertiva VIII está correta já que legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, probidade e prestação de contas são princípios expressos e implícitos

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

Abaixo disponibilizo o embassamento das afirmativas com alguns autores referências:
Afirmativa I: Verdadeira De acordo com Medeiros (2022), Di Pietro (2020) e Gasparini (2019), a administração direta é composta pelos órgãos integrados na estrutura administrativa da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
Afirmativa II: Verdadeira De acordo com Medeiros (2022), Di Pietro (2020) e Mello (2018), a administração indireta é formada pelas entidades dotadas de personalidade jurídica própria, que prestam serviços públicos ou de interesse público, sob controle ou tutela do Estado.
Afirmativa III: Verdadeira De acordo com Di Pietro (2020) e Mello (2018), as entidades políticas são aquelas que possuem autonomia política, administrativa e financeira, como a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.
Afirmativa IV: Verdadeira De acordo com Medeiros (2022), Di Pietro (2020) e Carvalho Filho (2020), as entidades administrativas são aquelas que exercem funções delegadas pelo Estado, sem autonomia política, mas com autonomia administrativa e financeira limitada, como as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas e as sociedades de economia mista.
Afirmativa V: Falsa Segundo Di Pietro (2020), Mello (2018), Leite (2013) e Eduado Gonçalves (2012) os órgãos públicos não possuem personalidade jurídica, mas sim capacidade administrativa. Eles não representam a pessoa jurídica a que pertencem, mas sim a expressam.
Afirmativa VI: Falsa Segundo Alexandrino e Paulo (2021), Di Pietro (2020) e Carvalho Filho (2020), os agentes credenciados não são agentes públicos, mas sim colaboradores eventuais do Estado. Eles são pessoas físicas ou jurídicas que recebem uma delegação do Estado para exercer uma atividade específica, mas não integram a Administração Pública.
Afirmativa VII: Verdadeira De acordo com Alexandrino e Paulo (2021), Di Pietro (2020), Mello (2018) e Bacellar Filho et al. (2016), os poderes do administrador público são aqueles conferidos pela lei para o exercício das funções administrativas, como o poder vinculado, o poder discricionário, o poder hierárquico, o poder disciplinar, o poder regulamentar e o poder de polícia.
Afirmativa VIII: Falsa De acordo com Alexandrino e Paulo (2021), Di Pietro (2020), Mello (2018) e Bacellar Filho et al. (2016), os deveres do administrador público não são aqueles impostos pela lei, quando na verdade ele é imposto pela Constituição Federal de 1988, que inclui esse princípio entre os que regem a Administração Pública, como o dever de legalidade, de impessoalidade, de moralidade, de publicidade, de eficiência, de probidade e de prestação de contas.

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 7266. Willammy Costa de Sousa [***.173.652-**]

Recurso em: 17/10/2023 às 16:55:56

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 38

Questionamento (Candidato):

Prezada banca examinadora, solicito, respeitosamente, a anulação da questão 38 de conhecimentos específicos da prova de assistente em administração.

A questão demanda que sejam julgados 8 itens classificando-os como verdadeiro ou falso. O gabarito preliminar indica como verdadeiras as assertivas I, II, III, IV e VII; no entanto discordo fervorosamente do gabarito adotado pela banca. Julgo que o gabarito correto deveria ser os itens I, II, III, IV, VI, VII e VIII; tornando necessária a anulação da questão.

Analisando a questão, com bastante calma, não encontrei qualquer erro nos itens VI e VIII. Avaliando mais profundamente o item VI encontrei, na doutrina majoritária, o seguinte embasamento — segundo Maria Sylvia Zanella di Pietro: "Agente público é toda pessoa física que exerce função pública de titularidade do Estado ou das pessoas jurídicas da Administração indireta".

Ainda no escopo do item VI, encontrei no site do governo (https://www.gov.br/corregedorias/pt-br/assuntos/perguntas-frequentes/agentes-publicos-e-agentes-politicos) o seguinte conceito para agentes públicos: O agente público é todo aquele que presta qualquer tipo de serviço ao Estado, que exerce funções públicas, no sentido mais amplo possível dessa expressão, significando qualquer atividade pública. A Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992) conceitua agente público como “todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nas entidades mencionadas no artigo anterior”. Trata-se, pois, de um gênero. O agente político é aquele investido em seu cargo por meio de eleição, nomeação ou designação, cuja competência advém da própria Constituição, como os Chefes de Poder Executivo e membros do Poder Legislativo, Judiciário, Ministério Público, Tribunais de Contas, Ministros de Estado e de Secretários nas Unidades da Federação, os quais não se sujeitam ao processo administrativo disciplinar."

No item VIII é afirmado que é dever dos agentes públicos, impostos pela lei, o dever de legalidade, impessoalidade [...] os quais ao meu ver são deveres dos agentes sim. Logo não vejo qualquer afirmação incorreta nesta assertiva também.

Por fim, diante das afirmações supracitadas, solicito cordialmente que a questão 38 seja anulada.

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

Abaixo disponibilizo o embassamento das afirmativas com alguns autores referências:
Afirmativa I: Verdadeira De acordo com Medeiros (2022), Di Pietro (2020) e Gasparini (2019), a administração direta é composta pelos órgãos integrados na estrutura administrativa da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
Afirmativa II: Verdadeira De acordo com Medeiros (2022), Di Pietro (2020) e Mello (2018), a administração indireta é formada pelas entidades dotadas de personalidade jurídica própria, que prestam serviços públicos ou de interesse público, sob controle ou tutela do Estado.
Afirmativa III: Verdadeira De acordo com Di Pietro (2020) e Mello (2018), as entidades políticas são aquelas que possuem autonomia política, administrativa e financeira, como a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.
Afirmativa IV: Verdadeira De acordo com Medeiros (2022), Di Pietro (2020) e Carvalho Filho (2020), as entidades administrativas são aquelas que exercem funções delegadas pelo Estado, sem autonomia política, mas com autonomia administrativa e financeira limitada, como as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas e as sociedades de economia mista.

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Afirmativa V: Falsa Segundo Di Pietro (2020), Mello (2018), Leite (2013) e Eduado Gonçalves (2012) os órgãos públicos não possuem personalidade jurídica, mas sim capacidade administrativa. Eles não representam a pessoa jurídica a que pertencem, mas sim a expressam.
Afirmativa VI: Falsa Segundo Alexandrino e Paulo (2021), Di Pietro (2020) e Carvalho Filho (2020), os agentes credenciados não são agentes públicos, mas sim colaboradores eventuais do Estado. Eles são pessoas físicas ou jurídicas que recebem uma delegação do Estado para exercer uma atividade específica, mas não integram a Administração Pública.
Afirmativa VII: Verdadeira De acordo com Alexandrino e Paulo (2021), Di Pietro (2020), Mello (2018) e Bacellar Filho et al. (2016), os poderes do administrador público são aqueles conferidos pela lei para o exercício das funções administrativas, como o poder vinculado, o poder discricionário, o poder hierárquico, o poder disciplinar, o poder regulamentar e o poder de polícia.
Afirmativa VIII: Falsa De acordo com Alexandrino e Paulo (2021), Di Pietro (2020), Mello (2018) e Bacellar Filho et al. (2016), os deveres do administrador público não são aqueles impostos pela lei, quando na verdade ele é imposto pela Constituição Federal de 1988, que inclui esse princípio entre os que regem a Administração Pública, como o dever de legalidade, de impessoalidade, de moralidade, de publicidade, de eficiência, de probidade e de prestação de contas.

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 7007. Rafael da Silva Campos [***.405.592-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 14:30:31

Tópico: NM15 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 38

Questionamento (Candidato):

Somente o item V está incorreto.
Uma das principais características dos Órgãos Públicos é de não possuir personalidade jurídica própria.

O item VI está correto, conforme o site do governo federal:
O agente público é todo aquele que presta qualquer tipo de serviço ao Estado, que exerce funções públicas, no sentido mais amplo possível dessa expressão, significando qualquer atividade pública. A Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992) conceitua agente público como "todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nas entidades mencionadas no artigo anterior". Trata-se, pois, de um gênero.
REFERÊNCIA: https://www.gov.br/corregedorias/pt-br/assuntos/perguntas-frequentes/agentes-publicos-e-agentes-politicos#:~:text=O%20agente%20p%C3%BAblico%20%C3%A9%20todo,express%C3%A3o%2C%20significando%20qualquer%20atividade%20p%C3%BAblica.

O item VIII também está correto.
Os deveres impostos pela lei, conforme o item: probidade e de prestação de contas estão descritos na Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992). Já os princípios citados no item estão todos expressos na Constituição Federal e regem toda a atuação do Agente Publico e da Administração Publica.

Anexo (Candidato):

https://drive.google.com/open?id=1fvUhTP_qpIPtB2PW80Q-Or3ApComVcpA

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

Abaixo disponibilizo o embassamento das afirmativas com alguns autores referências:
Afirmativa I: Verdadeira De acordo com Medeiros (2022), Di Pietro (2020) e Gasparini (2019), a administração direta é composta pelos órgãos integrados na estrutura administrativa da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
Afirmativa II: Verdadeira De acordo com Medeiros (2022), Di Pietro (2020) e Mello (2018), a administração indireta é formada pelas entidades dotadas de personalidade jurídica própria, que prestam serviços públicos ou de interesse público, sob controle ou tutela do Estado.
Afirmativa III: Verdadeira De acordo com Di Pietro (2020) e Mello (2018), as entidades políticas são aquelas que possuem autonomia política, administrativa e financeira, como a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.
Afirmativa IV: Verdadeira De acordo com Medeiros (2022), Di Pietro (2020) e Carvalho Filho (2020), as entidades administrativas são aquelas que exercem funções delegadas pelo Estado, sem autonomia política, mas com autonomia administrativa e financeira limitada, como as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas e as sociedades de economia mista.
Afirmativa V: Falsa Segundo Di Pietro (2020), Mello (2018), Leite (2013) e Eduado Gonçalves (2012) os órgãos públicos não possuem personalidade jurídica, mas sim capacidade administrativa. Eles não representam a pessoa jurídica a que pertencem, mas sim a expressam.
Afirmativa VI: Falsa Segundo Alexandrino e Paulo (2021), Di Pietro (2020) e Carvalho Filho (2020), os agentes credenciados não são agentes públicos, mas sim colaboradores eventuais do Estado. Eles são pessoas físicas ou jurídicas que recebem uma delegação do Estado para exercer uma atividade específica, mas não integram a Administração Pública.
Afirmativa VII: Verdadeira De acordo com Alexandrino e Paulo (2021), Di Pietro (2020), Mello (2018) e

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Bacellar Filho et al. (2016), os poderes do administrador público são aqueles conferidos pela lei para o exercício das funções administrativas, como o poder vinculado, o poder discricionário, o poder hierárquico, o poder disciplinar, o poder regulamentar e o poder de polícia.
Afirmativa VIII: Falsa De acordo com Alexandrino e Paulo (2021), Di Pietro (2020), Mello (2018) e Bacellar Filho et al. (2016), os deveres do administrador público não são aqueles impostos pela lei, quando na verdade ele é imposto pela Constituição Federal de 1988, que inclui esse princípio entre os que regem a Administração Pública, como o dever de legalidade, de impessoalidade, de moralidade, de publicidade, de eficiência, de probidade e de prestação de contas.

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 8328. Anthony Bruno Pereira Salindo [***.963.842-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 16:51:54

Tópico: NM15 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 38

Questionamento (Candidato):

I. A Administração Pública direta é composta pelos órgãos integrados na estrutura administrativa da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Esta afirmativa é correta. A Administração Pública direta compreende os órgãos que fazem parte da estrutura administrativa dos entes federativos, conforme observado por José dos Santos Carvalho Filho, renomado jurista brasileiro, em sua obra "Manual de Direito Administrativo": "A Administração Pública direta compreende os órgãos da pessoa política, ou seja, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios."

II. A Administração Pública indireta é formada pelas entidades dotadas de personalidade jurídica própria, que prestam serviços públicos ou de interesse público, sob controle ou tutela do Estado.

Esta afirmação também está correta. A Administração Pública indireta engloba as entidades que possuem personalidade jurídica própria e atuam na prestação de serviços públicos ou de interesse público, como observado por Diógenes Gasparini, autor consagrado na área do Direito Administrativo: "A Administração Pública indireta é constituída por pessoas jurídicas diversas daquelas que integram a Administração direta, criadas por lei."

III. As entidades políticas são aquelas que possuem autonomia política, administrativa e financeira, como a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.

Esta afirmativa está correta. Entidades políticas são os entes federativos que gozam de autonomia política, administrativa e financeira. Como destacado por Maria Sylvia Zanella Di Pietro em "Direito Administrativo", "As entidades políticas são os entes federativos (União, Estados, Distrito Federal e Municípios) que têm autonomia política, administrativa e financeira".

IV. As entidades administrativas são aquelas que exercem funções delegadas pelo Estado, sem autonomia política, mas com autonomia administrativa e financeira limitada, como as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas e as sociedades de economia mista.

Esta afirmação também está correta. Entidades administrativas são criadas pelo Estado para o desempenho de funções específicas, sem autonomia política, mas com autonomia administrativa e financeira limitada. De acordo com Celso Antônio Bandeira de Mello em "Curso de Direito Administrativo", "As entidades administrativas compreendem todas as organizações criadas pelo Estado para consecução de seus fins, por meio das quais o Estado pretende atingir seus objetivos."

V. Os órgãos públicos são unidades com atribuições específicas dentro da organização estatal, que possuem personalidade jurídica própria e representam a pessoa jurídica a que pertencem.

Esta afirmativa possui um equívoco. Os órgãos públicos são partes da estrutura organizacional da Administração Pública, não possuindo personalidade jurídica própria. Como bem explicitado por Hely Lopes Meirelles em "Direito Administrativo Brasileiro", "Órgãos públicos são centros de competência instituídos para o desempenho das funções estatais."

VI. Os agentes públicos são todas as pessoas físicas que exercem alguma função pública, seja de forma permanente ou temporária, remunerada ou gratuita, como os servidores públicos, os empregados públicos, os militares, os agentes políticos e os agentes credenciados.

Esta afirmação é correta. Agentes públicos abrangem todas as pessoas físicas que desempenham funções

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

públicas, independentemente da natureza do vínculo ou da remuneração envolvida. Conforme assinala Marçal Justen Filho em "Curso de Direito Administrativo", "Agente público é toda pessoa física que presta serviços ao Estado e às entidades da Administração indireta".

VII. Os poderes do administrador público são aqueles conferidos pela lei para o exercício das funções administrativas, como o poder vinculado, o poder discricionário, o poder hierárquico, o poder disciplinar, o poder regulamentar e o poder de polícia.

Esta afirmação está correta. Os poderes do administrador público referem-se às prerrogativas concedidas pela legislação para o exercício das funções administrativas. Como destaca Maria Sylvia Zanella Di Pietro em "Direito Administrativo", "O poder administrativo é o conjunto de prerrogativas de direito público que a lei confere aos agentes administrativos para o fim de possibilitar que o Estado alcance seus objetivos".

VIII. Os deveres do administrador público são aqueles impostos pela lei ou pelos princípios que regem a Administração Pública, como o dever de legalidade, de impessoalidade, de moralidade, de publicidade, de eficiência, de probidade e de prestação de contas.

Esta afirmativa está correta. Os deveres do administrador público são os compromissos e obrigações estabelecidos pela legislação ou pelos princípios que orientam a Administração Pública. Segundo José dos Santos Carvalho Filho em "Manual de Direito Administrativo", "Os deveres do administrador público estão consagrados principalmente na Constituição e nas leis infraconstitucionais".

todas as afirmações são verdadeiras, exceto a afirmação V, que contém um erro.

Referencias:
Carvalho Filho, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 34ª ed. São Paulo: Atlas, 2020.
Gasparini, Diógenes. Direito Administrativo. 19ª ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.
Di Pietro, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 33ª ed. São Paulo: Atlas, 2020.
Bandeira de Mello, Celso Antônio. Curso de Direito Administrativo. 33ª ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2016.
Meirelles, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. 42ª ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2016.
Justen Filho, Marçal. Curso de Direito Administrativo. 13ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017.

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

Abaixo disponibilizo o embassamento das afirmativas com alguns autores referências:
Afirmativa I: Verdadeira De acordo com Medeiros (2022), Di Pietro (2020) e Gasparini (2019), a administração direta é composta pelos órgãos integrados na estrutura administrativa da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
Afirmativa II: Verdadeira De acordo com Medeiros (2022), Di Pietro (2020) e Mello (2018), a administração indireta é formada pelas entidades dotadas de personalidade jurídica própria, que prestam serviços públicos ou de interesse público, sob controle ou tutela do Estado.
Afirmativa III: Verdadeira De acordo com Di Pietro (2020) e Mello (2018), as entidades políticas são aquelas que possuem autonomia política, administrativa e financeira, como a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.
Afirmativa IV: Verdadeira De acordo com Medeiros (2022), Di Pietro (2020) e Carvalho Filho (2020), as entidades administrativas são aquelas que exercem funções delegadas pelo Estado, sem autonomia política, mas com autonomia administrativa e financeira limitada, como as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas e as sociedades de economia mista.
Afirmativa V: Falsa Segundo Di Pietro (2020), Mello (2018), Leite (2013) e Eduado Gonçalves (2012) os órgãos públicos não possuem personalidade jurídica, mas sim capacidade administrativa. Eles não representam a pessoa jurídica a que pertencem, mas sim a expressam.
Afirmativa VI: Falsa Segundo Alexandrino e Paulo (2021), Di Pietro (2020) e Carvalho Filho (2020), os agentes credenciados não são agentes públicos, mas sim colaboradores eventuais do Estado. Eles são pessoas físicas ou jurídicas que recebem uma delegação do Estado para exercer uma atividade específica, mas não integram a Administração Pública.
Afirmativa VII: Verdadeira De acordo com Alexandrino e Paulo (2021), Di Pietro (2020), Mello (2018) e

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Bacellar Filho et al. (2016), os poderes do administrador público são aqueles conferidos pela lei para o exercício das funções administrativas, como o poder vinculado, o poder discricionário, o poder hierárquico, o poder disciplinar, o poder regulamentar e o poder de polícia.
Afirmativa VIII: Falsa De acordo com Alexandrino e Paulo (2021), Di Pietro (2020), Mello (2018) e Bacellar Filho et al. (2016), os deveres do administrador público não são aqueles impostos pela lei, quando na verdade ele é imposto pela Constituição Federal de 1988, que inclui esse princípio entre os que regem a Administração Pública, como o dever de legalidade, de impessoalidade, de moralidade, de publicidade, de eficiência, de probidade e de prestação de contas.

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 11237. Debora Wanderlane Mendes de Moura Rodrigues [***.590.652-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 22:44:04

Tópico: NM15 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 38

Questionamento (Candidato):

A questão 38, item VI considerado pela banca como uma assertiva incorreta caracteriza uma contrapartida na visão do doutrinador Hely Lopes Meirelles, o qual defende juridicamente que em sentido amplo agentes públicos configuram de forma similar o predisposto no item VI.
Consoante com o autor, os agentes públicos integram cinco espécies: a) agentes políticos, b) agentes administrativos c) agentes honoríficos d) agentes delegados e) agentes credenciados. Implicitamente, são pessoas físicas que exercem emprego ou função pública, de modo permanente ou temporário, conforme apontou o item VI
Portanto, a resposta “C” dada pela banca apresenta-se em desacordo com pensamento doutrinário jurídico. Dessa forma, requisita-se a troca de gabarito para alternativa “a” ou então, sua anulação, tendo em vista que, a questão aparenta ser mal formulada, motivo esse que induziu um julgamento dúbio na questão.

Recurso (Candidato): Alterar o gabarito para a letra "A"

Parecer (Banca):

Abaixo disponibilizo o embassamento das afirmativas com alguns autores referências:
Afirmativa I: Verdadeira De acordo com Medeiros (2022), Di Pietro (2020) e Gasparini (2019), a administração direta é composta pelos órgãos integrados na estrutura administrativa da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
Afirmativa II: Verdadeira De acordo com Medeiros (2022), Di Pietro (2020) e Mello (2018), a administração indireta é formada pelas entidades dotadas de personalidade jurídica própria, que prestam serviços públicos ou de interesse público, sob controle ou tutela do Estado.
Afirmativa III: Verdadeira De acordo com Di Pietro (2020) e Mello (2018), as entidades políticas são aquelas que possuem autonomia política, administrativa e financeira, como a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.
Afirmativa IV: Verdadeira De acordo com Medeiros (2022), Di Pietro (2020) e Carvalho Filho (2020), as entidades administrativas são aquelas que exercem funções delegadas pelo Estado, sem autonomia política, mas com autonomia administrativa e financeira limitada, como as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas e as sociedades de economia mista.
Afirmativa V: Falsa Segundo Di Pietro (2020), Mello (2018), Leite (2013) e Eduado Gonçalves (2012) os órgãos públicos não possuem personalidade jurídica, mas sim capacidade administrativa. Eles não representam a pessoa jurídica a que pertencem, mas sim a expressam.
Afirmativa VI: Falsa Segundo Alexandrino e Paulo (2021), Di Pietro (2020) e Carvalho Filho (2020), os agentes credenciados não são agentes públicos, mas sim colaboradores eventuais do Estado. Eles são pessoas físicas ou jurídicas que recebem uma delegação do Estado para exercer uma atividade específica, mas não integram a Administração Pública.
Afirmativa VII: Verdadeira De acordo com Alexandrino e Paulo (2021), Di Pietro (2020), Mello (2018) e Bacellar Filho et al. (2016), os poderes do administrador público são aqueles conferidos pela lei para o exercício das funções administrativas, como o poder vinculado, o poder discricionário, o poder hierárquico, o poder disciplinar, o poder regulamentar e o poder de polícia.
Afirmativa VIII: Falsa De acordo com Alexandrino e Paulo (2021), Di Pietro (2020), Mello (2018) e Bacellar Filho et al. (2016), os deveres do administrador público não são aqueles impostos pela lei, quando na verdade ele é imposto pela Constituição Federal de 1988, que inclui esse princípio entre os que regem a Administração Pública, como o dever de legalidade, de impessoalidade, de moralidade, de publicidade, de eficiência, de probidade e de prestação de contas.

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 3270. Gustavo Gonçalves dos Santos [***.789.782-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 21:42:31

Tópico: NM17 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 38

Questionamento (Candidato):

A questão 38 da prova para o cargo de Assistente em Administração do Edital Nº 21/2023-GR aborda conhecimentos sobre “Administração Pública direta e indireta, entidades políticas e administrativas, órgãos e agentes públicos, poderes e deveres do administrador público".

De acordo com o gabarito da banca para a questão mencionada, a alternativa correta é a opção C. No entanto, a banca cometeu um equívoco, pois não somente as afirmativas I, II, III, IV e VII estão corretas.

No que diz respeito à afirmativa VI, de acordo com o artigo 2º, IV, da Lei 13460/2017, define-se agente público como “quem exerce cargo, emprego ou função pública, de natureza civil ou militar, ainda que transitoriamente ou sem remuneração”. Segundo Di Pietro, agente público é toda pessoa física que presta serviços ao Estado e às pessoas jurídicas da Administração Indireta. Além disso, o artigo 2º da Lei 8.429/92 estabelece que “[...] consideram-se agente público o agente político, o servidor público e todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nas entidades referidas no art. 1º desta Lei”. Também é importante notar que, segundo Hely Lopes Meirelles, os agentes credenciados mencionados na afirmativa também se enquadram na categoria de agentes públicos. Consequentemente, a afirmativa VI é considerada correta. Sendo assim, não seria apropriado escolher qualquer alternativa, uma vez que as afirmativas I, II, III, IV, VI e VII estão corretas.

Diante de toda a exposição, fica evidente a necessidade de anular o gabarito da questão 38 da prova para o cargo de Assistente em Administração do Edital Nº 21/2023-GR. Nesse sentido, o candidato respeitosamente solicita à banca examinadora uma revisão do gabarito preliminar divulgado referente à questão mencionada.

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

Abaixo disponibilizo o embassamento das afirmativas com alguns autores referências:
Afirmativa I: Verdadeira De acordo com Medeiros (2022), Di Pietro (2020) e Gasparini (2019), a administração direta é composta pelos órgãos integrados na estrutura administrativa da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
Afirmativa II: Verdadeira De acordo com Medeiros (2022), Di Pietro (2020) e Mello (2018), a administração indireta é formada pelas entidades dotadas de personalidade jurídica própria, que prestam serviços públicos ou de interesse público, sob controle ou tutela do Estado.
Afirmativa III: Verdadeira De acordo com Di Pietro (2020) e Mello (2018), as entidades políticas são aquelas que possuem autonomia política, administrativa e financeira, como a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.
Afirmativa IV: Verdadeira De acordo com Medeiros (2022), Di Pietro (2020) e Carvalho Filho (2020), as entidades administrativas são aquelas que exercem funções delegadas pelo Estado, sem autonomia política, mas com autonomia administrativa e financeira limitada, como as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas e as sociedades de economia mista.
Afirmativa V: Falsa Segundo Di Pietro (2020), Mello (2018), Leite (2013) e Eduado Gonçalves (2012) os órgãos públicos não possuem personalidade jurídica, mas sim capacidade administrativa. Eles não representam a pessoa jurídica a que pertencem, mas sim a expressam.
Afirmativa VI: Falsa Segundo Alexandrino e Paulo (2021), Di Pietro (2020) e Carvalho Filho (2020), os agentes credenciados não são agentes públicos, mas sim colaboradores eventuais do Estado. Eles são pessoas físicas ou jurídicas que recebem uma delegação do Estado para exercer uma atividade específica, mas não integram a Administração Pública.
Afirmativa VII: Verdadeira De acordo com Alexandrino e Paulo (2021), Di Pietro (2020), Mello (2018) e Bacellar Filho et al. (2016), os poderes do administrador público são aqueles conferidos pela lei para o

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

exercício das funções administrativas, como o poder vinculado, o poder discricionário, o poder hierárquico, o poder disciplinar, o poder regulamentar e o poder de polícia.
Afirmativa VIII: Falsa De acordo com Alexandrino e Paulo (2021), Di Pietro (2020), Mello (2018) e Bacellar Filho et al. (2016), os deveres do administrador público não são aqueles impostos pela lei, quando na verdade ele é imposto pela Constituição Federal de 1988, que inclui esse princípio entre os que regem a Administração Pública, como o dever de legalidade, de impessoalidade, de moralidade, de publicidade, de eficiência, de probidade e de prestação de contas.

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 1225. Danrley da Silva Barbosa [***.800.822-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 11:09:49

Tópico: NM24 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 38

Questionamento (Candidato):

A questão número 38 de Conhecimentos específicos solicita: Considere as seguintes afirmativas sobre a Administração Pública direta e indireta, entidades políticas e administrativas, órgãos e agentes públicos, poderes e deveres do administrador público:

O gabarito preliminar trouxe como resposta a letra C como correta e a letra C considera como correta a seguinte assertiva:

VII - Os poderes do administrador público são aqueles conferidos pela lei para o exercício das funções administrativas, como o poder vinculado, o poder discricionário, o poder hierárquico, o poder disciplinar, o poder regulamentar e o poder de polícia.

Porém, poder discricionário e poder vinculado não são tipos de poder como os poderes: Hierárquico, Disciplinar, Regulamentar e Poder de Polícia, aqueles, como entende majoritariamente a doutrina, são características de poder e não tipologias, logo, não são diretamentes concedidos pela lei ao servidor.

Diante do exposto, Solicito anulação da questão.

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

Abaixo disponibilizo o embassamento das afirmativas com alguns autores referências:
Afirmativa I: Verdadeira De acordo com Medeiros (2022), Di Pietro (2020) e Gasparini (2019), a administração direta é composta pelos órgãos integrados na estrutura administrativa da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
Afirmativa II: Verdadeira De acordo com Medeiros (2022), Di Pietro (2020) e Mello (2018), a administração indireta é formada pelas entidades dotadas de personalidade jurídica própria, que prestam serviços públicos ou de interesse público, sob controle ou tutela do Estado.
Afirmativa III: Verdadeira De acordo com Di Pietro (2020) e Mello (2018), as entidades políticas são aquelas que possuem autonomia política, administrativa e financeira, como a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.
Afirmativa IV: Verdadeira De acordo com Medeiros (2022), Di Pietro (2020) e Carvalho Filho (2020), as entidades administrativas são aquelas que exercem funções delegadas pelo Estado, sem autonomia política, mas com autonomia administrativa e financeira limitada, como as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas e as sociedades de economia mista.
Afirmativa V: Falsa Segundo Di Pietro (2020), Mello (2018), Leite (2013) e Eduado Gonçalves (2012) os órgãos públicos não possuem personalidade jurídica, mas sim capacidade administrativa. Eles não representam a pessoa jurídica a que pertencem, mas sim a expressam.
Afirmativa VI: Falsa Segundo Alexandrino e Paulo (2021), Di Pietro (2020) e Carvalho Filho (2020), os agentes credenciados não são agentes públicos, mas sim colaboradores eventuais do Estado. Eles são pessoas físicas ou jurídicas que recebem uma delegação do Estado para exercer uma atividade específica, mas não integram a Administração Pública.
Afirmativa VII: Verdadeira De acordo com Alexandrino e Paulo (2021), Di Pietro (2020), Mello (2018) e Bacellar Filho et al. (2016), os poderes do administrador público são aqueles conferidos pela lei para o exercício das funções administrativas, como o poder vinculado, o poder discricionário, o poder hierárquico, o poder disciplinar, o poder regulamentar e o poder de polícia.
Afirmativa VIII: Falsa De acordo com Alexandrino e Paulo (2021), Di Pietro (2020), Mello (2018) e Bacellar Filho et al. (2016), os deveres do administrador público não são aqueles impostos pela lei, quando na verdade ele é imposto pela Constituição Federal de 1988, que inclui esse princípio entre os que regem a Administração Pública, como o dever de legalidade, de impessoalidade, de moralidade, de publicidade, de

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

eficiência, de probidade e de prestação de contas.

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 11772. Paloma Almeida de Souza [***.938.392-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 23:26:35

Tópico: NM24 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 38

Questionamento (Candidato):

Recurso- Questão 38

38. Considere as seguintes afirmativas sobre a Administração Pública direta e indireta, entidades políticas e administrativas, órgãos e agentes públicos, poderes e deveres do administrador público:

I. A Administração Pública direta é composta pelos órgãos integrados na estrutura administrativa da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
II. A Administração Pública indireta é formada pelas entidades dotadas de personalidade jurídica própria, que prestam serviços públicos ou de interesse público, sob controle ou tutela do Estado.
III. As entidades políticas são aquelas que possuem autonomia política, administrativa e financeira, como a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.
IV. As entidades administrativas são aquelas que exercem funções delegadas pelo Estado, sem autonomia política, mas com autonomia administrativa e financeira limitada, como as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas e as sociedades de economia mista.
V. Os órgãos públicos são unidades com atribuições específicas dentro da organização estatal, que possuem personalidade jurídica própria e representam a pessoa jurídica a que pertencem.
VI. Os agentes públicos são todas as pessoas físicas que exercem alguma função pública, seja de forma permanente ou temporária, remunerada ou gratuita, como os servidores públicos, os empregados públicos, os militares, os agentes políticos e os agentes credenciados.
VII. Os poderes do administrador público são aqueles conferidos pela lei para o exercício das funções administrativas, como o poder vinculado, o poder discricionário, o poder hierárquico, o poder disciplinar, o poder regulamentar e o poder de polícia.
VIII. Os deveres do administrador público são aqueles impostos pela lei ou pelos princípios que regem a Administração Pública, como o dever de legalidade, de impessoalidade, de moralidade, de publicidade, de eficiência, de probidade e de prestação de contas.
Assinale a alternativa CORRETA:
a) Somente as afirmativas I, II, III, IV e VI são verdadeiras.
b) Somente as afirmativas I, II, III e V são verdadeiras.
c) Somente as afirmativas I, II, III, IV e VII são verdadeiras.
d) Somente as afirmativas II, IV e VIII são verdadeiras.
e) Todas as afirmativas são verdadeira

De acordo com o gabarito preliminar, a alternativa correta seria a letra c, onde somente as afirmativas I, II, III, IV e VII são verdadeiras.

Comentário: Ocorre que ao analisar detidamente a presente questão, nota-se que apenas a afirmativa V está errada, senão vejamos:

I – Certo. Sim, o que for integrantes dos Entes federativos, é administração direta;
II – Certo. Isso mesmo, vide previsão na própria Constituição, art. 37, XIX e Dec.Lei 200/67.
III – Certo, entidades políticas são os Entes.
IV – Certo. Administrativas são as entidades da administração indireta, como empresas públicas e autarquias;
V – Errado. Órgão não tem personalidade, é só fruto da desconcentração;
VI – Certo – agente são todos que de algum modo prestam serviços à administração;
VII – Certo, nos exatos termos da assertiva. Os poderes do administrador público são aqueles conferidos pela lei para o exercício das funções administrativas, como o poder vinculado, o poder discricionário, o poder hierárquico, o poder disciplinar, o poder regulamentar e o poder de polícia.
VIII – Certo, o dever do administrador público são tanto princípios expressos quanto os implícitos e o que a lei rege.

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Diante do exposto, nota-se que apenas a afirmativa V está errada e as demais corretas. Logo, a questão não possui alternativa correta, devendo ser anulada.

Anexo (Candidato):

https://drive.google.com/open?id=1Xh4d36eV0KLRetQkclu_7qjNSt9YlHR7

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

Abaixo disponibilizo o embassamento das afirmativas com alguns autores referências:
Afirmativa I: Verdadeira De acordo com Medeiros (2022), Di Pietro (2020) e Gasparini (2019), a administração direta é composta pelos órgãos integrados na estrutura administrativa da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
Afirmativa II: Verdadeira De acordo com Medeiros (2022), Di Pietro (2020) e Mello (2018), a administração indireta é formada pelas entidades dotadas de personalidade jurídica própria, que prestam serviços públicos ou de interesse público, sob controle ou tutela do Estado.
Afirmativa III: Verdadeira De acordo com Di Pietro (2020) e Mello (2018), as entidades políticas são aquelas que possuem autonomia política, administrativa e financeira, como a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.
Afirmativa IV: Verdadeira De acordo com Medeiros (2022), Di Pietro (2020) e Carvalho Filho (2020), as entidades administrativas são aquelas que exercem funções delegadas pelo Estado, sem autonomia política, mas com autonomia administrativa e financeira limitada, como as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas e as sociedades de economia mista.
Afirmativa V: Falsa Segundo Di Pietro (2020), Mello (2018), Leite (2013) e Eduado Gonçalves (2012) os órgãos públicos não possuem personalidade jurídica, mas sim capacidade administrativa. Eles não representam a pessoa jurídica a que pertencem, mas sim a expressam.
Afirmativa VI: Falsa Segundo Alexandrino e Paulo (2021), Di Pietro (2020) e Carvalho Filho (2020), os agentes credenciados não são agentes públicos, mas sim colaboradores eventuais do Estado. Eles são pessoas físicas ou jurídicas que recebem uma delegação do Estado para exercer uma atividade específica, mas não integram a Administração Pública.
Afirmativa VII: Verdadeira De acordo com Alexandrino e Paulo (2021), Di Pietro (2020), Mello (2018) e Bacellar Filho et al. (2016), os poderes do administrador público são aqueles conferidos pela lei para o exercício das funções administrativas, como o poder vinculado, o poder discricionário, o poder hierárquico, o poder disciplinar, o poder regulamentar e o poder de polícia.
Afirmativa VIII: Falsa De acordo com Alexandrino e Paulo (2021), Di Pietro (2020), Mello (2018) e Bacellar Filho et al. (2016), os deveres do administrador público não são aqueles impostos pela lei, quando na verdade ele é imposto pela Constituição Federal de 1988, que inclui esse princípio entre os que regem a Administração Pública, como o dever de legalidade, de impessoalidade, de moralidade, de publicidade, de eficiência, de probidade e de prestação de contas.

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 6388. Waldery Nobre de Mesquita Júnior [***.292.802-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 15:33:25

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 39

Questionamento (Candidato):

Acerca da autoexecutoriedade, José dos Santos Carvalho Filho consigna: " Das mais relevantes é a característica da autoexecutoriedade. Significa ela que o ato administrativo, tão logo praticado, pode ser imediatamente executado e seu objeto imediatamente alcançado. Como bem anota VEDEL, tem ele idoneidade de por si criar direitos e obrigações, submetendo a todos que se situem em sua órbita de incidência. No direito privado, são raras as hipóteses em que se permite ao particular executar suas próprias decisões. No direito público, porém, é admitida a execução de ofício das decisões administrativas sem intervenção do Poder Judiciário, construção hoje consagrada entre os autores modernos e haurida do Direito francês (FILHO, José Dos Santos Carvalho, Manual de Direito Administrativo, Ed. Atlas: 2023, p.308)

Recurso (Candidato): Alterar o gabarito para a letra "A"

Parecer (Banca):

B) Imperatividade. Resposta Correta!
É o atributo do ato administrativo que permite que ele se imponha a terceiros, independentemente de sua concordância, criando obrigações para os administrados. Por exemplo, quando a Administração determina que uma rua é mão única, ela está exercendo seu poder de imperatividade sobre os motoristas que devem obedecer a essa norma.

A autoexecutoriedade é um atributo do ato administrativo, mas não é o que permite que ele produza efeitos jurídicos independentemente da concordância do destinatário. Esse atributo é a imperatividade, que implica em uma relação de subordinação entre a Administração e os administrados. A autoexecutoriedade, por sua vez, significa que a Administração pode executar seus atos sem depender de autorização judicial prévia, mas isso não implica que o ato seja válido ou eficaz por si só. Por exemplo, o Detrran Estadual apreende um veículo irregular, ela está exercendo seu poder de autoexecutoriedade, mas isso não significa que o proprietário do veículo concorde com o ato ou que ele seja legal. Ele pode recorrer ao Poder Judiciário para contestar o ato e pedir a devolução do veículo. Portanto, a autoexecutoriedade não é o atributo que responde à questão proposta.

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 3191. Angelo Santiago Gomes Alves [***.011.642-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 17:25:50

Tópico: NM15 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 39

Questionamento (Candidato):

Não existe erro algum na assertiva VI. O conceito de agentes públicos de fato abarcam todos os exemplos citados: servidores públicos, empregados públicos, militares, agentes políticos e credenciados. Há uma mistura quanto as categorias propostas por diferentes autores que fundamental a teoria, mas tanto para Hely Lopes quanto para Maria Sylvia, agentes públicos são todas as pessoas que possuem uma vinculação profissional com o Estado, mesmo que em caráter temporário e ainda que sem o recebimento de remuneração.

Anexo (Candidato):

https://drive.google.com/open?id=1fndlRavmOV6RhUQkN7j1omLSLTyY7Dof

Recurso (Candidato): Alterar o gabarito para a letra "A"

Parecer (Banca):

Fundamentação do questionamento não dondiz com a questão 39.

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 1172. Juliana de Assis Cheves [***.842.572-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 11:37:25

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 40

Questionamento (Candidato):

Solicito a mudança de Gabarito da letra ''d''para "a'' ou sua anulação

Lei 11.133/21
Art. 89. Os contratos de que trata esta Lei regular-se-ão pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, e a eles serão aplicados, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Lei 8.666/93

Art. 54. Os contratos administrativos de que trata esta Lei regulam-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Porquanto, não existe disposição colocando o direito civil como subsidiária aos ''Contratos Administrativos''.

Recurso (Candidato): Alterar o gabarito para a letra "A"

Parecer (Banca):

A alternativa D é incorreta, pois os contratos administrativos não são sempre intuito personae, ou seja, não dependem sempre da pessoa do contratado. Em alguns casos, a administração pública pode rescindir unilateralmente o contrato e substituir o contratado por outro que ofereça as mesmas condições, garantias e qualificações. Além disso, os contratos administrativos também podem ser aleatórios, quando envolvem riscos ou incertezas para as partes. As demais alternativas estão corretas, conforme os artigos 54 a 59 da Lei nº 14.133/21, que regula os contratos administrativos.

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 1172. Juliana de Assis Chaves [***.842.572-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 12:04:58

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 40

Questionamento (Candidato):

Solicito à Mudança de Gabarito da letra ''d'' para a ''a'' ou a anulação da questão

Lei 8666/93

Art. 54. Os contratos administrativos de que trata esta Lei regulam-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Lei 11.133/21

Art. 89. Os contratos de que trata esta Lei regular-se-ão pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, e a eles serão aplicados, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Porquanto, não existe disposição colocando o direito civil como subsidiária aos contratos administrativos.

Recurso (Candidato): Alterar o gabarito para a letra "A"

Parecer (Banca):

A alternativa D é incorreta, pois os contratos administrativos não são sempre intuito personae, ou seja, não dependem sempre da pessoa do contratado. Em alguns casos, a administração pública pode rescindir unilateralmente o contrato e substituir o contratado por outro que ofereça as mesmas condições, garantias e qualificações. Além disso, os contratos administrativos também podem ser aleatórios, quando envolvem riscos ou incertezas para as partes. As demais alternativas estão corretas, conforme os artigos 54 a 59 da Lei nº 14.133/21, que regula os contratos administrativos.

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 3585. Sabrina da Silva e Silva [***.782.982-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 12:14:49

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 40

Questionamento (Candidato):

A banca na questão 40 pediu a alternativa incorreta, foi dada a letra (D) como gabarito, porém a letra (D) está correta, assim peço a anulação da questão pois não há gabarito correto, conforme embasamento abaixo:

O doutrinador Hely Lopes Meirelles afirma que, o contrato administrativo é sempre consensual e bilateral, e em regra formal, oneroso, comutativo e realizado intuitu personae. Ele diz que o contrato será bilateral e consensual, pois é um acordo de vontades das partes do contrato, pois no momento de sua celebração as partes se comprometem mediante obrigações reciprocas.

Consensual: conforme o dicionário, é um acordo, anuência e consentimento. Os contratos administrativos para serem formalizados precisam do consenso das partes interessadas, pois sem isso não há um contrato. Apesar de nos contratos administrativos existirem clausulas exorbitantes, ainda assim precisa da anuência e da concordância da outra parte para essas clausulas terem efeito. A própria lei 14.133, de 1º de abril de 2021, em seu artigo 90, §2º , deixa isso evidente abaixo:

§ 2º Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

O que afirma que se não houver concordância da outra parte não haverá contrato com aquele licitante, e assim será facultado a administração chamar os licitantes remanescentes.

Formal: o contrato deve ser celebrado de acordo com as formalidades previstas em lei
Oneroso: o contrato é remunerado
Comutativo: prevê compensações reciprocas e equivalentes para as partes
Intuitu personae: porque, em regra, a prestação deve ser cumprida pessoalmente pelo contratado.

Por fim, solicito a anulação da questão, pois A, B, C, D e E estão corretas, não havendo alternativa incorreta.

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

A alternativa D é incorreta, pois os contratos administrativos não são sempre intuito personae, ou seja, não dependem sempre da pessoa do contratado. Em alguns casos, a administração pública pode rescindir unilateralmente o contrato e substituir o contratado por outro que ofereça as mesmas condições, garantias e qualificações. Além disso, os contratos administrativos também podem ser aleatórios, quando envolvem riscos ou incertezas para as partes. As demais alternativas estão corretas, conforme os artigos 54 a 59 da Lei nº 14.133/21, que regula os contratos administrativos.

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 279. Kevin Matheus Rodrigues Ribeiro [***.024.372-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 12:29:54

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 40

Questionamento (Candidato):

Venho respeitosamente solicitar a V. Sª., análise do(s) questionamento(s), termos em que peço e aguardo deferimento

QUESTÃO: 40 — CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Observação: Solicita-se alteração de gabarito da questão 40, considerando os seguintes argumentos:

A banca indicou, equivocadamente, a letra D como gabarito da questão. Todavia, mesmo que pareça algo aparentemente normal, NÃO há disposição específica colocando o direito CIVIL como subsidiária aos contratos administrativos.

Dessa forma, a banca cita, de forma taxativa, apenas UMA das diversas disposições do direito privado que regem, supletivamente, os contratos administrativos. Novamente, apesar do direito civil ser um ramo do direito privado, não está explícito na legislação que será, necessariamente, o direito civil que subsidiará os contratos administrativos.

Ainda, os contratos administrativos são consensuais, pois são baseados no acordo mútuo das partes envolvidas. Eles são onerosos, implicando uma troca de benefícios e obrigações claras. Além disso, são comutativos, estabelecendo claramente as responsabilidades de ambas as partes desde o início. Por fim, são intuitu personae, celebrados com base nas habilidades ou qualificações específicas do contratado. Essas características proporcionam clareza, segurança e confiança nas relações contratuais, fundamentais para o funcionamento eficaz dos contratos administrativos. Dessa forma, a banca erra ao considerar que essas características não estão presentes em todos os contratos administrativos e estabelecendo a alternativa D como a correta.

Portanto, solicita-se a alteração de gabarito da questão 40, para a letra A, visto que é a única alternativa que está, necessariamente, incorreta em relação às outras assertivas.

Recurso (Candidato): Alterar o gabarito para a letra "A"

Parecer (Banca):

A alternativa D é incorreta, pois os contratos administrativos não são sempre intuito personae, ou seja, não dependem sempre da pessoa do contratado. Em alguns casos, a administração pública pode rescindir unilateralmente o contrato e substituir o contratado por outro que ofereça as mesmas condições, garantias e qualificações. Além disso, os contratos administrativos também podem ser aleatórios, quando envolvem riscos ou incertezas para as partes. As demais alternativas estão corretas, conforme os artigos 54 a 59 da Lei nº 14.133/21, que regula os contratos administrativos.

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 1160. Ana Luiza Alves de Moraes [***.736.322-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 12:44:51

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 40

Questionamento (Candidato):

De acordo com o art. 90 da lei 14133/21, os contratos serão regulados pelos preceitos do direito público e, supletivamente, aplicados os princípios do direito privado.Na mesma lei, é definido que o contrato será sempre consensual, formal, oneroso, comutativo e intuito personae.

Visto isso, solicito a revisão da questão 40, pois é incorreto afirmar que os contratos são regidos supletivamente pelo direito civil, quando, expressamente, na lei está direito privado. Por outro lado, não é incorreto afirmar que são sempre consensuais, onerosos comutativos e intuito personae, como se afirma na alternativa D.

Recurso (Candidato): Alterar o gabarito para a letra "A"

Parecer (Banca):

A alternativa D é incorreta, pois os contratos administrativos não são sempre intuito personae, ou seja, não dependem sempre da pessoa do contratado. Em alguns casos, a administração pública pode rescindir unilateralmente o contrato e substituir o contratado por outro que ofereça as mesmas condições, garantias e qualificações. Além disso, os contratos administrativos também podem ser aleatórios, quando envolvem riscos ou incertezas para as partes. As demais alternativas estão corretas, conforme os artigos 54 a 59 da Lei nº 14.133/21, que regula os contratos administrativos.

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 12304. Thomas Cunha de Souza [***.515.292-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 12:58:33

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 40

Questionamento (Candidato):

Letra a) - está correta, visto que no Capítulo III - DOS CONTRATOS - Seção I -Disposições Preliminares, temos:
“Art. 54. Os contratos administrativos de que trata esta Lei regulam-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.”
A doutrina majoritária admite, pela exegese da lei, que a Administração Pública pode celebrar contratos de regência do direito privado, nos quais o direito público aplica-se supletivamente, e contratos administrativos propriamente ditos, com características que os distinguem dos contratos de direito privado. Esses contratos são regidos pelo direito público, e somente supletivamente são aplicadas as regras do direito privado.
O Direito Administrativo é o ramo cio Direito Público que regula e estuda as normas jurídicas que regulam a Administração Pública, em seus aspectos orgânico e funcional, e, quanto a este, do ponto de vista material, subjetivo e formal.
Por regular questões particulares de pessoas físicas e jurídicas, o Direito Civil é considerado um ramo do direito privado, mesmo que o Estado tenha influência em decisões e no ordenamento de como questões civis funcionam (como a regularização de posse de propriedade, por exemplo).

Letra b) – está correta pois segundo a Lei 8666.93, na Seção II - Das Definições:
Art. 6° Para os fins desta Lei, considera-se:
I - Obra - toda construção, reforma, fabricação, recuperação ou ampliação, realizada por execução direta ou indireta;
II - Serviço - toda atividade destinada a obter determinada utilidade de interesse para a Administração, tais como: demolição, conserto, instalação, montagem, operação, conservação, reparação, adaptação, manutenção, transporte, locação de bens, publicidade, seguro ou trabalhos técnico-profissionais;
III - Compra - toda aquisição remunerada de bens para fornecimento de uma só vez ou parceladamente;
IV - Alienação - toda transferência de domínio de bens a terceiros;
V - Obras, serviços e compras de grande vulto - aquelas cujo valor estimado seja superior a 25 (vinte e cinco) vezes o limite estabelecido na alínea "c" do inciso I do art. 23 desta Lei;

Letra c) está correta. Visto que, baseado no princípio da supremacia do interesse público, os contratos administrativos trazem cláusulas que colocam a administração em grande vantagem perante os particulares, através das chamadas cláusulas exorbitantes, as quais são absolutamente validas e prevista na Lei 8.666/93 [4], nos artigos 56, 58, 65, 78 e 79 e na Lei 14.133/2021 [5], em seus artigos 104, 124 e 125.

Letra d) está correta. Os contratos administrativos são sempre consensuais, e, em regra, formais, onerosos, comutativos e realizados intuitu personae (devem ser executados por quem os celebrou, não se admitindo, regra geral, a subcontratação).
a) Consensual: acordo de vontades, e não um ato unilateral e impositivo da Administração;
b) Bilateral: indicativa de que o contrato administrativo sempre há de traduzir obrigações para ambas as partes
c) Obediência à forma prescrita em lei (art. 60) – De modo geral os contratos devem obedecer à forma prescrita em lei para cada tipo, com requisitos especiais e podem ser lavrados na própria repartição ou por escritura pública, quando o objeto assim o exigir.
d) procedimento legal – os procedimentos do contrato são determinados pela lei e variam de acordo com a modalidade do contrato. A lei pode exigir autorização legislativa, avaliação, motivação, autorização da autoridade competente, indicação de recursos e licitação. A Constituição Federal exige licitação para obras, serviços, compras, alienações, concessões e permissões. A falta dos procedimentos estabelecidos na lei acarreta a nulidade do contrato. Caso a falha venha desde a falta de licitação por utilização de modalidade licitatória incorreta ou qualquer outro tipo de erro no procedimento de licitação, o contrato será considerado nulo desde a sua origem;

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

e) Oneroso: remunerado na forma convencionada; Além dessas características, os contratos administrativos devem ser precedidos de licitação, somente inexigível ou dispensável nos casos expressamente previstos na Lei.
f) Comutativo: porque estabelece compensações recíprocas, equivalência entre as obrigações previamente ajustadas e conhecidas.;
g) Intuitu Personae: Deve ser executado pelo próprio contratado, que comprovou a melhor a melhor condição de contratar com a administração, vedadas, em princípio, a sua substituição por outrem ou a transferência de ajuste.

Vale citar que, segundo Hely Lopes Meireles(jurista, advogado, magistrado e professor brasileiro) o contrato administrativo é sempre consensual por tratar-se de um acordo de vontades; é formal por ser expresso de forma escrita e com requisitos especiais; é oneroso por estabelecer remuneração como contraprestação ; é comutativo por estabelecer compensações recíprocas e equivalentes para as partes; e, por fim intuitu personae porque deve ser executado pelo próprio contratado.

Letra e) está correta. Além de todas as características anteriormente citadas, os contratos administrativos devem ser precedidos de licitação, somente inexigível ou dispensável nos casos expressamente previstos na Lei.
Segundo o Art. 92 da LEI 14.133/21 – NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS, são necessárias em todo contrato cláusulas que estabeleçam: I - o objeto e seus elementos característicos; II - a vinculação ao edital de licitação e à proposta do licitante vencedor ou ao ato que tiver autorizado a contratação direta e à respectiva proposta;

Em virtude de não haver nenhuma alternativa INCORRETA, pede-se a anulação da questão.

Anexo (Candidato):

https://drive.google.com/open?id=1gkJWj0AIXx95lX7F4zt980Er_iaq-lJJ

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

A alternativa D é incorreta, pois os contratos administrativos não são sempre intuito personae, ou seja, não dependem sempre da pessoa do contratado. Em alguns casos, a administração pública pode rescindir unilateralmente o contrato e substituir o contratado por outro que ofereça as mesmas condições, garantias e qualificações. Além disso, os contratos administrativos também podem ser aleatórios, quando envolvem riscos ou incertezas para as partes. As demais alternativas estão corretas, conforme os artigos 54 a 59 da Lei nº 14.133/21, que regula os contratos administrativos.

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 6202. Maxwell de Souza Teixeira [***.512.502-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 13:22:48

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 40

Questionamento (Candidato):

O gabarito considerou a alternativa D) como a INCORRETA, mas conforme o site https://www.jusbrasil.com.br/artigos/caracteristicas-do-contrato-administrativo/243109010 ,podemos verificar:

"Características do Contrato Administrativo
2. Características dos contratos administrativos.

De forma geral, segundo Hely Lopes Meirelles, o contrato administrativo é sempre consensual por tratar-se de um acordo de vontades; é formal por ser expresso de forma escrita e com requisitos especiais; é oneroso por estabelecer remuneração como contraprestação; é comutativo por estabelecer compensações recíprocas e equivalentes para as partes; e, por fim intuitu personae porque deve ser executado pelo próprio contratado."

- Então por mais que tais características dos Contratos administrativos não estejam escritas nas leis 8.666/93 e nem na 14.333/2021, elas são aceitas doutrinariamente por estarem implícitas.

- O examinador da questão não pode usar o conceito de Hely Lopes Meirelles sobre o assunto, que é largamente reconhecido como um dos principais doutrinadores do direito administrativo e do direito municipal brasileiro, e torná-la irresponsavelmente FAlSA.

Anexo (Candidato):

https://drive.google.com/open?id=1cwLTsFCerQDtyy60am97A3ZDxU2g13UP

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

A alternativa D é incorreta, pois os contratos administrativos não são sempre intuito personae, ou seja, não dependem sempre da pessoa do contratado. Em alguns casos, a administração pública pode rescindir unilateralmente o contrato e substituir o contratado por outro que ofereça as mesmas condições, garantias e qualificações. Além disso, os contratos administrativos também podem ser aleatórios, quando envolvem riscos ou incertezas para as partes. As demais alternativas estão corretas, conforme os artigos 54 a 59 da Lei nº 14.133/21, que regula os contratos administrativos.

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 796. Ingrid da Silva Paiva [***.794.292-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 14:34:29

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 40

Questionamento (Candidato):

A questão solicita o item Incorreto e no gabarito preliminar a resposta foi a letra D, porém com base no que diz Hely Lopes Meirelles temos :“Contrato administrativo é o ajuste que a Administração Pública, agindo nessa qualidade, firma com particular ou outra entidade administrativa para a consecução de objetivos de interesse público, nas condições estabelecidas pela própria Administração.”

Nesta senda, ainda segundo o mesmo doutrinador:

“O contrato administrativo é sempre consensual e, em regra, formal, oneroso, comutativo e realizado intuitu personae. É consensual porque consubstancia um acordo de vontades, e não um ato unilateral e impositivo da Administração; é formal porque se expressa por escrito e com requisitos especiais; é oneroso porque remunerado na forma convencional, é comutativo porque estabelece compensações recíprocas e equivalentes para as partes; é intuitu personae porque deve se executado pelo próprio contratado, vedadas, em princípio, a sua substituição por outrem ou a transferência do ajuste.”

Este trecho tem como fonte :https://jus.com.br/artigos/53181/os-contratos-administrativos
(presente no desenvolvimento)

Concluindo assim que o item D está correto.

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

A alternativa D é incorreta, pois os contratos administrativos não são sempre intuito personae, ou seja, não dependem sempre da pessoa do contratado. Em alguns casos, a administração pública pode rescindir unilateralmente o contrato e substituir o contratado por outro que ofereça as mesmas condições, garantias e qualificações. Além disso, os contratos administrativos também podem ser aleatórios, quando envolvem riscos ou incertezas para as partes. As demais alternativas estão corretas, conforme os artigos 54 a 59 da Lei nº 14.133/21, que regula os contratos administrativos.

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 1779. Adriano da Silva Queiroz [***.982.392-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 14:39:04

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 40

Questionamento (Candidato):

Características citadas na resposta apontada [letra D] fazem parte dos contratos administrativos e a questão solicita a alternativa incorreta.
Seria mais coerente a alternativa E, posto que nem todos os contratos administrativos advém de licitação.

Recurso (Candidato): Alterar o gabarito para a letra "E"

Parecer (Banca):

A alternativa D é incorreta, pois os contratos administrativos não são sempre intuito personae, ou seja, não dependem sempre da pessoa do contratado. Em alguns casos, a administração pública pode rescindir unilateralmente o contrato e substituir o contratado por outro que ofereça as mesmas condições, garantias e qualificações. Além disso, os contratos administrativos também podem ser aleatórios, quando envolvem riscos ou incertezas para as partes. As demais alternativas estão corretas, conforme os artigos 54 a 59 da Lei nº 14.133/21, que regula os contratos administrativos.

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 592. Gabriel Mariano da Silva Barreto [***.136.572-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 15:07:38

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 40

Questionamento (Candidato):

Questão 40
Gabarito: A
Comentários:

Essa questão é bem ampla, afinal exige todo um conhecimento sobre os contratos administrativos, sendo que alguns pontos podem levantar dúvida, como, por exemplo, a alienação como forma de contrato administrativo (letra b).

A realidade é que, mesmo que pareça algo aparentemente normal, não existe disposição colocando o direito civil como subsidiária aos contratos administrativos.

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

A alternativa D é incorreta, pois os contratos administrativos não são sempre intuito personae, ou seja, não dependem sempre da pessoa do contratado. Em alguns casos, a administração pública pode rescindir unilateralmente o contrato e substituir o contratado por outro que ofereça as mesmas condições, garantias e qualificações. Além disso, os contratos administrativos também podem ser aleatórios, quando envolvem riscos ou incertezas para as partes. As demais alternativas estão corretas, conforme os artigos 54 a 59 da Lei nº 14.133/21, que regula os contratos administrativos.

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 7424. Heliton Gomes Nobrega [***.504.672-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 15:26:24

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 40

Questionamento (Candidato):

mesmo que apareça algo normal, não existe disposições colocando o direito civil como subsidiária aos contratos administrativo

Recurso (Candidato): Alterar o gabarito para a letra "A"

Parecer (Banca):

A alternativa D é incorreta, pois os contratos administrativos não são sempre intuito personae, ou seja, não dependem sempre da pessoa do contratado. Em alguns casos, a administração pública pode rescindir unilateralmente o contrato e substituir o contratado por outro que ofereça as mesmas condições, garantias e qualificações. Além disso, os contratos administrativos também podem ser aleatórios, quando envolvem riscos ou incertezas para as partes. As demais alternativas estão corretas, conforme os artigos 54 a 59 da Lei nº 14.133/21, que regula os contratos administrativos.

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 3851. Yasmim Sales da Silva [***.920.942-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 16:25:29

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 40

Questionamento (Candidato):

Alternativa (D) no gabarito está incorreta. pois, "a Questão pediu a incorreta e a marcação no gabarito colou a a alternativa certa, como incorreta". Então a incorreta da questão deveria ser a alternativa (E) pois nem todo contrato é firmado após licitação

Recurso (Candidato): Alterar o gabarito para a letra "E"

Parecer (Banca):

A alternativa D é incorreta, pois os contratos administrativos não são sempre intuito personae, ou seja, não dependem sempre da pessoa do contratado. Em alguns casos, a administração pública pode rescindir unilateralmente o contrato e substituir o contratado por outro que ofereça as mesmas condições, garantias e qualificações. Além disso, os contratos administrativos também podem ser aleatórios, quando envolvem riscos ou incertezas para as partes. As demais alternativas estão corretas, conforme os artigos 54 a 59 da Lei nº 14.133/21, que regula os contratos administrativos.

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 6699. Paulo Vinícius Pacheco Costa [***.726.422-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 16:55:50

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 40

Questionamento (Candidato):

De forma geral, segundo Hely Lopes Meirelles, o contrato administrativo é sempre consensual por tratar-se de um acordo de vontades; é formal por ser expresso de forma escrita e com requisitos especiais; é oneroso por estabelecer remuneração como contraprestação; é comutativo por estabelecer compensações recíprocas e equivalentes para as partes; e, por fim intuitu personae porque deve ser executado pelo próprio contratado.

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

A alternativa D é incorreta, pois os contratos administrativos não são sempre intuito personae, ou seja, não dependem sempre da pessoa do contratado. Em alguns casos, a administração pública pode rescindir unilateralmente o contrato e substituir o contratado por outro que ofereça as mesmas condições, garantias e qualificações. Além disso, os contratos administrativos também podem ser aleatórios, quando envolvem riscos ou incertezas para as partes. As demais alternativas estão corretas, conforme os artigos 54 a 59 da Lei nº 14.133/21, que regula os contratos administrativos.

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 1125. Djeine Lorena Zimmer da Silva [***.662.882-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 17:46:18

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 40

Questionamento (Candidato):

Prezado examinador, venho através desse recurso manifestar que a questão 40 da prova do concurso da Ufam técnico em administração de nível médio que versava sobre CONTRATOS ADMINISTRATIVOS, solicitando a opção Incorreta, manifesta equívoco, pois afirmativa que apresenta-se em questão pode ser considera correta, segundo o RESUMO DE DIREITO ADMINISTRATIVO do professor Lauro Coimbra "Os contratos administrativos são sempre consensuais, e, em regra, formais, onerosos,
comutativos e realizados intuitu personae (devem ser executados por quem os celebrou,
não se admitindo, regra geral, a subcontratação). Além dessas características, os
contratos administrativos devem ser precedidos de licitação, somente inexigível ou
dispensável nos casos expressamente previstos na Lei" (COIMBRA, 2012, p 06)
Portanto solicito a anulação segue em anexo material de comprovação.

Anexo (Candidato):

https://drive.google.com/open?id=1QzoxPQeONFR2HoVaL3_slaGDPmLKlWaw

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

A alternativa D é incorreta, pois os contratos administrativos não são sempre intuito personae, ou seja, não dependem sempre da pessoa do contratado. Em alguns casos, a administração pública pode rescindir unilateralmente o contrato e substituir o contratado por outro que ofereça as mesmas condições, garantias e qualificações. Além disso, os contratos administrativos também podem ser aleatórios, quando envolvem riscos ou incertezas para as partes. As demais alternativas estão corretas, conforme os artigos 54 a 59 da Lei nº 14.133/21, que regula os contratos administrativos.

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 2868. Samara Ribeiro de Souza [***.324.042-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 18:15:09

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 40

Questionamento (Candidato):

Nobre revisor, esta Banca indicou, no gabarito preliminar, como assertiva correta da questão de número 40 a alternativa D, que indica como incorreta a seguinte afirmação: “são sempre consensuais, onerosos, comutativos e intuito personae”. Não se questiona, nesse recurso, o desacerto da afirmação. Todavia, importante registrar que a alternativa E, que diz: “são firmados entre a administração pública e particulares após um processo de licitação”, também se encontra incorreta.

Isso porque, Excelência, não se pode afirmar com correção que os contratos firmados entre a administração pública e particulares são realizados após um processo de licitação, porquanto a legislação traz casos de dispensa e inexigibilidade de licitação, os quais, por consequência, independem de processo licitatório.

Nesse sentido, a Lei 8.666 traz em seu artigo 24 as hipóteses de dispensa de licitação, elencando trinta e cinco casos em que a licitação será dispensada, isto é, que o contrato poderá ser firmado entre o particular e administração prescindindo de processo licitatório. A mesma lei, em seu artigo 25, traz as hipóteses não taxativas de inexigibilidade de licitação, quer dizer, formas de contratação entre o particular e a administração pública em que não se exige licitação.

A nova lei de licitações (Lei 14.133), também em vigor, mantém a possibilidade de contratação entre particular e administração pública sem processo de licitação, quando, em seus artigos 74 e 75, respectivamente, dispõe as hipóteses de inexigibilidade e dispensa de licitação.

Logo, impõe-se que a alternativa 40 apresenta duas afirmações incorretas: letras D e E.

Dessa forma, requer, com a devida venia, seja analisado o presente recurso e, após, seja anulada a questão de número 40 (quarenta), representando ato de inteira Justiça

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

A alternativa D é incorreta, pois os contratos administrativos não são sempre intuito personae, ou seja, não dependem sempre da pessoa do contratado. Em alguns casos, a administração pública pode rescindir unilateralmente o contrato e substituir o contratado por outro que ofereça as mesmas condições, garantias e qualificações. Além disso, os contratos administrativos também podem ser aleatórios, quando envolvem riscos ou incertezas para as partes. As demais alternativas estão corretas, conforme os artigos 54 a 59 da Lei nº 14.133/21, que regula os contratos administrativos.

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 3615. Karen Kelly Carvalho de Oliveira [***.583.122-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 18:18:53

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 40

Questionamento (Candidato):

Não há disposição legal nas Leis de Licitações 14.133/2021 e 8.666/1993 que preveja que os contratos administrativos serão regidos supletivamente pelo direito civil. Logo, a alternativa a) está incorreta.
Além disso, segundo Hely Lopes Meirelles, o contrato administrativo é sempre consensual por tratar-se de um acordo de vontades; é formal por ser expresso de forma escrita e com requisitos especiais; é oneroso por estabelecer remuneração como contraprestação; é comutativo por estabelecer compensações recíprocas e equivalentes para as partes; e intuitu personae porque deve ser executado pelo próprio contratado. Logo, a alternativa D estaria correta e não seria o gabarito da questão.
Como a questão pede a alternativa incorreta, o gabarito é a letra A.

Recurso (Candidato): Alterar o gabarito para a letra "A"

Parecer (Banca):

A alternativa D é incorreta, pois os contratos administrativos não são sempre intuito personae, ou seja, não dependem sempre da pessoa do contratado. Em alguns casos, a administração pública pode rescindir unilateralmente o contrato e substituir o contratado por outro que ofereça as mesmas condições, garantias e qualificações. Além disso, os contratos administrativos também podem ser aleatórios, quando envolvem riscos ou incertezas para as partes. As demais alternativas estão corretas, conforme os artigos 54 a 59 da Lei nº 14.133/21, que regula os contratos administrativos.

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 3746. Kayo Pinto Siqueira [***.450.502-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 19:00:03

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 40

Questionamento (Candidato):

Alternativa A, está incorreta também, pois está divergente do conceito, umas vez que menciona; regido pelo direito administrativo especificamente e no conceito cita normas de direito público.

conceito: Lei de Licitações, essa modalidade contratual também é regida pelas normas de direito público e, supletivamente, pela teoria geral dos contratos e as disposições do Direito Civil.

Logo a questão apresenta duas respostas.

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

A alternativa D é incorreta, pois os contratos administrativos não são sempre intuito personae, ou seja, não dependem sempre da pessoa do contratado. Em alguns casos, a administração pública pode rescindir unilateralmente o contrato e substituir o contratado por outro que ofereça as mesmas condições, garantias e qualificações. Além disso, os contratos administrativos também podem ser aleatórios, quando envolvem riscos ou incertezas para as partes. As demais alternativas estão corretas, conforme os artigos 54 a 59 da Lei nº 14.133/21, que regula os contratos administrativos.

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 8539. Gabriel Ramos de Sousa [***.546.032-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 19:10:08

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 40

Questionamento (Candidato):

Venho respeitosamente solicitar a V. Sª., análise do(s) questionamento(s), termos em que peço e aguardo deferimento a respeito da questão 40 de conhecimentos específicos da prova nível médio NM01 para assistente em administração.

A banca indicou a alternativa D como gabarito preliminar do enunciado que pediu a alternativa incorreta. Entretanto, conforme Hely Lopes Meirelles (2016, p.240), doutrinador autor do livro "Direito Administrativo Brasileiro 42ª ed.", caracteriza os contratos administrativos como sempre consensuais e, em regra, formais, onerosos, comutativos e realizados intuitu personae. O que torna a alternativa D correta.

O doutrinador também explicou nessa obra as possibilidades excepcionais de a administração pública firmar contratos com particulares sem se submeter ao processo licitatório (2016, p.326). São elas: as hipóteses de inexigibilidade de licitação e de dispensa de licitação (Art. 74 e art. 75 da Lei 14.133/90). O que torna a alternativa E incorreta, pois ela afirma que os contratos são firmados entre a administração pública e particulares após um processo de licitação sem considerar as hipóteses de dispensa do processo licitatório.

Em vista disso, solicito a troca de gabarito para a alternativa E.

Anexo (Candidato):

https://drive.google.com/open?id=1lBJBUDkd-qj9HetTLrXbK3km8ke1lhms

Recurso (Candidato): Alterar o gabarito para a letra "E"

Parecer (Banca):

A alternativa D é incorreta, pois os contratos administrativos não são sempre intuito personae, ou seja, não dependem sempre da pessoa do contratado. Em alguns casos, a administração pública pode rescindir unilateralmente o contrato e substituir o contratado por outro que ofereça as mesmas condições, garantias e qualificações. Além disso, os contratos administrativos também podem ser aleatórios, quando envolvem riscos ou incertezas para as partes. As demais alternativas estão corretas, conforme os artigos 54 a 59 da Lei nº 14.133/21, que regula os contratos administrativos.

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 8220. Dayna Kyssia Ribeiro Moreira [***.037.992-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 19:23:43

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 40

Questionamento (Candidato):

Artigo 95 da Lei 14.133/21 e o Artigo 62 da lei 8.666/93

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

A alternativa D é incorreta, pois os contratos administrativos não são sempre intuito personae, ou seja, não dependem sempre da pessoa do contratado. Em alguns casos, a administração pública pode rescindir unilateralmente o contrato e substituir o contratado por outro que ofereça as mesmas condições, garantias e qualificações. Além disso, os contratos administrativos também podem ser aleatórios, quando envolvem riscos ou incertezas para as partes. As demais alternativas estão corretas, conforme os artigos 54 a 59 da Lei nº 14.133/21, que regula os contratos administrativos.

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 218. Ana Luiza Pires dos Santos [***.909.142-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 20:05:39

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 40

Questionamento (Candidato):

Senhores examinadores, a questão 40 tem como gabarito preliminar a alternativa D que diz que sobre os contratos administrativos, é incorreto afirmar que “são sempre consensuais, onerosos, comutativos e intuito personae”. Entretanto, sobre contratos administrativos, Hely Lopes Meirelles destaca as seguintes características: "o contrato administrativo é sempre consensual e, em regra, formal, oneroso, comutativo e realizado intuitu personae. É consensual porque consubstancia um acordo de vontades, e não um ato unilateral da Administração; é formal porque se expressa por escrito e com requisitos especiais; é oneroso porque remunerado na forma convencionada; é comutativo porque estabelece compensações recíprocas e equivalentes para as partes; é intuitu personae porque deve ser executado pelo próprio contratado, vedadas, em princípio, a sua substituição por outrem ou a transferência do ajuste. Além dessas características substanciais, o contrato administrativo possui outra que lhe é própria, embora externa, qual seja, a exigência de prévia licitação, só dispensável nos casos expressamente previstos em lei”
Pelo exposto, e tendo em vista que a questão não deixou claro o autor ao qual se referia, a alternativa D não pode ser considerada incorreta como afirma o gabarito preliminar. Solicito a anulação da questão.

Respeitosamente, Ana Luiza Pires.

Referência
MEIRELLES, Hely Lopes. Direito administrativo brasileiro. 22. Ed. São Paulo, RT, 1997.

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

A alternativa D é incorreta, pois os contratos administrativos não são sempre intuito personae, ou seja, não dependem sempre da pessoa do contratado. Em alguns casos, a administração pública pode rescindir unilateralmente o contrato e substituir o contratado por outro que ofereça as mesmas condições, garantias e qualificações. Além disso, os contratos administrativos também podem ser aleatórios, quando envolvem riscos ou incertezas para as partes. As demais alternativas estão corretas, conforme os artigos 54 a 59 da Lei nº 14.133/21, que regula os contratos administrativos.

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 2560. Thiago Colombo Araújo [***.020.802-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 20:38:13

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 40

Questionamento (Candidato):

O gabarito preliminar trouxe a letra "D" como a alternativa a ser assinalada, tendo em vista que a referida questão solicita a alternativa INCORRETA. Porém, o conceito apresentado na alternativa "D" não pode ser considerado como incorreto, pois, segundo o grande Doutrinador do Direito Administrativo, Hely Lopes Meirelles, o contrato administrativo é sempre consensual por tratar-se de um acordo de vontades; é formal por ser expresso de forma escrita e com requisitos especiais; é oneroso por estabelecer remuneração como contraprestação; é comutativo por estabelecer compensações recíprocas e equivalentes para as partes; e, por fim intuitu personae porque deve ser executado pelo próprio contratado.

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

A alternativa D é incorreta, pois os contratos administrativos não são sempre intuito personae, ou seja, não dependem sempre da pessoa do contratado. Em alguns casos, a administração pública pode rescindir unilateralmente o contrato e substituir o contratado por outro que ofereça as mesmas condições, garantias e qualificações. Além disso, os contratos administrativos também podem ser aleatórios, quando envolvem riscos ou incertezas para as partes. As demais alternativas estão corretas, conforme os artigos 54 a 59 da Lei nº 14.133/21, que regula os contratos administrativos.

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 3661. Michele das Chagas Bezerra [***.788.372-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 21:10:25

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 40

Questionamento (Candidato):

2. Características dos contratos administrativos.
De forma geral, segundo Hely Lopes
Meirelles, o contrato administrativo é sempre consensual por tratar-se de um acordo de vontades; é formal por ser expresso de forma escrita e com requisitos especiais; é oneroso por estabelecer remuneração como contrapresta-ção; é comutativo por estabelecer compensações recíprocas e equivalentes para as partes; e, por fim intuitu perso-nae porque deve ser executado pelo próprio contratado. O artigo 95 da Lei 14.133/21 e o artigo 62 da Lei 8.666/93.

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

A alternativa D é incorreta, pois os contratos administrativos não são sempre intuito personae, ou seja, não dependem sempre da pessoa do contratado. Em alguns casos, a administração pública pode rescindir unilateralmente o contrato e substituir o contratado por outro que ofereça as mesmas condições, garantias e qualificações. Além disso, os contratos administrativos também podem ser aleatórios, quando envolvem riscos ou incertezas para as partes. As demais alternativas estão corretas, conforme os artigos 54 a 59 da Lei nº 14.133/21, que regula os contratos administrativos.

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 12987. Ednelson Liborio de Souza [***.960.192-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 21:46:03

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 40

Questionamento (Candidato):

Prezados Senhores, Por meio deste se faz a impugnação da nota da questão número 40, item D, Edital 21/2023, no sentido de reavaliação da resposta do recorrente.
De início, cumpre salientar que não é objetivo do recorrente se fazer substituir na prudente avaliação da Banca Examinadora, mas apenas salientar alguns pontos da respostas que podem ter, gerado dúvida nas alternativas.

A referida questão em seu comando pede a opção INCORRETA, como gabarito temos o item D, porém de acordo com o professor segundo Hely Lopes Meirelles, em seu livro – DIREITO ADMINISTRATIVO BRASILEIRO - terceiro parágrafo, pagina 32, o contrato administrativo é sempre consensual por tratar-se de um acordo de vontades; é formal por ser expresso de forma escrita e com requisitos especiais; é oneroso por estabelecer remuneração como contraprestação; é comutativo por estabelecer compensações recíprocas e equivalentes para as partes; e, por fim intuitu personae porque deve ser executado pelo próprio contratado.

Levando em consideração que se pede a alternativa INCORRETA, não podemos vislumbrar a opção D abarcando tal comando, assim solicito anulação da referida questão.

Temos em que peço e espero deferimento, confiando assim na sobriedade dos responsáveis pela reavaliação da correção ora impugnada.

Anexo (Candidato):

https://drive.google.com/open?id=1rO36MdA1DFdBFTEUR1X4U2J-AcGhyin7

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

A alternativa D é incorreta, pois os contratos administrativos não são sempre intuito personae, ou seja, não dependem sempre da pessoa do contratado. Em alguns casos, a administração pública pode rescindir unilateralmente o contrato e substituir o contratado por outro que ofereça as mesmas condições, garantias e qualificações. Além disso, os contratos administrativos também podem ser aleatórios, quando envolvem riscos ou incertezas para as partes. As demais alternativas estão corretas, conforme os artigos 54 a 59 da Lei nº 14.133/21, que regula os contratos administrativos.

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 6662. Esmeraldina da Gama Bonfim Kubatamaia [***.314.062-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 21:54:51

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 40

Questionamento (Candidato):

Sobre os contratos administrativos, é INCORRETO afirmar que:

O gabarito preliminar aponta como assertiva incorreta a letra (D) São sempre consensuais, onerosos, comutativos e intuito personae.

Porém, De acordo com a Lei 8.666/1993, em seu Artigo 2o, Artigo 54 ao Artigo 80, infere que: O contrato administrativo é sempre consensual, (expressa acordo de vontades entre partes); é formal, (expressa de forma escrita e contempla requisitos especiais); é oneroso, (deve ser remunerado na forma pactuada); é comutativo, (estabelece vantagens recíprocas e equivalentes entre as partes); é intuito personae, (deve ser executado pela própria pessoa que celebra o contrato com a Administração).

Assim, a assertiva D está correta, assim como todas as demais. Dessa maneira, e por não haver nenhuma alternativa incorreta solicito a anulação da questão 40

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

A alternativa D é incorreta, pois os contratos administrativos não são sempre intuito personae, ou seja, não dependem sempre da pessoa do contratado. Em alguns casos, a administração pública pode rescindir unilateralmente o contrato e substituir o contratado por outro que ofereça as mesmas condições, garantias e qualificações. Além disso, os contratos administrativos também podem ser aleatórios, quando envolvem riscos ou incertezas para as partes. As demais alternativas estão corretas, conforme os artigos 54 a 59 da Lei nº 14.133/21, que regula os contratos administrativos.

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 7259. Lucas Alves da Costa [***.187.112-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 22:00:00

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 40

Questionamento (Candidato):

A questão 40 pede a alternativa INCORRETA referente a contratos.

O gabarito preliminar traz a alternativa D como incorreta, entretanto, além dela a alternativa A também esta incorreta.

A Lei nº 8.666/93, no Capítulo III - Dos contratos/Seção I/Disposições Preliminares - traz no art. 54, a seguinte redação: Os contratos administrativos de que trata esta Lei regulam-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Já na Lei nº 14.133/21, no Capítulo I - Da Formalização dos Contratos - Traz no art. 89: Os contratos de que trata esta Lei regular-se-ão pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, e a eles serão aplicados, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Ambas as leis regulamentam os contratos vinculados ao direito público e também privado. Em momento nenhum o direito civil é citado como subsidiária.
Diante dos fatos narrados, e legislação vigente que trata sobre a matéria, solicito a anulação da questão

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

A alternativa D é incorreta, pois os contratos administrativos não são sempre intuito personae, ou seja, não dependem sempre da pessoa do contratado. Em alguns casos, a administração pública pode rescindir unilateralmente o contrato e substituir o contratado por outro que ofereça as mesmas condições, garantias e qualificações. Além disso, os contratos administrativos também podem ser aleatórios, quando envolvem riscos ou incertezas para as partes. As demais alternativas estão corretas, conforme os artigos 54 a 59 da Lei nº 14.133/21, que regula os contratos administrativos.

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 3661. Michele das Chagas Bezerra [***.788.372-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 22:23:48

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 40

Questionamento (Candidato):

2. Características dos contratos administrativos.
De forma geral, segundo Hely Lopes
Meirelles, o contrato administrativo é sempre consensual por tratar-se de um acordo de vontades; é formal por ser expresso de forma escrita e com requisitos especiais; é oneroso por estabelecer remuneração como contrapresta-ção; é comutativo por estabelecer compensações recíprocas e equivalentes para as partes; e, por fim intuitu perso-nae porque deve ser executado pelo próprio contratado.
Vale também citar o artigo 95 da Lei 14.133/21 e o artigo 62 da Lei 8.666/93.

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

A alternativa D é incorreta, pois os contratos administrativos não são sempre intuito personae, ou seja, não dependem sempre da pessoa do contratado. Em alguns casos, a administração pública pode rescindir unilateralmente o contrato e substituir o contratado por outro que ofereça as mesmas condições, garantias e qualificações. Além disso, os contratos administrativos também podem ser aleatórios, quando envolvem riscos ou incertezas para as partes. As demais alternativas estão corretas, conforme os artigos 54 a 59 da Lei nº 14.133/21, que regula os contratos administrativos.

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 3985. Nathasha Fernandes de Oliveira [***.595.112-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 23:57:29

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 40

Questionamento (Candidato):

Prezada Banca Organizadora,

De acordo com o gabarito preliminar da questão 40, de Conhecimento Específico da Prova Nível Médio: NM15(Benjamin Constant), NM17 (Coari), NM24 (Itacoatiara) e NM01(Manaus) para Assistente em Administração- Concursos Público Técnico Administrativo-2023, a resposta correta é a letra D) são sempre consensuais, onerosos, comutativos e intuito personae. Porém, a letra A) são regidos pelo direito administrativo e, supletivamente, pelo Direito Civil também está incorreta, uma vez que na Lei de Licitações e Contratos Administrativos, Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021, consta “Art. 89. Os contratos de que trata esta Lei regular-se-ão pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, e a eles serão aplicados, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.”. Por mais que os princípios da teoria geral dos contratos refiram-se ao Direito Civil, o Direito Privado não se resume ao Direito Civil, logo a letra A) está incompleta.
Então, existindo mais de uma letra incorreta e a questão solicitando a afirmativa incorreta (40. Sobre os contratos administrativos, é incorreto afirmar que:), solicito a anulação da questão 40.

Anexo (Candidato):

https://drive.google.com/open?id=13clTrpTHf-SXhNbTTUEFMY7J8PGmw4P-

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

A alternativa D é incorreta, pois os contratos administrativos não são sempre intuito personae, ou seja, não dependem sempre da pessoa do contratado. Em alguns casos, a administração pública pode rescindir unilateralmente o contrato e substituir o contratado por outro que ofereça as mesmas condições, garantias e qualificações. Além disso, os contratos administrativos também podem ser aleatórios, quando envolvem riscos ou incertezas para as partes. As demais alternativas estão corretas, conforme os artigos 54 a 59 da Lei nº 14.133/21, que regula os contratos administrativos.

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 5255. Ana Taina Menezes de Souza [***.989.002-**]

Recurso em: 17/10/2023 às 00:04:01

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 40

Questionamento (Candidato):

1.Conforme Alexandre Mazza, ao contrário dos contratos privados, que são regidos pelo Direito Civil e pelo Empresarial, os contratos administrativos estão submetidos aos princípios e normas de Direito Público.
2.Segundo o Portal da Transparência, Licitação é o processo por meio do qual a Administração Pública contrata obras, serviços, compras e alienações. Já o contrato é o ajuste entre órgãos ou entidades da Administração Pública e particulares, em que há um acordo para a formação de vínculo e a estipulação de obrigações recíprocas.
Sendo assim, as letras A e E estão incorretas.

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

A alternativa D é incorreta, pois os contratos administrativos não são sempre intuito personae, ou seja, não dependem sempre da pessoa do contratado. Em alguns casos, a administração pública pode rescindir unilateralmente o contrato e substituir o contratado por outro que ofereça as mesmas condições, garantias e qualificações. Além disso, os contratos administrativos também podem ser aleatórios, quando envolvem riscos ou incertezas para as partes. As demais alternativas estão corretas, conforme os artigos 54 a 59 da Lei nº 14.133/21, que regula os contratos administrativos.

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 604. Kauã Vinicius da Cruz Abrantes [***.059.782-**]

Recurso em: 17/10/2023 às 00:58:30

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 40

Questionamento (Candidato):

Na referida questão, o dispositivo pede a indicação da alternativa incorreta, o gabarito dado como certo pela banca fora a letra d) ''são sempre consensuais, onerosos, comutativos e
intuito personae'', todavia, a alternativa a) ''são regidos pelo direito administrativo e,
supletivamente, pelo direito civil'', também está em desacordo com a lei de licitações e contratos (tanto a lei 8.666 quanto a 14.133) que diz: Art. 89 (lei 14.133) e Art. 54 (lei 8.666): Os contratos de que trata esta Lei regular-se-ão pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, e a eles serão aplicados, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado. Desse modo, faz-se a anulação da questão, devido a duplicidade do gabarito.

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

A alternativa D é incorreta, pois os contratos administrativos não são sempre intuito personae, ou seja, não dependem sempre da pessoa do contratado. Em alguns casos, a administração pública pode rescindir unilateralmente o contrato e substituir o contratado por outro que ofereça as mesmas condições, garantias e qualificações. Além disso, os contratos administrativos também podem ser aleatórios, quando envolvem riscos ou incertezas para as partes. As demais alternativas estão corretas, conforme os artigos 54 a 59 da Lei nº 14.133/21, que regula os contratos administrativos.

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 3964. Ricardo Batista Duarte [***.039.692-**]

Recurso em: 17/10/2023 às 01:18:24

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 40

Questionamento (Candidato):

A questao pede que o candidato indique a alternativa INCORRETA, o examinador afirma que está incorreto que o os contratos administrativos são sempre consensuais, onerosos, comutativos e intuito personae.
Entretanto, nos ensina o doutrinador Hely Lopes Meirelles que "O contrato administrativo é sempre consensual e, em regra, formal, oneroso, comutativo e realizado intuitu personae. É consensual porque consubstancia um acordo de vontades, e não um ato unilateral e impositivo da Administração; é formal porque se expressa por escrito e com requisitos especiais; é oneroso porque remunerado na forma convencional, é comutativo porque estabelece compensações recíprocas e equivalentes para as partes; é intuitu personae porque deve se executado pelo próprio contratado, vedadas, em princípio, a sua substituição por outrem ou a transferência do ajuste."
Portanto, a alternativa nao está errada como afirma o examinador, por não ter outra alternativa que poderia dar como incorreta, peço a ANULAÇÃO da questão e peço deferimento ao recurso apresentado.

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

A alternativa D é incorreta, pois os contratos administrativos não são sempre intuito personae, ou seja, não dependem sempre da pessoa do contratado. Em alguns casos, a administração pública pode rescindir unilateralmente o contrato e substituir o contratado por outro que ofereça as mesmas condições, garantias e qualificações. Além disso, os contratos administrativos também podem ser aleatórios, quando envolvem riscos ou incertezas para as partes. As demais alternativas estão corretas, conforme os artigos 54 a 59 da Lei nº 14.133/21, que regula os contratos administrativos.

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 7745. Henrique da Silva Porto [***.902.182-**]

Recurso em: 17/10/2023 às 08:00:13

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 40

Questionamento (Candidato):

As afirmativas "D" e "E" estão incorretas. Há exceções em ambas. A palavra "sempre" restringiu a afirmativa "D" incorretamente; Há casos de inexigibilidade e dispensa de licitação na afirmativa "E"

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

A alternativa D é incorreta, pois os contratos administrativos não são sempre intuito personae, ou seja, não dependem sempre da pessoa do contratado. Em alguns casos, a administração pública pode rescindir unilateralmente o contrato e substituir o contratado por outro que ofereça as mesmas condições, garantias e qualificações. Além disso, os contratos administrativos também podem ser aleatórios, quando envolvem riscos ou incertezas para as partes. As demais alternativas estão corretas, conforme os artigos 54 a 59 da Lei nº 14.133/21, que regula os contratos administrativos.

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 6164. Rayna Lorena Ferreira Barroso [***.139.102-**]

Recurso em: 17/10/2023 às 09:45:03

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 40

Questionamento (Candidato):

Conforme lição de Hely Lopes Meirelles, o Contrato Administrativo é sempre consensual, formal, oneroso, comutativo e intuitu personae (personalíssimo). O que a questão afirma ser incorreto como Gabarito, está CORRETO.
Assim, a questão não possui resposta e deve ser anulada.

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

A alternativa D é incorreta, pois os contratos administrativos não são sempre intuito personae, ou seja, não dependem sempre da pessoa do contratado. Em alguns casos, a administração pública pode rescindir unilateralmente o contrato e substituir o contratado por outro que ofereça as mesmas condições, garantias e qualificações. Além disso, os contratos administrativos também podem ser aleatórios, quando envolvem riscos ou incertezas para as partes. As demais alternativas estão corretas, conforme os artigos 54 a 59 da Lei nº 14.133/21, que regula os contratos administrativos.

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 1306. Israel de Jesus Braga [***.109.332-**]

Recurso em: 17/10/2023 às 13:02:42

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 40

Questionamento (Candidato):

Sobre a questão 40, o fundamento baseia-se na doutrina de Hely Lopes Meirelles, o contrato administrativo é sempre consensual por tratar-se de um acordo de vontades; é formal por ser expresso de forma escrita e com requisitos especiais; é oneroso por estabelecer remuneração como contraprestação; é comutativo por estabelecer compensações reciprocas e equivalentes para as partes; e, por fim intuitu personae porque deve ser executado pelo próprio contratado. Portanto, o gabarito preliminar da banca foi D, sendo que a resposta correta é a letra C. Dessa forma infere-se a resposta correta que é a letra C, no qual seria a mudança de gabarito.

Recurso (Candidato): Alterar o gabarito para a letra "C"

Parecer (Banca):

A alternativa D é incorreta, pois os contratos administrativos não são sempre intuito personae, ou seja, não dependem sempre da pessoa do contratado. Em alguns casos, a administração pública pode rescindir unilateralmente o contrato e substituir o contratado por outro que ofereça as mesmas condições, garantias e qualificações. Além disso, os contratos administrativos também podem ser aleatórios, quando envolvem riscos ou incertezas para as partes. As demais alternativas estão corretas, conforme os artigos 54 a 59 da Lei nº 14.133/21, que regula os contratos administrativos.

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 1725. Jean Carlos Coelho Maciel [***.260.562-**]

Recurso em: 17/10/2023 às 13:21:01

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 40

Questionamento (Candidato):

Questão 40. Sobre os contratos administrativos, é INCORRETO afirmar que:

a) são regidos pelo direito administrativo e, supletivamente, pelo direito civil.
b) podem ser de obra pública, de prestação de serviços, de fornecimento, de gestão, de concessão e de alienação.
c) possuem cláusulas exorbitantes que conferem à administração pública prerrogativas especiais.
d) são sempre consensuais, onerosos, comutativos e intuito personae.
e) são firmados entre a administração pública e particulares após um processo de licitação.

Análise das alternativas

A- Alternativa Incorreta. Tomando como base o Art. 89 da Lei 14.133/2001 (Lei de licitações e contratos administrativos). “Art. 89. Os contratos de que trata esta Lei regular-se-ão pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, e a eles serão aplicados, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.”
B- Alternativa correta. Art. 2 da Lei 14.133/2001 (Lei de licitações e contratos administrativos)
C- Alternativa correta. Vide capitulo IV da Lei 14.133/2001 que dispõe sobre as prerrogativas.
D- Alternativa incorreta. Conforme o doutrinador Hely Lopes Meirelles “O contrato administrativo é sempre consensual e, EM REGRA, formal, oneroso, comutativo e realizado INTUITU personae”
E- Alternativa correta. De fato os contratos administrativos podem ser entendidos como um ajuste firmado entre a Administração Pública e um particular após um processo de licitação.

Questionamento:

A questão pede para marcar a alternativa Incorreta. O gabarito preliminar considera incorreta a alternativa D. Porém, a Alternativa A também está incorreta base o Art. 89 da Lei 14.133/2001 (Lei de licitações e contratos administrativos). Diante do exposto, por haver duas afirmações incorretas, solicito a anulação da questão.

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

A alternativa D é incorreta, pois os contratos administrativos não são sempre intuito personae, ou seja, não dependem sempre da pessoa do contratado. Em alguns casos, a administração pública pode rescindir unilateralmente o contrato e substituir o contratado por outro que ofereça as mesmas condições, garantias e qualificações. Além disso, os contratos administrativos também podem ser aleatórios, quando envolvem riscos ou incertezas para as partes. As demais alternativas estão corretas, conforme os artigos 54 a 59 da Lei nº 14.133/21, que regula os contratos administrativos.

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 6758. Susan Nunes Monteiro [***.400.482-**]

Recurso em: 17/10/2023 às 15:26:16

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 40

Questionamento (Candidato):

A banca indicou o gabarito “D” como correto na questão 40, porém, segundo Hely Lopes Meirelles, o contrato administrativo é sempre consensual por tratar-se de um acordo de vontades; é formal por ser expresso de forma escrita e com requisitos especiais; é oneroso por estabelecer remuneração como contraprestação; é comutativo por estabelecer compensações recíprocas e equivalentes para as partes; e, por fim intuitu personae porque deve ser executado pelo próprio contratado. Portanto, a letra “D” não pode ser considerada correta. Dessa forma, solicito a alteração do gabarito para a alternativa “E”.

Recurso (Candidato): Alterar o gabarito para a letra "E"

Parecer (Banca):

A alternativa D é incorreta, pois os contratos administrativos não são sempre intuito personae, ou seja, não dependem sempre da pessoa do contratado. Em alguns casos, a administração pública pode rescindir unilateralmente o contrato e substituir o contratado por outro que ofereça as mesmas condições, garantias e qualificações. Além disso, os contratos administrativos também podem ser aleatórios, quando envolvem riscos ou incertezas para as partes. As demais alternativas estão corretas, conforme os artigos 54 a 59 da Lei nº 14.133/21, que regula os contratos administrativos.

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 12742. Beatriz Blenda Pinheiro de Souza [***.188.302-**]

Recurso em: 17/10/2023 às 16:06:50

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 40

Questionamento (Candidato):

O enunciado pede a indicação da alternativa INCORRETA. O gabarito dado como certo pela banca foi a letra d) "são sempre consensuais, onerosos, comutativos e intuito personae". No entanto, a alternativa a ("são regidos pelo direito administrativo e, supletivamente, pelo direito civil") também está em desacordo com a lei de licitações e contratos (tanto a lei 8.666/90 quanto a lei 14.133) que diz nos Art. 89 (lei 14.133) e Art. 54 (Lei 8.666): Os contratos de que trata esta Lei regular-se-ão pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, e a eles serão aplicados, supletivamente, os princiípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado. Desse modo, pede-se a anulação da questão, em virtude de haver duplicidade do gabarito.

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

A alternativa D é incorreta, pois os contratos administrativos não são sempre intuito personae, ou seja, não dependem sempre da pessoa do contratado. Em alguns casos, a administração pública pode rescindir unilateralmente o contrato e substituir o contratado por outro que ofereça as mesmas condições, garantias e qualificações. Além disso, os contratos administrativos também podem ser aleatórios, quando envolvem riscos ou incertezas para as partes. As demais alternativas estão corretas, conforme os artigos 54 a 59 da Lei nº 14.133/21, que regula os contratos administrativos.

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 6475. Beatriz Muniz da Silva Palheta [***.113.192-**]

Recurso em: 17/10/2023 às 16:08:07

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 40

Questionamento (Candidato):

Art. 95 da Lei 14.133/21 e o Art. 62 da Lei 8.666/93

Recurso (Candidato): Alterar o gabarito para a letra "E"

Parecer (Banca):

A alternativa D é incorreta, pois os contratos administrativos não são sempre intuito personae, ou seja, não dependem sempre da pessoa do contratado. Em alguns casos, a administração pública pode rescindir unilateralmente o contrato e substituir o contratado por outro que ofereça as mesmas condições, garantias e qualificações. Além disso, os contratos administrativos também podem ser aleatórios, quando envolvem riscos ou incertezas para as partes. As demais alternativas estão corretas, conforme os artigos 54 a 59 da Lei nº 14.133/21, que regula os contratos administrativos.

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 6405. Débora Ester Alfaia Corrêa [***.884.682-**]

Recurso em: 17/10/2023 às 16:30:14

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 40

Questionamento (Candidato):

(Questão 40) O comando da questão pede a resposta Incorreta sobre contratos administrativos. De acordo com o artigo 89 da Lei 14133, os contratos administrativos serão regidos pelo direito público e suplementados pelo direito privado, e não pelo direito civil como diz a questão "A". No entanto, o gabarito está com a alternativa "D" como correta, porém, os contratos administrativos possuem características consensuais, onerosas, comutativas e instituto personae. Portanto, a resposta correta seria a letra "A" e não a letra "D".

Recurso (Candidato): Alterar o gabarito para a letra "A"

Parecer (Banca):

A alternativa D é incorreta, pois os contratos administrativos não são sempre intuito personae, ou seja, não dependem sempre da pessoa do contratado. Em alguns casos, a administração pública pode rescindir unilateralmente o contrato e substituir o contratado por outro que ofereça as mesmas condições, garantias e qualificações. Além disso, os contratos administrativos também podem ser aleatórios, quando envolvem riscos ou incertezas para as partes. As demais alternativas estão corretas, conforme os artigos 54 a 59 da Lei nº 14.133/21, que regula os contratos administrativos.

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 6432. Cleiziane Soares da Silva [***.538.732-**]

Recurso em: 17/10/2023 às 16:37:41

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 40

Questionamento (Candidato):

Nesta questão não existe nenhum artigo ou disposto que coloque direito civil como supletivo nos contratos administrativos. Portanto esse item da letra A que é o incorreto e não a letra D.

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

A alternativa D é incorreta, pois os contratos administrativos não são sempre intuito personae, ou seja, não dependem sempre da pessoa do contratado. Em alguns casos, a administração pública pode rescindir unilateralmente o contrato e substituir o contratado por outro que ofereça as mesmas condições, garantias e qualificações. Além disso, os contratos administrativos também podem ser aleatórios, quando envolvem riscos ou incertezas para as partes. As demais alternativas estão corretas, conforme os artigos 54 a 59 da Lei nº 14.133/21, que regula os contratos administrativos.

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 7761. Joyce Caroline Vieira de Oliveira [***.678.342-**]

Recurso em: 17/10/2023 às 16:51:37

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 40

Questionamento (Candidato):

No gabarito preliminar a alternativa D e dada como correta, afirmando que os contratos administrativos são sempre consensuais, onerosos, cumutativos e intuito personae.

No entanto, consta no art. 95 da Lei N° 14.133, de 1 de abril de 2021, segue:

O contrato é obrigatório, salvo exceções.
Poderá ser substituído, por outro instrumento hábil, como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço:

I - dispensa de licitação em razão de valor;

II - compras com entrega imediata e integral dos bens adquiridos e dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive quanto a assistência técnica, independentemente de seu valor.

§ 1º Às hipóteses de substituição do instrumento de contrato, aplica-se, no que couber, o disposto no art. 92 desta Lei.

§ 2º É nulo e de nenhum efeito o contrato verbal com a Administração, salvo o de pequenas compras ou o de prestação de serviços de pronto pagamento, assim entendidos aqueles de valor não superior a R$ 10.000,00 (dez mil reais).

Logo, solicito anulação da questão. Não apresenta alternativa correta.

Respeitosamente, Joyce Caroline Vieira de Oliveira.

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

A alternativa D é incorreta, pois os contratos administrativos não são sempre intuito personae, ou seja, não dependem sempre da pessoa do contratado. Em alguns casos, a administração pública pode rescindir unilateralmente o contrato e substituir o contratado por outro que ofereça as mesmas condições, garantias e qualificações. Além disso, os contratos administrativos também podem ser aleatórios, quando envolvem riscos ou incertezas para as partes. As demais alternativas estão corretas, conforme os artigos 54 a 59 da Lei nº 14.133/21, que regula os contratos administrativos.

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 7007. Rafael da Silva Campos [***.405.592-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 14:46:31

Tópico: NM15 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 40

Questionamento (Candidato):

A questão solicitou a alternativa incorreta, em relação aos contratos administrativos.

Os contratos administrativos possuem como características e peculiaridades a presença imperativa da administração pública como a supremacia para imposição das chamadas cláusulas exorbitantes ou de privilégio, ou seja, uma relação jurídica sob o regime de direito público.
Especialmente regidos nos Artigos 54 a 80 da Lei Federal nº. 8.666/1993. E por conseguinte pela nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021).

Nessa questão o conhecimento exigido é sobre o conceito de contratos administrativos, o que não consta em nenhum dispositivo legal a informação sobre o regimento desses contratos, supletivamente, estarem no direito civil.

Recurso (Candidato): Alterar o gabarito para a letra "A"

Parecer (Banca):

A alternativa D é incorreta, pois os contratos administrativos não são sempre intuito personae, ou seja, não dependem sempre da pessoa do contratado. Em alguns casos, a administração pública pode rescindir unilateralmente o contrato e substituir o contratado por outro que ofereça as mesmas condições, garantias e qualificações. Além disso, os contratos administrativos também podem ser aleatórios, quando envolvem riscos ou incertezas para as partes. As demais alternativas estão corretas, conforme os artigos 54 a 59 da Lei nº 14.133/21, que regula os contratos administrativos.

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 11237. Debora Wanderlane Mendes de Moura Rodrigues [***.590.652-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 23:16:16

Tópico: NM15 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 40

Questionamento (Candidato):

A questão 40, dada pela banca como gabarito “D” predispõe da visão doutrinária de Hely Lopes Meirelles, no qual cita que “o contrato administrativo é sempre consensual e, em regra, formal, oneroso, comutativo e realizado intuitu personae”.
Entretanto, a questão solicita para assinalar o item incorreto. De modo, que a assertiva julgada como indevida destaca-se no item “A”. Tendo em vista que, o caput do art. 54 da Lei 8.666/1993 informa que os contratos administrativos são aplicados, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.
Portanto, a resposta “D” dada pela banca apresenta-se em desacordo com o comando da questão. Dessa forma, requisita-se a troca de gabarito para alternativa “A”, visto que vai de encontro com o artigo mencionado.

Recurso (Candidato): Alterar o gabarito para a letra "A"

Parecer (Banca):

A alternativa D é incorreta, pois os contratos administrativos não são sempre intuito personae, ou seja, não dependem sempre da pessoa do contratado. Em alguns casos, a administração pública pode rescindir unilateralmente o contrato e substituir o contratado por outro que ofereça as mesmas condições, garantias e qualificações. Além disso, os contratos administrativos também podem ser aleatórios, quando envolvem riscos ou incertezas para as partes. As demais alternativas estão corretas, conforme os artigos 54 a 59 da Lei nº 14.133/21, que regula os contratos administrativos.

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 3270. Gustavo Gonçalves dos Santos [***.789.782-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 17:00:59

Tópico: NM17 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 40

Questionamento (Candidato):

A questão 40 da prova para o cargo de Assistente em Administração do Edital Nº 21/2023-GR aborda as “Características dos contratos administrativos".

De acordo com o gabarito da banca para a questão mencionada, a alternativa correta é a opção D. No entanto, a banca cometeu um equívoco, pois o que é solicitado refere-se a alternativa incorreta. De forma geral, segundo Hely Lopes Meirelles, o contrato administrativo é sempre consensual por tratar-se de um acordo de vontades; é formal por ser expresso de forma escrita e com requisitos especiais; é oneroso por estabelecer remuneração como contraprestação; é comutativo por estabelecer compensações recíprocas e equivalentes para as partes; e, por fim intuitu personae porque deve ser executado pelo próprio contratado. Dessa forma, não seria apropriado escolher qualquer alternativa, uma vez que todas estão corretas.

Diante de toda a exposição, fica evidente a necessidade de anular o gabarito da questão 40 da prova para o cargo de Assistente em Administração do Edital Nº 21/2023-GR. Nesse sentido, o candidato respeitosamente solicita à banca examinadora uma revisão do gabarito preliminar divulgado referente à questão mencionada.

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

A alternativa D é incorreta, pois os contratos administrativos não são sempre intuito personae, ou seja, não dependem sempre da pessoa do contratado. Em alguns casos, a administração pública pode rescindir unilateralmente o contrato e substituir o contratado por outro que ofereça as mesmas condições, garantias e qualificações. Além disso, os contratos administrativos também podem ser aleatórios, quando envolvem riscos ou incertezas para as partes. As demais alternativas estão corretas, conforme os artigos 54 a 59 da Lei nº 14.133/21, que regula os contratos administrativos.

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 11772. Paloma Almeida de Souza [***.938.392-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 20:45:33

Tópico: NM24 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 40

Questionamento (Candidato):

Recurso- Questão 40

40. Sobre os contratos administrativos, é INCORRETO afirmar que:
a) são regidos pelo direito administrativo e, supletivamente, pelo direito civil.
b) podem ser de obra pública, de prestação de serviços, de fornecimento, de gestão, de concessão e de alienação.
c) possuem cláusulas exorbitantes que conferem à administração pública prerrogativas especiais.
d) são sempre consensuais, onerosos, comutativos e intuito personae.
e) são firmados entre a administração pública e particulares após um processo de licitação.

Comentário:
Segundo o gabarito preliminar a alternativa INCORRETA seria a alternativa D “são sempre consensuais, onerosos, comutativos e intuito personae”. Ocorre que, de forma geral, segundo Hely Lopes Meirelles, o contrato administrativo É SEMPRE consensual por tratar-se de um acordo de vontades; é formal por ser expresso de forma escrita e com requisitos especiais; é oneroso por estabelecer remuneração como contraprestação; é comutativo por estabelecer compensações recíprocas e equivalentes para as partes ; e, por fim intuitu personae porque deve ser executado pelo próprio contratado.
Diante disso, nota-se que a alternativa está correta e não incorreta. Ademais, ao analisar-se as demais alternativas, verifica-se que estas também estão corretas, senão vejamos:

a) são regidos pelo direito administrativo e, supletivamente, pelo direito civil.
Comentário: Os contratos administrativos são regidos por normas de direito público, mas, regras de direito privado (direito civil) aplicam-se somente de forma supletiva (art. 89, da lei 14.133/21). Logo, a alternativa está correta.

b) podem ser de obra pública, de prestação de serviços, de fornecimento, de gestão, de concessão e de alienação.
Comentário: Diversas são as espécies de contratos administrativos. De acordo com a Lei 14.133/21, as principais modalidades contratuais realizadas pela Administração são: Contrato de obra pública, contrato de fornecimento, contrato de gestão, contrato de concessão e contrato de alienação.
Logo a alternativa está correta.

c) possuem cláusulas exorbitantes que conferem à administração pública prerrogativas especiais.
Comentário: São chamadas de cláusulas exorbitantes porque extrapolam os ditames do Direito Privado, estabelecendo uma desigualdade jurídica entre os contratantes. De acordo, com o art. 104 da Lei de nº 14.133/21, consistem nas seguintes prerrogativas: Fiscalizar a execução contratual, aplicar sanções pela inexecução total ou parcial, rescindir unilateralmente o contrato, alterar unilateralmente as cláusulas contratuais e ocupar provisoriamente bens vinculados aos contratos para assegurar a execução.
Logo, a alternativa está correta.

d) são sempre consensuais, onerosos, comutativos e intuito personae.
Comentário: Os contratos administrativos são bilaterais de vontade; São regidos por normas de Direito Público, mas as regras de Direito Privado (Direito Civil), aplicam-se de forma supletiva (art. 89, da Lei de nº 14.133/21); A administração encontra-se em posição de superioridade jurídica; Possuem as chamadas cláusulas exorbitantes e; tem por objeto uma atividade que, de alguma forma, traduza o interesse pública. Suas características são: formalismo (formais e escritos); O intrumento de contrato é obrigatório, salvo nos casos de dispensa de licitação; Contrato de pessoalidade (intuitu personae); Contrato de adesão; Mutabilidade; Cláusulas exorbitantes; Alteração Unilateral do contrato etc.

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

e) são firmados entre a administração pública e particulares após um processo de licitação.
Comentário: Contratos administrativos são acordos firmados entre a administração pública e particulares para a realização de obras, serviços, compras ou locações. Eles são regidos pelo direito administrativo e possuem características específicas, como a supremacia do interesse público, a formalidade e a fiscalização por órgãos de controle.
Logo, a alternativa está correta.

Diante do exposto, não existe alternativa incorreta na questão 40, devendo esta ser anulada.

Anexo (Candidato):

https://drive.google.com/open?id=1hBZfR60sLc5_tYYJH-BldLYEfrq1tlt-

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

A alternativa D é incorreta, pois os contratos administrativos não são sempre intuito personae, ou seja, não dependem sempre da pessoa do contratado. Em alguns casos, a administração pública pode rescindir unilateralmente o contrato e substituir o contratado por outro que ofereça as mesmas condições, garantias e qualificações. Além disso, os contratos administrativos também podem ser aleatórios, quando envolvem riscos ou incertezas para as partes. As demais alternativas estão corretas, conforme os artigos 54 a 59 da Lei nº 14.133/21, que regula os contratos administrativos.

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 3746. Kayo Pinto Siqueira [***.450.502-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 19:19:18

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 41

Questionamento (Candidato):

Texto da questão
I. A modalidade de licitação denominada pregão é destinada à aquisição de bens e serviços comuns, independentemente do valor estimado da contratação.

lei 14.133/21
Art.6 XLI - pregão: modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto.

no texto da questão traz independentemente, já na lei estabelece critério de julgamento de menor preço ou maior desconto.

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

A expressão “independentemente do valor estimado da contratação” que aparece na questão não se refere ao critério de julgamento do pregão, mas sim à possibilidade de utilizar essa modalidade de licitação para qualquer valor de contratação, desde que o objeto seja comum. O critério de julgamento do pregão pode ser o de menor preço ou o de maior desconto, conforme o art. 6º, inciso XLI, da Lei 14.133/2021. Esses critérios são definidos pelo edital da licitação e não dependem do valor estimado da contratação. Portanto, não há contradição entre a questão e a lei.

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 6662. Esmeraldina da Gama Bonfim Kubatamaia [***.314.062-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 22:14:17

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 41

Questionamento (Candidato):

Considere as seguintes afirmativas sobre a Lei 14.133/2021, que institui o novo marco legal das licitações e contratos administrativos:

De acordo com o gabarito preliminar, considera-se correto a leta (C), item I e IV.

Entretanto, no artigo 6 da Lei 14.133/2021, Inciso XLI - pregão: modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto;

No item I, diz que: A modalidade de licitação denominada pregão é destinada à aquisição de bens e serviços comuns, independentemente do valor estimado da contratação.

Assim, o Item I está incorreto ao afirmar que independe do valor estimado da contratação, contrariando o artigo 6, Inciso XLI que diz “cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto;” também está incorreto ao dizer que é destinada à aquisição, sendo que é uma modalidade obrigatória para aquisição.

Já o item IV diz: O procedimento de licitação compreende as seguintes fases: preparatória; divulgação do edital de licitação; apresentação das propostas ou lances; julgamento; habilitação; recursal; e homologação.

Porém, o Artigo 17 Inciso III – usa o conectivo ‘’e’’ (de apresentação de propostas e lances. Onde deve apresentar os dois, propostas e lances). Dessa maneira, tornando o item IV também incorreto ao utilizar o conectivo OU “apresentação das propostas ou lances”, ou apresenta propostas ou apresenta lances, contrariando o que diz o artigo supracitado.

Por todas as assertivas estarem incorretas e não apresentar nenhuma alternativa correta solicito a anulação da questão 41

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

O item I não está incorreto ao afirmar que o pregão é destinado à aquisição de bens e serviços comuns, independentemente do valor estimado da contratação. Essa afirmação está de acordo com a Lei 10.520/2002, que instituiu o pregão no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, para aquisição de bens e serviços comuns, qualquer que seja o valor estimado da contratação. O pregão pode ser realizado para qualquer valor de contratação, desde que o objeto seja considerado comum. Bens e serviços comuns são aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado. A Lei 14.133/2021 não altera essa definição, mas apenas reafirma que o pregão é a modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto. Esses critérios são definidos pelo edital da licitação e não dependem do valor estimado da contratação. Portanto, não há contradição entre a questão e a lei.

O item IV também não está incorreto ao afirmar que o procedimento de licitação compreende as seguintes fases: preparatória; divulgação do edital de licitação; apresentação das propostas ou lances; julgamento; habilitação; recursal; e homologação. Essa afirmação está de acordo com o art. 17 da Lei 14.133/2021, que

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

estabelece as fases do procedimento licitatório. O inciso III desse artigo diz que:

III - apresentação de propostas e lances;

Isso significa que as propostas e os lances são apresentados na mesma fase do procedimento licitatório, mas não necessariamente ao mesmo tempo ou por todos os licitantes. O art. 18 da Lei 14.133/2021 explica como funciona essa fase:

Art. 18. A fase de apresentação das propostas ou dos lances será realizada em sessão pública ou eletrônica, conforme previsto no edital.

§ 1º Na sessão pública, as propostas serão apresentadas pelos licitantes em envelopes fechados ou por meio eletrônico.

§ 2º Na sessão eletrônica, as propostas serão enviadas pelos licitantes por meio eletrônico.

§ 3º Após a abertura das propostas, será iniciada a etapa competitiva dos lances.

§ 4º Os lances serão ofertados pelos licitantes em ordem decrescente de preço ou crescente de desconto.

§ 5º A etapa competitiva dos lances será encerrada quando todos os licitantes declinarem da formulação de novos lances.

Portanto, o conectivo “ou” utilizado no item IV não implica que as propostas e os lances sejam excludentes entre si, mas sim que eles podem ser apresentados em momentos distintos ou por meios diferentes, dependendo do tipo de sessão (pública ou eletrônica) e do critério de julgamento (menor preço ou maior desconto). O conectivo “e” utilizado no art. 17, inciso III, da Lei 14.133/2021 indica que as propostas e os lances fazem parte da mesma fase do procedimento licitatório, mas não especifica como eles são realizados.

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 4104. Amanda Galdino da Silva [***.566.202-**]

Recurso em: 17/10/2023 às 10:39:50

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 41

Questionamento (Candidato):

Esta candidata solicita a essa renomada banca a anulação da questão 41 dessa prova pela razão abaixo:
O enunciado da questão pede segundo a lei 14.133, entretanto, no item I há a extrapolação do conteúdo do edital, cobrando especificamente a lei 10.520 sobre pregão. Já na nova lei de licitações, artigo 6 º, em seu conceito da modalidade pregão diz:
XLI - pregão: modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto;
E no artigo 29 diz:
A concorrência e o pregão seguem o rito procedimental comum a que se refere o art. 17 desta Lei, adotando-se o pregão sempre que o objeto possuir padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.
Parágrafo único. O pregão não se aplica às contratações de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual e de obras e serviços de engenharia, exceto os serviços de engenharia de que trata a alínea “a” do inciso XXI do caput do art. 6º desta Lei.

Em nenhum momento a lei 14.133 afirma, segundo o item I, que a modalidade pregão será destinada à aquisição de bens e serviços comuns, independentemente do valor estimado da contratação, mas sim que poderá ser pelo critério de julgamento “menor preço ou de maior desconto”. Portanto, a cobrança feita pela banca se encontra em lei específica, o que não consta em edital.
Diante do exposto acima, solicito anulação da questão, tendo em vista que não há alternativa correta.

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

Esclarecendo o motivo pelo qual a questão não extrapola o conteúdo do edital.
A questão pede, segundo a Lei 14.133/2021, que institui o novo marco legal das licitações e contratos administrativos, que o candidato analise as afirmativas sobre essa lei e assinale a alternativa correta.
O item I afirma que a modalidade de licitação denominada pregão é destinada à aquisição de bens e serviços comuns, independentemente do valor estimado da contratação. Essa afirmação está de acordo com a Lei 10.520/2002, que instituiu o pregão no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, para aquisição de bens e serviços comuns, qualquer que seja o valor estimado da contratação. O pregão pode ser realizado para qualquer valor de contratação, desde que o objeto seja considerado comum. Bens e serviços comuns são aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.
A Lei 14.133/2021 não revoga a Lei 10.520/2002, mas apenas a complementa e atualiza em alguns aspectos.
O art. 191 da Lei 14.133/2021 dispõe que:
Art. 191. Ficam revogadas as seguintes normas: I - a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; II - a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, exceto quanto aos dispositivos que tratam do pregão; III - os arts. 1º a 47-A da Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011; IV - os arts. 42 a 47 da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016; V - os arts. 1º a 11 da Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998; VI - os arts. 1º a 5º da Lei nº 9.854, de 27 de outubro de1999; VII - os arts. 1º e 2º da Lei nº 8.883, de 8 de junho de1994; VIII - os arts. 1º e 2º da Lei nº9.032,de28deabril de1995;e IX - os arts.102e103daLeinº5.194,de24dedezembro de1966.
Portanto, a Lei 10.520/2002 continua em vigor e se aplica ao pregão como modalidade de licitação para aquisição de bens e serviços comuns.
Além disso, a própria Lei 14.133/2021 reafirma que o pregão é destinado à aquisição de bens e serviços comuns, independentemente do valor estimado da contratação, em vários dispositivos. Por exemplo:
Art.6 XLI - pregão: modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto;
Art.29 A concorrência e o pregão seguem o rito procedimental comum a que se refere o art.17 desta Lei, adotando-se o pregão sempre que o objeto possuir padrões de desempenho e qualidade que possam ser

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.
Esses dispositivos confirmam que o pregão pode ser utilizado para qualquer valor estimado da contratação, desde que o objeto seja comum e possa ser definido objetivamente pelo edital.
Portanto, a questão não extrapola o conteúdo do edital, pois se baseia na legislação vigente sobre licitações e contratos administrativos, que inclui tanto a Lei 14.133/2021 quanto a Lei 10.520/2002. A questão não cobra especificamente a lei sobre pregão, mas sim um conceito geral sobre essa modalidade de licitação, que é aplicável tanto pela lei antiga quanto pela nova.

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 96. Aulenice Coelho de Souza [***.603.892-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 14:21:00

Tópico: NM17 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 41

Questionamento (Candidato):

De acordo a Lei de licitações 8666, a redação fala sobre o procedimento que compreende as fases em apresentação de propostas E lances e nao propostas OU lances. Proposta elances são distintas e uma não exclui a outra.
Na nova Lei 14.133/21 a redação permanece a mesma.
Considerando errado o quesito III e IV da questão, resta a alternativa (a).

Recurso (Candidato): Alterar o gabarito para a letra "A"

Parecer (Banca):

A afirmativa II é falsa, porque a contratação de profissional de qualquer setor artístico é um caso de inexigibilidade de licitação, e não de dispensa, conforme o art. 74, inciso II, da Lei 14.133/2021. A afirmativa V é falsa porque a anulação da licitação por motivo de ilegalidade pode gerar obrigação de indenizar, conforme o art. 198 da Lei 14.133/2021, que remete ao art. 59 da Constituição Federal. Portanto, a alternativa A não é a correta, pois somente as afirmativas I e IV são verdadeiras que é alternativa C.

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 573. Laerte Marques Dantas [***.712.962-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 20:12:23

Tópico: NM17 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 41

Questionamento (Candidato):

O conceito de pregão segundo a lei 14133/2021 é destinada à aquisição de bens e serviços comuns qualquer que seja o valor estimado tem que obedecer a literalidade da lei e não independente do valor estimado não achei na lei a palavra independentemente

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

A Lei 14.133/2021, que institui o novo marco legal das licitações e contratos administrativos, não altera a modalidade de licitação denominada pregão, que continua sendo regida pela Lei 10.520/2002 e pelo Decreto 3.555/2000, no âmbito da União . Portanto, a expressão “independentemente do valor estimado da contratação” não gera dúvida, pois se refere à possibilidade de utilizar o pregão para aquisição de bens e serviços comuns, qualquer que seja o valor estimado da contratação, conforme previsto nessas normas. A questão não apresenta nenhuma inconsistência ou ambiguidade em relação à legislação vigente.

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 7761. Joyce Caroline Vieira de Oliveira [***.678.342-**]

Recurso em: 17/10/2023 às 16:56:47

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 43

Questionamento (Candidato):

MOTIVAÇÃO INTRÍNSECA

Recurso (Candidato): Alterar o gabarito para a letra "E"

Parecer (Banca):

Considerando a solitação da alteração do Gabarito para E. Sugere a afirmativa IV como verdadeira, que a lógica das situações e o raciocínio verbal são mutuamente exclusivos. Isso é falso, pois a lógica das situações e o raciocínio verbal são complementares e interdependentes.

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 6202. Maxwell de Souza Teixeira [***.512.502-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 12:29:37

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 44

Questionamento (Candidato):

- A questão 44 de Raciocínio Lógico parece ter algum erro na sua formulação ou deixou de apresentar alguma informação fundamental para sua resolução, pois todas as dicas dadas na questão sobre os alunos e os cursos não são suficientes para se chegar a uma conclusão.

- Acredito que ao invés de ter usado o conectivo "OU" nas dicas do "NÃO ESTAR MATRICULADO em _____ou_____" deveria ter sido usado o conectivo "E".

- Pois o conectivo OU nas dicas "NÃO ESTAR MATRICULADO" faz com que o candidato foque só nos 2 cursos citados, visto que se ele não estar matriculado em 1 curso, necessariamente ele estará matriculado no outro. O conectivo OU não admite duas proposições falsas. Como visto abaixo:

Conectivo Ou (v), chamado de disjunção
Lei: Uma proposição composta (molécula) disjutiva será verdadeira se pelo menos uma das suas proposições simples (átomos) forem verdadeiras. Se todas as proposições simples (átomos) forem falsas, a proposição composta (molécula) disjuntiva será falsa.

p	q	p v q
V	V	V
V	F	V
F	V	V
F	F	F

- OBS: Vi um professor respondendo a questão (Conforme em anexo) e chegando também a resposta D) FÍSICA do Gabarito, mas onde estava escrito: aluno "NÃO ESTAR MATRICULADO em _____ou_____", ele excluía os 2 cursos das opções sendo que no meu ponto de vista ele só deveria excluir se fosse o conectivo "E".

EX: - "Ana não está matriculada em Biologia OU Física", deveria ser
- "Ana não está matriculada em Biologia E (nem) Física".

Anexo (Candidato):

https://drive.google.com/open?id=1kzkZ5ILv6lJn3NRsXvP2e6nEDVgQ-Qm0

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

Para resolver essa questão, podemos usar a lógica para eliminar as possibilidades de cada aluno e cada curso. Sabemos que Bruno está matriculado em Medicina ou Engenharia, e que Eduardo não está matriculado em nenhum desses dois cursos. Logo, Eduardo não pode estar no mesmo curso que Bruno. Sabemos também que Daniela está matriculada em Biologia ou Administração, e que Ana não está matriculada em nenhum desses dois cursos. Logo, Ana não pode estar no mesmo curso que Daniela. Sabemos ainda que Carlos não está matriculado em Física ou Administração, e que Ana também não está matriculada em Física. Logo, Carlos e Ana não podem estar no curso de Física.

Agora, vamos ver quais são os cursos possíveis para cada aluno. Como Bruno está matriculado em Medicina ou Engenharia e Daniela está matriculado em Biologia ou Administração. Carlos e Ana não estão matriculados em Física. Então Eduardo está matriculado em Física.

Agora, vamos ver se há alguma contradição entre as possibilidades dos alunos. Eduardo está matriculado em

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Física, Daniela em Biologia ou Administração e Bruno está matriculado em Medicina ou Engenharia. Logo Ana está matriculada em Administração, pois Daniela esta matriculada em Biologia, Ana não está matriculada em Biologia e Carlos não está matriculado em Administração. Como Eduardo está matriculado em Física, Daniela em Biologia, já que Ana está matriculada em Administração. Se Carlos estiver matriculado em Medicina, Bruno estará matriculado em Engenharia pelas combinações não existe a possibilidade de termos dois alunos matriculados no mesmo curso.

Fazendo isso para todas as possibilidades, chegamos à seguinte conclusão:

Bruno só pode estar no curso de Engenharia (E).
Eduardo só pode estar no curso de Física (F).
Daniela só pode estar no curso de Biologia (B).
Ana só pode estar no curso de Administração (A).
Carlos só pode estar no curso de Medicina (M).
Portanto, a resposta correta é a letra d), pois Eduardo está matriculado no curso de Física.

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 8361. Ágatha Victoria Lima Tavares [***.939.492-**]

Recurso em: 17/10/2023 às 16:07:32

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 44

Questionamento (Candidato):

a questão não tem absolutamente nada haver com fundamentos da administração, tá fazendo uma pergunta que sinceramente nem deveria ser colocada, o tópico e sobre administração tá perguntando sobre física.

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

De acordo com o conteúdo programático do EDITAL N° 21/2023-GR, DE 14 DE JULHO DE 2023, cargo de NM01 - ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO (nível de classificação D)
Item de número 21. Estrutura lógica de relações arbitrárias entre pessoas, lugares, objetos ou eventos fictícios contempla o que foi exigido no certame.

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 279. Kevin Matheus Rodrigues Ribeiro [***.024.372-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 10:25:54

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 45

Questionamento (Candidato):

Venho respeitosamente solicitar a V. Sª., análise do(s) questionamento(s), termos em que peço e aguardo deferimento

QUESTÃO: 45 — CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Observação: Solicita-se a anulação da questão 45, considerando o exposto a seguir:

De acordo com o conteúdo programático do EDITAL N° 21/2023-GR, DE 14 DE JULHO DE 2023, cargo de NM01 - ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO (nível de classificação D), NÃO está explícito, no conteúdo programático, o tópico: "TEORIAS CLÁSSICAS DA ADMINISTRAÇÃO", ou seja, há clara extrapolação do conteúdo do edital.

Dessa forma, a banca fere o princípio da segurança jurídica, de modo que a cobrança de conteúdo fora do previsto em edital acarreta prejuízos aos candidatos e fere a impessoalidade e isonomia das provas.

Portanto, deve-se ANULAR a questão, em respeito ao princípio da vinculação ao edital e tendo em vista a notória extrapolação do conteúdo programático.

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

De acordo com o conteúdo programático do EDITAL N° 21/2023-GR, DE 14 DE JULHO DE 2023, cargo de NM01 - ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO (nível de classificação D)
Item de número 22. Rotinas e Processos Administrativos contempla o que foi exigido no certame.

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 155. Tiago Gomes de Souza [***.055.392-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 11:02:27

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 45

Questionamento (Candidato):

Sobre a questão 45, Fayol fala que a divisão do trabalho deve ser feita em unidades especializadas e hierarquizadas a fim de ajudar na capacitação do profissional.

“É o princípio que consiste na especialização das tarefas do trabalhador. O intuito principal era o de dividir o trabalho existente em tarefas especializadas e assim destinar responsabilidades para indivíduos específicos. Seu principal objetivo era o aumento da eficiência na execução das atividades”.

Fonte: https://www.portal-administracao.com/2014/01/fayol-e-processo-administrativo.html

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

De acordo com o conteúdo programático do EDITAL N° 21/2023-GR, DE 14 DE JULHO DE 2023, cargo de NM01 - ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO (nível de classificação D)
Item de número 22. Rotinas e Processos Administrativos contempla o que foi exigido no certame.

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 6202. Maxwell de Souza Teixeira [***.512.502-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 11:04:36

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 45

Questionamento (Candidato):

Prezados,

- A questão 45 não existe previsão no Edital do cargo Assistente em Administração. No conteúdo programático das matérias específicas do cargo contém vários assuntos da Administração mas nada referente à "Abordagem Clássica de Fayol" ou "Teorias da Administração".

- Os 2 últimos concursos para esse mesmo cargo (2023 e 2022) deixaram de cobrar em Edital esse assunto: "Administração geral: evolução das teorias da administração, ideias e conceitos fundamentais".

- Ao contrário dos Concursos de 2021(EDITAL Nº 06 DE 02 DE MARÇO DE 2021) e 2019 (Edital Nº 44 de 27 de maio de 2019) que previam esse assunto nos Editais no Tópico "1. Administração geral: evolução das teorias da administração, ideias e conceitos fundamentais" e era comum vir esse tipo de questão das "Teorias da Administração" nas provas.
.
- Tentar encaixar uma questão de "Teorias da Administração" em algum ponto 'genérico ou similar" do Edital sem estar implícito seria de uma injustiça enorme para com os candidatos.

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

De acordo com o conteúdo programático do EDITAL N° 21/2023-GR, DE 14 DE JULHO DE 2023, cargo de NM01 - ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO (nível de classificação D)
Item de número 22. Rotinas e Processos Administrativos contempla o que foi exigido no certame.

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 3585. Sabrina da Silva e Silva [***.782.982-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 12:22:02

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 45

Questionamento (Candidato):

A banca considerou na questão 45, a letra (A) como correta, sendo I,II e V verdadeiras, porém a IV também está correta, então as corretas são I,II, IV e V, por isso solicito a anulação da questão 45 pois não tem gabarito, conforme embasamento pelo próprio livro do Henri Fayol e o doutrinador Idalberto Chiavenato abaixo:

IV. divisão do trabalho em unidades especializadas e hierarquizadas.
A IV, dada como errada, está correta, o fundamento está no livro Administração Industrial e Geral do próprio Fayol, quando ele cita os 14 princípios da administração. Nos princípios consta a divisão do trabalho, que consiste na especialização das tarefas e das pessoas em unidades especializadas para aumentar a eficiência de forma hierarquizada, onde Fayol destaca a importância de uma estrutura organizacional linear, ou seja, onde a hierarquia é verticalizada e as ordens são dadas de cima para baixo, este tipo de estrutura linear está em perfeita simetria com alguns dos princípios criados por Fayol, como: centralização, unidade de direção, unidade de comando e autoridade.

O doutrinador Idalberto Chiavenato em seu livro Introdução à Teoria Geral da Administração diz que: a divisão do trabalho conduz a especialização das tarefas, em departamentos, divisões, seções, unidades etc., e que essa divisão pode se dar em duas direções de hierarquização, a vertical que tem diferentes níveis de autoridade e a horizontal onde cada unidade passa a ser responsável por uma atividade específica e própria no mesmo nível hierárquico.

Assim, estão corretas I,II, IV e V, porém não há gabarito. Solicito a anulação da questão.

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

Fayol usou o termo “comandar” em vez de “dirigir” para se referir a uma das quatro funções básicas da administração. No entanto, alguns autores e tradutores preferem usar “dirigir” como um sinônimo de “comandar”, pois consideram que esse termo é mais adequado ao contexto atual das organizações. Por exemplo, no livro Administração Industrial e Geral, que é uma tradução da obra original de Fayol, o termo “dirigir” é usado no lugar de “comandar”. Diante do exposto, estarei citando abaixo alguns dos autores referências da teoria que nos transmite e efatizam o porque da utilização do "Dirigir em vez do Comandar":

* Administração: Teoria e Prática no Contexto Brasileiro, de Filipe Sobral e Alketa Peci, publicado em 2008 pela Pearson Prentice Hall. Neste livro, os autores usam o termo “dirigir” para se referir à função administrativa de Fayol, e explicam que “dirigir significa orientar, supervisionar e motivar as pessoas para que elas realizem as tarefas necessárias para alcançar os objetivos organizacionais” (p. 7).

* Teoria Geral da Administração: Da Revolução Urbana à Revolução Digital, de Antonio Cesar Amaru Maximiano, publicado em 2012 pela Atlas. Neste livro, o autor usa o termo “dirigir” para se referir à função administrativa de Fayol, e afirma que “dirigir é a função que consiste em influenciar o comportamento das pessoas no sentido de contribuir para o alcance dos objetivos da organização” (p. 55).

* Introdução à Teoria Geral da Administração, de Idalberto Chiavenato, publicado em 2014 pela Elsevier. Neste livro, o autor usa o termo “dirigir” para se referir à função administrativa de Fayol, e define que “dirigir significa conduzir e orientar as pessoas na execução das tarefas necessárias para alcançar os objetivos previamente estabelecidos” (p. 35).

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 4171. Thiago Batista Silva [***.978.012-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 13:04:32

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 45

Questionamento (Candidato):

45. Segundo a abordagem clássica de Fayol, o conceito de processo administrativo representa o(a):
O gabarito preliminar considera como alternativa correta letra "A" - "Somente as afirmativas I, II e V são verdadeiras". No entanto ao verificar o item II - sequência de quatro funções básicas: planejar, organizar, dirigir e controlar. - Mostra-se um argumento falso, pois as 4 (quatro) funções tem origem na Teoria Neoclássica de Peter Drucker, em 1954, como um aprimoramento das funções básica criadas por Henri Fayol.

Primeiramente, o autor Chiavenato Idalberto - Introdução à teoria geral da administração, 2003, diz: "A abordagem neoclássica nada mais é do que a redenção da Teoria Clássica devidamente atualizada e redimensionada aos problemas administrativos atuais e ao tamanho das organizações de hoje."

Conforme os autores Koontz e O'Donnell (1976), do livro: Princípios de Administração - Uma Análise das Funções Administrativas; apresentam os seguintes fundamentos da abordagem neoclássica: "A administração é um processo operacional composto por funções, como planejamento, organização, direção e controle."

Segundo Chiavenato, Idalberto - 2003: Fayol define o ato de administrar como: prever, organizar, comandar, coordenar e controlar. Consoante, a Jules Henri Fayol - Administration Industrielle et Générale - 1916: "Administrar é prever, organizar, comandar, coordenar e controlar."

Deste modo, Henri Fayol criou as funções básicas, na Teoria Clássica: prever, organizar, comandar, coordenar e controlar; de forma que na Teoria Neoclássica aprimorou para as seguintes funções: planejar, organizar, dirigir e controlar.

Portanto, sugiro a anulação da questão, conforme os argumentos expostos. Pois não existe gabarito correto na questão.

Anexo (Candidato):

https://drive.google.com/open?id=1rcjEj8u88tvZFVu3_xOyFBqU1ZDCaSrc

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

Fayol usou o termo "comandar" em vez de "dirigir" para se referir a uma das quatro funções básicas da administração. No entanto, alguns autores e tradutores preferem usar "dirigir" como um sinônimo de "comandar", pois consideram que esse termo é mais adequado ao contexto atual das organizações. Por exemplo, no livro Administração Industrial e Geral, que é uma tradução da obra original de Fayol, o termo "dirigir" é usado no lugar de "comandar". Diante do exposto, estarei citando abaixo alguns dos autores referências da teoria que nos transmite e efatizam o porque da utilização do "Dirigir em vez do Comandar":

* Administração: Teoria e Prática no Contexto Brasileiro, de Filipe Sobral e Alketa Peci, publicado em 2008 pela Pearson Prentice Hall. Neste livro, os autores usam o termo "dirigir" para se referir à função administrativa de Fayol, e explicam que "dirigir significa orientar, supervisionar e motivar as pessoas para que elas realizem as tarefas necessárias para alcançar os objetivos organizacionais" (p. 7).

* Teoria Geral da Administração: Da Revolução Urbana à Revolução Digital, de Antonio Cesar Amaru Maximiano, publicado em 2012 pela Atlas. Neste livro, o autor usa o termo "dirigir" para se referir à função administrativa de Fayol, e afirma que "dirigir é a função que consiste em influenciar o comportamento das pessoas no sentido de contribuir para o alcance dos objetivos da organização" (p. 55).

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

* Introdução à Teoria Geral da Administração, de Idalberto Chiavenato, publicado em 2014 pela Elsevier. Neste livro, o autor usa o termo “dirigir” para se referir à função administrativa de Fayol, e define que “dirigir significa conduzir e orientar as pessoas na execução das tarefas necessárias para alcançar os objetivos previamente estabelecidos” (p. 35).

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 8506. Leonardo Lima Guimarães [***.779.462-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 13:55:03

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 45

Questionamento (Candidato):

Livro Teoria Geral da Administração
Autor: Antônio César Amaru maximiniano
2a. Edição. Editora: Atlas
Na página 57 o autor afirma que sao 5 funções: planejar, organizar, comandarm coordenar e controlar e não 4 como afirma a questão.

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

Fayol usou o termo “comandar” em vez de “dirigir” para se referir a uma das quatro funções básicas da administração. No entanto, alguns autores e tradutores preferem usar “dirigir” como um sinônimo de “comandar”, pois consideram que esse termo é mais adequado ao contexto atual das organizações. Por exemplo, no livro Administração Industrial e Geral, que é uma tradução da obra original de Fayol, o termo “dirigir” é usado no lugar de “comandar”. Diante do exposto, estarei citando abaixo alguns dos autores referências da teoria que nos transmite e efatizam o porque da utilização do "Dirigir em vez do Comandar":

* Administração: Teoria e Prática no Contexto Brasileiro, de Filipe Sobral e Alketa Peci, publicado em 2008 pela Pearson Prentice Hall. Neste livro, os autores usam o termo “dirigir” para se referir à função administrativa de Fayol, e explicam que “dirigir significa orientar, supervisionar e motivar as pessoas para que elas realizem as tarefas necessárias para alcançar os objetivos organizacionais” (p. 7).

* Teoria Geral da Administração: Da Revolução Urbana à Revolução Digital, de Antonio Cesar Amaru Maximiano, publicado em 2012 pela Atlas. Neste livro, o autor usa o termo “dirigir” para se referir à função administrativa de Fayol, e afirma que “dirigir é a função que consiste em influenciar o comportamento das pessoas no sentido de contribuir para o alcance dos objetivos da organização” (p. 55).

* Introdução à Teoria Geral da Administração, de Idalberto Chiavenato, publicado em 2014 pela Elsevier. Neste livro, o autor usa o termo “dirigir” para se referir à função administrativa de Fayol, e define que “dirigir significa conduzir e orientar as pessoas na execução das tarefas necessárias para alcançar os objetivos previamente estabelecidos” (p. 35).

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 1585. Bianca Torquato dos Santos [***.699.552-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 14:41:46

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 45

Questionamento (Candidato):

AO PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 21/2023-GR, DE 14 DE JULHO DE 2023 PARA PROVIMENTO DE VAGAS PARA CARGO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO EM EDUCAÇÃO DA UFAM, CLASSIFICAÇÃO "D" NÍVEL MÉDIO.

Venho, respeitosamente, por meio deste recurso, solicitar a revisão da questão de nº 45 que diz segundo a abordagem clássica de Fayol, o conceito de processo administrativo representa o.
A banca organizadora, em seu gabarito preliminar considerou como correta a alternativa A da questão 45.
A alternativa A tem como correta "somente as afirmativas I, II, V".

Ocorre que
Segundo Idalberto Chiavenato, Fayol procurou dividir qualquer empresa em seis funções
As funções administrativas coordenam as demais funções da empresa.

Elementos da Função Administrativa

Planejar - Estabelece os objetivos da empresa, especificando a forma como serão alcançados. Parte de uma sondagem do futuro, desenvolvendo um plano de ações para atingir as metas traçadas. É a primeira das funções, já que servirá de base diretora à operacionalização
Organizar - É a forma de coordenar todos os recursos da empresa e das organizações, sejam humanos, financeiros ou materiais, alocando-os da melhor forma segundo o planejamento estabelecido.
Comandar - Faz com que os subordinados executem o que deve ser feito. Pressupõe que as relações hierárquicas estejam claramente definidas, ou seja, que a forma como administradores e subordinados se influenciam esteja explícita, assim como o grau de participação e colaboração de cada um para a realização dos objetivos definidos.
Coordenar - A implantação de qualquer planejamento seria inviável sem a coordenação das atitudes e esforços de toda a empresa, almejando as metas traçadas.
Controlar - Controlar é estabelecer padrões e medidas de desempenho que permitam assegurar que as atitudes empregadas são as mais compatíveis com o que a empresa espera. O controle das atividades desenvolvidas permite maximizar a probabilidade de que tudo ocorra conforme as regras estabelecidas e ditadas.
Diferente dessas funções, hoje usa-se apenas: Planejar, Organizar, Dirigir ou Executar e Controlar. (no lugar de Comandar e Coordenar) Uniram-se essas duas funções porque o objetivo é o mesmo.

Princípios Básicos
Fayol relacionou 14 princípios básicos:

Divisão do trabalho - Especialização dos funcionários desde o topo da hierarquia até os operários da fábrica, assim, favorecendo a eficiência da produção aumentando a produtividade.
Autoridade e responsabilidade - Autoridade é dar ordens que teoricamente serão obedecidas. Responsabilidade é a contrapartida da autoridade. Deve-se levar em conta o direito de dar ordens e exigir obediência, chegando a um bom equilíbrio entre autoridade e responsabilidade.
Disciplina - Necessidade de estabelecer regras de conduta e de trabalho válidas para todos os funcionários. A ausência de disciplina gera o caos na organização.
Unidade de comando - Um funcionário deve receber ordens de apenas um chefe, evitando contraordens.
Unidade de direção - O controle único é possibilitado com a aplicação de um plano para grupo de atividades com os mesmos objetivos.
Subordinação dos interesses individuais ao bem comum - O interesse de todos os funcionários da empresa não deve prevalecer sobre os interesses da organização como um todo.
Remuneração - Remuneração de trabalho deve ser justa para ambos, empregados e empregadores.

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Centralização - Fayol acreditava que os gerentes devem manter a responsabilidade final, mas eles também precisam de dar autoridade a seus subordinados que eles possam realizar seu trabalho adequadamente. O problema é encontrar o melhor grau de centralização em cada caso.
Linha de Comando (Hierarquia) - Defesa incondicional da estrutura hierárquica, respeitando à risca uma linha de autoridade fixa.
Ordem - Deve ser mantida em toda organização, preservando um lugar para cada coisa e cada coisa em seu lugar.
Equidade - A justiça deve prevalecer em toda organização, justificando a lealdade e a devoção de cada funcionário à empresa. Direitos iguais.
Estabilidade dos funcionários - Uma rotatividade alta tem consequências negativas sobre desempenho da empresa e o moral dos funcionários.
Iniciativa - Deve ser entendida como a capacidade de estabelecer um plano e cumpri-lo.
Espírito de equipe - O trabalho deve ser conjunto, facilitado pela comunicação dentro da equipe. Os integrantes de um mesmo grupo precisam ter consciência de classe, para que defendam seus propósitos.

Assim, a única alternativa correta seria todas as afirmativas são verdadeiras, ou seja, as afirmativas I, II, III, IV e V
Ante ao exposto, faz-se a anulação da questão 45, visto que não se encontra uma alternativa com essas afirmativas corretas.

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

Fayol usou o termo “comandar” em vez de “dirigir” para se referir a uma das quatro funções básicas da administração. No entanto, alguns autores e tradutores preferem usar “dirigir” como um sinônimo de “comandar”, pois consideram que esse termo é mais adequado ao contexto atual das organizações. Por exemplo, no livro Administração Industrial e Geral, que é uma tradução da obra original de Fayol, o termo “dirigir” é usado no lugar de “comandar”. Diante do exposto, estarei citando abaixo alguns dos autores referências da teoria que nos transmite e efatizam o porque da utilização do "Dirigir em vez do Comandar":

* Administração: Teoria e Prática no Contexto Brasileiro, de Filipe Sobral e Alketa Peci, publicado em 2008 pela Pearson Prentice Hall. Neste livro, os autores usam o termo “dirigir” para se referir à função administrativa de Fayol, e explicam que “dirigir significa orientar, supervisionar e motivar as pessoas para que elas realizem as tarefas necessárias para alcançar os objetivos organizacionais” (p. 7).

* Teoria Geral da Administração: Da Revolução Urbana à Revolução Digital, de Antonio Cesar Amaru Maximiano, publicado em 2012 pela Atlas. Neste livro, o autor usa o termo “dirigir” para se referir à função administrativa de Fayol, e afirma que “dirigir é a função que consiste em influenciar o comportamento das pessoas no sentido de contribuir para o alcance dos objetivos da organização” (p. 55).

* Introdução à Teoria Geral da Administração, de Idalberto Chiavenato, publicado em 2014 pela Elsevier. Neste livro, o autor usa o termo “dirigir” para se referir à função administrativa de Fayol, e define que “dirigir significa conduzir e orientar as pessoas na execução das tarefas necessárias para alcançar os objetivos previamente estabelecidos” (p. 35).

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 4915. Fernando Grijó San Martin [***.377.582-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 14:59:53

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 45

Questionamento (Candidato):

Segundo Fayol, o conceito de processo administrativo compreende cinco funções, que são: Planejar, Organizar, Comandar, Coordenar e Controlar. Diferentemente do que informa o gabarito preliminar em seu item II: Planejar, Organizar, Dirigir e Controlar.
O item III, forma de coordenar os esforços humanos e materiais para alcançar a eficiência e a eficácia, advém da função Coordenar; e a divisão do trabalho, item IV, é um dos princípios de Fayol.
Portanto, solicita-se a mudança do gabarito para a alternativa B (Somente as afirmativas I, III e IV são verdadeiras).

Anexo (Candidato):

https://drive.google.com/open?id=1tyRHx44I2LW3zf2ty3D1l0AnjZUdyBg9

Recurso (Candidato): Alterar o gabarito para a letra "B"

Parecer (Banca):

Fayol usou o termo “comandar” em vez de “dirigir” para se referir a uma das quatro funções básicas da administração. No entanto, alguns autores e tradutores preferem usar “dirigir” como um sinônimo de “comandar”, pois consideram que esse termo é mais adequado ao contexto atual das organizações. Por exemplo, no livro Administração Industrial e Geral, que é uma tradução da obra original de Fayol, o termo “dirigir” é usado no lugar de “comandar”. Diante do exposto, estarei citando abaixo alguns dos autores referências da teoria que nos transmite e efatizam o porque da utilização do "Dirigir em vez do Comandar":

* Administração: Teoria e Prática no Contexto Brasileiro, de Filipe Sobral e Alketa Peci, publicado em 2008 pela Pearson Prentice Hall. Neste livro, os autores usam o termo “dirigir” para se referir à função administrativa de Fayol, e explicam que “dirigir significa orientar, supervisionar e motivar as pessoas para que elas realizem as tarefas necessárias para alcançar os objetivos organizacionais” (p. 7).

* Teoria Geral da Administração: Da Revolução Urbana à Revolução Digital, de Antonio Cesar Amaru Maximiano, publicado em 2012 pela Atlas. Neste livro, o autor usa o termo “dirigir” para se referir à função administrativa de Fayol, e afirma que “dirigir é a função que consiste em influenciar o comportamento das pessoas no sentido de contribuir para o alcance dos objetivos da organização” (p. 55).

* Introdução à Teoria Geral da Administração, de Idalberto Chiavenato, publicado em 2014 pela Elsevier. Neste livro, o autor usa o termo “dirigir” para se referir à função administrativa de Fayol, e define que “dirigir significa conduzir e orientar as pessoas na execução das tarefas necessárias para alcançar os objetivos previamente estabelecidos” (p. 35).

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 7424. Heliton Gomes Nobrega [***.504.672-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 15:15:49

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 45

Questionamento (Candidato):

o autor afirma que no item 2 : "fayol falava de 4 funções : planejar, controlar, organizar, dirigir e controlar" o que é errado segundo o livro de antonio cesar amaru maximiano, fayol afirma que tem 5 funções: planejar, organizar, controlar, comandar e coordenar(pag57)

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

Fayol usou o termo “comandar” em vez de “dirigir” para se referir a uma das quatro funções básicas da administração. No entanto, alguns autores e tradutores preferem usar “dirigir” como um sinônimo de “comandar”, pois consideram que esse termo é mais adequado ao contexto atual das organizações. Por exemplo, no livro Administração Industrial e Geral, que é uma tradução da obra original de Fayol, o termo “dirigir” é usado no lugar de “comandar”. Diante do exposto, estarei citando abaixo alguns dos autores referências da teoria que nos transmite e efatizam o porque da utilização do "Dirigir em vez do Comandar":

* Administração: Teoria e Prática no Contexto Brasileiro, de Filipe Sobral e Alketa Peci, publicado em 2008 pela Pearson Prentice Hall. Neste livro, os autores usam o termo “dirigir” para se referir à função administrativa de Fayol, e explicam que “dirigir significa orientar, supervisionar e motivar as pessoas para que elas realizem as tarefas necessárias para alcançar os objetivos organizacionais” (p. 7).

* Teoria Geral da Administração: Da Revolução Urbana à Revolução Digital, de Antonio Cesar Amaru Maximiano, publicado em 2012 pela Atlas. Neste livro, o autor usa o termo “dirigir” para se referir à função administrativa de Fayol, e afirma que “dirigir é a função que consiste em influenciar o comportamento das pessoas no sentido de contribuir para o alcance dos objetivos da organização” (p. 55).

* Introdução à Teoria Geral da Administração, de Idalberto Chiavenato, publicado em 2014 pela Elsevier. Neste livro, o autor usa o termo “dirigir” para se referir à função administrativa de Fayol, e define que “dirigir significa conduzir e orientar as pessoas na execução das tarefas necessárias para alcançar os objetivos previamente estabelecidos” (p. 35).

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 6130. Gabriel Campos Borges Rosa [***.345.121-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 15:33:57

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 45

Questionamento (Candidato):

Teoria Geral da Administração
Autor: Antônio César Amaru Maximiniano
2a. Edição. Editora: Atlas

Na página 57 o autor afirma que são 5 funções, Planejar, Organizar, Comandar, Coordenar e Controlar e não 4 como afirma a questão. Diante disto solicito a anulação da questão visto que o que se afirma no item II está incorreto.

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

Fayol usou o termo “comandar” em vez de “dirigir” para se referir a uma das quatro funções básicas da administração. No entanto, alguns autores e tradutores preferem usar “dirigir” como um sinônimo de “comandar”, pois consideram que esse termo é mais adequado ao contexto atual das organizações. Por exemplo, no livro Administração Industrial e Geral, que é uma tradução da obra original de Fayol, o termo “dirigir” é usado no lugar de “comandar”. Diante do exposto, estarei citando abaixo alguns dos autores referências da teoria que nos transmite e efatizam o porque da utilização do "Dirigir em vez do Comandar":

* Administração: Teoria e Prática no Contexto Brasileiro, de Filipe Sobral e Alketa Peci, publicado em 2008 pela Pearson Prentice Hall. Neste livro, os autores usam o termo “dirigir” para se referir à função administrativa de Fayol, e explicam que “dirigir significa orientar, supervisionar e motivar as pessoas para que elas realizem as tarefas necessárias para alcançar os objetivos organizacionais” (p. 7).

* Teoria Geral da Administração: Da Revolução Urbana à Revolução Digital, de Antonio Cesar Amaru Maximiano, publicado em 2012 pela Atlas. Neste livro, o autor usa o termo “dirigir” para se referir à função administrativa de Fayol, e afirma que “dirigir é a função que consiste em influenciar o comportamento das pessoas no sentido de contribuir para o alcance dos objetivos da organização” (p. 55).

* Introdução à Teoria Geral da Administração, de Idalberto Chiavenato, publicado em 2014 pela Elsevier. Neste livro, o autor usa o termo “dirigir” para se referir à função administrativa de Fayol, e define que “dirigir significa conduzir e orientar as pessoas na execução das tarefas necessárias para alcançar os objetivos previamente estabelecidos” (p. 35).

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 6058. Leandro Pinheiro Pires [***.736.352-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 15:37:33

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 45

Questionamento (Candidato):

Teoria Geral da Administração, Autor: Antônio César Amaru Maximiniano 2a. Edição. Editora: Atlas
Na página 57 o autor afirma que são 5 funções, Planejar, Organizar, Comandar, Coordenar e Controlar e não 4 como afirma a questão.

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

Fayol usou o termo “comandar” em vez de “dirigir” para se referir a uma das quatro funções básicas da administração. No entanto, alguns autores e tradutores preferem usar “dirigir” como um sinônimo de “comandar”, pois consideram que esse termo é mais adequado ao contexto atual das organizações. Por exemplo, no livro Administração Industrial e Geral, que é uma tradução da obra original de Fayol, o termo “dirigir” é usado no lugar de “comandar”. Diante do exposto, estarei citando abaixo alguns dos autores referências da teoria que nos transmite e efatizam o porque da utilização do "Dirigir em vez do Comandar":

* Administração: Teoria e Prática no Contexto Brasileiro, de Filipe Sobral e Alketa Peci, publicado em 2008 pela Pearson Prentice Hall. Neste livro, os autores usam o termo “dirigir” para se referir à função administrativa de Fayol, e explicam que “dirigir significa orientar, supervisionar e motivar as pessoas para que elas realizem as tarefas necessárias para alcançar os objetivos organizacionais” (p. 7).

* Teoria Geral da Administração: Da Revolução Urbana à Revolução Digital, de Antonio Cesar Amaru Maximiano, publicado em 2012 pela Atlas. Neste livro, o autor usa o termo “dirigir” para se referir à função administrativa de Fayol, e afirma que “dirigir é a função que consiste em influenciar o comportamento das pessoas no sentido de contribuir para o alcance dos objetivos da organização” (p. 55).

* Introdução à Teoria Geral da Administração, de Idalberto Chiavenato, publicado em 2014 pela Elsevier. Neste livro, o autor usa o termo “dirigir” para se referir à função administrativa de Fayol, e define que “dirigir significa conduzir e orientar as pessoas na execução das tarefas necessárias para alcançar os objetivos previamente estabelecidos” (p. 35).

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 14640. Adrianne de Sena Gomes [***.125.512-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 15:41:02

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 45

Questionamento (Candidato):

Teoria Geral da Administração
Autor: Antônio César Amaru Maximiniano
2a. Edição. Editora: Atlas
Na página 57 o autor afirma que são 5 funções, Planejar, Organizar, Comandar, Coordenar e Controlar e não 4 como afirma a questão.

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

Fayol usou o termo “comandar” em vez de “dirigir” para se referir a uma das quatro funções básicas da administração. No entanto, alguns autores e tradutores preferem usar “dirigir” como um sinônimo de “comandar”, pois consideram que esse termo é mais adequado ao contexto atual das organizações. Por exemplo, no livro Administração Industrial e Geral, que é uma tradução da obra original de Fayol, o termo “dirigir” é usado no lugar de “comandar”. Diante do exposto, estarei citando abaixo alguns dos autores referências da teoria que nos transmite e efatizam o porque da utilização do "Dirigir em vez do Comandar":

* Administração: Teoria e Prática no Contexto Brasileiro, de Filipe Sobral e Alketa Peci, publicado em 2008 pela Pearson Prentice Hall. Neste livro, os autores usam o termo “dirigir” para se referir à função administrativa de Fayol, e explicam que “dirigir significa orientar, supervisionar e motivar as pessoas para que elas realizem as tarefas necessárias para alcançar os objetivos organizacionais” (p. 7).

* Teoria Geral da Administração: Da Revolução Urbana à Revolução Digital, de Antonio Cesar Amaru Maximiano, publicado em 2012 pela Atlas. Neste livro, o autor usa o termo “dirigir” para se referir à função administrativa de Fayol, e afirma que “dirigir é a função que consiste em influenciar o comportamento das pessoas no sentido de contribuir para o alcance dos objetivos da organização” (p. 55).

* Introdução à Teoria Geral da Administração, de Idalberto Chiavenato, publicado em 2014 pela Elsevier. Neste livro, o autor usa o termo “dirigir” para se referir à função administrativa de Fayol, e define que “dirigir significa conduzir e orientar as pessoas na execução das tarefas necessárias para alcançar os objetivos previamente estabelecidos” (p. 35).

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 389. Geraldo Thalyson Silva Santana [***.448.502-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 16:14:27

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 45

Questionamento (Candidato):

No item II fala que Fayol tem quatro funções básicas que são: planejar, organizar, dirigir e controlar mas na verdade em sua teoria, Fayol definiu cinco diferentes características que são essenciais a todo administrador, independentemente do tamanho do negócio a ser administrado. São: prever; organizar; comandar; coordenar; e controlar.

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

Fayol usou o termo “comandar” em vez de “dirigir” para se referir a uma das quatro funções básicas da administração. No entanto, alguns autores e tradutores preferem usar “dirigir” como um sinônimo de “comandar”, pois consideram que esse termo é mais adequado ao contexto atual das organizações. Por exemplo, no livro Administração Industrial e Geral, que é uma tradução da obra original de Fayol, o termo “dirigir” é usado no lugar de “comandar”. Diante do exposto, estarei citando abaixo alguns dos autores referências da teoria que nos transmite e efatizam o porque da utilização do "Dirigir em vez do Comandar":

* Administração: Teoria e Prática no Contexto Brasileiro, de Filipe Sobral e Alketa Peci, publicado em 2008 pela Pearson Prentice Hall. Neste livro, os autores usam o termo “dirigir” para se referir à função administrativa de Fayol, e explicam que “dirigir significa orientar, supervisionar e motivar as pessoas para que elas realizem as tarefas necessárias para alcançar os objetivos organizacionais” (p. 7).

* Teoria Geral da Administração: Da Revolução Urbana à Revolução Digital, de Antonio Cesar Amaru Maximiano, publicado em 2012 pela Atlas. Neste livro, o autor usa o termo “dirigir” para se referir à função administrativa de Fayol, e afirma que “dirigir é a função que consiste em influenciar o comportamento das pessoas no sentido de contribuir para o alcance dos objetivos da organização” (p. 55).

* Introdução à Teoria Geral da Administração, de Idalberto Chiavenato, publicado em 2014 pela Elsevier. Neste livro, o autor usa o termo “dirigir” para se referir à função administrativa de Fayol, e define que “dirigir significa conduzir e orientar as pessoas na execução das tarefas necessárias para alcançar os objetivos previamente estabelecidos” (p. 35).

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 7259. Lucas Alves da Costa [***.187.112-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 16:29:17

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 45

Questionamento (Candidato):

A questão 45 traz a alternativa A como correta no gabarito preliminar.

Quando na verdade Fayol elenca 5 funções que são: planejar, organizar, coordenar, dirigir/comandar e controlar. Essa informação é corroborada em diversas obras que retratam a importância de Fayol no desenvolvimento da Administração e são apresentadas no arquivo em anexo que foi traduzido a partir do Livro: FAYOL, Henri, Administration Industrielle et Générale – Prévoyance Organisation – Commandement Coordination – Controle, Paris: H. Dunod et E. Pinat, éditeurs, 1917.

Informação esta que é corroborada por Antônio Cesar Amaru Maximiniano, no Livro Teoria Geral da Administração, 2a Edição da Editora: Atlas. O conteúdo pode ser encontrado na página 57. Por todos os fatos narrados, solicito anulação da questão.

Anexo (Candidato):

https://drive.google.com/open?id=1myVPuiVIQ8M93tTGjeqJGDYNLMQGsGmv

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

Fayol usou o termo “comandar” em vez de “dirigir” para se referir a uma das quatro funções básicas da administração. No entanto, alguns autores e tradutores preferem usar “dirigir” como um sinônimo de “comandar”, pois consideram que esse termo é mais adequado ao contexto atual das organizações. Por exemplo, no livro Administração Industrial e Geral, que é uma tradução da obra original de Fayol, o termo “dirigir” é usado no lugar de “comandar”. Diante do exposto, estarei citando abaixo alguns dos autores referências da teoria que nos transmite e efatizam o porque da utilização do "Dirigir em vez do Comandar":

* Administração: Teoria e Prática no Contexto Brasileiro, de Filipe Sobral e Alketa Peci, publicado em 2008 pela Pearson Prentice Hall. Neste livro, os autores usam o termo “dirigir” para se referir à função administrativa de Fayol, e explicam que “dirigir significa orientar, supervisionar e motivar as pessoas para que elas realizem as tarefas necessárias para alcançar os objetivos organizacionais” (p. 7).

* Teoria Geral da Administração: Da Revolução Urbana à Revolução Digital, de Antonio Cesar Amaru Maximiano, publicado em 2012 pela Atlas. Neste livro, o autor usa o termo “dirigir” para se referir à função administrativa de Fayol, e afirma que “dirigir é a função que consiste em influenciar o comportamento das pessoas no sentido de contribuir para o alcance dos objetivos da organização” (p. 55).

* Introdução à Teoria Geral da Administração, de Idalberto Chiavenato, publicado em 2014 pela Elsevier. Neste livro, o autor usa o termo “dirigir” para se referir à função administrativa de Fayol, e define que “dirigir significa conduzir e orientar as pessoas na execução das tarefas necessárias para alcançar os objetivos previamente estabelecidos” (p. 35).

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 608. Eglenilso Silva Brandão [***.666.052-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 16:33:13

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 45

Questionamento (Candidato):

O item 2 da questão 45 afirma que segundo a abordagem clássica de Fayol: "sequência de QUATRO funções básicas: planejar, organizar, dirigir e controlar".
Essa afirmação está incorreta!
Visto que o livro da Teoria Geral da Administração cujo o autor Antônio César Amaru Maximiano, 2a. Edição. Editora: Atlas; na página 57, o autor afirma que são CINCO funções: "Planejar, Organizar, Comandar, Coordenar e Controlar", e não quatro como afirma a questão.
Diante disso, solicito a anulação da questão 45.

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

Fayol usou o termo “comandar” em vez de “dirigir” para se referir a uma das quatro funções básicas da administração. No entanto, alguns autores e tradutores preferem usar “dirigir” como um sinônimo de “comandar”, pois consideram que esse termo é mais adequado ao contexto atual das organizações. Por exemplo, no livro Administração Industrial e Geral, que é uma tradução da obra original de Fayol, o termo “dirigir” é usado no lugar de “comandar”. Diante do exposto, estarei citando abaixo alguns dos autores referências da teoria que nos transmite e efatizam o porque da utilização do "Dirigir em vez do Comandar":

* Administração: Teoria e Prática no Contexto Brasileiro, de Filipe Sobral e Alketa Peci, publicado em 2008 pela Pearson Prentice Hall. Neste livro, os autores usam o termo “dirigir” para se referir à função administrativa de Fayol, e explicam que “dirigir significa orientar, supervisionar e motivar as pessoas para que elas realizem as tarefas necessárias para alcançar os objetivos organizacionais” (p. 7).

* Teoria Geral da Administração: Da Revolução Urbana à Revolução Digital, de Antonio Cesar Amaru Maximiano, publicado em 2012 pela Atlas. Neste livro, o autor usa o termo “dirigir” para se referir à função administrativa de Fayol, e afirma que “dirigir é a função que consiste em influenciar o comportamento das pessoas no sentido de contribuir para o alcance dos objetivos da organização” (p. 55).

* Introdução à Teoria Geral da Administração, de Idalberto Chiavenato, publicado em 2014 pela Elsevier. Neste livro, o autor usa o termo “dirigir” para se referir à função administrativa de Fayol, e define que “dirigir significa conduzir e orientar as pessoas na execução das tarefas necessárias para alcançar os objetivos previamente estabelecidos” (p. 35).

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 4066. Tassila Miranda Soares [***.428.202-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 17:03:54

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 45

Questionamento (Candidato):

No livro Teoria Geral da Administração; autor: Antônio César Amaru Maximiniano. 5a ed. Editora: Atlas, às paginas 60 o autor afirma que são 5 funções segundo Fayol: planejar, organizar, comandar, coordenar e controlar, e não 4 funções como afirma a questão.

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

Fayol usou o termo “comandar” em vez de “dirigir” para se referir a uma das quatro funções básicas da administração. No entanto, alguns autores e tradutores preferem usar “dirigir” como um sinônimo de “comandar”, pois consideram que esse termo é mais adequado ao contexto atual das organizações. Por exemplo, no livro Administração Industrial e Geral, que é uma tradução da obra original de Fayol, o termo “dirigir” é usado no lugar de “comandar”. Diante do exposto, estarei citando abaixo alguns dos autores referências da teoria que nos transmite e efatizam o porque da utilização do "Dirigir em vez do Comandar":

* Administração: Teoria e Prática no Contexto Brasileiro, de Filipe Sobral e Alketa Peci, publicado em 2008 pela Pearson Prentice Hall. Neste livro, os autores usam o termo “dirigir” para se referir à função administrativa de Fayol, e explicam que “dirigir significa orientar, supervisionar e motivar as pessoas para que elas realizem as tarefas necessárias para alcançar os objetivos organizacionais” (p. 7).

* Teoria Geral da Administração: Da Revolução Urbana à Revolução Digital, de Antonio Cesar Amaru Maximiano, publicado em 2012 pela Atlas. Neste livro, o autor usa o termo “dirigir” para se referir à função administrativa de Fayol, e afirma que “dirigir é a função que consiste em influenciar o comportamento das pessoas no sentido de contribuir para o alcance dos objetivos da organização” (p. 55).

* Introdução à Teoria Geral da Administração, de Idalberto Chiavenato, publicado em 2014 pela Elsevier. Neste livro, o autor usa o termo “dirigir” para se referir à função administrativa de Fayol, e define que “dirigir significa conduzir e orientar as pessoas na execução das tarefas necessárias para alcançar os objetivos previamente estabelecidos” (p. 35).

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 11547. Washington Bruno Chaves dos Santos [***.765.772-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 17:22:14

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 45

Questionamento (Candidato):

Segundo o autor Antônio Maximiniano, em seu livro teoria geral da administração 2a, página 57, afirma-se que as funções da abordagem de Fayol são: Planejar, Organizar, Coordenar, Comandar e Controlar.
A questão erra afirmando ser somente quatro

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

Fayol usou o termo “comandar” em vez de “dirigir” para se referir a uma das quatro funções básicas da administração. No entanto, alguns autores e tradutores preferem usar “dirigir” como um sinônimo de “comandar”, pois consideram que esse termo é mais adequado ao contexto atual das organizações. Por exemplo, no livro Administração Industrial e Geral, que é uma tradução da obra original de Fayol, o termo “dirigir” é usado no lugar de “comandar”. Diante do exposto, estarei citando abaixo alguns dos autores referências da teoria que nos transmite e efatizam o porque da utilização do "Dirigir em vez do Comandar":

* Administração: Teoria e Prática no Contexto Brasileiro, de Filipe Sobral e Alketa Peci, publicado em 2008 pela Pearson Prentice Hall. Neste livro, os autores usam o termo “dirigir” para se referir à função administrativa de Fayol, e explicam que “dirigir significa orientar, supervisionar e motivar as pessoas para que elas realizem as tarefas necessárias para alcançar os objetivos organizacionais” (p. 7).

* Teoria Geral da Administração: Da Revolução Urbana à Revolução Digital, de Antonio Cesar Amaru Maximiano, publicado em 2012 pela Atlas. Neste livro, o autor usa o termo “dirigir” para se referir à função administrativa de Fayol, e afirma que “dirigir é a função que consiste em influenciar o comportamento das pessoas no sentido de contribuir para o alcance dos objetivos da organização” (p. 55).

* Introdução à Teoria Geral da Administração, de Idalberto Chiavenato, publicado em 2014 pela Elsevier. Neste livro, o autor usa o termo “dirigir” para se referir à função administrativa de Fayol, e define que “dirigir significa conduzir e orientar as pessoas na execução das tarefas necessárias para alcançar os objetivos previamente estabelecidos” (p. 35).

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 218. Ana Luiza Pires dos Santos [***.909.142-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 17:24:58

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 45

Questionamento (Candidato):

Prezados examinadores, a questão 45 tem como gabarito preliminar a letra A que diz que a afirmativa "II. sequência de quatro funções básicas: planejar, organizar, dirigir e controlar" é verdadeira "segundo a abordagem clássica de Fayol", como diz o enunciado. No entanto, para Fayol, as funções são: "prever, organizar, comandar, coordenar e controlar." O trecho a seguir foi retirado do livro "Introdução à teoria geral da administração" do autor Idalberto Chiavenato.

"Fayol define o ato de administrar como: prever, organizar, comandar, coordenar e controlar. As funções administrativas envolvem os elementos da administração, isto é, as funções do administrador:
1. Prever: visualizar o futuro e traçar o programa de ação.
2. Organizar: constituir o duplo organismo material e social da empresa.
3. Comandar: dirigir e orientar o pessoal.
4. Coordenar: ligar, unir, harmonizar todos os atos e esforços coletivos.
5. Controlar: verificar que tudo ocorra de acordo com as regras estabelecidas e as ordens dadas.
Esses são os elementos da administração que constituem o chamado processo administrativo – são localizáveis no trabalho do administrador em qualquer nível ou área de atividade da empresa.
Em outros termos, tanto o diretor, o gerente, o chefe, como o supervisor – cada qual em seu respectivo nível – desempenham atividades de previsão, organização, comando, coordenação e controle, como atividades administrativas essenciais." (CHIAVENATO, 2014, p. 86).

Perceba que o autor afirma que "esses são os elementos da administração que constituem o chamado processo administrativo" de acordo com a abordagem clássica de Fayol. Logo, a afirmativa II está INCORRETA.

O autor ainda acrescenta que "tanto o diretor, o gerente, o chefe, como o supervisor [...] desempenham ATIVIDADES de previsão, organização, comando, coordenação e controle, como atividades administrativas essenciais", se esses elementos constituem o processo administrativo e os integrantes da organização desempenham essas atividades, afirmar que o conceito de processo administrativo representa o "I. conjunto de atividades inter-relacionadas que visam atingir os objetivos da organização" da afirmativa I é CORRETO.

A afirmativa "III. forma de coordenar os esforços humanos e materiais para alcançar a eficiência e a eficácia." dada como errada segundo o gabarito preliminar, está CORRETA, visto que, para Fayol, "[...] a coordenação é a reunião, a unificação e a harmonização de toda atividade e esforço. [...] A coordenação deve ser baseada em uma real comunhão de interesses. Ela indica que há um alvo ou objetivo a alcançar e que deve guiar os atos de todos. A pressuposição básica era de que quanto maior a organização e a divisão do trabalho, maior será a necessidade de coordenação, para assegurar a eficiência da organização como um todo." (CHIAVENATO, 2014, p. 91).

A afirmativa "IV. divisão do trabalho em unidades especializadas e hierarquizadas" dada como errada segundo o gabarito preliminar, está CORRETA. Segundo Chiavenato, para Fayol:
"A organização se caracteriza por uma divisão do trabalho claramente definida. "A divisão do trabalho constitui a base da organização; na verdade, é a própria razão da organização." A divisão do trabalho conduz à especialização e à diferenciação das tarefas, ou seja, à heterogeneidade. A ideia era a de que as organizações com maior divisão do trabalho seriam mais eficientes do que aquelas com pouca divisão do trabalho. Enquanto a Administração Científica se ocupava com a divisão do trabalho no nível do operário, fragmentando as tarefas dele, a Teoria Clássica se preocupava com a divisão no nível dos órgãos que compõem a organização, isto é, departamentos, divisões, seções, unidades, etc. Para a Teoria Clássica, a divisão do trabalho pode acontecer em duas direções:

1. Divisão vertical do trabalho: refere-se aos níveis de autoridade e responsabilidade (como na escala

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

hierárquica de Fayol ou no princípio escalar de Mooney), definindo os escalões da organização que detêm diferentes níveis de autoridade. A autoridade aumenta à medida que se sobe na hierarquia da organização. A hierarquia define a graduação das responsabilidades conforme os graus de autoridade. Em toda organização há uma escala hierárquica de autoridade (princípio escalar ou cadeia escalar). Daí a denominação autoridade de linha, para significar a autoridade de comando de um superior sobre um subordinado.
2. Divisão horizontal do trabalho: refere-se aos diferentes tipos de atividades da organização (como na especialização de Fayol ou no princípio de homogeneidade de Gulick). No mesmo nível hierárquico, cada departamento ou seção passa a ser responsável por uma atividade específica e própria." (CHIAVENATO, 2014, p. 90).

Logo, para Fayol, a divisão do trabalho se dava em unidades especializadas (divisão horizontal, onde no mesmo nível hierárquico, cada departamento passa a ser responsável por uma atividade específica e própria) e hierarquizadas (divisão vertical, que se refere aos níveis de autoridade e responsabilidade em uma escala hierárquica), o que torna CORRETA a afirmativa IV.

A afirmativa V diz que o conceito de processo administrativo representa a aplicação de princípios gerais de administração para solucionar problemas. De acordo com o autor Chiavenato, "Fayol adota a denominação princípio, AFASTANDO dela qualquer ideia de rigidez, pois nada existe de rígido ou absoluto em matéria administrativa. Tudo em administração é questão de medida, ponderação e bom-senso. Os princípios são universais e maleáveis e se adaptam a qualquer tempo, lugar ou circunstância" (CHIAVENATO, 2014, p. 88). Os 14 princípios gerais da administração, segundo Fayol, são: divisão do trabalho, autoridade e responsabilidade, disciplina, unidade de comando, unidade de direção, subordinação dos interesses individuais aos gerais, remuneração do pessoal, centralização, cadeia escalar, ordem, equidade, estabilidade do pessoal, iniciativa e espírito de equipe.

Nota-se que a redação da afirmativa "V. aplicação de princípios gerais de administração para solucionar problemas" não dá margem para as outras diversas utilidades dos princípios gerais. A redação mais apropriada para considerar a afirmativa certa seria: "aplicação de princípios gerais de administração para, entre outras funcionalidades, solucionar problemas". Logo, reduzir a aplicação dos princípios gerais à solução de problemas é tornar os 14 princípios rígidos e absolutos. Portanto, a afirmativa V está INCORRETA.

Tendo a afirmativa II e V como incorretas e as afirmativas I, III e IV como corretas, a alternativa certa da questão 45 seria a "b) Somente as afirmativas I, III e IV são verdadeiras." Solicito a mudança do gabarito para a alternativa B ou a anulação da questão conforme vossos entendimentos.

Respeitosamente, Ana Luiza Pires.

Referência
CHIAVENATO, Idalberto. Introdução à teoria geral da administração. 9. ed. Barueri: Manole, 2014.

Recurso (Candidato): Alterar o gabarito para a letra "B"

Parecer (Banca):

Fayol usou o termo "comandar" em vez de "dirigir" para se referir a uma das quatro funções básicas da administração. No entanto, alguns autores e tradutores preferem usar "dirigir" como um sinônimo de "comandar", pois consideram que esse termo é mais adequado ao contexto atual das organizações. Por exemplo, no livro Administração Industrial e Geral, que é uma tradução da obra original de Fayol, o termo "dirigir" é usado no lugar de "comandar". Diante do exposto, estarei citando abaixo alguns dos autores referências da teoria que nos transmite e efatizam o porque da utilização do "Dirigir em vez do Comandar":

* Administração: Teoria e Prática no Contexto Brasileiro, de Filipe Sobral e Alketa Peci, publicado em 2008 pela Pearson Prentice Hall. Neste livro, os autores usam o termo "dirigir" para se referir à função administrativa de Fayol, e explicam que "dirigir significa orientar, supervisionar e motivar as pessoas para que elas realizem as tarefas necessárias para alcançar os objetivos organizacionais" (p. 7).

* Teoria Geral da Administração: Da Revolução Urbana à Revolução Digital, de Antonio Cesar Amaru Maximiano, publicado em 2012 pela Atlas. Neste livro, o autor usa o termo "dirigir" para se referir à função administrativa de Fayol, e afirma que "dirigir é a função que consiste em influenciar o comportamento das pessoas no sentido de contribuir para o alcance dos objetivos da organização" (p. 55).

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

* Introdução à Teoria Geral da Administração, de Idalberto Chiavenato, publicado em 2014 pela Elsevier. Neste livro, o autor usa o termo “dirigir” para se referir à função administrativa de Fayol, e define que “dirigir significa conduzir e orientar as pessoas na execução das tarefas necessárias para alcançar os objetivos previamente estabelecidos” (p. 35).

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 16069. Márcio de Abreu Coelho [***.884.272-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 17:31:31

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 45

Questionamento (Candidato):

Livro Teoria geral da administração, autor: Antônio Cesar Amaru Maximiniano,2° edição, Editora Atlas. PG 57,o autor afirma que são 5 funções: PLANEJAR,ORGANIZAR,COMANDAR,COORDENAR E CONTROLAR.

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

Fayol usou o termo “comandar” em vez de “dirigir” para se referir a uma das quatro funções básicas da administração. No entanto, alguns autores e tradutores preferem usar “dirigir” como um sinônimo de “comandar”, pois consideram que esse termo é mais adequado ao contexto atual das organizações. Por exemplo, no livro Administração Industrial e Geral, que é uma tradução da obra original de Fayol, o termo “dirigir” é usado no lugar de “comandar”. Diante do exposto, estarei citando abaixo alguns dos autores referências da teoria que nos transmite e efatizam o porque da utilização do "Dirigir em vez do Comandar":

* Administração: Teoria e Prática no Contexto Brasileiro, de Filipe Sobral e Alketa Peci, publicado em 2008 pela Pearson Prentice Hall. Neste livro, os autores usam o termo “dirigir” para se referir à função administrativa de Fayol, e explicam que “dirigir significa orientar, supervisionar e motivar as pessoas para que elas realizem as tarefas necessárias para alcançar os objetivos organizacionais” (p. 7).

* Teoria Geral da Administração: Da Revolução Urbana à Revolução Digital, de Antonio Cesar Amaru Maximiano, publicado em 2012 pela Atlas. Neste livro, o autor usa o termo “dirigir” para se referir à função administrativa de Fayol, e afirma que “dirigir é a função que consiste em influenciar o comportamento das pessoas no sentido de contribuir para o alcance dos objetivos da organização” (p. 55).

* Introdução à Teoria Geral da Administração, de Idalberto Chiavenato, publicado em 2014 pela Elsevier. Neste livro, o autor usa o termo “dirigir” para se referir à função administrativa de Fayol, e define que “dirigir significa conduzir e orientar as pessoas na execução das tarefas necessárias para alcançar os objetivos previamente estabelecidos” (p. 35).

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 1062. Dayana Pereira de Alecrim [***.182.152-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 18:01:03

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 45

Questionamento (Candidato):

A questão número 45 está incorreta, pois um dos itens da letra considerada correta (Letra A) é o item II, que conceitua o processo administrativo da abordagem clássica de Fayol como sendo uma sequência de quatro funções: planejar, organizar, dirigir e controlar.

Entretanto, as funções administrativas descritas na questão são advindas da Teoria Neoclássica, e não da Teoria Clássica da Administração (que possui cinco funções).

Segundo Chiavenato (p. 2003, p. 86-87) "ao definir o que é Administração, Fayol definiu os elementos que a compõem: previsão, organização, comando, coordenação e controle.".

Ainda sobre Fayol e o processo administrativo, Maximiano (2005, p. 60) relata que:
"O trabalho do dirigente consiste em tomar decisões, estabelecer metas, definir diretrizes e atribuir responsabilidades [...], de modo que as atividades de planejar, organizar, comandar, coordenar e controlar estejam numa sequência lógica."

Já as quatro funções administrativas conhecidas pela sigla PODC (planejar, organizar, dirigir e controlar) são provenientes da Teoria Neoclássica de Idalberto Chiavenato. Segundo Chiavenato (2003, p. 154), "Os administradores são essenciais a toda organização dinâmica e bem-sucedida, pois devem planejar, organizar, dirigir e controlar as operações do negócio.".

Por este motivo, solicito a anulação da questão.

Referências

CHIAVENATO, I. Introdução à Teoria Geral da Administração: uma visão abrangente da moderna administração das organizações. 7. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003. ISBN: 8535213481

Maximiano, A. C. A. Introdução à Administração. 5. ed. rev. e. ampl. São Paulo: Atlas, 2000. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5161698/mod_resource/content/3/Livro_-_Introdu%C3%A7%C3%A3o_%C3%A0%C2%A0_Administra%C3%A7%C3%A3o_-_Antonio_Cesar_Amaru_Maximiano_-_5%C2%B0Ed.pdf. Acesso em: 16 out. 2023.

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

Fayol usou o termo “comandar” em vez de “dirigir” para se referir a uma das quatro funções básicas da administração. No entanto, alguns autores e tradutores preferem usar “dirigir” como um sinônimo de “comandar”, pois consideram que esse termo é mais adequado ao contexto atual das organizações. Por exemplo, no livro Administração Industrial e Geral, que é uma tradução da obra original de Fayol, o termo “dirigir” é usado no lugar de “comandar”. Diante do exposto, estarei citando abaixo alguns dos autores referências da teoria que nos transmite e efatizam o porque da utilização do "Dirigir em vez do Comandar":

* Administração: Teoria e Prática no Contexto Brasileiro, de Filipe Sobral e Alketa Peci, publicado em 2008 pela Pearson Prentice Hall. Neste livro, os autores usam o termo “dirigir” para se referir à função administrativa de Fayol, e explicam que “dirigir significa orientar, supervisionar e motivar as pessoas para que elas realizem as tarefas necessárias para alcançar os objetivos organizacionais” (p. 7).

* Teoria Geral da Administração: Da Revolução Urbana à Revolução Digital, de Antonio Cesar Amaru

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Maximiano, publicado em 2012 pela Atlas. Neste livro, o autor usa o termo “dirigir” para se referir à função administrativa de Fayol, e afirma que “dirigir é a função que consiste em influenciar o comportamento das pessoas no sentido de contribuir para o alcance dos objetivos da organização” (p. 55).

* Introdução à Teoria Geral da Administração, de Idalberto Chiavenato, publicado em 2014 pela Elsevier. Neste livro, o autor usa o termo “dirigir” para se referir à função administrativa de Fayol, e define que “dirigir significa conduzir e orientar as pessoas na execução das tarefas necessárias para alcançar os objetivos previamente estabelecidos” (p. 35).

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 6415. Leticia Abreu de Carvalho [***.630.144-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 19:23:10

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 45

Questionamento (Candidato):

A questão 45 apresenta uma definição incompleta do processo administrativo de acordo com a abordagem de Fayol, bem como uma listagem parcial dos princípios de administração propostos por esse autor. Quero ressaltar os seguintes pontos:
De acordo com Henri Fayol, o processo administrativo é composto pelas funções de planejar, organizar, dirigir, coordenar e controlar. A questão não inclui a função de coordenar, o que representa uma imprecisão e diverge dos princípios clássicos de Fayol.
Os princípios de administração de Fayol são 14, a saber: divisão do trabalho, autoridade e responsabilidade, unidade de comando, unidade de direção, disciplina, prevalência dos interesses gerais, remuneração, centralização, hierarquia, ordem, equidade, estabilidade, iniciativa e espírito de equipe. A questão não menciona todos esses princípios, o que compromete a fidelidade à teoria de Fayol.
Portanto, com base nos argumentos acima, solicito a revisão da questão 45, uma vez que todas as alternativas encontra-se corretas e o gabarito preliminar foi dado alternativa "a", sendo passível anulação da questão.

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

Fayol usou o termo “comandar” em vez de “dirigir” para se referir a uma das quatro funções básicas da administração. No entanto, alguns autores e tradutores preferem usar “dirigir” como um sinônimo de “comandar”, pois consideram que esse termo é mais adequado ao contexto atual das organizações. Por exemplo, no livro Administração Industrial e Geral, que é uma tradução da obra original de Fayol, o termo “dirigir” é usado no lugar de “comandar”. Diante do exposto, estarei citando abaixo alguns dos autores referências da teoria que nos transmite e efatizam o porque da utilização do "Dirigir em vez do Comandar":

* Administração: Teoria e Prática no Contexto Brasileiro, de Filipe Sobral e Alketa Peci, publicado em 2008 pela Pearson Prentice Hall. Neste livro, os autores usam o termo “dirigir” para se referir à função administrativa de Fayol, e explicam que “dirigir significa orientar, supervisionar e motivar as pessoas para que elas realizem as tarefas necessárias para alcançar os objetivos organizacionais” (p. 7).

* Teoria Geral da Administração: Da Revolução Urbana à Revolução Digital, de Antonio Cesar Amaru Maximiano, publicado em 2012 pela Atlas. Neste livro, o autor usa o termo “dirigir” para se referir à função administrativa de Fayol, e afirma que “dirigir é a função que consiste em influenciar o comportamento das pessoas no sentido de contribuir para o alcance dos objetivos da organização” (p. 55).

* Introdução à Teoria Geral da Administração, de Idalberto Chiavenato, publicado em 2014 pela Elsevier. Neste livro, o autor usa o termo “dirigir” para se referir à função administrativa de Fayol, e define que “dirigir significa conduzir e orientar as pessoas na execução das tarefas necessárias para alcançar os objetivos previamente estabelecidos” (p. 35).

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 6344. Silvia Adriana Lima Corrêa [***.396.792-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 20:01:15

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 45

Questionamento (Candidato):

O tópico 2 da questão 45, considerada correta conforme gabarito, diz que o conceito de processo administrativo segundo Fayol representa:
" II. sequência de 4 funções básicas: planejar, organizar , dirigir e controlar". Porém, Antônio Cesar Amaru Maximiniano, em seu livro Teoria geral da administração, na página 5, afirma que na verdade não são 4, mas 5 funções: Planejar, organizar, comandar, coordenar e controlar. Por esse motivo, solicito a anulação desta questão.
Fonte: Teoria Geral da Administração. da Revolução Urbana à revolução digital.
Autor: Antônio Cesar Amaru Maximiniano, 8ª edição.
Disponível em: https://doceru.com/doc/v11vxcn

Anexo (Candidato):

https://drive.google.com/open?id=1pLsbu3c2RyrWzTpIkx8veMc9euOzUqXY

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

Fayol usou o termo “comandar” em vez de “dirigir” para se referir a uma das quatro funções básicas da administração. No entanto, alguns autores e tradutores preferem usar “dirigir” como um sinônimo de “comandar”, pois consideram que esse termo é mais adequado ao contexto atual das organizações. Por exemplo, no livro Administração Industrial e Geral, que é uma tradução da obra original de Fayol, o termo “dirigir” é usado no lugar de “comandar”. Diante do exposto, estarei citando abaixo alguns dos autores referências da teoria que nos transmite e efatizam o porque da utilização do "Dirigir em vez do Comandar":

* Administração: Teoria e Prática no Contexto Brasileiro, de Filipe Sobral e Alketa Peci, publicado em 2008 pela Pearson Prentice Hall. Neste livro, os autores usam o termo “dirigir” para se referir à função administrativa de Fayol, e explicam que “dirigir significa orientar, supervisionar e motivar as pessoas para que elas realizem as tarefas necessárias para alcançar os objetivos organizacionais” (p. 7).

* Teoria Geral da Administração: Da Revolução Urbana à Revolução Digital, de Antonio Cesar Amaru Maximiano, publicado em 2012 pela Atlas. Neste livro, o autor usa o termo “dirigir” para se referir à função administrativa de Fayol, e afirma que “dirigir é a função que consiste em influenciar o comportamento das pessoas no sentido de contribuir para o alcance dos objetivos da organização” (p. 55).

* Introdução à Teoria Geral da Administração, de Idalberto Chiavenato, publicado em 2014 pela Elsevier. Neste livro, o autor usa o termo “dirigir” para se referir à função administrativa de Fayol, e define que “dirigir significa conduzir e orientar as pessoas na execução das tarefas necessárias para alcançar os objetivos previamente estabelecidos” (p. 35).

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 1058. André Fellipe Guimarães da Silva [***.063.772-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 20:28:27

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 45

Questionamento (Candidato):

Prezados, solicito anulação da questão, pois o item II diverge do que se apresenta na literatura da área.

Conforme o livro Teoria Geral da Administração, de Antônio César Amaru Maximiniano, para Fayol haviam 5 funções administrativas importantes: Planejamento (previsão), Organização, Comando, Coordenação e Controle.

Anexei o pdf com o capítulo do livro indicado, na qual pode-se encontrar a informação na página 3 do pdf ou na página 57 do livro original.

Venho respeitosamente solicitar a V. Sª., análise do(s) questionamento(s), termos em que peço e aguardo deferimento

Anexo (Candidato):

https://drive.google.com/open?id=1W8SU2JOwwvcZpQQ2DMwvCmX6GqF_D1BK

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

Fayol usou o termo “comandar” em vez de “dirigir” para se referir a uma das quatro funções básicas da administração. No entanto, alguns autores e tradutores preferem usar “dirigir” como um sinônimo de “comandar”, pois consideram que esse termo é mais adequado ao contexto atual das organizações. Por exemplo, no livro Administração Industrial e Geral, que é uma tradução da obra original de Fayol, o termo “dirigir” é usado no lugar de “comandar”. Diante do exposto, estarei citando abaixo alguns dos autores referências da teoria que nos transmite e efatizam o porque da utilização do "Dirigir em vez do Comandar":

* Administração: Teoria e Prática no Contexto Brasileiro, de Filipe Sobral e Alketa Peci, publicado em 2008 pela Pearson Prentice Hall. Neste livro, os autores usam o termo “dirigir” para se referir à função administrativa de Fayol, e explicam que “dirigir significa orientar, supervisionar e motivar as pessoas para que elas realizem as tarefas necessárias para alcançar os objetivos organizacionais” (p. 7).

* Teoria Geral da Administração: Da Revolução Urbana à Revolução Digital, de Antonio Cesar Amaru Maximiano, publicado em 2012 pela Atlas. Neste livro, o autor usa o termo “dirigir” para se referir à função administrativa de Fayol, e afirma que “dirigir é a função que consiste em influenciar o comportamento das pessoas no sentido de contribuir para o alcance dos objetivos da organização” (p. 55).

* Introdução à Teoria Geral da Administração, de Idalberto Chiavenato, publicado em 2014 pela Elsevier. Neste livro, o autor usa o termo “dirigir” para se referir à função administrativa de Fayol, e define que “dirigir significa conduzir e orientar as pessoas na execução das tarefas necessárias para alcançar os objetivos previamente estabelecidos” (p. 35).

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 7246. Junia dos Santos Nascimento [***.008.062-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 21:02:11

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 45

Questionamento (Candidato):

Na pagina 57 do livro Teoria Geral da Administração autor: Antônio César Amaru Maximiniano 2ª edição, autor afirma que são 5 funções: Planejar, Organizar, Comandar, Coordenar e Controlar e não 4 como afirma a questão 45 no item 2 onde a banca considerou correta.

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

Fayol usou o termo “comandar” em vez de “dirigir” para se referir a uma das quatro funções básicas da administração. No entanto, alguns autores e tradutores preferem usar “dirigir” como um sinônimo de “comandar”, pois consideram que esse termo é mais adequado ao contexto atual das organizações. Por exemplo, no livro Administração Industrial e Geral, que é uma tradução da obra original de Fayol, o termo “dirigir” é usado no lugar de “comandar”. Diante do exposto, estarei citando abaixo alguns dos autores referências da teoria que nos transmite e efatizam o porque da utilização do "Dirigir em vez do Comandar":

* Administração: Teoria e Prática no Contexto Brasileiro, de Filipe Sobral e Alketa Peci, publicado em 2008 pela Pearson Prentice Hall. Neste livro, os autores usam o termo “dirigir” para se referir à função administrativa de Fayol, e explicam que “dirigir significa orientar, supervisionar e motivar as pessoas para que elas realizem as tarefas necessárias para alcançar os objetivos organizacionais” (p. 7).

* Teoria Geral da Administração: Da Revolução Urbana à Revolução Digital, de Antonio Cesar Amaru Maximiano, publicado em 2012 pela Atlas. Neste livro, o autor usa o termo “dirigir” para se referir à função administrativa de Fayol, e afirma que “dirigir é a função que consiste em influenciar o comportamento das pessoas no sentido de contribuir para o alcance dos objetivos da organização” (p. 55).

* Introdução à Teoria Geral da Administração, de Idalberto Chiavenato, publicado em 2014 pela Elsevier. Neste livro, o autor usa o termo “dirigir” para se referir à função administrativa de Fayol, e define que “dirigir significa conduzir e orientar as pessoas na execução das tarefas necessárias para alcançar os objetivos previamente estabelecidos” (p. 35).

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 12987. Ednelson Liborio de Souza [***.960.192-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 21:08:25

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 45

Questionamento (Candidato):

Prezados Senhores, por meio deste se faz a impugnação da nota da questão número 45, item A, Edital 21/2023, no sentido de reavaliação da resposta do recorrente.
De início, cumpre salientar que não é objetivo do recorrente se fazer substituir na prudente avaliação da Banca Examinadora, mas apenas salientar alguns pontos da respostas que podem ter, gerado dúvida ao candidato.
A referida questão, no item II, explicita as funções básicas do processo administrativo: ‘’ planejar, organizar, dirigir e controlar’’. Entretanto segundo o Livro ‘’TEORIA GERAL DA ADMINISTRAÇÃO – ANTONIO CESAR AMARU – 5ª edição – página 55- Se verifica os seguintes princípios Básicos: planejar, organizar, comandar, coordenar e controlar. Diante deste conceito mais específico citado no livro, respeitosamente solicito a anulação da questão.
Temos em que peço e espero deferimento, confiando assim na sobriedade dos responsáveis pela reavaliação da correção ora impugnada.

Anexo (Candidato):

https://drive.google.com/open?id=1QZYPjCdgZUUs2hGoyTT286O5YK7vflVM

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

Fayol usou o termo “comandar” em vez de “dirigir” para se referir a uma das quatro funções básicas da administração. No entanto, alguns autores e tradutores preferem usar “dirigir” como um sinônimo de “comandar”, pois consideram que esse termo é mais adequado ao contexto atual das organizações. Por exemplo, no livro Administração Industrial e Geral, que é uma tradução da obra original de Fayol, o termo “dirigir” é usado no lugar de “comandar”. Diante do exposto, estarei citando abaixo alguns dos autores referências da teoria que nos transmite e efatizam o porque da utilização do "Dirigir em vez do Comandar":

* Administração: Teoria e Prática no Contexto Brasileiro, de Filipe Sobral e Alketa Peci, publicado em 2008 pela Pearson Prentice Hall. Neste livro, os autores usam o termo “dirigir” para se referir à função administrativa de Fayol, e explicam que “dirigir significa orientar, supervisionar e motivar as pessoas para que elas realizem as tarefas necessárias para alcançar os objetivos organizacionais” (p. 7).

* Teoria Geral da Administração: Da Revolução Urbana à Revolução Digital, de Antonio Cesar Amaru Maximiano, publicado em 2012 pela Atlas. Neste livro, o autor usa o termo “dirigir” para se referir à função administrativa de Fayol, e afirma que “dirigir é a função que consiste em influenciar o comportamento das pessoas no sentido de contribuir para o alcance dos objetivos da organização” (p. 55).

* Introdução à Teoria Geral da Administração, de Idalberto Chiavenato, publicado em 2014 pela Elsevier. Neste livro, o autor usa o termo “dirigir” para se referir à função administrativa de Fayol, e define que “dirigir significa conduzir e orientar as pessoas na execução das tarefas necessárias para alcançar os objetivos previamente estabelecidos” (p. 35).

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 1825. Adrielly Vaz dos Santos [***.289.142-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 21:57:54

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 45

Questionamento (Candidato):

No livro "Teoria Geral da Administração", o autor Antônio César Amaru Maximiniano explana que o "trabalho do dirigente consiste em tomar decisões, estabelecer metas, definir diretrizes e atribuir responsabilidades aos integrantes da organização, de modo que as atividades de PLANEJAR, ORGANIZAR, COMANDAR, COORDENAR E CONTROLAR estejam numa sequência lógica". (p.60). Assim, a assertiva II encontra-se incorreta.

Portanto, solicita-se a ANULAÇÃO da questão, tendo em vista que a mesma não apresenta alternativa correta.

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

Fayol usou o termo “comandar” em vez de “dirigir” para se referir a uma das quatro funções básicas da administração. No entanto, alguns autores e tradutores preferem usar “dirigir” como um sinônimo de “comandar”, pois consideram que esse termo é mais adequado ao contexto atual das organizações. Por exemplo, no livro Administração Industrial e Geral, que é uma tradução da obra original de Fayol, o termo “dirigir” é usado no lugar de “comandar”. Diante do exposto, estarei citando abaixo alguns dos autores referências da teoria que nos transmite e efatizam o porque da utilização do "Dirigir em vez do Comandar":

* Administração: Teoria e Prática no Contexto Brasileiro, de Filipe Sobral e Alketa Peci, publicado em 2008 pela Pearson Prentice Hall. Neste livro, os autores usam o termo “dirigir” para se referir à função administrativa de Fayol, e explicam que “dirigir significa orientar, supervisionar e motivar as pessoas para que elas realizem as tarefas necessárias para alcançar os objetivos organizacionais” (p. 7).

* Teoria Geral da Administração: Da Revolução Urbana à Revolução Digital, de Antonio Cesar Amaru Maximiano, publicado em 2012 pela Atlas. Neste livro, o autor usa o termo “dirigir” para se referir à função administrativa de Fayol, e afirma que “dirigir é a função que consiste em influenciar o comportamento das pessoas no sentido de contribuir para o alcance dos objetivos da organização” (p. 55).

* Introdução à Teoria Geral da Administração, de Idalberto Chiavenato, publicado em 2014 pela Elsevier. Neste livro, o autor usa o termo “dirigir” para se referir à função administrativa de Fayol, e define que “dirigir significa conduzir e orientar as pessoas na execução das tarefas necessárias para alcançar os objetivos previamente estabelecidos” (p. 35).

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 3661. Michele das Chagas Bezerra [***.788.372-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 22:13:42

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 45

Questionamento (Candidato):

A questão nº 45 em seu enunciado destacava: Segundo a abordagem clássica de Fayol, o conceito de processo administrativo representa o (a):
No livro Teoria Geral da Administração de Maximiano, no capitulo 04 "Fayol e a escola do processo de administração".
O autor cita o processo administrativo como sendo cinco funções: Planejamento, organização, comando, coordenação e controle. Porém na questão foi colocado como certo o processo PODC, planejamento, organização e controle.
No gabarito preliminar colocou como alternativa correta a alternativa letra A.

Anexo (Candidato):

https://drive.google.com/open?id=1xLGU-Z4QEvg3lBg5aOrNY8ygvC0fbubP

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

Fayol usou o termo “comandar” em vez de “dirigir” para se referir a uma das quatro funções básicas da administração. No entanto, alguns autores e tradutores preferem usar “dirigir” como um sinônimo de “comandar”, pois consideram que esse termo é mais adequado ao contexto atual das organizações. Por exemplo, no livro Administração Industrial e Geral, que é uma tradução da obra original de Fayol, o termo “dirigir” é usado no lugar de “comandar”. Diante do exposto, estarei citando abaixo alguns dos autores referências da teoria que nos transmite e efatizam o porque da utilização do "Dirigir em vez do Comandar":

* Administração: Teoria e Prática no Contexto Brasileiro, de Filipe Sobral e Alketa Peci, publicado em 2008 pela Pearson Prentice Hall. Neste livro, os autores usam o termo “dirigir” para se referir à função administrativa de Fayol, e explicam que “dirigir significa orientar, supervisionar e motivar as pessoas para que elas realizem as tarefas necessárias para alcançar os objetivos organizacionais” (p. 7).

* Teoria Geral da Administração: Da Revolução Urbana à Revolução Digital, de Antonio Cesar Amaru Maximiano, publicado em 2012 pela Atlas. Neste livro, o autor usa o termo “dirigir” para se referir à função administrativa de Fayol, e afirma que “dirigir é a função que consiste em influenciar o comportamento das pessoas no sentido de contribuir para o alcance dos objetivos da organização” (p. 55).

* Introdução à Teoria Geral da Administração, de Idalberto Chiavenato, publicado em 2014 pela Elsevier. Neste livro, o autor usa o termo “dirigir” para se referir à função administrativa de Fayol, e define que “dirigir significa conduzir e orientar as pessoas na execução das tarefas necessárias para alcançar os objetivos previamente estabelecidos” (p. 35).

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 3661. Michele das Chagas Bezerra [***.788.372-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 22:20:31

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 45

Questionamento (Candidato):

A questão nº 45 em seu enunciado destacava: Segundo a abordagem clássica de Fayol, o conceito de processo administrativo representa o (a):
No livro Teoria Geral da Administração de Maximiano, no capitulo 04 "Fayol e a escola do processo de administração".
O autor cita o processo administrativo como sendo cinco funções: Planejamento, organização, comando, coordenação e controle. Porém na questão foi colocado como certo o processo PODC, planejamento, organização e controle.
No gabarito preliminar colocou como alternativa correta a alternativa letra A.

Anexo (Candidato):

https://drive.google.com/open?id=1XJ5x-b6xGt9TiytqwYgNxEc2gSv1hKRQ

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

Fayol usou o termo “comandar” em vez de “dirigir” para se referir a uma das quatro funções básicas da administração. No entanto, alguns autores e tradutores preferem usar “dirigir” como um sinônimo de “comandar”, pois consideram que esse termo é mais adequado ao contexto atual das organizações. Por exemplo, no livro Administração Industrial e Geral, que é uma tradução da obra original de Fayol, o termo “dirigir” é usado no lugar de “comandar”. Diante do exposto, estarei citando abaixo alguns dos autores referências da teoria que nos transmite e efatizam o porque da utilização do "Dirigir em vez do Comandar":

* Administração: Teoria e Prática no Contexto Brasileiro, de Filipe Sobral e Alketa Peci, publicado em 2008 pela Pearson Prentice Hall. Neste livro, os autores usam o termo “dirigir” para se referir à função administrativa de Fayol, e explicam que “dirigir significa orientar, supervisionar e motivar as pessoas para que elas realizem as tarefas necessárias para alcançar os objetivos organizacionais” (p. 7).

* Teoria Geral da Administração: Da Revolução Urbana à Revolução Digital, de Antonio Cesar Amaru Maximiano, publicado em 2012 pela Atlas. Neste livro, o autor usa o termo “dirigir” para se referir à função administrativa de Fayol, e afirma que “dirigir é a função que consiste em influenciar o comportamento das pessoas no sentido de contribuir para o alcance dos objetivos da organização” (p. 55).

* Introdução à Teoria Geral da Administração, de Idalberto Chiavenato, publicado em 2014 pela Elsevier. Neste livro, o autor usa o termo “dirigir” para se referir à função administrativa de Fayol, e define que “dirigir significa conduzir e orientar as pessoas na execução das tarefas necessárias para alcançar os objetivos previamente estabelecidos” (p. 35).

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 17364. Kamily do Espírito Santo Costa [***.783.952-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 22:53:46

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 45

Questionamento (Candidato):

Para Fayol, o processo administrativo é definido como: prevê; organizar; comandar; coordenar; e controlar. Aplicação de princípios gerais para solucionar problemas. São 14 os princípios de Fayol: Divisão do trabalho, autoridade e responsabilidade, unidade de comando, unidade de direção, disciplina, prevalência dos interesses gerais, remuneração, centralização, hierarquia, ordem, equidade, estabilidade, iniciativa e espírito de equipe.

Recurso (Candidato): Alterar o gabarito para a letra "E"

Parecer (Banca):

Fayol usou o termo “comandar” em vez de “dirigir” para se referir a uma das quatro funções básicas da administração. No entanto, alguns autores e tradutores preferem usar “dirigir” como um sinônimo de “comandar”, pois consideram que esse termo é mais adequado ao contexto atual das organizações. Por exemplo, no livro Administração Industrial e Geral, que é uma tradução da obra original de Fayol, o termo “dirigir” é usado no lugar de “comandar”. Diante do exposto, estarei citando abaixo alguns dos autores referências da teoria que nos transmite e efatizam o porque da utilização do "Dirigir em vez do Comandar":

* Administração: Teoria e Prática no Contexto Brasileiro, de Filipe Sobral e Alketa Peci, publicado em 2008 pela Pearson Prentice Hall. Neste livro, os autores usam o termo “dirigir” para se referir à função administrativa de Fayol, e explicam que “dirigir significa orientar, supervisionar e motivar as pessoas para que elas realizem as tarefas necessárias para alcançar os objetivos organizacionais” (p. 7).

* Teoria Geral da Administração: Da Revolução Urbana à Revolução Digital, de Antonio Cesar Amaru Maximiano, publicado em 2012 pela Atlas. Neste livro, o autor usa o termo “dirigir” para se referir à função administrativa de Fayol, e afirma que “dirigir é a função que consiste em influenciar o comportamento das pessoas no sentido de contribuir para o alcance dos objetivos da organização” (p. 55).

* Introdução à Teoria Geral da Administração, de Idalberto Chiavenato, publicado em 2014 pela Elsevier. Neste livro, o autor usa o termo “dirigir” para se referir à função administrativa de Fayol, e define que “dirigir significa conduzir e orientar as pessoas na execução das tarefas necessárias para alcançar os objetivos previamente estabelecidos” (p. 35).

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 3985. Nathasha Fernandes de Oliveira [***.595.112-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 23:39:39

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 45

Questionamento (Candidato):

Prezada Banca Organizadora,

De acordo com o gabarito preliminar da questão 45, de Conhecimento Específico da Prova Nível Médio: NM15(Benjamin Constant), NM17 (Coari), NM24 (Itacoatiara) e NM01(Manaus) para Assistente em Administração- Concursos Público Técnico Administrativo-2023, a resposta correta é a letra A)Somente as afirmativas I,II e V são verdadeiras. Porém, o item II. Sequência de quatro funções básicas: planejar, organizar, dirigir e controlar é falso, visto que a abordagem clássica de Fayol considera prever, organizar, comandar, coordenar e controlar como os elementos da Administração que constituem o chamado processo administrativo e não planejar, organizar, dirigir e controlar, termos oriundos da Teoria Neoclássica, que atualizou a classificação de Fayol, como nos informa o livro Teoria Geral da Administração de Idalberto Chiavenato.

Ademais, o item IV.divisão do trabalho em unidades especializadas e hierarquizadas está correto, já que, para Fayol, um do 14 Princípios Gerais da Administração é a Divisão do trabalho e a Teoria Clássica se preocupava com essa divisão nos departamentos, seções, unidades e etc. Além disso, essa divisão poderia acontecer em duas direções: Vertical, de acordo com os níveis de autoridade e responsabilidade (como na escala hierárquica de Fayol) , na qual a hierarquia definiria a graduação das responsabilidades de acordo com os graus de autoridade, e Horizontal, na qual dependeria do tipo de atividade da organização (como na especialização de Fayol), em que no mesmo nível hierárquico cada unidade ou departamento passaria a ser responsável por uma atividade específica e própria. Ou seja, item IV. Está de acordo com a abordagem clássica de Fayol, relacionado ao seu conceito de processo administrativo.

O item III.forma de coordenar os esforços humanos e materiais para alcançar a eficiência e eficácia são informações características da Teoria Neoclássica também, que buscava estudar a Administração como um método social, pelo qual o administrador pode alcançar resultados através das pessoas com as quais trabalha e matérias necessários, uma vez tendo êxito e sendo igualmente eficiente e eficaz, poderia ser nomeada como uma empresa de excelência.

Em virtude desses fatos, solicito a alteração do gabarito para a letra c)Somente as afirmativas I,IV e V são verdadeiras.

Referência:
CHIAVENATO, Idalberto. Introdução a teoria geral da administração. 7. ed. rev. atual. São Paulo: Elsevier, Campus, 2003.

Recurso (Candidato): Alterar o gabarito para a letra "C"

Parecer (Banca):

Fayol usou o termo “comandar” em vez de “dirigir” para se referir a uma das quatro funções básicas da administração. No entanto, alguns autores e tradutores preferem usar “dirigir” como um sinônimo de “comandar”, pois consideram que esse termo é mais adequado ao contexto atual das organizações. Por exemplo, no livro Administração Industrial e Geral, que é uma tradução da obra original de Fayol, o termo “dirigir” é usado no lugar de “comandar”. Diante do exposto, estarei citando abaixo alguns dos autores referências da teoria que nos transmite e efatizam o porque da utilização do "Dirigir em vez do Comandar":

* Administração: Teoria e Prática no Contexto Brasileiro, de Filipe Sobral e Alketa Peci, publicado em 2008 pela Pearson Prentice Hall. Neste livro, os autores usam o termo “dirigir” para se referir à função administrativa de Fayol, e explicam que “dirigir significa orientar, supervisionar e motivar as pessoas para que elas realizem as tarefas necessárias para alcançar os objetivos organizacionais” (p. 7).

* Teoria Geral da Administração: Da Revolução Urbana à Revolução Digital, de Antonio Cesar Amaru Maximiano, publicado em 2012 pela Atlas. Neste livro, o autor usa o termo “dirigir” para se referir à função

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

administrativa de Fayol, e afirma que “dirigir é a função que consiste em influenciar o comportamento das pessoas no sentido de contribuir para o alcance dos objetivos da organização” (p. 55).

* Introdução à Teoria Geral da Administração, de Idalberto Chiavenato, publicado em 2014 pela Elsevier. Neste livro, o autor usa o termo “dirigir” para se referir à função administrativa de Fayol, e define que “dirigir significa conduzir e orientar as pessoas na execução das tarefas necessárias para alcançar os objetivos previamente estabelecidos” (p. 35).

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 5664. Jefité Dimenson Conceição Bruce [***.178.972-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 23:46:02

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 45

Questionamento (Candidato):

Venho respeitosamente venho solicitar a Vossa Senhoria Banca Examinadora, cumpre salientar que não é objetivo do recorrente se fazer substituir na prudente avaliação da Banca Examinadora, mas apenas salientar alguns pontos da respostas que podem ter, eventualmente, passado despercebidos. A banca indicou o item II como correta da questão 45 porém, com base no Autor: Antônio César Amaru Maximiano 2a. Edição. Editora: Atlas na página 57 o Autor afirma que são 5 funções, planejar, organizar, comandar, coordenar e controlar e não 4 como afirma a questão. Dessa forma solicito anulação da questão 45.

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

Fayol usou o termo “comandar” em vez de “dirigir” para se referir a uma das quatro funções básicas da administração. No entanto, alguns autores e tradutores preferem usar “dirigir” como um sinônimo de “comandar”, pois consideram que esse termo é mais adequado ao contexto atual das organizações. Por exemplo, no livro Administração Industrial e Geral, que é uma tradução da obra original de Fayol, o termo “dirigir” é usado no lugar de “comandar”. Diante do exposto, estarei citando abaixo alguns dos autores referências da teoria que nos transmite e efatizam o porque da utilização do "Dirigir em vez do Comandar":

* Administração: Teoria e Prática no Contexto Brasileiro, de Filipe Sobral e Alketa Peci, publicado em 2008 pela Pearson Prentice Hall. Neste livro, os autores usam o termo “dirigir” para se referir à função administrativa de Fayol, e explicam que “dirigir significa orientar, supervisionar e motivar as pessoas para que elas realizem as tarefas necessárias para alcançar os objetivos organizacionais” (p. 7).

* Teoria Geral da Administração: Da Revolução Urbana à Revolução Digital, de Antonio Cesar Amaru Maximiano, publicado em 2012 pela Atlas. Neste livro, o autor usa o termo “dirigir” para se referir à função administrativa de Fayol, e afirma que “dirigir é a função que consiste em influenciar o comportamento das pessoas no sentido de contribuir para o alcance dos objetivos da organização” (p. 55).

* Introdução à Teoria Geral da Administração, de Idalberto Chiavenato, publicado em 2014 pela Elsevier. Neste livro, o autor usa o termo “dirigir” para se referir à função administrativa de Fayol, e define que “dirigir significa conduzir e orientar as pessoas na execução das tarefas necessárias para alcançar os objetivos previamente estabelecidos” (p. 35).

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 7745. Henrique da Silva Porto [***.902.182-**]

Recurso em: 17/10/2023 às 08:20:13

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 45

Questionamento (Candidato):

Fayol também traz a divisão do trabalho especializado e hierarquizado como consta na afirmativa IV como um dos pilares de sua abordagem... dentro do planejamento, da organização, da direção e do controle existem essas divisões trazidas na afirmativas e defendidas por Henry Fayol

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

Fayol usou o termo “comandar” em vez de “dirigir” para se referir a uma das quatro funções básicas da administração. No entanto, alguns autores e tradutores preferem usar “dirigir” como um sinônimo de “comandar”, pois consideram que esse termo é mais adequado ao contexto atual das organizações. Por exemplo, no livro Administração Industrial e Geral, que é uma tradução da obra original de Fayol, o termo “dirigir” é usado no lugar de “comandar”. Diante do exposto, estarei citando abaixo alguns dos autores referências da teoria que nos transmite e efatizam o porque da utilização do "Dirigir em vez do Comandar":

* Administração: Teoria e Prática no Contexto Brasileiro, de Filipe Sobral e Alketa Peci, publicado em 2008 pela Pearson Prentice Hall. Neste livro, os autores usam o termo “dirigir” para se referir à função administrativa de Fayol, e explicam que “dirigir significa orientar, supervisionar e motivar as pessoas para que elas realizem as tarefas necessárias para alcançar os objetivos organizacionais” (p. 7).

* Teoria Geral da Administração: Da Revolução Urbana à Revolução Digital, de Antonio Cesar Amaru Maximiano, publicado em 2012 pela Atlas. Neste livro, o autor usa o termo “dirigir” para se referir à função administrativa de Fayol, e afirma que “dirigir é a função que consiste em influenciar o comportamento das pessoas no sentido de contribuir para o alcance dos objetivos da organização” (p. 55).

* Introdução à Teoria Geral da Administração, de Idalberto Chiavenato, publicado em 2014 pela Elsevier. Neste livro, o autor usa o termo “dirigir” para se referir à função administrativa de Fayol, e define que “dirigir significa conduzir e orientar as pessoas na execução das tarefas necessárias para alcançar os objetivos previamente estabelecidos” (p. 35).

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 12304. Thomas Cunha de Souza [***.515.292-**]

Recurso em: 17/10/2023 às 08:39:59

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 45

Questionamento (Candidato):

Segundo Idalberto Chiavenato em seu livro Introdução à Teoria Geral da Administração 9° edição:
"Fayol define ato de administrar como: prever, organizar, comandar, coordenar e controlar. As funções administrativas envolvem os elementos da administração, isto é, as funções do administrador:
1. Prever: visualizar o futuro e traçar o programa de ação.
2. Organizar: constituir o duplo organismo material e social da empresa.
3. Comandar: dirigir e orientar o pessoal.
4. Coordenar: ligar, unir, harmonizar todos os atos e esforços coletivos.
5. Controlar: verificar que tudo ocorra de acordo com as regras estabelecidas e as ordens dadas. Esses são os elementos da administração que constituem o chamado processo administrativo – são localizáveis no trabalho do administrador em qualquer nível ou área de atividade da empresa. Em outros termos, tanto o diretor, o gerente, o chefe, como o supervisor – cada qual em seu respectivo nível – desempenham atividades de previsão, organização, comando, coordenação e controle, como atividades administrativas essenciais."

Visto que não há alternativa que inclua a sequência das demais assertivas corretas (I-III-IV-V), solicito a anulação da questão.

Anexo (Candidato):

https://drive.google.com/open?id=1wyYJscH53fvG-W22Xo7XkAXqxKRM6ygE

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

Fayol usou o termo "comandar" em vez de "dirigir" para se referir a uma das quatro funções básicas da administração. No entanto, alguns autores e tradutores preferem usar "dirigir" como um sinônimo de "comandar", pois consideram que esse termo é mais adequado ao contexto atual das organizações. Por exemplo, no livro Administração Industrial e Geral, que é uma tradução da obra original de Fayol, o termo "dirigir" é usado no lugar de "comandar". Diante do exposto, estarei citando abaixo alguns dos autores referências da teoria que nos transmite e efatizam o porque da utilização do "Dirigir em vez do Comandar":

* Administração: Teoria e Prática no Contexto Brasileiro, de Filipe Sobral e Alketa Peci, publicado em 2008 pela Pearson Prentice Hall. Neste livro, os autores usam o termo "dirigir" para se referir à função administrativa de Fayol, e explicam que "dirigir significa orientar, supervisionar e motivar as pessoas para que elas realizem as tarefas necessárias para alcançar os objetivos organizacionais" (p. 7).

* Teoria Geral da Administração: Da Revolução Urbana à Revolução Digital, de Antonio Cesar Amaru Maximiano, publicado em 2012 pela Atlas. Neste livro, o autor usa o termo "dirigir" para se referir à função administrativa de Fayol, e afirma que "dirigir é a função que consiste em influenciar o comportamento das pessoas no sentido de contribuir para o alcance dos objetivos da organização" (p. 55).

* Introdução à Teoria Geral da Administração, de Idalberto Chiavenato, publicado em 2014 pela Elsevier. Neste livro, o autor usa o termo "dirigir" para se referir à função administrativa de Fayol, e define que "dirigir significa conduzir e orientar as pessoas na execução das tarefas necessárias para alcançar os objetivos previamente estabelecidos" (p. 35).

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 16499. Moacyr Rosas Neto [***.467.512-**]

Recurso em: 17/10/2023 às 08:43:27

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 45

Questionamento (Candidato):

O item III "forma de coordenar os esforços humanos e materiais para alcançar a eficiência e a eficácia" está relacionado com o item II "sequência de quatro funções básicas: planejar, organizar, dirigir e controlar". As quatro funções básicas mencionadas anteriormente são realizadas por meio de pessoal (recursos humanos) e recursos materiais de maneira coordenada para atingir os objetivos da organização.
Como III está associado ao II, logo III é verdadeiro; portanto a questão deve ser anulada.

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

Fayol usou o termo “comandar” em vez de “dirigir” para se referir a uma das quatro funções básicas da administração. No entanto, alguns autores e tradutores preferem usar “dirigir” como um sinônimo de “comandar”, pois consideram que esse termo é mais adequado ao contexto atual das organizações. Por exemplo, no livro Administração Industrial e Geral, que é uma tradução da obra original de Fayol, o termo “dirigir” é usado no lugar de “comandar”. Diante do exposto, estarei citando abaixo alguns dos autores referências da teoria que nos transmite e efatizam o porque da utilização do "Dirigir em vez do Comandar":

* Administração: Teoria e Prática no Contexto Brasileiro, de Filipe Sobral e Alketa Peci, publicado em 2008 pela Pearson Prentice Hall. Neste livro, os autores usam o termo “dirigir” para se referir à função administrativa de Fayol, e explicam que “dirigir significa orientar, supervisionar e motivar as pessoas para que elas realizem as tarefas necessárias para alcançar os objetivos organizacionais” (p. 7).

* Teoria Geral da Administração: Da Revolução Urbana à Revolução Digital, de Antonio Cesar Amaru Maximiano, publicado em 2012 pela Atlas. Neste livro, o autor usa o termo “dirigir” para se referir à função administrativa de Fayol, e afirma que “dirigir é a função que consiste em influenciar o comportamento das pessoas no sentido de contribuir para o alcance dos objetivos da organização” (p. 55).

* Introdução à Teoria Geral da Administração, de Idalberto Chiavenato, publicado em 2014 pela Elsevier. Neste livro, o autor usa o termo “dirigir” para se referir à função administrativa de Fayol, e define que “dirigir significa conduzir e orientar as pessoas na execução das tarefas necessárias para alcançar os objetivos previamente estabelecidos” (p. 35).

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 4541. Irlane Farias de Andrade [***.365.602-**]

Recurso em: 17/10/2023 às 09:35:43

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 45

Questionamento (Candidato):

Teoria geral da administracao.
Autor: ANTONIO CESAR AMARU MAXMINIANO; 2ª Edição.Editora: Atlas.
PAGINA 57, O autor afirma que são 5 funções: Planejar, Organizar,Comandar, Coordenar e Controlar e NÃO 4 como afirma a questão.

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

Fayol usou o termo “comandar” em vez de “dirigir” para se referir a uma das quatro funções básicas da administração. No entanto, alguns autores e tradutores preferem usar “dirigir” como um sinônimo de “comandar”, pois consideram que esse termo é mais adequado ao contexto atual das organizações. Por exemplo, no livro Administração Industrial e Geral, que é uma tradução da obra original de Fayol, o termo “dirigir” é usado no lugar de “comandar”. Diante do exposto, estarei citando abaixo alguns dos autores referências da teoria que nos transmite e efatizam o porque da utilização do "Dirigir em vez do Comandar":

* Administração: Teoria e Prática no Contexto Brasileiro, de Filipe Sobral e Alketa Peci, publicado em 2008 pela Pearson Prentice Hall. Neste livro, os autores usam o termo “dirigir” para se referir à função administrativa de Fayol, e explicam que “dirigir significa orientar, supervisionar e motivar as pessoas para que elas realizem as tarefas necessárias para alcançar os objetivos organizacionais” (p. 7).

* Teoria Geral da Administração: Da Revolução Urbana à Revolução Digital, de Antonio Cesar Amaru Maximiano, publicado em 2012 pela Atlas. Neste livro, o autor usa o termo “dirigir” para se referir à função administrativa de Fayol, e afirma que “dirigir é a função que consiste em influenciar o comportamento das pessoas no sentido de contribuir para o alcance dos objetivos da organização” (p. 55).

* Introdução à Teoria Geral da Administração, de Idalberto Chiavenato, publicado em 2014 pela Elsevier. Neste livro, o autor usa o termo “dirigir” para se referir à função administrativa de Fayol, e define que “dirigir significa conduzir e orientar as pessoas na execução das tarefas necessárias para alcançar os objetivos previamente estabelecidos” (p. 35).

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 74. Moises de Oliveira Melo [***.967.252-**]

Recurso em: 17/10/2023 às 12:35:50

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 45

Questionamento (Candidato):

Venho por meio, deste solicitar a devida anulação da questão, diante do que tal conteúdo não se faz presente no respectivo edital, ou seja, extrapolando a cobrança ora esperada, além de não contemplar alternativa que respondam corretamente o enunciado da questão, uma vez que se encontra em desacordo a literatura da administração, no mais peço a compreensão do eminente avaliador.

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

De acordo com o conteúdo programático do EDITAL N° 21/2023-GR, DE 14 DE JULHO DE 2023, cargo de NM01 - ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO (nível de classificação D)
Item de número 22. Rotinas e Processos Administrativos contempla o que foi exigido no certame.

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 10768. Guilherme Vinicius da Silva Almeida [***.688.532-**]

Recurso em: 17/10/2023 às 12:43:51

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 45

Questionamento (Candidato):

Conforme o enunciado da questão 45, no item II, afirma-se que a teoria clássica de Fayol aborda quatro funções básicas de administração: Planejar, Organizar, Dirigir e Controlar. No entanto, gostaria de destacar que, de acordo com a obra "Teoria Geral da Administração", escrita por Antônio Cézar Amarou Maximiniano, a Teoria Clássica de Fayol aborda cinco funções essenciais de administração, que são: Planejar, Organizar, Comandar, Coordenar e Controlar.

A divergência entre a resposta apresentada na questão e o conteúdo da obra de Maximiniano levanta uma preocupação significativa, uma vez que a resposta dada na questão não está em conformidade com uma fonte de referência amplamente reconhecida na área de Administração.

Portanto, com base na discrepância identificada entre a resposta dada na questão e o conteúdo da obra de Maximiniano, gostaria de solicitar a revisão e reconsideração da pontuação atribuída a esta questão em minha avaliação. Peço que a resposta correta seja reconhecida de acordo com o que foi estabelecido por Antônio Cézar Amaru Maximiniano em sua obra "Teoria Geral da Administração".

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

Fayol usou o termo “comandar” em vez de “dirigir” para se referir a uma das quatro funções básicas da administração. No entanto, alguns autores e tradutores preferem usar “dirigir” como um sinônimo de “comandar”, pois consideram que esse termo é mais adequado ao contexto atual das organizações. Por exemplo, no livro Administração Industrial e Geral, que é uma tradução da obra original de Fayol, o termo “dirigir” é usado no lugar de “comandar”. Diante do exposto, estarei citando abaixo alguns dos autores referências da teoria que nos transmite e efatizam o porque da utilização do "Dirigir em vez do Comandar":

* Administração: Teoria e Prática no Contexto Brasileiro, de Filipe Sobral e Alketa Peci, publicado em 2008 pela Pearson Prentice Hall. Neste livro, os autores usam o termo “dirigir” para se referir à função administrativa de Fayol, e explicam que “dirigir significa orientar, supervisionar e motivar as pessoas para que elas realizem as tarefas necessárias para alcançar os objetivos organizacionais” (p. 7).

* Teoria Geral da Administração: Da Revolução Urbana à Revolução Digital, de Antonio Cesar Amaru Maximiano, publicado em 2012 pela Atlas. Neste livro, o autor usa o termo “dirigir” para se referir à função administrativa de Fayol, e afirma que “dirigir é a função que consiste em influenciar o comportamento das pessoas no sentido de contribuir para o alcance dos objetivos da organização” (p. 55).

* Introdução à Teoria Geral da Administração, de Idalberto Chiavenato, publicado em 2014 pela Elsevier. Neste livro, o autor usa o termo “dirigir” para se referir à função administrativa de Fayol, e define que “dirigir significa conduzir e orientar as pessoas na execução das tarefas necessárias para alcançar os objetivos previamente estabelecidos” (p. 35).

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 1306. Israel de Jesus Braga [***.109.332-**]

Recurso em: 17/10/2023 às 13:23:25

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 45

Questionamento (Candidato):

Na questão 45, a resposta preliminar da banca é a letra A, sendo que a resposta correta é a letra E. Todavia, para Fayol, o processo administrativo é definido como: prever; organizar; comandar; coordenar; e controlar. Logo, não existe a possibilidade de o item II estar correto e consequentemente não existe a possibilidade de o gabarito ser a letra A. Dessa forma, solicito a anulação dessa questão para que os candidatos não fiquem prejudicados em função de uma questão não ter sido bem formulada pela Banca.

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

Fayol usou o termo “comandar” em vez de “dirigir” para se referir a uma das quatro funções básicas da administração. No entanto, alguns autores e tradutores preferem usar “dirigir” como um sinônimo de “comandar”, pois consideram que esse termo é mais adequado ao contexto atual das organizações. Por exemplo, no livro Administração Industrial e Geral, que é uma tradução da obra original de Fayol, o termo “dirigir” é usado no lugar de “comandar”. Diante do exposto, estarei citando abaixo alguns dos autores referências da teoria que nos transmite e efatizam o porque da utilização do "Dirigir em vez do Comandar":

* Administração: Teoria e Prática no Contexto Brasileiro, de Filipe Sobral e Alketa Peci, publicado em 2008 pela Pearson Prentice Hall. Neste livro, os autores usam o termo “dirigir” para se referir à função administrativa de Fayol, e explicam que “dirigir significa orientar, supervisionar e motivar as pessoas para que elas realizem as tarefas necessárias para alcançar os objetivos organizacionais” (p. 7).

* Teoria Geral da Administração: Da Revolução Urbana à Revolução Digital, de Antonio Cesar Amaru Maximiano, publicado em 2012 pela Atlas. Neste livro, o autor usa o termo “dirigir” para se referir à função administrativa de Fayol, e afirma que “dirigir é a função que consiste em influenciar o comportamento das pessoas no sentido de contribuir para o alcance dos objetivos da organização” (p. 55).

* Introdução à Teoria Geral da Administração, de Idalberto Chiavenato, publicado em 2014 pela Elsevier. Neste livro, o autor usa o termo “dirigir” para se referir à função administrativa de Fayol, e define que “dirigir significa conduzir e orientar as pessoas na execução das tarefas necessárias para alcançar os objetivos previamente estabelecidos” (p. 35).

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 13963. Tamy Andreza da Silva Coelho [***.349.872-**]

Recurso em: 17/10/2023 às 13:38:46

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 45

Questionamento (Candidato):

QUESTÃO 45 ESTÁ EM DESCONFORMIDADE COM O ASSUNTO COBRADO PELA BANCA.

Anexo (Candidato):

https://drive.google.com/open?id=19lwvyXYau3plGqIP-70QNA9N4ztxWO5Q

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

Fayol usou o termo “comandar” em vez de “dirigir” para se referir a uma das quatro funções básicas da administração. No entanto, alguns autores e tradutores preferem usar “dirigir” como um sinônimo de “comandar”, pois consideram que esse termo é mais adequado ao contexto atual das organizações. Por exemplo, no livro Administração Industrial e Geral, que é uma tradução da obra original de Fayol, o termo “dirigir” é usado no lugar de “comandar”. Diante do exposto, estarei citando abaixo alguns dos autores referências da teoria que nos transmite e efatizam o porque da utilização do "Dirigir em vez do Comandar":

* Administração: Teoria e Prática no Contexto Brasileiro, de Filipe Sobral e Alketa Peci, publicado em 2008 pela Pearson Prentice Hall. Neste livro, os autores usam o termo “dirigir” para se referir à função administrativa de Fayol, e explicam que “dirigir significa orientar, supervisionar e motivar as pessoas para que elas realizem as tarefas necessárias para alcançar os objetivos organizacionais” (p. 7).

* Teoria Geral da Administração: Da Revolução Urbana à Revolução Digital, de Antonio Cesar Amaru Maximiano, publicado em 2012 pela Atlas. Neste livro, o autor usa o termo “dirigir” para se referir à função administrativa de Fayol, e afirma que “dirigir é a função que consiste em influenciar o comportamento das pessoas no sentido de contribuir para o alcance dos objetivos da organização” (p. 55).

* Introdução à Teoria Geral da Administração, de Idalberto Chiavenato, publicado em 2014 pela Elsevier. Neste livro, o autor usa o termo “dirigir” para se referir à função administrativa de Fayol, e define que “dirigir significa conduzir e orientar as pessoas na execução das tarefas necessárias para alcançar os objetivos previamente estabelecidos” (p. 35).

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 717. Livia Denise Castro Duarte [***.240.182-**]

Recurso em: 17/10/2023 às 14:30:51

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 45

Questionamento (Candidato):

Para Fayol, o processo administrativo é definido como: prever; organizar; comandar; coordenar; e controlar. Logo, não existe a possibilidade de o item II estar correto e consequentemente não existe a possibilidade de o gabarito ser a letra A.

Dessa forma, solicito a anulação dessa questão para que os candidatos não fiquem prejudicados em função de uma questão não ter sido bem formulada pela Banca.

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

Fayol usou o termo “comandar” em vez de “dirigir” para se referir a uma das quatro funções básicas da administração. No entanto, alguns autores e tradutores preferem usar “dirigir” como um sinônimo de “comandar”, pois consideram que esse termo é mais adequado ao contexto atual das organizações. Por exemplo, no livro Administração Industrial e Geral, que é uma tradução da obra original de Fayol, o termo “dirigir” é usado no lugar de “comandar”. Diante do exposto, estarei citando abaixo alguns dos autores referências da teoria que nos transmite e efatizam o porque da utilização do "Dirigir em vez do Comandar":

* Administração: Teoria e Prática no Contexto Brasileiro, de Filipe Sobral e Alketa Peci, publicado em 2008 pela Pearson Prentice Hall. Neste livro, os autores usam o termo “dirigir” para se referir à função administrativa de Fayol, e explicam que “dirigir significa orientar, supervisionar e motivar as pessoas para que elas realizem as tarefas necessárias para alcançar os objetivos organizacionais” (p. 7).

* Teoria Geral da Administração: Da Revolução Urbana à Revolução Digital, de Antonio Cesar Amaru Maximiano, publicado em 2012 pela Atlas. Neste livro, o autor usa o termo “dirigir” para se referir à função administrativa de Fayol, e afirma que “dirigir é a função que consiste em influenciar o comportamento das pessoas no sentido de contribuir para o alcance dos objetivos da organização” (p. 55).

* Introdução à Teoria Geral da Administração, de Idalberto Chiavenato, publicado em 2014 pela Elsevier. Neste livro, o autor usa o termo “dirigir” para se referir à função administrativa de Fayol, e define que “dirigir significa conduzir e orientar as pessoas na execução das tarefas necessárias para alcançar os objetivos previamente estabelecidos” (p. 35).

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 9544. Ericsson Nazareth da Silva Almeida [***.663.082-**]

Recurso em: 17/10/2023 às 14:39:33

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 45

Questionamento (Candidato):

Venho respeitosamente solicitar a V. Sª., análise do(s) questionamento(s), termos em que peço e aguardo deferimento.

A referida questão trata sobre abordagem clássica de Fayol, uma das escolas clássicas da Administração Científica, tópico não previsto no edital.

Pedido: anular questão.

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

De acordo com o conteúdo programático do EDITAL N° 21/2023-GR, DE 14 DE JULHO DE 2023, cargo de NM01 - ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO (nível de classificação D)
Item de número 22. Rotinas e Processos Administrativos contempla o que foi exigido no certame.

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 1740. Jessyane da Silva Barbosa [***.429.462-**]

Recurso em: 17/10/2023 às 14:39:49

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 45

Questionamento (Candidato):

Considerando que o comando da questão solicita que análise as afirmações sobre o conceito de "processo administrativo" segundo a Abordagem Clássica de Henry Fayol, e que marque a alternativa correta.
A segunda alternativa dentro das cinco propostas para análise disserta:
II. Sequencia de quatro funções básicas: planejar, organizar, dirigir e controlar.
Essa alternativa encontra-se incorreta, pois segundo a questão você deve analisar as alternativas com base na " Abordagem Clássica de Fayol sobre o Processo Administrativo" , e no livro da Teoria Geral da Administração do autor: Antônio César Amaru Maximiniano, 2a. Edição.
Na página 57 segundo Fayol o autor afirma que são 5 funções básicas:
Planejar, Organizar, Comandar, Coordenar e
Controlar, e não 4 como afirma a questão.
E ainda conforme o gabarito preliminar diz que a alternativa II está como correta, sendo que ela contradiz a Abordagem Clássica de Fayol, sendo assim solicito que a questão seja anulada.

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

Fayol usou o termo “comandar” em vez de “dirigir” para se referir a uma das quatro funções básicas da administração. No entanto, alguns autores e tradutores preferem usar “dirigir” como um sinônimo de “comandar”, pois consideram que esse termo é mais adequado ao contexto atual das organizações. Por exemplo, no livro Administração Industrial e Geral, que é uma tradução da obra original de Fayol, o termo “dirigir” é usado no lugar de “comandar”. Diante do exposto, estarei citando abaixo alguns dos autores referências da teoria que nos transmite e efatizam o porque da utilização do "Dirigir em vez do Comandar":

* Administração: Teoria e Prática no Contexto Brasileiro, de Filipe Sobral e Alketa Peci, publicado em 2008 pela Pearson Prentice Hall. Neste livro, os autores usam o termo “dirigir” para se referir à função administrativa de Fayol, e explicam que “dirigir significa orientar, supervisionar e motivar as pessoas para que elas realizem as tarefas necessárias para alcançar os objetivos organizacionais” (p. 7).

* Teoria Geral da Administração: Da Revolução Urbana à Revolução Digital, de Antonio Cesar Amaru Maximiano, publicado em 2012 pela Atlas. Neste livro, o autor usa o termo “dirigir” para se referir à função administrativa de Fayol, e afirma que “dirigir é a função que consiste em influenciar o comportamento das pessoas no sentido de contribuir para o alcance dos objetivos da organização” (p. 55).

* Introdução à Teoria Geral da Administração, de Idalberto Chiavenato, publicado em 2014 pela Elsevier. Neste livro, o autor usa o termo “dirigir” para se referir à função administrativa de Fayol, e define que “dirigir significa conduzir e orientar as pessoas na execução das tarefas necessárias para alcançar os objetivos previamente estabelecidos” (p. 35).

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 3310. Diones José Damasceno Almeida [***.726.392-**]

Recurso em: 17/10/2023 às 14:45:57

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 45

Questionamento (Candidato):

Este candidato solicita a essa renomada banca a anulação da questão 45 dessa prova pela seguinte razão:
Para Fayol, o processo administrativo é definido como: planejar, organizar, dirigir e controlar. Contudo, o item II pediu a sequência de 4 funções básicas. Para a Teoria clássica, as funções não são quatro, mas sim cinco funções administrativas que Fayol definira no seu tempo como prever, organizar, comandar, coordenar e controlar.
Diante do exposto acima e de acordo com as cinco funções criadas por Fayol este candidato pede o deferimento da solicitação supracitada.

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

Fayol usou o termo “comandar” em vez de “dirigir” para se referir a uma das quatro funções básicas da administração. No entanto, alguns autores e tradutores preferem usar “dirigir” como um sinônimo de “comandar”, pois consideram que esse termo é mais adequado ao contexto atual das organizações. Por exemplo, no livro Administração Industrial e Geral, que é uma tradução da obra original de Fayol, o termo “dirigir” é usado no lugar de “comandar”. Diante do exposto, estarei citando abaixo alguns dos autores referências da teoria que nos transmite e efatizam o porque da utilização do "Dirigir em vez do Comandar":

* Administração: Teoria e Prática no Contexto Brasileiro, de Filipe Sobral e Alketa Peci, publicado em 2008 pela Pearson Prentice Hall. Neste livro, os autores usam o termo “dirigir” para se referir à função administrativa de Fayol, e explicam que “dirigir significa orientar, supervisionar e motivar as pessoas para que elas realizem as tarefas necessárias para alcançar os objetivos organizacionais” (p. 7).

* Teoria Geral da Administração: Da Revolução Urbana à Revolução Digital, de Antonio Cesar Amaru Maximiano, publicado em 2012 pela Atlas. Neste livro, o autor usa o termo “dirigir” para se referir à função administrativa de Fayol, e afirma que “dirigir é a função que consiste em influenciar o comportamento das pessoas no sentido de contribuir para o alcance dos objetivos da organização” (p. 55).

* Introdução à Teoria Geral da Administração, de Idalberto Chiavenato, publicado em 2014 pela Elsevier. Neste livro, o autor usa o termo “dirigir” para se referir à função administrativa de Fayol, e define que “dirigir significa conduzir e orientar as pessoas na execução das tarefas necessárias para alcançar os objetivos previamente estabelecidos” (p. 35).

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 2241. Sannymara Morais da Silva [***.394.082-**]

Recurso em: 17/10/2023 às 15:14:07

Tópico: NM01 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 45

Questionamento (Candidato):

Resposta preliminar da banca: A
Resposta preliminar: E
Recurso: anulação.
Motivo: resposta errada.

A questão número 45 está incorreta, pois um dos itens da letra considerada correta (Letra A) é o item II, que conceitua o processo administrativo da abordagem clássica de Fayol como sendo uma sequência de quatro funções: planejar, organizar, dirigir e controlar. Entretanto, as funções administrativas descritas na questão são advindas da Teoria Neoclássica, e não da Teoria Clássica da Administração (que possui cinco funções). Segundo Chiavenato (p. 2003, p. 86-87) "ao definir o que é Administração, Fayol definiu os elementos que a compõem: previsão, organização, comando, coordenação e controle."

Ainda sobre Fayol e o processo administrativo, Maximiano (2005, p. 60) relata que: "O trabalho do dirigente consiste em tomar decisões, estabelecer metas, definir diretrizes e atribuir responsabilidades [...], de modo que as atividades de planejar, organizar, comandar, coordenar e controlar estejam numa sequência lógica."

Já as quatro funções administrativas conhecidas pela sigla PODC (planejar, organizar, dirigir e controlar) são provenientes da Teoria Neoclássica de Idalberto Chiavenato. Segundo Chiavenato (2003, p. 154), "Os administradores são essenciais a toda organização dinâmica e bem-sucedida, pois devem planejar, organizar, dirigir e controlar as operações do negócio."

Por este motivo, solicito a anulação da questão.

Referências CHIAVENATO, I. Introdução à Teoria Geral da Administração: uma visão abrangente da moderna administração das organizações. 7. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003. ISBN: 8535213481 Maximiano, A. C. A. Introdução à Administração. 5. ed. rev. e. ampl. São Paulo: Atlas, 2000. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5161698/mod_resource/content/3/Livro_-_Introdu%C3%A7%C3%A3o_%C3%A0%C2%A0_Administra%C3%A7%C3%A3o_-_Antonio_Cesar_Amaru_Maximiano_-_5%C2%B0Ed.pdf. Acesso em: 17 out. 2023.

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

Fayol usou o termo “comandar” em vez de “dirigir” para se referir a uma das quatro funções básicas da administração. No entanto, alguns autores e tradutores preferem usar “dirigir” como um sinônimo de “comandar”, pois consideram que esse termo é mais adequado ao contexto atual das organizações. Por exemplo, no livro Administração Industrial e Geral, que é uma tradução da obra original de Fayol, o termo “dirigir” é usado no lugar de “comandar”. Diante do exposto, estarei citando abaixo alguns dos autores referências da teoria que nos transmite e efatizam o porque da utilização do "Dirigir em vez do Comandar":

* Administração: Teoria e Prática no Contexto Brasileiro, de Filipe Sobral e Alketa Peci, publicado em 2008 pela Pearson Prentice Hall. Neste livro, os autores usam o termo “dirigir” para se referir à função administrativa de Fayol, e explicam que “dirigir significa orientar, supervisionar e motivar as pessoas para que elas realizem as tarefas necessárias para alcançar os objetivos organizacionais” (p. 7).

* Teoria Geral da Administração: Da Revolução Urbana à Revolução Digital, de Antonio Cesar Amaru Maximiano, publicado em 2012 pela Atlas. Neste livro, o autor usa o termo “dirigir” para se referir à função administrativa de Fayol, e afirma que “dirigir é a função que consiste em influenciar o comportamento das pessoas no sentido de contribuir para o alcance dos objetivos da organização” (p. 55).

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

* Introdução à Teoria Geral da Administração, de Idalberto Chiavenato, publicado em 2014 pela Elsevier. Neste livro, o autor usa o termo “dirigir” para se referir à função administrativa de Fayol, e define que “dirigir significa conduzir e orientar as pessoas na execução das tarefas necessárias para alcançar os objetivos previamente estabelecidos” (p. 35).

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 4941. Aline Marques Gomes [***.932.642-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 14:39:33

Tópico: NM15 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 45

Questionamento (Candidato):

Teoria Geral da Administração
Autor: Antônio César Amaru Maximiniano.
2a. Edição. Editora: Atlas

Na página 57 o autor afirma que são 5 funções: Planejar, Organizar, Comandar, Coordenar e Controlar. E não 4 funções como afirma a questão.

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

Fayol usou o termo “comandar” em vez de “dirigir” para se referir a uma das quatro funções básicas da administração. No entanto, alguns autores e tradutores preferem usar “dirigir” como um sinônimo de “comandar”, pois consideram que esse termo é mais adequado ao contexto atual das organizações. Por exemplo, no livro Administração Industrial e Geral, que é uma tradução da obra original de Fayol, o termo “dirigir” é usado no lugar de “comandar”. Diante do exposto, estarei citando abaixo alguns dos autores referências da teoria que nos transmite e efatizam o porque da utilização do "Dirigir em vez do Comandar":

* Administração: Teoria e Prática no Contexto Brasileiro, de Filipe Sobral e Alketa Peci, publicado em 2008 pela Pearson Prentice Hall. Neste livro, os autores usam o termo “dirigir” para se referir à função administrativa de Fayol, e explicam que “dirigir significa orientar, supervisionar e motivar as pessoas para que elas realizem as tarefas necessárias para alcançar os objetivos organizacionais” (p. 7).

* Teoria Geral da Administração: Da Revolução Urbana à Revolução Digital, de Antonio Cesar Amaru Maximiano, publicado em 2012 pela Atlas. Neste livro, o autor usa o termo “dirigir” para se referir à função administrativa de Fayol, e afirma que “dirigir é a função que consiste em influenciar o comportamento das pessoas no sentido de contribuir para o alcance dos objetivos da organização” (p. 55).

* Introdução à Teoria Geral da Administração, de Idalberto Chiavenato, publicado em 2014 pela Elsevier. Neste livro, o autor usa o termo “dirigir” para se referir à função administrativa de Fayol, e define que “dirigir significa conduzir e orientar as pessoas na execução das tarefas necessárias para alcançar os objetivos previamente estabelecidos” (p. 35).

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 12243. Erik Garcia Martins [***.380.442-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 15:16:50

Tópico: NM15 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 45

Questionamento (Candidato):

Teoria Geral da Administração
autor: Antônio Cesar Amaru Maximiniano
2a. Edição. Editora: Atlas
Na página 57 o autor afirma que são 5 funções, Planejar, Organizar, Comandar, Coordenar e Controlar e não 4 como esta na questão.

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

Fayol usou o termo “comandar” em vez de “dirigir” para se referir a uma das quatro funções básicas da administração. No entanto, alguns autores e tradutores preferem usar “dirigir” como um sinônimo de “comandar”, pois consideram que esse termo é mais adequado ao contexto atual das organizações. Por exemplo, no livro Administração Industrial e Geral, que é uma tradução da obra original de Fayol, o termo “dirigir” é usado no lugar de “comandar”. Diante do exposto, estarei citando abaixo alguns dos autores referências da teoria que nos transmite e efatizam o porque da utilização do "Dirigir em vez do Comandar":

* Administração: Teoria e Prática no Contexto Brasileiro, de Filipe Sobral e Alketa Peci, publicado em 2008 pela Pearson Prentice Hall. Neste livro, os autores usam o termo “dirigir” para se referir à função administrativa de Fayol, e explicam que “dirigir significa orientar, supervisionar e motivar as pessoas para que elas realizem as tarefas necessárias para alcançar os objetivos organizacionais” (p. 7).

* Teoria Geral da Administração: Da Revolução Urbana à Revolução Digital, de Antonio Cesar Amaru Maximiano, publicado em 2012 pela Atlas. Neste livro, o autor usa o termo “dirigir” para se referir à função administrativa de Fayol, e afirma que “dirigir é a função que consiste em influenciar o comportamento das pessoas no sentido de contribuir para o alcance dos objetivos da organização” (p. 55).

* Introdução à Teoria Geral da Administração, de Idalberto Chiavenato, publicado em 2014 pela Elsevier. Neste livro, o autor usa o termo “dirigir” para se referir à função administrativa de Fayol, e define que “dirigir significa conduzir e orientar as pessoas na execução das tarefas necessárias para alcançar os objetivos previamente estabelecidos” (p. 35).

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 2736. Moises Correa de Seixas Junior [***.496.062-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 15:53:47

Tópico: NM15 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 45

Questionamento (Candidato):

A questão 45 trata da abordagem classica de Fayou, referente ao conceito de processo administrativo.
A banca apontou como gabarito preliminar a alternativa "a", na qual discordo, pelos motivos e fundamentos a seguir expostos.
Fayou lista 14 principos gerais da administração, entre eles a função de planejar, organizar, dirigir e controlar. Apresenta também o "princípio da coordenação, que é a distribuição ordenada do esforço da empresa, afim de obter unidazd de ação , na consecução de um fim comum."

"Princípio da divisão do trabalho: é o princípio da especialização necessária à eficiência na utilização das pessoas. Consiste na designação de tarefas específicas a cada um dos órgãos que compõe a organização empresarial".
Os autores classicos se baseiam em principios gerais da administração . "Esses princípios prescrevem como o administrador deve se conportar".
Só pelas descrições acima, teriamos ao menos 4 das 5 opções corretas, o que leva a alternativa a ficar sem gabarito correto, pois nenhuma delas aponta todas como corretas ou as 4 últimas.
Por este motivo, solicito a anulação da referida questão, por não apresentar gabarito possivel diante das alternativas apresentadas.
Fundamento: Chiavenato, Idalberto. Administração: teoria, processo e prática/ Idalberto Chiavenato.-4.ed.Rio de Janeiro: Elsevier, 2011- 2° reimpressão. Pag. 12

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

Fayol usou o termo “comandar” em vez de “dirigir” para se referir a uma das quatro funções básicas da administração. No entanto, alguns autores e tradutores preferem usar “dirigir” como um sinônimo de “comandar”, pois consideram que esse termo é mais adequado ao contexto atual das organizações. Por exemplo, no livro Administração Industrial e Geral, que é uma tradução da obra original de Fayol, o termo “dirigir” é usado no lugar de “comandar”. Diante do exposto, estarei citando abaixo alguns dos autores referências da teoria que nos transmite e efatizam o porque da utilização do "Dirigir em vez do Comandar":

* Administração: Teoria e Prática no Contexto Brasileiro, de Filipe Sobral e Alketa Peci, publicado em 2008 pela Pearson Prentice Hall. Neste livro, os autores usam o termo “dirigir” para se referir à função administrativa de Fayol, e explicam que “dirigir significa orientar, supervisionar e motivar as pessoas para que elas realizem as tarefas necessárias para alcançar os objetivos organizacionais” (p. 7).

* Teoria Geral da Administração: Da Revolução Urbana à Revolução Digital, de Antonio Cesar Amaru Maximiano, publicado em 2012 pela Atlas. Neste livro, o autor usa o termo “dirigir” para se referir à função administrativa de Fayol, e afirma que “dirigir é a função que consiste em influenciar o comportamento das pessoas no sentido de contribuir para o alcance dos objetivos da organização” (p. 55).

* Introdução à Teoria Geral da Administração, de Idalberto Chiavenato, publicado em 2014 pela Elsevier. Neste livro, o autor usa o termo “dirigir” para se referir à função administrativa de Fayol, e define que “dirigir significa conduzir e orientar as pessoas na execução das tarefas necessárias para alcançar os objetivos previamente estabelecidos” (p. 35).

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 4543. Josenildo Costa de Oliveira [***.432.982-**]

Recurso em: 17/10/2023 às 10:55:10

Tópico: NM15 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 45

Questionamento (Candidato):

Segundo o livro: Teoria Geral da Administração. Autor: Antônio Cesar Amaru Maximiniano, 2.o Edição. Editora: Atlas.
Na pagina 57, o autor afirma que são 5 funções: Planejar, Organizar, Comandar, Coordenar e Controlar e não quatro como afirma a questão.

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

Fayol usou o termo “comandar” em vez de “dirigir” para se referir a uma das quatro funções básicas da administração. No entanto, alguns autores e tradutores preferem usar “dirigir” como um sinônimo de “comandar”, pois consideram que esse termo é mais adequado ao contexto atual das organizações. Por exemplo, no livro Administração Industrial e Geral, que é uma tradução da obra original de Fayol, o termo “dirigir” é usado no lugar de “comandar”. Diante do exposto, estarei citando abaixo alguns dos autores referências da teoria que nos transmite e efatizam o porque da utilização do "Dirigir em vez do Comandar":

* Administração: Teoria e Prática no Contexto Brasileiro, de Filipe Sobral e Alketa Peci, publicado em 2008 pela Pearson Prentice Hall. Neste livro, os autores usam o termo “dirigir” para se referir à função administrativa de Fayol, e explicam que “dirigir significa orientar, supervisionar e motivar as pessoas para que elas realizem as tarefas necessárias para alcançar os objetivos organizacionais” (p. 7).

* Teoria Geral da Administração: Da Revolução Urbana à Revolução Digital, de Antonio Cesar Amaru Maximiano, publicado em 2012 pela Atlas. Neste livro, o autor usa o termo “dirigir” para se referir à função administrativa de Fayol, e afirma que “dirigir é a função que consiste em influenciar o comportamento das pessoas no sentido de contribuir para o alcance dos objetivos da organização” (p. 55).

* Introdução à Teoria Geral da Administração, de Idalberto Chiavenato, publicado em 2014 pela Elsevier. Neste livro, o autor usa o termo “dirigir” para se referir à função administrativa de Fayol, e define que “dirigir significa conduzir e orientar as pessoas na execução das tarefas necessárias para alcançar os objetivos previamente estabelecidos” (p. 35).

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 74. Moises de Oliveira Melo [***.967.252-**]

Recurso em: 17/10/2023 às 12:28:59

Tópico: NM15 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 45

Questionamento (Candidato):

Venho por meio deste solicitar a devida anulação da questão, diante do que tal conteúdo não se faz presente no respectivo edital, ou seja, extrapolando a cobrança ora esperada, além de não contemplar alternativa que responda corretamente o enunciado da questão conforme a literatura da administração, no mais peço a compreensão do eminente avaliador.

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

De acordo com o conteúdo programático do EDITAL N° 21/2023-GR, DE 14 DE JULHO DE 2023, cargo de NM01 - ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO (nível de classificação D)
Item de número 22. Rotinas e Processos Administrativos contempla o que foi exigido no certame.

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 7017. Yago Eduardo Barros Cardoso [***.498.692-**]

Recurso em: 17/10/2023 às 15:52:59

Tópico: NM15 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 45

Questionamento (Candidato):

Solicito a anulação da questão de número 45 da prova de assistente administrativo, pelos motivos a seguir: A afirmativa 2 da referida questão atribui a Fayol o seguinte "II. sequência de quatro funções básicas: planejar, organizar, dirigir e controlar." No entanto, conforme consta do livro Teoria Geral da Administração, Autor: Antônio César Amaru Maximiniano 2ª. Edição. Editora: Atlas, na página 57 (em anexo), bem como outros autores, são enfáticos e uníssonos ao afirmar que segundo Fayol o processo administrativo consiste em 5 etapas, quais sejam: Planejamento, Organização, Comando, Coordenação e Controle; de modo que difere da afirmativa II tanto em número de funções administrativas, quanto na nomeação das etapas, sendo erro flagrante, e que consequentemente enseja a anulação da questão, pois, só restam as afirmativas I e V corretas, resposta que não consta das opções a) a e) da prova. Certo de poder contar com sua atenção e presteza, subscrevo.

Anexo (Candidato):

https://drive.google.com/open?id=1kDBXR16r5kTUcW9eipx8wfh9B0GP4a4r

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

Fayol usou o termo “comandar” em vez de “dirigir” para se referir a uma das quatro funções básicas da administração. No entanto, alguns autores e tradutores preferem usar “dirigir” como um sinônimo de “comandar”, pois consideram que esse termo é mais adequado ao contexto atual das organizações. Por exemplo, no livro Administração Industrial e Geral, que é uma tradução da obra original de Fayol, o termo “dirigir” é usado no lugar de “comandar”. Diante do exposto, estarei citando abaixo alguns dos autores referências da teoria que nos transmite e efatizam o porque da utilização do "Dirigir em vez do Comandar":

* Administração: Teoria e Prática no Contexto Brasileiro, de Filipe Sobral e Alketa Peci, publicado em 2008 pela Pearson Prentice Hall. Neste livro, os autores usam o termo “dirigir” para se referir à função administrativa de Fayol, e explicam que “dirigir significa orientar, supervisionar e motivar as pessoas para que elas realizem as tarefas necessárias para alcançar os objetivos organizacionais” (p. 7).

* Teoria Geral da Administração: Da Revolução Urbana à Revolução Digital, de Antonio Cesar Amaru Maximiano, publicado em 2012 pela Atlas. Neste livro, o autor usa o termo “dirigir” para se referir à função administrativa de Fayol, e afirma que “dirigir é a função que consiste em influenciar o comportamento das pessoas no sentido de contribuir para o alcance dos objetivos da organização” (p. 55).

* Introdução à Teoria Geral da Administração, de Idalberto Chiavenato, publicado em 2014 pela Elsevier. Neste livro, o autor usa o termo “dirigir” para se referir à função administrativa de Fayol, e define que “dirigir significa conduzir e orientar as pessoas na execução das tarefas necessárias para alcançar os objetivos previamente estabelecidos” (p. 35).

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 1838. Kézia Pereira Libório Neves [***.207.302-**]

Recurso em: 17/10/2023 às 16:51:55

Tópico: NM15 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 45

Questionamento (Candidato):

De acordo com Maximiano, em seu livro Teoria Geral da Administração, pg 58, figura 4.2, os princípios de Fayol em relação ao processo administrativo, levam em consideração os fatores de divisão do trabalho em tarefas específicas, especialização das funções, hierarquia, unidade de comando. Além disso, Fayol estabelece que o processo administrativo envolve as funções de planejamento, controle, organização e direção. Dessa forma a questão de número 45 apresenta como verdadeiras as afirmativas I, II e IV, não tendo gabarito disponível entre as alternativas apresentadas.

Anexo (Candidato):

https://drive.google.com/open?id=1VVqCnVjHO-bSAAUExJF-XqrUlcl-XinV

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

Fayol usou o termo “comandar” em vez de “dirigir” para se referir a uma das quatro funções básicas da administração. No entanto, alguns autores e tradutores preferem usar “dirigir” como um sinônimo de “comandar”, pois consideram que esse termo é mais adequado ao contexto atual das organizações. Por exemplo, no livro Administração Industrial e Geral, que é uma tradução da obra original de Fayol, o termo “dirigir” é usado no lugar de “comandar”. Diante do exposto, estarei citando abaixo alguns dos autores referências da teoria que nos transmite e efatizam o porque da utilização do "Dirigir em vez do Comandar":

* Administração: Teoria e Prática no Contexto Brasileiro, de Filipe Sobral e Alketa Peci, publicado em 2008 pela Pearson Prentice Hall. Neste livro, os autores usam o termo “dirigir” para se referir à função administrativa de Fayol, e explicam que “dirigir significa orientar, supervisionar e motivar as pessoas para que elas realizem as tarefas necessárias para alcançar os objetivos organizacionais” (p. 7).

* Teoria Geral da Administração: Da Revolução Urbana à Revolução Digital, de Antonio Cesar Amaru Maximiano, publicado em 2012 pela Atlas. Neste livro, o autor usa o termo “dirigir” para se referir à função administrativa de Fayol, e afirma que “dirigir é a função que consiste em influenciar o comportamento das pessoas no sentido de contribuir para o alcance dos objetivos da organização” (p. 55).

* Introdução à Teoria Geral da Administração, de Idalberto Chiavenato, publicado em 2014 pela Elsevier. Neste livro, o autor usa o termo “dirigir” para se referir à função administrativa de Fayol, e define que “dirigir significa conduzir e orientar as pessoas na execução das tarefas necessárias para alcançar os objetivos previamente estabelecidos” (p. 35).

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 3270. Gustavo Gonçalves dos Santos [***.789.782-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 12:07:25

Tópico: NM17 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 45

Questionamento (Candidato):

A questão 45 da prova para o cargo de Assistente em Administração do Edital Nº 21/2023-GR aborda a "Teoria Clássica da Administração", mais precisamente as Funções do Administrador, as quais Fayol denominou o conjunto dessas atividades como Processo Administrativo.

De acordo com o gabarito da banca para a questão mencionada, a alternativa correta é a opção A. No entanto, a banca cometeu um equívoco, pois o que é solicitado refere-se à "abordagem clássica de Fayol". Segundo Fayol, as funções que compõem o processo administrativo são prever, organizar, comandar, coordenar e controlar. Assim, a afirmativa II não pode ser considerada correta, uma vez que não se relaciona com as funções descritas por Fayol. Dessa forma, não seria apropriado escolher qualquer alternativa, uma vez que apenas as afirmativas I e V estão corretas.

Diante de toda a exposição, fica evidente a necessidade de anular o gabarito da questão 45 da prova para o cargo de Assistente em Administração do Edital Nº 21/2023-GR. Nesse sentido, o candidato respeitosamente solicita à banca examinadora uma revisão do gabarito preliminar divulgado referente à questão mencionada.

Fonte: https://rodrigorenno.com/artigos/teoria-classica-da-administracao-resumo/

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

Fayol usou o termo "comandar" em vez de "dirigir" para se referir a uma das quatro funções básicas da administração. No entanto, alguns autores e tradutores preferem usar "dirigir" como um sinônimo de "comandar", pois consideram que esse termo é mais adequado ao contexto atual das organizações. Por exemplo, no livro Administração Industrial e Geral, que é uma tradução da obra original de Fayol, o termo "dirigir" é usado no lugar de "comandar". Diante do exposto, estarei citando abaixo alguns dos autores referências da teoria que nos transmite e efatizam o porque da utilização do "Dirigir em vez do Comandar":

* Administração: Teoria e Prática no Contexto Brasileiro, de Filipe Sobral e Alketa Peci, publicado em 2008 pela Pearson Prentice Hall. Neste livro, os autores usam o termo "dirigir" para se referir à função administrativa de Fayol, e explicam que "dirigir significa orientar, supervisionar e motivar as pessoas para que elas realizem as tarefas necessárias para alcançar os objetivos organizacionais" (p. 7).

* Teoria Geral da Administração: Da Revolução Urbana à Revolução Digital, de Antonio Cesar Amaru Maximiano, publicado em 2012 pela Atlas. Neste livro, o autor usa o termo "dirigir" para se referir à função administrativa de Fayol, e afirma que "dirigir é a função que consiste em influenciar o comportamento das pessoas no sentido de contribuir para o alcance dos objetivos da organização" (p. 55).

* Introdução à Teoria Geral da Administração, de Idalberto Chiavenato, publicado em 2014 pela Elsevier. Neste livro, o autor usa o termo "dirigir" para se referir à função administrativa de Fayol, e define que "dirigir significa conduzir e orientar as pessoas na execução das tarefas necessárias para alcançar os objetivos previamente estabelecidos" (p. 35).

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 573. Laerte Marques Dantas [***.712.962-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 20:26:52

Tópico: NM17 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 45

Questionamento (Candidato):

No livro Fayol e a escola do processo de administração o mesmo usa 5 funções básicas que são: Planejamento, organização, comando, coordenação e controle e não 4 funções sendo assim eliminando a opção II não há uma resposta correta

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

Fayol usou o termo “comandar” em vez de “dirigir” para se referir a uma das quatro funções básicas da administração. No entanto, alguns autores e tradutores preferem usar “dirigir” como um sinônimo de “comandar”, pois consideram que esse termo é mais adequado ao contexto atual das organizações. Por exemplo, no livro Administração Industrial e Geral, que é uma tradução da obra original de Fayol, o termo “dirigir” é usado no lugar de “comandar”. Diante do exposto, estarei citando abaixo alguns dos autores referências da teoria que nos transmite e efatizam o porque da utilização do "Dirigir em vez do Comandar":

* Administração: Teoria e Prática no Contexto Brasileiro, de Filipe Sobral e Alketa Peci, publicado em 2008 pela Pearson Prentice Hall. Neste livro, os autores usam o termo “dirigir” para se referir à função administrativa de Fayol, e explicam que “dirigir significa orientar, supervisionar e motivar as pessoas para que elas realizem as tarefas necessárias para alcançar os objetivos organizacionais” (p. 7).

* Teoria Geral da Administração: Da Revolução Urbana à Revolução Digital, de Antonio Cesar Amaru Maximiano, publicado em 2012 pela Atlas. Neste livro, o autor usa o termo “dirigir” para se referir à função administrativa de Fayol, e afirma que “dirigir é a função que consiste em influenciar o comportamento das pessoas no sentido de contribuir para o alcance dos objetivos da organização” (p. 55).

* Introdução à Teoria Geral da Administração, de Idalberto Chiavenato, publicado em 2014 pela Elsevier. Neste livro, o autor usa o termo “dirigir” para se referir à função administrativa de Fayol, e define que “dirigir significa conduzir e orientar as pessoas na execução das tarefas necessárias para alcançar os objetivos previamente estabelecidos” (p. 35).

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 11743. Débora Anne Carvalho Belem [***.313.762-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 20:41:26

Tópico: NM17 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 45

Questionamento (Candidato):

A questão nº 45 em seu enunciado destacava: Segundo a abordagem clássica de Fayol, o conceito de processo administrativo representa o (a):
No livro Teoria Geral da Administração de Maximiano, no capitulo 04 "Fayol e a escola do processo de administração".
O autor cita o processo administrativo como sendo cinco funções: Planejamento, organização, comando, coordenação e controle. Porém na questão foi colocado como certo o processo PODC, planejamento, organização e controle.
No gabarito preliminar colocou como alternativa correta a alternativa letra A.

Anexo (Candidato):

https://drive.google.com/open?id=12nY1w9kn_D7UaoLewQZ-I-fjwO0ICj4d

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

Fayol usou o termo “comandar” em vez de “dirigir” para se referir a uma das quatro funções básicas da administração. No entanto, alguns autores e tradutores preferem usar “dirigir” como um sinônimo de “comandar”, pois consideram que esse termo é mais adequado ao contexto atual das organizações. Por exemplo, no livro Administração Industrial e Geral, que é uma tradução da obra original de Fayol, o termo “dirigir” é usado no lugar de “comandar”. Diante do exposto, estarei citando abaixo alguns dos autores referências da teoria que nos transmite e efatizam o porque da utilização do "Dirigir em vez do Comandar":

* Administração: Teoria e Prática no Contexto Brasileiro, de Filipe Sobral e Alketa Peci, publicado em 2008 pela Pearson Prentice Hall. Neste livro, os autores usam o termo “dirigir” para se referir à função administrativa de Fayol, e explicam que “dirigir significa orientar, supervisionar e motivar as pessoas para que elas realizem as tarefas necessárias para alcançar os objetivos organizacionais” (p. 7).

* Teoria Geral da Administração: Da Revolução Urbana à Revolução Digital, de Antonio Cesar Amaru Maximiano, publicado em 2012 pela Atlas. Neste livro, o autor usa o termo “dirigir” para se referir à função administrativa de Fayol, e afirma que “dirigir é a função que consiste em influenciar o comportamento das pessoas no sentido de contribuir para o alcance dos objetivos da organização” (p. 55).

* Introdução à Teoria Geral da Administração, de Idalberto Chiavenato, publicado em 2014 pela Elsevier. Neste livro, o autor usa o termo “dirigir” para se referir à função administrativa de Fayol, e define que “dirigir significa conduzir e orientar as pessoas na execução das tarefas necessárias para alcançar os objetivos previamente estabelecidos” (p. 35).

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 2143. Maiza da Silva Pereira [***.782.822-**]

Recurso em: 17/10/2023 às 11:06:29

Tópico: NM17 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 45

Questionamento (Candidato):

Na questão 45 está incorreta ao afirmar que são 4 funções básicas. Pois segundo o autor Antônio Cesar Amaru Maximiniano. Este afirma que segundo a abordagem clássica de Fayol são 5 funções: Planejar, Organizar, Comandar, coordenar e controlar e não 4 como afirma a questão.
MAXIMINIANO. Antônio Cesar Amaru. 2 edição. Editora Atlas. página 57.

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

Fayol usou o termo “comandar” em vez de “dirigir” para se referir a uma das quatro funções básicas da administração. No entanto, alguns autores e tradutores preferem usar “dirigir” como um sinônimo de “comandar”, pois consideram que esse termo é mais adequado ao contexto atual das organizações. Por exemplo, no livro Administração Industrial e Geral, que é uma tradução da obra original de Fayol, o termo “dirigir” é usado no lugar de “comandar”. Diante do exposto, estarei citando abaixo alguns dos autores referências da teoria que nos transmite e efatizam o porque da utilização do "Dirigir em vez do Comandar":

* Administração: Teoria e Prática no Contexto Brasileiro, de Filipe Sobral e Alketa Peci, publicado em 2008 pela Pearson Prentice Hall. Neste livro, os autores usam o termo “dirigir” para se referir à função administrativa de Fayol, e explicam que “dirigir significa orientar, supervisionar e motivar as pessoas para que elas realizem as tarefas necessárias para alcançar os objetivos organizacionais” (p. 7).

* Teoria Geral da Administração: Da Revolução Urbana à Revolução Digital, de Antonio Cesar Amaru Maximiano, publicado em 2012 pela Atlas. Neste livro, o autor usa o termo “dirigir” para se referir à função administrativa de Fayol, e afirma que “dirigir é a função que consiste em influenciar o comportamento das pessoas no sentido de contribuir para o alcance dos objetivos da organização” (p. 55).

* Introdução à Teoria Geral da Administração, de Idalberto Chiavenato, publicado em 2014 pela Elsevier. Neste livro, o autor usa o termo “dirigir” para se referir à função administrativa de Fayol, e define que “dirigir significa conduzir e orientar as pessoas na execução das tarefas necessárias para alcançar os objetivos previamente estabelecidos” (p. 35).

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 2761. João Victor dos Santos da Costa [***.416.642-**]

Recurso em: 16/10/2023 às 12:24:29

Tópico: NM24 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 45

Questionamento (Candidato):

O item II da questão apresenta as 4 funções básicas: planejar, organizar, dirigir e controlar, fazendo referência a Fayol, no entanto, essa abordagem foi introduzida posteriormente foi Dale, na abordagem neoclássica. Fayol se baseava nas funções: Prever, Organizar, Comandar, Coordenar e Controlar. Por esse motivo peço a anulação da questão.

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

Fayol usou o termo “comandar” em vez de “dirigir” para se referir a uma das quatro funções básicas da administração. No entanto, alguns autores e tradutores preferem usar “dirigir” como um sinônimo de “comandar”, pois consideram que esse termo é mais adequado ao contexto atual das organizações. Por exemplo, no livro Administração Industrial e Geral, que é uma tradução da obra original de Fayol, o termo “dirigir” é usado no lugar de “comandar”. Diante do exposto, estarei citando abaixo alguns dos autores referências da teoria que nos transmite e efatizam o porque da utilização do "Dirigir em vez do Comandar":

* Administração: Teoria e Prática no Contexto Brasileiro, de Filipe Sobral e Alketa Peci, publicado em 2008 pela Pearson Prentice Hall. Neste livro, os autores usam o termo “dirigir” para se referir à função administrativa de Fayol, e explicam que “dirigir significa orientar, supervisionar e motivar as pessoas para que elas realizem as tarefas necessárias para alcançar os objetivos organizacionais” (p. 7).

* Teoria Geral da Administração: Da Revolução Urbana à Revolução Digital, de Antonio Cesar Amaru Maximiano, publicado em 2012 pela Atlas. Neste livro, o autor usa o termo “dirigir” para se referir à função administrativa de Fayol, e afirma que “dirigir é a função que consiste em influenciar o comportamento das pessoas no sentido de contribuir para o alcance dos objetivos da organização” (p. 55).

* Introdução à Teoria Geral da Administração, de Idalberto Chiavenato, publicado em 2014 pela Elsevier. Neste livro, o autor usa o termo “dirigir” para se referir à função administrativa de Fayol, e define que “dirigir significa conduzir e orientar as pessoas na execução das tarefas necessárias para alcançar os objetivos previamente estabelecidos” (p. 35).

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

Candidato(a): 2752. David Dantas Laborda [***.855.952-**]

Recurso em: 17/10/2023 às 10:20:16

Tópico: NM24 Assistente em Administração [Conhecimentos Específicos ao cargo – Questões: 21-45]

Questão: 45

Questionamento (Candidato):

Prezado(a) avaliador(a), venho respeitosamente solicitar a essa renomada banca a anulação da questão número 45, pois um dos itens da letra considerada correta (Letra A) é o item II, que conceitua o processo administrativo da abordagem clássica de Fayol como sendo uma sequência de quatro funções: planejar, organizar, dirigir e controlar.

Entretanto, as funções administrativas descritas na questão são advindas da Teoria Neoclássica, e não da Teoria Clássica da Administração (que possui cinco funções).

Segundo Chiavenato (2003, p. 86-87) "ao definir o que é Administração, Fayol definiu os elementos que a compõem: previsão, organização, comando, coordenação e controle.".

Ainda sobre Fayol e o processo administrativo, Maximiano (2005, p. 60) relata que:
"O trabalho do dirigente consiste em tomar decisões, estabelecer metas, definir diretrizes e atribuir responsabilidades [...], de modo que as atividades de planejar, organizar, comandar, coordenar e controlar estejam numa sequência lógica."

Já as quatro funções administrativas conhecidas pela sigla PODC (planejar, organizar, dirigir e controlar) são provenientes da Teoria Neoclássica de Idalberto Chiavenato. Segundo Chiavenato (2003, p. 154), "Os administradores são essenciais a toda organização dinâmica e bem-sucedida, pois devem planejar, organizar, dirigir e controlar as operações do negócio.".

Por este motivo, solicito a anulação da questão.

Grato.

Referências

CHIAVENATO, I. Introdução à Teoria Geral da Administração: uma visão abrangente da moderna administração das organizações. 7. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003. ISBN: 8535213481

Maximiano, A. C. A. Introdução à Administração. 5. ed. rev. e. ampl. São Paulo: Atlas, 2000. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5161698/mod_resource/content/3/Livro_-_Introdu%C3%A7%C3%A3o_%C3%A0%C2%A0_Administra%C3%A7%C3%A3o_-_Antonio_Cesar_Amaru_Maximiano_-_5%C2%B0Ed.pdf. Acesso em: 16 out. 2023.

Recurso (Candidato): Anular a questão

Parecer (Banca):

Fayol usou o termo “comandar” em vez de “dirigir” para se referir a uma das quatro funções básicas da administração. No entanto, alguns autores e tradutores preferem usar “dirigir” como um sinônimo de “comandar”, pois consideram que esse termo é mais adequado ao contexto atual das organizações. Por exemplo, no livro Administração Industrial e Geral, que é uma tradução da obra original de Fayol, o termo “dirigir” é usado no lugar de “comandar”. Diante do exposto, estarei citando abaixo alguns dos autores referências da teoria que nos transmite e efatizam o porque da utilização do "Dirigir em vez do Comandar":

* Administração: Teoria e Prática no Contexto Brasileiro, de Filipe Sobral e Alketa Peci, publicado em 2008 pela Pearson Prentice Hall. Neste livro, os autores usam o termo “dirigir” para se referir à função administrativa de Fayol, e explicam que “dirigir significa orientar, supervisionar e motivar as pessoas para

Resposta a Recurso contra Questão de Prova
Concurso Público Técnico-Administrativo - PSTEC 2023 - Nível Médio

que elas realizem as tarefas necessárias para alcançar os objetivos organizacionais” (p. 7).

* Teoria Geral da Administração: Da Revolução Urbana à Revolução Digital, de Antonio Cesar Amaru Maximiano, publicado em 2012 pela Atlas. Neste livro, o autor usa o termo “dirigir” para se referir à função administrativa de Fayol, e afirma que “dirigir é a função que consiste em influenciar o comportamento das pessoas no sentido de contribuir para o alcance dos objetivos da organização” (p. 55).

* Introdução à Teoria Geral da Administração, de Idalberto Chiavenato, publicado em 2014 pela Elsevier. Neste livro, o autor usa o termo “dirigir” para se referir à função administrativa de Fayol, e define que “dirigir significa conduzir e orientar as pessoas na execução das tarefas necessárias para alcançar os objetivos previamente estabelecidos” (p. 35).

Decisão (Banca): Manter o gabarito publicado

Publicado em: 30/10/2023
Retificado em: 31/10/2023